
**UNITED STATES
SECURITIES AND EXCHANGE COMMISSION
WASHINGTON, DC 20549**

**FORMULÁRIO
20-F**

☐ DOCUMENTO DE REGISTRO (REGISTRATION STATEMENT) SEGUNDO O ARTIGO 12(b) OU (g) DO SECURITIES EXCHANGE ACT OF 1934

OU

☒ RELATÓRIO ANUAL SEGUNDO O ARTIGO 13 OU 15(d) DO SECURITIES EXCHANGE ACT OF 1934

Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025

OU

☐ RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO SEGUNDO O ARTIGO 13 OU 15(d) DO SECURITIES EXCHANGE ACT OF 1934

OU

☐ RELATÓRIO DA EMPRESA FICTÍCIA SEGUNDO O ARTIGO 13 OU 15(d) DO SECURITIES EXCHANGE ACT OF 1934

Número do arquivo na SEC 001-15102

EMBRAER S.A.

(Razão social exata da Declarante, conforme especificada em seus atos constitutivos)

EMBRAER Inc.

(Tradução da razão social da Declarante para o idioma inglês)

República Federativa do Brasil
(Jurisdição de Constituição)

Avenida Dra. Ruth Cardoso, 8.501, 30º andar (parte),
Eldorado Business Tower
Pinheiros, São Paulo, SP, 05425-070, Brasil
(Endereço da sede)

Antonio Carlos Garcia
Diretor de Relações com Investidores
Avenida Dra. Ruth Cardoso, 8.501, 30º andar (parte),
Eldorado Business Tower
Pinheiros, São Paulo, SP, 05425-070, Brasil

Tel.: (55) 11 3040 6874, E-mail: investor.relations@embraer.com.br
(Nome, Telefone, e-mail e/ou fac-símile e endereço da pessoa de contato da Companhia)

Valores mobiliários registrados ou a serem registrados segundo o Artigo 12(b) do Securities Exchange Act

Nome de cada classe:	Negociação Símbolo	Nome de cada bolsa em que houve registro
Ações ordinárias, sem valor nominal (representadas por, e negociadas apenas na forma de, American Depositary Shares (evidenciadas por American Depositary Receipts), com cada American Depositary Share representando quatro ações ordinárias)	EMBJ	Bolsa de Valores de Nova York (New York Stock Exchange)
Notas de 5,980% com vencimento em 2035		Bolsa de Valores de Nova York (New York Stock Exchange)
Notas de 5,400% com vencimento em 2038	N/D N/D	Bolsa de Valores de Nova York (New York Stock Exchange)

Valores mobiliários registrados ou a serem registrados segundo o Artigo 12(g) do Securities Exchange Act

Nenhum.
(Título de cada classe)

**Valores mobiliários com relação aos quais há uma obrigação de apresentação de relatório segundo o
Artigo 15(d) do Securities Exchange Act**

Nenhum.
(Título de cada classe)

Indique o número de ações em circulação de cada uma das classes de capital ou ações ordinárias do emissor no fechamento do período coberto pelo relatório anual.

722.766.139 ações ordinárias, sem valor nominal

Assinale com um X caso a declarante seja conhecida como uma emissora experiente, conforme definido na Rule 405 do Securities Act.

Sim ☒ Não ☐

Se este relatório for um relatório anual ou de transição, assinale com um X caso a declarante não tenha que apresentar relatórios segundo o Artigo 13 ou 15(d) do Securities Exchange Act of 1934.

Sim ☐ Não ☒

Nota – Marcar a caixa acima não isentará qualquer declarante obrigado a apresentar relatórios nos termos do Artigo 13 ou 15(d) do Securities Exchange Act de 1934 de suas obrigações nos termos dessas Seções.

Assinale com um X caso a declarante (1) tenha apresentado todos os relatórios exigidos pelo Artigo 13 ou 15(d) do Securities Exchange Act of 1934 nos 12 meses anteriores (ou em período mais curto em que fosse obrigada a apresentar esses relatórios) e (2) tenha estado sujeita ao cumprimento dessas exigências de apresentação nos últimos 90 dias.

Sim ☒ Não ☐

Assinale com um X caso a declarante tenha enviado por meios eletrônicos todos os Arquivos de Dados Interativos que devem ser enviados segundo a Rule 405 do Regulation S-T (seção 232.405 desse capítulo) nos 12 meses anteriores (ou em período mais curto em que fosse obrigada a enviar esses arquivos).

Sim ☒ Não ☐

Assinale com um X caso a declarante seja uma “large accelerated filer”, “accelerated filer”, “non-accelerated filer” ou “emerging growth company”. Vide as definições de “large accelerated filer”, “accelerated filer” e “emerging growth company” na Rule 12b-2 do Exchange Act.

Large Accelerated Filer ☒ Accelerated Filer ☐ Non-accelerated Filer ☐
Emerging Growth Company ☐

Em caso de “emerging growth company” que elabore demonstrações financeiras segundo os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos (U.S. GAAP), assinale com um X caso a declarante tenha decidido não utilizar o período de transição estendido para cumprir qualquer norma contábil financeira nova ou revisada†, segundo o Artigo 13(a) do Securities Exchange Act. ☐

† O termo “norma contábil financeira nova ou revisada” refere-se a qualquer atualização emitida pelo Financial Accounting Standards Board ao Accounting Standards Codification após 5 de abril de 2012.

Assinale com um X caso a declarante tenha arquivado um relatório e atestado a avaliação de sua administração sobre a eficácia de seu controle interno sobre relatórios financeiros de acordo com a Seção 404 (b) da Sarbanes-Oxley Act (15 U.S.C. 7262(b)) pelos auditores independentes que prepararam ou emitiram seu relatório de auditoria. ☒

Se os valores mobiliários forem registrados segundo o Artigo 12(b) da Lei, indique com uma marca de seleção se as demonstrações financeiras do declarante incluídas no arquivamento refletem a correção de um erro nas demonstrações financeiras emitidas anteriormente. ☐

Indique com uma marca de seleção se alguma dessas correções de erro é uma reformulação que exigiu uma análise de recuperação da remuneração baseada em incentivos recebida por qualquer um dos diretores do declarante durante o período de recuperação relevante, de acordo com o §240.10D-1(b). ☐

Assinale com um X o regime contábil que a declarante utilizou para elaborar as demonstrações financeiras incluídas neste relatório:

U.S. GAAP ☐ International Financial Reporting Standards emitidas ☒ Outro ☐
pelo International Accounting Standards Board

Caso a resposta para a pergunta anterior tenha sido “Outro”, assinale com um X qual item das demonstrações financeiras a declarante optou por seguir.

Item [17](#) ☐ Item [18](#) ☐

Caso este seja um relatório anual, assinale com um X se a declarante é uma empresa fictícia (conforme definido na Rule 12b-2 do Exchange Act).

Sim ☐ Não ☒

ÍNDICE

PARTE I

Item 1.	<u>IDENTIFICAÇÃO DOS CONSELHEIROS, DIRETORES E ASSESSORES</u>	3
Item 2.	<u>ESTATÍSTICAS DA OFERTA E CRONOGRAMA ESTIMADO</u>	3
Item 3.	<u>INFORMAÇÕES-CHAVE</u>	3
A.	<u>[Reservado]</u>	3
B.	<u>Capitalização e Endividamento</u>	4
C.	<u>Razões para a Oferta e Destinação dos Recursos</u>	4
D.	<u>Fatores de Risco</u>	4
Item 4.	<u>INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA</u>	21
A.	<u>História e Evolução da Companhia</u>	21
B.	<u>Visão Geral</u>	24
C.	<u>Estrutura Organizacional</u>	59
D.	<u>Propriedade, Instalações e Equipamentos</u>	59
4A.	<u>Comentários da Equipe Administrativa Não Resolvidos</u>	62
Item 5.	<u>ANÁLISE E PERSPECTIVAS OPERACIONAIS E FINANCEIRAS</u>	62
A.	<u>Resultados Operacionais</u>	63
B.	<u>Liquidez e Recursos de Capital</u>	74
C.	<u>Pesquisa e Desenvolvimento, Patentes e Licenças, Etc.</u>	79
D.	<u>Informações sobre Tendências</u>	82
E.	<u>Estimativas Contábeis Críticas</u>	86
Item 6.	<u>DIRETORES, ALTA ADMINISTRAÇÃO E EMPREGADOS</u>	86
A.	<u>Diretores e Alta Administração</u>	87
B.	<u>Remuneração</u>	91
C.	<u>Práticas do Conselho</u>	94
D.	<u>Empregados</u>	99
E.	<u>Participação Acionária</u>	99
F.	<u>Divulgação da Ação de um Declarante para Recuperar uma Indenização Concedida Erroneamente</u>	99
Item 7.	<u>PRINCIPAIS ACIONISTAS E OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS</u>	99
A.	<u>Acionistas Majoritários</u>	99
B.	<u>Operações com Partes Relacionadas</u>	100
C.	<u>Participação de Peritos e Advogados</u>	101
Item 8.	<u>INFORMAÇÕES FINANCEIRAS</u>	101
A.	<u>Demonstrações Consolidadas e Outras Informações Financeiras</u>	101
B.	<u>Alterações Significativas</u>	105
Item 9.	<u>OFERTA E LISTAGEM</u>	106
A.	<u>Detalhes da Oferta e da Listagem</u>	106
B.	<u>Plano de Distribuição</u>	106
C.	<u>Mercados</u>	106
D.	<u>Acionistas Vendedores</u>	108
E.	<u>Diluição</u>	108
F.	<u>Despesas da Emissão</u>	108
Item 10.	<u>INFORMAÇÕES ADICIONAIS</u>	108
A.	<u>Capital Social</u>	108
B.	<u>Atos Constitutivos e Estatuto Social</u>	108

C.	<u>Contratos Relevantes</u>	122
D.	<u>Controles de Câmbio</u>	122
E.	<u>Tributação</u>	123
F.	<u>Dividendos e Agentes de Pagamento</u>	130
G.	<u>Declarações de Especialistas</u>	130
H.	<u>Disponibilização de Documentos</u>	130
I.	<u>Informações Complementares</u>	131
J.	<u>Relatório Anual para Titulares</u>	131
Item 11.	<u>DIVULGAÇÕES QUANTITATIVAS E QUALITATIVAS SOBRE RISCO DE MERCADO</u>	131
Item 12.	<u>DESCRIÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS QUE NÃO AÇÕES</u>	135
A.	<u>Títulos de Dívida</u>	135
B.	<u>Bônus de Subscrição e Direitos</u>	135
C.	<u>Outros Valores Mobiliários</u>	135
D.	<u>American Depositary Shares</u>	135
PARTE II		
Item 13.	<u>INADIMPLÊNCIA, DIVIDENDOS EM ATRASO E MORA</u>	136
Item 14.	<u>MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS NO DIREITO DOS TITULARES DE VALORES MOBILIÁRIOS E DESTINAÇÃO DOS RECURSOS</u>	
Item 15.	<u>CONTROLES E PROCEDIMENTOS</u>	136
A.	<u>Controles e Procedimentos de Divulgação</u>	137
B.	<u>Relatório Anual da Administração sobre Controles Internos de Relatórios Financeiros</u>	137
C.	<u>Relatório de Atestado da Empresa de Contabilidade Pública Registrada</u>	137
D.	<u>Mudanças nos Controles Internos sobre Relatórios Financeiros</u>	137
Item 16.	<u>[RESERVADO]</u>	138
16A.	<u>Especialista Financeiro do Comitê de Auditoria</u>	138
16B.	<u>Código de Ética</u>	138
16C.	<u>Honorários e Serviços do Auditor Principal</u>	138
16D.	<u>Exceções às Regras de Lsitagem para os Comitês de Auditoria</u>	139
16E.	<u>Compra de Ações pelo Emissor e Subsidiárias</u>	139
16F.	<u>Mudança de Firma de Auditoria do Declarante</u>	139
16G.	<u>Governança Corporativa</u>	140
16H.	<u>Divulgação de Segurança em Mineração</u>	142
16I.	<u>Divulgação Sobre Jurisdições Estrangeiras que Impedem Inspeções</u>	142
16J.	<u>Políticas de Negociação com Informações Privilegiadas</u>	142
16K.	<u>Cibersegurança</u>	142
PARTE III		
Item 17.	<u>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</u>	144
Item 18.	<u>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</u>	144
Item 19.	<u>ANEXOS</u>	144

INTRODUÇÃO

Neste relatório anual, os termos “Embraer”, “nós”, “nos”, “nosso(a)” ou a “Companhia” referem-se à Embraer S.A. e suas subsidiárias consolidadas. Todas as referências neste documento a “real”, “reais” ou “R\$” são referências ao real, a moeda corrente do Brasil. Todas as referências a “US\$” ou “dólares norte-americanos” são referências a moeda dos Estados Unidos da América. Todas as referências ao “governo federal” são referências à União e ao governo federal do Brasil.

Apresentação das Informações Financeiras e Outras Informações

Informações Financeiras

Nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e para os três anos encerrados em 31 de dezembro de 2025, ou nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas de 2025, estão incluídas neste relatório anual.

Nossas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com as Normas Contábeis IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board (“Normas Contábeis IFRS”).

Após analisar as operações e negócios da Embraer S.A. e da maioria de suas subsidiárias significativas quanto à aplicabilidade das Normas Internacionais de Contabilidade, ou IAS 21 – Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio, particularmente em relação aos fatores envolvidos na determinação de sua moeda funcional, a administração concluiu que sua moeda funcional é o dólar norte-americano. Essa conclusão baseou-se em uma análise dos seguintes fatores: (i) a moeda que mais influencia os preços de venda de bens e serviços; (ii) a moeda do país cujas forças competitivas e regulamentações mais determinam os preços de venda de nossos bens e serviços; (iii) a moeda que mais influencia os custos de fornecimento de bens e serviços; e (iv) a moeda na qual os recursos para operações financeiras são obtidos em grande parte. Nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas incluídas em outra parte deste relatório anual são apresentadas em dólares dos EUA, que é a nossa moeda de apresentação.

Para determinados fins, incluindo o fornecimento de relatórios aos nossos acionistas brasileiros, o arquivamento de demonstrações financeiras junto à Comissão de Valores Mobiliários brasileira, ou CVM, e a determinação de pagamentos de dividendos e outras distribuições no Brasil, preparamos, e continuaremos sendo obrigados a preparar, demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as Normas Contábeis IFRS e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovadas pela CVM.

Outras Informações e Backlog

Neste relatório anual:

- algumas das informações financeiras refletem o efeito do arredondamento;
- o alcance das aeronaves está indicado em milhas náuticas;
- uma milha náutica equivale a aproximadamente 1,15 milha (terrestre), ou aproximadamente 1,85 quilômetro;
- a velocidade das aeronaves está indicada em milhas náuticas por hora, ou nós, ou em Mach, que é a medida da velocidade do som;
- “ANAC” significa a Agência Nacional de Aviação Civil;
- “Banco Central do Brasil” significa o banco central do Brasil;
- “B3” significa B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão;
- “EASA” significa a European Union Aviation Safety Agency;
- “FAA” significa Federal Aviation Administration;
- o termo “eVTOL” significa aeronave elétrica de decolagem e aterrissagem vertical;
- o termo “jato regional” refere-se a jatos comerciais no segmento de aeronaves com capacidade para 35-100 passageiros;

- o termo “aeronave comercial”, aplicado com relação à Embraer, refere-se às nossas aeronaves no segmento de aeronaves com até 150 assentos, incluindo nossos jatos regionais;
- o termo “família de jatos EMBRAER 170/190” refere-se aos modelos de aeronaves EMBRAER 170 (E170), EMBRAER 175 (E175), EMBRAER 190 (E190) e EMBRAER 195 (E195);
- O termo “família de jatos E-Jets E2” refere-se aos modelos de aeronaves E175-E2, E190-E2 e E195-E2;
- os termos “jatos da categoria entry-level” e “jatos da categoria light” referem-se aos jatos executivos com capacidade para transportar de quatro a sete passageiros e até dez passageiros, respectivamente, e varia entre 1.100 e 2.100 milhas náuticas. Esses jatos são projetados para distâncias curtas de decolagem e podem ser operados por um único piloto;
- o termo “jato de cabine média” refere-se aos jatos executivos com capacidade para transportar de nove a doze passageiros e cobrir distâncias de 2.000 a 4.000 milhas náuticas;
- o termo “jato da categoria large” refere-se aos jatos executivos com capacidade para transportar até 19 passageiros e cobrir distâncias superiores a 4.000 milhas náuticas;
- o termo “jato da categoria ultra-large” refere-se a jatos executivos de corredor único que normalmente possuem maior alcance e espaço de cabine, com capacidade para transportar até 19 passageiros;
- o termo “jatos executivos”, aplicado a nós, refere-se às nossas aeronaves comercializadas a companhias, incluindo companhias de propriedade fracionada, empresas de fretamento, companhias de voos charter, companhias de táxi aéreo e pessoas físicas de alto poder aquisitivo;
- o termo “aeronave de transporte tático” refere-se a aeronaves militares para transporte de pessoal, tropas e carga e aeronaves de apoio à ajuda humanitária na faixa de carga útil de 15 a 30 toneladas;
- o termo “treinamento avançado” refere-se a programas concebidos para pilotos com habilidades especializadas aprenderem as melhores técnicas para lidar com missões complexas, operar sistemas avançados e prepará-los para passar a aeronaves de combate de linha de frente;
- o termo “multimissão” refere-se à capacidade de desempenhar uma gama de diferentes funções usando a mesma plataforma;
- o termo “fragatas” refere-se a navios de guerra de porte médio, normalmente variando entre 100 e 150 metros, com deslocamento entre 2.000 e 7.000 toneladas;
- o termo “gerenciamento de tráfego aéreo urbano” ou UATM refere-se a sistemas e processos concebidos para regular o tráfego aéreo para mobilidade aérea urbana, que inclui veículos como eVTOLs, helicópteros e drones; e
- o termo “KC-390” refere-se à versão C-390 que possui capacidades de reabastecimento aéreo.

Nós calculamos nosso backlog como a soma dos valores contratuais de todos os pedidos firmes (i) de qualquer aeronave que ainda não tenha sido entregue, (ii) contratos de prestação de serviço e suporte de todos os segmentos de negócios, inclusive contratos de prestação de serviços de reparo e peças de reposição com vigência superior a um ano e (iii) tecnologias e serviços contratados mas que ainda não foram executados pelo nosso segmento de Defesa e Segurança. Um pedido firme representa um compromisso firme assumido por um cliente, por meio de um contrato assinado, e o pagamento antecipado não reembolsável recebido por nós. Opções de aquisição de aeronaves não são consideradas parte de nosso backlog.

Considerações sobre Estimativas e Declarações Acerca do Futuro

Este relatório anual contém estimativas e declarações acerca do futuro, nos termos do Artigo 27A do U.S. Securities Act de 1933, conforme alterado, ou Securities Act, e da Seção 21E do U.S. Securities Exchange Act de 1934, conforme alterado, ou Exchange Act, principalmente nos Itens [3](#) a [5](#) e no Item [11](#) deste relatório anual. Essas estimativas e declarações acerca do futuro são em sua maior parte baseadas em nossas expectativas e projeções atuais acerca de eventos futuros e tendências financeiras e setoriais que afetam nossos negócios. Essas estimativas e declarações acerca do futuro estão sujeitas a riscos, incertezas e premissas, incluindo, entre outros:

- condições econômicas, políticas e comerciais gerais no Brasil e em nossos outros mercados, incluindo o impacto das eleições presidenciais brasileiras a serem realizadas em outubro de 2026;

- instabilidade política, econômica ou financeira, bem como instabilidade geopolítica no exterior, incluindo conflitos armados, tensões regionais, sanções, controles de exportação e restrições comerciais que afetem mercados em que operamos ou dos quais obtemos materiais, componentes ou serviços, como Rússia, Belarus, Ucrânia, Oriente Médio, Irã e Venezuela;
- riscos relacionados a acidentes envolvendo nossas aeronaves e o potencial impacto sobre reputação, vendas e passivos;
- interrupções na cadeia de suprimentos, incluindo dependência de fornecedores-chave e disponibilidade de matérias-primas;
- alterações das condições concorrenciais e do nível geral de demanda pelos nossos produtos;
- as expectativas e estimativas da Administração quanto ao nosso desempenho financeiro futuro, planos e programas financeiros e os efeitos da concorrência;
- riscos relacionados a regulamentações ambientais, impactos das mudanças climáticas e cumprimento de metas de emissões de carbono;
- concentração de pedidos entre um número limitado de clientes-chave e a condição financeira desses clientes; no entanto, embora dependamos de um número limitado de clientes-chave em nossos segmentos de negócios, nenhum cliente individual respondeu por 10% ou mais de nossas receitas líquidas em 2025, 2024 ou 2023;
- os efeitos resultantes do cancelamento, modificação ou alteração no cronograma dos pedidos pelos clientes;
- o efeito sobre a nossa receita resultante da alteração de prioridades ou redução dos orçamentos de defesa da União ou de governos internacionais;
- nossa capacidade de obter e manter certificações e aprovações regulatórias exigidas e cumprir controles de exportação, sanções e outras restrições comerciais;
- dependência de um número limitado de fornecedores-chave (incluindo parceiros de compartilhamento de riscos) e de sua capacidade de cumprir cronogramas de produção e requisitos de qualidade;
- ameaças de segurança cibernética e conformidade com regulamentações de privacidade de dados em várias jurisdições;
- nosso nível de endividamento;
- nossos planos de investimentos de capital;
- a inflação e flutuações das taxas de câmbio;
- o impacto da volatilidade dos preços de combustível e a resposta do setor de aviação;
- nossa capacidade de desenvolver e entregar nossos produtos tempestivamente;
- disponibilidade de financiamento para os nossos clientes atuais e futuros;
- regulamentações governamentais atuais e futuras, incluindo políticas econômicas da União;
- nosso relacionamento com nossa força de trabalho;
- surto de doenças contagiosas no Brasil e em outros países; e
- outros fatores de risco, inclusive aqueles descritos em “Item 3. Informações-Chave—D. Fatores de Risco”.

As palavras “acredita”, “poderá”, “irá”, “prevê”, “estima”, “planeja”, “continua”, “antevê”, “pretende”, “espera” e palavras semelhantes contidas neste relatório anual são utilizadas para identificar estimativas e declarações acerca do futuro. Não assumimos qualquer obrigação de atualizar publicamente ou revisar qualquer das estimativas e declarações acerca do futuro em razão da ocorrência de novas informações, eventos futuros ou outros fatores. Em vista desses riscos e incertezas, os acontecimentos e circunstâncias prospectivos tratados no presente relatório anual poderão não se confirmar. Nossos resultados e desempenho efetivamente obtidos podem diferir substancialmente daqueles previstos em nossas estimativas e declarações acerca do futuro. Em razão dos diversos fatores, inclusive aqueles descritos em “Item 3. Informações-Chave—D. Fatores de Risco”, não se deve confiar apenas nessas estimativas e declarações acerca do futuro.

Parte I

Item 1. IDENTIFICAÇÃO DOS CONSELHEIROS, DIRETORES E ASSESSORES

Não se aplica.

Item 2. ESTATÍSTICAS DA OFERTA E CRONOGRAMA ESTIMADO

Não se aplica.

Item 3. INFORMAÇÕES-CHAVE

A. [Reservado]

B. Capitalização e Endividamento

Não se aplica.

C. Razões para a Oferta e Destinação dos Recursos

Não se aplica.

D. Fatores de Risco

Esta seção destina-se a ser um resumo de discussões mais detalhadas contidas em outras partes deste relatório anual. Você deve ler e considerar cuidadosamente os riscos a seguir, juntamente com as demais informações incluídas neste relatório anual. Os riscos descritos abaixo não são os únicos que enfrentamos. Riscos adicionais que atualmente não consideramos relevantes, ou dos quais não temos conhecimento no momento, também podem nos afetar.

Operações e Contratos Comerciais

Quaisquer acidentes envolvendo nossas aeronaves poderiam nos afetar adversamente

Qualquer acidente envolvendo nossas aeronaves pode representar um risco para nossa reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais. A operação segura de nossas aeronaves depende fortemente de fatores externos que estão em grande parte fora de nosso controle direto. Esses incluem a execução adequada de programas de manutenção e reparo pelos operadores, a qualidade e consistência do treinamento de pilotos, o nível de proficiência da tripulação e a adesão estrita aos procedimentos e limitações operacionais publicados. Além disso, condições ambientais, restrições de tráfego aéreo e decisões operacionais em tempo real tomadas por companhias aéreas e tripulações de voo também desempenham um papel crítico na segurança geral do voo.

A ocorrência de um ou mais acidentes — independentemente da causa, incluindo falha mecânica, erro humano, condições meteorológicas adversas ou desvios de procedimento — poderia nos impactar negativamente.

Nossas vendas de aeronaves estão sujeitas a disposições de cancelamento e reprogramação de entrega que podem reduzir nossa receita futura, lucratividade, carteira de pedidos e fluxo de caixa.

Uma parte de nossos pedidos firmes de aeronaves está sujeita a contingências significativas antes da entrega. Alguns de nossos contratos de vendas podem ser rescindidos, todo ou parte de um determinado pedido firme pode ser cancelada, por diferentes motivos, incluindo (i) atrasos prolongados na entrega da aeronave ou falha na obtenção da certificação da aeronave ou no cumprimento de marcos de desempenho e outros requisitos, (ii) falha de um cliente em honrar suas compras de aeronaves ou (iii) falhas na taxa de produção.

Nossos clientes também podem reprogramar entregas ou cancelar pedidos, principalmente durante uma recessão econômica. Em 2025, tivemos um ganho líquido de US\$39,9 milhões relacionado a multas contratuais pagas por clientes devido a cancelamentos de contratos, em comparação com ganho líquido de multas contratuais de US\$11,3 milhões em 2024 e US\$8,7 milhões em 2023. Cancelamentos relevantes, atrasos ou reduções no número de aeronaves entregues em qualquer ano reduziriam nossas vendas e receitas e, conseqüentemente, nossa lucratividade, fluxo de caixa e carteira de pedidos.

Nossos contratos de serviços normalmente contêm disposições de rescisão que permitem a qualquer das partes rescindir o contrato mediante a ocorrência de eventos especificados, incluindo violação material pela outra parte. Como resultado, clientes podem cancelar ou rescindir contratos de serviços antes da conclusão, o que poderia reduzir a receita esperada e a carteira de pedidos. Além disso, determinados de nossos contratos de serviços preveem o pagamento ou

recebimento de indenizações prefixadas em conexão com atrasos, inadimplemento ou rescisão antecipada. Quaisquer obrigações de indenizações prefixadas desse tipo, ou a incapacidade de recuperar valores esperados, poderiam afetar adversamente nossa receita, lucratividade e fluxo de caixa. A ocorrência desses eventos, individualmente ou em conjunto, poderia prejudicar materialmente nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais.

Contratações governamentais nos expõem a riscos únicos, incluindo auditoria, conformidade e modificação ou rescisão contratual.

Determinados contratos governamentais estão sujeitos a amplas regulamentações e supervisão de compras, incluindo requisitos de contabilidade de custos, auditoria e relatórios, e podem ser modificados, reduzidos ou rescindidos, em alguns casos sem aviso prévio (inclusive por conveniência) ou por inadimplemento com base no desempenho. Órgãos governamentais podem auditar nosso desempenho e custos e podem buscar reembolso de valores anteriormente pagos ou impor retenções de pagamento, penalidades ou outros remédios se os custos forem considerados não permitidos ou alocados indevidamente ou se deficiências de conformidade forem identificadas. Quaisquer ações desse tipo, bem como o risco de suspensão ou impedimento de contratação, poderiam afetar adversamente nossos resultados operacionais, fluxos de caixa e reputação.

Além disso, uma parcela de nossas receitas é derivada de clientes governamentais e programas apoiados por governos, e o momento de adjudicações, entregas, aceitação e pagamentos pode ser afetado por processos orçamentários e de apropriação governamentais. Atrasos de financiamento, resoluções continuadas ou paralisações (inclusive em jurisdições onde autoridades-chave de aviação operam) poderiam atrasar decisões de aquisição, execução de contratos e pagamentos de clientes e também poderiam interromper atividades regulatórias, incluindo ações relacionadas a certificação e supervisão. Quaisquer atrasos ou mudanças de prioridades desse tipo poderiam afetar adversamente nossas receitas, fluxos de caixa e backlog.

Podemos ser obrigados a reembolsar contribuições em dinheiro em conexão com a produção ou desenvolvimento de nossas aeronaves se determinados marcos de nossas aeronaves não forem alcançados.

Temos acordos com nossos parceiros de compartilhamento de riscos, de acordo com os quais eles contribuíram para nós, em dinheiro, até 31 de dezembro de 2025, um total de US\$ 1.435,8 milhões desde o início do desenvolvimento das famílias de jatos EMBRAER 170/190, Phenom 100/300 e Legacy 450/500 (renomeadas como Praetors) e da família de jatos E2. As contribuições em dinheiro teriam de ser reembolsadas por nós aos parceiros de compartilhamento de riscos, caso não tivéssemos cumprido determinados marcos acordados. Em 2025, cumprimos todos os marcos exigidos e, como resultado, o valor total das contribuições em dinheiro não era reembolsável.

Embora, atualmente, nenhuma contribuição em dinheiro de nossos parceiros de compartilhamento de riscos seja reembolsável, podemos entrar em acordos semelhantes e, se não conseguirmos cumprir determinados marcos acordados com nossos parceiros de compartilhamento de riscos, poderemos ser obrigados a reembolsar contribuições em dinheiro.

Trabalhamos com um número limitado de fornecedores-chave.

Não fabricamos todas as peças e componentes usados na produção de nossas aeronaves. Em 2025, 73,7% de nossos custos consolidados de produção em nossos segmentos de Aviação Comercial, Aviação Executiva e Defesa e Segurança consistiram em materiais e equipamentos adquiridos de nossos fornecedores, incluindo nossos parceiros de compartilhamento de riscos. Os acordos de compartilhamento de riscos são aqueles sob os quais os fornecedores são responsáveis pelo projeto, desenvolvimento e fabricação dos principais componentes ou sistemas de nossas aeronaves. Em alguns casos, as aeronaves são projetadas especificamente para integrar um componente específico, que não pode ser substituído sem investimentos significativos. Além disso, há apenas um número limitado de fornecedores de determinados componentes-chave de aeronaves em todo o mundo. Embora trabalhemos em estreita colaboração com nossos principais fornecedores a fim de mitigar riscos potenciais da cadeia de suprimentos, não podemos garantir que esses riscos, que poderiam afetar negativa e adversamente nosso desempenho operacional e financeiro, não se concretizarão.

Qualquer diminuição no financiamento de clientes patrocinado pelo governo brasileiro ou aumentos no financiamento patrocinado pelo governo que beneficiem nossos concorrentes podem diminuir a competitividade de nossas aeronaves.

Tradicionalmente, os fabricantes de equipamentos originais de aeronaves, ou OEMs, de tempos em tempos, recebem apoio dos governos por meio de agências governamentais de crédito à exportação, ou ECAs, para oferecer

condições de financiamento competitivas a seus clientes, especialmente em períodos de restrição de crédito no mercado tradicional de empréstimos.

O apoio oficial do governo pode constituir subsídios não oficiais que causam distorções no mercado, o que pode gerar disputas entre governos na Organização Mundial do Comércio, ou OMC. Desde 2007, um acordo conhecido como Aircraft Sector Understanding (ASU), desenvolvido pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), fornece diretrizes para o uso previsível, consistente e transparente do financiamento de exportação apoiado pelo governo para a venda ou o arrendamento de aeronaves civis, a fim de estabelecer um "campo de jogo nivelado". As ECAs dos países signatários são obrigadas a oferecer termos e condições não mais favoráveis do que os contidos no acordo financeiro básico da ASU ao financiar vendas de aeronaves que concorrem com as produzidas pelos OEMs de seus respectivos países. O efeito do acordo é incentivar os compradores de aeronaves a se concentrarem no preço e na qualidade dos produtos de aeronaves oferecidos pelos OEMs, e não nos pacotes financeiros oferecidos por seus respectivos governos.

A ECA brasileira, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social brasileiro, ou BNDES, e a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. oferecem financiamento e seguro de crédito à exportação aos nossos clientes nos termos e condições exigidos pelo ASU. Qualquer redução ou restrição ao programa brasileiro de financiamento à exportação e qualquer aumento nos custos de financiamento de nossos clientes para participação nesse programa, acima dos custos previstos no contrato financeiro básico da ASU, podem fazer com que a competitividade de custo de nossas aeronaves diminua. Outros fatores externos também podem afetar nossa competitividade no mercado, incluindo, entre outros, OEMs de aeronaves de países que não são signatários do acordo ASU que oferecem pacotes de financiamento atraentes ou quaisquer novos subsídios governamentais que apoiem qualquer um de nossos principais concorrentes.

De 2005, quando entregamos pela primeira vez a família de jatos EMBRAER 170/190, até 31 de dezembro de 2025, 30,3% de nossas entregas da Aviação Comercial estavam sujeitas a créditos oficiais de exportação. Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, 42,3%, 42,5% e 29,7%, respectivamente, de nossas entregas de Aviação Comercial foram apoiadas pelo programa brasileiro de financiamento à exportação. Não podemos garantir que a União, por motivos políticos ou outros, não reduzirá ou interromperá esse tipo de financiamento para o financiamento de nossas aeronaves ou que outras fontes de financiamento estarão disponíveis para nossos clientes. A perda ou redução significativa dos fundos disponíveis para nossos clientes, sem um substituto adequado, poderia levar a uma redução nas vendas de nossas aeronaves ou a um aumento de eventuais acordos de financiamento de aeronaves.

Podemos ser adversamente afetados por estouros de custos ou inflação se os aumentos em nossos custos excederem os mecanismos contratuais de reajuste de preços.

Contratos de venda de aeronaves são normalmente celebrados anos antes da entrega e podem incluir preços fixos com fórmulas de ajuste vinculadas a índices de mão de obra, commodities e outros. Os valores reais de ajuste estão fora de nosso controle e podem não refletir nossos aumentos reais de custos, incluindo aumentos nos preços de fornecedores, matérias-primas e mão de obra. Se nossos custos de produção aumentarem mais rapidamente do que as taxas de ajuste aplicáveis, ou se experimentarmos ineficiências, trabalho fora de sequência ou retrabalho, nossas margens nos programas afetados poderiam diminuir e poderíamos incorrer em perdas.

Celebramos contratos de preço fixo que poderiam nos sujeitar a perdas se tivermos estouros de custos ou enfrentarmos desafios de cronograma ou técnicos.

Determinados contratos dos quais somos parte, particularmente aqueles envolvendo requisitos complexos de projeto, desenvolvimento, integração, certificação ou produção, podem ser de preço fixo ou incluir incentivos e penalidades de desempenho. Estimar os custos para concluir tais contratos é inerentemente incerto e é afetado por desafios técnicos, desempenho da cadeia de suprimentos, disponibilidade e produtividade de mão de obra, requisitos regulatórios, mudanças no escopo ou cronograma do programa e outras variáveis fora de nosso controle. Se nossos custos excederem nossas estimativas, poderemos ser obrigados a reconhecer perdas em tais contratos, o que poderia afetar material e adversamente nossos resultados operacionais e fluxos de caixa.

Nossa cobertura de seguro pode ser inadequada para cobrir todas as exposições significativas a riscos.

Mantemos seguro para determinados riscos; no entanto, o valor, escopo e termos da cobertura podem não ser suficientes para cobrir todas as reivindicações ou responsabilidades, e determinados riscos podem não ser seguráveis em termos comercialmente razoáveis ou de forma alguma. Se incorrermos em perdas significativas não seguradas ou subseguradas, ou

se o seguro se tornar mais caro ou menos disponível, poderemos ser obrigados a arcar com custos substanciais, o que poderia afetar adversamente nossa condição financeira e resultados operacionais.

Setor e Concorrência

Uma desaceleração em nossos principais mercados pode reduzir nossas vendas e receita e, consequentemente, nossa lucratividade.

As condições de mercado têm impacto significativo sobre a demanda por nossas aeronaves e serviços relacionados. O mercado de aeronaves é predominantemente impulsionado por tendências de longo prazo no tráfego aéreo de passageiros e cargas. Os principais fatores subjacentes ao crescimento de longo prazo do tráfego são o crescimento econômico sustentado e a estabilidade política tanto em mercados desenvolvidos quanto emergentes. A demanda por nossas aeronaves é ainda influenciada por uma ampla variedade de fatores, incluindo lucratividade das companhias aéreas, disponibilidade de financiamento de aeronaves, políticas de comércio mundial, relações entre governos, avanços tecnológicos, preço e outros fatores competitivos, preços de combustível, pandemias, epidemias e regulamentações ambientais.

Prevemos que uma parte significativa de nossos resultados seja composta por vendas de aeronaves, que historicamente têm sido cíclicas devido a uma variedade de fatores externos e internos ao setor de viagens aéreas, incluindo condições econômicas gerais e o surto de doenças transmissíveis, que não podemos prever totalmente na data deste relatório anual.

As crises econômicas em nosso setor, podem reduzir a demanda de viagens aéreas e os gastos corporativos, bem como o investimento público em novos ativos, o que pode afetar adversamente nossos segmentos de Aviação Comercial, Aviação Executiva, Defesa e Segurança e Serviços e Suporte. Essas crises levaram no passado e também podem levar no futuro, a uma diminuição no volume de financiamento disponível para nossos clientes para compras de aeronaves, particularmente nos segmentos acima mencionados. Uma continuada crise econômica pode resultar em reduções adicionais nas viagens aéreas e na diminuição dos pedidos de nossas aeronaves. Nossos clientes também podem continuar a adiar ou cancelar suas compras de nossas aeronaves. Não podemos prever a magnitude ou a duração do impacto que os acontecimentos poderiam ter não só no setor dos transportes aéreos em geral, mas também nos nossos negócios em particular.

Dependemos de clientes-chave.

Em nosso segmento de Aviação Comercial, em 31 de dezembro de 2025, 93,7% de nossos pedidos firmes em carteira para os EMBRAER 175s originaram-se de um grupo de 3 operadores. Da mesma forma, 77,1% de nossos pedidos da família de jatos E-Jets E2 estão concentrados em 7 companhias aéreas e 3 empresas de leasing. Acreditamos que continuaremos a depender de um número selecionado de clientes-chave, e a perda ou dificuldade em manter o relacionamento com qualquer um deles reduziria significativamente nossas vendas e participação de mercado. Além disso, nossos principais clientes poderão enfrentar dificuldades financeiras, o que poderá nos prejudicar.

No segmento de Aviação Executiva, nossas aeronaves confiáveis e forte presença de marca fortaleceram nosso reconhecimento como OEM e elevaram a demanda de mercado, particularmente entre os maiores e mais exigentes clientes, como operadores de frota. Entregas de frotas representam uma parte significativa de nosso plano de entregas, que é majoritariamente destinado a dois grandes clientes. Portanto, dependemos de poucos clientes, o que pode afetar adversamente nossos planos de entrega, especialmente para Praetors.

Historicamente, o segmento de Defesa e Segurança da Embraer dependeu principalmente das Forças Armadas Brasileiras como nosso principal cliente. Essa parceria ainda está no centro da estratégia de nosso segmento de Defesa e Segurança. Nos últimos anos, no entanto, expandimos significativamente nossos contratos internacionais. Por exemplo: em 31 de dezembro de 2025, 11% da receita de nosso segmento de Defesa e Segurança é derivada dos contratos com a Força Aérea Brasileira, enquanto os 89% restantes são derivados de clientes não brasileiros (principalmente Portugal, Países Baixos, Áustria, República Tcheca, Suécia e Coreia do Sul).

Embora dependamos de um número limitado de clientes-chave em nossos segmentos de negócios, nenhum cliente individual respondeu por 10% ou mais de nossas receitas líquidas em 2025, 2024 ou 2023.

Podemos enfrentar uma série de desafios resultantes do desenvolvimento de novos produtos e da possível busca de oportunidades e transações estratégicas.

Não podemos garantir que nossos produtos serão aceitos por nossos clientes e pelo mercado e, se algum de nossos novos produtos não atender às expectativas dos clientes ou à demanda do mercado, nossos negócios serão afetados negativamente. Além disso, à medida que continuamos a desenvolver novos produtos, talvez seja necessário realocar os recursos existentes e coordenar com novos fornecedores e parceiros de compartilhamento de riscos. Por fim, os custos excedentes e os atrasos no desenvolvimento e na entrega de novos produtos nos afetariam negativamente.

Podemos buscar oportunidades e transações estratégicas, assim como fizemos no passado, incluindo joint ventures, parcerias, aquisições ou alienações. Podemos enfrentar uma série de desafios, inclusive dificuldades para identificar parceiros adequados, assimilar ou nos adaptar às operações e ao pessoal de nossos parceiros ou alvos, manter padrões e controles internos, bem como desviar o foco de nossa gerência de nossos negócios em andamento.

Por exemplo, na data deste relatório anual, possuímos 72,7% da Eve UAM, LLC, ou EVE, que é responsável pelo desenvolvimento da solução de mobilidade aérea urbana da EVE, ou solução UAM, por meio de projeto e produção de eVTOL, serviços e suporte, operações de frota e UATM. Os resultados esperados a longo prazo dessa operação estão sujeitos a riscos, como o estabelecimento do mercado de UAM, a adoção pelos consumidores de uma forma totalmente nova de mobilidade oferecida pelas aeronaves eVTOL e pelo mercado de UAM, o possível desempenho inferior das soluções de UAM desenvolvidas pela Eve Holding, Inc., ou Eve Holding, incluindo as aeronaves eVTOL, dificuldades relacionadas à certificação de produtos, licenciamento e autorização governamental, entre outros. Além disso, como detemos uma parcela significativa das ações da EVE, quaisquer desafios relacionados aos negócios ou à operação da EVE podem nos afetar adversamente.

Na última década, a indústria de defesa e segurança passou por mudanças tecnológicas significativas, incluindo maior uso de sistemas não tripulados, inteligência artificial e o papel crescente de participantes do setor privado em atividades relacionadas ao espaço. Embora acreditemos estar bem posicionados para apoiar as necessidades em evolução das forças armadas em todo o mundo e monitorar e adaptar-nos ativamente aos desenvolvimentos do mercado, mudanças tecnológicas rápidas ou disruptivas poderiam afetar adversamente os requisitos dos clientes, a dinâmica competitiva ou a demanda por nossas ofertas, o que poderia prejudicar nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais.

À medida que expandimos nossos negócios internacionais, podemos depender cada vez mais de parcerias, joint ventures, entidades de propósito específico e outros arranjos, e podemos estabelecer ou expandir operações fora do Brasil. Essas iniciativas podem exigir investimentos adicionais e nos expor a riscos operacionais, regulatórios, políticos e de execução em jurisdições desconhecidas. Embora mantenhamos processos de governança corporativa para avaliar e aprovar tais iniciativas, essas atividades podem não atingir seus objetivos pretendidos e poderiam afetar adversamente nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais.

Não podemos garantir que seremos capazes de enfrentar os desafios relacionados a oportunidades e transações estratégicas, nem que nossas estimativas de longo prazo com relação a perspectivas, operações, potencial de crescimento, integração e outros fatores relacionados a essas oportunidades estratégicas se concretizarão. Dessa forma, não podemos garantir que nossos negócios ou o preço de negociação de nossas ações ordinárias ou ADSs não sofrerão interrupções em decorrência de oportunidades ou transações futuras ou da percepção dos mercados a esse respeito.

Enfrentamos riscos de estar envolvidos em um negócio global e operar em indústrias globais, o que pode nos afetar adversamente.

Conduzimos nossas operações em diversas jurisdições. A conformidade com leis e regulamentos, incluindo leis e sanções anticorrupção e antilavagem de dinheiro, é uma de nossas prioridades nos países onde operamos. Se não conseguirmos manter controles internos adequados e eficazes, talvez não consigamos identificar prontamente violações de normas legais, regulamentares, contábeis, de governança ou éticas, especialmente levando em conta o número de contratos com clientes e fornecedores estrangeiros. O não cumprimento dessas regras e regulamentos pode levar a processos legais e administrativos, investigações, penalidades financeiras e perda de licenças, afetando negativamente nossa reputação e nossos resultados operacionais.

Além disso, uma parcela significativa de nossas receitas provém de clientes localizados fora do Brasil, representando 91,7% em 2025, e esperamos que as vendas a clientes estrangeiros continuem a representar uma parcela significativa de nossa receita em um futuro próximo. Nossa produção e cadeia de fornecimento estão espalhadas globalmente, com peças fabricadas em um ou mais países e montadas em outro, o que nos deixa sujeitos aos riscos de fazer negócios internacionalmente.

Alguns desses riscos incluem: (i) medidas protecionistas adotadas pelos governos de países específicos, (ii) mudanças no ambiente de comércio global, incluindo cotas, tarifas, penalidades, subsídios ou exigências de conteúdo local,

que podem aumentar nossos custos de produção e afetar nossa capacidade de competir em igualdade de condições no mercado para nossos produtos, (iii) mudanças nas exigências regulatórias, (iv) mudanças nas regulamentações e políticas governamentais dos EUA e de outros países, (v) imposição de sanções, restrições de fornecimento ou comerciais, (vi) conformidade com várias leis e regulamentações não brasileiras e não americanas e exposição a um número significativo de contratos de fornecimento e de clientes regidos por leis que não sejam as leis brasileiras ou as leis federais ou estaduais dos Estados Unidos.

Por exemplo, discussões sobre a imposição ou aumento de tarifas sobre produtos importados para os Estados Unidos da América vêm ocorrendo desde a campanha eleitoral do Presidente Donald Trump. Após sua posse, o Presidente Trump anunciou e implementou medidas tarifárias que afetam importações para os Estados Unidos, incluindo uma tarifa adicional de aplicação geral anunciada em abril de 2025 e um aumento subsequentemente anunciado de tarifas específicas por país aplicáveis a uma ampla gama de exportações brasileiras para os Estados Unidos. Consulte "—Podemos ser material e adversamente afetados por políticas comerciais protecionistas e outras medidas adotadas pela atual administração dos EUA, incluindo a imposição de tarifas adicionais sobre produtos brasileiros." Não podemos garantir que as isenções atuais permanecerão em vigor ou que tarifas adicionais, restrições ou outras medidas comerciais não serão adotadas no futuro.

Além disso, o setor de defesa e segurança está sujeito a requisitos de conformidade comercial, bem como a regras e regulamentos de controle de exportação. Nossos produtos de defesa e segurança são afetados principalmente pelas regras e regulamentações norte-americanas e europeias sobre conformidade comercial e controles de exportação. Dessa forma, se qualquer um desses governos, ou os governos dos países onde temos operações, decidir impor restrições às atividades comerciais e de exportação, talvez não possamos vender ou entregar aeronaves a alguns países por um período de tempo, o que pode afetar adversamente nossos resultados operacionais e nossa condição financeira.

Como conduzimos nossas operações em várias jurisdições, a conformidade com leis e regulamentos, inclusive leis anticorrupção e antilavagem de dinheiro e sanções, é uma de nossas prioridades nos países em que fazemos negócios. Podemos não ser capazes de identificar prontamente violações de normas legais, regulamentares, contábeis, de governança ou éticas, especialmente levando em conta o número de contratos com clientes e fornecedores estrangeiros. O não cumprimento dessas regras e regulamentos pode levar a processos legais e administrativos, investigações, penalidades financeiras e perda de licenças, afetando negativamente nossa reputação e nossos resultados operacionais.

Estamos sujeitos a concorrência significativa.

O setor mundial de fabricação de aeronaves comerciais é altamente competitivo, com um número muito limitado de OEMs e fornecedores. Embora tenhamos alcançado uma participação de mercado significativa para nossos produtos de aeronaves comerciais, não podemos garantir que seremos capazes de mantê-la. Para permanecer competitivo no mercado de fabricação de aeronaves comerciais a longo prazo, devemos continuar a fazer melhorias tecnológicas, de eficácia e desempenho para nossas aeronaves.

A indústria de aviação executiva apresenta um índice de fidelidade notavelmente alto, com clientes que tendem a recomprar aeronaves do mesmo OEM, o que é uma barreira de entrada para concorrentes emergentes. Como um participante relativamente novo no mercado de jatos executivos, enfrentamos uma concorrência significativa de empresas com históricos operacionais mais longos e reputações estabelecidas no setor. Alguns de nossos concorrentes têm um histórico mais longo e uma base de clientes mais estabelecida. Não podemos garantir que aumentaremos nossa participação de mercado no segmento de mercado de jatos executivos, que não experimentaremos uma redução em nossa participação de mercado atual neste segmento, especialmente levando em consideração o crescimento e os investimentos dos concorrentes e limitações contínuas em nossa capacidade da cadeia de suprimentos.

O ambiente geopolítico global passou por mudanças significativas e, por sua natureza, a indústria de defesa e segurança é altamente influenciada por alinhamentos geopolíticos. Como resultado, não pode haver garantia de que nossos clientes globais continuarão a adquirir nossas soluções de defesa no futuro.

Embora ofereçamos produtos relevantes e competitivos, decisões de aquisição na indústria de defesa são influenciadas por uma ampla gama de fatores além das capacidades e valor do produto. Medidas protecionistas adotadas por certos governos poderiam afetar adversamente nossos negócios, direta ou indiretamente. Além disso, nossa presença produtiva é global, com componentes fabricados em um ou mais países e montados em outros. Além disso, limitações ao comércio internacional, incluindo cotas, tarifas, subsídios ou requisitos de conteúdo local poderiam aumentar nossos custos de produção e prejudicar nossa capacidade de competir com outros participantes da indústria em termos comparáveis.

Regulamentação, Compliance e Jurídico

Violações de propriedade intelectual podem nos afetar adversamente.

Estamos sujeitos às leis que regulam patentes, direitos autorais, marcas e segredos comerciais, bem como aos acordos celebrados com nossos empregados, clientes, fornecedores e outras partes para constituir e manter nossos direitos de propriedade intelectual sobre a tecnologia e os produtos utilizados em nossas atividades. Apesar dos nossos esforços para protegê-los, quaisquer de nossos direitos de propriedade intelectual, diretos ou indiretos, podem ser contestados, invalidados ou burlados. Além disso, embora acreditemos estar respeitando os direitos de propriedade intelectual conferidos a terceiros, podemos vir a ser acusados e sofrer ações relativas à violação desses direitos no futuro. Tais ações podem lesar nossa reputação, sujeitar-nos ao pagamento de multas e sanções e impedir-nos de oferecer determinados produtos ou serviços. Quaisquer ações ou disputas judiciais nesse sentido, independentemente de ganharmos ou perdermos a ação, podem ser demoradas e custosas, bem como podem lesar nossa reputação e/ou exigir que celebremos contratos de licenciamento. Podemos não conseguir celebrar tais contratos de licenciamento em termos aceitáveis. Se perdemos uma ação de violação de direitos de propriedade intelectual, estaremos sujeitos a medida liminar para deixarmos de infringir tais direitos, o que pode nos afetar adversamente, bem como afetar adversamente nossas pesquisas e/ou produção.

Mudanças na política tributária brasileira e a redução de incentivos fiscais podem nos afetar adversamente.

Mudanças nas políticas fiscais e leis tributárias brasileiras poderiam ter um efeito adverso sobre nossa condição financeira e resultados operacionais. Além disso, beneficiamo-nos de determinados benefícios fiscais e outros benefícios concedidos pelo governo, e a suspensão, cancelamento ou não renovação desses benefícios teria um efeito adverso material sobre nós.

A reforma tributária brasileira dos tributos sobre consumo foi aprovada pelo Congresso brasileiro e agora espera-se que entre em vigor gradualmente entre 2027 e 2032, pendente a resolução de determinadas questões administrativas.

Ainda assim, legisladores brasileiros continuam debatendo uma reforma tributária abrangente, focada na legislação do imposto de renda, que pode incluir o aumento de impostos existentes e alíquotas de contribuição, a revogação de isenções de imposto de renda sobre a distribuição de lucros e dividendos e novas mudanças relacionadas a juros sobre capital próprio. Em novembro de 2025, o Brasil promulgou a Lei nº 15.270/2025, que implementou mudanças significativas na tributação de dividendos e distribuições de lucros corporativos, estabelecendo um novo mecanismo de tributação mínima aplicável a pessoas físicas de alta renda. Essa lei entrou em vigor em 1º de janeiro de 2026.

Além disso, a Lei nº 15.270/2025 também estabeleceu que lucros ou dividendos pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos ao exterior estão sujeitos a imposto de renda retido na fonte de 10%.

Como resultado, a partir de 2026, dividendos pagos pela mesma pessoa jurídica a uma pessoa física residente fiscal no Brasil estão sujeitos a imposto de renda retido na fonte de 10% quando o valor mensal total de dividendos recebidos desse pagador excede R\$50.000. Essa alíquota aplica-se ao valor mensal total de dividendos recebidos desse pagador, não apenas ao excedente sobre o limite.

É importante observar que o imposto retido na fonte pode ser compensado na declaração anual de imposto de renda do contribuinte, que será apresentada em 2027 com relação ao ano-calendário de 2026.

A nova legislação também estabelece tetos para a carga tributária combinada (corporativa e individual) da seguinte forma: (i) 34% para contribuintes corporativos padrão; (ii) 40% para seguradoras e entidades de capitalização; e (iii) 45% para instituições financeiras.

Lucros gerados até 31 de dezembro de 2025 permanecem isentos do novo regime de tributação de dividendos, desde que todas as seguintes condições sejam atendidas:

(i) os lucros devem estar registrados nos registros contábeis da Companhia até 31 de dezembro de 2025; (ii) a deliberação societária aprovando sua distribuição também deve ser formalizada até a mesma data; e (iii) o pagamento pode ocorrer a qualquer momento até 31 de dezembro de 2028.

Assim como outras companhias brasileiras de diversos setores, recebemos determinados benefícios fiscais e outros benefícios do governo, inclusive incentivos relativos às nossas atividades de exportação e pesquisa e desenvolvimento. Para aproveitar os benefícios fiscais, devemos atender a certos requisitos, como fazer investimentos em pesquisa e desenvolvimento, registrar lucros tributáveis, entre outros. Para mais informações, vide “Item 5. Análise e

Perspectivas Operacionais e Financeiras - A. Resultados Operacionais - Incentivos Fiscais.” Para nossa reconciliação fiscal efetiva, vide a Nota Explicativa 22.3 de nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas de 2025 incluídas em outra parte deste relatório anual.

Além disso, esses incentivos podem ser cancelados ou suspensos pelo governo brasileiro a qualquer momento sem aviso prévio. Nesse contexto, a Lei Complementar nº 224/2025, promulgada no final de 2025, estabeleceu uma redução linear de benefícios e incentivos fiscais aplicáveis a tributos federais, com efeitos a partir do primeiro trimestre de 2026. Os impactos estão principalmente associados à aplicação de 10% das alíquotas tributárias originais a transações que anteriormente estavam sujeitas a isenção total ou alíquota zero.

O efeito mais significativo dessa nova legislação refere-se ao PIS e à COFINS, que atualmente se aplicam à alíquota de 0% sobre compras e vendas domésticas de bens e serviços. Sob a nova regra, essas transações estarão sujeitas a 10% das alíquotas padrão de PIS/COFINS, resultando em uma carga tributária residual onde antes não existia tributação.

O mesmo se aplica a operações realizadas sob o regime tributário especial para a indústria de defesa, ou RETID. Tanto compras quanto vendas domésticas cobertas pelo regime passarão a estar sujeitas a 10% das alíquotas originais de PIS, COFINS e também do imposto sobre produtos industrializados, cuja alíquota padrão nessas transações é geralmente em torno de 10%. Apesar disso, espera-se que o efeito financeiro geral sobre operações cobertas pelo RETID permaneça limitado.

Em relação às importações, nenhum impacto surge no momento da entrada das mercadorias. A aplicação do benefício reduzido ocorre apenas no caso de nacionalização, e exclusivamente com relação ao PIS/COFINS Importação. Nesse cenário, 10% da alíquota combinada de 11,75% tornar-se-á devida (1,175%).

Apesar dessas mudanças, acreditamos que se espera que o impacto financeiro resultante da redução linear dos incentivos fiscais seja limitado.

Ainda assim, a continuidade de tais planos de incentivo pelo governo brasileiro depende de fatores que não podemos controlar ou prever, e não podemos assegurar que esses incentivos serão mantidos ou renovados ou que poderemos obter novos incentivos no futuro.

Estamos sujeitos a rigorosos requisitos de certificação e regulatórios, que podem nos afetar adversamente.

Estamos sujeitos a rigorosos requisitos civis, militares e outros requisitos regulatórios, e o não cumprimento pode afetar materialmente nossos negócios e acesso ao mercado.

Nossos produtos de aviação civil devem atender a extensos requisitos regulatórios em todas as jurisdições onde operamos.

Aeronaves civis exigem certificação e validação pela ANAC, FAA, EASA e outras autoridades de aviação, que podem impor padrões em evolução ou divergentes. Não podemos assegurar que tais aprovações serão obtidas dentro do prazo ou de qualquer forma, e atrasos podem resultar em custos adicionais, mudanças de projeto ou impactos nas entregas.

Nossos produtos de aviação de defesa estão igualmente sujeitos a processos de certificação, qualificação e aceitação militar específicos por país, que variam significativamente por cliente e podem mudar ao longo do tempo, afetando cronogramas e oportunidades de vendas.

Além de regras específicas de aviação, nossos sistemas de aeronaves podem ser afetados por arcabouços regulatórios mais amplos que regem tecnologia, desempenho ambiental, segurança operacional, sistemas digitais ou uso de espectro. Não podemos antecipar plenamente o momento, escopo ou rigor de requisitos futuros. A não conformidade pode restringir a operação de aeronaves ou a entrada no mercado ou exigir modificações não planejadas.

Mudanças em leis, padrões ou interpretações regulatórias—sejam civis, militares ou não aeronáuticas—podem aumentar custos de conformidade, estender prazos de desenvolvimento ou limitar o acesso ao mercado. Qualquer falha ou atraso na obtenção das aprovações necessárias poderia afetar material e adversamente nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais.

Controles Internos

Nossa capacidade de prevenir violações de padrões legais, contábeis regulatórios, éticos ou de governança poderia ser prejudicada se deixarmos de manter controles internos adequados e eficazes, o que poderia prejudicar nossos resultados operacionais, nossa capacidade de operar nosso negócio e nossa reputação.

Nós e nossas subsidiárias não podemos garantir que nossas subsidiárias não identificarão deficiências significativas ou falhas materiais em nossos controles internos, nem que não haverá falhas materiais ou deficiências significativas em nossos controles internos sobre relatórios financeiros no futuro.

Nossa incapacidade de manter controles internos eficientes sobre relatórios financeiros pode inibir seriamente nossa capacidade de relatar com precisão nossa condição financeira, resultados de operações ou fluxos de caixa. Além disso, talvez não consigamos evitar ou detectar uma distorção relevante em nossas demonstrações financeiras em tempo hábil ou de forma alguma. Tais distorções podem resultar em uma futura reformulação de nossas demonstrações financeiras, que podem fazer com que deixemos de cumprir nossas obrigações de relatório ou ter um efeito adverso relevante sobre nossa condição financeira e resultados operacionais.

Trabalho e Mão de Obra

Podemos sofrer com a falta de pessoal qualificado.

Periodicamente, há no setor aeronáutico uma forte concorrência por empregados qualificados, particularmente engenheiros. Podemos não conseguir recrutar e reter o número necessário de engenheiros e outros empregados qualificados. A falha em coordenar nossos recursos de maneira tempestiva ou em atrair e reter pessoal qualificado poderia retardar nosso desenvolvimento de combustíveis sustentáveis de aviação, ou SAFs, e eletricidade de fontes renováveis e causar atrasos na produção e entregas de nossas aeronaves, o que nos afetaria adversamente.

Restrições de cláusulas de escopo em contratos de pilotos de companhias aéreas podem limitar a demanda por aeronaves comerciais no mercado dos EUA.

Um fator limitante-chave na demanda por jatos regionais é a existência das cláusulas de escopo (scope clauses) previstas nos contratos de pilotos de companhias aéreas. Essas scope clauses, mais comuns na América do Norte, mas também existentes em outras importantes regiões, inclusive na Europa, são negociadas pelas companhias aéreas e os sindicatos de pilotos, normalmente a cada três anos, impondo restrições sobre: (i) o número de aeronaves que uma operadora regional pode operar; (ii) o número de assentos em uma aeronave que uma operadora regional pode operar; e (iii) o peso da aeronave que uma operadora regional pode operar.

As rodadas mais recentes de negociações relacionadas a cláusulas de escopo entre as principais transportadoras nos Estados Unidos da América foram concluídas em 2023 sem mudanças significativas. Assim, nossas oportunidades de crescimento num futuro próximo no mercado de jatos regionais nos Estados Unidos, na categoria de jatos com 76 assentos, podem estar limitadas. Nesse contexto, e considerando que os Estados Unidos da América são o mercado mais importante para o EMBRAER 175, em 25 de fevereiro de 2025, anunciamos uma pausa adicional de quatro anos no desenvolvimento do jato E175-E2, além da pausa anterior anunciada em 18 de fevereiro de 2022. Não podemos garantir que as atuais restrições serão reduzidas ou não aumentarão, inclusive por meio de aditamento dessas scope clauses para abranger aeronaves comerciais maiores.

A falha em proteger adequadamente contra riscos relacionados à segurança cibernética poderia nos afetar material e adversamente.

Nós, assim como todas as organizações empresariais, estamos sujeitos a uma grande variedade de ameaças cibernéticas, com diferentes níveis de sofisticação. As técnicas e ferramentas usadas nas ameaças cibernéticas podem evoluir rapidamente e incluir novas tecnologias, como automação avançada e inteligência artificial. Essas ameaças cibernéticas podem comprometer a confidencialidade, disponibilidade e integridade de nossos sistemas e dados, inclusive dos dados confidenciais, sigilosos ou pessoais de nossos clientes. Mantemos controles técnicos de segurança abrangentes, mecanismos de aplicação de políticas, sistemas de monitoramento e supervisão de gestão para abordar essas ameaças. Mesmo que essas medidas tenham sido elaboradas para prevenir, detectar e responder a atividades não autorizadas em nossos sistemas, certos tipos de ameaça, inclusive ataques cibernéticos, podem ter um efeito adverso relevante em nosso negócio e reputação. Um ataque cibernético bem-sucedido pode resultar na indisponibilidade de nossos serviços, no vazamento ou no comprometimento da integridade das informações e pode causar a perda de quantidades significativas de dados de clientes, outras informações confidenciais e perda de fundos, bem como danos à nossa reputação, afetando diretamente nossos clientes e parceiros comerciais. Além disso, alguns de nossos parceiros comerciais e nossos fornecedores, têm acesso limitado a informações confidenciais e estratégicas sobre os nossos projetos e dados de engenharia. Como muitos desses fornecedores enfrentam ameaças de segurança semelhantes, qualquer ataque a seus sistemas pode resultar em acesso não autorizado a nossos sistemas ou dados. Apesar de nossos controles de segurança e medidas para prevenir a violação de nossos sistemas, não podemos garantir que outros ataques cibernéticos ou violações semelhantes não acontecerão no futuro.

Utilizamos inteligência artificial, o que poderia nos expor a responsabilidade ou afetar adversamente nossos negócios.

Utilizamos, e continuamos a explorar usos adicionais de, inteligência artificial, ou IA, em conexão com nossos negócios, produtos e serviços. No entanto, a regulamentação da IA está evoluindo rapidamente em todo o mundo, à medida que legisladores e reguladores estão cada vez mais focados nessas poderosas tecnologias emergentes. As tecnologias subjacentes à IA e seus usos estão sujeitas a uma variedade de leis e regulamentações, incluindo propriedade intelectual, privacidade, proteção de dados, segurança cibernética, proteção ao consumidor, concorrência e leis de igualdade de oportunidades, e espera-se que estejam sujeitas a maior regulamentação e novas leis ou novas aplicações de leis e regulamentações existentes. Além disso, a IA é objeto de revisão contínua por várias agências governamentais e regulatórias em todo o mundo, e várias jurisdições estão aplicando, ou considerando aplicar, suas leis e regulamentações de moderação de plataformas, segurança cibernética e proteção de dados à IA ou estão considerando arcabouços legais para IA. Múltiplas jurisdições adotaram ou estão considerando requisitos específicos de IA, e agências federais e estaduais dos EUA estão avaliando como leis existentes se aplicam à IA. Orientações de supervisão em algumas jurisdições também abordam privacidade, proteção de dados e segurança cibernética relacionadas à IA e gestão de riscos de terceiros.

A regulamentação da IA foi incluída na lista de prioridades do Senado brasileiro para 2024, culminando em sua aprovação do Projeto de Lei nº 2.338/23 em 10 de dezembro de 2024. O projeto está atualmente em discussão na Câmara dos Deputados brasileira e tem sido objeto de amplo debate na sociedade. Não há cronograma definitivo para sua aprovação ou entrada em vigor; no entanto, há uma expectativa de que o projeto possa ser aprovado durante o primeiro semestre de 2026. Em sua versão atual, o projeto estabelece normas nacionais gerais para o desenvolvimento, implementação e uso responsável de sistemas de IA no Brasil, introduzindo requisitos de conformidade, padrões de responsabilidade e restrições de uso, incluindo um arcabouço baseado em riscos que exige avaliações preliminares para classificar sistemas de IA por nível de risco, supervisão humana aprimorada para aplicações de alto risco e penalidades significativas por violações. Se promulgado, o projeto poderia impor encargos adicionais de conformidade, estabelecer arcabouços de responsabilidade ou exigir medidas específicas de transparência e prestação de contas para nosso uso e desenvolvimento de sistemas de IA.

Talvez não sejamos capazes de antecipar como responder a essas leis e regulamentações em rápida evolução, ou a todas as suas possíveis interpretações ou aplicações, e podemos precisar dispendar recursos para ajustar nossas ofertas em certas jurisdições se os arcabouços legais e regulatórios forem inconsistentes entre jurisdições. Além disso, como a própria tecnologia de IA é altamente complexa e se desenvolve rapidamente, não é possível prever todos os riscos legais ou regulatórios que podem surgir relacionados ao uso de IA. Se leis e regulamentações relacionadas à IA forem implementadas, interpretadas ou aplicadas de maneira inconsistente com nossas práticas ou políticas atuais, tais leis e regulamentações podem afetar adversamente nosso uso de IA e nossa capacidade de fornecer e melhorar nossos serviços, exigir medidas adicionais de conformidade e mudanças em nossas operações e processos ou resultar em custos de conformidade aumentados e possíveis ações civis contra nós ou ações regulatórias, qualquer uma das quais poderia afetar adversamente nossos resultados operacionais, condição financeira e perspectivas.

Além disso, há riscos envolvidos na utilização de IA, e nenhuma garantia pode ser dada de que nosso uso de IA melhorará nossos produtos ou serviços ou produzirá os resultados pretendidos. Por exemplo, apesar de nossos melhores esforços e iniciativas de governança, modelos de IA podem ser falhos, treinados com dados insuficientes ou de baixa qualidade, refletir formas indesejadas de viés ou conter outros erros ou inadequações, que podem não ser prontamente detectáveis. Soluções de IA (incluindo aquelas fornecidas por terceiros) podem produzir inferências ou saídas falsas, imprecisas, enganosas, enviesadas ou de outra forma deficientes, depender de dados, tecnologia ou propriedade intelectual sobre os quais nós ou quaisquer de nossos contratados, fornecedores ou prestadores de serviços possamos carecer de direitos suficientes, ou estar sujeitas a novas expectativas de documentação, transparência, governança e validação. Embora implementemos medidas de governança, controles internos, testes, supervisão humana e processos de validação concebidos para mitigar esses riscos, o fortalecimento de controles para lidar com esses riscos pode aumentar custos e afetar o tempo de lançamento no mercado, e quaisquer erros ou inadequações em sistemas de IA usados para funções de controle (como monitoramento de transações ou triagem de sanções) poderiam levar a interrupções operacionais, falhas de conformidade, escrutínio regulatório, dano reputacional, multas ou penalidades. A IA pode nos sujeitar a desafios legais, regulatórios, éticos, operacionais, reputacionais ou outros novos ou ampliados. A IA pode envolver práticas de dados inadequadas ou controversas por desenvolvedores e usuários finais, ou outros fatores que afetem adversamente a opinião pública sobre IA, qualquer um dos quais poderia prejudicar a aceitação de soluções de IA, incluindo aquelas incorporadas a nossos produtos e serviços. Também dependemos de modelos, conjuntos de dados e infraestrutura de terceiros; limitações, interrupções, mudanças na funcionalidade ou termos contratuais, ou concentração em um número limitado de provedores poderiam interromper nossas operações ou aumentar custos.

Se as soluções de IA que criamos ou usamos forem deficientes, imprecisas ou controversas, poderíamos incorrer em ineficiências operacionais, prejuízo competitivo, responsabilidade legal, dano à marca ou reputação, ou outros impactos adversos sobre nossos negócios e resultados financeiros. Não pode haver garantia de que nosso uso de IA será bem-sucedido na redução de nosso risco operacional ou no aumento de nossas eficiências operacionais ou de outra forma resultará em nossos resultados pretendidos.

Além disso, sistemas de IA podem estar sujeitos a ataques cibernéticos, violações de dados, perdas de dados e outros incidentes de segurança que envolvam dados proprietários, confidenciais, sensíveis e pessoais de usuários de IA, apesar de nossos esforços para negociar acordos equilibrados com tais fornecedores, incluindo a inclusão de cláusulas de responsabilidade, segurança e alocação de riscos. Por exemplo, se qualquer um de nossos empregados, contratados, fornecedores, prestadores de serviços ou outros terceiros com os quais fazemos negócios usar quaisquer soluções de terceiros com IA em conexão com nossos negócios, isso pode levar à divulgação inadvertida ou incorporação de nossos dados proprietários, confidenciais, sensíveis ou pessoais em sistemas de terceiros ou conjuntos de treinamento publicamente disponíveis ou de terceiros (incluindo o chamado “vazamento de dados”), sobre os quais podemos ter controle limitado, o que pode impactar nossa capacidade de realizar o benefício de nossa propriedade intelectual ou dados proprietários, confidenciais, sensíveis ou pessoais, prejudicando nossa posição competitiva e negócios. Se não tivermos direitos suficientes para usar os dados ou outros materiais ou conteúdo em que nossas soluções de IA ou outras ferramentas de IA que usamos se baseiam, podemos estar expostos a determinados riscos legais, regulatórios ou contratuais, (incluindo possível violação de leis e regulamentações aplicáveis, propriedade intelectual de terceiros, privacidade ou outros direitos, ou contratos dos quais somos parte (como reivindicações de terceiros de violação, apropriação indevida ou outra violação de propriedade intelectual, ou alegado uso indevido de dados, conteúdo ou tecnologia, bem como possíveis ações de execução regulatória e remédios contratuais). Além disso, o uso de soluções de IA em produtos ou serviços que usamos ou que são usados por nossos contratados, fornecedores, prestadores de serviços ou outros terceiros com os quais fazemos negócios pode representar riscos semelhantes, e temos capacidade limitada de controlar o desenvolvimento e manutenção de certos produtos ou serviços de terceiros.

Práticas Ambientais, Sociais e Governança

Estamos sujeitos a riscos ambientais, de saúde e segurança.

Nossos produtos, bem como nossas atividades de produção e serviços, estão sujeitos a leis e regulamentos em cada um dos países nos quais operamos. Tais leis regulam o desempenho ou componentes do produto, uso de energia, emissões de gases de efeito estufa, qualidade do ar, poluição da água, poluição sonora, manejo de substâncias perigosas, riscos à saúde humana em virtude da exposição a materiais tóxicos ou perigosos e a correção da contaminação do solo e lençol freático, e outras questões.

Além disso, regulamentos ambientais sobre mudanças climáticas, inclusive normas sobre as emissões de CO₂ adotadas pela International Civil Aviation Organization (“ICAO”), são um dos principais impulsionadores de investimentos em pesquisa e desenvolvimento do setor aeroespacial global, já que podem afetar as preferências dos consumidores. Podemos incorrer custos adicionais para aprimorar ou criar novos programas de compliance em cumprimento das exigências regulatórias ambientais. Atualmente mantemos diversos programas abrangentes para reduzir os efeitos de nossas atividades sobre o meio ambiente. Para mais informações, vide “Item 4.

Informações sobre a Companhia—D.Imobilizado

Além disso, nossos serviços e produtos devem cumprir leis e regulamentações de saúde e segurança. Nos esforçamos para manter os mais elevados padrões de qualidade e acompanhamos de perto as alterações em leis e regulamentos, efetivadas ou propostas, com o objetivo de adaptar, redesenhar, redesarrollar, recertificar ou eliminar nossos produtos para garantir o cumprimento das leis. Podem ocorrer apreensões de produtos não conformes e podemos incorrer em penalidades. Em caso de acidente ou incidente grave com produto, podemos ser obrigados a realizar investigações e instituir medidas corretivas e preventivas.

As mudanças climáticas podem ter efeitos adversos sobre nossos negócios e condição financeira.

Os riscos relacionados às mudanças climáticas estão ganhando cada vez mais relevância social, regulatória, econômica e política, tanto no Brasil quanto internacionalmente. Novas regulamentações relacionadas às mudanças climáticas podem afetar nossas operações e estratégia de negócios, levando-nos a incorrer em custos financeiros resultantes de: (i) riscos físicos; e (ii) riscos de transição, incluindo litígios climáticos. Os riscos climáticos físicos são aqueles decorrentes de mudanças no tempo e no clima que afetam a economia, incluindo o aumento da temperatura média global, que pode causar a elevação do nível do mar e riscos climáticos agudos causados por desastres naturais, incluindo, entre outros, enchentes, incêndios e furacões. Esses desastres podem afetar adversamente nossas operações, as de nossos clientes e parceiros de negócios, inclusive prejudicando os serviços de voo e a circulação de aeronaves. Além disso, os riscos físicos podem causar volatilidade no mercado e afetar adversamente o preço de negociação de nossas ADSs. Além disso, nossas instalações e operações também podem sofrer danos físicos devido a eventos climáticos severos, o que pode representar aumento dos custos operacionais.

Os riscos climáticos de transição são aqueles que surgem da transição para uma economia de baixo carbono. Esperamos que o mercado possa enfrentar acontecimentos significativos e rápidos em termos de novas tecnologias, políticas, demandas legais e regulatórias capazes de impactar nossas atividades e o valor de nossos ativos.

Os efeitos dos riscos climáticos físicos e transitórios também podem representar perdas para nossos clientes e parceiros comerciais, afetando sua lucratividade e sua capacidade de cumprir suas obrigações.

Se não identificarmos e incorporarmos adequadamente os riscos associados à mudança climática em nossa estrutura de risco para medir, gerenciar e divulgar adequadamente os vários riscos financeiros e operacionais que podem resultar da mudança climática, ou se não conseguirmos adaptar nossa estratégia e modelo de negócios a um ambiente regulatório e de mercado em constante mudança, poderemos enfrentar um impacto adverso relevante em nossas taxas de crescimento de negócios, competitividade, lucratividade, requisitos de capital e condição financeira.

Podemos não ser capazes de alcançar nossas metas de emissões de carbono ou avançar em outras iniciativas ambientais, sociais e de governança.

Em agosto de 2021, anunciamos nossa intenção de alcançar neutralidade de carbono em nossas operações até 2040, reduzindo ao máximo as emissões de Escopos 1 e 2 e compensando qualquer emissão residual posterior. Esse compromisso depende principalmente da compra de combustíveis sustentáveis de aviação, ou SAFs, eletricidade de fontes renováveis e da substituição de gás natural por biometano. Nossas estimativas sobre o tempo e o custo de implementação de nossas metas estão sujeitas a vários riscos e incertezas, como baixa disponibilidade de SAF, principalmente no Brasil, onde a maioria das operações está concentrada, e variações nos preços de combustíveis, energia e compensação. Estamos definindo nossas estratégias e novos produtos visando uma aviação de emissões líquidas zero até 2050. Para reforçar esse compromisso, em 2021 assinamos o compromisso “Fly Net Zero” com outros representantes do setor aeroespacial. Essa meta será apoiada por medidas aceleradas de eficiência, transição energética e inovação em todo o setor de aviação e em parceria com governos de todo o mundo.

Também nos comprometemos com determinadas metas de diversidade, inclusão e educação, como alcançar 50% de contratações diversas em todos os novos programas de entrada até 31 de dezembro de 2025; apoiar mais de 80% dos estudantes das escolas de ensino médio da Embraer a serem aceitos em universidades públicas ou privadas com bolsas integrais; ter 20% de mulheres em cargos de liderança sênior até 31 de dezembro de 2025, entre outras. Também estamos sujeitos a determinadas obrigações legais de cumprir metas de diversidade, equidade e inclusão.

Não podemos assegurar que nossas metas e compromissos ambientais, sociais e de governança, ou ESG, e quaisquer obrigações relacionadas a ESG serão alcançados, pois dependem de diversos fatores sobre os quais não temos influência ou controle.

Riscos Geopolíticos e Macroeconômicos

Condições políticas e econômicas brasileiras têm impacto direto sobre nossos negócios e o preço de negociação de nossas ações ordinárias e ADSs.

O governo brasileiro frequentemente interveio na economia brasileira e, de tempos em tempos, implementou mudanças significativas em políticas e regulamentações. As medidas da União para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, implicam, entre outros, em aumento das taxas de juros, mudanças das políticas fiscais, controle de preços, controle de remessas e controle cambial, desvalorização cambial, controle de capital e limitação às importações. Consequentemente, nossos negócios, situação financeira, resultados operacionais e preço de nossas ações ordinárias e ADSs podem ser prejudicados por mudanças em políticas ou normas municipais, estaduais ou federais que envolvam ou afetem:

- as taxas de juros;
- a variação cambial;
- a política monetária;
- a inflação;
- a liquidez dos mercados de capital e financeiro;
- as políticas fiscais;
- as normas trabalhistas;

- a escassez e racionamento de água e energia; e
- outros acontecimentos políticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza sobre se a União implementará mudanças na política, regulamentação ou legislação contribui para uma instabilidade na economia brasileira, aumentando a volatilidade dos mercados de valores mobiliários brasileiros. Essas incertezas e outros acontecimentos futuros na economia brasileira podem afetar adversamente nossas atividades e, consequentemente, nossos resultados operacionais, e também podem afetar adversamente o preço de negociação de nossas ações ordinárias e ADSs. Não podemos prever quais políticas a União adotará ou se essas políticas ou mudanças nas políticas atuais podem ter um efeito adverso sobre nós ou a economia brasileira.

Esses fatores são agravados porque nossos resultados operacionais e condição financeira foram, e continuarão a ser, afetados pela taxa de crescimento do PIB brasileiro. As taxas de crescimento do PIB brasileiro oscilaram nos últimos anos, com expansão de 4,6% em 2021, 2,9% em 2022, 2,5% em 2023, 3,4% em 2024 e 2,3% em 2025. O relatório Focus, um resumo de expectativas de mercado coletadas pelo Banco Central do Brasil e divulgado em 13 de março de 2026, indicava que o consenso dos economistas brasileiros era de expectativas de aumento do PIB brasileiro de 1,8% em 2026. O crescimento do PIB brasileiro é limitado por infraestrutura inadequada, incluindo potenciais escassezes de energia e deficiências nos setores de transporte, logística e telecomunicações, greves gerais, falta de mão de obra qualificada e falta de investimentos privados e públicos nessas áreas, que limitam produtividade e eficiência. Qualquer um desses fatores poderia levar à volatilidade do mercado de trabalho e, de modo geral, impactar renda, poder de compra e níveis de consumo, o que poderia limitar o crescimento e, em última análise, ter um efeito adverso material sobre o uso de nossos produtos e serviços.

A instabilidade política pode afetar adversamente nossos negócios e resultados operacionais, o preço de nossas ações ordinárias e nossos instrumentos de dívida.

Historicamente, o cenário político do Brasil influenciou, e continua a influenciar, o desempenho da economia brasileira. Crises políticas afetaram e ainda afetam a confiança dos investidores e do público em geral, o que resultou na desaceleração econômica e maior volatilidade dos títulos emitidos por companhias brasileiras. A instabilidade política e a incerteza quanto aos acontecimentos políticos e às políticas que o governo brasileiro pode adotar ou alterar podem ter efeitos adversos relevantes sobre o ambiente macroeconômico no Brasil, bem como sobre as operações e o desempenho financeiro das empresas que operam no Brasil, inclusive a nossa.

Além disso, em 2026, o Brasil realizará eleições para Presidente, senadores, deputados federais e deputados estaduais. A incerteza eleitoral poderia levar a alta volatilidade nos mercados financeiros brasileiros, e a incerteza quanto a desenvolvimentos políticos pode ter efeitos adversos materiais sobre o ambiente macroeconômico no Brasil e, consequentemente, sobre nós.

A inflação e os esforços do governo para conter a inflação podem contribuir significativamente para a incerteza econômica e para maior volatilidade nos mercados de valores mobiliários brasileiro e internacional e, consequentemente, podem nos afetar adversamente.

No passado, a inflação e a volatilidade da taxa de juros causaram efeitos adversos relevantes na economia brasileira e global. Aumentos repentinos nos preços e longos períodos de inflação alta podem causar, entre outros efeitos, perda de poder aquisitivo e distorções na alocação de recursos na economia.

No Brasil, a inflação e certas medidas tomadas pelo Banco Central para controlá-la tiveram efeitos negativos significativos sobre a economia brasileira. O Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) do Brasil registrou deflação de 1,1% em 2025, em comparação com uma inflação de 6,5% em 2024 e deflação de 3,2% em 2023. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Brasil registrou inflação de 4,3% em 2025, 4,8% em 2024 e 4,6% em 2023. As medidas para conter as altas taxas de inflação incluem um aperto na política monetária, com um aumento nas taxas de juros, resultando em restrições ao crédito e à liquidez de curto prazo.

O Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil, ou COPOM, é responsável por definir a taxa de juros oficial brasileira, ou taxa SELIC. O COPOM frequentemente ajusta as taxas de juros básicas oficiais em situações de incerteza econômica para atender às metas econômicas estabelecidas pela União. Após atingir o mínimo histórico de 2,0% em agosto de 2020, o COPOM começou a aumentar as taxas de juros em março de 2021 e, como resultado, a taxa SELIC atingiu 13,75% em dezembro de 2022. Em 2023, o Banco Central do Brasil começou a reduzir a taxa SELIC em decorrência de uma desaceleração da inflação, e a taxa SELIC foi definida em 13,25% em agosto de 2023, 11,75% em dezembro de 2023 e 10,50% em maio de 2024. No entanto, pressões inflacionárias renovadas—impulsionadas em parte por preocupações fiscais decorrentes de déficits orçamentários persistentes e aumento dos gastos do governo—levaram o Banco

Central do Brasil a reverter o curso e retomar aumentos de juros em setembro de 2024, com a taxa SELIC atingindo 15,00% até junho de 2025. Na data deste relatório anual, a taxa SELIC está em 15,00% ao ano, refletindo os desafios de controlar a inflação em meio a uma economia forte, níveis de desemprego historicamente baixos e desequilíbrios fiscais que exigem política monetária mais restritiva para manter a estabilidade econômica.

No cenário internacional, a inflação atingiu máximas recordes nos últimos anos. Nos EUA, a inflação ao consumidor medida pelo U.S. Consumer Price Index, ou CPI, atingiu o pico de 3,4% em 2023, foi de 2,9% em 2024 e 2,7% em 2025. De forma semelhante, na Europa, a inflação ao consumidor medida pelo Harmonised Index of Consumer Prices ("HICP") foi de 2,9% em 2023, 2,4% em 2024 e 2,0% em 2025. O aumento da inflação levou bancos centrais a reverter as fortes políticas de estímulo implementadas durante a pandemia de COVID-19. O Banco Central Europeu aumentou as taxas de juros de -0,5% em 2021 para 2,0% em 2022, atingindo um pico de 4,5% em 2023. O Federal Reserve elevou as taxas de forma semelhante de 0,08% em 2021 para 4,33% em 2022 e 5,33% em 2023. No entanto, em 2025, ambos os bancos centrais iniciaram uma reversão moderada dessas políticas, com o Banco Central Europeu cortando as taxas para 2,15% e o Fed reduzindo a taxa dos federal funds para uma faixa de 3,50% a 3,75% até o final de 2025. Esses movimentos foram impulsionados pela moderação da inflação, desaceleração do crescimento econômico e alívio das pressões na cadeia de suprimentos. Apesar desses cortes recentes de juros, as taxas de juros permanecem em níveis historicamente altos em comparação com as normas pré-pandemia. Espera-se, em geral, que tanto o Banco Central Europeu quanto o Federal Reserve mantenham as taxas nesses níveis elevados no curto prazo para garantir que a inflação permaneça sob controle e que a estabilidade econômica seja preservada.

Aumentos nas taxas de juros, ou a manutenção das taxas de juros em níveis historicamente altos, poderiam afetar adversamente nossa capacidade de contrair dívida adicional e aumentar o custo do serviço da dívida, resultando em aumento de nossos custos financeiros, o que pode reduzir nossa liquidez, afetando adversamente nossa capacidade de cumprir nossas obrigações financeiras. Em 31 de dezembro de 2025, 9,6% de nosso caixa e equivalentes de caixa consolidados estavam indexados à variação da taxa CDI. Portanto, as flutuações nas taxas de juros e na inflação brasileiras podem nos afetar adversamente. Por outro lado, uma redução significativa do CDI ou das taxas de inflação pode afetar adversamente a receita que recebemos de nossos investimentos financeiros.

A volatilidade cambial pode nos afetar adversamente.

Nas últimas décadas, a moeda brasileira tem sofrido variações frequentes e substanciais em relação ao dólar dos EUA e a outras moedas estrangeiras. Em 2023, o real se desvalorizou em relação ao dólar dos EUA em comparação com 31 de dezembro de 2022, atingindo R\$ 4,8413 por US\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2023. Em 2024, o real depreciou-se em relação ao dólar em comparação com 31 de dezembro de 2023, atingindo R\$6,1923 por US\$1,00 em 31 de dezembro de 2024. A taxa de câmbio real/dólar dos EUA informada pelo Banco Central do Brasil foi de R\$ 5,5024 por US\$1,00 em 31 de dezembro de 2025, o que refletiu uma depreciação de 11,1% do real em relação ao dólar dos EUA durante o ano, impulsionada pelo ambiente de política monetária dos EUA, bem como por preocupações em torno da economia brasileira e da situação fiscal do governo brasileiro. Em 9 de março de 2026, a taxa de câmbio real/dólar dos EUA informada pelo Banco Central do Brasil era de R\$5,2139 por US\$1,00. Não há garantia de que o real não se desvalorizará ou valorizará ainda mais em relação ao dólar norte-americano.

Por um lado, a desvalorização do real frente ao dólar gera pressões inflacionárias no Brasil e acarreta aumentos das taxas de juros, prejudicando o crescimento da economia brasileira como um todo, e restringe o acesso aos mercados financeiros internacionais e pode resultar em intervenção do governo, inclusive com a adoção de políticas recessivas. A desvalorização do real frente ao dólar, inclusive em um cenário de desaceleração econômica, levou a uma redução de gastos pelo consumidor, causou pressões deflacionárias e reduziu o crescimento da economia como um todo. Por outro lado, a valorização do real frente ao dólar e outras moedas pode levar à deterioração das contas correntes do Brasil e prejudicar o crescimento resultante das exportações. Dependendo das circunstâncias, tanto a desvalorização quanto a valorização do real podem nos afetar de maneira adversa e relevante.

Embora a maior parte de nossa receita e dívida seja denominada em dólares, a relação entre o real e o dólar e a taxa de desvalorização do real em relação à principal taxa de inflação pode nos afetar adversamente, principalmente considerando-se que:

- ➔ Em 2025, 13,5% dos nossos custos totais eram denominados em reais.
- ➔ Nossa despesa de imposto de renda é significativamente afetada pelas flutuações da taxa de câmbio, uma vez que os impostos sobre a renda são, em grande parte, determinados e pagos em reais com base em nossos livros fiscais brasileiros. Além disso, devemos registrar os impostos diferidos resultantes da variação cambial

de acordo com os ativos não monetários registrados (principalmente propriedade, instalações e equipamento e o intangível). Para mais informações sobre os efeitos da variação cambial do real frente ao dólar, vide as Notas Explicativas [22](#) e [33](#) das demonstrações financeiras consolidadas de 2025.

- ➔ A desvalorização do real frente ao dólar ou outras moedas reduziria nossa receita denominada em reais do nosso segmento de Defesa e Segurança ao ser convertida em dólares, nossa moeda funcional.
- ➔ A valorização do real frente ao dólar e outras moedas aumentaria o custo de nossos produtos em dólar, podendo causar redução em nossas margens.

A desvalorização do real em relação ao dólar norte-americano também pode reduzir o valor em dólares das distribuições e dividendos de nossas ADSs e também pode reduzir o valor de mercado de nossas ações ordinárias e ADSs. Embora nossa moeda funcional seja o dólar norte-americano, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nosso patrimônio líquido deve ser contabilizado e mantido em reais, incluindo os valores a serem distribuídos aos acionistas (dividendos e juros sobre o capital próprio). Para obter mais informações, consulte o "Item 8. Informações Financeiras—A. Demonstrações Consolidadas e Outras Informações Financeiras—Dividendos e Política de Dividendos".

Desenvolvimentos e a percepção de risco em outros países, especialmente outros mercados emergentes, podem afetar adversamente o preço de mercado de valores mobiliários brasileiros, incluindo nossos ADSs, nossas ações ordinárias e nossos instrumentos de dívida.

O valor de mercado de valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras, inclusive aqueles emitidos por nós, pode ser influenciado pelas condições econômicas e de mercado em outros países, incluindo os Estados Unidos, União Europeia, países da América Latina e outros mercados emergentes. Por exemplo, divisões políticas nos Estados Unidos da América, particularmente em torno de políticas fiscais, inflacionárias, energéticas e geopolíticas, podem resultar em mudanças repentinas de política que afetem adversamente as economias e mercados de capitais dos EUA, globais e brasileiros. Embora a conjuntura econômica desses países seja significativamente diferente da conjuntura econômica do Brasil, a reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países poderá ter um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras. Na medida em que as condições dos mercados ou da economia global se deteriorarem, os negócios de empresas com operações significativas no Brasil podem ser adversamente afetados. Além disso, crises em outros países poderão diminuir o interesse dos investidores nos valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários emitidos por nós. Isso poderia afetar adversamente o preço de mercado de nossos valores mobiliários, dificultando ou impedindo nosso acesso ao mercado de capitais e ao financiamento de nossas operações em condições aceitáveis no futuro.

Podemos ser material e adversamente afetados por políticas comerciais protecionistas e outras medidas adotadas pela atual administração dos EUA, incluindo a imposição de tarifas adicionais sobre produtos brasileiros.

O atual Presidente dos Estados Unidos foi eleito para um segundo mandato em novembro de 2024 e tomou posse em janeiro de 2025. Não temos controle sobre, e não podemos prever, o efeito de sua administração ou políticas. Desde que retornou ao cargo, a administração do Presidente anunciou e implementou medidas tarifárias que afetam importações para os Estados Unidos, inclusive aplicando uma tarifa adicional de aplicação geral de 10% em abril de 2025 à maioria das importações para os Estados Unidos e uma tarifa de 40% subsequentemente anunciada em tarifas específicas por país aplicáveis a uma ampla gama de exportações brasileiras para os Estados Unidos (a qual foi posteriormente revogada). Em conexão com essas medidas, foi relatado na imprensa que aeronaves exportadas do Brasil para os Estados Unidos poderiam estar sujeitas a essas tarifas aumentadas específicas do Brasil; no entanto, isenções foram posteriormente estabelecidas para aeronaves civis e determinadas peças e produtos relacionados em relação à tarifa específica do Brasil mais alta, embora tais importações possam permanecer sujeitas a outras tarifas aplicáveis, incluindo a tarifa adicional de aplicação geral de 10%. Tais isenções não se aplicaram a aeronaves, equipamentos, componentes e materiais relacionados militares e de defesa, que continuam sujeitos a direitos de importação mais altos (até 50%) quando importados para os Estados Unidos. Além disso, em fevereiro de 2026, no entanto, a Suprema Corte dos EUA decidiu que determinadas tarifas impostas sob o International Emergency Economic Powers Act (IEEPA) excediam a autoridade estatutária do Presidente, anulando componentes significativos do regime tarifário e reforçando que o poder de estabelecer tarifas reside no Congresso. Embora a decisão tenha limitado a base legal para as amplas tarifas de emergência originalmente impostas, a incerteza legal e política permanece, pois a administração dos EUA sinalizou intenções de buscar autoridades estatutárias alternativas para reimpor ou ajustar tarifas e pode promulgar gravames de aplicação geral sob outras disposições da lei comercial dos EUA. O governo dos EUA também ameaçou publicamente novas ações comerciais contra o Brasil e outros países do BRICS com base em sua associação com a Rússia e seus esforços para reduzir a dependência do dólar dos EUA no comércio internacional. Essas medidas contribuíram para tensões geopolíticas elevadas, aumento da volatilidade de mercado e crescente incerteza quanto ao futuro do comércio internacional e dos fluxos de capital.

Tarifas aumentadas e o potencial de novas restrições comerciais podem levar a uma desaceleração no comércio global e na atividade econômica e podem aumentar custos, criar interrupções na cadeia de suprimentos e contribuir para maior volatilidade e incerteza de mercado. Para nós, tais desenvolvimentos poderiam (i) aumentar o custo entregue de nossas aeronaves, peças e serviços nos Estados Unidos e em outros mercados, (ii) reduzir a demanda por nossos produtos, inclusive levando clientes a adiar, reprogramar ou cancelar pedidos ou buscar renegociar termos comerciais, (iii) aumentar nossos custos de produção na medida em que tarifas se apliquem a componentes, matérias-primas ou outros insumos e (iv) afetar adversamente nossas margens, receitas, carteira de pedidos e resultados operacionais. Além disso, qualquer deterioração nas relações comerciais EUA-Brasil, medidas retaliatórias por outros países ou mudanças regulatórias relacionadas poderiam interromper ainda mais nossas operações e cadeia de suprimentos global.

Qualquer rebaixamento da dívida soberana do Brasil poderia afetar adversamente o preço de mercado de nossas ações ordinárias, ADSs e instrumentos de dívida.

A nota de crédito afeta a percepção de risco dos investidores e, consequentemente, os rendimentos esperados em futuras emissões de dívida em mercados de capitais. As agências de classificação de risco avaliam regularmente o Brasil e os títulos soberanos brasileiros, levando em consideração diversos fatores, inclusive tendências macroeconômicas, conjuntura tributária e orçamentária, nível de endividamento e a perspectiva de mudanças em quaisquer desses fatores.

Na data deste relatório anual, os ratings de crédito soberano do Brasil eram BB- com perspectiva estável, Ba1 com perspectiva positiva e BB com perspectiva estável pela Standard & Poor's, Moody's e Fitch, respectivamente, cujos ratings estão abaixo do grau de investimento. Consequentemente, os preços de valores mobiliários oferecidos por empresas com operações significativas no Brasil podem ser adversamente afetados. Um prolongamento ou agravamento das atuais baixas taxas de crescimento da economia brasileira e a continuidade da incerteza política, entre outros fatores, poderiam levar a novos rebaixamentos de rating ou à manutenção dos ratings de crédito do Brasil em níveis abaixo de grau de investimento. Qualquer um desses eventos poderia aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, afetar adversamente o preço dos valores mobiliários emitidos por empresas brasileiras, incluindo nossos ADSs.

Desenvolvimentos relacionados a conflitos geopolíticos, sanções, controles de exportação e instabilidade em determinadas jurisdições podem nos afetar adversamente.

Desenvolvimentos geopolíticos globais, incluindo o conflito em curso entre Rússia e Ucrânia, instabilidade no Oriente Médio e sanções e restrições comerciais que afetam determinadas jurisdições, como Rússia, Belarus, certas regiões da Ucrânia, Irã e Venezuela, geraram incerteza na economia global. Assim que a guerra foi declarada, suspendemos serviços de peças, manutenção e suporte técnico para determinados clientes para cumprir as sanções impostas à Rússia, Belarus e certas regiões da Ucrânia por leis de jurisdições às quais estamos sujeitos, e podemos ser obrigados a tomar ações semelhantes no futuro para cumprir sanções aplicáveis, controles de exportação ou outras restrições comerciais.

À medida que o conflito Rússia-Ucrânia persiste, e a instabilidade continua em outras regiões, continuamos a monitorar de perto os desenvolvimentos para avaliar potenciais restrições ou impactos que possam surgir. Esses desenvolvimentos também levaram a um aumento de ataques cibernéticos visando redes críticas, companhias aéreas e fornecedores, amplificando ainda mais riscos operacionais em toda a indústria da aviação. Eles também destacaram os riscos diretos à segurança da aviação. Incidentes recentes relacionados a esses assuntos ilustram os riscos elevados para aeronaves civis operando em ou perto de zonas de conflito. Esses eventos não apenas representam preocupações imediatas de segurança, mas também contribuem para riscos reputacionais para fabricantes, maior escrutínio das operações de aviação e potenciais interrupções para a indústria como um todo.

A Rússia permanece um dos maiores fornecedores mundiais de titânio, um material crítico para a fabricação de aeronaves. Embora atualmente não antecipemos restrições na disponibilidade de titânio em nossa cadeia de suprimentos, considerando nossa posição atual de estoque e as fontes alternativas existentes em outros países, continuaremos a monitorar ativamente nossa cadeia de suprimentos para identificar e mitigar quaisquer potenciais restrições. Além disso, conflitos geopolíticos, sanções, restrições comerciais e instabilidade regional podem criar incerteza adicional para cadeias de suprimentos globais, rotas de transporte, mercados de energia e commodities e contrapartes em regiões afetadas. Esses desenvolvimentos também podem afetar adversamente a segurança e as atividades de nossos empregados, especialmente aqueles que residem em ou viajam por regiões afetadas.

Além disso, continuamos a monitorar desenvolvimentos no Oriente Médio e em outras regiões onde o ambiente de segurança permanece altamente instável. Tensões e conflitos em curso nessas regiões, bem como sanções e outras restrições regulatórias que afetam determinadas jurisdições, podem criar incerteza adicional para cadeias de suprimentos globais e rotas de transporte. Dado que temos fornecedores localizados em algumas dessas regiões, quaisquer

interrupções, atrasos de remessa, restrições regulatórias ou aumentos de custos decorrentes de tais desenvolvimentos geopolíticos poderiam afetar adversamente nossos negócios. Também permanece incerto se essas dinâmicas atuais de conflito se estabilizarão ou escalarão, e quais efeitos de longo prazo podem ter sobre condições políticas e econômicas globais.

Como uma empresa que opera globalmente, os efeitos adversos—globais ou localizados—do conflito em curso entre Rússia e Ucrânia, instabilidade no Oriente Médio e outras regiões, e sanções, controles de exportação e restrições comerciais que afetam determinadas jurisdições, poderiam ter um efeito adverso material sobre nossos negócios, resultados operacionais ou condição financeira.

Riscos Relacionados às Nossas Ações Ordinárias e ADSs

Se titulares de nossos ADSs trocarem os ADSs por ações ordinárias, correm o risco de perder a capacidade de remeter moeda estrangeira ao exterior e vantagens fiscais brasileiras.

O custodiante brasileiro das ações ordinárias é responsável por efetuar remessas de moeda estrangeira ao exterior para o pagamento de dividendos e outras distribuições relacionadas às ações ordinárias ou mediante a alienação das ações ordinárias. Essas remessas de recursos no âmbito de um programa de ADR estão sujeitas a tratamento fiscal específico no Brasil que pode ser mais favorável a um investidor não-residente se comparado à remessa de ganhos originados de valores mobiliários (como ações ordinárias) adquiridos diretamente pelo investidor não-residente nos mercados acionários regulados brasileiros. Assim, um investidor que opte por permutar suas ADSs pelas ações ordinárias subjacentes pode estar sujeito a tratamento fiscal menos favorável sobre os ganhos provenientes desses investimentos. Além disso, ao retirar as ações ordinárias subjacentes, tornando-se assim proprietário direto das ações na bolsa local, um investidor não residente precisaria cumprir os requisitos legais e regulatórios em conexão com investimentos de não residentes em valores mobiliários no Brasil.

Nos termos da Resolução Conjunta nº 13 (“Resolução Conjunta 13”), emitida pelo Banco Central e pela CVM, vigente a partir de 1º de janeiro de 2025, para que o investidor não residente entregue ADSs para fins de retirada das ações ordinárias por eles representadas, o investidor não residente seria obrigado a nomear uma instituição financeira brasileira ou um prestador de serviços de compensação devidamente autorizado pelo Banco Central para atuar como seu representante legal, sujeito a isenções limitadas aplicáveis a determinadas pessoas físicas não residentes; tal representante é responsável, entre outras coisas, por lidar com os registros e atualizações exigidos em nome do investidor não residente perante autoridades brasileiras, que autorizam investidores não residentes registrados a comprar e vender diretamente na B3. Para negociar na B3, o investidor não residente também pode precisar contratar uma corretora e custodiante locais. O atendimento a esse requisito pode exigir que o investidor estrangeiro incorra mais despesas. Além disso, se os representantes deixarem de obter ou atualizar o credenciamento de investimento estrangeiro relevante junto à CVM conforme exigido pela Resolução Conjunta 13 e pela Resolução CVM nº 13, de 18 de novembro de 2020 (“Resolução CVM 13”), investidores não residentes podem incorrer em despesas adicionais ou estar sujeitos a atrasos operacionais que poderiam afetar sua capacidade de receber dividendos ou distribuições relacionadas às ações ordinárias ou o retorno de seu capital de maneira tempestiva.

Os requisitos de investimento estrangeiro nos termos da Resolução Conjunta 13 e da Resolução CVM 13 podem ser afetados por futuras mudanças legislativas ou regulatórias, e não podemos assegurar aos titulares que restrições adicionais aplicáveis a eles, à alienação das ações ordinárias ou preferenciais subjacentes, ou à repatriação dos recursos do processo não serão impostas no futuro.

O Governo Federal brasileiro tem poder de veto sobre a mudança de nosso controle societário, e de nosso nome, marca ou objeto social e sobre a criação ou alteração de nossos programas de Defesa e Segurança, e seus interesses poderiam conflitar com os interesses dos titulares de nossas ações ordinárias e ADSs.

A União é titular de uma ação ordinária de classe especial, a golden share, que confere poder de veto com relação à mudança de nosso controle, razão social, marca ou objeto social, bem como quanto à criação ou mudança de nossos programas de Defesa e Segurança (independentemente de o governo federal participar desses programas). Por exemplo, em 2010, alteramos a denominação social para Embraer S.A. e aditamos nosso estatuto social para permitir nossa entrada no mercado de defesa e segurança, o que exigiu a aprovação da União. A União pode vetar operações que podem ser do interesse dos titulares de nossas ações ordinárias ou ADSs. Não podemos garantir que a União aprovará mudanças corporativas ou operações importantes no futuro, ou outras mudanças corporativas que venham a ser necessárias.

Nosso estatuto social contém disposições que poderiam desencorajar nossa aquisição ou impedir ou atrasar transações que você possa favorecer.

Nosso estatuto social contém disposições que têm o efeito de evitar a concentração de nossas ações ordinárias em um pequeno grupo de investidores, de modo a promover uma base acionária dispersa. Segundo essas disposições, qualquer acionista ou grupo de acionistas que adquira ou se torne titular de (i) 35% ou mais das ações emitidas por nós ou (ii) outros direitos sobre as ações emitidas por nós que representem mais de 35% do nosso capital social, deverá enviar à União uma solicitação de oferta pública de aquisição da totalidade das ações de nossa emissão, nos termos do nosso estatuto social. Se a solicitação for aprovada, o acionista ou grupo de acionistas deverá realizar uma oferta pública de aquisição da totalidade das ações no prazo de 60 dias após a aprovação. Se a solicitação for negada, o acionista ou grupo de acionistas deverá vender todas as ações que excederem o limite de 35% do nosso capital social no prazo de 30 dias, de forma que o acionista ou grupo de acionistas volte a ser titular de menos de 35% do nosso capital social. Essas disposições poderão evitar atos de concentração, desencorajar, retardar ou evitar fusões e aquisições, inclusive operações em que nossos acionistas possam receber um prêmio por suas ações ordinárias e ADSs. Essas disposições só podem ser alteradas ou anuladas mediante a aprovação do nosso conselho de administração e acionistas reunidos em assembleia geral convocada para esse fim e com o consentimento da União, como titular da golden share.

Nosso estatuto social contém disposições que limitam os direitos de voto de determinados acionistas, incluindo acionistas estrangeiros.

Nosso estatuto social contém disposições que limitam o direito de voto em assembleia geral de determinados acionistas ou grupo de acionistas, inclusive corretoras atuando em nome de um ou mais titulares de ADSs, com relação às ações em circulação representativas de mais de 5% do nosso capital social. Algumas disposições do nosso estatuto também restringem o direito de voto de acionistas estrangeiros, uma vez que o direito de voto de ações representativas de mais de dois-terços do nosso capital social deve ser exercido por acionistas brasileiros reunidos em assembleia geral. Essa restrição evita a alienação de nosso controle a acionistas estrangeiros e limita a capacidade de acionistas estrangeiro de exercer controle sobre nós. Para mais informações sobre o nosso direito de voto, vide “Item 10. Informações Adicionais—B. Atos Constitutivos e Estatuto Social—Direito de Voto das Ações—Restrição ao Direito de Voto de Determinados Acionistas Ordinários”.

Não temos acionista controlador e, como resultado, podemos estar sujeitos a determinados riscos.

Como companhia de capital pulverizado, não temos um acionista controlador ou um grupo de controle que detenha direitos que lhe assegurem permanentemente a maioria dos votos nas deliberações da assembleia geral de acionistas e o poder de eleger a maioria dos membros do nosso conselho de administração. Na ausência de um único acionista controlador ou de um grupo de acionistas controladores, o quórum mínimo exigido por lei para a aprovação de determinados assuntos pode não ser atingido, o que poderia afetar negativamente nossos negócios.

Além disso, nós e nossos acionistas podemos não ter as mesmas proteções fornecidas pela Lei das Sociedades por Ações brasileira contra medidas abusivas tomadas por outros acionistas e, como resultado, podemos ser obrigados a incorrer em despesas significativas e podemos não ser compensados por quaisquer perdas que sofrermos. Qualquer mudança súbita e não esperada em nossa Administração, nas políticas corporativas ou direção estratégica, ou ainda, qualquer tentativa de aquisição de controle ou conflitos entre acionistas sobre os seus direitos, pode afetar adversamente os nossos negócios e resultados operacionais.

Titulares de ADSs podem não ser capazes de exercer seus direitos de voto.

Titulares de ADSs podem exercer o direito de voto em relação às ações ordinárias subjacentes somente nos termos do contrato de depósito que regem as ADSs. Segundo o contrato de depósito, titulares de ADSs devem exercer o direito de voto em relação às ações ordinárias subjacentes às ADSs por meio do envio de instruções de voto ao depositário. O depositário exercerá o direito de voto das ações ordinárias subjacentes conforme as instruções recebidas dos titulares de ADSs. Caso contrário, os titulares de ADSs não poderão exercer seu direito de voto, exceto se entregarem as ADSs para cancelamento em troca de ações ordinárias.

Nos termos do nosso estatuto social, as assembleias gerais serão convocadas com antecedência mínima de 30 dias, no caso de primeira convocação, e 15 dias, no caso de segunda convocação. Na hipótese de convocação de assembleia geral, os titulares de ADSs podem não ser notificados em tempo hábil para entregar as ADSs em troca das ações ordinárias subjacentes e assim votar um assunto específico. Além disso, o depositário não tem obrigação de notificar os titulares de ADSs sobre qualquer votação, nem de distribuir aos titulares de ADSs as cédulas de voto e materiais relacionados, a menos que tenhamos passado instruções ao depositário nesse sentido. Se instruímos o depositário a receber instruções de voto dos titulares de ADSs, ele notificará os titulares de ADSs sobre a votação e coordenará o envio dos modelos de procuração aos

titulares. Não podemos garantir que os titulares de ADSs receberão cartões de procuração a tempo de permitir que eles instruem o depositário a votar nas ações subjacentes às suas ADSs. Adicionalmente, o depositário e seus representantes não são responsáveis pela falta de cumprimento das instruções de voto ou atraso no pedido de instruções de voto. Assim, os titulares de ADSs podem não conseguir exercer plenamente seu direito de voto.

A relativa iliquidez e volatilidade dos mercados de valores mobiliários brasileiros podem limitar substancialmente a capacidade dos titulares de nossas ações ordinárias ou dos ADSs de vender as ações ordinárias subjacentes aos ADSs pelo preço e no momento desejados.

Investir em valores mobiliários, inclusive em nossas ações ordinárias ou ADSs, de companhias de mercados emergentes, tais como o Brasil, envolve um risco maior do que investir em valores mobiliários de companhias de países mais desenvolvidos.

O mercado brasileiro é substancialmente menor, menos líquido, mais concentrado e potencialmente mais volátil que os principais mercados acionários nos Estados Unidos e em outros países desenvolvidos, não sendo tão regulado ou supervisionado como outros mercados. A capitalização relativamente baixa e a falta de liquidez do mercado acionário no Brasil poderão limitar significativamente a capacidade dos nossos acionistas ordinários ou titulares de ADSs de vender as ações ordinárias ou ADSs pelo preço desejado e na data oportuna. Para mais informações sobre a B3, vide “Item 9. Oferta e Listagem—C. Mercados—Negociação na B3”.

Titulares de nossos ADSs podem ser incapazes de exercer direitos de preferência com relação às ações ordinárias.

Os titulares de nossas ADSs podem não conseguir exercer seu direito de preferência com relação às ações ordinárias subjacentes às ADSs, exceto em caso de haver um documento de registro (registration statement) segundo o Securities Act em vigor com relação ao direito de preferência ou uma isenção da exigência de registro segundo o Securities Act. Não temos a obrigação de arquivar um documento de registro (registration statement) com relação às nossas ações ou outros valores mobiliários quanto ao direito de preferência. Além disso, não podemos garantir aos titulares de nossas ADSs que arquivaremos qualquer documento de registro (registration statement). A menos que arquivemos um documento de registro (registration statement) ou exista uma isenção de registro, os titulares de nossas ADSs terão direito a receber somente os recursos líquidos da venda de seu direito de preferência pelo depositário; e se o direito de preferência não puder ser vendido, ele perderá a validade.

Julgamentos de tribunais brasileiros com relação às nossas ações ordinárias serão pagáveis apenas em reais.

Em caso de ajuizamento de ações perante a Justiça brasileira, no sentido de exigir o cumprimento das obrigações relativas às nossas ações ordinárias, não seremos obrigados a efetuar qualquer pagamento em outra moeda além do real. Segundo as restrições de controle cambial, a obrigação de efetuar pagamentos no Brasil em moeda estrangeira somente poderá ser cumprida em reais, conforme determinação do Banco Central, pela taxa de câmbio vigente na data em que o julgamento é obtido, e tais valores então serão corrigidos para refletir as variações cambiais ocorridas até a data do efetivo pagamento. A taxa de câmbio da época pode não compensar integralmente os investidores estrangeiros em seus pedidos relacionados às nossas obrigações relativas às ações ordinárias ou ADSs.

Item 4. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

A. História e Evolução da Companhia

Visão geral

A Embraer S.A. é uma empresa de capital aberto, constituída segundo as leis do Brasil por tempo indeterminado. Nosso principal escritório executivo fica localizada na Avenida Dra. Ruth Cardoso, nº 8.501, 30º andar (parte), Eldorado Business Tower, Pinheiros, CEP 05425-070, cidade de São Paulo, estado de São Paulo, Brasil. Nosso telefone é 55-11-3040-6874, e nosso endereço na internet é ri.embraer.com.br.

Constituída em 1969 pela União, tornamo-nos uma empresa de capital aberto em 1989 e fomos privatizados em 1994. Durante o processo de privatização, o governo federal criou a golden share, uma classe especial de ações que assegura ao governo federal o direito de veto em determinadas matérias, especialmente matérias relacionadas a programas militares.

Em 2000, obtivemos nosso registro junto à SEC e listamos nossos American Depositary Receipts na Bolsa de Valores de Nova York (“NYSE”). Em 2006, iniciamos um processo de reestruturação societária com o objetivo de simplificar nossa estrutura de capital, que desde então é composta exclusivamente por ações ordinárias. Além disso, ingressamos em um segmento especial de listagem da B3 conhecido como Novo Mercado, aprimorando nossos padrões de governança corporativa; e, desde então, não tivemos acionista controlador ou grupo controlador.

Em 2010, nossos acionistas aprovaram a alteração de nossa razão social de “Embraer – Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A.” para “Embraer S.A.” Além disso, nossos acionistas ampliaram nosso objeto social e o escopo de nosso segmento de Defesa e Segurança para permitir que esse segmento fabrique e comercialize equipamentos, materiais, sistemas, software, acessórios e componentes para os setores de defesa, segurança e energia, bem como realize atividades técnicas e preste serviços relacionados a essas áreas. Assim, nosso estatuto social foi aditado para refletir a inclusão dessas atividades em nosso objeto social.

Em 2011 e 2012, realizamos aquisições e firmamos parcerias no segmento de Defesa e Segurança, incluindo a aquisição da Atech Negócios em Tecnologias S.A. e da Bradar Indústria S.A. (“Bradar”) (que foi incorporada à Embraer em 2018), Savis Tecnologia e Sistemas S.A. (que foi incorporada à Embraer em 2021) e Visiona Tecnologia Espacial S.A., ou Visiona.

Em 2020, por meio de nossa subsidiária Embraer Defesa e Segurança Participações S.A., adquirimos o controle de aquisição da Tempest Serviços de Informática S.A. e suas subsidiárias, a maior empresa de cibersegurança do Brasil. Em 2024, a Embraer Defesa e Segurança Participações S.A. adquiriu indiretamente 100% da Tempest e suas subsidiárias.

Em 2021, nós, por meio de nossa subsidiária EVE, celebramos um acordo de combinação de negócios com a Zanite Acquisition Corp., ou Zanite, para desenvolver ainda mais as soluções UAM abrangentes, práticas e eficientes em termos de capital da EVE. O objetivo dessa solução é o projeto e produção de eVTOL, serviço e suporte desse veículo, operações de frota e UATM. A transação foi concluída em 9 de maio de 2022 e a Zanite mudou seu nome para Eve Holding Inc., ou Eve Holding. As ações da Eve Holding foram listadas na New York Stock Exchange em 10 de maio de 2022.

Em junho de 2023, nós, por meio de nossa subsidiária Embraer Aircraft Holding, Inc., ou EAH, e a Nidec Motor Corporation, uma das principais fabricantes abrangentes de motores elétricos do mundo, composta por aproximadamente 340 empresas do grupo em todo o mundo, celebramos um acordo, ou o Framework Agreement, que estabelece os termos e condições para a formação de uma nova empresa denominada Nidec Aerospace, LLC, ou Nidec. O objetivo dessa parceria é o desenvolvimento e fabricação conjuntos de sistemas de propulsão elétrica para uso aeronáutico, incluindo para veículos de decolagem e pouso vertical, e para aeronaves de asa fixa. A transação foi concluída em 5 de outubro de 2023.

Evolução da Companhia

Passamos de uma empresa pública, constituída para desenvolver e fabricar aeronaves para a Força Aérea Brasileira, para uma companhia de capital aberto que fabrica aeronaves para a aviação comercial e executiva e para fins de defesa e segurança, além de prestar os serviços relacionados. Em nossa evolução, adquirimos, desenvolvemos e aprimoramos nossa capacidade tecnológica e de engenharia por meio do desenvolvimento próprio de produtos para a Força Aérea Brasileira e do desenvolvimento de produtos juntamente com companhias estrangeiras em projetos específicos. Aplicamos as capacidades que adquirimos em nosso segmento de Defesa e Segurança para desenvolver ainda mais nosso segmento de Aviação Comercial.

Nossos segmentos operacionais reportáveis refletem a estrutura organizacional e de gestão usada pelo Diretor-Presidente, como principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos e avaliar desempenho, com os resultados da Companhia avaliados em base consolidada e segregados por perspectiva de produto em Aviação Comercial, Aviação Executiva, Defesa e Segurança e Serviços e Suporte, enquanto atividades operacionais que não atendem aos limites quantitativos são agregadas e divulgadas como Outros Segmentos.

Aviação Comercial

Nossa primeira aeronave regional foi o EMB-110 Bandeirante, uma aeronave turboélice bimotor não pressurizada com capacidade para transportar 19 passageiros, inicialmente projetada para atender as necessidades de transporte da Força Aérea Brasileira. Essa aeronave foi certificada em 1973. Após o Bandeirante, desenvolvemos o EMB 120 Brasília, certificado em 1985. O EMB 120 Brasília é uma aeronave comercial turboélice pressurizada de alta

performance, com capacidade para transportar 30 passageiros, projetada para cobrir rotas mais longas e atender o tráfego mais intenso de passageiros do crescente mercado de aviação regional. Aproveitando o projeto do EMB 120 Brasília e da tecnologia de jato adquirida no desenvolvimento do AM-X, um caça-bombardeiro desenvolvido para a Força Aérea Brasileira, desenvolvemos a família de aeronaves regionais ERJ 145, nosso primeiro jato para uso comercial. Essa família inclui três aeronaves, cada uma com capacidade para transportar 37, 44 e 50 passageiros, respectivamente. O primeiro membro da família ERJ, o ERJ 145, foi certificado em 1996. Expandimos nossa linha de jatos com o desenvolvimento da família de jatos EMBRAER 170/190, com capacidade para transportar de 70 a 118 passageiros, projetado para atender a tendência do mercado de aviação de produzir jatos maiores, com maior capacidade em termos de volume e alcance. O primeiro membro dessa família, o EMBRAER 170, foi certificado em fevereiro de 2004, e as aeronaves derivadas, o EMBRAER 175 e o EMBRAER 190, foram certificadas em dezembro de 2004 e agosto de 2005, respectivamente. O EMBRAER 195 foi certificado em junho de 2006. Em junho de 2013, a Embraer lançou a segunda geração de sua família de aeronaves comerciais E-Jets, os E-Jets E2, composta por três aeronaves, o E190-E2 e o E195-E2. O E190-E2 e o E195-E2 começaram a operar em abril de 2018 e setembro de 2019, respectivamente. Nosso segmento de Aviação Comercial representou 31,3%, 34,5% e 35,1% de nossa receita total para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, respectivamente. Para mais informações, consulte “—B. Visão Geral—Segmento de Aviação Comercial.”

Aviação Executiva

Desenvolvemos uma linha de jatos executivos ao longo do tempo, começando com o Legacy 600, que foi descontinuado em 2016 para focar no sucesso de seu sucessor de maior alcance, o Legacy 650. Em 2005, lançamos o Phenom 100, um jato de entrada, e o Phenom 300, um jato leve. Posteriormente, em 2006, o Lineage 1000, um jato da categoria ultra-large, foi adicionado como o maior jato executivo em nosso portfólio de jatos executivos. Então, em 2008, lançamos o Legacy 450 e o Legacy 500, ambos jatos de cabine média, e em 2009, apresentamos o Legacy 650, um jato executivo grande que foi posicionado em nosso portfólio entre o Legacy 500 e o Lineage 1000. A versão aprimorada do Lineage, o Lineage 1000E, foi introduzida em 2013. O Legacy 500 e o Legacy 450 começaram a operar em outubro de 2014 e dezembro de 2015, respectivamente. Em 2016, lançamos o Phenom 100EV e o Legacy 650E. Em 2017, o Phenom 100EV começou a operar, bem como o Phenom 300E, uma versão aprimorada do Phenom 300, com design de interior revolucionário, que começou a operar em outubro de 2017, com uma aeronave de demonstração. Em 2018, apresentamos os jatos executivos Praetor 500 de médio porte e Praetor 600 de super médio porte, que entraram em serviço em junho e dezembro de 2019, respectivamente. Também em 2019, implantamos com êxito a estratégia de descontinuar a produção do Legacy 650 e Lineage 1000E. Em 2020, concentramos nossos esforços de negócios nas renovadas e altamente competitivas linhas de produtos Phenom e Praetor, descontinuando os modelos Legacy 450 e 500. Por fim, em 2023, lançamos o Phenom 100EX, a mais recente evolução da série Phenom 100, que entrou em serviço no início de 2024. Nosso segmento de aviação executiva foi responsável por 29,1%, 27,6% e 26,7% de nossa receita nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, respectivamente.

Defesa e Segurança

A história da Embraer começa no segmento de Defesa e Segurança, com as aeronaves EMB-110 Bandeirante e EMB-120 Brasília na década de 1970, sobre as quais foram construídas as fundações de nossa Companhia. Desde então, continuamos a apoiar o mercado de aviação militar com uma gama de produtos para as Forças Armadas Brasileiras. Programas iniciais incluíram o EMB-312 Tucano, um treinador básico, e o EMB-111 Bandeirante Patrulha para patrulha marítima, ambos também exportados. Na década de 1980, Embraer e Aermacchi desenvolveram conjuntamente o jato AMX, destacando a importância da cooperação internacional na indústria aeroespacial e de defesa.

No início dos anos 2000, iniciamos a produção do recém-desenvolvido A-29 Super Tucano. A aeronave é uma plataforma de treinamento avançado que entrou em serviço em 2004 e permanece em produção, com mais de 300 unidades vendidas para mais de 20 países em 31 de dezembro de 2025. Como uma plataforma comprovada de ataque leve, treinamento avançado e reconhecimento armado, é um pilar de nosso portfólio, combinando baixos custos operacionais, construção robusta, capacidade de desdobramento e histórico comprovado em combate. Ao longo dos anos, desenvolvemos e certificamos várias outras aeronaves adaptadas às missões de nossos clientes, particularmente o KC-390 Millennium, uma plataforma multimissão de última geração, e a maior aeronave já fabricada no Brasil. A plataforma entrou em serviço em 2019 e atualmente tem três operadores (Brasil, Portugal e Hungria). Espera-se que pelo menos seis operadores adicionais sejam adicionados nos próximos anos à medida que entregarmos nossa carteira de pedidos. Uma plataforma de transporte aéreo de próxima geração, o KC-390 é o carro-chefe de nosso portfólio de Defesa e Segurança. Também entramos no mercado de radares e sensores com a aquisição da Bradar em 2011, totalmente incorporada à Embraer em 2018. Nossas ofertas incluem os radares SENTIR M20, SABER M60 e SABER M200 VIGILANTE, bem como novos projetos de desenvolvimento.

Além disso, expandimos nosso portfólio para apoiar nossos clientes em todo o mundo com uma ampla linha de aeronaves de inteligência, vigilância e reconhecimento, serviços, sistemas e soluções; radares terrestres; aeronaves para transporte de autoridades; transporte militar tático; reabastecimento aéreo; aeronaves de treinamento básico e avançado; satélites; e soluções de segurança cibernética (por meio de nossa subsidiária integral Atech). Por meio da Atech, produzimos sistemas complexos para missões críticas, na área de comando e controle, comunicações, inteligência computacional, defesa cibernética, defesa aérea e controle de tráfego aéreo para defesa, segurança e outras aplicações civis. Com uma participação societária de 51% na Visiona, também atuamos em desenvolvimento, produção e serviços baseados em satélites.

Em 2018, a Embraer formou o consórcio Águas Azuis, em parceria com a Thyssenkrupp Marine Systems e nossa subsidiária Atech. O consórcio foi selecionado em 2019 como fornecedor preferencial para construir quatro novas Fragatas Classe Tamandaré para a Marinha do Brasil. Em 2021, reforçamos ainda mais nosso portfólio de defesa por meio da incorporação pela Companhia da Savis Tecnologia e Sistemas S.A., uma subsidiária integral especializada no desenvolvimento e integração de sistemas terrestres complexos. As ofertas da Savis incluem o desenvolvimento, integração e implementação do Programa SISFRON do Exército Brasileiro para vigilância de fronteiras terrestres.

A Embraer Defesa tem presença global. Na data deste relatório anual, acreditamos continuar sendo a principal fornecedora de aeronaves de defesa para a Força Aérea Brasileira. Ao longo dos anos, expandimos significativamente nossa presença mundial, com vendas de aeronaves para forças armadas na América do Norte, Europa, Ásia, África e América Latina. Esse crescimento – desde nossas primeiras aeronaves de transporte de pessoal até programas de treinamento, o A-29 Super Tucano e o KC-390 Millennium, complementados por capacidades de radar, comando e controle e cibernéticas – ilustra a evolução de nosso segmento de Defesa e Segurança, e nosso papel como parceira de longo prazo de clientes governamentais selecionados e forças armadas em todo o mundo. Nosso segmento de Defesa e Segurança foi responsável por 13,0%, 11,3% e 9,8% de nossa receita nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, respectivamente. As receitas de vendas para a União representaram 11,2%, 23,0% e 23,8% da receita desse segmento nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, respectivamente.

Serviços e Suporte

Nosso segmento de Serviços e Suporte é focado em fornecer um portfólio completo de soluções para as operações de aeronaves e produtos da Embraer nos segmentos de Aviação Comercial, Aviação Executiva e Defesa e Segurança. O portfólio inclui soluções de materiais, programas de pagamento por hora, manutenção, modificações de aeronaves, treinamento, suporte integrado, serviços digitais, serviços de engenharia, entre outros. Esse segmento operacional também inclui nossa subsidiária OGMA – Indústria Aeronáutica de Portugal S.A., ou OGMA, uma subsidiária da Embraer sediada em Portugal que oferece serviços de manutenção, reparo e revisão (MRO) para aeronaves e motores civis e militares (fabricados pela Embraer ou por terceiros), e a Embraer CAE Training Services, que oferece serviços de treinamento. Por fim, este segmento possui uma rede de mais de 80 centros de serviços próprios e autorizados espalhados pelo mundo, centros de atendimento ao cliente dedicados a cada mercado e uma equipe de mais de 4.000 funcionários responsáveis pelo suporte a mais de 4.391 aeronaves da Embraer, bem como a outras aeronaves, motores e radares originais do fabricante.

Nosso segmento de Serviços e Suporte foi responsável por 25,4%, 25,6% e 26,9% de nossa receita nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, respectivamente.

Segmentos de Outros Negócios

Por fim, nossos Outros segmentos incluem várias atividades e entregas não incluídas nos segmentos anteriores. Temos a aeronave Ipanema, um avião agrícola desenvolvido na década de 1970 sob as especificações do Ministério da Agricultura brasileiro. Agora em sua sétima geração, todas as novas aeronaves Ipanema são entregues com motor movido a biocombustível (etanol). Em 31 de dezembro de 2025, havíamos entregue um total de 1.728 aeronaves Ipanema, incluindo 50 unidades entregues em 2025. Adicionalmente, em 2025, estruturamos a Embraer Equipment Division (EDE), uma unidade de negócios dedicada ao fornecimento de peças e equipamentos a clientes externos. Essa iniciativa foi empreendida para aumentar nossa eficiência da cadeia de suprimentos e fortalecer o suporte ao setor de pós-venda. Além do fornecimento de peças e equipamentos, a divisão também é responsável pelo desenvolvimento tecnológico de duas soluções para a EVE: o trem de pouso e o computador de controle de voo.

Adicionalmente, por meio da Eve Air Mobility, estamos envolvidos no desenvolvimento e certificação de aeronaves eVTOL, no estabelecimento de uma rede de manutenção e serviços para eVTOLs e no desenvolvimento de um sistema de gerenciamento de tráfego aéreo para mobilidade aérea urbana (UAM). Também desenvolvemos e fabricamos sistemas de propulsão elétrica para uso aeronáutico, incluindo veículos de decolagem e pouso vertical e aeronaves de asa fixa, e investimos em soluções de segurança cibernética por meio de nossa subsidiária Embraer Defesa e Segurança

Participações S.A., que, em 2020, adquiriu 61% da Tempest, a maior empresa de segurança cibernética do Brasil, e em 2024 adquirimos indiretamente os 39% restantes da empresa.

Nossos segmentos de Outros Negócios foram responsáveis por 1,2%, 1,0% e 1,5% de nossa receita nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, respectivamente. Para informações adicionais sobre nossos Outros segmentos, vide a Nota Explicativa [35.5](#) de nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas de 2025 incluídas em outra parte deste relatório anual.

B. Visão Geral da Companhia

Visão geral

Somos a principal fabricante de jatos com até 150 assentos no mundo, com base no número de aeronaves entregues na última década, detendo uma participação de mercado de 30% em termos de entregas acumuladas desde 2004, de acordo com um relatório de dados do Cirium Fleet Analyzer datado de 31 de dezembro de 2025. Como resultado, temos uma presença de franquia representada por nossa base global de clientes. Nosso foco está na satisfação do cliente por meio de uma gama de produtos e serviços que atendem os mercados de aeronaves comerciais, jatos executivos e defesa e segurança. Desenvolvemos um portfólio de produtos e serviços de aviação comercial orientado para a tecnologia e centrado no cliente, que nos permite construir relacionamentos de longo prazo com nossos clientes nos mercados de aviação comercial, jatos executivos e defesa e segurança. Passamos de uma empresa pública constituída para desenvolver e fabricar aeronaves para as Forças Armadas Brasileiras para uma companhia de capital aberto que fabrica aeronaves e provê serviços relacionados para a aviação comercial e executiva, bem como para fins de defesa e segurança. O atendimento de alta qualidade é um elemento-chave do nosso foco no cliente, sendo crítico para fidelizar clientes com os quais temos um relacionamento duradouro.

Uma de nossas principais oportunidades de mercado reside na substituição direta de produtos, particularmente em regiões onde nossos produtos são bem percebidos, como América do Norte e Europa. Adicionalmente, acreditamos haver potencial significativo em mercados específicos como Índia, Brasil, Turquia e Arábia Saudita. Para Aviação Comercial, isso é impulsionado pelo desenvolvimento da aviação regional nessas áreas, juntamente com o crescimento global do segmento abaixo de 150 assentos, à medida que companhias aéreas ajustam suas frotas para melhor atender à demanda. Para Aviação Executiva, nós, por meio de nossa visão de entregar a experiência definitiva em aviação executiva, atendemos a base mundial de High Net Worth Individual ou HNWI, proprietários corporativos e departamentos de voo, operadores de fretamento e fracionários. Também atendemos compradores de primeira viagem e mercados de adições e substituições.

O negócio de nosso segmento de Defesa e Segurança é impulsionado principalmente pelo KC-390 Millennium e pelo A-29 Super Tucano. A demanda pelo KC-390 é impulsionada principalmente pela substituição de antigas aeronaves de transporte tático (categoria de 20 a 30 toneladas) que estão atingindo a idade de aposentadoria. A demanda pelo A-29 Super Tucano é impulsionada pela necessidade de (i) adicionar capacidades e (ii) melhorar níveis de custo-eficiência. No lado das capacidades, o A-29 apoia diferentes missões: ataque leve/ apoio aéreo aproximado, treinamento avançado e/ ou reconhecimento armado, para citar algumas. No lado da eficiência, o A-29 pode executar algumas das missões normalmente realizadas por plataformas mais avançadas (por exemplo, caças), por uma fração do custo – o A-29 atua como uma solução de melhor valor e, ao mesmo tempo, poupadora de célula. Além do KC-390 Millennium e do A-29 Super Tucano, todo o portfólio é importante para apoiar nossas parcerias com clientes governamentais e de defesa – seja porque alavancam as capacidades de projeto e fabricação aeroespacial da Embraer, ou porque se expandem para outras soluções no âmbito de nossas competências, como projeto e integração de sistemas, comando e controle, integração de carga útil e modernização, entre outras.

Em 2025, geramos receita de US\$7,6 bilhões, da qual 96,6% era denominada em dólares dos EUA. De nossa receita agregada em 2025:

- ➔ 31,3% desta receita foram provenientes de nosso segmento de Aviação Comercial, 25,4% do segmento de Serviços e Suporte, 29,1% de nosso segmento de Aviação Executiva, 13,0% de nosso segmento de Defesa e Segurança e 1,2% de nossos Outros Segmentos, e
- ➔ 58,7% dessa receita originou-se de clientes na América do Norte, seguidos por clientes na Europa com 24,3%, Brasil com 8,3%, região Ásia-Pacífico com 5,4%, América Latina (exceto Brasil) com 1,9% e outras regiões com 1,4%.

Em 2024, geramos receita de US\$6,4 bilhões, da qual 94,7% era denominada em dólares dos EUA. Da nossa receita em 2024:

- ➔ 34,5% foram provenientes de nosso segmento de Aviação Comercial, 25,6% do segmento de Serviços e Suporte, 27,6% de nosso segmento de Aviação Executiva, 11,3% de nosso segmento de Defesa e Segurança e 1,0% de nossos Outros Segmentos, e
- ➔ 59,1% dessa receita originou-se de clientes na América do Norte, seguidos por clientes na Europa 22,5%, Brasil com 8,3%, região Ásia-Pacífico com 4,0%, América Latina (exceto Brasil) com 4,2% e outras regiões com 1,9%.

Em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, tínhamos uma carteira total de pedidos firmes de US\$31,6 bilhões, US\$26,3 bilhões e US\$18,7 bilhões, respectivamente.

Estamos dando continuidade à nossa estratégia de longo prazo de focar na execução consistente de nosso plano estratégico de negócios e programas de eficiência com conceitos enxutos, buscando oportunidades de parceria para impulsionar o crescimento, investindo em inovação como fonte primária de crescimento futuro e desenvolvendo ainda nosso programa de ESG, que reforça o nosso compromisso com:

- (i) Redução de carbono: conseguimos alcançar crescimento neutro em carbono desde 2022, reduzindo emissões de escopos 1 e 2, mantendo nossa meta de alcançar neutralidade de carbono em nossas operações até 2040, usar 100% de eletricidade renovável até 2030 e fabricar produtos para apoiar a aviação de emissões zero até 2050;
- (ii) Responsabilidade social: mantivemos nossa meta aspiracional de atingir 50% de contratações diversas em nossos programas de entrada, 20% de mulheres em cargos de liderança sênior até 31 de dezembro de 2025 e continuamos comprometidos em apoiar mais de 80% dos estudantes de escolas financiadas pela Embraer a serem aceitos em universidades públicas ou privadas com bolsas integrais até 31 de dezembro de 2025;

Em 2025, alcançamos 60% de contratações diversas em nossos programas de entrada e, em fevereiro de 2026, vimos pelo menos 85% dos estudantes de escolas financiadas pela Embraer obterem admissão em universidades públicas ou universidades privadas com bolsas integrais. Para 2026, atualizamos nossas metas para manter nosso crescimento em diversidade e inclusão.

- (iii) Padrões de governança corporativa: pretendemos manter os mais altos padrões internacionais de governança e programas robustos de ética e conformidade.

Nossos Pontos Fortes

Acreditamos que nossas principais forças são as seguintes.

Projeto e tecnologia de aeronaves; eficiência de custo e operacional

Concebemos, desenvolvemos e fabricamos aeronaves projetadas do zero com tecnologia de ponta para ajudar os nossos clientes a reduzir custos de operação, manutenção e treinamento em função da eficiência do design de nossas peças. Dentro de uma família de jatos, as peças compartilham tecnologia e recursos semelhantes, o que reduz nossos custos de projeto, desenvolvimento e produção e nos permite oferecer preços competitivos aos nossos clientes com altos padrões de qualidade. Por exemplo, os jatos Praetor 500 e Praetor 600 compartilham características e tecnologias que aprimoram nossa proposta de valor nos segmentos de jatos médios e super-médios. Monitoramos constantemente as tendências e os comportamentos no setor de aviação, para adaptar nossos produtos ao ambiente em constante mudança em que estamos inseridos.

Nossos investimentos em tecnologias inovadoras, como o projeto de automação, nos permitem aumentar a eficiência operacional, reduzindo os custos de engenharia e produção e diminuindo os custos de manutenção dos clientes. Por exemplo, nossa subsidiária EVE, que é líder no desenvolvimento de soluções de Mobilidade Aérea Urbana (UAM) de última geração, está desenvolvendo uma solução UAM abrangente que inclui o projeto e a produção de eVTOLs, um portfólio de serviços de manutenção e suporte voltados para os nossos eVTOLs e os de terceiros, além de um novo sistema de gerenciamento de tráfego aéreo urbano (Vector) projetado para permitir que os eVTOLs operem com segurança e eficiência no espaço aéreo urbano denso, juntamente com aeronaves convencionais e drones. Também investimos em soluções de cibersegurança adquirindo recentemente a Tempest em 2020 e usando a Beacon, uma plataforma inovadora projetada para conectar o sistema de manutenção da aviação.

Principal fabricante de aeronaves comerciais com uma grande base de clientes e presença global.

Somos o principal fabricante de jatos com até 150 assentos, com base no número de aeronaves entregues, e temos uma sólida base de clientes globais. Até a data deste relatório anual, mais de 170 companhias aéreas de mais de 90 países estão operando nossas aeronaves comerciais nos cinco continentes. Nossos clientes incluem algumas das maiores e mais significativas operadoras de rede, regionais e de baixo custo do mundo. Acreditamos que há oportunidades significativas de mercado no setor de aviação comercial e executiva com base na crescente demanda por nossos produtos e nas oportunidades de substituição de aeronaves na próxima década.

Parceiros estratégicos de compartilhamento de riscos

Com relação às nossas aeronaves comerciais e empresariais, desenvolvemos relacionamentos estratégicos com parceiros-chave de compartilhamento de riscos. Esses parceiros desenvolvem e fabricam uma parte significativa dos sistemas e componentes de nossas aeronaves com recursos próprios, reduzindo assim nossas despesas de desenvolvimento. Esses parceiros também financiam uma parte das nossas despesas de pesquisa e desenvolvimento por meio de aportes diretos de caixa ou materiais. Esses relacionamentos estratégicos nos permitem reduzir nossas despesas e riscos de desenvolvimento, aumentam nossa eficiência operacional, aprimoram a qualidade de nossos produtos e reduzem o número de fornecedores, conferindo-nos assim flexibilidade em nosso processo produtivo e operações, e, conseqüentemente, nos permitem ajustar a produção em resposta à demanda do mercado.

Força de trabalho experiente e qualificada

Nossos 23.000 funcionários são experientes e altamente qualificados. Em 31 de dezembro de 2025, os engenheiros representavam aproximadamente um quinto de nossa força de trabalho. Acreditamos que, devido ao alto nível de conhecimento e habilidade de nossos empregados, e aos nossos programas contínuos de treinamento e incentivo, somos capazes de buscar novos programas com eficiência e oferecer aos nossos clientes orientação e experiência técnica diferenciada.

Padrões ESG

O ESG tem sido parte de nossa estratégia há muito tempo, inclusive no desenvolvimento de aeronaves cada vez mais ecoeficientes e na adoção de processos de produção e gerenciamento de recursos naturais mais sustentáveis. Estamos incorporando nossa estratégia de negócios com responsabilidade social e impacto ambiental em tudo o que fazemos, desde nossos processos e instalações até o desenvolvimento de produtos e nossa cadeia de suprimentos. Trabalhamos com todos os nossos principais públicos de interesse para desenvolver estratégias sólidas, definir indicadores e estabelecer metas que são integradas ao nosso plano de sustentabilidade corporativa. Determinadas partes de nossos compromissos ESG de longo prazo são: (i) alcançar neutralidade de carbono nas operações até 2040, por meio da redução de nossas emissões de escopos 1 e 2, como operar com 100% de energia renovável, aumentar o uso de combustível sustentável de aviação (SAF) e compensar quaisquer emissões residuais que não sejam reduzidas por meio de projetos de eficiência, fontes de energia alternativas disponíveis ou novas tecnologias, (ii) desenvolver produtos, serviços e tecnologias disruptivos que contribuam para o avanço de nossa estratégia de sustentabilidade, incluindo eletrificação, híbridos, biocombustíveis (como SAF) e outras fontes inovadoras de energia alternativa; (iii) lançar a aeronave “eVTOL” com emissão zero até 2027; e (iv) alavancar a diversidade na contratação para programas de entrada, em cargos de liderança e no nosso programa de especialização aeronáutica.

Engenharia de defesa qualificada e produtos líderes de mercado em nosso segmento de Defesa e Segurança

Desde o lançamento a 31 de dezembro de 2025, vendemos mais de 1.400 aeronaves de defesa, incluindo aeronaves de transporte do governo, para mais de 60 forças armadas e operadores em todo o mundo.

O KC-390 Millennium e o A-29 Super Tucano são os principais produtos de nosso segmento de Defesa e Segurança.

O KC-390 Millennium é uma aeronave militar de transporte multifunção, que foi desenvolvida no século XXI, e posicionada para entregar maior valor e menores custos de ciclo de vida para se tornar líder de mercado em sua categoria. Combinando múltiplas capacidades em uma única plataforma, cada aeronave pode apoiar uma variedade de missões – como reabastecimento aéreo, transporte de carga e/ou tropas, lançamento aéreo de carga, assalto aéreo, evacuação médica e combate a incêndios, entre outras. O KC-390 Millennium oferece com segurança velocidade, flexibilidade operacional, robustez, conforto, facilidade de manutenção e tecnologia de ponta.

O A-29 Super Tucano é a aeronave mais vendida em sua classe, de acordo com nossa análise interna; acreditamos que esse sucesso se deve ao seu projeto robusto e confiável, com um sistema de entrega de cargas úteis de classe de alta precisão.

Nossa força de trabalho tem experiência significativa em compreender as necessidades operacionais de nossos clientes e seus requisitos relacionados ao nosso portfólio de produtos e serviços de defesa. Acreditamos que nossa equipe entrega produtos capazes, confiáveis e flexíveis, adequados para operações na maioria dos ambientes globais, atuando com altos níveis de eficiência e baixos custos de ciclo de vida. Também acreditamos que temos forte capacidade de engajar vários stakeholders por meio de parcerias, possibilitando o desenvolvimento de soluções aeroespaciais e de defesa de ponta em cronogramas acelerados.

Base de clientes visível e bem diversificada

Vendemos nossas aeronaves e prestamos serviços na América do Norte, Europa, Brasil, Ásia-Pacífico, América Latina e outras regiões. Também temos segmentos de negócios diversificados com flexibilidade para mudar o foco geral de acordo com a demanda. Nossa geração de receita está distribuída entre esses segmentos de negócios, com crescente expansão da receita de serviços recorrentes, e não apresenta riscos de concentração. Em 31 de dezembro de 2025, 45,9% foram provenientes de nosso segmento de Aviação Comercial, 24,0% de nosso segmento de Aviação Executiva, 14,5% de nosso segmento de Defesa e Segurança, 15,6% do segmento de Serviços e Suporte.

Posição de liquidez e perfil de vencimento da dívida

Implementamos e executamos políticas e procedimentos de gerenciamento de caixa para melhorar nossa liquidez e nossa capacidade de gerenciar com eficiência nossos passivos e vencimentos de dívidas. Nosso perfil de dívida está concentrado em dívidas não garantidas de longo prazo, sendo que 14,4% de nossa dívida é garantida a partir de 31 de dezembro de 2025. Nossa geração constante de caixa aliada a maiores entregas de aeronaves, redução de custos e medidas de eficiência melhorou nossa posição de caixa em 2025, com caixa e equivalentes de caixa e investimentos financeiros totalizando US\$2,9 bilhões e uma linha de crédito rotativo disponível no valor de US\$1,0 bilhão, em cada caso em 31 de dezembro de 2025. Como resultado de nossos esforços e realizações na área, recebemos classificação de grau de investimento pela Standard & Poor's com rating BBB com perspectiva estável em setembro de 2025, pela Fitch com rating BBB- com perspectiva positiva, ambos em setembro de 2025, e pela Moody's com rating Baa3 com perspectiva positiva em outubro de 2025.

Estratégias de Negócios

Com o objetivo de dar continuidade ao crescimento dos nossos negócios e aumentar nossa rentabilidade, pretendemos continuar a oferecer aos nossos clientes aeronaves e serviços de alta qualidade e confiabilidade, com bom custo benefício. Abaixo estão determinados elementos-chave de nossa estratégia de negócios.

Foco no marketing de nossas aeronaves comerciais

Estamos totalmente comprometidos com a comercialização de nossos jatos de até 150 assentos. Em 31 de dezembro de 2025, havia aproximadamente 360 unidades da família de jatos ERJ em operação, que é uma série de jatos regionais bimotores movidos a jato; aproximadamente 1.400 unidades da família de jatos EMBRAER 170/190; e aproximadamente 170 unidades da família de jatos E-Jets E2, que são aviões a jato de médio alcance, em serviço ativo, de acordo com um relatório da Cirium datado de 31 de dezembro de 2025. Para mais informações, consulte “—Segmento de Aviação Comercial—Produtos.” Acreditamos que existam oportunidades de mercado para a família de jatos EMBRAER 170/190 e para a geração E2, especialmente para companhias aéreas que buscam expandir sua frota no segmento de média densidade e substituir aeronaves antigas na categoria abaixo de 150 assentos. Além disso, os jatos comerciais terão oportunidades com companhias aéreas de linha principal e de baixo custo que estão dimensionando corretamente suas frotas para ajustar a capacidade, e nos proporcionará oportunidades significativas para aumentar nossa competitividade, oferecendo um serviço completo gama de jatos de até 150 assentos para nossos clientes.

Manter nossa liderança de mercado para jatos comerciais com até 150 assentos

Nossa nova geração de aeronaves comerciais, a família de jatos E-Jet E2, reforça nosso compromisso em manter nossa liderança no segmento de jatos comerciais de até 150 assentos. Nossas aeronaves comerciais têm motores de última geração que, combinados com asas aerodinamicamente avançadas, controles de voo totalmente fly-by-wire e melhorias em outros sistemas, aumentam a eficiência, proporcionando reduções significativas na queima de combustível, custos de manutenção, emissões e ruído externo.

Desenvolver soluções inovadoras e sustentáveis

A Embraer continua a avaliar e desenvolver tecnologias que possam apoiar o avanço de soluções inovadoras e sustentáveis de mobilidade aérea. Um elemento-chave desses esforços é o eVTOL totalmente elétrico em desenvolvimento pela EVE, que representa uma de nossas principais iniciativas em tecnologia propulsiva de próxima geração. Espera-se que o desenvolvimento e integração de um sistema de propulsão totalmente elétrico dentro do programa eVTOL da EVE forneça insights importantes sobre as características técnicas, operacionais e de sustentabilidade da aviação elétrica. Essa experiência pode aprimorar ainda mais nossa compreensão de como tais tecnologias poderiam ser aplicadas a conceitos de aeronaves maiores, incluindo aqueles estudados sob a iniciativa da família Energia. Acreditamos que essas atividades apoiam nossa estratégia de longo prazo de avaliar arquiteturas emergentes de propulsão e outras inovações que possam contribuir para soluções de mobilidade mais eficientes e de menores emissões no futuro.

Portfólio abrangente e bem posicionado no mercado de aviação executiva.

Simplificamos nosso portfólio para apresentar quatro projetos de aeronaves simples nas classes de jatos de cabine pequena e média. O Phenom 100EX é um jato de nível básico, o Phenom 300E, um jato leve e os jatos Praetor 500, um jato de médio porte e o Praetor 600, um jato de super médio porte. Acreditamos que esse portfólio renovado é líder da indústria em desempenho, conforto e tecnologia. Estamos comprometidos em entender e responder às necessidades do mercado e do cliente e melhorar continuamente nosso produto e suporte ao cliente para nossos jatos executivos. Por mais de uma década, introduzimos no mercado aeronaves desenvolvidas do zero e inovadoras. Em 2022, o Phenom 300E foi o jato leve mais entregue pelo décimo quarto ano consecutivo e o jato duplo mais entregue em todo o setor de jatos executivos pelo sexto ano consecutivo, de acordo com a General Aviation Manufacturers Association, ou GAMA.

Fornecer soluções completas e integradas aos clientes de nosso segmento de Defesa e Segurança

Em nosso segmento de Defesa e Segurança, oferecemos uma ampla gama de soluções em todos os domínios – ar, terra, mar, espaço e cibernético. Nosso portfólio de soluções inclui aeronaves de transporte tático, apoio aéreo aproximado, treinamento avançado e aeronaves de reconhecimento armado, radares, sistemas de vigilância de fronteiras, sistemas de controle e gerenciamento de tráfego aéreo, satélites, por exemplo. Estamos continuamente avaliando novas oportunidades para atender aos requisitos em evolução de nossos clientes.

Continuar a buscar oportunidades de nicho no mercado de defesa e segurança

Oferecemos soluções de transporte, reabastecimento aéreo, suporte aéreo aproximado, tático, treinamento, inteligência, vigilância, reconhecimento e cibersegurança (por meio de nossa subsidiária Atech), entre outros. Por meio de nosso portfólio integrado, fornecemos capacidades eficazes que atendem a uma ampla gama de necessidades governamentais e militares. Isso é apoiado por uma cultura de buscar continuamente oportunidades de mercado com clientes existentes e potenciais, com os quais codesenvolvemos soluções inovadoras e sob medida ao longo do tempo.

Expandir nossas vendas internacionais, enquanto continuamos nossa parceria com as Forças Armadas Brasileiras em nosso segmento de Defesa e Segurança

Historicamente, as Forças Armadas brasileiras têm sido nosso principal parceiro no desenvolvimento e na aquisição de capacidades aeroespaciais e de defesa. Desde a fundação da Embraer em 1969, desenvolvemos capacidades de engenharia de ponta, capacidades operacionais e expertise em gestão da cadeia de suprimentos em um nível que nos permite atender às necessidades de clientes brasileiros e internacionais com soluções eficazes e sob medida. Permanecemos comprometidos em expandir nossos relacionamentos comerciais internacionais, enquanto consolidamos nosso papel como parceira-chave das Forças Armadas Brasileiras. Para ilustrar nossa expansão internacional além de contratos de aquisição, alguns marcos-chave merecem destaque: em 2024 inauguramos a Embraer Defense Europe, com escritório em Lisboa, para ampliar nossa presença no ambiente europeu/ NATO para fomentar futuras oportunidades de negócios; e em 2025, inauguramos escritórios da Embraer na Índia, fortalecendo nossa presença neste importante país.

Manter nosso foco na experiência do cliente

Acreditamos que focar na experiência do cliente é fundamental para nosso sucesso empreendedor e estratégia de negócios. Nossa filosofia é oferecer e fornecer um portfólio abrangente de serviços e soluções de suporte a todos os clientes, garantindo a melhor disponibilidade de produtos com custos operacionais competitivos. Nosso atendimento e suporte de alta qualidade são fundamentais para nosso sucesso, pois nos permitem manter relacionamentos de longo prazo com nossos clientes e aumentar a competitividade de nossos produtos. Como o número de aeronaves em operação continua

a crescer e nossos negócios se expandem, aumentamos nosso compromisso de oferecer suporte pós-venda de qualidade, incluindo assistência técnica, treinamento, manutenção, peças de reposição, modificações de produtos e outros serviços relacionados.

Manter e reforçar a excelência operacional

Temos o compromisso de elevar os níveis de serviço e a excelência operacional, garantindo um esforço contínuo para superar as expectativas dos clientes e com altos padrões de qualidade. Focamos em três iniciativas principais para superar as expectativas dos clientes: (i) expansão da frota para otimizar recursos existentes; (ii) garantir disponibilidade de peças de reposição e otimizar giro de estoque para minimizar estrategicamente o tempo de inatividade e aumentar a custo-efetividade; e (iii) sinergia de presença para otimizar recursos e operações em diferentes locais, promovendo colaboração e melhorando a eficiência geral. Também começamos a usar ferramentas de inteligência artificial para aprimorar a experiência do cliente dentro de nosso segmento de Serviços e Suporte. Acreditamos que ferramentas de inteligência artificial ajudam a melhorar nossa capacidade de coletar e analisar dados, identificar padrões e tendências, antecipar necessidades de manutenção e otimizar logística de materiais. Acreditamos que combinar ferramentas de inteligência artificial, logística acoplada e dados, nos ajudará a desenvolver soluções sob medida para atender aos requisitos das operações de nossos clientes.

Fomentar continuamente o crescimento de nosso segmento de Serviços e Suporte

O crescimento é uma necessidade estratégica para o nosso segmento de Serviços e Suporte, e estamos comprometidos com várias iniciativas para promover o crescimento, como o aumento de nossa carteira de serviços, garantindo um pipeline robusto que apoie a expansão sustentada, fortalecendo nossa presença em mercados orgânicos e agnósticos e considerando diversas oportunidades que se alinham com nossas competências essenciais, como a expansão de nossa capacidade de manutenção por meio da extensão de nossos centros de serviços (MROs) nos Estados Unidos em 2025. Além disso, estamos sempre buscando desenvolver soluções inovadoras e competitivas, aproveitando a tecnologia para aumentar a eficiência e atender às necessidades em evolução de nossas partes interessadas e fornecer valor exclusivo aos nossos clientes.

Motivar nossos empregados e melhorar nossos processos de produção e práticas gerenciais

Esforçamo-nos para superar continuamente as expectativas de nossos clientes combinando excelência operacional, práticas robustas de gestão e altos padrões de qualidade. O sucesso de nossos produtos e serviços é impulsionado pelo forte engajamento de nosso pessoal e pela evolução contínua de nossos sistemas de produção.

Esforçamo-nos para promover uma cultura que motive empregados enquanto aprimoramos sistematicamente nossos processos por meio de execução disciplinada e melhoria contínua. Central a essa abordagem é nosso Programa de Excelência Empresarial Embraer (P3E), um sistema de toda a empresa fundamentado em princípios de manufatura enxuta concebido para aumentar a eficiência, reduzir prazos ao longo da cadeia de valor e fortalecer a capacidade de resposta de fornecedores a clientes.

Segmento de Aviação Comercial

Visão geral

Projetamos, desenvolvemos e fabricamos uma variedade de aeronaves comerciais. Vide “Item 4. Informações sobre a Companhia—A. História e Desenvolvimento da Companhia—Desenvolvimento de Negócios—Aviação Comercial.” Nosso segmento de Aviação Comercial representou 31,3%, 34,5% e 35,1% de nossa receita total para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2025, nossos pedidos firmes em carteira para nossas aeronaves de aviação comercial totalizavam US\$14,5 bilhões em comparação com US\$10,2 bilhões em 31 de dezembro de 2024.

Produtos

Família de Jatos ERJ

A partir de 1996, desenvolvemos a família ERJ, nosso jato regional bimotor movido a jato de 37 a 50 passageiros, para atender à crescente demanda entre companhias aéreas regionais por aeronaves de médio alcance movidas a jato. Até o lançamento da Família de Jatos EMBRAER 170/190, o ERJ era nosso produto mais importante, alcançando

ótimos resultados e sendo responsável por consolidar nossa presença no mercado regional dos Estados Unidos. Em 31 de dezembro de 2025, 367 aeronaves ERJ permaneciam em serviço ao redor do mundo, de acordo com dados do Cirium Fleet Analyzer em 31 de dezembro de 2025.

Família de Jatos EMBRAER 170/190

A família de jatos EMBRAER 170/190 oferece aos nossos clientes quatro modelos de aeronaves no segmento de jatos regionais de passageiros, e é composto por quatro modelos: EMBRAER 170, EMBRAER 175, EMBRAER 190 e EMBRAER 195.

O EMBRAER 170 é um jato de 66-78 passageiros e o EMBRAER 175 é um jato de 70-90 passageiros, enquanto o EMBRAER 190 é um jato de 98-114 passageiros e o EMBRAER 195 é um jato de 100-124 passageiros. O EMBRAER 170 foi certificado pela ANAC, FAA, Autoridade Conjunta de Aviação da Europa (a antiga organização consultiva que fez recomendações de certificação para autoridades nacionais não europeias), ou JAA e EASA em fevereiro de 2004, e as entregas do EMBRAER 170 começaram em março de 2004. O EMBRAER 175 foi certificado pela ANAC em dezembro de 2004, pela EASA em janeiro de 2005 e pela FAA em agosto de 2006. O EMBRAER 190 foi certificado pela ANAC em agosto de 2005, pela FAA em setembro de 2005 e pela EASA em junho de 2006. O EMBRAER 195 foi certificado pela ANAC em junho de 2006, pela EASA em julho de 2006 e pela FAA em junho de 2007.

Projetamos a família de jatos EMBRAER 170/190 para maximizar os benefícios da comunalidade entre os quatro modelos de aeronaves da família. As aeronaves da família EMBRAER 170/190 compartilham aproximadamente 86% dos mesmos componentes. O alto nível de comunalidade nesta família de jatos reduziu nossas despesas de desenvolvimento e encurtou nosso período de desenvolvimento. Acreditamos que essa semelhança leva a uma economia significativa para nossos clientes na forma de treinamento mais fácil, peças e manutenção mais baratas e custos operacionais mais baixos. Devido às diferenças de tamanho e peso, a família de jatos EMBRAER 170/190 não compartilha o mesmo projeto de asa. Esta família de jatos regionais tem motores fixados sob suas asas principais — um projeto que visa aumentar a potência, melhorar a economia de combustível e minimizar os tempos de rotação. Todos os modelos de aeronaves desta família são movidos a motores fabricados pela General Electric Aircraft Engines e contêm aviônicos de última geração fabricados pela Honeywell International Inc. (Aeroespacial).

As principais características da família de jatos EMBRAER 170/190 são:

- *Desempenho.* Todos os quatro jatos da família de jatos EMBRAER 170/190 têm velocidade máxima de cruzeiro de Mach 0,82. O EMBRAER 170 e o EMBRAER 175 com todos os passageiros a bordo têm alcance máximo de 1.800 e 1.750 milhas náuticas, respectivamente, e cada um está disponível na versão de alcance avançado, com alcance máximo de 2.150 e 2.250 milhas náuticas, respectivamente. O EMBRAER 190 e o EMBRAER 195 com todos os passageiros a bordo têm alcance máximo de 1.850 e 1.600 milhas náuticas, respectivamente, e cada um está disponível na versão de alcance avançado com alcance máximo de 2.450 e 2.300 milhas náuticas, respectivamente.
- *Manutenção em solo.* O projeto do motor sob as asas e a existência de quatro portas, duas na frente e duas atrás, proporcionam maior acessibilidade e eficiência dos serviços de solo.
- *Cabine e espaço de carga.* Aumentamos a segurança e o conforto dos passageiros na família de jatos EMBRAER 170/190. O design “double-bubble” da aeronave permite uma cabine quatro lado a lado, um corredor amplo, maior espaço interno e altura livre, e um compartimento de bagagem maior do que os jatos regionais de nossos concorrentes, incluindo os jatos regionais que estão em fase de desenvolvimento.

A seguir estão pedidos recentes que recebemos para nossos jatos EMBRAER 170/190:

- Em junho de 2023, a American Airlines assinou um pedido firme com a Embraer para 7 novos E175s. A American Airlines posteriormente encomendou mais 4 novos E175s em outubro de 2023 e 2 novos E175s em dezembro de 2023.
- Em setembro de 2023, a Air Peace, com sede na Nigéria, a maior companhia aérea da África Ocidental, assinou um pedido firme para 5 aeronaves E175.
- Em outubro de 2023, a SkyWest encomendou 19 novos jatos E175 para operação pela United Airlines sob um contrato de compra de capacidade.

- Em março de 2024, a American Airlines fez um pedido firme à Embraer de 90 E175s, com direitos de compra para 43 jatos adicionais. As aeronaves serão entregues com 76 assentos na configuração padrão de duas classes da American Airlines. Os pedidos firmes foram incluídos em nossa carteira de pedidos do primeiro trimestre de 2024.
- Em junho de 2025, a SkyWest, Inc. fez um pedido firme para 60 aeronaves E175, com direitos de compra de até 50 aeronaves adicionais, e indicou que as entregas devem começar em 2027.
- Em outubro de 2025, a Truenoord, empresa especializada em leasing de aeronaves regionais, assinou um acordo de pedido firme com a Embraer, incluindo direitos de compra de até 10 E175s.
- Em novembro de 2025, a companhia aérea nacional da República da Côte d'Ivoire, Air Côte d'Ivoire, assinou um pedido firme para 4 aeronaves E175, com direitos de compra para 8 aeronaves adicionais, como parte de sua estratégia de modernização de frota e expansão regional.

Em 31 de dezembro de 2025, a família de jatos EMBRAER 170/190 tinha 1934 pedidos em carteira, enquanto um total de 1744 aeronaves dessa família já haviam sido entregues a clientes em todo o mundo.

Família de E-Jets E2

Em junho de 2013, lançamos a segunda geração da família de aeronaves comerciais E-Jets, os E-Jets E2, composta por três aeronaves, o E175-E2, o E190-E2 e o E195-E2. O E190-E2 e o E195-E2 começaram a operar em abril de 2018 e setembro de 2019, respectivamente.

O lançamento da família de jatos E-Jets E2 avança nossa visão de oferecer aeronaves comerciais de ponta com capacidade para 70 a 150 assentos, conforto indistinguível de companhias aéreas de linha principal, e desempenho para utilização flexível e eficiente por operadoras regionais de baixo custo e de rede. Nossa estratégia é oferecer todos os benefícios de um novo design, mas com a confiabilidade de uma plataforma atualizada e em comum com a família de jatos EMBRAER 170/190. Investimos continuamente no programa de E-Jets, para que nossos clientes possam permanecer competitivos com aeronaves de menor custo operacional e maior apelo ao passageiro.

Em um layout típico de classe única, o E175-E2 foi estendido por uma fileira de assentos, em comparação com o E175, e acomodará até 90 passageiros, enquanto o E190-E2 é do mesmo tamanho que o E190, com até 114 assentos. O E195-E2, em comparação com o E195, cresceu três fileiras de assentos e acomoda até 132 assentos em uma configuração típica de classe única ou até 144 assentos em uma configuração de alta densidade.

Em junho de 2015, dois anos após o lançamento do programa, iniciamos a montagem do primeiro da família de E-Jets E2, um E190-E2, em nossa fábrica em São José dos Campos, o motor Pratt & Whitney PW1900G PurePower® Geared Turbofan™ (GTF) para as aeronaves Embraer E190-E2 e E195-E2 completou com sucesso seu primeiro voo, dando início ao programa de testes de voo do motor.

Em 2016, lançamos o E190-E2, que fez seu primeiro voo. Em março de 2017, lançamos o segundo modelo da geração E2, e anunciamos que a Azul, a maior operadora da atual geração E195s do mundo, seria a operadora de lançamento do E195-E2.

Em 2018, recebemos uma Certificação de Tipo da ANAC, da FAA e da EASA para o E190-E2, o primeiro membro da família de aeronaves comerciais E-Jets E2, sendo a primeira vez que um programa de aeronaves com o nível de complexidade do E2 recebeu um certificado de tipo de três grandes autoridades mundiais de certificação simultaneamente. No mesmo ano, entregamos, a primeira aeronave E190-E2 para a Widerøe, a maior companhia aérea regional da Escandinávia.

Em 2019, o E195-E2 recebeu aprovação simultânea e foi certificado pela ANAC, a FAA e a EASA, e entregamos o primeiro E195-E2, o maior dos três membros da família de aeronaves comerciais E-Jets E2, que fez seu voo inaugural naquele mesmo ano. Os destinatários foram AerCap, a maior empresa de leasing de aeronaves do mundo, e Azul, que é a operadora global de lançamento do E195-E2. Em 12 de dezembro de 2019, o Embraer E175-E2 fez seu voo inaugural de nossas instalações em São José dos Campos. Essa aeronave tem um potencial de mercado relevante, sendo a aeronave comercial mais eficiente e confortável do mercado para a categoria de 76 assentos, seja para substituir o EMBRAER 175 ou para aumentar a mobilidade aérea regional através de novos mercados. No entanto, em 25 de fevereiro de 2025, anunciamos uma pausa adicional de quatro anos no desenvolvimento do jato E175-E2, além da pausa anterior divulgada em 18 de fevereiro de 2022, principalmente porque não se espera que as cláusulas de escopo das principais companhias aéreas dos EUA mudem pelo menos até 2027. Monitoramos constantemente as discussões entre as empresas aéreas e os sindicatos de pilotos sobre a limitação de peso máximo de decolagem (MTOW) para aeronaves com até 76 assentos. Pretendemos continuar oferecendo o EMBRAER 175 com todas as melhorias feitas na plataforma ao longo dos anos de operação e feedback de nossos clientes.

Em 2022, anunciamos o lançamento dos E190F e E195F Passenger to Freight Conversions (P2F), projetados para atender às demandas em constante mudança do comércio eletrônico e do comércio moderno, que exigem entregas rápidas e operações descentralizadas. A conversão completa do cargueiro está disponível para todas as aeronaves E190 e E195 usadas, e sua entrada em serviço ocorreu em 2025. Em 2022, o Embraer E190-E2 recebeu o Certificado de Tipo da Administração de Aviação Civil da China (CAAC). Em 10 de agosto de 2023, o E195-E2 recebeu essa mesma certificação.

Em julho de 2022, durante o Farnborough Airshow, a Porter Airlines fez um pedido firme para 20 jatos de passageiros Embraer E195-E2, adicionando aos seus 30 pedidos firmes existentes.

Em outubro de 2022, a SalamAir assinou um pedido firme conosco para 6 E195-E2

Em 15 de dezembro de 2022, o Embraer E195-E2 e o E190-E2 receberam a Certificação de Tipo da Transport Canada Civil Aviation (TCCA), após a certificação da ANAC, da FAA (Estados Unidos) e da EASA (Europa) em 2019 e 2018, respectivamente.

Em dezembro de 2022, foram entregues os primeiros 5 dos 50 Embraer E195-E2 encomendados pela empresa canadense Porter Airlines. A Porter foi o cliente de entrada na América do Norte para o E195-E2 da Embraer e abriu as operações na região. Em novembro de 2023, a Porter acrescentou 25 Embraer E195-E2 ao seu pedido, aumentando o pedido para um total de 75 Embraer E195-E2.

Em dezembro de 2022, a transportadora espanhola Binter, uma companhia aérea premiada das Ilhas Canárias, fez um pedido firme de 5 E195-E2s. A Binter então fez um pedido adicional de 6 aeronaves Embraer E195-E2 em junho de 2023.

Em janeiro de 2023, anunciamos que havíamos recebido um pedido de 15 E195-E2s de um cliente não divulgado, que posteriormente foi revelado em junho como Azorra.

Em maio de 2023, a SKS Airways da Malásia selecionou o Embraer E195-E2 para uso. Além disso, nós e a arrendadora de aviação comercial Azorra anunciamos um acordo de 8 aeronaves com a Royal Jordanian Airlines, cujo acordo introduziu tanto o E190-E2 quanto o E195-E2 na frota da companhia aérea.

Em outubro de 2023, a transportadora sediada em Luxemburgo Luxair encomendou quatro E195-E2s, incluindo 2 opções de compra e 3 direitos de compra para jatos E2 adicionais.

Em novembro de 2023, o Embraer E195-E2 recebeu da EASA a certificação para aproximação íngreme no Aeroporto London City. Essa conquista foi um marco importante, permitindo que as companhias aéreas operem o E195-E2 no Aeroporto London City (LCY), conhecido por sua aproximação desafiadora e pista curta. Juntamente com o E190-E2, que recebeu a certificação Steep Approach em 2021, ambos os membros da família E2 estão aprovados para operações nesse importante aeroporto.

Também em novembro de 2023, o Embraer E190-E2 e o E195-E2 receberam uma certificação de tipo da Autoridade de Aviação Civil de Cingapura (CAAS). A Scoot, uma subsidiária de baixo custo da Singapore Airlines, começou a operar o E190-E2 em 2024.

Em maio de 2024, a LOT Polish Airlines anunciou o leasing de 3 novos E195-E2s da Azorra. A companhia aérea configurará os E195-E2s, cada um dos quais acomoda um máximo de 146 passageiros, em um layout confortável de classe única com 136 assentos. Todas as entregas de aeronaves foram concluídas em 2024.

Em junho de 2024, a Mexicana de Aviación, transportadora estatal do México, encomendou 20 aeronaves E-Jets E2—10 jatos E190-E2 e 10 jatos E195-E2, que começaremos a entregar no segundo trimestre de 2025. A Mexicana, a primeira operadora de E-Jets E2 no México, configurará o E190-E2 com 108 assentos e o E195-E2 com 132 assentos—ambos em layout de classe única.

Em agosto de 2024, a Virgin Australia fez um pedido firme à Embraer de 8 aeronaves small narrowbody E190-E2, como parte de seu plano de renovação de frota. As entregas começaram no segundo semestre de 2025.

Em dezembro de 2024, a transportadora luxemburguesa Luxair assinou um pedido firme para 2 E195-E2s adicionais. Ao exercer as 2 opções garantidas em seu pedido firme de 2023 para 4 aeronaves E195-E2, a Luxair completou o total de 6 E195-E2s encomendados. Espera-se que a primeira aeronave entregue do primeiro pedido, feito em 2023, voe no início de 2026, e o novo pedido garantiu slots de entrega adicionais em 2027.

Em fevereiro de 2025, a ANA Holdings Inc. encomendou 15 aeronaves E190-E2 da Embraer com opções para 5 aeronaves adicionais. A seleção do E190-E2 faz parte do plano de renovação de frota da ANA.

Em julho de 2025, a SAS celebrou um acordo para adquirir 45 aeronaves E195-E2, com direitos de compra para até 10 aeronaves adicionais. Espera-se que as entregas comecem no final de 2027, com entregas adicionais se estendendo por aproximadamente quatro anos depois disso.

Em agosto de 2025, a Airlink e a Azorra finalizaram um contrato de leasing para 10 novas aeronaves de passageiros Embraer E195-E2 bimotor, com a primeira entrega no segundo semestre de 2025.

Em setembro de 2025, a Avelo Airlines fez um pedido firme para 50 aeronaves E195-E2, com direitos de compra para até 50 aeronaves adicionais. Espera-se que as entregas comecem no primeiro semestre de 2027. A Avelo indicou que espera utilizar capacidades aprimoradas de desempenho de decolagem no E195-E2 para apoiar operações em certos aeroportos restritos e expandir sua rede.

Em setembro de 2025, a LATAM Airlines Group S.A. anunciou um pedido de até 74 aeronaves E195-E2, consistindo em 24 aeronaves firmes e 50 opções de compra. Espera-se que as entregas das aeronaves firmes comecem no segundo semestre de 2026 (inicialmente para a LATAM Airlines Brasil, e potencialmente mais tarde para outras afiliadas).

Em outubro de 2025, a TrueNoord, empresa especializada em leasing de aeronaves regionais, assinou um acordo de pedido firme com a Embraer para adquirir 20 novas aeronaves E195-E2. O acordo também inclui direitos de compra de até 20 E195-E2 adicionais e até 10 novos E175s.

Em novembro de 2025, executamos um acordo com a Azul para renegociar os contratos relacionados aos pedidos firmes anteriormente divulgados pela Azul para aeronaves E195-E2, originalmente celebrados entre 2014 e 2018. Nos termos desse acordo, as partes alteraram os pedidos firmes de um total de 51 aeronaves para 25 aeronaves. A renegociação ocorreu em conexão com as discussões de reestruturação da Azul, e o acordo foi aprovado pelo U.S. Bankruptcy Court for the Southern District of New York em dezembro de 2025.

Em novembro de 2025, a Helvetic Airways fez um pedido firme para 3 aeronaves E195-E2 e obteve direitos de compra para até 5 aeronaves E195-E2 adicionais. Se totalmente exercido, o pedido aumentaria a frota E195-E2 da Helvetic de 12 para até 20 aeronaves ao longo do tempo.

Em 31 de dezembro de 2025, nossa família de jatos E-Jets E2 tinha 468 pedidos em carteira, e 199 aeronaves já haviam sido entregues a clientes em todo o mundo. Os principais operadores desses jatos incluem companhias aéreas em várias regiões, como Azul (América Latina), Latam (América Latina), Widerøe (Europa), Helvetic (Europa), KLM (Europa), Binter (Europa), Scoot (Ásia-Pacífico), ANA (Ásia-Pacífico), Air Peace (África), Royal Jordanian (Oriente Médio), Porter (América do Norte) e Avelo (América do Norte).

Cientes

Temos uma base de clientes diversificada e global, e nossos principais operadores de aeronaves comerciais incluem algumas das maiores companhias aéreas regionais, de baixo custo e principais do mundo. Em 31 de dezembro de 2025, nossos maiores clientes de E-Jets por número de aeronaves em serviço eram SkyWest, Republic, American Airlines, KLM, Mesa, Azul, Horizon Air, Porter, Tianjn e LOT Polish. Além disso, em 31 de dezembro de 2025, 93,7% de nossos pedidos firmes em carteira para os atuais EMBRAER 175s são das companhias aéreas Republic Airlines, SkyWest e American Airlines. Além disso, em 31 de dezembro de 2025, nossa família E-Jets E2 compreendia principalmente pedidos das empresas Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A., ou Azul, Avelo Airlines, ou Avelo, Scandinavian Airlines, ou SAS, Porter Airlines, ou Porter, Latam Airlines Group S.A., ou Latam, TrueNoord, Mexicana de Aviación, ou Mexicana, ANA Holdings Inc., ou ANA, Azorra Aviation Holdings, LLC, ou Azorra, e AerCap Holdings N.V., ou AerCap, que representavam 77,1% de nossos pedidos da família E-Jets E2.

Geralmente vendemos nossas aeronaves comerciais de acordo com contratos com nossos clientes em uma base de preço fixo, ajustado por uma fórmula de escalonamento. Nossos contratos geralmente incluem uma opção para nossos clientes de comprar aeronaves adicionais por uma opção de preço fixo, sujeito à mesma fórmula de escalonamento. Além disso, nossos contratos incluem um pacote de suporte ao produto para cobrir a entrada em serviço de nossas aeronaves, bem como uma garantia geral para tais aeronaves. Outras disposições para desempenho específico da aeronave e requisitos de projeto são negociadas com nossos clientes. Além disso, alguns de nossos contratos contêm cláusulas de cancelamento e opções de troca.

Vendas e Marketing

Nossa estratégia de marketing atual se baseia em nossas avaliações do mercado mundial de companhias aéreas comerciais e nas necessidades de nossos clientes. Comercializamos ativamente nossas aeronaves para companhias aéreas internacionais e afiliadas regionais das principais companhias aéreas globais de nossos escritórios regionais nos Estados Unidos, Europa e Ásia. Nosso sucesso depende, em grande medida, de nossa capacidade de identificar as

necessidades de nossos clientes, incluindo as necessidades de atendimento ao cliente e suporte ao produto, e de atender a essas necessidades de maneira oportuna e eficiente, mantendo a alta qualidade de nossos produtos. Nossos analistas de mercado e de companhias aéreas se concentram nas tendências de longo prazo do mercado, análises competitivas, planejamento de aprimoramento de produtos e análises de companhias aéreas. Em termos de marketing direto aos nossos clientes, contamos com o desenvolvimento de relacionamento, redes sociais e rede profissional. Como forma de manter nossos clientes informados e aumentar a conscientização e o reconhecimento da marca, participamos de shows e eventos aéreos, webinars e outros fóruns. Além de São José dos Campos, no Brasil, temos escritórios regionais de vendas em Amsterdã, Holanda; Fort Lauderdale, Flórida, Estados Unidos; Pequim, China; e Singapura.

Produção, Novos Pedidos e Opções

Antes de iniciar a produção ou o desenvolvimento de um novo projeto, garantimos cartas de intenções para pedidos futuros de um número significativo de aeronaves. Normalmente começamos a receber pedidos e construir um backlog de pedidos dois anos antes de começarmos a produzir um novo modelo de aeronave, com o objetivo de receber um número significativo de pedidos antes de entregar a aeronave inicial. Assim que um pedido é atendido, reservamos um lugar para esse pedido na linha de produção, garantindo que manteremos a produção suficiente para atender à demanda. Uma vez que um lugar é reservado na linha de produção, podemos fornecer aos clientes as datas de entrega de seus pedidos.

Incluimos um pedido no backlog assim que recebemos um compromisso firme, representado por um contrato assinado. Nosso backlog de pedidos não inclui opções e cartas de intenção para as quais não foram celebrados contratos definitivos.

Nossas opções geralmente fornecem aos nossos clientes o direito de comprar uma aeronave a um preço fixo e em uma data de entrega especificada, sujeito a disposições de escalonamento, nos termos de um contrato de compra. Uma vez que um cliente decide exercer uma opção, consideramos isso como um pedido firme. Ocasionalmente, estendemos a data de exercício de nossas opções e renegociamos o cronograma de entrega de pedidos firmes, bem como permitimos que os clientes convertam seus pedidos firmes ou opções de uma aeronave em pedidos firmes ou opções para outra aeronave da mesma família de aeronaves comerciais.

Concorrência

Geralmente enfrentamos concorrência de grandes fabricantes no mercado internacional de aeronaves. Cada categoria de nossos produtos enfrenta uma concorrência de natureza diferente e geralmente de empresas diferentes. Alguns de nossos concorrentes têm maiores recursos financeiros, de marketing e outros do que nós. Atualmente enfrentamos a concorrência mais forte das seguintes aeronaves:

- ➔ *A220*, antigo CSeries, jatos de 110 a 150 assentos adquiridos pela Airbus da Bombardier, que entrou em serviço em 2016;
- ➔ *C909*, um jato regional de 90 passageiros produzido pela Commercial Aircraft Corporation of China, ou COMAC;
- ➔ *SSJ100*, um jato regional de 103 assentos produzido pela JSC Yakovlev Corporation, uma unidade da United Aircraft Corporation;
- ➔ *SpaceJet* (antigo *MRJ*), um jato de 76 a 88 assentos que estava em desenvolvimento pela Mitsubishi Aircraft Corporation, mas teve seu desenvolvimento suspenso em 2020 e oficialmente cancelado em 2023;
- ➔ *CRJ-700*, *CRJ-900* e *CRJ-1000*, jatos regionais de 70 assentos, 86 assentos e 98 assentos, respectivamente, anteriormente produzidos pela Bombardier, adquiridos pela Mitsubishi Heavy Industries (MHI);
- ➔ *Dash 8-400* (antigo *Q-400*), um programa turboélice de 72 lugares da Bombardier recentemente adquirido pela Havilland Canada que pertence à Viking Air;
- ➔ *ATR-72*, um turboélice de 68 lugares produzido pela ATR Aircraft.

Somos a principal fabricante no mercado de jatos de até 150 assentos no mundo, com participação de mercado de 30% em termos de entregas acumuladas desde 2004, de acordo com dados do Cirium Fleet Analyzer em 31 de dezembro de 2025.

Os principais fatores competitivos nos mercados em que participamos incluem projeto e força tecnológica, custos operacionais da aeronave, preço da aeronave, incluindo custos de financiamento, atendimento ao cliente e eficiência

de fabricação. Acreditamos que seremos capazes de competir favoravelmente com base no desempenho de nossa aeronave, eficiência, baixos custos operacionais, experiência no desenvolvimento de produtos, base global de clientes, aceitação do mercado, projeto de cabine e preço da aeronave. Além disso, embora o cenário competitivo tenha se tornado cada vez mais agressivo, negócios como a aquisição da Airbus de uma participação majoritária no Programa Série C da Bombardier, rebatizado como A220, são evidências das oportunidades no mercado de 100-150 assentos. Com a equipe de vendas da Airbus promovendo o Programa A220, acreditamos que os clientes que não considerariam anteriormente aeronaves desse tamanho podem buscar nosso E190/E195-E2 como uma alternativa comparável.

Segmento de Aviação Executiva

Visão geral

Projetamos, desenvolvemos e fabricamos uma variedade de jatos executivos em nosso segmento de Aviação Executiva. Nosso portfólio atual de jatos executivos inclui o Phenom 100 EX de nível básico, o Phenom 300E leve, o Praetor 500 de médio porte e o Praetor 600 de super médio porte.

Comercializamos nossos jatos executivos para vários tipos de clientes, incluindo empresas de propriedade fracionada, departamentos de voo corporativo, empresas de fretamento e táxi aéreo, indivíduos de alto patrimônio líquido, companhias aéreas comerciais independentes e academias militares de voo. Nosso segmento de aviação executiva foi responsável por 29,1%, 27,6% e 26,7% de nossa receita nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2025, nossos pedidos firmes em carteira para nossos jatos executivos totalizavam US\$7,6 bilhões, em comparação com US\$7,4 bilhões em 31 de dezembro de 2024.

Em maio de 2005, lançamos o Phenom 100 e o Phenom 300, que são jatos executivos nas categorias entry-level e light jet, respectivamente. O jato Phenom 100, que transporta até oito pessoas, recebeu a certificação da ANAC e da FAA em dezembro de 2008, no mesmo mês de sua entrada em serviço. O Phenom 300 transporta até onze pessoas e tem uma fuselagem e envergadura maiores e maior alcance do que o Phenom 100. Ele recebeu certificação da ANAC e da FAA e entrou em serviço um ano após o Phenom 100. Desde o lançamento do Phenom 100 até o final de 2025, entregamos 430 aeronaves Phenom 100 e 906 jatos Phenom 300. Focados em melhorias constantes, lançamos o Phenom 100EV e o Phenom 300E em 2016 e 2017, respectivamente.

Em 2020, lançamos o novo Phenom 300E, apresentando melhorias em desempenho, conforto e tecnologia de bordo. O novo Phenom 300E é atualmente o único jato monopiloto em produção a atingir Mach 0,80, oferecendo uma cabine mais silenciosa e atualizações para seu conjunto de aviônicos. Esses recursos incluem vento preditivo e um Sistema de Conscientização e Alerta de Excursão de Pista (ROAAS), que são nossa propriedade intelectual exclusiva e a primeira tecnologia desse tipo a ser desenvolvida e certificada na aviação executiva. O modelo recebeu certificação da ANAC, EASA e FAA.

Em agosto de 2020, anunciamos o Phenom 300MED, uma solução exclusiva de transporte de evacuação médica, ou MEDEVAC, adequada à série de modelos Phenom 300, que também está disponível para retrofit.

Em outubro de 2023, lançamos o Phenom 100EX, a mais nova geração da série Phenom 100, com melhorias focadas na experiência tanto dos usuários quanto dos pilotos. O Phenom 100EX combina maior conforto, versatilidade operacional e tecnologia amigável para um único piloto. A aeronave possui escada aérea completa, grande porta de entrada e compartimento de bagagem acessível. Ele oferece a seção transversal mais alta e mais larga de sua classe, combinada com janelas extragrandes. O cockpit é mais amplo, com mais espaço para as pernas dos pilotos proporcionado por trilhos de assento estendidos, um cockpit de conceito aberto para comunicação mais fácil com a cabine e segurança aprimorada como o primeiro de sua classe a oferecer um ROAAS. Outras melhorias aviônicas, como parte do Prodigy Touch, baseado no Garmin 3000, incluem o FlightStream 510, aproximação estabilizada, previsão de windshear, varredura volumétrica 3D automática com previsão de raios e granizo e muito mais.

Em 2024, introduzimos um novo autothrottle para o Phenom 300E, aprimorando seu cockpit já amigável para operação por piloto único. Oferecido como opção e suportado para aeronaves em serviço por meio de boletim de serviço (SB), o sistema aumenta a automação e a facilidade de operação, melhorando tanto a carga de trabalho do piloto quanto o conforto dos passageiros — um testemunho de nossa mentalidade de melhoria contínua e filosofia centrada no cliente.

Em abril de 2008, lançamos formalmente dois novos programas na categoria de cabine média, o jato médio-leve Legacy 450, com alcance de 2.575 milhas náuticas e capacidade para até nove passageiros, e o jato de médio porte

Legacy 500, com alcance de 3.125 milhas náuticas e capacidade para até 12 passageiros. O Legacy 500 foi certificado pela ANAC e pela FAA em 2014, no mesmo ano em que entrou em serviço. O Legacy 450 foi certificado pela ANAC e pela FAA em agosto de 2015 e pela EASA em setembro de 2015. Em novembro do mesmo ano, anunciamos um aumento no alcance do Legacy 450 de 2.900 milhas náuticas, com início de operação em dezembro. Em novembro de 2017, lançamos os jatos Legacy 450/500, com cabine na altitude de 5.800 pés, que aprimoraram ainda mais a experiência dos clientes. Esses dois programas de aeronaves ajudaram a fortalecer nossa posição no mercado e fizeram com que o nosso portfólio se tornasse um dos maiores portfólios do setor de aviação executiva. Tanto o Legacy 450 quanto o 500 tiveram suas entregas finais aos clientes em 2020, e foram renomeados como Praetors.

Em outubro de 2018, lançamos os novos Praetor 500 e Praetor 600, os jatos médio e super-médio, respectivamente, mais inovadores e tecnologicamente avançados, introduzindo um alcance sem precedentes nessas categorias. O Praetor 600 deve ser o jato comercial super-médio com maior capacidade de voo, permitindo voos sem escala entre Londres e Nova York. O Praetor 500 será o jato médio mais rápido, sendo capaz de chegar na Europa partindo da costa oeste dos Estados Unidos com apenas uma escala. O Praetor 500 sucede o Legacy 450 e o posiciona na classe midsize, enquanto o Praetor 600 sucede o Legacy 500 e o posiciona na classe super-midsize. O Praetor 600 foi certificado e entrou em serviço em abril de 2019 e em junho de 2019, respectivamente, enquanto o Praetor 500 foi certificado e entrou em serviço em agosto de 2019 e em dezembro de 2019, respectivamente.

Em 2020, anunciamos uma série de melhorias inovadoras na cabine do Praetor 500 e Praetor 600. Além da pressão atmosférica interna da cabine mais baixa da classe (equivalente a uma altitude de 5.800 pés) e da capacidade de 100% de ar fresco, o filtro HEPA é um recurso padrão em todas as aeronaves Praetor, bem como uma porta de bolso do lavatório elétrico que permite que a saída de emergência seja afastada da cabine principal. Em 2020, anunciamos a conclusão da primeira conversão europeia de um Legacy 450 em um Praetor 500. Em 31 de dezembro de 2025, entregamos 187 unidades do Praetor 500, incluindo 14 Legacy 450 e 44 conversões do Legacy 450 para o Praetor 500, e entregamos 226 unidades do Praetor 600, incluindo 79 Legacy 500.

Em 31 de dezembro de 2025, havíamos entregue mais de 2.070 jatos executivos a mais de 1.200 clientes em 70 países, com uma carteira de pedidos superior a 470 aeronaves.

Concorrência

Os jatos concorrentes do Phenom 100EX e do Phenom 300E das categorias entry-level e light incluem a Textron, Honda e Pilatus. Na classe midsize, o Praetor 500 compete com aeronaves produzidas pela Textron, enquanto, na classe super- midsize, o Praetor 600 compete com aeronaves da Textron, Gulfstream e Bombardier.

Internacionalização Contínua

Em outubro de 2014, anunciamos uma expansão do complexo de linha de montagem do Legacy 500 e Legacy 450 em Melbourne, Flórida, o que mais do que dobrou o tamanho de nosso campus no Aeroporto Internacional de Melbourne. Desde então, continuamos a expandir nossa presença complexa, com centros de entrega, hangares de montagem e instalações de pintura e preparação de voo. Em 31 de dezembro de 2025, nosso campus em Melbourne tinha uma área construída de aproximadamente 543.485 pés quadrados.

Segmento de Defesa e Segurança

Projetamos, desenvolvemos, produzimos e realizamos o suporte de uma ampla gama de soluções integradas para o mercado de defesa e segurança. Nossos produtos incluem aeronaves de transporte militar e reabastecimento aéreo, treinamento básico e avançado, plataformas de vigilância aérea, aeronaves de transporte governamental e sistemas de comando, controle, comunicações, computador, inteligência, vigilância e reconhecimento, vigilância e segurança de fronteiras e segurança cibernética. Oferecemos um portfólio completo de serviços ao cliente, incluindo desde a manutenção e soluções relevantes até programas completos de suporte de logística de fornecedor. Usando nossas plataformas comerciais e Jatos executivos, também oferecemos uma ampla gama de aeronaves dedicadas ao transporte de VIPs, evacuação médica e missões gerais de transporte para o mercado de defesa e segurança.

Também nos consideramos a principal fornecedora de aeronaves de defesa para a Força Aérea Brasileira, medida pelo número total de aeronaves em sua frota.

Em 31 de dezembro de 2025, havíamos vendido mais de 1.400 aeronaves de defesa, incluindo modelos de transporte governamental, para mais de 60 forças armadas e operadores em todo o mundo. O segmento de Defesa e

Segurança contribuiu com 13,0%, 11,3% e 9,8% da nossa receita nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2025, nossa carteira de pedidos firmes para esse segmento era de US\$ 4,6 bilhões, em comparação com US\$4,2 bilhões ao final de 2024.

Produtos

Transporte Militar - KC-390 Millennium

O KC-390 Millennium é uma aeronave militar de transporte multimissão de última geração, desenvolvida para estabelecer padrões mais elevados em sua categoria. O KC-390 Millennium é eficiente para transporte de carga e tropas, lançamento de cargas em voo e missões humanitárias, entre outros, bem como para utilização em situações adversas, evacuação, combate a incêndios e reabastecimento em voo. Aproveitando soluções modernas de engenharia em seu projeto, essa aeronave é uma inovação na aviação de transporte militar e apresenta velocidade, flexibilidade operacional, robustez, conforto, facilidade de manutenção e tecnologia avançada.

Em 31 de dezembro de 2025, as 13 aeronaves da frota KC-390 Millennium haviam acumulado mais de 20 mil horas de voo, com uma taxa de capacidade de missão de 90% e taxa de conclusão de missão acima de 98%. Além disso, o KC-390 Millennium é agora a solução de transporte tático escolhida por onze países: Brasil, Portugal, Hungria, República da Coreia, Países Baixos, Áustria, República Tcheca, Suécia, Lituânia, Eslováquia e Uzbequistão, conforme segue:

- *Brasil*—Entre 2019 e 2025, entregamos oito aeronaves de transporte multimissão KC-390 Millennium à Força Aérea Brasileira. Durante a pandemia de COVID-19, a Força Aérea Brasileira operou intensivamente o KC-390 para apoiar operações logísticas e de transporte aéreo, transportando suprimentos essenciais para combater a pandemia no Brasil. A Força Aérea Brasileira recebeu sua oitava aeronave em outubro de 2025.
- *Portugal*—Em 2019, o governo de Portugal foi o primeiro a assinar um contrato de exportação de aeronaves KC-390 Millennium, incluindo a aquisição de cinco aeronaves e um simulador de voo, além de um contrato de prestação de serviços de 12 anos para prestar suporte à frota, que será usado para transporte militar. Em 2023, a Força Aérea Portuguesa recebeu sua primeira aeronave, que é o primeiro KC-390 com configuração NATO. A segunda aeronave para Portugal foi entregue em junho de 2024. Essa aeronave apresentou níveis de confiabilidade e disponibilidade semelhantes aos observados na frota brasileira, com produtividade muito alta. Em setembro de 2025, a Embraer e o governo português assinaram uma emenda ao contrato existente do KC-390 prevendo a aquisição por Portugal de uma sexta aeronave KC-390 Millennium. A emenda também incluiu 10 opções de compra, destinadas a facilitar potenciais aquisições por futuras nações parceiras.
- *Hungria*—Em novembro de 2020, celebramos um acordo de exportação com o governo húngaro para a aquisição de dois KC-390 Millennium, que incluía a capacidade de realizar missões de reabastecimento em voo. A frota húngara também é a primeira a ser equipada com uma unidade de terapia intensiva (UTI). A primeira aeronave foi entregue à Força Aérea Húngara em setembro de 2024, e a segunda em novembro de 2025.
- *Coreia do Sul*—Em dezembro de 2023, o C-390 Millennium foi selecionado por meio de um processo de contratação pública para o programa Large Transport Aircraft II da Coreia do Sul, que se destina a fornecer novas aeronaves militares à Força Aérea da República da Coreia. A Coreia do Sul é o primeiro cliente do C-390 Millennium na Ásia.
- *Holanda*—Em junho de 2022, o Ministério da Defesa da Holanda anunciou a decisão de adquirir cinco aeronaves KC-390 Millennium para substituir sua frota de C-130H Hercules. Em 2024, os governos holandês e austríaco fizeram um pedido firme conjunto para KC-390 Millennium – cinco aeronaves serão entregues à Força Aérea Real dos Países Baixos. Em junho de 2025, a Embraer e os Países Baixos assinaram um contrato histórico para entregar um sistema de evacuação aeromédica de ponta para a frota KC-390 Millennium da Força Aérea Real dos Países Baixos. Esse sistema ampliará as capacidades operacionais da plataforma ao possibilitar uma instalação médica aerotransportada modular capaz de fornecer cuidados que salvam vidas tanto no ar quanto em solo.
- *Áustria*—Em setembro de 2023, o governo austríaco decidiu selecionar o KC-390 Millennium como sua nova plataforma multimissão. Em julho de 2024, como parte do projeto “Replacement of Tactical Airlift Capacity”, os governos austríaco e holandês fizeram uma compra conjunta de quatro aeronaves KC-390 Millennium que serão entregues à Força Aérea Austríaca.
- *República Tcheca*—Em outubro de 2023, a República Tcheca também selecionou o KC-390 Millennium como sua nova plataforma multimissão. Em outubro de 2024, o governo tcheco fez formalmente um pedido

de duas aeronaves KC-390 Millennium, que são projetadas para realizar uma ampla gama de missões, como transporte tático de tropas, veículos e equipamentos, evacuação médica, combate a incêndios, gestão de desastres, apoio humanitário e reabastecimento ar-ar.

- *Suécia*— Em novembro de 2024, o Ministério da Defesa sueco anunciou a seleção do Embraer KC-390 Millennium como a nova aeronave de transporte tático da Suécia. Essa decisão estratégica de mais um país membro da NATO marcou a primeira aquisição do KC-390 Millennium por um país do Norte da Europa, ressaltando o compromisso da Suécia de aprimorar suas capacidades de defesa com uma aeronave de última geração. Em outubro de 2025, a Suécia assinou um contrato para adquirir quatro aeronaves multimissão C-390 Millennium, como parte de uma estrutura colaborativa europeia de aquisição juntamente com os Países Baixos e a Áustria. O contrato também incluiu nove opções de compra, destinadas a facilitar potenciais futuras aquisições por outras nações europeias.
- *Eslováquia*— Em dezembro de 2024, o Ministro da Defesa eslovaco reconheceu que o Embraer KC-390 Millennium é a opção que melhor se ajusta aos requisitos futuros de transporte militar da Eslováquia.
- *Uzbequistão*—Em dezembro de 2024, assinamos um contrato para a venda de duas aeronaves multimissão C-390 Millennium. O contrato também inclui um pacote abrangente de treinamento e suporte, bem como o fornecimento de peças de reposição. As aeronaves serão especialmente configuradas para atender aos requisitos dos clientes, que incluem transporte tático de tropas e veículos, ajuda humanitária, gestão de desastres e evacuação médica.
- *Lituânia*—Em junho de 2025, o Ministério da Defesa Nacional da Lituânia anunciou a seleção do C-390 Millennium como a aeronave de transporte militar de próxima geração da Lituânia.

Em fevereiro de 2024, nosso segmento de Defesa e Segurança anunciou que havíamos assinado um memorando de entendimento (MoU) com a Mahindra Defense Systems, uma subsidiária da Mahindra, com o objetivo de atender conjuntamente à aquisição da aeronave multimissão KC-390 Millennium pela Força Aérea Indiana em seu próximo projeto de aquisição Medium Transport Aircraft (MTA). O MoU foi assinado na Embaixada do Brasil em Nova Délhi. A Embraer e a Mahindra desde então se envolveram com o governo indiano e a Força Aérea para identificar os próximos passos do programa MTA, bem como contatar a indústria aeroespacial local na Índia para iniciar o desenvolvimento do plano de industrialização do projeto. Em outubro de 2025, a Mahindra e a Embraer fortaleceram ainda mais esse acordo, expandindo o escopo de cooperação para incluir marketing conjunto, industrialização e o desenvolvimento da Índia como um hub para o KC-390 Millennium no sul da Ásia.

Em dezembro de 2024, assinamos um acordo com a Força Aérea Brasileira para aprofundar estudos colaborativos destinados a expandir as capacidades da plataforma KC-390 Millennium para missões de Inteligência, Vigilância e Reconhecimento (ISR), com foco em Patrulha Marítima. Com base em sua versatilidade, robustez, comunicações de última geração e sistemas de autoproteção, acreditamos que essa aeronave está bem posicionada para atender aos requisitos operacionais não apenas da Força Aérea Brasileira, mas também de clientes em todo o mundo.

Em abril de 2025, a Embraer e a Denel, uma importante empresa sul-africana aeroespacial e de defesa, assinaram um memorando de entendimento durante a feira LAAD Defense and Security no Brasil. Esse memorando delineia a estrutura para uma potencial colaboração futura na aeronave KC-390 Millennium, com foco na fabricação de aeroestruturas, atividades de manutenção, reparo e revisão.

Em novembro de 2025, a Embraer Defense & Security e as empresas AMMROC e GAAL, sediadas nos EAU, assinaram memorandos de entendimento para explorar oportunidades conjuntas no desenvolvimento e suporte dos setores aeroespacial & defesa, com foco particular em serviços de manutenção, reparo e revisão (MRO) e treinamento para a aeronave de transporte militar multimissão KC-390 Millennium. Os memorandos também fornecem uma estrutura para atividades colaborativas adicionais nos setores de defesa e suporte associado.

Em novembro de 2025, a Embraer e a Saab, em cooperação com a Força Aérea Brasileira (FAB), concluíram com sucesso a campanha de ensaios em voo de certificação para reabastecimento em voo do caça Gripen E, usando a aeronave multimissão KC-390 Millennium como reabastecedora.

Suporte Aéreo Aproximado e Treinamento Avançado - A-29 Super Tucano

O A-29 Super Tucano é um turboélice projetado para missões de apoio aéreo aproximado e contrainsurgência, vigilância e reconhecimento (ISR) e treinamento avançado. A plataforma integra sensores, datalink, proteção de cockpit e múltiplas configurações de carga útil.

O A-29 Super Tucano é a aeronave mais vendida em sua classe, com base em nossa análise interna, e acreditamos que seu sucesso se deve à sua plataforma robusta e confiável, com um sistema de entrega de cargas úteis de classe de alta precisão. O A-29 Super Tucano também é um treinador tático completo devido às suas características de manuseio, baixo custo operacional e sistemas aviônicos de última geração.

Desde sua entrada em serviço em 2004, mais de 300 unidades foram vendidas para mais de 20 países diferentes. A frota registrou mais de 600 mil horas de voo. Pedidos para o A-29 Super Tucano em 2025 compreenderam um total de 10 aeronaves, em contratos com Uruguai (cinco), Panamá (quatro) e Sierra Nevada Corporation (uma). Abaixo segue uma lista de pedidos para o A-29 Super Tucano:

Paraguai - Em agosto de 2024, anunciamos a celebração de um contrato com a Força Aérea Paraguaia para a venda de seis aeronaves A-29 Super Tucano. O acordo inclui equipamento de missão e um pacote de serviços logísticos integrados. A Força Aérea Paraguaia adquiriu as aeronaves como parte de seu esforço mais amplo para modernizar capacidades aéreas e de detecção, e para aprimorar sua capacidade de lidar com ameaças emergentes. As primeiras quatro aeronaves foram entregues no segundo trimestre de 2025.

Uruguai - Em dezembro de 2024, anunciamos a celebração de um contrato com a Força Aérea Uruguia para a venda de aeronaves A-29, incluindo cinco opções de compra, que foram convertidas em pedidos firmes em janeiro de 2025.

País Não Divulgado - Em dezembro de 2024, anunciamos um pedido firme de seis aeronaves A-29 Super Tucano de ataque leve e treinamento avançado feito por um cliente não divulgado. O pedido foi incluído em nossa divulgação de carteira de pedidos e entregas do quarto trimestre de 2024.

País Não Divulgado na África - Também em dezembro de 2024, assinamos um contrato separado para a venda de quatro aeronaves

A-29 Super Tucano a um cliente não divulgado na África, que se tornará o sexto operador da aeronave no continente.

Panamá - Em abril de 2024, anunciamos que o Serviço Nacional Aeronaval do Panamá (Servicio Nacional Aeronaval), ou SENAN, juntamente com o Ministério de Segurança Pública do Panamá, selecionou os A-29 Super Tucanos como sua nova plataforma para missões de vigilância, reconhecimento e proteção. Em setembro de 2025, essa seleção foi consolidada por meio da celebração de um contrato para a aquisição de quatro A-29 Super Tucano.

Programas de Foreign Military Sales dos EUA - Atuamos como subcontratada do governo dos EUA e, por meio da Sierra Nevada Corporation, uma contratada do governo dos EUA, entregamos 47 A-29 Super Tucanos a diferentes países em 31 de dezembro de 2025. Em setembro de 2025, celebramos um acordo com a Sierra Nevada Corporation para a venda de uma aeronave A-29 Super Tucano para apoiar um programa de parceiro estrangeiro antes de um caso pendente de U.S. Foreign Military Sales.

Outro marco notável no Programa A-29, em novembro de 2025, foi o anúncio de um projeto para expandir as capacidades da plataforma A-29 para lidar com missões de sistemas contra aeronaves não tripuladas (C-UAS).

Caça – Programa F-39 Gripen

Em julho de 2014, celebramos um acordo com a Saab AB, ou Saab, para colaborar em um programa de gestão conjunta para o Projeto F-X2, atualmente chamado de Programa F-39 Gripen, de acordo com a seleção do Gripen NG como jato de caça da próxima geração do Brasil. Sob esse acordo, desempenhamos um papel material no programa geral, e também assumimos uma extensa parcela de trabalho em desenvolvimento de sistemas, integração, testes de voo, montagem final e entregas de aeronaves do Gripen NG de última geração para a Força Aérea Brasileira. O programa representa um aprimoramento significativo das capacidades da Embraer em engenharia de sistemas avançados, integração industrial e fabricação de aeronaves militares.

Em 2023, nós e a Saab inauguramos a linha de produção do caça Gripen E no Brasil, em nossa unidade de Gavião Peixoto, Brasil. Das 36 aeronaves Gripen E encomendadas pela Força Aérea Brasileira, 15 serão montadas nessa linha de produção. Em 31 de dezembro de 2025, a Embraer continuava avançando na produção da primeira aeronave Gripen E montada no Brasil e atingiu o marco de cinco aeronaves sendo produzidas simultaneamente, refletindo progresso na execução industrial. As atividades sob o programa Gripen também incluíram a conclusão do escopo de desenvolvimento contratualmente definido, incluindo atividades remanescentes de testes de voo, de acordo com os requisitos contratuais e técnicos aplicáveis.

Programas de Modernização Militar

A Embraer fornece serviços de modernização de aeronaves militares focados em estender a vida útil da plataforma, incorporar novas tecnologias e aprimorar capacidades operacionais. Esses programas normalmente incluem atualizações de aviônicos, integração de sistemas, atividades de certificação e entrega de sistemas associados de treinamento e suporte à missão.

Nosso programa com a Força Aérea Brasileira refere-se à modernização de cinco aeronaves E-99M de Alerta Aéreo Antecipado e Controle, ou AEW&C. O contrato também contempla seis estações de planejamento e análise de missão, que serão utilizadas para treinamento e desenvolvimento da tripulação. Em 2020, as duas primeiras unidades foram entregues, e continuou até 2022. Em 2023, o programa obteve a certificação de plena capacidade operacional, ou FOC, seguida da reconfiguração de aeronaves previamente entregues para o padrão FOC. O programa foi desmobilizado e o contrato concluído em 2025.

Nosso programa de modernização com a Marinha do Brasil é a atualização dos caças A-4 Skyhawk (AF-1 conforme a designação da Marinha do Brasil), com o objetivo de incorporar novas tecnologias, incluindo novos aviônicos, radar, geração de energia e sistemas independentes de geração de oxigênio. Até 2022, todos os sete caças AF-1 (AF-1B) modernizados foram entregues à Marinha do Brasil, bem como o simulador de base fixa AATD (Advanced Aircraft Training Device). Em 2023, a aeronave recebeu a certificação FOC. As atividades de reconfiguração foram concluídas em 2025, seguidas pela desmobilização do programa e conclusão do contrato.

Além de nossos programas em andamento, também concluímos o programa de modernização A-1M com a Força Aérea Brasileira. Esse programa focou na modernização da aeronave AM-X, uma aeronave desenvolvida pela Embraer em conjunto com a Aermacchi (Itália), e vendida à Força Aérea Brasileira aproximadamente 20 anos atrás. A plataforma naturalmente tornou-se tecnologicamente obsoleta ao longo do tempo. Entre 2013 e 2021, entregamos 11 aeronaves modernizadas e o programa foi concluído com o Plano de Verificação pela Força Aérea Brasileira em 2021. A desmobilização da linha de produção começou posteriormente e foi concluída em 2024. Em 2025, concluímos todos os programas ativos de modernização – todas as entregas de aeronaves foram finalizadas.

Programas de Radares e Sistemas Terrestres

Nosso portfólio de capacidades no domínio terrestre inclui o desenvolvimento, a integração, o gerenciamento de projetos, o fornecimento, a fabricação, a implementação, a implantação e o suporte ao ciclo de vida de radares e sistemas terrestres para diversas aplicações, incluindo: defesa aérea de baixa altitude, vigilância de superfície, controle de tráfego aéreo, identificação de amigo ou inimigo (IFF), defesa aérea de médio alcance, vigilância e alerta antecipado, monitoramento e proteção de fronteiras, proteção de infraestruturas críticas, entre outros. Nossos produtos incluem soluções fixas, modulares e transportáveis. Nossa linha abrange uma gama abrangente de produtos: o radar de vigilância terrestre SENTIR M20, o radar de defesa aérea de curto alcance SABER M60, o radar de defesa aérea de médio alcance SABER M200 VIGILANTE, entre outras soluções integradas. Uma dessas soluções é o SISFRON, que tem o propósito de monitorar as fronteiras terrestres do Brasil. A Embraer lidera o projeto, desenvolvimento e implementação da arquitetura de sistemas do programa SISFRON.

Em 2025, a Embraer fez progresso significativo em seus programas de radares e sistemas terrestres. Durante o período, foi assinado um contrato com o Exército Brasileiro com o objetivo de expandir as capacidades do radar M200 Multimissão, incluindo o desenvolvimento e validação do modo contrabateria, reforçando o avanço tecnológico e a autonomia nacional em sistemas de aquisição de alvos de artilharia.

No âmbito do Projeto SISFRON – Fase 2, a execução contratual superou 70% em 2025, impulsionada por progresso consistente nas entregas. Ao longo do ano, 77 unidades móveis de comunicações táticas foram entregues, fortalecendo a infraestrutura de comando, controle e comunicações necessária para operações de proteção de fronteiras. Complementando essa arquitetura, quatro centros móveis de comando & controle (cc2) foram entregues, aprimorando capacidades de apoio à tomada de decisão em ambientes remotos e consolidando a evolução operacional do sistema ao longo da fronteira oeste do país. Esses resultados reafirmam o compromisso da Embraer com o desenvolvimento de tecnologias estratégicas e com o fortalecimento da capacidade operacional das Forças Armadas Brasileiras, ao apoiar a proteção das fronteiras do Brasil e defender a soberania do Brasil.

Principais Subsidiárias e Joint Ventures de Defesa e Segurança

Atech

Desde 2013, a Atech trabalhou em muitos projetos estratégicos para o governo brasileiro, incluindo o programa LABGENE e sistemas brasileiros de defesa aérea. A Atech também é responsável pelo desenvolvimento, implementação e modernização dos centros de controle de tráfego aéreo do Brasil. As capacidades de negócios da Atech

também incluem o projeto e desenvolvimento de sistemas complexos, soluções para missões críticas e tecnologias para apoiar a tomada de decisão. A Atech também atua como parceira estratégica em campanhas de vendas do KC-390, apoiando a Embraer em países onde a aeronave vem ganhando participação de mercado, ao expandir oportunidades de cooperação industrial.

O programa LABGENE (Laboratório de Geração de Energia Nucleoelétrica) continua a avançar. Em 2023, a Atech entregou o Sistema de Detecção Nuclear Externa e o Sistema de Detecção Nuclear Interna ao governo brasileiro. A Atech continua a desempenhar um papel-chave no avanço do programa LABGENE em 2025, entregando sistemas críticos de monitoramento, controle e proteção enquanto apoia treinamento de operadores e comissionamento. A empresa também está contribuindo para a harmonização de requisitos para pequenos reatores modulares, fortalecendo sua posição no setor nuclear do Brasil.

Em 2024, a Atech assinou cinco novos contratos para o desenvolvimento, modernização e implementação de sistemas de controle de tráfego aéreo no Brasil, em parceria com o Departamento de Controle do Espaço Aéreo da Força Aérea Brasileira. No mesmo ano, a Atech e a Eve Air Mobility assinaram um contrato para a Fase 3 do sistema de Gerenciamento de Tráfego Aéreo Urbano (UATM), parte da parceria estratégica entre as empresas.

Em 2025, a Atech manteve sua posição estratégica em engenharia de sistemas complexos e soluções para missões críticas, expandindo sua presença internacional. A empresa fortaleceu seu papel em setores altamente relevantes — defesa, segurança, cibertecnologia, gerenciamento de tráfego aéreo e geração de energia nuclear — alinhados com sua estratégia de crescimento e diversificação de receitas. No mercado internacional, a Atech consolidou sua presença ao assinar um contrato com a empresa estatal sul-africana ATNS para a modernização do sistema de gerenciamento de fluxo de tráfego aéreo do país. No Brasil, a empresa fortaleceu sua posição ao assinar quatro contratos adicionais com o DECEA (Departamento de Controle do Espaço Aéreo), expandindo seu portfólio em sistemas de controle de tráfego aéreo e garantindo crescimento em projetos de alta relevância para o setor. A Atech também avançou em programas estratégicos com a Marinha do Brasil (LABGENE e fragatas Classe Tamandaré) e com a Força Aérea Brasileira (DACOM e SOpM), garantindo entregas contratuais, aditivos e novos contratos que fortalecem nossa posição em projetos de longo prazo e alta complexidade.

Visiona

Em 2012, a Embraer e a Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebras) constituíram a Visiona, com a Embraer detendo participação de 51,0% e a Telebras participação de 49%. A Visiona tornou-se a contratada principal para o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas brasileiro, sendo responsável pela integração do sistema.

Em 2023, o nanossatélite VCUB-1 foi lançado ao espaço a bordo da missão Transporter 7 da SpaceX. Em 2024, todos os objetivos planejados foram alcançados com sucesso e a missão foi declarada um sucesso com a publicação das primeiras imagens já capturadas por um satélite privado brasileiro. Adicionalmente, como parte da missão VCUB-1, a Visiona concluiu o desenvolvimento e validação de sistemas embarcados de gerenciamento de dados, comunicações e controle de órbita e atitude para satélites, alcançando domínio total de software embarcado de satélite.

Também em 2023, a Visiona ganhou uma subvenção governamental no valor de R\$220,0 milhões para desenvolver um novo satélite de observação de altíssima resolução (SATVHR). Em 2024, a empresa concluiu todas as revisões preliminares de projeto de subsistemas e ultrapassou o marco de 50% de conclusão do projeto.

Em 2025, marcos importantes do projeto SatVHR foram concluídos, incluindo a preparação de modelos para testes de radiofrequência e termo-estruturais, bem como a execução de Critical Design Reviews (CDR) para vários subsistemas.

Em fevereiro de 2025, o nanossatélite VCUB reentrou na atmosfera, marcando o fim dessa missão bem-sucedida.

Ao final de 2025, a Visiona celebrou dez anos de operações no mercado de serviços de sensoriamento remoto. Ao longo desse período, mais de 300 projetos foram executados, atendendo mais de 120 clientes em setores como governo, energia, gás, meio ambiente, mineração e logística. Em 2025, 27 novos contratos foram assinados nessa área, incluindo sete novos clientes. A parceria com o Google foi aprofundada, acelerando o desenvolvimento conjunto de novas oportunidades de negócios, particularmente nos setores de governo, energia e agricultura.

Águas Azuis

A Águas Azuis é uma sociedade de propósito específico detida pela Embraer, Atech e Thyssenkrupp Marine Systems, fundada e contratada em 2020 para construir quatro fragatas classe Tamandaré para a Marinha do Brasil.

A Fragata “Tamandaré” (F200), a primeira de sua classe, foi lançada em agosto de 2024 e passou por testes de aceitação no mar em 2025. A segunda fragata, “Jerônimo de Albuquerque” (F201), foi lançada em agosto de 2025.

A construção do terceiro navio, a Fragata “Cunha Moreira” (F202), começou em junho de 2025 com a cerimônia de batimento de quilha.

Concorrência

Nossas aeronaves militares enfrentam concorrência de vários fabricantes em diferentes países, em todos os segmentos. O Super Tucano compete no mercado de apoio aéreo aproximado com o Textron AT-6 (Estados Unidos), o SkyWarden da L3 Harris (Estados Unidos), o KAI KA-1 (Coreia do Sul), o TAI Hürkuş (Turquia) e o Aero Vodochody L-39NG (República Tcheca), entre outros. No mercado de treinamento, o A-29 Super Tucano compete com o Pilatus PC-21 (Suíça) e Textron T-6A/B (Estados Unidos da América), entre outros.

No segmento de transporte militar, o KC-390 Millennium opera no segmento de transporte aéreo médio na categoria de 20 toneladas. Seu principal concorrente é o Lockheed Martin C-130J (Estados Unidos). Devido ao projeto multimissão do KC-390 Millennium, incluindo evacuação médica, busca & salvamento, combate a incêndios, reabastecimento ar-ar, transporte de tropas e reabastecimento aéreo, esperamos concorrência de outras aeronaves que podem executar algumas missões semelhantes. Esses concorrentes incluem o Airbus A400M (Europa), Airbus C-295 (Europa), Kawasaki C-2 (Japão), Leonardo C-27J (Itália) e Ilyushin IL-76 (Rússia).

Em nosso subsegmento de missão especial, que inclui as aeronaves usadas por autoridades e funcionários governamentais, nossos jatos executivos enfrentam concorrência dos principais fabricantes de jatos executivos, como Textron e Gulfstream (Estados Unidos da América), Bombardier (Canadá) e Dassault (França).

Segmento de Serviços e Suporte

Visão geral

Em 20 de dezembro de 2016, anunciamos a criação da Embraer Serviços e Suporte, que é uma unidade de negócios de serviços e suporte ao cliente que reúne capacidades que anteriormente eram alocadas a cada segmento de negócios. Nosso segmento de Serviços e Suporte é responsável pelo desenvolvimento de soluções de suporte a produtos e serviços novos e atuais, bem como pelo gerenciamento dos processos e recursos associados.

Em 31 de dezembro de 2025, esse segmento apoiava aproximadamente 4.391 produtos e atendia mais de 2.000 clientes em quase 100 países. Este segmento operacional também apoia os segmentos de Aviação Comercial, Aviação Executiva e Defesa e Segurança por meio de uma rede de operações especializadas em sites dedicados, como armazéns, instalações de MRO, centros de treinamento com simuladores de voo completos e mais de 200 representantes de suporte de campo, que trabalham lado a lado com os operadores para entender suas necessidades específicas e garantir o desempenho do produto.

Por meio de um portfólio abrangente de serviços cobrindo todos os segmentos, nossa equipe de especialistas oferece os seguintes serviços e produtos:

- Suporte em campo para atendimento presencial ou remoto para desafios operacionais e técnicos, garantindo máximo desempenho e comodidade;
- Suporte técnico, oferecendo análise de alavancagem, experiência em engenharia e monitoramento de frota em tempo real para atender às necessidades técnicas de nossos operadores com precisão e eficiência de ponta;
- Soluções de operações de voo para aprimorar as operações de nossos clientes por meio de soluções personalizadas, consultoria, supervisão e recursos de treinamento, otimizando a eficiência e a segurança;
- Modificação de aeronaves, elevando o desempenho de nossa frota com execução especializada e coordenação de atualizações de sistemas, juntamente com modificações de cabine, aviônicos e conectividade para uma experiência superior a bordo;
- Gerenciamento meticuloso de materiais, garantindo a disponibilidade ininterrupta de peças para manutenção programada e não programada;
- Soluções de manutenção otimizadas priorizando eficiência e segurança para excelência operacional sustentada;

- ✈ Programas de treinamento para preparar a tripulação de voo, os técnicos de manutenção e o pessoal de operações para atingir os mais altos níveis de competência; e
- ✈ Suporte técnico 24 horas por dia, 7 dias por semana em nossa central de atendimento ao cliente, atendendo todas as plataformas de produtos que temos a oferecer, desde o EMB-120 Brasília até os E-jets E2 e Praetor 600.

Nossa rede global de mais de 15 MROs próprios e mais de 80 centros de serviços autorizados foi projetada para oferecer suporte aos nossos clientes com soluções personalizadas eficazes, confiáveis e eficientes. Nossos MROs estão localizados nos Estados Unidos da América (Mesa, Arizona; Fort Lauderdale, Flórida; Melbourne, Flórida; Nashville, Tennessee; Macon, Tennessee, Fort Worth, Texas, Dallas Love Field, Texas, Cleveland, Ohio e Sanford, Flórida), Brasil (Sorocaba, Gavião Peixoto e São José dos Campos, São Paulo), França (Le Bourget) e Portugal (Alverca).

Para apoiar ainda mais nossos clientes, nossas capacidades logísticas globais e armazéns oferecem acesso incomparável a um amplo estoque de peças de reposição, complementado por novos sistemas de planejamento de peças e gestão de reparos para garantir operações ininterruptas. Esses armazéns estão localizados nos Estados Unidos da América (Davie e Fort Lauderdale, Flórida), França (Mitry Mory), Singapura, China (Pequim) e Brasil (São José dos Campos e Taubaté).

Nosso segmento de Serviços e Suporte foi responsável por 25,4%, 25,6% e 26,9% de nossa receita nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2025, nossos pedidos firmes em carteira para nosso segmento de Serviços e Suporte totalizavam US\$4,9 bilhões, em comparação com US\$4,6 bilhões em 31 de dezembro de 2024.

Em 2023, foram assinados novos contratos e renovações em nosso Programa Flight Hour Pool (que é um acordo que permite ao cliente receber suporte para uma ampla gama de componentes reparáveis para sua frota com base em suas horas de voo) com operadores de clientes como: Porter Airlines, SKS, Star Air, Marathon Airlines, Sky High, Royal Jordanian Airlines, Fly Amelia, National Jet Express, empresa do Grupo Rex, Scoot, LuxAir, entre outras.

Além disso, a evolução digital continua a ser fundamental no nosso negócio. Em 2023, vários recursos foram lançados para melhorar a experiência do cliente, como a (i) ferramenta de comércio eletrônico para compra ou renovação de serviços, como publicações técnicas, o Aircraft Health Analysis and Diagnosis, ou AHEAD (que é uma ferramenta de gerenciamento operacional que monitora continuamente a aeronave durante o voo por meio da transmissão automática de mensagens de alerta do sistema da aeronave para o solo), (ii) "academia do cliente", que consiste em tutoriais para suporte ao cliente, e (iii) melhorias no sistema eParts (que é um sistema que permite aos clientes gerenciar e comprar peças de aeronaves, como solicitação de peças, rastreamento de pedidos, cotação, devolução de material, entre outros).

Em 2024, anunciamos a expansão e investimento de nossa rede de serviços MRO nos Estados Unidos para apoiar a crescente frota de aeronaves E-Jets E2 com a abertura de um novo centro de serviços próprio da Embraer no Perot Field Alliance Airport, em Fort Worth, Texas.

Em 2025, em parceria com a Cidade de Fort Worth, o Condado de Denton e o Estado do Texas, iniciamos operações em um hangar existente no segundo trimestre do ano, enquanto construímos um segundo hangar que deverá ser concluído até 2027. Com as novas instalações, a capacidade da Embraer de atender os clientes de E-Jets aumentará em 53% nos Estados Unidos, e espera-se que os investimentos alcancem até US\$70 milhões, criando aproximadamente 250 novos empregos de aviação no Texas. O novo centro de serviços de Fort Worth será adicionado à rede global da Embraer, que inclui 80 centros autorizados e 14 centros de serviços próprios em todo o mundo.

Serviços e Suporte relacionados à Indústria de Aviação Comercial

Nossas equipes de técnicos altamente qualificados trabalham diretamente com os operadores de Aviação Comercial para projetar um pacote de manutenção que atenda às necessidades da unidade de negócio, tais como:

- ✈ *Programa de Pool de Horas-Voo*, que permite que as companhias aéreas minimizem o investimento inicial em estoques e recursos reparáveis de alto valor, utilizando a experiência da Embraer e a vasta rede de prestadores de serviços de reparo de componentes. O programa resulta em uma economia significativa nos custos de reparos e de manutenção de estoque, na redução do espaço de armazenamento e na eliminação virtual dos recursos de gerenciamento de reparos;

- *Planejamento Colaborativo de Estoque Embraer (ECIP)*, que é um programa personalizado de gerenciamento de estoque de peças de reposição, projetado para ajudar os clientes a reduzir custos operacionais, otimizando os níveis de estoque;
- *Programa de Troca de Peças Embraer*, que oferece às operadoras uma lista altamente abrangente de peças rotativas disponíveis para trocas ad-hoc, que inclui os custos de troca e reparo; e
- *Otimização do Estoque do Cliente*, que compreende a gestão estratégica e a alocação de estoque para atender à demanda dos clientes, minimizando o excesso de estoque e os custos associados.

Monitoramos constantemente os níveis de satisfação dos clientes e mantemos canais de comunicação abertos com eles para entender as necessidades dos clientes e definir as ações mais adequadas para a melhoria contínua do nosso atendimento. Para isso, usamos as seguintes ferramentas e fóruns:

- pesquisa de satisfação anual de suporte ao cliente para identificar nossa posição competitiva;
- planos de ação e compromissos específicos com cada cliente, conhecidos como Planos de Ação Integrados do Cliente;
- trabalho em equipe e identificação sistemática e planos de ação integrados para resolver problemas que afetam a nós, nossos fornecedores e clientes;
- reuniões periódicas dedicadas na sede do cliente;
- Conferências de Operadores da Embraer, que são realizadas uma vez por ano e em diferentes regiões do mundo, com a presença de todos os operadores de E-Jets e E2s, bem como de fornecedores e parceiros;
- Workshop de Custos de Manutenção, um evento anual realizado para compartilhar as melhores práticas de manutenção e discutir iniciativas de redução de custos entre os operadores e a equipe da Embraer;
- eTalks, que é uma série de lives mensais criada para manter os clientes informados e atualizados sobre diferentes assuntos relacionados aos Serviços e Suporte da Embraer;
- fóruns interativos de discussão no portal FlyEmbraer, fomentando a troca de experiências entre os clientes e a Embraer;
- participação em feiras internacionais relacionadas a manutenção, tecnologia, gestão de relacionamento com clientes e outros; e
- um programa interno, Embraer Excellence in Customer Experience, que visa abordar as mudanças no segmento de Serviços e Suporte da divisão de aviação comercial, a fim de elevar o desempenho do nosso segmento de Aviação Comercial, atendendo às necessidades atuais e futuras do mercado, com o objetivo de obter os mais altos níveis de satisfação do cliente com base em sua experiência no setor de aviação comercial.

Em 2023, a versão de nova geração do sistema AHEAD foi lançada. O AHEAD é uma ferramenta que ajuda as companhias aéreas e os clientes a implementar a manutenção preditiva digital em suas frotas de E-Jets E1 e E2, usando dados para identificar e prever possíveis problemas antes que eles se tornem críticos.

Em 2023, a Embraer-CAE Training Services anunciou a expansão da joint venture entre a CAE Training Services e a Embraer, com o objetivo de incluir programas de treinamento para pilotos e tripulantes de cabine para a família de E-Jets E2. O novo programa de treinamento de pilotos acontecerá em Cingapura e contará com um novo simulador de voo completo de última geração para os E-Jets E2 no Centro de Treinamento de Voo CAE local.

Em 2023, atingimos um marco importante com o programa de conversão de aeronaves de passageiros para aeronaves de carga, que foi o lançamento oficial da aeronave, revelando seu esquema de pintura ao mercado e iniciando os testes em solo. Nos termos desse programa, a conversão completa para cargueiro está disponível para todas as aeronaves EMBRAER 190 e EMBRAER 195 usadas, que entraram em serviço em 2024.

Em 2024, um dos principais impulsionadores dos serviços de Aviação Comercial foi a assinatura de um Memorando de Entendimento (MoU) entre a Fokker Services Asia (uma subsidiária do Fokker Services Group) e a Embraer. Esse MoU coloca a instalação da Fokker Services Group Asia em Seletar, Singapura, no caminho para se tornar um Centro de Serviços Autorizado para a família de E-Jets de primeira geração da Embraer, apoiando a presença em crescimento constante da Embraer na região Ásia-Pacífico. Alguns meses depois, a Fokker Services Asia recebeu

certificação oficial como Centro de Serviços Autorizado Embraer, com foco na aeronave E190. Além disso, a SIAEP, uma subsidiária da SIA Engineering Company Limited (SIAEC), tornou-se o primeiro Centro de Serviços Autorizado Embraer na região Ásia-Pacífico a oferecer serviços de manutenção, reparo e revisão para a família E-Jets E2 da Embraer.

A Embraer e a Scoot, subsidiária de baixo custo da Singapore Airlines, assinaram um contrato para o Embraer Collaborative Inventory Planning (ECIP), um programa personalizado de gestão de estoque de peças de reposição consumíveis projetado para ajudar clientes a reduzir custos operacionais otimizando níveis de estoque. O acordo ECIP, juntamente com o Pool Program, fornecerá suporte abrangente para a frota recebida pela Scoot de nove jatos E190-E2. A companhia aérea será a primeira cliente ECIP na região Ásia-Pacífico.

Outro marco importante durante este primeiro semestre foi a introdução do simulador de voo completo (FFS) E-Jets E2 em Singapura, o primeiro na região Ásia-Pacífico. O treinamento E-Jets E2 é o programa mais recente oferecido pela joint venture Embraer CAE Training Services (ECTS), recentemente expandida. O programa de treinamento E2 contará com o material didático de avaliação de treinamento baseada em competências (CBTA) da CAE, instrução interativa em sala de aula com o simulador virtual CAE Simfinity (VSIM) e treinamento prático imersivo em um novo FFS CAE 7000XR Series de última geração.

Adicionalmente, a Embraer está expandindo sua rede de serviços MRO nos Estados Unidos da América para apoiar a frota crescente de E-Jets. Um novo centro de serviços próprio da Embraer será estabelecido no Perot Field Alliance Airport em Fort Worth, Texas. O primeiro E-Freighter, o E190F da Embraer, um jato convertido de transporte de passageiros para cargueiro, completou com sucesso seu primeiro voo. Ao final de 2024, o E190F, uma conversão de passageiros para carga total, foi certificado pela ANAC.

Em 2025, nosso negócio de Serviços e Suporte para aviação comercial consolidou avanços estratégicos e operacionais significativos. Um destaque-chave foi a assinatura de um contrato com um cliente na região Europa, Oriente Médio e África para o programa Embraer Collaborative Inventory Planning (ECIP), garantindo suporte para uma frota de 68 aeronaves e fortalecendo a eficiência logística e disponibilidade operacional dos clientes.

Em 2025 também assinamos três novos contratos no âmbito do Special Parts Program e renovamos um contrato preexistente. Adicionalmente, também prorrogamos um contrato de pacote de suporte total para um operador da família E2 de 2032 para 2035. O segmento também registrou a execução de sete contratos de remarketing.

A expansão da capacidade de treinamento foi outro destaque de 2025, com a instalação de um novo simulador de voo completo pela Embraer CAE Training Services (ECTS) em Madri, Espanha, aumentando as ofertas para clientes da família E2 na Europa.

Na área de MRO, a abertura de novas instalações em Dallas–Fort Worth fortaleceu o suporte à frota de jatos comerciais nos Estados Unidos e mercados internacionais. Na Europa, a LOT Aircraft Maintenance Services (LOTAMS) tornou-se o primeiro Centro de Serviços Autorizado Embraer para aeronaves E2.

No negócio de retrofit, o novo projeto para os compartimentos superiores dos E-Jets E1 foi lançado, com um cliente de lançamento confirmado definido para modernizar mais de 260 aeronaves. O Pool Program também fez progresso significativo, com a assinatura de contratos com várias companhias aéreas e operadores governamentais, adicionando aproximadamente 75 aeronaves ao portfólio.

Entre os principais contratos, destacam-se a renovação do acordo de manutenção pesada da Republic Airways até 2030 e a adesão da Air Dolomiti ao Pool Program, cobrindo 26 aeronaves. A Embraer também assinou novos acordos de manutenção com a CommuteAir, entregou o primeiro E-Freighter à Bridges Air Cargo Ltd. e expandiu sua base de clientes AHEAD Premium. O ano foi concluído com a cerimônia de inauguração das obras de uma nova instalação de MRO para jatos comerciais em Fort Worth, reforçando os investimentos da Companhia em infraestrutura global.

Serviços e Suporte relacionados à Indústria de Aviação Executiva

Os serviços e o suporte prestados às aeronaves da Aviação Executiva continuam fortes, impulsionados principalmente pelo alto volume de transações de aeronaves no mercado de reposição e pela adição de novos clientes ao nosso programa Executive Care, que é um programa abrangente de manutenção de estruturas cuidadosamente projetado e gerenciado pela Embraer para fornecer uma maneira simples e previsível de orçar os custos de manutenção das aeronaves. Também aprimoramos nossos serviços e estrutura de suporte para melhorar a experiência de nossos clientes.

Para medir a satisfação de nossos clientes, implementamos o Programa Customer Experience, que é uma ferramenta de marketing para medir a satisfação do cliente com base na experiência do cliente. A pontuação neste projeto nos permite ser mais responsivos no desenvolvimento de iniciativas com base no feedback dos clientes e também prever suas necessidades.

Nosso Centro de Atendimento ao Cliente possui uma equipe de especialistas que se dedicam a dar suporte a toda a Aviação Executiva da Embraer, oferecendo assistência completa e em tempo hábil para atender às necessidades operacionais, técnicas e de manutenção. O Centro de Atendimento ao Cliente funciona 24 horas por dia, sete dias por semana, e localiza-se na sede da Embraer em São José dos Campos. Sua prioridade é minimizar o tempo de resposta desde o primeiro contato do cliente até a conclusão definitiva, aplicando os recursos adequados de forma rápida e eficiente às necessidades críticas, assegurando assim que os clientes tenham assistência especializada em qualquer lugar do mundo.

Desde 2014, nosso suporte a produtos obteve consistentemente as melhores classificações em nossas pesquisas do setor. Em 2016, garantimos pela primeira vez a posição de número um nas pesquisas de suporte a produtos da Aviation International News (AIN) e da Pro Pilot. No ano seguinte, a AIN nos reconheceu novamente como líder em suporte a produtos. Em 2018, conquistamos o primeiro lugar na pesquisa de suporte ao produto da Pro Pilot e garantimos a segunda posição na pesquisa da AIN. Em 2020 e 2021, mantivemos nosso status de primeira posição em todas as categorias na Product Support Survey da Pro Pilot, como tempo de resposta da empresa, custos de peças e classificação geral. Em 2022, alcançamos o primeiro lugar na pesquisa de suporte ao produto da AIN e garantimos o segundo lugar na pesquisa da Pro Pilot. Os resultados gerais e a satisfação dos clientes em jatos executivos mantiveram a Embraer no topo das pesquisas de suporte ao produto de 2023, conquistando o primeiro lugar na Professional Pilot Magazine e o terceiro lugar na AIN.

Em 2023, implementamos com sucesso um novo simulador de voo completo para o Phenom 300E em Las Vegas, Nevada. Além disso, pelo quinto ano consecutivo, a operadora de base fixa da Embraer, ou FBO em Sorocaba, São Paulo, foi reconhecida como a melhor FBO do Brasil, segundo pesquisa Aviation International News. Esse reconhecimento é resultado de nosso compromisso contínuo de melhorar nossas soluções, incluindo a expansão do centro de serviços no local em Sorocaba em 2022.

Além disso, durante o ano, em parceria com a FlightSafety, implementamos o terceiro simulador de voo completo para a Praetors, em Orlando, Flórida, e lançamos o acelerador automático para aeronaves Phenom 300E.

A Embraer-CAE Training Services anunciou a expansão de sua capacidade de treinamento com dois novos simuladores de voo Phenom 300 para atender à crescente demanda por treinamento em jatos executivos nos Estados Unidos e na Europa. No mesmo período, fizemos uma parceria com a Elite Jets para substituir os assentos da frota de Phenom 300 com nosso novo logotipo e anunciamos a duplicação de nossa capacidade de manutenção por meio da ampliação de nossos centros de serviços nos Estados Unidos, incluindo o aumento de uma equipe de assistência em solo para 28 equipes distribuídas pelo país, dando suporte a todas as MROs.

Em julho de 2023, comemoramos 40 anos de nossa presença na França. Atualmente, temos um Centro de Serviços para Jatos Executivos em Le Bourget e um depósito em Mitry-Mory, próximo ao Aeroporto Charles De Gaulle.

Em 2024, a Embraer, a EVE e o Groupe ADP (Aéroport de Paris) assinaram um Memorando de Entendimento (MoU) para avançar o futuro da aviação de baixo carbono no Aeroporto de Paris-Le Bourget e arredores, na França. Como parte dessa iniciativa, a Embraer Services & Support planeja projetar e realocar suas instalações atuais para um novo edifício de manutenção, visando mais do que dobrar sua capacidade existente.

A nova instalação MRO da Embraer em Cleveland, Ohio, Estados Unidos da América, iniciou operações em julho de 2024, seguida pelo lançamento de outra instalação em Sanford, Flórida, Estados Unidos da América, em agosto de 2024. Pelo segundo ano consecutivo, ficamos em primeiro lugar na Pro Pilot Product Support Survey 2024 e subimos para segundo no ranking da Aviation International News.

Em 2025, a Embraer Services & Support fortaleceu sua rede global com a adição da Fly Across MRO como novo centro de serviços autorizado no México e a entrada da Aerocardal no Chile, oferecendo manutenção de base para as séries de jatos Phenom, Praetor e Legacy. Essa expansão aumentou a capacidade de serviços em toda a América Latina.

O programa Executive Care manteve sua relevância estratégica, com a assinatura de 37 contratos em 2025, incluindo renovações, novos acordos para aeronaves recém-entregues, adesões tardias e expansões de escopo. Esses resultados reforçam a previsibilidade de fluxo de caixa e fortalecem a fidelidade dos clientes.

Também continuamos a diversificar nosso portfólio com o lançamento da conectividade Gogo Galileo HDX para o Phenom 300 no aftermarket, bem como a expansão das opções de conectividade Starlink para os modelos Praetor e Legacy.

Adicionalmente, inovações foram introduzidas no portfólio de aftermarket, como a primeira instalação de luzes de pouso LED Taxi no Phenom 300.

Essas iniciativas reforçam o compromisso da Embraer com a excelência operacional, inovação e suporte global para clientes de aviação executiva.

Serviços e Suporte relacionados à Indústria de Defesa e Segurança

O segmento de Serviços e Suporte oferece soluções a diversas Forças Armadas e entidades governamentais por meio de um portfólio abrangente. Essas soluções são personalizadas para atender às necessidades dos nossos clientes e podem incluir materiais, treinamento, manutenção, engenharia e outros aspectos que aprimorarão a disponibilidade da frota e a prontidão para missões.

Nossos serviços de suporte variam de uma simples operação de venda até programas de suporte integrado. Avaliamos as capacidades e os requisitos de nossos clientes para definir a solução integrada que manterá a frota operando da maneira mais eficaz.

A aeronave multimissão KC-390 Millennium conta com uma equipe dedicada para projetar e implantar a solução e o início das operações da forma mais eficiente. Nosso cliente participa diretamente do processo, junto com a equipe da Embraer, incluindo a estratégia geral bem como detalhes específicos, assegurando uma operação confiável e tranquila desde o início do processo.

Como parte do programa de suporte integrado, também prestamos serviços a clientes novos e existentes do Super Tucano, aeronave utilizada por diversas Forças Aéreas em todo o mundo.

Além disso, também prestamos serviços de suporte de aeronave a operadores de aeronaves de passageiros de diversas organizações governamentais. Por exemplo, temos serviços de suporte projetados para atender exigências, incluindo a venda de peças de reposição, manutenção, treinamento e suporte técnico, entre outros, referentes a: (i) aeronaves recentes, como o Phenom 100, o Phenom 300 e o Legacy 450; (ii) aeronaves mais antigas, como o Legacy 600 e o ERJ-145; e (iii) aeronaves históricas, como o Bandeirantes (EMB-110) e o Brasília (EMB-120). Por meio dos serviços de suporte que prestamos aos nossos clientes, podemos complementar aeronaves comerciais ou executivas com equipamentos e sensores, disponibilizando assim a frota de nossos clientes para diferentes tipos de missões.

Em 2022, a Embraer Serviços e Suporte para o Mercado de Defesa também alcançou marcos importantes, como a segunda fase do programa SISFRON, que teve início no primeiro trimestre do ano.

Durante o mesmo ano, novos contratos de suporte temporário foram assinados com a Polícia Federal Brasileira para dois E175s e com a SATENA, o que representou uma nova receita para a Embraer Serviços e Suporte. Os novos acordos também incluem engenharia de sustentação (suporte e manutenção de aeronaves); treinamento de pilotos; radares M60 sob demanda e contrato de representação técnica para a frota Legacy 500.

Também em 2022, o segmento de Serviços e Suporte apoiou a preparação para a entrada em serviço da frota de KC-390 da Força Aérea Portuguesa e da Força de Defesa Húngara e a operação de 100% da frota de Super Tucano nas Filipinas. No treinamento, a equipe ajudou na primeira e bem-sucedida operação do KC-390 para o lançamento aéreo de suprimentos de carga na Base de Pesquisa Brasileira na Antártica, além de concluir o treinamento de pilotos na Turkmen Air.

No segmento de Defesa e Segurança, o segmento de Serviços e Suporte celebrou um contrato de suporte logístico integrado, ou ILS para o A-29 com a Força Aérea Chilena e a participação da Embraer na primeira reunião do Users Group KC-390, organizada pela Força Aérea Portuguesa.

Em junho de 2023, um marco importante foi a inauguração do primeiro simulador de voo completo para o jato multimissão KC-390 Millennium na Academia Embraer, localizada na unidade Eugênio de Mello em São José dos Campos, estado de São Paulo, Brasil. Além disso, a execução de contratos pontuais de peças de reposição e reparos com a Força Aérea das Filipinas e o contrato de ILS com a Força Aérea Helênica foram conquistas importantes.

Em 2023, um marco importante foi a extensão do contrato da ILS para a frota da Força Aérea Brasileira, composta por 24 aeronaves ERJ-135, Legacy 600 e AEW. Na opinião da nossa administração, o ILS é a escolha preferida no mercado de defesa, que acreditamos garantirá aos nossos clientes militares e governamentais a disponibilidade de ativos a custos previsíveis e competitivos.

Em 2024, atingimos marcos como: a entrada em serviço de suporte da sétima aeronave multimissão KC-390 Millennium entregue ao Primeiro Esquadrão do Primeiro Grupo da Força Aérea Brasileira na Base Aérea do Galeão, no Rio de Janeiro; a celebração de cinco anos de serviço do KC-390 para a Força Aérea Brasileira; e a entrada em serviço do KC-390 Millennium da Força Aérea Húngara por nossa equipe técnica. Também anunciamos que forneceremos soluções de treinamento para o KC-390 Millennium à Força Aérea Real dos Países Baixos. O acordo inclui um simulador de voo completo e um treinador de estação de manuseio de carga desenvolvido com a Rheinmetall.

Em 2025, a Embraer intensificou suas atividades no segmento de Defesa e Segurança, com foco em suporte, manutenção, treinamento e integração tecnológica. Destaques notáveis incluem o retorno ao serviço de aeronaves da Força Aérea Indiana após inspeções pesadas realizadas na Índia, bem como a assinatura de um contrato de Suporte Logístico Integrado para o Praetor 600 com Burkina Faso.

Também concluímos o pacote de treinamento KC-390 Millennium com a Força Aérea Real dos Países Baixos e realizamos avaliações técnicas para novos clientes do Super Tucano, preparando essas aeronaves para entrada em serviço. Adicionalmente, um contrato foi assinado com a República Dominicana para apoiar sua frota Super Tucano, incluindo manutenção, fornecimento de peças e assistência técnica, contribuindo para a retomada de missões críticas.

A Super Tucano Operators Conference e a integração do conjunto de software ILIAS às ofertas de serviços para o C-390 Millennium e o A-29 Super Tucano em 2025 reforçam ainda mais a posição da Embraer como fornecedora de soluções abrangentes e tecnologicamente avançadas para o setor de defesa.

OGMA

A OGMA, subsidiária da Embraer localizada em Alverca, Portugal, combina o know-how acumulado como fabricante de aeronaves e prestadora de serviços de manutenção. Ela oferece, no mundo todo, serviços de MRO para aviação comercial, executiva e de defesa, bem como para motores e componentes de aeronaves. Além disso, a OGMA desempenha um importante papel como principal fornecedora de aeroestruturas de soluções integradas a OEMs e fornecedores de primeira linha. A OGMA fornece conjuntos e subconjuntos em material metálico e peças em compósito. Em 31 de dezembro de 2025, possuíamos 65% do capital votante da OGMA, com os 35% restantes detidos pela idD - Portugal Defense S.A.

A OGMA comemorou o aniversário de 100 anos de atividades no mercado aeronáutico em 2018. Desde a sua constituição, a OGMA tem realizado investimentos nas áreas de MRO e fabricação de aeroestruturas. Em 2018, a OGMA também celebrou um contrato de manutenção e gestão da frota de aeronaves C-130 da Força Aérea Brasileira, fortalecendo sua posição nesse mercado. A OGMA ampliou ainda mais o espectro de MRO, obtendo a certificação para manutenção do motor Rolls-Royce AE1107. Além disso, celebrou um contrato de manufatura de pilones com um dos maiores fabricantes de aeronaves executivas.

Em 2020, a OGMA firmou 12 novos contratos de prestação de serviços de MRO para os segmentos de Defesa e Segurança, Aviação Comercial e reparo de componentes de manutenção, como os relacionados a sistemas hidráulico, pneumático, combustível, elétrico e aviônico. Ainda em 2020, a OGMA tornou-se um novo centro autorizado de manutenção de motores Pratt & Whitney, como resultado de um projeto desenvolvido pela OGMA, com o apoio da Embraer, ao longo dos 12 meses anteriores, permitindo a expansão do seu escopo de serviços na área da manutenção de motores, e marcando a entrada da Pratt & Whitney manutenção, reparação e revisão em Portugal.

Em 2021, a OGMA obteve grandes conquistas, como: A Pratt & Whitney assinou acordo para motores PW GTF, o Programa Rolls-Royce AE 2100: entrega da primeira Nacelle dentro do TAT contratado, e um acordo para a OGMA Aeronautical Academy. Além disso, destaque na Aerospace & Defense Review, a OGMA foi classificada entre as "Top 10 MRO Service Companies in Europe 2021".

Em 2022, a OGMA entregou o último F-16 para a Royal Netherlands Air Force (RNLAf); o segundo ERJ-175 para a Polícia Federal do Brasil; e entregou um C-130 para a Força Aérea Portuguesa.

A OGMA obteve ainda dois importantes reconhecimentos no mercado, sendo classificada como uma das "Top 10 MRO Service Companies in Europe in 2022" pela Aerospace & Defense Review. A OGMA foi nomeada como um dos melhores locais para trabalhar, ocupando o primeiro lugar no setor da aviação, de acordo com o estudo de employer branding desenvolvido pela Randstad Portugal.

Em 2023, a OGMA realizou a primeira manutenção de base de uma aeronave E2, a primeira do mundo, e concluiu a manutenção da aeronave C-295 à Força Aérea Portuguesa.

Em 2023, a OGMA realizou manutenção em helicópteros modelo EH101 da Força Aérea Portuguesa e aeronaves modelo C-295 e C-130 H da Força Aérea Brasileira. A OGMA realizou a primeira manutenção pesada C-Check (que é uma verificação de manutenção realizada a cada 20-24 meses) nas três aeronaves E2 da Widerøe, a maior companhia aérea regional da Escandinávia. Essas aeronaves fazem parte do primeiro grupo de aeronaves a passar por esse tipo de manutenção no mundo.

Em 2023, após serviços de manutenção, entregamos aeronaves ERJ-145 para a Loganair, ERJ-135 para a Força Aérea Indiana, EJet170 para a Royal Oman Police e Nordic Aviation Capital, aeronaves 190E2 para a Placard, C-130 para a Força Aérea Chilena e Força Aérea do Chade, e F-16 e helicóptero EH-101 para a Força Aérea Portuguesa. Cerca de 25 motores Rolls-Royce também foram entregues após reparos e manutenção. No que diz respeito às aeroestruturas, a OGMA entregou diversas peças fabricadas e montadas aos nossos principais clientes.

No último trimestre de 2023, entregamos aeronaves C-295 à Força Aérea Portuguesa e iniciamos treinamentos de manutenção pesada dos motores GTF.

Em 2024, a OGMA lançou a nova linha de manutenção para a família GTF PW1100 da Pratt & Whitney e concluiu a indução do primeiro motor.

Em 2025, a OGMA avançou em vários projetos estratégicos-chave, incluindo o início da fase de industrialização do motor PW1900, que deve entrar em serviço em novembro de 2026, e a aprovação dos primeiros motores PW1100 na célula de testes. A empresa também recebeu aprovação da Autoridade Nacional da Aviação Civil de Portugal para reparos complexos em motores GTF, expandindo suas capacidades técnicas.

No segmento civil, contratos foram assinados com vários clientes, expandindo e diversificando o portfólio. Outro destaque foi a primeira alocação Time & Material recebida da Rolls-Royce para um motor AE2100D3 e QEC-J, fortalecendo relacionamentos com novos operadores. As iniciativas da OGMA reforçam sua posição como parceira estratégica da Embraer na entrega de soluções de manutenção de alta complexidade.

Segmentos de Outros Negócios

Visão geral

Em nossos Outros segmentos, fornecemos peças à Liebherr Aerospace para apoiar suas necessidades de aftermarket. Adicionalmente, desenvolvemos a solução técnica para o trem de pouso e o computador de controle de voo para a EVE em nossa divisão de peças e equipamentos.

Produzimos a aeronave Ipanema, um avião agrícola originalmente desenvolvido na década de 1970 sob especificações do Ministério da Agricultura brasileiro. Agora em sua sétima geração, todas as novas aeronaves Ipanema são entregues com motor movido a biocombustível (etanol). Essa aeronave é produzida sob demanda e, em 31 de dezembro de 2025, havíamos entregue um total de 1.728 unidades, incluindo 50 em 2025.

Nossos segmentos de Outros Negócios também incluem serviços relacionados ao desenvolvimento e à certificação de eVTOLs, inclusive a criação da Techcare, uma rede de manutenção e serviços para eVTOLs, e a criação de um sistema de gerenciamento de tráfego aéreo (mobilidade aérea urbana, ou negócio UAM).

Para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, nossos Outros segmentos responderam por 1,2%, 1,0% e 1,5% de nossa receita, respectivamente. Esse segmento também inclui receitas de nossa subsidiária, Tempest. Para mais detalhes, vide a Nota Explicativa [35](#) de nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas de 2025 incluídas em outra parte deste relatório anual.

Tempest Security Intelligence

Fundada em 2000, a Tempest Security Intelligence desempenha um papel-chave no mercado brasileiro de segurança cibernética. Sob a liderança do CEO João Paulo Lins, a empresa fez a transição bem-sucedida de seu modelo de negócios em 2025 para escalabilidade, automação e SaaS (Software as a Service). Essa mudança foi marcada por crescimento expressivo de receita e um pipeline comercial robusto, alcançando crescimento de receita de 93% ano a ano em comparação com a receita do ano anterior. Além disso, a empresa foi reconhecida como "Top Partner" pela Trellix, Cloudflare e KnowBe4.

Ao longo de 2025, a Tempest lançou produtos e soluções que fortaleceram ainda mais seu posicionamento no mercado de segurança cibernética. Um marco-chave foi o lançamento da marca Resonant (solução de Threat Intelligence), que consolidou a transição para um modelo SaaS. Esse segmento de mercado viu um aumento substancial em sua base de dados de credenciais vazadas, e a Tempest é agora a única empresa nas Américas a manter uma parceria estratégica com o Google Threat Intelligence em todo o mundo. Continuamos a investir no desenvolvimento de tecnologias proprietárias, com foco em automação e inteligência artificial, visando impulsionar eficiência em nossos serviços de pentesting e entregar capacidades de teste móvel mais escaláveis.

Como parte de sua estratégia de expansão e crescimento de longo prazo, a Tempest começou a reformular duas áreas-chave em 2025: Vulnerability & Risk Management e Technology Services. Esses esforços já produziram resultados significativos, aumentando o pipeline de zero para 250 oportunidades ativas. Por fim, a Tempest continua a manter os mais altos padrões de integridade corporativa, preservando com sucesso suas certificações ISO 9001 e ISO 27001, com a auditoria externa de 2025 para ISO 27001 registrando zero não conformidades.

Atividades de Arrendamento Operacional de Aeronaves

Com o objetivo de prestarmos um melhor suporte financeiro às nossas atividades comerciais, bem como para administrar e reduzir os riscos financeiros relacionados à comercialização de aeronaves, criamos a ECC Leasing em setembro de 2002. A ECC Leasing realizou a recomercialização de aeronaves em seu portfólio em condições e valores similares àqueles de mercado e sem qualquer garantia da Embraer. Todas as operações de venda e arrendamento foram realizadas a taxas de mercado, ajudando a sustentar o valor presente e futuro de nossos produtos.

Em janeiro de 2017, a ECC Leasing foi incorporada pela Embraer Netherlands, bem como seus ativos e atividades. A missão da Embraer Netherlands, atuando como responsável pelas atividades de arrendamento operacional de aeronaves, é administrar e realizar a recomercialização do nosso portfólio de aeronaves, que devido a obrigações contratuais, podem ser adquiridos por nós por meio de operações de troca (trade-in). Também prestamos serviços de recomercialização a terceiros que pretendam vender suas aeronaves fabricadas por nós.

Em 2025, 2024 e 2023, a Embraer Netherlands não vendeu nem entregou nenhuma aeronave. Desde que o negócio de aeronaves de remarketing foi estabelecido em 2002 até 31 de dezembro de 2025, vendemos 267 aeronaves, nenhuma das quais estava disponível ou em negociações de venda ao final de 2025.

Acreditamos que os resultados da Embraer Holanda dependerão em grande parte das condições de mercado, dos níveis de disponibilidade de aeronaves e da demanda por jatos, principalmente na categoria de 70 a 150 assentos.

Mercados

A tabela abaixo apresenta nossa receita por linhas de negócios e região geográfica dos usuários finais nos períodos indicados:

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
	2025	2024	2023
	(em milhões de US\$)		
Aviação Comercial			
América do Norte	1.886,7	1.615,6	1.489,4

América Latina (exceto Brasil)	33,1	95,4	32,2
Ásia-Pacífico	35,9	29,0	—
Brasil	—	0,3	4,2
Europa	414,1	440,8	293,8
Outros	—	27,5	27,2
Total	2.369,8	2.208,6	1.846,8
Aviação Executiva			
América do Norte	1.538,8	1.330,3	1.054,1
América Latina (exceto Brasil)	30,1	36,7	21,4
Ásia-Pacífico	5,3	35,3	20,1
Brasil	320,5	156,3	85,7
Europa	299,2	204,1	226,9
Outros	11,2	—	—
Total	2.205,1	1.762,7	1.408,2
Defesa e Segurança			
América do Norte	14,6	0,1	1,0
América Latina (exceto Brasil)	24,8	81,2	—
Ásia-Pacífico	204,5	60,2	67,1
Brasil	115,5	181,9	141,9
Europa	623,6	384,6	304,9
Outros	0,9	12,9	0,5
Total	983,9	720,9	515,4
Serviços e Suporte			
América do Norte	1.009,3	835,1	737,8
América Latina (exceto Brasil)	54,0	53,9	44,6
Ásia-Pacífico	158,8	131,7	117,3
Brasil	129,7	127,0	141,4
Europa	481,3	408,0	305,1
Outros	92,5	80,8	71,4
Total	1.925,6	1.636,5	1.417,6
Segmentos de Outros Negócios			
América do Norte	1,5	0,1	—
Europa	22,5	—	—
Ásia-Pacífico	4,6	—	—
Brasil	64,5	65,9	80,5
Total	93,1	66,0	80,5

Fornecedores e Componentes; Contratos de Compartilhamento de Risco

Não fabricamos todas as peças e componentes usados na produção de nossas aeronaves. Em 31 de dezembro de 2025, 73,7% de nossos custos de produção consolidados nos segmentos de Aviação Comercial, Aviação Executiva e Defesa e Segurança consistiam em materiais e equipamentos comprados de nossos parceiros de compartilhamento de riscos e de outros grandes fornecedores. Os contratos de compartilhamento de riscos firmados com fornecedores de componentes-chave nos permitem focar em nosso negócio principal: projeto, desenvolvimento, fabricação e venda de aeronaves e sistemas para os nossos segmentos de Aviação Comercial, Aviação Executiva e Defesa e Segurança. Os acordos de compartilhamento de riscos são aqueles em que os fornecedores são responsáveis pelo projeto, desenvolvimento e fabricação dos principais componentes ou sistemas de nossas aeronaves.

Em nossos segmentos de Aviação Comercial, Aviação Executiva e Defesa e Segurança, contamos com parceiros de compartilhamento de riscos para o fornecimento de componentes essenciais para as nossas aeronaves. Selecionamos fornecedores com base em desempenho técnico e qualidade de produtos, capacidade produtiva, relacionamento anterior e competitividade financeira, entre outros. Mantivemos relacionamentos de longa data com a maioria de nossos principais fornecedores desde o início da produção da aeronave Bandeirante em 1975.

Além disso, firmamos contratos de compra com nossos principais fornecedores para atender nossa produção. Esses contratos preveem fórmulas de precificação que levam em conta os diversos fatores que afetam os negócios de nossos fornecedores e nos ajudam a atenuar os efeitos da volatilidade de preços (que em alguns casos pode ser significativa) de materiais, peças e componentes necessários para nossas atividades operacionais. Como padrão, não somos obrigados a comprar uma quantidade mínima de materiais anualmente de acordo com esses contratos de fornecimento. A continuidade do nosso relacionamento com fornecedores depende da cooperação, desempenho e manutenção de preços competitivos.

À medida que o conflito Rússia-Ucrânia persiste, e a instabilidade geopolítica continua em outras regiões, continuamos a monitorar de perto os desenvolvimentos para avaliar quaisquer potenciais restrições ou impactos que possam surgir, incluindo potenciais aumentos nos preços de produtos vendidos por nossos fornecedores. Além disso, esses desenvolvimentos resultaram em um aumento de ataques cibernéticos em todo o mundo, amplificando ainda mais riscos operacionais em toda a indústria da aviação.

Assim que o conflito começou, suspendemos serviços de peças, manutenção e suporte técnico para determinados clientes para cumprir as sanções impostas à Rússia, Belarus e certas regiões da Ucrânia por leis de jurisdições às quais estamos sujeitos, e podemos ser obrigados a tomar ações semelhantes no futuro para cumprir sanções aplicáveis, controles de exportação ou outras restrições comerciais que afetem determinadas jurisdições, como Irã e Venezuela. A Rússia permanece um dos maiores fornecedores mundiais de titânio, um material crítico para a fabricação de aeronaves. Embora atualmente não antecipemos restrições na disponibilidade de titânio em nossa cadeia de suprimentos, considerando nossa posição atual de estoque e as fontes alternativas existentes em outros países, continuaremos a monitorar ativamente nossa cadeia de suprimentos para identificar e mitigar quaisquer potenciais restrições.

Além disso, continuamos a monitorar desenvolvimentos no Oriente Médio e em outras regiões onde o ambiente de segurança permanece altamente instável. Tensões e conflitos em curso nessas regiões, bem como sanções e outras restrições regulatórias que afetam determinadas jurisdições, podem criar incerteza adicional para cadeias de suprimentos globais e rotas de transporte. Dado que temos fornecedores localizados em algumas dessas regiões, quaisquer interrupções, atrasos de remessa, restrições regulatórias ou aumentos de custos decorrentes de tais desenvolvimentos geopolíticos poderiam afetar adversamente nossos negócios.

Para detalhes adicionais sobre nossos relacionamentos com fornecedores, consulte “Item 3. Informações-Chave—D. Fatores de Risco—Operações de Negócios e Contratos—Qualquer Diminuição No Financiamento De Clientes Patrocinado Pelo Governo Brasileiro Ou Aumentos No Financiamento Patrocinado Pelo Governo Que Beneficie Nossos Concorrentes, Podem Diminuir A Competitividade De Nossas Aeronaves.” e “Item 3. Informações-Chave—D. Fatores de Risco—Operações de Negócios e Contratos—Trabalhamos com um número limitado de fornecedores-chave.”

Aviação Comercial

Família de Jatos EMBRAER 170/190 e Família de Jatos E-Jets E2

Aprimoramos a família de jatos EMBRAER 170/190 continuamente, em conjunto com nossos parceiros de compartilhamento de riscos que fornecem sistemas-chave para as nossas aeronaves. Nossos contratos com fornecedores para a família de jatos EMBRAER 170/190 diferem daqueles para a família de jatos regionais ERJ 145, para os quais utilizamos menos fornecedores. Com relação à família de jatos EMBRAER 170/190, cada parceiro de compartilhamento de riscos é responsável pelo desenvolvimento e fabricação de sistemas de aeronave, como trens de pouso, sistema hidráulico e sistema de controle de voo, em vez de componentes individuais, sendo que um número menor de componentes é fornecido por companhias que não compartilham riscos. O fato de nossos parceiros de compartilhamento de riscos assumirem a responsabilidade pelos sistemas reduz nossos investimentos de capital, que por sua vez diminui nossos riscos de desenvolvimento e aumenta nossa eficiência operacional ao reduzir o número de fornecedores por produto e cortar custos de produção. Isso também reduz o tempo de desenvolvimento e produção.

Quando foram lançados, os E-Jets eram uma das mais avançadas aeronaves em operação. O sistema fly-by-wire, a aviônica integrada e o projeto de bolha dupla em corte transversal proporcionaram um novo nível de tecnologia e conforto de passageiros para o segmento. O sucesso da família levou a uma participação de mercado de 30% das entregas

no segmento de jatos de até 150 assentos de 2004 a 2025, de acordo com a Cirium. Não obstante, nos últimos dez anos, aprimoramos continuamente essa família. Novos pacotes de desempenho, melhorias na manutenção, redução de ruído externo e redução de queima de combustível são exemplos das melhorias desenvolvidas.

O projeto E-Jets E2 é um importante exemplo de nosso compromisso de manter a liderança de mercado no segmento. A tecnologia de ponta aplicada aos motores, asas e aviônicos faz da família E2 uma ferramenta altamente eficiente para companhias aéreas. O E2 representa um novo nível de eficiência aerodinâmica, pois suas asas apresentam um dos maiores alongamentos do setor e possuem formato inovador. O E2 também possui sistemas e aviônica aprimorados, incluindo a quarta geração de comandos de voo 100% fly-by-wire e os motores com alta razão de passagem PurePower™ Geared Turbofan da Pratt & Whitney (PW1700G no E175-E2, PW1900G no E190-E2 e no E195-E2). Essas melhorias resultam em reduções de dois dígitos em queima de combustível, emissões, ruído e custos de manutenção. A comunalidade do cockpit da atual geração de E-Jets é um propulsor-chave do projeto dos E-Jets E2, permitindo uma transição tranquila para pilotos de E-Jets. O avançado sistema de aviônica integrada Primus Epic™ 2 da Honeywell, com grandes telas de paisagem e capacidades gráficas avançadas, e o sistema de gestão de voos de próxima geração (Next Generation Flight Management System – NGFMS) da Honeywell, já em desenvolvimento para a atual geração de E-Jets, proporcionarão uma excelente consciência situacional para pilotos e flexibilidade para promover inovações contínuas no deck de voo. Outro objetivo da família de jatos E-Jets E2 é aumentar as oportunidades de receita, pois essa família é projetada para oferecer melhor disponibilidade de aeronave e maiores receitas acessórias para os operadores.

Conhecido por suas cabines espaçosas e confortáveis, sem assentos intermediários, a experiência de passageiro dos E-Jets é ainda mais aprimorada na geração E2. A empresa de design britânica PriestmanGoode foi contratada para desenvolver a cabine da aeronave juntamente com a Embraer. O interior será uma nova referência em design de cabine, aprimorando a experiência do passageiro e proporcionando um ambiente melhor, mais confortável e customizado segundo as necessidades dos passageiros, maximizando a eficiência operacional das companhias aéreas.

Outros fornecedores e parceiros para os E-Jets E2 incluem, entre outros: Liebherr (sistemas de controle para flaps e slats), Moog (fly-by-wire), Safran (sistema de controle de estabilizador horizontal), Collins Aerospace (rodas, freios, APU, sistema elétrico), Safran AeroSystem (alimentação de combustível do motor e da APU, reabastecimento sob pressão, transferência de combustível, inertização e ventilação de tanque de combustível e medição e controle de combustível), Crane Aerospace & Electronics (sistemas de controle de freios e sensores de proximidade), ASTK (segmentos de fuselagem), a divisão de equipamentos da Embraer (responsável pelo trem de pouso) e Aernnova Aerospace (estabilizadores vertical e horizontal, revestimentos de asa, longarinas, stubs e nervuras).

A Parker-Meggitt projeta e produz um conjunto aleatório de alto desempenho para conectividade a bordo, enquanto a Panasonic fornece a plataforma de streaming sem fio a bordo.

Aviação Executiva

Os parceiros de risco para os jatos Phenom 100EX e Phenom 300E são Pratt & Whitney Canada, o fornecedor de motores, Garmin, o fornecedor de sistemas aviônicos, e a Eaton Corporation, o fornecedor de sistemas hidráulicos. Os principais parceiros de risco para os jatos Praetor 500 e Praetor 600 são Honeywell, que é o fornecedor dos motores, e a Collins Aerospace, o fornecedor de sistemas aviônicos.

Defesa e Segurança

Com relação ao nosso segmento de negócios de Defesa e Segurança, estabelecemos parcerias com diversas entidades para o fornecimento de peças. Um exemplo é nossa parceria com a ELTA Systems, uma subsidiária da Israel Aerospace Industries, anunciada em 2019 para o lançamento da aeronave Praetor 600 AEW&C. Com relação ao KC-390 Millennium, temos uma parceria com a RTX, responsável por várias peças de aeronaves, incluindo os motores e o sistema aviônico, com a Rheinmetall, nosso fornecedor preferencial de simuladores e dispositivos de treinamento; e com a BAE Systems para explorar oportunidades para o KC-390 no Oriente Médio. Para o A-29 Super Tucano, temos uma parceria com a Elbit Systems, que é um fornecedor estratégico e relevante de componentes eletrônicos essenciais, e uma parceria com a Sierra Nevada Corporation (SNC) para as vendas do A-29 Super Tucano por meio do programa FMS (Foreign Military Sales) dos Estados Unidos.

Contratos de Financiamento de Aeronaves

Os clientes de aeronaves comerciais podem solicitar apoio para a obtenção de financiamento para a aquisição de aeronaves. Esse apoio normalmente inclui a assistência a clientes na obtenção de financiamento de diversas fontes, incluindo agências oficiais de crédito à exportação, companhias de arrendamento, bancos comerciais e mercados de capitais.

Além disso, os clientes podem, às vezes, precisar de financiamento intermediário de curto prazo antes de obter financiamento de dívida de longo prazo, já que o financiamento de longo prazo pode não estar disponível para eles no momento da entrega. Em uma base caso a caso, fornecemos financiamento provisório, acima das taxas de mercado, para clientes que já têm seu acordo de financiamento estruturado ou que estão em processo de negociação de tais acordos.

Regulamentação Governamental e Certificação de Aeronaves

Estamos sujeitos aos regulamentos emitidos por agências regulatórias, no Brasil e no exterior. Estas agências são responsáveis pela regulação e fiscalização das atividades da aviação civil, bem como da infraestrutura aeronáutica e aeroportuária do país a que pertence. Além da certificação no Brasil, devemos obter a certificação em cada jurisdição na qual as aeronaves fabricadas pela Embraer são registradas e operadas. A autoridade certificadora no Brasil é a ANAC, um departamento governamental de regime especial com status de agência reguladora vinculada ao Ministério de Portos e Aeroportos. A ANAC é responsável pela regulação, inspeção e certificação de aeronaves, operadores, fabricantes, organizações de manutenção de aeronaves, aeródromos, escolas e profissionais de aviação civil. Também estamos sujeitos à regulamentação das autoridades de aviação de outros países, incluindo a FAA nos Estados Unidos e a EASA na União Europeia. Uma vez que uma aeronave seja certificada pela ANAC e validada pela FAA e/ou pela EASA, algumas autoridades podem optar por ratificar a certificação do produto em vez de conduzir um processo completo de validação doméstica. Outros países, como o Canadá, exigem o cumprimento de exigências específicas próprias antes de conferir a certificação. Alguns países simplesmente validam e complementam a certificação original da ANAC, FAA ou EASA, de acordo com suas próprias regras. A ANAC possui acordo bilateral de certificação com várias autoridades de aviação, incluindo a FAA e a EASA. A cooperação entre autoridades regulatórias resulta em um processo de certificação simplificado junto a autoridades estrangeiras.

A certificação de aeronaves é um processo contínuo. A ANAC deve aprovar qualquer mudança no projeto de qualquer uma de nossas aeronaves. Alterações significativas no design de aeronaves podem exigir uma validação/certificação separada de outras autoridades nos termos de seus regulamentos e acordos bilaterais. Alterações nas exigências de certificação de aeronaves não exigem uma nova certificação nem uma nova validação de aeronave já certificada, mas as autoridades podem exigir melhorias de segurança significativas segundo regras operacionais ou diretivas de aeronavegabilidade.

Nossos produtos de defesa devem atender as orientações de certificação definidas em cada contrato celebrado com clientes. Ao contrário de nossas aeronaves civis, nossos produtos de defesa raramente estão sujeitos a obrigações regulatórias. Alguns contratos, incluindo aqueles para aeronaves civis modificadas para fins militares, podem exigir certificação civil (por exemplo, AEW India). Outros contratos, incluindo alguns para KC-390 ou Super Tucano, podem exigir aprovação da Autoridade de Certificação Militar, que pode adotar obrigações regulatórias derivadas de regulamentações de aviação civil. A adoção dos European Military Airworthiness Regulations (EMAR) pelas forças aéreas dos Estados membros da União Europeia nos últimos anos influenciou outros países a incluir obrigações regulatórias semelhantes em seus contratos.

Práticas Ambientais, Sociais e de Governança

Visão geral

ESG faz parte de nossa estratégia, inclusive no desenvolvimento de aeronaves cada vez mais ecoeficientes e na adoção de processos de produção e gestão de recursos naturais mais sustentáveis, incluindo duas décadas de impacto social positivo liderado pelo Instituto Embraer, que gerencia nossos projetos sociais. Adicionalmente, estabelecemos novos compromissos e metas ESG para os próximos anos, dado que nossas metas atuais foram definidas para dezembro de 2025.

A sustentabilidade é fundamental para a perenidade de qualquer negócio e temos o compromisso de alinhar nossas metas econômicas ao desempenho social e ambiental. À luz de novos requisitos globais de ESG, temos nos preparado para nossos próximos passos para enfrentar os desafios impostos pelas mudanças climáticas, defender novos padrões de governança e aumentar nossa diversidade, equidade e inclusão. Essas prioridades somam-se ao nosso compromisso com a ética empresarial e foco absoluto na segurança de nossos produtos, que são pilares fundamentais em nosso setor.

Desempenho Ambiental

A gestão ambiental é uma parte essencial da nossa estratégia e abrange desde o desenvolvimento de novos produtos e serviços, operações industriais até a desmontagem e disposição final da aeronave em fim de vida.

Nossa Política de Meio Ambiente, Saúde Ocupacional e Segurança define as principais diretrizes corporativas para a gestão da ecoeficiência, cadeia de suprimentos, desenvolvimento de produtos e mudanças climáticas, bem como para assegurar conformidade com leis e regulamentações e promover melhoria contínua. A manutenção da certificação ISO 14001, detida desde 2002, reforça nossa aderência a padrões de gestão ambiental e nossos esforços contínuos para aprimorar processos operacionais. Desde que definimos as nossas metas ESG em 2021, implementamos diversas ações para progredir na nossa jornada de sustentabilidade. Uma das primeiras medidas destinadas a descarbonizar operações é reduzir emissões de escopo 2 associadas ao consumo de energia. Em relação a esse escopo, novos contratos de fornecimento de eletricidade entraram em vigor no Brasil em janeiro de 2024 e em Portugal na OGMA em julho de 2024. Como resultado, toda a eletricidade usada em nossos locais de fabricação e manutenção de aeronaves em ambos os países agora é proveniente de geração solar ou eólica.

Nos Estados Unidos da América, em 2024, foi assinada uma parceria com a Florida Power & Light Company (FPL) para a instalação de um sistema solar em nossa unidade de Melbourne, Flórida. O projeto—o maior projeto fotovoltaico já realizado pela Embraer—começou a operar em 2025 na sede da Embraer Executive Jets, com a meta de suprir a maior parte da demanda de eletricidade de todo o hangar do centro de serviços da unidade.

O uso de combustível SAF também continuou a crescer nessa unidade, onde a frota de jatos executivos foi abastecida com o maior volume de SAF já comprado pela Embraer (mais de 1.000.000 litros), representando 3,6% de nosso consumo total de combustível. SAF tem potencial para reduzir emissões de carbono na indústria aeroespacial em até 80% em comparação com combustível tradicional, de acordo com a International Air Transport Association, ou IATA. O principal desafio reside no volume de produção, que atualmente é insuficiente para atender à demanda global, e nos custos envolvidos em garantir o fornecimento. Para promover o uso e a produção de SAF no Brasil, a Embraer participou ativamente do subcomitê técnico chamado ProBioQAV, no âmbito do programa “Combustível do Futuro” do Ministério de Minas e Energia do governo brasileiro. Esse subcomitê estabeleceu as premissas técnicas que apoiam a Lei nº 14.993/2024 aprovada, conhecida como “Lei do Combustível do Futuro”. Essa lei é um marco importante para estimular a cadeia de combustíveis sustentáveis de aviação no Brasil, fornecendo a segurança jurídica necessária para que potenciais atores desenvolvam seus planos de ação para criar esse novo ecossistema de produção.

Em 2025, a Embraer avançou sua estratégia de eficiência e transição energética expandindo o uso de biometano em suas operações industriais. Depois que a unidade de Gavião Peixoto (no Estado de São Paulo) tornou-se a primeira planta da Companhia a operar 100% com combustível renovável em 2024, o modelo foi expandido para a unidade de Botucatu (no Estado de São Paulo). Em 2026, o projeto continuará na fase de planejamento para viabilizar sua adoção em outras instalações da Companhia.

Para reduzir o impacto ambiental de nossos produtos, o E195-E2, a maior aeronave comercial da Embraer, recebeu melhorias recentes que aumentaram sua eficiência de combustível de 10,0% para 12,5%, superior à de seu principal concorrente. Também é considerado o mais silencioso de sua classe, tornando-o uma solução eficiente em resposta a regulamentações destinadas a reduzir a poluição sonora em grandes centros urbanos. Em junho de 2022, realizamos o primeiro voo em uma aeronave E195-E2 usando SAF 100% renovável, em parceria com o fabricante de motores Pratt & Whitney. O teste confirmou que os motores GTF™ da Pratt & Whitney e a família E-Jets E2 podem operar com até 100% de SAF sem comprometer segurança ou desempenho.

A Embraer também avançou o conceito de aeronaves de energia sustentável em 2025. Expandimos nossa pesquisa para incluir aviões de 50 assentos no programa, além dos modelos existentes de 30 assentos. Também ampliamos nossa análise de turbinas a hidrogênio ou de combustível duplo, adicionando-as à nossa análise em andamento de tecnologias híbridas, elétricas e de células de combustível. Espera-se que um desses modelos de energia alcance prontidão tecnológica na próxima década, em linha com a meta de emissões líquidas zero de carbono na aviação até 2050.

Social

Investimos continuamente em pessoal, diversidade, inclusão e educação, buscando sempre competitividade e inovação. Zelamos para que nossos empregados tenham condições adequadas de trabalho, planos de desenvolvimento profissional, qualidade de vida e bem-estar. Dessa forma, oferecemos uma remuneração atrativa em relação aos padrões de

mercado e benefícios sociais e trabalhistas. Também mantemos programas e projetos socioambientais que valorizam a educação, a cultura, o lazer e a saúde. Para nós, promover a inclusão social é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

Segurança do Trabalho

Buscamos a excelência em nossa atuação em segurança e saúde ocupacional, consideradas uma prioridade para a Embraer. Para esse fim, promovemos ações educativas e preventivas de forma contínua e orientadas pela Política de Meio Ambiente, Saúde Ocupacional e Segurança de alcance global, que é uma diretriz para a definição de metas vinculadas aos nossos critérios de excelência empresarial.

O modelo de gestão adotado no Programa de Excelência Empresarial Embraer (“P3E”) é baseado no conceito de segurança, qualidade, entrega e custo para padronizar e otimizar nossos indicadores operacionais e de custos. Além dos critérios de excelência empresarial, mantivemos as certificações ISO 45001 nas maiores unidades fabris por 20 anos. Em 2025, as unidades obtiveram com sucesso a recertificação.

Temos investido consistentemente no desenvolvimento e implementação de programas corporativos abrangentes e globais destinados a fortalecer comportamentos preventivos em nossas operações e fomentar um ambiente de trabalho seguro e saudável.

Entre esses programas, destaca-se o Programa Local de Trabalho Seguro, pois se baseia na identificação e registro sistemáticos de potenciais situações de risco nas operações diárias, possibilitando tomada de decisão tempestiva, respostas eficazes e oportunas e a clara atribuição de responsabilidades em todos os níveis organizacionais. Os indicadores do Programa Local de Trabalho Seguro são monitorados e gerenciados pela liderança da Embraer e são apoiados por uma política consistente, um sistema de gestão de segurança e iniciativas com foco em prevenção. Em paralelo, a Embraer implementou uma iniciativa estruturada de comunicação de incidentes e lições aprendidas, projetada para aumentar a transparência, fortalecer a aprendizagem organizacional e aumentar a conscientização sobre riscos e fatores causais de incidentes, contribuindo assim para a redução de falhas e acidentes futuros.

Projetos Sociais

Acreditamos que promover a inclusão social é fundamental para construir uma sociedade mais justa e sustentável. Ao longo dos anos, desenvolvemos vários programas sociais para ajudar a desenvolver as comunidades onde operamos.

- ➔ *Instituto Embraer:* O Instituto Embraer está alinhado com as estratégias da Companhia. Desde o início de suas atividades, mais de 20.000 pessoas foram beneficiadas por suas iniciativas de engajamento social e mais de 5.000 estudantes se formaram nas escolas Embraer, que são conhecidas por suas altas taxas de aceitação nas melhores universidades do Brasil. As escolas Embraer oferecem ensino médio gratuito e em período integral a estudantes de escolas públicas e famílias de baixa renda em São José dos Campos e Botucatu, no estado de São Paulo. Além desses, temos vários estudantes pagantes, que representavam aproximadamente 20% do corpo discente total (44 estudantes em 31 de dezembro de 2025). Para os estudantes bolsistas, além de educação de qualidade, são oferecidos gratuitamente: uniformes, materiais escolares, transporte e refeições. Na data deste relatório anual, 85% dos estudantes concluintes foram aceitos em instituições públicas ou privadas de ensino superior com bolsas integrais.

A fim de manter resultados positivos, as escolas Embraer buscam alcançar excelência em três pilares: formação geral, itinerários formativos e o pilar de projeto de vida. Enquanto os pilares de formação geral e itinerários formativos preparam os jovens para admissão nas melhores universidades e para carreiras bem-sucedidas, respectivamente, o pilar de projeto de vida visa apoiar o desenvolvimento e o bem-estar emocional dos estudantes. Para cada pilar, as escolas contam com uma equipe dedicada e carga horária, além de laboratórios e instalações modernos. Em 2025, o Instituto Embraer expandiu seu impacto por meio de parcerias estratégicas e programas como Ciência Diversa, Emergência Climática e Asas do Bem. Essas iniciativas conectam organizações e voluntários a causas sociais e catástrofes ambientais.

Ao longo de sua história, o Instituto Embraer beneficiou milhares de pessoas por meio de iniciativas alinhadas ao governo brasileiro, bem como aos nossos stakeholders. Suas operações são guiadas pela transparência, com diretrizes claras estabelecidas por seu conselho deliberativo, conselho fiscal e diretoria executiva. Este ano, o foco permaneceu em inclusão, sustentabilidade e fortalecimento de programas educacionais, trazendo resultados concretos a estudantes, famílias e comunidades nas regiões onde a Embraer opera.

- ✈ *Reciclagem de tecido:* Em 2025, o Ensino Médio Embraer desenvolveu um projeto de reciclagem de tecido com estudantes, empresas parceiras e empregados. Retalhos de couro da fabricação de assentos de aeronaves executivas foram reaproveitados para criar brindes promocionais ecológicos, distribuídos a clientes durante conferências para operadores de aviação comercial e executiva. Essa iniciativa promoveu sustentabilidade, reduziu resíduos na linha de produção e deu um novo ciclo de vida a materiais que anteriormente eram descartados. Adicionalmente, os estudantes também tiveram a oportunidade de desenvolver habilidades empreendedoras e se conectar com costureiras profissionais. Em 2025, o Ensino Médio Embraer fez parceria com duas empresas, engajou mais de 30 voluntários, beneficiou mais de 50 pessoas e gerou mais de 40 horas de aprendizagem colaborativa.
- ✈ *Tecnologia Social em Parceria com a Fundação Banco do Brasil.* Em 2025, a parceria entre o Instituto Embraer e a Fundação Banco do Brasil incorporou tecnologia social ao currículo das escolas Embraer. Os estudantes aprenderam conteúdo teórico sobre temas como mudanças climáticas, resolução de problemas e inovação social, além de desenvolver projetos práticos. O resultado desse trabalho foi a entrega de quatro postes de iluminação alimentados por energia solar em São José dos Campos e em Botucatu, no estado de São Paulo, o projeto beneficiou apicultores independentes, que receberam equipamentos para processamento de cera de abelha. O equipamento, que compõe a “Estação do Mel,” será importante para geração de renda e redução do impacto ambiental de suas atividades. No total, mais de 100 pessoas foram beneficiadas.
- ✈ *Projetos Educacionais e Comunidade.* Em 2025, as escolas Embraer fortaleceram sua conexão com a comunidade por meio de projetos como o Mini Glider Challenge e a Olimpíada de Ciência e Tecnologia para Meninas, que aproximaram mais de 200 estudantes da rede pública das áreas de ciência, tecnologia e aviação:
 - *Mini Glider Challenge.* O Mini Glider Challenge é uma iniciativa do Instituto Embraer em parceria com a EVE, realizada com o apoio de voluntários do programa Asas do Bem. O projeto oferece oficinas práticas para estudantes do oitavo e nono anos de escolas públicas de ensino fundamental, nas quais os participantes aprendem a construir e testar miniplanadores. A experiência proporciona um primeiro contato com conceitos de engenharia e aviação, além de estimular o trabalho em equipe e o pensamento criativo. Os miniplanadores construídos são testados em uma competição final que, em 2025, contou com aproximadamente 100 estudantes participantes das cidades de São José dos Campos, Gavião Peixoto, Botucatu e Taubaté, no estado de São Paulo.
 - *Olimpíada de Ciência e Tecnologia para Meninas.* A Olimpíada de Ciência e Tecnologia (OCT) é uma iniciativa anual do Instituto Embraer, voltada a estudantes de escolas públicas. Em sua quarta edição, realizada em 2025, a competição foi destinada exclusivamente a meninas, com o propósito de incentivar a participação feminina em carreiras em STEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática) e promover igualdade de gênero no campo tecnológico. A inscrição foi gratuita e destinada a estudantes do sexo feminino do sétimo e oitavo anos do ensino fundamental de 38 escolas públicas em seis cidades no estado de São Paulo. As vencedoras receberam medalhas e certificados.
 - *Simulação da ONU para estudantes (SIEF):* O *SIEF* é uma iniciativa da Secretaria de Educação de São José dos Campos que usa simulações no estilo ONU para desenvolver o pensamento crítico, a comunicação e as habilidades de cidadania global dos estudantes. Em 2025, as escolas Embraer participaram como parceiras pedagógicas, onde 31 estudantes apoiaram o evento como líderes de comitê, mídia, mediação e funções educacionais. A colaboração também incluiu formação de professores e visitas guiadas ao evento Simula Jovem ONU. No total, 45 escolas públicas participaram, incluindo um comitê bilíngue que fortaleceu as competências linguísticas e culturais dos estudantes.
- ✈ *Programa Revoar.* O Programa Revoar oferece apoio financeiro a jovens egressos das escolas Embraer que iniciaram o ensino superior. Em parceria com o Instituto Semear, o programa já beneficiou mais de 153 estudantes desde sua criação, com o objetivo de combater a evasão universitária. O número de bolsistas cresceu de 21 em 2023 para 87 em 2025, com estudantes no primeiro e segundo ano de graduação recebendo auxílio financeiro mensal e apoio individual de voluntários da Embraer. Durante o programa, os participantes recebem orientação sobre como lidar com os desafios da vida universitária e se preparar para estágios e oportunidades no mercado de trabalho, inclusive na própria Embraer. O Revoar destaca-se por ser financiado por doações voluntárias de empregados e colaboradores da Embraer.
- ✈ *Ciência Diversa:* Ciência Diversa, um programa do Instituto Embraer, continuou suas iniciativas focadas em inclusão tecnológica e social. Na terceira edição, realizada em 2025, duas ONGs parceiras foram

selecionadas: Alpha Lumen, que conduziu oficinas inclusivas com participação predominantemente feminina (70% mulheres e 30% homens), promovendo equidade no campo da ciência e tecnologia por meio de seu programa "Girls in Science and Technology" e Inovação CESAR, com o projeto "Programming the Future", que ofereceu formação em tecnologia para jovens em situação de vulnerabilidade, beneficiando 100 indivíduos, 70% dos quais pertencem a grupos historicamente sub-representados. Em 2025, o programa continuou a focar em mulheres, comunidade LGBTQIA+, pessoas de cor e pessoas com deficiência, além de continuar financiando projetos liderados por organizações da sociedade civil em disciplinas STEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática).

- *Asas do Bem.* O programa de voluntariado do Instituto Embraer organiza suas ações por meio da plataforma Asas do Bem, que conecta empregados a projetos educacionais e sociais desenvolvidos por OSCs. Essa plataforma oferece oportunidades para impactar positivamente grupos em situações de vulnerabilidade por meio de iniciativas alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas. Em 2025, mais de 700 pessoas participaram como voluntárias e mais de 2.000 foram beneficiadas por atividades como mentoria, visitas guiadas e projetos nas escolas Embraer. As ações podem ser realizadas presencialmente ou online. Elas reforçam o papel dos empregados no apoio ao desenvolvimento educacional e social nas comunidades onde a Embraer opera.
- *Acelerando Carreiras.* O programa de mentoria Acelerando Carreiras, conduzido pelo Instituto Embraer em parceria com o Instituto Joule, conecta mentores da Embraer a jovens estudantes em áreas STEM. Por dois meses, os participantes recebem orientação sobre o desenvolvimento de suas carreiras profissionais, com foco em planejamento de carreira, habilidades técnicas e desafios do mercado de trabalho. Em 2025, os participantes também tiveram a oportunidade de visitar a planta “Ozires Silva” da Embraer em São José dos Campos, onde exploraram o hangar de montagem e entrega de aeronaves comerciais e participaram de palestras com profissionais da Companhia. Desde sua criação, o programa beneficiou aproximadamente 380 jovens, oferecendo encontros de mentoria que promovem a troca de experiências e conhecimento entre mentores e estudantes. A iniciativa busca apoiar os participantes no início de suas carreiras e incentivá-los a explorar oportunidades em campos estratégicos como ciência e tecnologia.
- *Atividades Extras nas Escolas Embraer.* O programa de voluntariado também promoveu atividades práticas que aproximaram os estudantes das escolas Embraer da realidade profissional. Oficinas, palestras e jogos foram realizados em diferentes áreas do conhecimento, proporcionando experiências inspiradoras e incentivando os jovens a explorar novas oportunidades educacionais e de carreira.
- *Fundação Embraer* A Fundação Embraer é uma organização sem fins lucrativos que visa não apenas melhorar as comunidades onde os empregados da Embraer trabalham e vivem, mas também expandir oportunidades de aviação para jovens e comunidades sub-representadas. A fundação foi criada em 2017 nos Estados Unidos da América, inspirada no modelo do Instituto Embraer. Motivada pelo valor da Embraer de construir um futuro sustentável, a fundação trabalha em parceria com comunidades locais para desenvolver projetos de educação, empreendedorismo e voluntariado.
- Por meio da Fundação Embraer, a Companhia apoia programas que inspiram jovens a explorar a aviação e expandir o acesso a oportunidades no setor, especialmente para grupos sub-representados. Em 2025, a Embraer Foundation fez parceria com 30 organizações que abordam desafios sociais nas comunidades onde os empregados vivem e trabalham. Abaixo estão exemplos de projetos que impactaram positivamente essas regiões:

Black Pilots of America (BPA): Por mais de 26 anos, a BPA promoveu educação e treinamento em aviação para jovens de comunidades sub-representadas nos Estados Unidos. A organização oferece bolsas para a Les Morris Summer Flight Academy, onde estudantes recebem instrução de voo tanto teórica quanto prática.

Women in Aviation International (WAI): Com mais de 30 anos de atividade, a WAI trabalha para aumentar a participação das mulheres na indústria aeroespacial. A Embraer Foundation apoia iniciativas como a WAI Annual Convention e o Girls in Aviation Day, eventos que conectam estudantes do sexo feminino a profissionais experientes de aviação.

Empregados também são incentivados a identificar oportunidades para apoiar organizações locais e mobilizar colegas por meio do programa IVOLUNTEER. A cada ano, até US\$10.000 são alocados a iniciativas selecionadas, permitindo que as organizações beneficiárias adquiram os recursos necessários para implementar seus projetos.

Governança Corporativa

Para assegurar uma gestão corporativa focada em crescimento sustentável e perpetuidade dos negócios, aderimos aos padrões de governança corporativa do Novo Mercado, o nível mais alto de governança corporativa para companhias listadas na B3. Estamos comprometidos em manter os mais altos padrões internacionais de governança e um programa robusto de ética e conformidade, totalmente alinhado com os padrões globais.

Estrutura de Governança

Nossa estrutura de governança compreende o conselho de administração, os Comitês Consultivos do Conselho de Administração, o conselho fiscal, a diretoria executiva, a auditoria interna e a auditoria externa. Para mais informações sobre nossos órgãos de governança, vide “Item 6. Diretores, Alta Administração e Empregados” e “Item 16. [Reservado]—16G. Governança Corporativa.”

Ética e Compliance

Nosso Programa de Compliance é baseado em sete pilares que visam assegurar altos níveis de conformidade corporativa e ética em todos os nossos negócios: governança corporativa, gestão de riscos, políticas e procedimentos, comunicação e treinamento, canal de denúncias—Helpline, monitoramento e avaliação de terceiros.

Em linha com nosso compromisso de cumprir todas as leis e regulamentações anticorrupção aplicáveis e de observar nosso lema “Ética e Integridade em tudo que fazemos”, trabalhamos para garantir que um programa eficaz de compliance anticorrupção esteja profundamente incorporado em toda a Companhia e suas subsidiárias, com base nas seguintes missões:

- assegurar a conformidade da Companhia com leis, regulamentações e políticas internas;
- prevenir, avaliar e responder a eventos relacionados a compliance;
- orientar todos os empregados a conduzir suas atividades com ética e integridade;
- proporcionar melhoria contínua em ações de compliance;
- promover uma cultura de integridade baseada nos valores da Embraer e em seu Código de Ética e Conduta;
- apoiar departamentos da Embraer e empresas do grupo na prevenção de riscos, detecção de sinais de alerta, melhoria de processos, investigação e solução de problemas;
- e consolidar todas as iniciativas de compliance, especialmente aquelas relacionadas a anticorrupção e ao canal de denúncias - Helpline.

Gestão de Riscos

Nosso método de gestão de risco concentra-se nas seguintes categorias de riscos: riscos estratégicos, riscos operacionais, riscos financeiros, riscos regulatórios/legais e riscos cibernéticos.

Nossa estrutura é fortalecida pela operação de nosso departamento de riscos e controles internos, compreendendo os seguintes macroprocessos: gestão de controles internos, gestão de riscos corporativos, segregações de funções, gestão de crises, monitoramento de potenciais violações e continuidade de negócios.

Nossa área de riscos e controles internos tem por objetivo assegurar que a identificação, priorização, avaliação, mitigação e gestão dos principais riscos sejam conduzidas de acordo com as melhores práticas estabelecidas por nós e pelo mercado, garantindo transparência e integridade em nossos processos. Também usamos essas ferramentas para evitar incertezas que podem afetar negativamente nossos resultados. Buscamos a melhoria contínua de nosso sistema de gestão de riscos e controles internos. Para obter mais informações, consulte o “Item 15. Controles e Procedimentos”.

Modelo de Gestão e Planejamento Estratégico

Nosso modelo de gestão compreende planejamento de longo prazo, conforme previsto em nosso plano estratégico, e projetos de curto e médio prazo, conforme previsto em nosso plano de ação. Nosso plano estratégico é nossa principal avenida para o futuro. Por meio do mapeamento estratégico, estabelecemos iniciativas para impulsionar o

crescimento e o futuro sustentável da Embraer, ao mesmo tempo em que nos empenhamos para assegurar eficiência operacional e cumprir nossos objetivos econômicos e financeiros. Esses esforços são orientados por nossos padrões de segurança e qualidade, valores essenciais e pilares culturais. Nosso plano de ação estabelece objetivos claros para o primeiro ano, com forte foco em execução. Nosso plano estratégico e nosso plano de ação visam assegurar nossa continuidade de negócios e a criação de valor para acionistas, com foco em aumentar nossa competitividade, melhorar nosso modelo de excelência corporativa e buscar continuamente melhorar nossos resultados. Para obter mais informações sobre nosso plano estratégico, vide “—Estratégia de Negócio”.

Sazonalidade

Nossos resultados operacionais e geração de caixa estão historicamente sujeitos à sazonalidade. Isso se deve principalmente a um número tradicionalmente maior de entregas no quarto trimestre, em especial no nosso segmento de Aviação Executiva, em linha com a sazonalidade geral da indústria de jatos executivos. Entregas de jatos executivos no quarto trimestre historicamente constituem uma média de mais de 40% das entregas anuais em nosso segmento de Aviação Executiva, enquanto em nosso segmento de Aviação Comercial a média histórica de entregas no quarto trimestre é superior a 35%.

Atualmente estamos desenvolvendo um plano para mitigar essa concentração de entregas, denominado Nivelamento de Produção. O plano de Nivelamento de Produção tem como principal propósito criar estabilidade e ter uma produção nivelada ao longo de todo o ano para os segmentos de Aviação Executiva e Comercial. O foco principal do nosso plano de nivelamento de produção está no (i) planejamento de vendas e operações, (ii) execução de vendas e operações e (iii) plano e controle de produção, com o objetivo de avaliar a demanda e a capacidade real de nossos fornecedores e de nossas instalações de produção, garantir a execução de um plano definido, mitigando os riscos de curto e médio prazo, e controlar a produção e a conclusão de aeronaves por hora. Acreditamos que nosso planejamento sincronizado, aliado à gestão de execução e à nossa mão de obra qualificada contribuirão para o sucesso do nosso plano de Nivelamento da Produção, minimizarão a concentração de entregas e melhorarão nossos resultados operacionais no futuro.

C. Estrutura Organizacional

Nossas operações são realizadas pela Embraer S.A. como controladora e principal companhia operacional. Temos várias subsidiárias diretas e indiretas, sendo que a maioria delas não é considerada significativa. Uma lista completa de nossas subsidiárias é apresentada como Anexo 8.1 deste relatório anual, e uma descrição de nossas joint ventures e subsidiárias de projetos e alianças estratégicas está incluída no Item 4 acima. Informações Sobre A Companhia—B. Visão Geral” acima.

D. Propriedade, Instalações e Equipamentos

Visão geral

Para informações sobre nosso imobilizado, vide a Nota Explicativa 13 das demonstrações financeiras consolidadas auditadas de 2025, incluídas neste relatório anual. Para uma discussão sobre nossas despesas de capital relacionadas ao ativo imobilizado, vide “Item 5. Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras - B. Liquidez e Recursos de Capital - Despesas de Capital.”

Produção

A fabricação de aeronaves consiste em três estágios principais: produção das peças primárias, montagem dos principais componentes e montagem final. As peças primárias incluem placas e chapas metálicas (produzidas a partir de moldes fundidos sob pressão, formação por estiramento ou vários tratamentos químicos), peças produzidas em máquinas computadorizadas e não computadorizadas e peças pré-fabricadas. As peças primárias são então unidas umas às outras, ou acasaladas, para produzir os principais componentes da aeronave, que são reunidos para criar a estrutura básica da aeronave. No estágio final de montagem, os vários sistemas operacionais da aeronave (como fiação e eletrônica) são instalados na estrutura e testados.

Temos flexibilidade para aumentar ou diminuir nossa produção conforme a demanda.

Aviação Comercial

Em julho de 2009, em linha com nossas iniciativas para melhorar a eficiência produtiva de acordo com a Frente Eficiência Empresarial, convertimos a montagem final da família de E-Jets E1 para um conceito de linha em São

José dos Campos, o que resultou em uma redução significativa no ciclo de tempo de produção. Em 2015, iniciamos a produção de protótipos para a nova família de jatos E-Jets E2, com a primeira entrega e certificação de produção em 2018. Temos instalações de produção para aeronaves de aviação comercial em São José dos Campos, estado de São Paulo, Brasil.

Em 2022, firmamos um acordo com a Toyota do Brasil para adotar os princípios e conceitos do Sistema Toyota de Produção (TPS) em suas operações industriais. O programa tem como objetivo eliminar desperdícios, obter eficiência operacional e aumentar a geração de valor para as partes interessadas. Durante a primeira fase desse projeto, realizada ao longo do segundo semestre de 2022, uma equipe de especialistas em TPS da Toyota do Brasil mergulhou em nosso trabalho diário para avaliar e sugerir melhorias para nossa área fabril na Unidade Ozires Silva, localizada em São José dos Campos, Brasil. A primeira fase do projeto foi concluída e apresentou redução de 50% no ciclo de um processo específico de montagem de asas de jatos comerciais e de 17% na fabricação geral das asas. Devido aos resultados da primeira fase, ambas as empresas decidiram em outubro de 2023 ampliar o projeto de uma estação de linha de montagem.

Aviação Executiva

Atualmente, as aeronaves da Aviação Executiva são produzidas em Melbourne, Flórida, nos Estados Unidos, e em Gavião Peixoto, Estado de São Paulo, Brasil. A unidade de Melbourne é uma unidade de linha de montagem final, com centro de atendimento ao cliente e um escritório de engenharia. Em 2014, anunciamos um plano de expansão para montar o Legacy 450 e o Legacy 500 (atualmente Praetor 500 e Praetor 600) nessa instalação, para melhorar nossa capacidade de produção. Estamos aumentando o número de jatos executivos produzidos em Melbourne desde 2016. Desde 2020, a unidade de Gavião Peixoto fabrica jatos executivos e monta as aeronaves Praetor 500 e Praetor 600.

Defesa e Segurança

A unidade de Gavião Peixoto tem capacidade para realizar testes de voo para todas as aeronaves da Embraer e possui uma linha de montagem final para nossas aeronaves de defesa. Essa unidade está em operação desde novembro de 2002. Em maio de 2014, inauguramos a linha de montagem final do novo jato de transporte militar e reabastecimento em voo, o KC-390 Millennium, que em fevereiro de 2015 realizou com sucesso seu primeiro voo. A Embraer recebeu o Certificado de Tipo da ANAC para o transporte aéreo multimissão KC-390 Millennium e entregou a primeira aeronave em 2019.

Temos uma unidade de montagem final de Defesa e Segurança em Jacksonville, na Flórida, onde iniciamos a linha de montagem final do Super Tucano para o programa LAS da Força Aérea dos Estados Unidos em 2013. O A-29 Super Tucano também é fabricado na unidade de Gavião Peixoto, responsável pela linha de montagem final e pela fabricação de grandes segmentos que abastecem nossas duas unidades de montagem final.

Em 2016, lançamos o GDDN em Gavião Peixoto. Trata-se de um hub de desenvolvimento tecnológico do Gripen NG no Brasil para a Saab e a Embraer junto às empresas e instituições brasileiras parceiras. O GDDN contempla o ambiente e os simuladores necessários para o desenvolvimento dos caças. Além disso, o GDDN está conectado à Saab na Suécia e aos parceiros industriais no Brasil, assegurando transferência de tecnologia e o desenvolvimento eficiente.

Segmentos de Outros Negócios

A Embraer fabrica sistemas e componentes aeroespaciais em nossa instalação de São José dos Campos. Essa produção era originalmente realizada por nossa subsidiária ELEC Equipamentos Ltda., ou ELEC, que era uma de nossas subsidiárias produtivas localizadas em São José dos Campos. A ELEC desde então foi incorporada à Companhia e essas atividades agora são realizadas pela divisão de equipamentos da Embraer. Nossos principais produtos nessa iniciativa são peças estruturais, sistemas de trem de pouso, hidráulicos e subconjuntos eletromecânicos, como atuadores, válvulas, acumuladores e pilones.

Adicionalmente, na cidade de Botucatu, localizada no estado de São Paulo, Brasil, produzimos o avião agrícola Ipanema, que é desenvolvido de acordo com especificações do Ministério da Agricultura brasileiro.

Produção em nossas Subsidiárias

A EZ Air Interior Limited, nossa subsidiária de produção de peças interiores para o nosso segmento de Aviação Comercial em fábricas no México, iniciou a produção e envio de peças ao Brasil em 2013. A capacidade produtiva máxima foi alcançada em janeiro de 2015.

Em 2015, concluímos a aquisição de mais uma subsidiária, a Embraer Aero Seating Technologies. Aumentamos nossa participação no capital da companhia progressivamente. A companhia tem sede em Irwindale, Califórnia, e oferece soluções de assentos de luxo para a indústria da aviação e para as nossas linhas de produto. Em 2016, inauguramos uma nova fábrica de última geração em Titusville, Flórida, que teve sua capacidade de produção transferida para nossa unidade em Melbourne, Flórida, em 2021.

Em 2023, nossa subsidiária Eve Holding, responsável pelo desenvolvimento do eVTOL, anunciou que a primeira unidade de produção de eVTOL estará localizada em Taubaté, estado de São Paulo, e tem início de operação previsto para 2027.

Em julho de 2024, nossa subsidiária Eve Holding anunciou um avanço significativo na montagem de seu primeiro protótipo eVTOL em escala real. Durante o 45º Farnborough Airshow, a EVE revelou a aeronave sendo construída na instalação de testes da Embraer em Gavião Peixoto, estado de São Paulo.

Questões Ambientais

Temos as licenças ambientais materiais necessárias para operar nossos negócios em nossas unidades ao redor do mundo. Os termos dessas licenças operacionais estão sujeitos a revisão periódica e, na data deste relatório anual, estamos em conformidade com todas elas. Além disso, criamos nosso Sistema de Gestão Ambiental e de Saúde e Segurança Ocupacional em 2001, o que nos permitiu manter a certificação ISO 14001 desde 2002. Sistemas certificados de gestão ambiental, de saúde e segurança do trabalho estão sendo implantados de maneira progressiva em todas as nossas unidades de produção, sendo que mais de 80% de nossos colaboradores operam com certificação ISO 14001 e ISO 45001.

Desde 2009, realizamos nosso inventário de emissões de GEE de acordo com a ISO 14064 Parte I. A partir de 2020, aumentamos a cobertura dos dados de emissões de GEE e, em 2025, nosso inventário de emissões de GEE incluiu 20 instalações pelo mundo, representando aproximadamente uma cobertura de 98%.

Procedimentos e instruções de trabalho, práticas e programas são estabelecidos para garantir que as atividades que causam impactos ambientais sejam realizadas de modo a minimizar ou mitigar qualquer dano ambiental. Realizamos estudos de aspectos e impactos ambientais e implementamos ações para eliminá-los, reduzi-los ou controlá-los, incluindo obras de infraestrutura.

Estabelecemos um procedimento corporativo de realização de diagnóstico ambiental e investigação detalhada para detectar a presença de contaminantes no solo e na água em razão de atividades passadas. Esse procedimento é aplicado em áreas onde a Embraer possui instalações de produção e/ou manutenção, bem como em áreas novas que estão sendo adquiridas. Os resultados do diagnóstico são periodicamente reportados e monitorados pelo Departamento de Risco interno, ao CCRA (Comitê de Controle e Risco Ambiental), ao nosso conselho e aos acionistas.

Acordos com terceiros incorporam requisitos ambientais, de saúde e segurança aplicáveis à natureza das atividades realizadas. A Embraer busca engajar fornecedores, prestadores de serviços e contratados que demonstrem práticas e processos consistentes com padrões ambientais, de saúde e segurança aplicáveis. Mantemos procedimentos estruturados para a avaliação e monitoramento periódicos desses terceiros, com o objetivo de promover conformidade, mitigar riscos operacionais e apoiar a aderência aos requisitos ambientais e de saúde e segurança ocupacional da Embraer.

Incentivamos não apenas a certificação ambiental, mas também o desenvolvimento de um ciclo completo de orientação para produtos e serviços, pois é a forma mais prática e com melhor custo-benefício para reduzir impactos ambientais. O sistema de gestão ambiental procura criar valor econômico ao reduzir custos e exposições ambientais em cada estágio da vida do produto, desde o seu design, passando pelas operações, até o fim de sua vida.

A implantação de tecnologias e processos mais inovadores e eco eficientes é um fator-chave para garantir nossa sustentabilidade, aumentando a atratividade de nossos produtos e nossa competitividade em geral. Buscamos continuamente a ecoeficiência, procurando oportunidades comerciais responsáveis por meio do desenvolvimento de tecnologias, produtos e serviços inovadores, bem como da redução do impacto ambiental de nossas atividades e produtos durante seus ciclos de vida, e, em termos mais gerais, da integração de questões ambientais em nosso dia-a-dia. Sabemos que as exigências ambientais, como a redução da emissão de gases do efeito estufa, estão se tornando um dos principais motivadores de decisões relacionadas às frotas de companhias aéreas e já estão influenciando o desenvolvimento de aeronaves.

EnvIPD – Environmentally Sustainable Integrated Product Development – é uma equipe de engenharia fundamentada nos aspectos ambientais da sustentabilidade de produtos, incluindo a redução de substâncias químicas reguladas internacionalmente, Design for Environment (DfE), avaliação de ciclo de vida (LCA) e pensamento de ciclo de vida estendido do produto.

Estamos comprometidos com as legislações brasileiras e internacionais, bem como com os requisitos de nossos clientes. Nossos fornecedores também devem garantir que os requisitos ambientais sejam atendidos em toda a cadeia de suprimentos a montante. Consequentemente, nossos fornecedores e suas cadeias de suprimentos devem cumprir as legislações ambientais aplicáveis, como a regulamentação europeia REACH (*Registration, Evaluation, Authorization and Restriction of Chemicals*) (EC) nº 1907/2006, TSCA (*Toxic Substances Control Act*), SCIP (*Substances of Concern In articles as such or in complex objects (Products)*), estabelecida no âmbito da *Waste Framework Directive* (WFD), e quaisquer outras normas relevantes que possam afetar nossos produtos.

Como consequência direta dessas obrigações regulatórias e da necessidade de garantir total conformidade em toda a cadeia de suprimentos, a frente de trabalho de substâncias químicas visa assegurar conformidade com as regulamentações internacionais que restringem o uso de certas substâncias químicas em nossos produtos, bem como mitigar o risco associado ao seu uso na Embraer. Isso é realizado por meio do mapeamento de substâncias químicas de alta preocupação usadas em nossos produtos, uma atividade-chave realizada pela EnvIPD. Para apoiar esse esforço, requisitos contratuais são estabelecidos para que fornecedores nos informem sobre a presença de substâncias monitoradas em seus componentes.

Para garantir conformidade com requisitos REACH e SCIP, desde 2015 nossa equipe de engenharia utiliza um sistema interno para registrar substâncias presentes em matérias-primas e artigos. Dada a complexidade do produto e a necessidade de obter dados para todos os seus artigos, a Embraer investiu em um serviço que automatiza a coleta de informações de fornecedores, armazena esses dados em uma plataforma digital e gera relatórios sobre as substâncias presentes em itens comprados. Esse relacionamento próximo com a cadeia de suprimentos contribui para maior conscientização entre múltiplas partes em relação às regulamentações químicas. Nosso banco de dados enriquecido de substâncias nos permite avaliar continuamente o impacto de e responder a mudanças regulatórias REACH e SCIP, bem como a regulamentações futuras. Em 31 de dezembro de 2025, não sofremos sanções relacionadas ao regulamento REACH.

Em alguns casos, substâncias que foram mapeadas eventualmente precisarão ser removidas dos produtos. Para itens que compramos, a EnvIPD trabalha junto com nossa organização de engenharia em seus vários domínios técnicos (materiais, interiores e sistemas), coordenando ações com fabricantes e abrindo caminho para o desenvolvimento de soluções alternativas. Para itens processados em nossas instalações, o trabalho é realizado por meio de um fórum multidisciplinar. Exemplos incluem o desenvolvimento de substâncias químicas alternativas livres de cromo hexavalente (Cr6+) para processos de conversão química, anodização e desoxidação ácida, bem como a implementação de processos livres de cádmio (Cd-free) e retardantes de chama livres de bromo (Br-free).

Dentro do Design for Environment (DfE), avaliação de ciclo de vida (LCA) e responsabilidade estendida pelo ciclo de vida do produto, a EnvIPD orienta e treina equipes de desenvolvimento para criar tecnologias com menores impactos ambientais—um esforço de implementação contínuo. Para apoiar isso, desenvolvemos um guia “Design for the Environment”, disponível para engenheiros desde as fases iniciais do desenvolvimento de produtos.

Nosso compromisso com a sustentabilidade ambiental e a conformidade com as normas se reflete ainda mais em nossa adesão ao Sistema Globalmente Harmonizado de Classificação e Rotulagem de Produtos Químicos (GHS). Esse sistema reconhecido internacionalmente estabelece critérios harmonizados para a classificação e a rotulagem de substâncias e compostos com relação a riscos físicos, à saúde e ao meio ambiente. Ao estar em conformidade com o GHS, garantimos que nossos produtos sejam fabricados, manuseados e transportados de forma segura e ambientalmente responsável.

Nossa dedicação ao desenvolvimento de soluções ambientais avançadas e inovadoras para nossos produtos se reflete em nossa participação no International Aerospace Environmental Group (IAEG), como um dos doze membros fundadores, formado para lidar com a complexidade das regulamentações sobre saúde e meio ambiente que afetam o setor aeroespacial e nossa cadeia de suprimentos e clientes, e também como empresa associada à Aircraft Fleet Recycling Association (AFRA), a principal organização global para desenvolver e promover o gerenciamento seguro e sustentável da circularidade de componentes e do fim da vida útil das aeronaves.

Nosso compromisso com práticas de fabricação responsáveis e nossa meta de minimizar o impacto ambiental de nossos produtos refletem-se em nossos esforços contínuos para inovar de forma responsável e reduzir a pegada ambiental de nossos produtos. Com base nesse compromisso, fortalecemos nosso desempenho ESG identificando, desenvolvendo e qualificando processos de fabricação mais sustentáveis que cumprem regulamentações brasileiras e internacionais. Entendemos que essas práticas não apenas servem como um passo importante para reduzir o impacto ambiental de nossos produtos, mas também estabelecem um alto padrão para outras empresas seguirem.

Seguro

Contratamos seguro em níveis considerados suficientes para cobrir os riscos associados às nossas operações e em cumprimento da legislação. O seguro cobre possíveis danos às nossas instalações, estoques, processo de trabalho, carga e cascos de aeronaves de nossa frota própria. Além disso, mantemos uma apólice abrangente de responsabilidade de produtos de aviação para sinistros resultantes de nossa responsabilidade como fabricantes, prestadores de reparos, fornecedores ou prestadores de serviços. Também contratamos cobertura de seguro contra catástrofes naturais e interrupção do negócio.

4A. Comentários da Equipe Administrativa Não Resolvidos

Não temos comentários não resolvidos da equipe.

Item 5. ANÁLISE E PERSPECTIVAS OPERACIONAIS E FINANCEIRAS

A presente discussão deve ser lida em conjunto com nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas e notas explicativas, bem como com outras informações financeiras incluídas no presente relatório anual. O objetivo desta discussão é fornecer uma explicação da administração dos fatores que afetaram nossa condição financeira e os resultados das operações para os períodos históricos cobertos pelas demonstrações financeiras, e a avaliação da administração dos fatores e tendências que devem ter um efeito material em nossas condições financeiras e resultados das operações para períodos futuros.

Este relatório anual contém estimativas e declarações acerca do futuro que envolvem riscos e incertezas. Nossos resultados reais podem diferir substancialmente daqueles discutidos nas estimativas e declarações acerca do futuro devido a uma série de fatores, incluindo, entre outros, aqueles discutidos no “Item 3. Informações-Chave—D. Fatores de Risco” e outros assuntos incluídos neste relatório anual em geral.

Exceto conforme indicado de outra forma, todas as informações financeiras consolidadas neste relatório anual foram preparadas de acordo com as Normas Contábeis IFRS e apresentadas em dólares dos EUA, enquanto, para fins locais, nossas demonstrações financeiras consolidadas também são preparadas de acordo com as Normas Contábeis IFRS, mas são apresentadas em reais.

Para determinados fins, incluindo o fornecimento de relatórios aos nossos acionistas localizados no Brasil, o arquivamento de demonstrações financeiras junto à CVM e a determinação de pagamentos de dividendos e outras distribuições no Brasil, preparamos e continuaremos sendo obrigados a preparar demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as Normas Contábeis IFRS e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovadas pela CVM, apresentadas em reais.

A. Resultados Operacionais

A discussão a seguir baseia-se em grande medida em nossas atuais expectativas sobre eventos futuros e tendências que afetam o nosso negócio. Os resultados reais de nosso setor e nosso desempenho real podem diferir substancialmente. Para mais informações sobre nossas estimativas e declarações acerca do futuro, vide “Introdução—Considerações sobre Estimativas e Declarações Acerca do Futuro” e para uma descrição sobre determinados fatores que poderiam afetar nosso setor e nosso desempenho no futuro, vide “Item 3. Informações-Chave—D. Fatores de Risco”.

Visão geral

Somos a principal fabricante mundial de jatos com até 150 assentos, com participação de mercado de 30% em entregas acumuladas desde 2004, de acordo com dados do Cirium Fleet Analyzer. Com uma base global de clientes e um portfólio centrado no cliente e orientado por tecnologia, atendemos aos mercados de companhias aéreas comerciais, jatos executivos e defesa e segurança. Originalmente estabelecida como uma empresa controlada pelo governo que produzia aeronaves para as Forças Armadas Brasileiras, evoluímos para uma companhia aberta que atende diversos mercados globais, mantendo relacionamentos de longo prazo com clientes por meio de suporte ao cliente de alta qualidade. Em 2025, nossa receita atingiu US\$7,6 bilhões, com América do Norte e Europa sendo nossos maiores mercados, enquanto também vemos oportunidades de crescimento em regiões como Índia, Brasil, Turquia e Arábia Saudita.

O segmento de Defesa e Segurança beneficiou-se do atual cenário geopolítico, que impulsionou um aumento nos gastos globais com defesa. Essa tendência expandiu nossa base de clientes e teve impacto positivo no desempenho do segmento. Acreditamos que estamos bem posicionados para fornecer soluções altamente eficazes, criando oportunidades de vendas para nosso segmento de Defesa e Segurança, especialmente nas áreas de plataformas de aeronaves, software crítico, comando, controle, comunicações e inteligência (C4I) e sensores em todos os domínios (ar, mar, terra, espaço e

cibersegurança). Em 2025, nosso programa KC-390 Millennium capitalizou essas oportunidades ao garantir contratos com Suécia e Portugal – ambos os contratos também incluíram opções para aeronaves adicionais para atender nações aliadas. Além disso, à medida que a frota global de aeronaves militares de transporte tático se aproxima da idade de aposentadoria, acreditamos que o KC-390 Millennium tem potencial para capturar uma parcela significativa do mercado de substituição.

Nossa estratégia foca na execução consistente de nosso plano de negócios, eficiência operacional e parcerias para impulsionar inovação e crescimento. Estamos comprometidos com metas ESG ambiciosas, incluindo neutralidade de carbono nas operações até 2040, alcançar 50% de contratações diversas em programas de entrada e 20% de representação de mulheres em cargos de liderança sênior até 2025, e manter os mais altos padrões internacionais de governança corporativa. Com uma carteira de pedidos firmes de US\$31,6 bilhões em 31 de dezembro de 2025, continuamos a nos posicionar como líder em aviação sustentável e responsabilidade social.

Dados Operacionais Selecionados

As tabelas a seguir apresentam um resumo de nossas entregas de aeronaves por segmento e tipo de aeronave para os períodos indicados.

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
	2025	2024	2023
Segmento de Aviação Comercial	78	73	64
EMBRAER 175	34	26	25
EMBRAER 190	—	—	—
E190-E2	6	8	1
E195-E2	38	39	38
Segmento de Defesa e Segurança	11	3	3
KC-390 Millennium	3	3	2
A-29 Super Tucano	8	—	—
Programas de Modernização	—	—	1
Segmento de Aviação Executiva	155	130	115
Praetor 500	39	28	20
Praetor 600	30	27	21
Phenom 100	14	10	11
Phenom 300	72	65	63
Segmentos de Outros Negócios	50	65	65
Ipanema	50	65	65
Total	294	271	247

As tabelas a seguir apresentam um resumo de nossa carteira de pedidos de aeronaves por segmento e tipo de aeronave em cada uma das datas indicadas.

	A partir de 31 de dezembro de		
	2025	2024	2023
Segmento de Aviação Comercial	449	343	298
EMBRAER 175	193	164	100
E190 – E2	21	25	16
E195 – E2	235	154	182
Segmento de Defesa e Segurança	82	65	40
KC-390 Millennium	33	32	22
A-29 Super Tucano	31	17	3

Gripen E	15	15	15
Missão Especial ⁽¹⁾	3	1	—
Segmento de Aviação Executiva	470	483	308
Phenom 100/300, Praetor 500/600	470	483	308
Total de backlog (em aeronaves)	1.001	891	646
Total de backlog (em milhões de US\$)	31.642,3	26.312,1	18.723,1

(1) Nossa categoria Missão Especial compreende aeronaves de nosso portfólio de unidades de negócios de Aviação Executiva, que vendemos aos clientes do nosso segmento de Defesa e Segurança.

Fatores Significativos que Afetam Nossos Resultados Operacionais

Crise Global da Cadeia de Suprimentos

A principal restrição em nossa missão de cumprir nossa orientação de entregas continua sendo as interrupções na cadeia de suprimentos que afetaram a indústria aeroespacial nos últimos anos, exigindo esforços operacionais significativos para garantir a entrega tempestiva de peças e materiais de nossos fornecedores. As medidas que implementamos para gerenciar esses desafios foram essenciais para sustentar nosso cronograma de produção e cumprir compromissos contratuais. Não obstante, a Embraer entregou 78 aeronaves em Aviação Comercial em 2025.

Em 2025, o segmento de Aviação Executiva continuou a experimentar os efeitos de uma cadeia de suprimentos globalmente interrompida. Embora restrições significativas persistam em toda a indústria aeroespacial, afetando a capacidade de expandir capacidade e garantir a disponibilidade de peças para manutenção da frota, as condições têm melhorado gradualmente à medida que fortalecemos o monitoramento de riscos da cadeia de suprimentos e continuamos implementando medidas destinadas a aprimorar a disponibilidade e previsibilidade futuras de peças. Em 2025, nossas entregas de aeronaves executivas alcançaram um aumento de 19,2% em comparação com 2024, atingindo 155 unidades, no ano e em linha com nossa estimativa original de entregas para 2025.

Dada a expansão dos nossos negócios e a diversificação da nossa frota, que atinge diversos perfis de clientes, acreditamos que o segmento de Serviços e Suporte está bem posicionado para um aumento de rentabilidade nos próximos anos, especialmente considerando a crescente demanda por serviços à medida que a frota envelhece. Em 2025, a receita de Serviços e Suporte constituiu 25,4% de nossas receitas, com um CAGR de 10,7% nos últimos 6 anos.

A dependência de contratos de longo prazo, eventos de manutenção ativa, vendas de peças e treinamento contribuem para a estabilidade das receitas. Fatores como a taxa de renovação de contratos, margem favorável e receitas estáveis, não acumuladas, provenientes de manutenção e formação, melhoram a rentabilidade sustentada. Além disso, a OGMA oferece diversificação multimarcas com serviços de MRO e reparo tanto para clientes da Embraer quanto para clientes não Embraer, o que acreditamos fortalecer ainda mais nossa posição competitiva.

Cenário Econômico Brasileiro

A União tem interferido com frequência na economia brasileira e ocasionalmente tem realizado mudanças drásticas nas políticas e regulamentos. As medidas da União para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, frequentemente implicam, entre outros, em aumento das taxas de juros, mudanças das políticas e incentivos fiscais, controle de preços, desvalorização cambial, controle de capital e limitação às importações. Mudanças nas políticas monetárias, de crédito, tarifárias e outras do Brasil podem afetar adversamente nossos negócios, assim como as flutuações da inflação, da moeda e das taxas de juros, a instabilidade social e outros acontecimentos políticos, econômicos ou diplomáticos no Brasil, bem como a resposta da União a esses acontecimentos.

Mudanças rápidas nas condições políticas e econômicas brasileiras que ocorreram e podem ocorrer exigem avaliação contínua dos riscos associados às nossas atividades e o ajuste de nossa estratégia comercial e operacional em conformidade. Os acontecimentos nas políticas governamentais brasileiras, incluindo mudanças na política atual e incentivos adotados para financiar as exportações de bens brasileiros, ou na economia brasileira, sobre a qual não temos controle, podem ter um efeito adverso relevante em nossos negócios.

A tabela a seguir mostra os dados para o crescimento do PIB do Brasil, inflação, taxas de juros e a taxa de câmbio do dólar americano para e a partir dos períodos indicados.

	Em e Para o Ano Encerrado em 31 de dezembro				
	2025	2024	2023	2022	2021
Crescimento do produto interno bruto	2,3%	3,4%	2,5%	2,9%	4,6 %
Inflação (IGP-M) ⁽¹⁾	(1,1)%	6,5%	(3,2%)	5,5%	17,8%
Inflação (IPCA) ⁽²⁾	4,3%	4,8%	4,6%	5,8%	10,1%
Taxa CDI ⁽³⁾	14,9%	10,9%	13,0%	12,4%	4,4%
Taxa SOFR ⁽⁴⁾	3,9%	4,7%	5,3%	4,6%	0,1%
Valorização (desvalorização) do real vs. dólar dos EUA	(11,1%)	(27,9%)	(7,2%)	(6,5%)	7,4%
Taxa de câmbio ao final do período – US\$ 1,00	R\$ 5,5024	R\$ 6,1923	R\$ 4,8413	R\$ 5,2177	R\$ 5,5805
Taxa de câmbio média – US\$ 1,00 ⁽⁵⁾	R\$ 5,5852	R\$ 5,4746	R\$ 4,9841	R\$ 5,1386	R\$ 5,4071

Fontes: Fundação Getúlio Vargas, ou FGV, Banco Central do Brasil e Bloomberg.

- (1) Inflação (IGP-M) é o índice geral de preços de mercado medido pela FGV.
- (2) Inflação (IPCA) é um índice amplo de preços ao consumidor medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- (3) A taxa CDI é a média das taxas overnight interbancárias no Brasil (a partir da última data do respectivo período).
- (4) Taxa Secured Overnight Financing de três meses, ou taxa SOFR, a taxa de juros de referência para empréstimos e instrumentos derivativos denominados em dólares dos EUA, na última data do período.
- (5) Representa a média das taxas de câmbio no último dia de cada mês durante o período.

A variação das taxas de inflação e de câmbio afetaram, e podem continuar a afetar, significativamente nossa situação financeira e resultados operacionais. A variação das taxas de inflação e de câmbio afetam nossos ativos e passivos monetários denominados em reais. O valor desses ativos e passivos expressos em dólares diminui quando o real sofre uma desvalorização frente ao dólar e aumenta quando o real tem uma valorização frente ao dólar. Em períodos de desvalorização do real, registramos: (i) uma remensuração de prejuízos sobre os itens dos ativos monetários denominados em real; e (ii) uma remensuração de ganhos sobre os passivos monetários denominados em real. A depreciação do dólar dos EUA em relação ao real brasileiro e outras moedas em 2025 teve efeito negativo sobre nossos resultados operacionais naquele ano. Para mais informações sobre os efeitos da variação cambial sobre a nossa situação financeira e resultados operacionais, vide “Item [11](#). Divulgações Quantitativas e Qualitativas sobre Risco de Mercado—Risco Cambial”.

Para mais informações sobre o impacto dos fatores macroeconômicos em nossa situação financeira, vide a Nota Explicativa [26](#) das demonstrações financeiras consolidadas auditadas de 2025. Além disso, para uma discussão de riscos macroeconômicos relacionados, consulte “Item [3](#). Informações-Chave—D. Fatores de Risco—Riscos Geopolíticos e Macroeconômicos—A inflação e os esforços do governo para conter a inflação podem contribuir significativamente para a incerteza econômica e para maior volatilidade nos mercados de valores mobiliários brasileiro e internacional e, consequentemente, podem nos afetar adversamente” e “—A volatilidade cambial pode nos afetar adversamente.”

Incentivos Fiscais

Incentivos Fiscais para Empresas em Pesquisa e Desenvolvimento

A Lei brasileira nº 11.196/2005, comumente referida como Lei do Bem, concede benefícios fiscais a entidades envolvidas em atividades de pesquisa e desenvolvimento para inovação tecnológica.

Para aproveitar os benefícios fiscais, a entidade deve (i) apurar seu imposto de renda de acordo com a medida do lucro real, (ii) registrar lucros tributáveis, (iii) estar em dia com todas as suas obrigações fiscais, e (iv) ter investimentos qualificados em pesquisa e desenvolvimento.

Considera-se inovação tecnológica a concepção de novo produto ou processo de fabricação, bem como a agregação de novas funcionalidades ou características ao produto ou processo produtivo, que implique melhorias incrementais e ganho de qualidade ou produtividade, resultando em maior competitividade no mercado.

Nós e outras companhias brasileiras de diversos setores beneficiamo-nos desses incentivos fiscais com relação ao Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”). Esses benefícios nos permitem deduzir de nosso lucro líquido tributável um valor adicional entre 60% a 80% de nossas despesas relacionadas a atividades de pesquisa e desenvolvimento para inovação tecnológica durante um exercício fiscal. Esse benefício não foi afetado pela redução linear discutida em “Item 3. Informações-Chave—D. Fatores de Risco—Regulatório, Compliance e Legal—Mudanças nas políticas fiscais e leis tributárias brasileiras poderiam ter um efeito adverso sobre nossa condição financeira e resultados operacionais. Além disso, beneficiamo-nos de determinados benefícios fiscais e outros benefícios concedidos pelo governo, e a suspensão, cancelamento ou não renovação desses benefícios teria um efeito adverso material sobre nós.”

Para uma discussão de certos riscos relacionados a esses incentivos fiscais, consulte “Item 3. Informações-Chave—D. Fatores de Risco—Regulatório, Compliance e Legal—Mudanças nas políticas fiscais e leis tributárias brasileiras poderiam ter um efeito adverso sobre nossa condição financeira e resultado das operações. Além disso, beneficiamo-nos de determinados benefícios fiscais e outros benefícios concedidos pelo governo e a suspensão, cancelamento ou não renovação desses benefícios teria um efeito adverso material sobre nós.”

Incentivos Fiscais para Empresas Exportadoras

A Instrução Normativa nº 2.126/2022, emitida pela Secretaria da Receita Federal brasileira, estabeleceu o Regime Aduaneiro Especial de Entrepósito Industrial sob Controle Informatizado, ou RECOF. Esse regime permite que a empresa beneficiária importe ou adquira no mercado local matérias-primas, peças e componentes destinados à aplicação industrial sobre os quais impostos federais não são cobrados. Parte dessas mercadorias deve ser processada, e posteriormente enviada para o mercado interno e externo. Ao exportar o bem acabado, a Companhia é isenta de pagamentos de impostos federais.

De forma semelhante, o Decreto nº 45.490/2000, promulgado pelo estado de São Paulo, introduziu o Regime Especial Simplificado de Exportação, uma contraparte estadual ao RECOF, que suspende ou isenta o imposto estadual brasileiro sobre valor agregado (ICMS) para empresas exportadoras.

Para uma discussão de certos riscos relacionados à reforma tributária, consulte “Item 3. Informações-Chave—D. Fatores de Risco—Regulatório, Compliance e Legal—Mudanças nas políticas fiscais e leis tributárias brasileiras poderiam ter um efeito adverso sobre nossa condição financeira e resultado das operações. Além disso, beneficiamo-nos de determinados benefícios fiscais e outros benefícios concedidos pelo governo e a suspensão, cancelamento ou não renovação desses benefícios teria um efeito adverso material sobre nós.”

Principais Componentes de Nossa Demonstração do Resultado

Receita

Geramos receitas a partir da venda de aeronaves e peças sobressalentes, bem como da prestação de serviços de manutenção e reparo, treinamento e outros serviços de suporte ao produto. Em 2025, apresentamos receitas de Aviação Comercial, Aviação Executiva, Defesa e Segurança, Serviços e Suporte e outras unidades de negócios relacionadas. Abaixo segue uma breve descrição dos segmentos operacionais da Companhia:

- ➔ *Aviação Comercial:* Este segmento foca no desenvolvimento, produção e venda de jatos comerciais, incluindo os E-Jets 175 E1 (70 a 90 assentos) e E-Jets E2 (88 a 146 assentos). Ele representa o núcleo dos negócios da Companhia, atendendo companhias aéreas regionais e principais globalmente.
- ➔ *Aviação Executiva:* Este segmento abrange o desenvolvimento, produção e venda de jatos executivos, incluindo os modelos Phenom e Praetor. Ele atende clientes privados e corporativos que buscam aeronaves de alto desempenho e de última geração para uso empresarial e pessoal.
- ➔ *Defesa e Segurança:* Este segmento é dedicado ao desenvolvimento e produção de soluções militares. Nossos principais impulsionadores de receita são o KC-390 Millennium e o A-29 Super Tucano. Ele também inclui outras atividades como pesquisa e desenvolvimento de sistemas integrados, monitoramento e vigilância de fronteiras, radares e sistemas de comando e controle (C4ISR).

- *Serviços e Suporte:* Este segmento fornece um portfólio abrangente de soluções para operadores de aeronaves Embraer nos segmentos de Aviação Comercial, Aviação Executiva e Defesa e Segurança. Suas ofertas incluem suporte de campo, suporte técnico, soluções de operações de voo, modificações de aeronaves, gestão de materiais, soluções de manutenção e programas de treinamento.
- *Outros Segmentos:* Isso cobre atividades com menor impacto financeiro, incluindo principalmente o fornecimento de peças estruturais e sistemas hidráulicos e produção de aeronaves agrícolas de pulverização, desenvolvimento e certificação de eVTOLs (veículos elétricos de decolagem e pouso vertical), criação de redes de serviços de eVTOL e sistemas de controle de tráfego aéreo, bem como soluções de segurança cibernética por meio da Tempest, que atende mercados civis, governamentais e de defesa.

Em 2025 e 2024, 60,4% e 62,0%, respectivamente, de nossa receita vieram de entregas de aeronaves de Aviação Comercial e Aviação Executiva. A receita proveniente da venda de aeronaves Comerciais e Executivas é expressa em dólares. Por sua vez, a receita do segmento de Defesa e Segurança representa 13,0% e 11,3% de nossa receita em 2025 e 2024, respectivamente. Além disso, 92,5% dessa receita de Defesa e Segurança foi em moeda denominada em dólares dos EUA e 7,5% foi em moeda denominada em reais brasileiros, em comparação com 69,8% e 30,2% em 2024, respectivamente. Nosso segmento de Serviços e Suporte respondeu por 25,4% e 25,6% de nossa receita em 2025 e 2024, respectivamente. Por fim, nossos Outros segmentos responderam por 1,2% e 1,0% de nossa receita em 2025 e 2024, respectivamente.

No caso das vendas de aeronaves, recebemos um depósito inicial mediante a celebração do contrato de compra e venda, seguido de parcelas até a entrega de cada aeronave e uma parcela final na entrega. O pagamento final normalmente representa a maior parte do preço de venda. Os depósitos e as parcelas, na maior parte das vezes, não são reembolsáveis em caso de cancelamento do pedido, exceto no segmento de Defesa e Segurança. Uma parte significativa de nossa receita do segmento de Defesa e Segurança é contabilizada pelo método de porcentagem de conclusão, e continuamos a executar sob contratos em vigor com a União, incluindo o programa KC-390 Millennium, SISFRON, entregas de aeronaves de missão especial e outros.

Os pagamentos efetuados anteriormente à entrega são contabilizados como passivos contratuais, no passivo de nosso balanço patrimonial e, quando a aeronave é entregue, esses pagamentos passam a ser reconhecidos como receita. Geralmente recebemos depósitos em espécie para cada opção de compra de jato comercial ou executivo.

Nossos contratos de compra e venda em dólares com clientes dos segmentos de Aviação Executiva e Serviços e Suporte costumam incluir correção monetária pelo índice de preço ao consumidor dos Estados Unidos (Consumer Price Index for Urban Wage Earners and Clerical Workers), caso a entrega não ocorra no mesmo ano-calendário da venda, exceto quando preços fixos são pré-determinados considerando a inflação estimada e o planejamento de posicionamento estratégico de preço de um determinado modelo de aeronave, em linha com o planejamento estratégico da Embraer. Nossos contratos de compra e venda com clientes das unidades de negócios de Aviação Comercial e, em geral, Defesa e Segurança preveem o reajuste do preço de venda das aeronaves de acordo com uma fórmula escalonada, que se baseia em um conjunto de índices relativos a matérias primas, equipamento de transporte e custo de mão-de-obra. Os contratos de compra e venda com clientes brasileiros da unidade de negócio de Defesa e Segurança são reajustados por índices nacional de preços previsto em cada contrato. Os depósitos iniciais e os pagamentos em andamento não são reembolsáveis (exceto em alguns casos contemplados no contrato). Uma vez que um cliente exerce uma opção de compra de uma aeronave, nós a contabilizamos como um pedido firme, e começamos a receber os respectivos pagamentos de progresso e reconhecer a receita na entrega da aeronave ou o marco contratual.

Em 2025, nossa carteira de pedidos do segmento de Serviços e Suporte atingiu US\$4,9 bilhões, em comparação com US\$4,6 bilhões em 2024, impulsionada por contratos renovados de serviços de suporte logístico integrado e programas abrangentes de manutenção de célula, como o Flight Hour Pool Program para Aviação Comercial e o Embraer Executive Care para Aviação Executiva. Estes contratos de longo prazo na carteira cobrem principalmente contratos de pool e outros serviços como peças sobressalentes, reparação, manutenção e serviços técnicos.

Uma parte significativa de nossos contratos de Defesa e Segurança, inclusive a pesquisa e desenvolvimento contratados para programas específicos, atendem os critérios de reconhecimento de receita por porcentagem de conclusão. No caso dos contratos que não atendem os critérios por porcentagem de conclusão, reconhecemos a receita no momento em que o produto é entregue ou o serviço é prestado. Determinados contratos preveem o reajuste dos preços com base em condições econômicas futuras. Nossos clientes de defesa continuam a fornecer adiantamentos de clientes, que são convertidos em receita à medida que cumprimos obrigações contratuais, incluindo concepção, desenvolvimento e projeto, e engenharia, integração de sistemas e customização. Na maior parte das vezes, esses pagamentos não são reembolsáveis.

Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados

O custo das vendas e serviços consiste no custo da aeronave, peças sobressalentes e serviços prestados, compreendendo:

- *Matérias prima.* Substancialmente todos os custos com materiais são previstos nos contratos com fornecedores. Os preços estabelecidos nesses contratos são geralmente reajustados com base em uma fórmula de escalonamento que reflete, em parte, a inflação nos Estados Unidos.
- *Mão de obra.* Os custos com mão-de-obra incluem salários e despesas relacionadas principalmente em reais.
- *Depreciação.* O imobilizado em geral é depreciado ao longo de sua vida útil, que varia de dois a 60 anos, pelo método linear. A depreciação de aeronaves sujeitas a arrendamentos operacionais é reconhecida nos custos dos produtos vendidos e serviços prestados a partir do início da vigência do arrendamento, com base no método linear, ao longo da vida útil estimada do bem e levando em consideração um valor residual ao final da vigência do arrendamento.
- *Amortização.* O intangível gerado internamente é amortizado de acordo com as vendas estimadas da série da aeronave. O intangível adquirido de terceiros é amortizado com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos.

Acumulamos um passivo relativo às obrigações associadas às garantias do produto na data de entrega da aeronave, estimadas com base na experiência histórica e reconhecidas nos custos dos produtos vendidos e serviços prestados.

Celebramos transações que representam acordos de múltiplos elementos, incluindo treinamento, assistência técnica, peças de reposição e outras concessões. Esses custos são reconhecidos quando o produto ou serviço é fornecido ao cliente.

Resultados Operacionais

A tabela abaixo apresenta os componentes da demonstração do resultado por segmento, para os exercícios indicados:

	Para o Exercício Encerrado em 31 de dezembro de		
	2025	2024	2023
<i>(em milhões de US\$)</i>			
Receita			
Aviação Comercial	2.369,8	2.208,6	1.846,8
Aviação Executiva	2.205,1	1.762,7	1.408,2
Defesa e Segurança	983,9	720,9	515,4
Serviços e Suporte	1.925,6	1.636,5	1.417,6
Segmentos de Outros Negócios	93,1	66,0	80,5
Total	7.577,5	6.394,7	5.268,5
Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados			
Aviação Comercial	(2.174,2)	(2.008,9)	(1.698,3)
Aviação Executiva	(1.781,3)	(1.407,7)	(1.134,8)
Defesa e Segurança	(820,5)	(590,9)	(429,6)
Serviços e Suporte	(1.406,5)	(1.179,0)	(1.039,0)
Segmentos de Outros Negócios	(66,3)	(55,1)	(57,2)
Total	(6.248,8)	(5.241,6)	(4.358,9)
Lucro bruto			
Aviação Comercial	195,6	199,7	148,5
Aviação Executiva	423,8	355,0	273,4
Defesa e Segurança	163,4	130,0	85,8
Serviços e Suporte	519,1	457,5	378,6
Segmentos de Outros Negócios	26,8	10,9	23,3
Total	1.328,7	1.153,1	909,6
Receitas (despesas) operacionais			
Aviação Comercial	(132,7)	(144,5)	(124,6)
Aviação Executiva	(158,4)	(149,0)	(146,6)
Defesa e Segurança	(85,9)	(85,4)	(57,5)
Serviços e Suporte	(220,8)	(187,5)	(163,4)
Segmentos de Outros Negócios	(91,4)	(67,3)	(55,9)
Não alocado*	(31,9)	148,1	(47,1)
Total	(721,1)	(485,6)	(595,1)
Operacional (prejuízo)/lucro antes do resultado financeiro			
Aviação Comercial	62,9	55,2	23,9
Aviação Executiva	265,4	206,0	126,8
Defesa e Segurança	77,5	44,6	28,3
Serviços e Suporte	298,3	270,0	215,2
Outros	(64,6)	(56,4)	(32,6)
Receita (despesa) não alocada	(31,9)	148,1	(47,1)
Total	607,6	667,5	314,5

A tabela a seguir apresenta a demonstração do resultado para os anos indicados, além de apresentar cada item de linha como percentual de nossa receita para os períodos indicados:

	Para o Exercício Encerrado em 31 de dezembro					
Demonstrações Consolidadas do Resultado	2025		2024		2023	
	(em milhões de US\$, exceto percentuais apresentados em valores absolutos)					
Receita	7.577,5	100,0%	6.394,7	100,0%	5.268,5	100,0%
Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados	(6.248,8)	82,5%	(5.241,6)	82,0%	(4.358,9)	82,7%
Lucro bruto	1.328,7	17,5%	1.153,1	18,0%	909,6	17,3%
Receitas (despesas) operacionais	(721,1)	9,5%	(485,6)	7,6%	(595,1)	11,3%
Despesas administrativas	(213,6)	2,8%	(198,9)	3,1%	(204,9)	3,9%
Despesas de vendas	(338,5)	4,5%	(309,7)	4,8%	(314,7)	6,0%
Reversão esperada de crédito (perdas)	(3,9)	0,1%	(21,1)	0,3%	10,2	0,2%
Despesas de pesquisa	(74,4)	1,0%	(55,0)	0,9%	(90,3)	1,7%
Outras receitas	101,2	1,3%	266,1	4,2%	170,7	3,2%
Outras despesas	(185,0)	2,4%	(162,7)	2,5%	(176,3)	3,3%
Participação no lucro (prejuízo) de investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial	(6,9)	0,1%	(4,3)	0,1%	10,2	0,2%
Lucro operacional	607,6	8,0%	667,5	10,4%	314,5	6,0%
Receitas financeiras	316,1	4,2%	311,1	4,9%	128,6	2,4%
Despesas financeiras	(615,0)	8,1%	(415,6)	6,5%	(321,9)	6,1%
Variações cambiais líquidas	(41,1)	0,5%	(6,0)	0,1%	(0,5)	0,0%
Receita (prejuízo) antes do imposto de renda	267,6	3,5%	557,0	8,7%	120,7	2,3%
Imposto de renda	91,4	1,2%	(202,4)	3,2%	43,6	0,8%
Lucro (perda) do ano	359,0	4,7%	354,6	5,5%	164,3	3,1%
Atribuível a:						
Participações controladoras	351,9	4,6%	352,5	5,5%	164,0	3,1%
Participação dos Acionistas Não Controladores	7,1	0,1%	2,1	0,0%	0,3	0,0%

2025 Comparado a 2024

Receita

Nossa receita aumentou US\$1.182,8 milhões, ou 18,5%, para US\$7.577,5 milhões em 2025, de US\$6.394,7 milhões em 2024. Isso se deveu principalmente ao aumento nas entregas em Aviação Comercial e Executiva, apesar da escassez na cadeia de suprimentos que vem afetando a indústria aeronáutica; e a maiores receitas em Serviços e Suporte e Defesa e Segurança.

As receitas de nosso segmento de Aviação Comercial aumentaram US\$161,2 milhões, ou 7,3%, para US\$2.369,8 milhões em 2025, de US\$2.208,6 milhões em 2024. Isso se deveu principalmente a um aumento de 6,8% nas entregas de aeronaves comerciais, para 78 aeronaves em 2025, de 73 em 2024. O aumento nas receitas foi maior do que o aumento no número de entregas, refletindo principalmente preços médios de venda mais altos por aeronave, impulsionados por ajustes de preços, escalonamentos contratuais e um mix de clientes com preços médios mais altos.

A receita de nosso segmento de Aviação Executiva aumentou US\$442,4 milhões, ou 25,1%, para US\$2.205,1 milhões em 2025, de US\$1.762,7 milhões em 2024. Isso se deveu principalmente a um aumento de 19,2% nas entregas de jatos executivos, para 155 em 2025, de 130 jatos em 2024. O aumento nas receitas foi maior do que o aumento no número de entregas, pois as entregas de jatos executivos médios (Praetors) aumentaram 25,5%, para 69 aeronaves em 2025, de 55 em 2024, enquanto as entregas de jatos executivos leves (Phenoms) aumentaram 14,7%, para 86 aeronaves em 2025, de 75 aeronaves em 2024 (Praetors tendem a ter preços médios de venda mais altos em comparação com Phenoms).

A receita de nosso segmento de Defesa e Segurança aumentou US\$263,0 milhões, ou 36,5%, para US\$983,9 milhões em 2025, de US\$720,9 milhões em 2024. Isso se deveu principalmente a: (i) o maior volume de receitas registrado usando o método de reconhecimento de receita por percentual de conclusão no programa KC-390 Millennium (método que permite o reconhecimento de receita à medida que determinados marcos são alcançados e há progresso nos contratos); e (ii) o reconhecimento de receitas decorrentes de novos acordos de KC-390 Millennium e A-29 Super Tucano celebrados em 2025.

A receita de nosso segmento de Serviços e Suporte aumentou US\$289,1 milhões, ou 17,7%, para US\$1.925,6 milhões em 2025, de US\$1.636,5 milhões em 2024. Isso se deveu principalmente à maior demanda por peças e componentes, principalmente como resultado do crescimento das atividades de operadores de voo nos segmentos de Aviação Comercial, Aviação Executiva e Defesa e Segurança em 2025; e receitas do contrato de serviços de manutenção de motores celebrado com a Pratt Whitney por nossa subsidiária OGMA.

A receita de nossos Outros segmentos aumentou US\$27,1 milhões, ou 41,1%, para US\$93,1 milhões em 2025, de US\$66,0 milhões em 2024. Isso se deveu principalmente ao aumento da receita de vendas em nossa subsidiária Tempest, e à contribuição de nosso negócio de Equipamentos, pois 2025 representou o primeiro ano em que essa operação foi apresentada no segmento.

Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados

Nosso custo de vendas e serviços aumentou US\$1.007,2 milhões, ou 19,2%, para US\$6.248,8 milhões em 2025, de US\$5.241,6 milhões em 2024. Isso se deveu principalmente ao aumento nas entregas de Aviação Comercial e Executiva, maior reconhecimento de custos em Defesa e Segurança (usando o método de percentual de conclusão), e custos mais altos devido à maior demanda por serviços e peças de reposição em Serviços e Suporte. Em 2025, as receitas aumentaram 18,5% em comparação com 2024. O custo de vendas e serviços aumentou a uma taxa maior do que as receitas, o que levou a um aumento de 0,5 ponto percentual no custo de vendas e serviços como percentual da receita, alcançando 82,5% em 2025, em comparação com 82,0% em 2024.

O custo de vendas e serviços em nosso segmento de Aviação Comercial aumentou US\$165,3 milhões, ou 8,2%, para US\$2.174,2 milhões em 2025, de US\$2.008,9 milhões em 2024. Isso se deveu principalmente ao aumento nas entregas em 2025 em comparação com 2024. O custo de vendas e serviços aumentou mais do que o aumento de 7,3% nas receitas, devido a custos de fabricação mais altos, principalmente relacionados a custos de frete de materiais. A comparabilidade entre períodos também foi afetada por reversões relacionadas a estoques e obsolescência reconhecidas em 2024. A margem bruta em nosso segmento de Aviação Comercial (calculada como o lucro bruto de nosso segmento de Aviação Comercial dividido pela receita do segmento de Aviação Comercial) diminuiu de 9,0% em 2024 para 8,3% em 2025.

O custo de vendas e serviços em nosso segmento de Aviação Executiva aumentou US\$373,6 milhões, ou 26,5%, para US\$1.781,3 milhões em 2025, de US\$1.407,7 milhões em 2024, o que foi maior do que o aumento de 25,1% na receita do segmento. Isso se deveu principalmente a maiores custos de materiais e fabricação, incluindo os efeitos de escalonamento de custos, uso de frete aéreo e tarifas impostas pelo governo dos EUA. A margem bruta em nosso segmento de aviação executiva (calculada como o lucro bruto de nosso segmento de aviação executiva dividido pela receita do segmento de aviação executiva) diminuiu de 20,1% em 2024 para 19,2% em 2025.

O custo de vendas e serviços em nosso segmento de Defesa e Segurança aumentou US\$229,6 milhões, ou 38,9%, para US\$820,5 milhões em 2025, de US\$590,9 milhões em 2024. Esse aumento no custo de vendas e serviços é impulsionado pelo aumento de produção, principalmente no programa KC-390, e foi maior do que o aumento de 36,5% na receita no mesmo período, principalmente devido a variações no mix de contratos comparando 2024 e 2025. A margem bruta em nosso segmento de Defesa e Segurança (calculada como o lucro bruto de nosso segmento de Defesa e Segurança dividido pela receita do segmento de Defesa e Segurança) diminuiu para 16,6% em 2025 de 18,0% em 2024.

O custo de vendas e serviços em nosso segmento de Serviços e Suporte aumentou US\$227,5 milhões, ou 19,3%, para US\$1.406,5 milhões em 2025, de US\$1.179,0 milhões em 2024. Esse aumento no custo de vendas e serviços foi maior do que o aumento de 17,7% na receita no mesmo período, principalmente devido ao ramp-up de novas operações. Esses aumentos de custos estavam principalmente relacionados aos estágios iniciais de expansão de nossas operações de MRO nos Estados Unidos e ao aumento dos serviços prestados por nossa subsidiária OGMA em 2025 conforme mencionado acima em “—Receita”. A margem bruta em nosso segmento de Serviços e suporte (calculada como o lucro bruto de nosso segmento de Serviços e suporte dividido pela receita do segmento de Serviços e suporte) diminuiu de 27,0% em 2025 para 28,0% em 2024.

O custo de vendas e serviços nos Outros segmentos aumentou US\$11,2 milhões, ou 20,3%, para US\$66,3 milhões em 2025, de US\$55,1 milhões em 2024. Esse aumento no custo de vendas e serviços foi menor do que o aumento de 41,1% na receita no mesmo período, principalmente devido a um mix de negócios mais favorável impulsionado pelo negócio de Equipamentos conforme mencionado acima em “—Receita”. A margem bruta em nossos Outros segmentos (calculada como lucro bruto de nossos Outros segmentos dividido pela receita dos Outros segmentos) aumentou para 28,7% em 2025, de 16,5% em 2024.

Lucro Bruto

Como resultado dos fatores acima mencionados, nosso lucro bruto aumentou US\$175,6 milhões, ou 15,2%, no ano, para US\$1.328,7 milhões em 2025, de US\$1.153,1 milhões em 2024. Nossa margem bruta (calculada como lucro bruto dividido pela receita) diminuiu 0,5 p.p. para 17,5% em 2025, de 18,0% em 2024.

Receitas (Despesas) Operacionais

Conforme discutido mais adiante abaixo, as despesas operacionais aumentaram US\$235,5 milhões, ou 48,5%, para US\$721,1 milhões em 2025, de US\$485,6 milhões em 2024. Despesas operacionais como porcentagem da receita aumentaram para 9,5% em 2025, em comparação com 7,6% em 2024, conforme explicado nos parágrafos abaixo.

As *despesas administrativas* aumentaram US\$14,7 milhões, ou 7,4%, para US\$213,6 milhões em 2025, de US\$198,9 milhões em 2024. A maioria de nossas despesas administrativas é fixa e não aumenta ou diminui no mesmo ritmo que as mudanças em nossas receitas. O principal impulsionador do aumento nas despesas administrativas em 2025 em comparação com 2024 foi o aumento em serviços de terceiros, como serviços jurídicos, de consultoria e relacionados a auditoria.

As *despesas de vendas* aumentaram US\$28,8 milhões, ou 9,3%, para US\$338,5 milhões em 2025, de US\$309,7 milhões em 2024. Isso se deveu principalmente a maiores despesas de vendas em nosso segmento de Defesa e Segurança, refletindo atividades de pré-vendas aumentadas, incluindo feiras comerciais, demonstrações e eventos de marketing, consistentes com maior atividade comercial e vendas durante o período. As despesas de vendas em nosso segmento de Serviços e Suporte também aumentaram, principalmente devido a maiores despesas relacionadas à estrutura comercial fixa e prestadores de serviços terceirizados dedicados.

As *perdas de crédito esperadas* diminuíram US\$17,2 milhões, para uma despesa de US\$3,9 milhões em 2025, de uma despesa de US\$21,1 milhões em 2024. Isso se deveu principalmente à reversão de provisões para perdas de crédito esperadas relacionadas a clientes no segmento de Serviços e Suporte.

As *despesas de pesquisa* aumentaram US\$19,4 milhões, ou 35,2%, para US\$74,4 milhões em 2025, de US\$55,0 milhões em 2024. Isso estava principalmente relacionado à EVE, refletindo maior engajamento de engenharia e investimentos contínuos em iniciativas digitais.

Outras receitas diminuíram US\$164,9 milhões, para US\$101,2 milhões em 2025, de US\$266,1 milhões em 2024. Isso se deveu principalmente aos recursos do acordo de arbitragem com a Boeing em 2024.

Outras despesas aumentaram US\$22,3 milhões, para US\$185,0 milhões em 2025, de US\$162,7 milhões em 2024. Isso se deveu principalmente a maiores despesas impulsionadas por um número maior de projetos de transformação digital.

Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro

Como resultado dos fatores acima mencionados, nosso lucro operacional antes do resultado financeiro diminuiu US\$59,9 milhões, ou 9,0%, para um lucro operacional de US\$607,6 milhões em 2025, de um lucro operacional de

US\$667,5 milhões em 2024. Nossa margem operacional (que é calculada como lucro operacional dividido pela receita) diminuiu 2,4 p.p. para uma margem positiva de 8,0%, de uma margem positiva de 10,4% em 2024.

Resultado Financeiro

Receitas financeiras. A receita financeira aumentou US\$5,0 milhões, ou 1,6%, para US\$316,1 milhões em 2025, de US\$311,1 milhões em 2024, principalmente devido à mensuração a valor justo dos warrants da EVE Holding em 2025.

Despesas financeiras. As despesas financeiras aumentaram US\$199,4 milhões, ou 48,0%, para US\$615,0 milhões em 2025, de US\$415,6 milhões em 2024, principalmente devido a despesas relacionadas ao nosso plano de phantom shares, que foi afetado pela valorização de nossas ações ordinárias em 2025. Para obter mais informações sobre nosso plano de ações fantasma, consulte o Item 6. Administradores, Alta Administração e Colaboradores—B. Remuneração—Plano de Incentivo de Longo Prazo no Modelo de Ações Fantasma.”

Lucro Antes do Imposto de Renda

Como resultado dos fatores acima mencionados, o lucro antes dos impostos de renda diminuiu US\$289,4 milhões, para US\$267,6 milhões em 2025, de US\$557,0 milhões em 2024.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A despesa de imposto de renda diminuiu para um benefício de US\$91,4 milhões em 2025, de uma despesa de US\$202,4 milhões em 2024, principalmente devido ao impacto nos impostos de renda diferidos da taxa de câmbio sobre ativos não monetários (principalmente estoques, intangíveis e imobilizado). Além disso, o resultado do imposto de renda em 2025 refletiu menor despesa de imposto de renda corrente no período, impulsionada principalmente por compensação de crédito fiscal estrangeiro e dedução de juros sobre capital próprio (para mais informações, vide a Nota Explicativa 22.3 de nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas incluídas em outra parte deste memorando de oferta).

Lucro do Exercício

Como resultado dos fatores acima mencionados, nosso lucro do exercício aumentou US\$4,4 milhões, ou 1,2%, para US\$359,0 milhões em 2025, de US\$354,6 milhões em 2024. Como percentual da receita, a margem líquida (que é calculada como lucro do exercício dividido pela receita) diminuiu 0,8 p.p. para uma margem positiva de 4,7%, de uma margem positiva de 5,5% em 2024.

2024 Comparado a 2023

Para uma descrição de nossos resultados operacionais de 2024 em comparação com 2023, consulte “Item 5. Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras - A. Resultados Operacionais - 2023 Comparado a 2022” de nosso relatório anual no Formulário 20-F para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, arquivado na SEC em 5 de abril de 2023.

B. Liquidez e Recursos de Capital

Visão geral

Nossas necessidades de caixa advêm principalmente das nossas necessidades de capital de giro, pesquisa e desenvolvimento, pagamentos de principal e juros de nossa dívida, despesas de capital e distribuições a acionistas. Para atender essas necessidades, em geral contamos com os recursos gerados por nossas operações, empréstimos tomados nos termos de operações de crédito, aportes de caixa de nossos parceiros de compartilhamento de riscos, adiantamentos de clientes e, em menor medida, emissão de títulos de dívida. Para mais informações sobre as necessidades de capital de giro e fontes de recursos, vide “Item 4. Informações sobre a Companhia—B. Visão Geral—Fornecedores e Componentes; Contratos de Compartilhamento de Risco” e “Item 4. Informações sobre a Companhia—B. Visão Geral—Segmento de Aviação Comercial—Produção, Novos Pedidos e Opções” e “Linhas de Crédito.”

Não há garantia de que nossas fontes tradicionais de recursos, ou que o custo ou a disponibilidade de nossas linhas de crédito ou futuras fontes de empréstimo, não serão afetados de forma significativa pelas perturbações do mercado.

Na data deste relatório anual, continuamos a enfrentar certos desafios em andamento resultantes de condições políticas e econômicas globais, como atrasos em nossa cadeia de suprimentos, operações de produção, a escassez de pilotos

no setor de companhias aéreas regionais nos Estados Unidos da América, que afetam a demanda por nossos produtos, principalmente em Aviação Comercial. Esperamos que nossos clientes possam reprogramar entregas, deixar de exercer opções ou cancelar pedidos firmes como resultado de possíveis retrações econômicas, ou da volatilidade financeira em nossos mercados.

Análise de Fluxo de Caixa

Em 31 de dezembro de 2025, tínhamos US\$1.949,8 milhões em caixa e equivalentes de caixa. Acreditamos que nosso caixa e equivalentes de caixa atualmente disponíveis e os fluxos de caixa de nossas atividades operacionais serão suficientes para atender às nossas necessidades de capital de giro e despesas de capital no curso ordinário dos negócios pelos próximos 12 meses.

A tabela a seguir mostra a geração e o uso de caixa para os períodos indicados:

	Para o Exercício Encerrado em 31 de dezembro de		
	2025	2024	2023
	(em milhões de US\$)		
Informações de Fluxo de Caixa			
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	870,0	871,2	617,0
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(611,7)	(599,7)	(447,6)
Caixa líquido gerado por (usado em) atividades de financiamento	146,1	(335,7)	(348,7)

Nosso caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos interfinanceiros com bancos e depósitos a prazo fixo em dólares emitidos por instituições financeiras, que têm risco imaterial de mudança de valor. Para obter informações, vide a Nota Explicativa [5](#) de nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas de 2025 incluídas em outra parte deste relatório anual.

2025 Comparado a 2024

Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais

Em 2025, o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais totalizou US\$870,0 milhões, uma diminuição de US\$1,2 milhões, ou 0,1%, em comparação com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais de US\$871,2 milhões em 2024. Os fluxos de caixa operacionais permaneceram substancialmente estáveis ano a ano, refletindo principalmente um maior uso líquido de caixa em ativos operacionais, impulsionado pelo aumento em estoques, parcialmente compensado por melhorias em contas a receber e ativos de contrato. Esses efeitos foram compensados por uma contribuição maior de passivos operacionais, apoiada por um aumento em outras contas a pagar e fornecedores.

Caixa Líquido (Usado) nas Atividades de Investimento

Em 2025, o caixa líquido usado nas atividades de investimento totalizou US\$611,7 milhões, um aumento de US\$12,0 milhões, ou 2,0%, de US\$599,7 milhões em 2024, permanecendo substancialmente estável em 2025, em comparação com 2024. Isso foi principalmente resultado do efeito combinado das decisões de investimento da Companhia durante o período, refletindo principalmente maiores saídas relacionadas a investimentos financeiros e empréstimos concedidos, parcialmente compensadas por menores despesas de capital em imobilizado e recursos da venda de investimentos financeiros, quando comparado ao ano anterior.

Caixa Líquido Gerado (Usado) nas Atividades de Financiamento

Em 2025, o caixa líquido gerado por atividades de financiamento totalizou US\$146,1 milhões, um aumento de US\$481,8 milhões, ou 143,5%, em comparação com um caixa líquido usado de US\$335,7 milhões em 2024. Esse aumento foi principalmente atribuível a maiores recursos provenientes de empréstimos e financiamentos, e recursos da oferta de ações de subsidiária em 2025, parcialmente compensados por amortizações de empréstimos e financiamentos e recompras de ações ordinárias.

2024 Comparado a 2023

Para uma discussão de nossos fluxos de caixa de 2024 em comparação com 2023, consulte “Item [5](#). Revisão Operacional e Financeira e Perspectivas—B. Liquidez e Recursos de Capital—Análise do Fluxo de Caixa” de nosso relatório anual no Formulário 20-F para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, arquivado junto à SEC em 1º de abril de 2025.

Despesas de Capital

Capitalizamos nossos gastos relacionados a projetos de desenvolvimento de produtos como ativos intangíveis não circulantes em nossa demonstração da posição financeira quando é provável que os projetos relevantes gerem benefícios futuros, levando em consideração sua viabilidade comercial e tecnológica e disponibilidade de recursos tecnológicos e financeiros e somente se seu custo puder ser mensurado de forma confiável. Amortizamos os ativos na forma de encargos de custo de vendas e serviços em nossas demonstrações do resultado, com base no número total estimado de aeronaves a serem entregues para cada novo projeto de desenvolvimento de produto. Também capitalizamos os gastos relacionados ao imobilizado como ativos não circulantes em nossa demonstração da posição financeira e depreciamos os ativos na forma de encargos com o custo de vendas e serviços em nossas demonstrações do resultado. Para obter informações adicionais sobre como amortizamos nossos ativos intangíveis e depreciamos nosso ativo imobilizado, vide “Item 5. Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras - A. Resultados Operacionais - Principais Informações Operacionais e Componentes de Nossa Demonstração do Resultado - Custo de Vendas e Serviços.”

No nosso segmento de Aviação Comercial, Aviação Executiva e Serviços e Suporte, incluímos nossos investimentos em desenvolvimento de produto e imobilizado como parte de nossas despesas de capital. Os custos de desenvolvimento de produto nessas unidades de negócios são capitalizados a partir da data de aprovação do conselho para o projeto relevante até a certificação final.

Também incorremos em despesas para nosso segmento de Defesa e Segurança tanto em contratos de desenvolvimento quanto de produção, como o mesmo processo de investimento de nossos Outros segmentos. No entanto, temos alguns clientes que podem financiar parte de nossos programas, como nosso acordo com o governo brasileiro para o desenvolvimento e produção do KC-390 Millennium. Uma parte significativa desses contratos é definida como contratos de construção e a receita associada a esses contratos é realizada com base em porcentagem de conclusão, à medida que os marcos do contrato são alcançados.

A maior parte de nossos gastos com desenvolvimento está associada ao desenvolvimento de novos produtos para os segmentos de Aviação Comercial, Aviação Executiva e Defesa e Segurança. Para obter informações adicionais sobre nossas despesas de desenvolvimento, vide “Item 5. Revisão Operacional e Financeira e Perspectivas—C. Pesquisa e Desenvolvimento. —Pesquisa.”

Nossos desembolsos em despesas de capital foram relacionados ao ativo imobilizado, compondo assim nossas adições no período, exceto para os ativos do programa de pool de câmbio e aeronaves em arrendamento ou disponíveis para arrendamento. Esses investimentos estão relacionados principalmente à (i) construção de novas instalações e a (ii) melhorias e modificações em nossas plantas e instalações de produção para a produção de novos modelos de aeronaves.

Nossas despesas de capital são geralmente financiadas por fundos fornecidos por operações, empréstimos sob nossos acordos de crédito, contribuições em dinheiro de parceiros de compartilhamento de riscos, adiantamentos de clientes e, em menor grau, aumentos de capital para atender a essas necessidades. Vide “C. Pesquisa e Desenvolvimento, Patentes e Licenças, etc. - Despesas de Capital - Pesquisa”.

Em 31 de dezembro de 2025, as despesas de capital totais em nossos segmentos de Aviação Comercial, Aviação Executiva e Serviços e Suporte responderam por US\$167,9 milhões. A fonte prevista de fundos para satisfazer esses investimentos está relacionada ao nosso caixa gerado nas atividades operacionais.

Linhas de Crédito

Linha de Crédito Rotativo

Em 6 de agosto de 2024, nossas subsidiárias EAH e Embraer Netherlands Finance B.V., ou Embraer Netherlands Finance, celebraram uma linha de crédito rotativo no valor de US\$1,0 bilhão, com vencimento em 6 de agosto de 2029, com 17 instituições financeiras internacionais. A linha de crédito é garantida pela Embraer e por algumas de nossas subsidiárias, e os empréstimos feitos sob a linha de crédito acumularão juros a uma taxa composta pelo Termo SOFR mais uma margem de 0,950% a 1,700% ao ano, dependendo de nossa classificação corporativa no momento do desembolso. Em 31 de dezembro de 2025, nem a EAH nem a Embraer Netherlands Finance haviam contraído qualquer empréstimo no âmbito dessa linha.

Linhas de Crédito com Bancos e Agências Multilaterais de Desenvolvimento

O governo federal tem sido uma importante fonte de financiamento à exportação para os nossos clientes por meio do programa BNDES-Exim, administrado pelo BNDES. Em 15 de dezembro de 2022, celebramos um acordo de financiamento à exportação com o BNDES no valor total de R\$2,2 bilhões (US\$400 milhões) no âmbito do programa BNDES-Exim, que foi parcialmente pago no valor total de US\$28,3 milhões em novembro de 2024. Em março de 2025, o valor total no âmbito desse acordo foi pago.

Em janeiro de 2023, celebramos uma linha de crédito com o BNDES para apoiar a primeira fase do desenvolvimento do projeto eVTOL da Companhia, no valor agregado de R\$490 milhões (aproximadamente US\$89,1 milhões). Em 31 de dezembro de 2025, essa linha de crédito havia sido totalmente utilizada, e o valor total em aberto no âmbito desse acordo era de US\$93,0 milhões nessa data.

Em fevereiro de 2024, celebramos uma linha de crédito de inovação com o BNDES no valor agregado de R\$500 milhões (ou aproximadamente US\$90,9 milhões). Em 31 de dezembro de 2025, havíamos recebido desembolsos de US\$20,4 milhões no âmbito dessa linha de crédito, que também era o valor total em aberto nessa data.

Em novembro de 2024, celebramos uma linha de crédito com o BNDES para apoiar a segunda fase do projeto eVTOL, no valor agregado de R\$200 milhões (aproximadamente US\$36,3 milhões). Em 31 de dezembro de 2025, havíamos recebido desembolsos totalizando US\$24,2 milhões no âmbito dessa linha de crédito, que também era o valor total em aberto nessa data.

Em agosto de 2025, celebramos um acordo de financiamento à exportação com o BNDES no valor total de R\$1,10 bilhão (US\$200 milhões) no âmbito do programa BNDES-Exim. Em 31 de dezembro de 2025, o valor total em aberto no âmbito desse acordo era de US\$200,6 milhões.

Em janeiro de 2023, firmamos uma linha de crédito com o Citibank, N.A. no valor principal agregado de US\$ 200 milhões para financiar compras de suprimentos feitas por nós nos Estados Unidos. Os desembolsos dessa linha de crédito serão feitos de acordo com a comprovação das compras de insumos dos fornecedores. Essa linha de crédito é garantida pelo Export-Import Bank, a agência oficial de crédito à exportação dos EUA. Em julho de 2025, o valor total no âmbito desse acordo foi pago.

Em junho de 2022, celebramos uma linha de crédito com o J.P. Morgan Chase Bank, NA, London Branch, no valor principal agregado de US\$100 milhões, garantida pela U.K. Export Financing. Em 31 de dezembro de 2025, o valor total em aberto no âmbito dessa linha era de US\$52,2 milhões.

Em março de 2025, celebramos uma linha de crédito de inovação com a FINEP no valor agregado de R\$331,5 milhões (aproximadamente US\$60,2 milhões). Em 31 de dezembro de 2025, havíamos recebido desembolsos de US\$18 milhões no âmbito dessa linha de crédito, que também era o valor total em aberto nessa data.

Notas Promissórias Vinculadas

Em setembro de 2020, a Embraer Netherlands Finance emitiu US\$750,0 milhões de valor principal agregado em notas garantidas seniores sem garantia de 6,950% com vencimento em 2028, ou as notas 2028.

Em julho de 2023, a Embraer Netherlands Finance emitiu US\$750,0 milhões de valor principal agregado em notas garantidas seniores sem garantia de 7,000% com vencimento em 2030, ou as notas 2030.

Em fevereiro de 2025, a Embraer Netherlands Finance emitiu US\$650,0 milhões de valor principal agregado em notas garantidas seniores sem garantia de 5,980% com vencimento em 2035, ou as notas 2035.

Em setembro de 2025, a Morgan Stanley & Co. LLC, como ofertante e com nosso consentimento, iniciou ofertas públicas de aquisição em dinheiro para comprar em dinheiro uma parcela de nossas notas 2028 e notas 2030, sujeitas a um limite de preço de compra agregado (inicialmente US\$750,0 milhões, posteriormente aumentado para US\$1,0 bilhão). Após a data de adesão antecipada de 3 de outubro de 2025, o ofertante aceitou para compra US\$134,4 milhões de valor principal agregado de nossas notas 2028 e US\$465,7 milhões de valor principal agregado das notas 2030, com liquidação em 7 de outubro de 2025 pela “contraprestação total” aplicável (incluindo o pagamento de adesão antecipada) mais juros acumulados; o ofertante também estendeu a “contraprestação total” (incluindo o pagamento de adesão antecipada) a todas as notas ofertadas até a data de vencimento de 21 de outubro de 2025. Em outubro de 2025, na data final de liquidação da

oferta pública, o ofertante aceitou para compra um valor principal agregado adicional de US\$7,4 milhões das notas 2028 e US\$14,0 milhões das notas 2030.

Em conexão com as transações de gestão de passivos acima, em setembro de 2025, a Embraer Netherlands Finance precisou de uma oferta de US\$1,0 bilhão de valor principal agregado de notas de 5,400% com vencimento em 2038, garantidas por nós, a um preço de emissão de 99,672%, com fechamento em 9 de outubro de 2025. Os recursos líquidos foram usados principalmente para financiar compras das notas 2028 e notas 2030 ofertadas nas ofertas públicas simultâneas e, na medida em que não fossem assim utilizados, para fins corporativos gerais.

Adicionalmente, em outubro de 2025, a Embraer Netherlands Finance entregou um aviso de resgate para nossas notas 2028 prevendo o resgate de todo o valor principal remanescente em aberto dessas notas em 25 de novembro de 2025. O preço de resgate foi o maior entre o par e um valor make-whole (taxa do Tesouro dos EUA mais 50 pontos-base), mais juros acumulados e não pagos (e quaisquer valores adicionais aplicáveis) até, mas excluindo, a data de resgate.

Em 31 de dezembro de 2025, US\$ 275,0 milhões, US\$ 657,6 milhões e US\$ 912,2 milhões estavam em circulação nas notas de 2030, nas notas de 2035 e nas notas de 2038, respectivamente. Podemos, periodicamente, buscar liquidar ou comprar nossa dívida pendente, incluindo nossas notas 2030, as notas 2035 e as notas 2038, por meio de compras em dinheiro, ofertas de compra e/ou trocas por outros valores mobiliários, em compras no mercado aberto, transações negociadas de forma privada ou de outra forma. As recompras ou trocas, se houver, dependerão das condições prevalentes no mercado, de nossos requisitos de liquidez, restrições contratuais e outros fatores. Os valores envolvidos podem ser materiais e as notas recompradas podem ser canceladas ou revendidas, mas só serão revendidas em conformidade com os requisitos ou isenções aplicáveis de acordo com as leis de valores mobiliários relevantes.

Outras Linhas

Temos vários outros empréstimos e contratos de crédito de longo prazo com valores devidos agregados de US\$ 341,3 milhões em 31 de dezembro de 2025. Para obter informações adicionais sobre esses acordos de financiamento, vide a Nota Explicativa [18](#) de nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas de 2025 incluídas em outra parte deste relatório anual.

Em 31 de dezembro de 2025, US\$200,6 milhões de nossos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) são garantidos por imóveis, máquinas, equipamentos, e US\$173,5 milhões estão sujeitos a garantias bancárias.

Continuamos avaliando oportunidades de financiamento adicionais para manter um perfil de endividamento de longo prazo que suporte e esteja alinhado ao ciclo de negócios. Para obter informações adicionais sobre nossos empréstimos e financiamentos, incluindo discriminação de moeda e vencimento e discriminação entre dívida de taxa fixa e variável, vide a Nota Explicativa [18](#) de nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas de 2025 incluídas em outra parte deste relatório anual.

Eventos Subsequentes

Além dos eventos descritos abaixo, nenhum evento subsequente ocorreu após 31 de dezembro de 2025. Vide a Nota Explicativa [36](#) de nossas demonstrações financeiras auditadas de 2025.

Pré-pagamento antecipado do empréstimo da EVE

Em janeiro de 2026, o empréstimo com vencimento em 2028, sujeito à SOFR de três meses mais 3,90% a.a. e com valor contábil de US\$50,0 milhões em 31 de dezembro de 2025, foi integralmente pré-pago. Nenhum custo adicional associado ao pré-pagamento foi incorrido. O pré-pagamento antecipado foi feito em conexão com, e como condição exigida para, a celebração pela Companhia do acordo de crédito sindicalizado divulgado na Nota [36.2](#) de nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas incluídas em outra parte deste relatório anual.

Novo acordo de crédito sindicalizado

Em janeiro de 2026, a Companhia, por meio de sua subsidiária integral EVE, celebrou um acordo de crédito sindicalizado com Banco do Brasil S.A., New York Branch, Citibank N.A., Itaú Unibanco S.A., Miami Branch, e Banco Itaú Chile atuando como agente gestor. Esse acordo de crédito sindicalizado prevê US\$150,0 milhões, sujeitos à SOFR mais 3,10% a.a., com vencimento final em 2031. O acordo inclui covenants que exigem a manutenção de um índice mínimo de cobertura do serviço da dívida.

Recompra de ações e encerramento de contratos de swap

Em março de 2026, a Companhia recomprou 10.932.998 ações (EMBJ3) por US\$183,7, incluindo custos de transação. Essa transação foi executada no âmbito do programa de recompra de ações aprovado em 5 de março de 2026, que autorizou a aquisição de ações ordinárias (EMBJ3) para manutenção em tesouraria, cancelamento, venda subsequente ou para cumprir compromissos no âmbito de planos de remuneração baseada em ações. Em conexão com essa recompra, os contratos de swap de 12 meses celebrados com o Banco Itaú, conforme mencionado na Nota 7(i), foram encerrados

C. Pesquisa e Desenvolvimento, Patentes e Licenças, Etc.

Pesquisa e Desenvolvimento

Nossas atividades de pesquisa e desenvolvimento são direcionadas pelo nosso planejamento estratégico corporativo de curto, médio e longo prazos. Referimo-nos às atividades de pesquisa como o desenvolvimento tecnológico e às atividades de desenvolvimento como desenvolvimento integrado de produto.

Com base no trabalho pelo qual são definidas as estratégias de produtos e serviços da Companhia, incluindo inovação, crescimento e perspectivas de negócios, executamos projetos que incluem a produção e comercialização de novas aeronaves, sistemas e serviços aeroespaciais.

Com foco nos nossos planos empresariais internos e no contínuo monitoramento do ambiente tecnológico global, definimos um plano de desenvolvimento tecnológico cujo objetivo é a pesquisa e o desenvolvimento de soluções para os principais desafios que a Companhia enfrentará no médio e longo prazos, de forma a manter a competitividade em nossos segmentos de negócios.

A fim de reduzir o risco de desenvolvimento e otimizar os resultados financeiros de nossos projetos, nossas equipes de estratégia e desenvolvimento possuem as competências essenciais para gerir e executar projetos multidisciplinares, mantendo e coordenando uma rede global de parceiros de desenvolvimento e integrando diversos grupos, como universidades, institutos de pesquisa e de fomento, companhias e startups. Como resultado, a aplicação de tecnologias avançadas permite a evolução de produtos, inclusive aeronaves mais leves, silenciosas, confortáveis e eficientes do ponto de vista energético, além de melhorias em design e ciclos de produção e otimização dos recursos da companhia.

Após os resultados do planejamento do desenvolvimento tecnológico interno da Companhia, inicia-se a fase de design de novos produtos e serviços. Nessa fase, nossos esforços são coordenados de forma integrada com engenharia de projeto avançada e nossas unidades de negócios, que trabalham em colaboração com futuros clientes e potenciais parceiros na conclusão do design de novos produtos e serviços. Após a aprovação do design, criamos o programa de desenvolvimento do produto. Nessa fase de uso intensivo de capital, nossos grupos de desenvolvimento, produto, processo e serviços trabalham em conjunto com parceiros estratégicos, fornecedores e agências regulatórias, iniciando-se o desenvolvimento detalhado do produto, sua produção, sistemas e serviços associados, até a efetiva entrada em operação do produto.

A maior parte das atividades de pesquisa e desenvolvimento da Companhia estão concentradas no Brasil, mas a Companhia também mantém iniciativas internas e parcerias em diversas localidades em todo o mundo.

Incorremos em despesas de pesquisa relacionadas à criação de novas tecnologias que possam ser aplicadas às nossas aeronaves. Essas despesas não estão associadas a nenhuma aeronave em particular e incluem a implementação de iniciativas de garantia de qualidade, melhorias na produtividade das linhas de produção e estudos para determinar os desenvolvimentos mais recentes em tecnologia e padrões de qualidade. De acordo com o IFRS, os custos de pesquisa são contabilizados como despesas conforme incorridos no item de linha de pesquisa de nossa demonstração de lucros ou perdas nas demonstrações financeiras.

Propriedade Intelectual

O conjunto de nossa propriedade intelectual, que inclui patentes de aplicação industrial, patentes de design, segredos comerciais, know-how e marcas registradas, é importante para os nossos negócios. Somos titulares das marcas de nossa razão social e símbolo e dos nomes de nossos produtos, alguns são registrados e alguns estão em processo de registro em vários países, incluindo, mas não limitado a, Brasil, Estados Unidos, Canadá, Singapura, Hong Kong, China, União Europeia e Japão, entre outros. Em 31 de dezembro de 2025, a Embraer possuía aproximadamente 571 marcas registradas

ou em processo de registro, e nossa subsidiária EVE possuía 107 marcas registradas ou em processo de registro. Em geral, nossas marcas são renovadas ao final dos respectivos prazos de duração, que normalmente é de dez anos a contar da data do pedido de registro. Não acreditamos que a perda de qualquer de nossas marcas causaria um impacto relevante em nossos negócios ou resultados operacionais.

Desenvolvemos nossa propriedade intelectual em nosso processo de pesquisa, desenvolvimento e produção. Segundo os contratos firmados com alguns de nossos fornecedores e parceiros de compartilhamento de riscos, temos acesso a informações e à tecnologia necessária para melhor desenvolver, fabricar e comercializar nossos produtos. Nosso objetivo é proteger nossos direitos de propriedade intelectual resultantes dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento técnico. Atualmente, somos titulares das patentes e pedidos de patente junto às autoridades competentes no Brasil, Estados Unidos, União Europeia, Rússia, Japão, Índia e China com relação às várias tecnologias de nossos produtos. Exigimos que nossos fornecedores e parceiros de compartilhamento de riscos respeitem os direitos de propriedade intelectual de terceiros, e acreditamos deter os direitos de propriedade intelectual necessários para conduzir o nosso negócio e operações.

Considerando nossos portfólios de patentes de utilidade e design, em 31 de dezembro de 2025, a Embraer havia depositado 987 pedidos de patentes e havia recebido 820 patentes, e a EVE havia depositado 35 pedidos de patentes e havia recebido 24 patentes.

Inovação

Pretendemos continuar investindo em soluções tecnológicas inovadoras e buscando oportunidades para transformar nossos negócios, produtos, serviços e mercados visando um futuro mais sustentável. Por meio de inovações e novas tecnologias, buscamos ganhar eficiência, flexibilidade e agilidade para obter vantagens competitivas.

As inovações que resultaram em produtos e serviços lançados nos últimos cinco anos foram responsáveis por 41,54% de nossas receitas em 2025. Acreditamos que a inovação é um elemento-chave para a competitividade e crescimento contínuo dos nossos negócios. Por esse motivo, temos uma vice-presidência dedicada à Estratégia Corporativa, Digital e Inovação, que se reporta diretamente ao nosso CEO.

Também implementamos Verticais de Inovação, focadas em pesquisa, tecnologia e inovação para acelerar os resultados do negócio, e cujo principal objetivo é organizar e priorizar os esforços e investimentos em inovação, ativando o melhor poder de uma visão corporativa comum e cocriada sobre modelos de negócios, nichos, tecnologias, produtos futuros, serviços e processos. As Verticais de Inovação integram nossos esforços de inovação em todos os segmentos de negócios, afiliadas e no Embraer-X, uma aceleradora de mercado comprometida com o desenvolvimento de soluções inovadoras. Nossas Verticais de Inovação atuais são: (i) Emissão Zero, (ii) Voo Autônomo, (iii) Inteligência Artificial, Ciência de Dados e Segurança Cibernética (iv) Indústria 4.0, (v) Competitividade de Célula, e (vi) Experiência do Passageiro.

A Embraer-X posicionou-se como uma incubadora de mercado comprometida com o desenvolvimento de soluções que possam impactar positivamente a sociedade global, como apoiar parcerias estratégicas no ecossistema de inovação acelerando a introdução de novas tecnologias e a transição energética na indústria da aviação, bem como spillovers beneficiando outros setores. Serve como uma conexão entre a Embraer e os ecossistemas globais de inovação, buscando continuamente identificar e desenvolver parcerias significativas que possam alavancar a estratégia global da empresa e contribuir para um futuro sustentável.

A Embraer-X fortaleceu as relações com a Holanda, inaugurando, em 2022, um escritório no Aerospace Innovation Hub@TUD, da Delft University of Technology (TU Delft). A posição estratégica da Embraer-X no Aerospace Innovation Hub@TUD serve de base para conectar-se continuamente ao ecossistema de negócios da instituição, como a nossa parceria de longa duração com a Royal NLR e também com a Iniciativa de Aviação Sustentável liderada pelo governo holandês. Também permitiu à Embraer-X estabelecer uma conexão com o ecossistema europeu mais amplo, formando vínculos com países como Áustria, Suíça, Finlândia, entre outros.

Em 2024, a Embraer-X estabeleceu escritórios no Vale do Silício e na área metropolitana de Boston, com o objetivo de expandir suas parcerias com empresas de tecnologia de ponta, investidores de risco e instituições acadêmicas e de pesquisa nos principais ecossistemas de inovação da América do Norte e do mundo. Fortalecendo o compromisso da Embraer com os objetivos de Aviação Sustentável, em 2024, a Embraer-X também celebrou parcerias relevantes com a Greentown Labs, a maior incubadora de climate tech da América do Norte, e a Sustainable Aero Lab, um hub de inovação que busca redução tangível da pegada climática da aviação, alavancando em ambos os casos inovação aberta em conexão com pesquisadores globais, empreendedores experientes, fundadores, profissionais da indústria e investidores. Beacon, o

segundo negócio acelerado pela Embraer-X depois da EVE, fez a transição para o segmento de Serviços e Suporte conectando-se aos esforços de transformação digital e ao portfólio de soluções digitais da Embraer em uma transação estratégica spin-in (incorporando Beacon em nosso segmento de Serviços e Suporte em vez de incorporando-o em nossa estrutura corporativa como uma entidade separada). O Beacon trouxe sinergia e integração com o nosso negócio atual, conectando operadores, serviços de manutenção e mecânicos de forma mais ágil e colaborativa, visando aumentar o número de parceiros e usuários na plataforma.

Além disso, nossa subsidiária Eve Holding cumpriu todos os marcos de 2025 que havia apresentado ao mercado, incluindo a conclusão de seu primeiro protótipo e as etapas iniciais dos testes em solo. Além disso, o primeiro protótipo de engenharia realizou seu primeiro voo em 19 de dezembro. A Eve também definiu com a ANAC a base de certificação e definiu a configuração de sua fábrica de eVTOL, e garantiu financiamento para esse projeto com o BNDES. Por fim, a Eve consumiu aproximadamente US\$203 milhões de caixa no ano passado, próximo ao limite inferior da orientação de US\$200 - US\$250 milhões que havia anunciado para 2025.

Além de acordos e parcerias, a Embraer-X também faz uso ativo de capital de risco. Além de acordos e parcerias, a Embraer-X também faz uso ativo de capital de risco. Conectada à Embraer Ventures, nosso veículo corporativo de capital de risco, e busca identificar e criar sinergias com startups de base tecnológica de alto impacto econômico e social. Atualmente, a Embraer Ventures implementa sua estratégia por meio de cinco fundos de venture capital: (i) o Brazil Aerospace Fund (FIP-AERO), (ii) Catapult Ventures I e (iii) Catapult Ventures II, sediados no Vale do Silício, (iv) Catapult Opportunities, que é um side fund do Catapult I, (v) MSW Multicorporate II, e (vi) United Airlines Ventures (UAV). Os temas tecnológicos cobertos pelos investimentos são nossas atuais verticais de inovação, entre outros. Além de ser acionista dos FIPs, a Embraer Ventures também investe diretamente em participações minoritárias em empresas.

Em fevereiro de 2024, anunciamos que havíamos aderido ao Sustainable Flight Fund, uma iniciativa da United Airlines Ventures criada para impulsionar a oferta e disponibilidade de SAF por meio de investimentos em start-ups inovadoras. A Embraer juntou-se a 22 outros parceiros de diferentes setores da indústria, além da United Airlines.

Para aprimorar capacidades de pesquisa aeronáutica pré-competitiva no Brasil e em outros países, a Embraer vem colaborando com várias organizações de pesquisa e tecnologia em todo o mundo. Essa parceria abrange uma ampla gama de tecnologias, incluindo Combustíveis Sustentáveis de Aviação (como hidrogênio), Eletrificação, Autonomia, Segurança de Voo, Manutenção Baseada em Condição de Aeronaves, Projeto de Aeronaves, Novos Materiais e Estruturas, Redução de Ruído, Sistemas Embarcados, Realidade Aumentada, Inteligência Artificial e Ciência de Dados, bem como Soluções de Manufatura Flexível

A Embraer e o Instituto Tecnológico de Aeronáutica — ITA formalizaram sua parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo — FAPESP em 2022, durante a celebração do 60º aniversário da FAPESP, com a aprovação da iniciativa FLYMOV. Oficialmente lançado em 14 de março de 2023, o FLYMOV é um Centro de Pesquisa Aplicada dedicado a investigar e desenvolver tecnologias inovadoras e potencialmente disruptivas no estágio pré-competitivo, visando transformar o futuro da mobilidade aérea. Aprimorar a prontidão tecnológica por meio de pesquisa básica e aplicada em tecnologias emergentes pode reduzir significativamente incertezas e riscos associados à geração de inovações para processos de produção, novos produtos e serviços. O FLYMOV atualmente reúne mais de 130 participantes, incluindo pesquisadores, engenheiros da Embraer e bolsistas nos níveis de graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado. Essa iniciativa ambiciosa visa estabelecer um novo benchmark para a competitividade da indústria aeroespacial nacional, ao mesmo tempo em que educa e treina profissionais que contribuirão para a evolução do ecossistema de mobilidade aérea do futuro. A agenda de pesquisa é estruturada em torno de cinco principais pilares tecnológicos, que são integrados em três domínios estratégicos de pesquisa: Emissão Zero, Sistemas Autônomos, e Projeto e Manufatura Avançados:

- Integração Aero-Propulsiva para Aeronaves Elétricas (APIE) | Emissão Zero;
- Controle de Máquinas para Propulsão Elétrica (MCEP) | Emissão Zero;
- Métodos de Decisão para Sistemas Autônomos (DMAS) | Sistemas Autônomos;
- Projeto Avançado para Manufatura Aditiva Metálica (ADAM) | Projeto e Manufatura Avançados;
- Montagem Final Inteligente de Aeronaves (IAFA) | Projeto e Manufatura Avançados.

Em junho de 2023, nós, por meio de nossa subsidiária Embraer Aircraft Holding, Inc., e a Nidec Motor Corporation, uma das principais fabricantes abrangentes de motores elétricos do mundo, composta por aproximadamente 340 empresas do grupo em todo o mundo, acordamos a formação de uma nova empresa denominada Nidec Aerospace, LLC, para o desenvolvimento e fabricação conjuntos de sistemas de propulsão elétrica para uso aeronáutico, incluindo para veículos de decolagem e pouso vertical, e para aeronaves de asa fixa. A transação foi concluída em 5 de outubro de 2023.

Criamos o “Mês da Inovação,” que visa fortalecer a cultura de inovação dentro da Embraer e preparar a Companhia para os próximos anos. Ao longo do mês de setembro de 2024, ocorreram quatro eventos interconectados: Innovation Day, Marathon Startup Program, Seminário Embraer de Tecnologia e Inovação (SETI) e HackaEmb (um evento por semana), todos os quais trouxeram discussões que moldam o futuro da Embraer, com mais de 19.000 acessos ao portal de comunicação interna do evento. O mês terminou com um evento para reconhecer empregados que se destacaram em programas internos de inovação e a equipe envolvida, com um total de 143 inovadores reconhecidos. Para a edição de 2025, no total, as iniciativas registraram mais de 25.556 acessos online, mais de 3.778 participantes presenciais e reconheceram 291 inovadores por suas contribuições.

Além disso, O Green Light é o nosso programa de empreendedorismo que avalia propostas inovadoras apresentadas voluntariamente pelos empregados e oferece disponibilidade de tempo, mentoria técnica e de negócios e recursos para que eles levem a ideia adiante até que sua viabilidade técnica e econômica seja comprovada. Em 2025, 25 projetos inovadores estavam em desenvolvimento.

Em maio de 2023, em parceria com a Saab, iniciamos a linha de produção do Gripen E no Brasil, em nossa unidade de Gavião Peixoto. Este foi um marco importante no programa de transferência de tecnologia e no nosso compromisso de trabalhar junto com a Saab em novas oportunidades de negócios. Nossa fábrica será responsável pela produção de 15 caças Gripen E, e as unidades montadas no Brasil serão entregues a partir de 2026.

Nossa estratégia de transformação digital inclui foco em habilitadores e projetos, garantindo que tenhamos as ferramentas e iniciativas necessárias para apoiar nossas metas estratégicas. Nos habilitadores, temos projetos relacionados à nossa arquitetura, pessoas, governança e tecnologia. Para acelerar a transformação digital aumentando o capital humano alinhado à nossa estratégia, lançamos dois novos programas de entrada: i) Programa de Especialização em Software (em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco, aprimorando conhecimentos de software embarcado e ciência de dados) e o (ii) Programa Social Tech (um programa de aceleração de carreira em tecnologia que oferece educação de qualidade a grupos sub-representados). Nos últimos três anos, mais de 1.700 estudantes se formaram nesses programas. Nossos projetos estão adotando uma abordagem orientada por dados, com o objetivo de aumentar nossa eficiência operacional. Isso envolve alavancar análise avançada e big data para tomar decisões informadas, otimizar processos e criar experiências personalizadas para nossos clientes. Ao integrar insights de dados às nossas operações, buscamos impulsionar inovação, melhorar eficiência e entregar maior valor aos nossos stakeholders. Em 2025, um destaque-chave foi o Smart Planning, uma ferramenta de dados projetada para tornar os processos da Embraer mais eficazes. Consiste em um dashboard interativo que fornece visibilidade sobre os materiais usados no processo de produção de nossas aeronaves, apoiando a equipe de planejamento na gestão de compras e níveis de estoque com maior previsibilidade em casos de escassez ou excesso de material, graças ao uso de inteligência artificial e um modelo de previsão.

D. Informações sobre Tendências

Informações Gerais

Nossa carteira total de pedidos firmes em 31 de dezembro de 2025 era de US\$31,6 bilhões, dos quais US\$14,5 bilhões eram do segmento de Aviação Comercial, US\$7,6 bilhões eram do segmento de Aviação Executiva, US\$4,9 bilhões eram do segmento de Serviços e Suporte e US\$4,6 bilhões eram do segmento de Defesa e Segurança. Nossa carteira total de pedidos firmes em 31 de dezembro de 2024 era de US\$26,3 bilhões, dos quais US\$10,2 bilhões eram do segmento de Aviação Comercial, US\$7,4 bilhões eram do segmento de Aviação Executiva, US\$4,6 bilhões eram do segmento de Serviços e Suporte e US\$4,2 bilhões eram do segmento de Defesa e Segurança. Nossa carteira total de pedidos firmes em 31 de dezembro de 2023 era de US\$ 18,7 bilhões, dos quais US\$ 8,8 bilhões eram do segmento de Aviação Comercial, US\$ 4,3 bilhões eram do segmento de Aviação Executiva, US\$ 2,5 bilhões eram do segmento de Defesa e Segurança e US\$ 3,1 bilhões eram do segmento de Serviços e Suporte.

A incerteza econômica continuará a desempenhar um papel na atitude e na filosofia de investimento dos setores público e privado. Possíveis compradores de jatos executivos em todo o mundo estão revisando seus fluxos de caixa e despesas de capital para proteger seu capital, o que está afetando os fundamentos e perspectivas de crescimento do mercado. Para obter mais informações, consulte o "Item 3. Informações-Chave—D. Fatores de Risco". Para mais informações sobre as tendências em nossos negócios, vide “Item 4. Informações sobre a Companhia—B. Visão Geral—

Estratégias de Negócios.” Para mais informações sobre os riscos que afetam o nosso negócio, vide “Item 3. Informações-Chave—D. Fatores de Risco”.

Segmento de Aviação Comercial

No segmento de Aviação Comercial, a ampla interrupção do tráfego aéreo causada pela COVID-19, que afetou as operações de nossos clientes em todo o mundo, só foi superada durante 2024, quando o tráfego global de companhias aéreas comerciais atingiu os níveis de 2019, conforme relatado pela IATA.

Para o mercado do E175, o mercado de aeronaves regionais nos Estados Unidos da América se restabeleceu após um período de escassez de disponibilidade de pilotos. Como resultado, voltamos a receber pedidos adicionais relevantes para esse tipo de aeronave. Acreditamos que esses pedidos devem reforçar a relevância do segmento como a espinha dorsal da rede dos Estados Unidos da América no futuro previsível.

Para o E190-E2 e o E195-E2, a demanda vem principalmente do crescimento dos mercados de turboélices, da complementação de fuselagem estreita e da substituição do modelo E1, este último tendo uma importância especial, uma vez que a presença de clientes no segmento é o nosso ativo mais relevante daqui para frente. Como o E2 foi lançado no início da vida útil do E1 devido a razões competitivas, a onda de substituição do E1 relevante deverá acontecer nos próximos anos e ser finalizada no final desta década.

A tabela a seguir resume nossa carteira de pedidos em nosso segmento de Aviação Comercial para qualquer tipo de aeronave para o qual havia pedidos em aberto em 31 de dezembro de 2025.

<u>Tipo de Aeronave</u>	Pedidos Firmes	Entregas	Backlog
EMBRAER 175	1.003	813	190
E190-E2	67	33	34
E195-E2	401	166	235
Total	1.471	1.012	459

As tabelas a seguir fornecem uma decomposição adicional de nossa carteira de pedidos de Aviação Comercial em 31 de dezembro de 2025 por cliente e país.

EMBRAER 175

Cliente	Pedidos Firmes	Entregues	Carteira de Pedidos Firmes
Air Canada (Canadá)	15	15	—
Air Lease (EUA)	8	8	—
Air Peace (Nigéria)	2	—	2
Alitalia (Itália)	2	2	—
American Airlines (EUA)	204	124	80
Belavia (Bielorrússia)	1	1	—
CIT (EUA)	4	4	—
ECC Leasing (Irlanda)*	1	1	—
Flybe (Reino Unido)	11	11	—
Fuji Dream (Japão)	2	2	—
GECAS (EUA)	5	5	—
Horizon Air / Alasca (EUA)	50	47	3
KLM (Países Baixos)	17	17	—
LOT Polish (Polônia)	12	12	—
Mauritânia Airlines (Mauritânia)	2	2	—
Mesa (EUA)	7	7	—
NAC / Aldus (Irlanda)	2	2	—
NAC/Jetscape (EUA)	4	4	—
Northwest (EUA)	36	36	—
Oman Air (Omã)	5	5	—
Overland Airways (Nigéria)	3	2	1
Republic Airlines (EUA)	187	158	29
Royal Jordanian (Jordânia)	2	2	—
Skywest (EUA)	288	219	69
Suzuyo (Japão)	11	11	—
TRIP (Brasil)	5	5	—
Não divulgado III	3	1	2
Air Cotê D'Ivoire (Costa do Marfim)	4	—	4
United Airlines (EUA)	110	110	—
Total	1.003	813	190

* Aeronave entregue pela ECC Leasing à Air Caraïbes.

E190-E2

Cliente	Pedidos Firms	Entregues	Carteira de Pedidos Firms
Aercap (Irlanda)	5	5	—
Air Kiribati (Quiribati)	2	1	1
Aircastle (EUA)	2	—	2
Azorra (EUA)	16	14	2
Helvetic (Suíça)	8	8	—
Wideroe (Noruega)	3	3	—
Mexicana (México)	10	—	10
Virgin Australia (Austrália)	4	—	4
Não informado	1	1	—
ANA (Japão)	15	—	15
Placar Linhas Aéreas (Brasil)	1	1	—
Total	67	33	34

E195-E2

Cliente	Pedidos Firms	Entregues	Carteira de Pedidos Firms
Aercap (Irlanda)	43	38	5
Air Peace (Nigéria)	16	5	11
Aircastle (EUA)	23	18	5
Azorra (EUA)	23	16	7
Azul (Brasil)	25	—	25
Binter Canarias (Espanha)	16	16	—
Helvetic (Suíça)	7	4	3
ICBC (China)	10	10	—
Salam Air (Omã)	6	—	6
Port (Canadá)	75	52	23
Mexicana (México)	10	5	5
Luxair (Luxemburgo)	6	1	5
SAS (Suécia)	45	—	45
LATAM (Chile)	24	—	24
Avelo (EUA)	50	—	50
Truenoord (Países Baixos)	20	—	20
Royal Jordanian (Jordânia)	2	1	1
Total	401	166	235

Segmento de Aviação Executiva

Em 2025, o mercado de aviação executiva continuou a crescer, apoiado por esforços para aumentar a capacidade de produção e alinhar melhor a oferta à demanda. As entregas globais da indústria cresceram em taxa de dois dígitos ano a ano, finalmente superando os níveis pré-pandemia de 2019 — um marco há muito adiado pela incerteza de mercado e restrições da cadeia de suprimentos. Alimentando expectativas de crescimento contínuo de curto prazo, a demanda permaneceu robusta em 2025, culminando em um forte fim de ano e sustentando o índice book-to-bill da indústria

próximo de 1, apesar de longos prazos de entrega e flutuações temporárias. Adicionalmente, a atividade de voo atingiu níveis recordes, mais notavelmente dentro da propriedade fracionada, impulsionada pela alta demanda por opções de viagem flexíveis e personalizadas. O segmento, que continuou a gerar novos pedidos, também sinalizou expansão além de sua base predominantemente norte-americana, refletindo forte momentum e indicando potencial significativo em novos mercados.

Nesse cenário, nossos jatos executivos se destacaram em todas as frentes. Como líder em crescimento de entregas nos últimos cinco anos segundo dados publicados pela GAMA, também alcançamos altos resultados de vendas e receita, mantendo disciplina de preços resiliente. Com desempenho book-to-bill superior em comparação com nossos pares e uma participação de mercado crescente de 33% em nossas classes, nosso portfólio capturou os benefícios de nossa filosofia centrada no cliente e esforços consistentes para escalar e nivelar a produção. Permanecemos focados em atender à crescente demanda por nossos produtos, que são reconhecidos por inovação, tecnologia e sustentabilidade.

Em 2025, entregamos 155 jatos, um crescimento de 19% nas entregas que levou a uma captura de participação de mercado de aproximadamente 33% em todas as classes de jatos.

Segmento de Defesa e Segurança

Em relação ao nosso segmento de Defesa e Segurança, esperamos um aumento nos gastos globais com defesa nos próximos anos, impulsionado pelo atual cenário geopolítico. Com nosso portfólio abrangente de produtos e presença global, acreditamos que a Companhia está bem posicionada para atender à demanda potencial em áreas como plataformas de aeronaves, software crítico, comando, controle, comunicações e inteligência (C4I), bem como sensores em todos os domínios — ar, mar, terra, espaço e cibernético.

Em 2023, nosso programa KC-390 Millennium alavancou oportunidades de mercado, incluindo a assinatura do contrato com a Coreia do Sul e sua seleção por Áustria, República Tcheca e Países Baixos.

Em 2024, assinamos contratos para fornecer o KC-390 Millennium a quatro clientes: Países Baixos, Áustria, República Tcheca e um cliente não divulgado. A aeronave também foi selecionada pela Suécia e Eslováquia.

Em 2025, o KC-390 Millennium alcançou seu primeiro pedido recorrente: Portugal encomendou uma aeronave adicional, mais 10 opções para nações aliadas. A plataforma também foi selecionada pela Lituânia.

À medida que uma parcela significativa da frota global de aeronaves militares de transporte tático se aproxima do fim de sua vida útil, acreditamos que o KC-390 Millennium está bem posicionado para capturar uma parcela significativa do mercado de substituição.

A Embraer também está avançando com um ramp-up industrial do programa KC-390/C-390 Millennium em resposta à demanda internacional em expansão e a uma base de clientes crescente. A administração destacou ações para melhorar a prontidão de produção, como reforçar a organização da cadeia de suprimentos, digitalizar processos e implantar ferramentas de monitoramento em tempo real para equilibrar melhor a produção nos próximos anos e aprimorar a colaboração com fornecedores.

O A-29 Super Tucano continua a ser o líder em seu segmento, de nossa perspectiva. Em 2025, recebemos pedidos firmes para um total de 10 aeronaves de três clientes: Uruguai, Panamá e Sierra Nevada Corporation (SNC). A plataforma A-29 Super Tucano é operada por 22 países, e espera-se que mantenha sua liderança estabelecida nesse mercado.

Segmento de Serviços e Suporte

No segmento de Serviços e Suporte, estamos confiantes de que a integração de uma perspectiva de frota em serviço com nossas iniciativas existentes de excelência empresarial posicionará o segmento para alcançar taxas de retorno mais altas. Essa estratégia envolve uma análise abrangente do ambiente de negócios externo em todas as dimensões, possibilitando a identificação de potenciais riscos operacionais. No geral, a combinação de crescimento da frota, base diversificada de clientes e iniciativas estratégicas posiciona o segmento de Serviços e Suporte para rentabilidade contínua.

E. Estimativas Contábeis Críticas

Para uma visão geral de nossas estimativas contábeis críticas, vide a Nota Explicativa [3](#) de nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas de 2025 incluídas em outra parte deste relatório anual.

Item 6. DIRETORES, ALTA ADMINISTRAÇÃO E EMPREGADOS

A. Diretores e Alta Administração

Nossa administração é realizada pelo Conselho de Administração, composto por no mínimo nove e no máximo onze membros (excluindo-se os suplentes). Nossa Diretoria é composta por no mínimo quatro e no máximo onze membros (cada um, um diretor executivo). Temos um Conselho Fiscal permanente, que é composto por no mínimo três e no máximo cinco membros e igual número de suplentes.

Não há relações familiares entre os membros de nosso conselho de administração, os membros de nossa diretoria executiva ou os membros de nosso conselho fiscal.

Conselho de Administração

Nosso Conselho de Administração reúne-se em sessões ordinárias oito vezes ao ano e em sessões extraordinárias quando convocadas pelo presidente. O Conselho de Administração é responsável, entre outras coisas, pela definição da orientação geral dos negócios e pela eleição e supervisão dos diretores.

Nosso Conselho de Administração é nomeado por nossos acionistas para um mandato de dois anos, a reeleição é permitida, e há três assentos nomeados da seguinte forma: (i) um membro e um membro suplente a serem nomeados pelo governo brasileiro, como titular da “golden share,” (ii) um membro e um suplente a serem nomeados pelo Clube de Investimentos dos Empregados da Companhia – CIEMB – Clube de Investimentos dos Empregados da Embraer, e (iii) um membro e um suplente a serem nomeados pelos empregados não acionistas da Companhia. Os oito membros restantes são eleitos de acordo com regras de votação por chapa, ou voto cumulativo, conforme nosso estatuto social. Para mais informações sobre as regras e procedimentos de nomeação e eleição dos membros do conselho de administração, vide “Item 10. Informações Adicionais—B. Atos Constitutivos e Estatuto Social—Conselho de Administração—Eleição dos Membros do Conselho de Administração”. Não há idade prevista para a aposentadoria obrigatória de nossos conselheiros.

Segundo o Regulamento de segmento de listagem do Novo Mercado, os conselheiros comprometeram-se a cumprir não somente o Regulamento do Novo Mercado, mas também o regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado da B3 antes de tomar posse dos cargos. Para tanto, os conselheiros devem celebrar um termo de posse.

A tabela a seguir apresenta os nomes, idades, cargos e ano da primeira eleição, seguida de um breve currículo dos membros do nosso conselho de administração, na data deste relatório anual:

Nome	Idade	Cargo	Ano da Primeira Eleição
Raul Calfat	73	Presidente	2017
Claudia Sender Ramirez	51	Vice-Presidente	2021
Dan Ioschpe	61	Membro	2020
Kevin Gregory McAllister	62	Membro	2021
Mauro Kern Júnior	65	Membro	2025
Márcio Fernando Elias Rosa	63	Membro	2023
Nelson Pedreiro	62	Membro	2025
Todd Messer Freeman	66	Membro	2021
Maurício Augusto Silveira de Medeiros	61	Membro	2025
Maria Antonieta Rosina Tedesco de Oliveira Pego	63	Membro	2015
Edmilson Saes	64	Membro	2023 ⁽¹⁾

(1) Indicado membro do conselho de administração também de 2019 a 2021.

Raul Calfat. O Sr. Calfat é formado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). O Sr. Calfat é membro independente e presidente de nosso conselho de administração e atua como membro do Comitê de Estratégia e Inovação e do Comitê de Pessoas e ESG. Ele é membro independente do Conselho de Administração da Itaúsa desde maio de 2023 e Presidente do Conselho de Administração desde abril de 2024, membro independente do Conselho de Administração da China Three Gorges Brasil desde janeiro de 2021 e membro independente do Conselho de Administração da Aegea Saneamento e Participações S.A. desde abril de 2024. O Sr. Calfat foi diretor-presidente da Votorantim S.A. até dezembro de 2013 e Presidente do Conselho de Administração da Votorantim S.A. de janeiro de 2014 até abril de 2019, presidente do Conselho de Administração da Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A. de setembro de 2018 a abril de 2025 e membro independente do Conselho de Administração da Fleury S.A de maio de 2021 a abril de 2023.

Claudia Sender Ramirez. Claudia Sender Ramirez. A Sra. Ramirez é bacharel em Engenharia Química pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, título obtido em 1998, e possui MBA pela Harvard Business School, obtido em 2002. Ela foi reconhecida pelo Fórum Econômico Mundial como uma Jovem Líder Global em 2014. A Sra. Ramirez é membro independente de nosso Conselho de Administração, vice-presidente de nosso Conselho de Administração, coordenadora do Comitê de Pessoas e ESG e membro do Comitê de Auditoria, Riscos e Ética. Ela é membro do Conselho de Administração de empresas listadas no Brasil e na Europa, como Gerdaul no Brasil, Telefônica na Espanha e Holcim na Suíça. Além disso, a Sra. Ramirez é membro do Conselho de Administração de várias ONGs, como Ensina Brasil, Amigos do Bem, Hospital Israelita Albert Einstein e Gastromotiva. Antes de atuar como membro do conselho, a Sra. Ramirez foi Presidente e CEO da LATAM Airlines Brasil e Diretora de Clientes da Latam globalmente. Ela começou sua carreira na TAM em dezembro de 2011. Trabalhou por sete anos com bens de consumo na Whirlpool no Brasil, principalmente nas áreas de marketing e desenvolvimento de produtos. Antes de ingressar na Whirlpool, ela foi consultora na Bain & Company por sete anos, trabalhando em vários setores e países.

Dan Ioschpe. O Sr. Ioschpe é formado em Jornalismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 1986, com especialização em marketing pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM, São Paulo), em 1988, e MBA pela Amos Tuck School, Dartmouth College, em 1991. O Sr. Ioschpe é membro independente de nosso Conselho de Administração desde maio de 2020, coordena nosso Comitê de Auditoria, Riscos e Ética e é membro de nosso Comitê de Pessoas e ESG. Ele é presidente do Conselho de Administração da Iochpe- Maxion S.A., membro independente do conselho de administração da WEG S.A. e Marcopolo S.A., Vice-Presidente do IEDI, membro do conselho do Sindipeças e SESI/SP e Vice-Presidente da FIESP.

Edmilson Saes. O Sr. Saes é formado em Engenharia Civil pela Universidade do Vale do Paraíba, com pós-graduação em gestão estratégica de negócios pelo Instituto Nacional de Pós-Graduação (INPG) em 2000, curso de projeto de aeronaves pela Universidade de Kansas em 2001 e curso de conselheiro de administração pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa em 2019. Ele é engenheiro de desenvolvimento de produtos na Embraer. Ele é funcionário da Empresa desde março de 1982, com ampla experiência na área de engenharia de desenvolvimento de produtos e gerenciamento de programas. Membro nomeado pelos empregados não acionistas da Companhia para nosso conselho de administração de abril de 2019 a abril de 2021, de 2023 a 2025, e de 2025 a 2027. Desde 2016 o Sr. Saes é responsável pelo nosso laboratório de experimentação de engenharia. Atuou na área de projetos de desenvolvimento de produtos até 1999, e como engenheiro de gerenciamento de programas de 2000 a 2015, com foco em gestão técnica e gestão de equipes para desenvolvimento de produtos. Em 2007 foi o responsável pela inscrição do Programa Phenom 100 no prêmio FINEP de inovação tecnológica, o que nos levou a ser premiados na categoria de produto inovador, que foi nosso primeiro prêmio nesta categoria e nos levou a conquistar muitos outros prêmios, O Sr. Saes também é voluntário no Instituto Embraer desde 2021, trabalhando com o Colégio Embraer, que fornece palestras e coordena visitas guiadas à Companhia para estudantes.

Kevin Gregory McAllister. O Sr. McAllister tem bacharelado pela University of Pittsburgh, em Engenharia Metalúrgica e de Materiais, obtido em 1987. O Sr. McAllister traz mais de 30 anos de experiência na indústria aeroespacial através de seus mandatos na Howmet Corporation, GE Aviation e na Boeing Company. Ele tem 27 anos de experiência em motores na GE, complementados por quase três anos de experiência na Boeing, atuando como Presidente e CEO da Boeing Commercial Airplanes. Ele é certificado como Six Sigma Master Black Belt, com entendimento de eficiência operacional e excelência. A experiência atual do Sr. McAllister como senior operating partner na firma de private equity AE Industrial Partners lhe proporcionou uma exposição muito mais ampla à indústria, particularmente no que se refere a novos mercados e tecnologias, como satélites, espaço e eVTOL. O Sr. McAllister é membro independente de nosso Conselho de Administração desde setembro de 2021, atua como membro de nosso Comitê de Estratégia e Inovação, também membro do Conselho de Administração da Firefly Aerospace INC e anteriormente atuou como Presidente do Conselho de Administração da ORBIS International, uma organização global sem fins lucrativos dedicada a preservar e restaurar a visão em todo o mundo. Além disso, atuou em vários cargos em outras empresas ou organizações do terceiro setor, foi membro do

Conselho de Administração da Washington Roundtable and Challenge Seattle, organização que reúne executivos seniores para mudanças positivas nas políticas que apoiam uma vibrante economia do estado de Washington e atuou como Presidente do Conselho de Governadores do Wings Club, a principal sociedade global de profissionais de aviação e um fórum líder para questões de aviação desde 1942.

Maria Antonieta Rosina Tedesco de Oliveira. A Sra. Oliveira Pego possui bacharelado em Economia pela Universidade do Vale do Paraíba, em São José dos Campos, concedido em 1984; bacharelado em Administração de Empresas pela Universidade de Taubaté, concluído em 1986; bacharelado em matemática pela Universidade Bandeirante, obtido em 1999; pós-graduação em Administração pela Universidade Campos Sales, obtida em 1994; e pós-graduação em Contabilidade e Planejamento Tributário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, concluída em 2013. A Sra. Oliveira Pego é membro efetivo do Conselho de Administração da Embraer desde abril de 2025, tendo anteriormente atuado como membro suplente de 2015 a 2025, nomeada pelos representantes do Clube de Investimentos dos Empregados da Embraer (CIEMB). Ela também ocupou o cargo de diretora tributária sênior desde outubro de 2020.

Márcio Fernando Elias Rosa. O Sr. Rosa é formado em Direito pela Instituição Toledo de Ensino de Bauru-SP, mestre e doutor em Direito do Estado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, exerceu docência (direito administrativo e proteção coletiva) e foi membro do Conselho Ministério Público de São Paulo entre 1986 e 2018. Foi Secretário de Justiça e Cidadania do Governo do Estado de São Paulo (2016-2018) e presidente da Fundação Casa. No Ministério Público do Estado de São Paulo, foi nomeado Procurador-Geral do Estado por dois mandatos. No Ministério Público do estado de São Paulo foi também procurador de Justiça dos Direitos Difusos e Coletivos e promotor da justiça e da cidadania. Por fim, é secretário executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). Como advogado, ele atuou como consultor jurídico para empresas e com operações no Brasil e no exterior na área de direito ambiental e responsabilidade civil. Atuou como perito perante os tribunais ingleses, alemães e holandeses em uma ação de responsabilidade civil. Ele também assessorou empresas de capital aberto sobre procedimentos de compliance. O Sr. Rosa é membro do nosso Conselho de Administração desde abril de 2023 e também atua como membro do Comitê de Estratégia e Inovação.

Maurício Augusto Silveira de Medeiros. O Sr. Medeiros é Diretor-Geral do Departamento de Controle do Espaço Aéreo desde fevereiro de 2025. Ele atuou como Diretor-Geral do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial de março de 2022 a fevereiro de 2025 e como Comandante do Primeiro Comando Aéreo Regional de fevereiro de 2021 a fevereiro de 2022. De fevereiro de 2019 a março de 2021, ele atuou como Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas Brasileiras. O Sr. Medeiros possui Bacharelado em Ciências Aeronáuticas com qualificação em Aviação Militar pela Academia da Força Aérea. Ele concluiu o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais e o Curso de Comando e Estado-Maior. Possui pós-graduação em Gestão Administrativa pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e Mestrado em Defesa em Gestão, Comando e Estratégia, e também recebeu o Brevet de Estudos Militares Avançados na École de Guerre – Paris/França. O Sr. Medeiros recebeu várias condecorações, entre elas: Mérito Aeronáutico – Grã-Cruz, Mérito Rio Branco – Grã-Cruz, Mérito da Defesa – Grande-Oficial, Mérito Naval – Grande-Oficial, Mérito Militar – Grande-Oficial, Mérito Judiciário Militar – Alta Distinção, entre outras. O Sr. Medeiros foi nomeado em setembro de 2025, pelo Governo Federal Brasileiro, como titular da Golden Share, como membro efetivo do Conselho de Administração da Embraer S.A. e foi membro suplente de abril de 2024 a setembro de 2025.

Mauro Kern Junior. O Sr. Kern possui graduação em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ao longo de sua carreira de 40 anos na indústria aeroespacial, passou 13 anos na Embraer como Vice-Presidente C-level. Durante seu mandato, foi responsável pelo desenvolvimento de novas aeronaves da Embraer em Aviação Comercial, Aviação Executiva e Defesa, liderando uma equipe de 6.000 engenheiros e técnicos dedicados ao desenvolvimento de produtos e tecnologia. Também atuou como Chief Operating Officer, supervisionando uma equipe de 12.000 pessoas, e chefiou a Unidade de Negócios de Aviação Comercial da Embraer. O Sr. Kern foi eleito como membro independente de nosso Conselho de Administração em abril de 2025 e também atua como coordenador do Comitê de Estratégia e Inovação.

Nelson Pedreiro. O Sr. Pedreiro possui bacharelado e mestrado em Engenharia Aeronáutica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica, bem como PhD e pós-doutorado em Aeronáutica e Astronáutica pela Stanford University nos Estados Unidos. Por 28 anos, ocupou vários cargos na Lockheed Martin (LM), incluindo Vice-Presidente e Engenheiro-Chefe da LM Space, Vice-Presidente do LM Advanced Technology Center e Engenheiro-Chefe de Mísseis Estratégicos e de Defesa. Atualmente ocupa o cargo de Senior Vice President of Hardware na Zoox, uma empresa que desenvolve veículos autônomos. O Sr. Pedreiro é membro da National Academy of Engineering nos Estados Unidos, membro do Space Studies Board, Fellow do American Institute of Aeronautics and Astronautics (AIAA), Senior Member do Institute of Electrical and Electronics Engineers (IEEE) e fundador do Industrial Relations Committee do Committee on Space Research (COSPAR).

Ele foi eleito como membro independente de nosso conselho de administração em abril de 2025 e também atua como membro do Comitê de Estratégia e Inovação.

Todd Messer Freeman. O Sr. Freeman possui MBA em Finanças & Planejamento Estratégico pela The Wharton School e M.A. em Estudos Internacionais pela University of Pennsylvania. Ele também foi membro do Lauder Institute of Management and International Studies enquanto estava na Universidade da Pensilvânia. Ele recebeu seu diploma de bacharel em Contabilidade e Finanças pela Lehigh University em 1982. O Sr. Freeman traz mais de 30 anos de experiência global na indústria da aviação. Ele acumulou experiência na JP Morgan, Airbus e GE Aircraft Engines, mas a maior parte de sua carreira foi focada no setor global de leasing de aeronaves. Ele ocupou vários cargos de liderança comercial na GECAS, incluindo 12 anos liderando os negócios de aeronaves regionais da GECAS. Ele tem um profundo conhecimento do mercado de aeronaves regionais e do cenário competitivo. De 2019 a 2021, o Sr. Freeman atuou como consultor especial do presidente da Nordic Aviation Capital, a maior locadora de aeronaves regionais da época. Freeman ocupa e ocupou diversos cargos em outras empresas, instituições de caridade ou organizações do setor de aviação, como segue: Presidente do conselho da Airlink, uma organização humanitária voltada para a aviação; membro do conselho da Mubadala Infrastructure Partners; presidente do conselho da ISTAT Foundation; membro do conselho da Regional Airline Association (EUA); membro do conselho da European Regions Airline Association; membro do conselho da GRA, Inc (consultoria para companhias aéreas/aeroportos). Ele também é um instrutor de voo ativo certificado pela FAA e piloto voluntário da Angel Flight. O Sr. Freeman é membro independente do Conselho de Administração da Embraer S.A. desde setembro de 2021 e membro do Comitê de Pessoas e ESG da Embraer.

Comitês do Conselho

Três comitês foram formados para auxiliar o Conselho de Administração em seus deveres e responsabilidades: o Comitê de Estratégia e Inovação, o Comitê de Auditoria, Riscos e Ética e o Comitê de Pessoas e ESG. Para mais informações, consulte “—C. Práticas do Conselho” abaixo.

Diretores

Nossos diretores são responsáveis pela administração cotidiana da companhia. Suas responsabilidades são estabelecidas pelo nosso estatuto social e pelo conselho de administração. Os diretores são eleitos pelo conselho de administração com mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição. Para a destituição de um membro da diretoria, é necessário o voto de pelo menos sete conselheiros. De acordo com o nosso estatuto social, nossos diretores não podem acumular o cargo de conselheiro.

Segundo o Regulamento do Novo Mercado, os conselheiros comprometeram-se a cumprir não somente o Regulamento do Novo Mercado, mas também o regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado da B3 antes de tomar posse dos cargos. Para tanto, os conselheiros devem celebrar um termo de posse.

A tabela a seguir apresenta os nomes, idades, cargos e ano da primeira eleição, seguida de um breve currículo dos membros da diretoria na data deste relatório anual:

Nome	Idade	Cargo	Ano da Primeira Eleição
Francisco Gomes Neto	67	Presidente e Diretor-Presidente	2019
Antonio Carlos Garcia	60	Vice-Presidente Executivo - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	2020
Luis Carlos Marinho da Silva	54	Vice-Presidente Executivo, Operações	2023
Roberto de Deus Chaves	51	Vice-Presidente Executivo, Compras Globais e Suprimentos	2023

Francisco Gomes Neto. O Sr. Gomes Neto é formado em Engenharia Elétrica pela Universidade de Mogi das Cruzes (UMC), em 1981 e possui MBA em Controladoria e Finanças pela Universidade de São Paulo (USP), em 2001. Também concluiu os cursos de especialização em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 2000, e Finanças e Gestão de Riscos pela St. John's University em 2002, e concluiu os programas de educação executiva na University of Michigan em 2002 e no Instituto Brasileiro de Governança (IBGC) em 2018. O Sr. Gomes Neto atua como nosso Presidente e Diretor Presidente desde maio de 2019. Possui vasta experiência em cargos de administração, tendo ocupado cargos de CEO por cerca de 20 anos no setor de transportes no Brasil e no exterior. O Sr. Gomes Neto atuou como

CEO do Grupo Marcopolo, um dos principais fabricantes de carrocerias de ônibus do mundo, liderando o processo de transformação da companhia, gerando um forte crescimento nas vendas e valor de mercado para o negócio. Também atuou como CEO das Américas da +Hummel e foi Presidente da Knorr Bremse, companhia líder em sistemas comerciais de controle de veículos.

Antonio Carlos Garcia. O Sr. Garcia graduou-se em Contabilidade pelas Faculdades Integradas Campos Salles em 1989, e completou o MBA em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC – SP) em 1999. Além disso, o Sr. Garcia possui um MBA na Duke University do Programa de Gestão da Siemens em 2001. Ele também participou do ThyssenKrupp Executive Program na Harvard Business School em 2011 e, em 2023, o Sr. Garcia concluiu o CFO Leadership Program na Harvard Business School. O Sr. Garcia foi eleito Vice-Presidente Executivo Financeiro e de Relações com Investidores da Embraer em 1º de janeiro de 2020. Desde julho de 2020 ele também é responsável pelo departamento de Compras. O Sr. Garcia trabalhou na ThyssenKrupp, onde atuou como CFO global da unidade de negócio Forged Technologies, na Alemanha. Anteriormente, trabalhou por seis anos no Grupo ZF no Brasil e mais de dezoito anos no Grupo Siemens, onde atuou em diversos segmentos de negócios.

Luis Carlos Marinho da Silva. O Sr. Marinho foi nosso vice-presidente de operações de 29 de julho de 2020 a maio de 2023 e vice-presidente executivo de operações desde 5 de maio de 2023, sendo responsável por definir e implementar todas as melhorias de desempenho da organização operacional. Ele tem grande experiência na implementação da filosofia lean no setor aeronáutico, com foco no aumento da produtividade, simplificação de processos e estabelecimento de uma cultura de excelência na produção, logística, estratégia e planejamento, agregando valor ao cliente. Iniciando sua carreira na Embraer em 1999, o Sr. Marinho tornou-se diretor administrativo da ELEB em 2014. Antes disso, atuou como gerente de engenharia de fabricação na unidade GPX e como gerente de logística em subcontratados e supervisor de logística de 2004 a 2008. Ele também foi responsável pela manutenção e pela qualidade da engenharia aviônica durante 8 anos na VASP. O Sr. Marinho é bacharel em Engenharia Elétrica e tem mestrado em Administração de Empresas e curso de Finanças e Contabilidade para executivos não financeiros na Universidade de Stanford.

Roberto de Deus Chaves. O Sr. Chaves é o Vice-Presidente Executivo de Compras Globais & Cadeia de Suprimentos, sendo responsável pelo relacionamento estratégico de longo prazo com fornecedores e parceiros, fortalecendo ainda mais a colaboração e desempenho, bem como trazendo mais valor para nossos negócios conjuntos e ajudando a Embraer a capturar todo o seu potencial. Ele ingressou em nós em 2001 e ocupou múltiplos cargos de alta gestão na área de Cadeia de Suprimentos, incluindo uma experiência internacional em nossa antiga JV em Harbin-China, bem como Head de Procurement nos mais recentes desenvolvimentos de aeronaves, como os Programas Phenom, Praetor e E2. Mais recentemente, o Sr. Chaves vem liderando nossa Organização de Serviços Compartilhados, o Commercial Aviation Carve-Out Program Office, e em 2023 foi nomeado Vice-Presidente Executivo de nossa organização Global Procurement & Supply Chain. Ele também é membro do Conselho de Administração da Embraer Prev e da EZAir Interior Limited. O Sr. Chaves possui bacharelado em Engenharia Mecânica, bem como especialização em Marketing e MBA em Administração de empresas, e antes da Embraer trabalhou para SKF e General Motors.

B. Remuneração

Visão geral

Os membros do conselho de administração, diretoria e conselho fiscal recebem uma remuneração fixa. Além disso, nossos diretores são elegíveis para participar de nosso plano executivo de participação nos lucros e resultados, que prevê uma remuneração variável com base no desempenho individual e no nosso desempenho, limitada a um percentual de nosso lucro líquido do exercício.

Em 2025, a remuneração agregada que pagamos aos membros do conselho de administração, do comitê de auditoria, riscos e ética, e aos diretores executivos por serviços em todas as capacidades foi de US\$17,39 milhões, dos quais US\$2,76 milhões relacionados a membros do conselho de administração e US\$14,62 milhões relacionados aos diretores executivos. No mesmo período, pagamos US\$ 0,21 milhão aos membros do conselho fiscal.

Em 2025, membros de nossos comitês do conselho de administração, incluindo nosso comitê de auditoria, riscos e ética, receberam remuneração adicional agregada de US\$0,68 milhões, que está incluída no valor agregado acima mencionado de US\$2,76 milhões pago como remuneração.

Além disso, em 2025, contribuímos com US\$ 0,12 milhão para o pagamento de benefícios de pensão a nossos executivos. Os membros do conselho de administração e conselho fiscal não têm direito a esses benefícios. Os membros do conselho de administração, conselho fiscal e diretoria não receberam remuneração, incluindo benefícios, de nenhuma de nossas subsidiárias. Em 31 de dezembro de 2025, nenhum membro do conselho de administração, conselho fiscal e diretoria tinha participação financeira ou de qualquer outra natureza em nossas operações fora do curso normal dos negócios.

Em 2025, a remuneração anual máxima, média e mínima paga a um membro individual de nosso conselho de administração foi de US\$0,43 milhões, US\$0,20 milhões e US\$0,11 milhões, respectivamente.

Em 2025, a remuneração anual máxima, média e mínima paga a um membro individual de nossa diretoria executiva foi de US\$8,57 milhões, US\$3,66 milhões e US\$0,97 milhões, respectivamente.

Em 2025, a remuneração anual máxima, média e mínima paga a um membro individual de nosso conselho fiscal foi de US\$52,06 mil, US\$42,54 mil e US\$40,16 mil, respectivamente.

Plano de Incentivo de Longo Prazo no Modelo de Phantom Shares

Em fevereiro de 2014, adotamos um novo plano de incentivo de longo prazo em linha com nossa política de remuneração. Esse plano baseia-se na concessão de ações virtuais a diretores e administradores e seu objetivo é atrair e reter pessoal altamente qualificado para garantir a continuidade da administração e o alinhamento dos interesses dos diretores e do pessoal-chave da Empresa com os dos acionistas. Os valores distribuídos são definidos com referência ao mercado, de acordo com as condições descritas no plano. Em geral, os participantes do plano têm direito a receber duas classes de ações virtuais, 50% na forma de ações virtuais restritas e 50% na forma de ações virtuais de desempenho vinculadas a metas de desempenho. O valor do incentivo de longo prazo é pago por meio da conversão das ações virtuais em reais, pela cotação média das ações de emissão da Companhia nos dez últimos pregões anteriores à respectiva data de conversão e a partir do terceiro aniversário da data de concessão.

O objetivo do nosso plano de incentivo de longo prazo é atrair e reter pessoal altamente qualificado e permitir que aqueles que possam contribuir para nosso desempenho tenham a oportunidade de participar de nossos lucros. Os incentivos do plano destinam-se a promover a continuidade entre nossa administração e o alinhamento dos interesses entre nossos executivos e acionistas.

A tabela abaixo apresenta informações sobre as concessões do plano de ações fantasmas com ações virtuais em circulação em 31 de dezembro de 2025.

Ano de Concessão	Benefício Total Concedido (em milhões de R\$)	Número de Ações Virtuais Concedidas	Valor Justo das Ações em 31 de dezembro de 2025 ⁽¹⁾ (em milhões de R\$)	Número de Ações em Circulação em 31 de dezembro de 2025 ⁽²⁾
24 de março de 2020	27,7	1.633.741	—	0
11 de março de 2022	40,4	2.292.434	—	0
5 de setembro de 2022	187,1	13.621.919	670,5	13.611.375
18 de novembro de 2022	78,7	4.494.033	275,0	4.530.448
9 de março de 2023	56,7	3.471.772	287,2	3.524.725
13 de setembro de 2023	33,3	1.802.095	75,5	1.761.825
8 de fevereiro de 2024	89,8	4.088.971	146,3	3.973.406
14 de março de 2024	58,2	2.537.146	131,6	2.494.946
13 de março de 2025	65,7	1.042.952	25,0	1.042.952

(1) Refere-se ao valor justo estimado do total de ações virtuais concedidas em cada data de concessão.

(2) Refere-se às ações virtuais em circulação em 31 de dezembro de 2025, considerando os respectivos períodos de aquisição e menos as ações virtuais já pagas aos beneficiários.

Em 2024, celebramos contratos de equity swap de 18 meses com o Banco Santander S.A. Sob esses contratos, receberemos a variação de preço (mais quaisquer distribuições) sobre 3.290.230 de nossas ações ordinárias e pagaremos juros em valor equivalente à taxa CDI mais 0,80% ao ano sobre o valor notional. Também celebramos contratos de equity swap de 12 meses com o Banco Itaú S.A. em dezembro de 2024. Sob esses contratos, receberemos a variação de preço (mais quaisquer distribuições) sobre 4.032.300 de nossas ações ordinárias e pagaremos juros em valor equivalente à taxa

CDI mais 0,70% ao ano sobre o valor nominal. Além disso, em novembro de 2025, nosso Conselho de Administração aprovou a celebração de acordos derivativos adicionais de equity swap liquidados em dinheiro, com Banco Itaú Unibanco S.A., usando nossas ações ordinárias como referência, com liquidação ocorrendo dentro de um prazo máximo de 12 meses a partir de 7 de novembro de 2025 e com exposição máxima de até 10.932.998 ações ordinárias (sujeita aos limites estabelecidos na Resolução CVM nº 77/22). Sob tais acordos, receberemos a variação de preço relacionada às nossas ações ordinárias negociadas na B3 (mais quaisquer dividendos distribuídos sobre tais ações) e pagaremos um valor equivalente à taxa CDI mais um spread durante o prazo dos acordos. Celebramos esses acordos de equity swap para mitigar flutuações no preço de mercado de nossas ações ordinárias em vista de pagamentos a serem feitos no âmbito de nossos planos de incentivo de longo prazo (phantom shares). Em conexão com a recompra de ações em março de 2026, esses contratos de swap celebrados com o Banco Itaú Unibanco S.A. foram encerrados. Para mais informações sobre os acordos de equity swap, consulte as notas [7](#) e [36.3](#) de nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas de 2025.

Para obter mais informações sobre nosso plano Phantom Shares, vide a Nota Explicativa [25](#) de nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas de 2025.

Política de Remuneração Variável de Curto Prazo

Nossa política de remuneração variável de curto prazo foi elaborada para promover a retenção de executivos e alinhar seus interesses aos interesses de nossos acionistas. As metas de maior impacto e importância para a nossa companhia recebem um peso maior.

Plano de Participação nos Lucros e Resultados para Empregados

Em 2020, aprovamos um novo plano de participação nos lucros que vinculou a participação nos lucros dos funcionários, como percentual do salário mensal do funcionário, ao cumprimento de metas corporativas, como fluxo de caixa livre e margem operacional. Para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, distribuimos US\$55,8 milhões, US\$44,5 milhões e US\$33,4 milhões, respectivamente, a nossos empregados no âmbito de nosso plano de participação nos lucros.

Plano de Previdência de Contribuição Definida

Oferecemos aos nossos colaboradores um plano de previdência de contribuição definida cuja participação é opcional. O plano é administrado pela EMBRAER PREV – Sociedade de Previdência Complementar. Os aportes que fizemos para este plano nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023 foram de US\$19,9 milhões, US\$17,8 milhões e US\$17,3 milhões, respectivamente. Para obter informações adicionais sobre nossos benefícios pós-aposentadoria, vide a Nota Explicativa [24.2](#) de nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas de 2025.

Os estudos de gerenciamento de risco são realizados anualmente para identificar a exposição futura a ser registrada como provisão. A provisão registrada do plano de benefícios médicos no Brasil totalizou US\$36,5 milhões, US\$31,6 milhões e US\$46,1 milhões em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, respectivamente.

Os métodos atuariais utilizados estão de acordo com os métodos atuariais geralmente aceitos em vigor, de acordo com o método de crédito unitário projetado.

Seguro de Responsabilidade Civil (D&O)

Contratamos seguro de responsabilidade de conselheiros e diretores no valor de US\$ 50,0 milhões. O seguro cobre responsabilidade por atos ilícitos, inclusive qualquer ação ou omissão ou tentativa de ação ou omissão por qualquer diretor ou conselheiro no exercício de sua função ou qualquer alegação contra um diretor ou conselheiro exclusivamente em função de seu cargo.

De acordo com nosso estatuto social, podemos celebrar acordos ou aprovar políticas de indenização abrangendo os membros de nosso conselho de administração, conselho fiscal, diretoria e comitês ou de nossas empresas controladas, bem como alguns de nossos empregados ou os empregados de nossas sociedades controladas, pelas quais concordamos em arcar ou reembolsar certas despesas, custos e danos efetivamente incorridos pelos beneficiários, durante ou após o período de sua relação conosco, relacionados à arbitragem, processos judiciais ou administrativos, envolvendo atos

praticados em exercício das funções dos beneficiários, desde a data da sua posse ou início do vínculo empregatício conosco, conforme o caso.

C. Práticas do Conselho

Visão geral

Os membros do conselho de administração são eleitos para um mandato de dois anos. Vide “—A. Diretores e Alta Administração —Conselho de Administração”.

Os atuais diretores executivos foram eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato até a reunião de nosso conselho de administração a ser realizada após a assembleia geral anual de nossos acionistas em 2027. Os membros do conselho de administração e diretoria são eleitos para um mandato de dois anos e podem ser reeleitos. Para a destituição de um diretor, é necessário o voto de pelo menos sete conselheiros. Vide “6A. Diretores e Alta Administração - Conselheiros.” Nenhum de nossos conselheiros tem contrato de trabalho que disponha sobre benefícios após a vigência do contrato. Todos os diretores celebraram contratos de serviço que dispõem sobre seus direitos e obrigações.

Comitê de Auditoria, Riscos e Ética

Nosso Comitê de Auditoria, Risco e Ética não tem poder executivo e deve ter no mínimo três e no máximo cinco membros, dos quais (i) a maioria de seus membros deve ser independente do conselho de administração, (ii) pelo menos um deve ser um membro externo, de acordo com nossos estatutos, e (iii) pelo menos um deve ter experiência reconhecida em questões de contabilidade corporativa. Um membro do Comitê de Auditoria, Risco e Ética pode atender a ambos os requisitos de ser um membro independente do conselho de administração com experiência reconhecida em assuntos de contabilidade corporativa ou ser um Membro Externo com experiência reconhecida em assuntos de contabilidade corporativa. A principal função do Comitê de Auditoria, Riscos e Ética é assessorar o conselho de administração. O Comitê de Auditoria, Riscos e Ética é responsável pela validação e envio ao conselho de administração das diretrizes da política de riscos, verificação do cumprimento da política de gestão de riscos, supervisão das atividades exercidas pelos auditores independentes e monitoramento da qualidade e integridade dos nossos controles internos e demonstrações financeiras. O Comitê de Auditoria, Riscos e Ética é atualmente composto por três conselheiros independentes e um membro externo.

Emissores privados estrangeiros estão sujeitos à legislação local, que pode proibir que os membros do conselho de administração deleguem determinadas atribuições ao comitê de auditoria, de acordo com a Rule 10A-3 do Securities Exchange Act. Os comitês de auditoria de emissores privados estrangeiros podem exercer funções de assessoria referentes a determinadas atribuições de acordo com a lei aplicável. Em função de determinadas restrições impostas pela Lei das Sociedades por Ações, nosso Comitê de Auditoria, Riscos e Ética, ao contrário dos comitês de auditoria dos Estados Unidos, exerce apenas a função de assessoria e pode fazer somente recomendações a serem adotadas por todos os membros do conselho de administração, que é responsável pelo voto e decisão final. Por exemplo, nosso Comitê de Auditoria, Riscos e Ética faz recomendações relativas à indicação de empresas de auditoria, cuja escolha está sujeita à aprovação do conselho de administração. Nosso Comitê de Auditoria, Riscos e Ética cumpre as exigências legais do Brasil, inclusive a respeito dos conselheiros independentes, nos termos da lei brasileira.

A tabela a seguir apresenta os nomes, idades, cargos e ano da primeira eleição e breves descrições biográficas dos membros do Comitê de Auditoria, Riscos e Ética.

Nome	Idade	Cargo	Ano da Primeira Eleição
Dan Ioschpe	61	Coordenador e membro efetivo	2023
Claudia Sender Ramirez	51	Membro efetivo	2021
Márcio Fernando Elias Rosa	63	Membro efetivo	2025
Eduardo Rogatto Luque	56	Membro externo	2025

Eduardo Rogatto Luque. O Sr. Luque é membro independente externo do Comitê de Auditoria, Ética e Riscos da Embraer S.A., bem como dos Comitês de Auditoria de Porto Seguro S.A., Natura Cosméticos S.A. e Grupo SBF S.A. Ele é membro independente do Conselho de Administração e coordenador do Comitê de Auditoria da Cantu Store S.A., e membro do Conselho de Administração do Grupo Irko. O Sr. Luque atua como Presidente dos Conselhos Fiscais da Qualicorp S.A., Helbor Empreendimentos S.A. e Fundação Antônio e Helena Zerrenner (Fundação Ambev). Adicionalmente, é membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia Ambev. O Sr. Luque é membro de várias organizações profissionais, incluindo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), o American Institute of Certified Public Accountants (AICPA), e os Conselhos de Contabilidade do Estado de São Paulo e Federal Brasileiro (CRC e CFC). De 2004 a 2016, o Sr. Luque foi sócio da PricewaterhouseCoopers (PwC), onde construiu uma carreira de 27 anos, incluindo uma designação internacional de três anos nos Estados Unidos. Ele é contador público licenciado no estado da Califórnia, EUA (US CPA), e tem ampla experiência atendendo companhias abertas listadas no Brasil e Foreign Private Issuers (FPI) registrados junto à SEC nos Estados Unidos.

Para as descrições biográficas dos outros membros do Comitê de Auditoria, Riscos e Ética, consulte “—A. Conselho de Administração” acima.

Comitê de Pessoas e ESG

Nosso Comitê de Pessoas e ESG não tem poder executivo e seus membros são nomeados por nosso conselho de administração. A maioria de seus membros serão membros independentes de nosso conselho de administração, e os membros restantes podem ser membros externos, de acordo com o parágrafo 1 da Seção 34 e o parágrafo 3 da Seção 37 de nosso estatuto social. O objetivo deste comitê é auxiliar nosso conselho de administração com assuntos relacionados a questões de recursos humanos, incluindo nomeação de diretores executivos e destituição de diretores executivos do cargo e designação de suas funções de acordo com nosso estatuto social, política de remuneração e relações humanas e transferência de nossos recursos para associações de funcionários, entidades de caridade e recreativas, para o fundo e fundação de segurança privada. Além disso, esse comitê também auxilia nosso conselho de administração em assuntos de governança corporativa.

A tabela a seguir apresenta os nomes, idades, cargos e ano da primeira eleição e breves descrições biográficas dos membros do Comitê de Pessoas e ESG:

Nome	Idade	Cargo	Ano da Primeira Eleição
Claudia Sender Ramirez	51	Coordenador e membro efetivo	2021
Dan Ioschpe	61	Membro efetivo	2023
Raul Calfat	73	Membro efetivo	2023
Todd Messer Fremann	66	Membro efetivo	2026
Cibele Castro	60	Membro externo	2023

Cibele Castro. A Sra. Castro possui graduação em Psicologia pela Universidade Católica de Santos, em 1988, com pós-graduação em Neurociência e Comportamento pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), em 2020. Ela estudou Governança Corporativa: Maximize sua eficácia na sala da diretoria, na Wharton School da Universidade da Pensilvânia, em 2023. A Sra. Castro é certificada em Inovação pelo Global Innovation Management Institute e certificada como Conselheira por Experiência (CCA+) pelo IBGC, em 2017. A Sra. Castro é membro externo de nosso Comitê de Pessoas e ESG. Ela é coordenadora do Comitê de Pessoas na GDE (Dislub Equador Group), desde 2023. Ela é Membro Externo do Comitê de Pessoas do Grupo Jacto, desde 2026. É diretora desde 2008 nos setores de Energia e Telecom. Ela tem 20 anos de experiência como diretora de nível C em empresas familiares e multinacionais de capital aberto, responsável por Pessoas, TI, Cadeia de Suprimentos, Logística, Inovação, P&D, Meio Ambiente, Segurança, Proteção e Infraestrutura, com responsabilidades locais, regionais e globais.

Para as descrições biográficas dos outros membros do Comitê de Pessoas e ESG, consulte “—A. Conselho de Administração” acima.

Comitê de Estratégia e Inovação

Nosso Comitê de Estratégia e Inovação não tem poder executivo e seus membros são nomeados por nosso conselho de administração. A maioria de seus membros serão membros independentes de nosso conselho de administração, e os membros restantes podem ser membros externos, de acordo com o parágrafo 1 da Seção 34 e o parágrafo 3 da Seção 37 de nosso estatuto social. O objetivo principal do nosso Comitê de Estratégia e Inovação é auxiliar o conselho de administração. As responsabilidades do Comitê de Estratégia e Inovação incluem auxiliar o conselho de administração no desempenho de suas funções, com foco nas seguintes áreas: (i) objetivos estratégicos e macroprojeto relacionados ao nosso plano estratégico e plano de ação, e (ii) potenciais oportunidades na avaliação de novos negócios.

A tabela a seguir apresenta os nomes, idades, cargos e ano da primeira eleição e breves descrições biográficas dos membros do Comitê de Estratégia e Inovação:

Nome	Idade	Cargo	Ano da Primeira Eleição
Mauro Kern Júnior	65	Coordenador	2025
Kevin Gregory McAllister	62	Membro efetivo	2021
Nelson Pedreiro	62	Membro efetivo	2025
Raul Calfat	73	Membro efetivo	2017
José Mucio Monteiro Filho	77	Membro externo	2026

José Mucio Monteiro Filho. O Sr. Monteiro Filho é Engenheiro Civil, formado pela Escola Politécnica da Universidade de Pernambuco (UPE) em 1971. Atualmente atua como membro externo do Comitê de Estratégia e Inovação da Embraer S.A., membro do Conselho de Administração da Companhia Estadual de Gás – CEG/RJ e Tupy S.A. e ocupa o cargo de Ministro de Estado da Defesa. Ocupou cargos eletivos como prefeito do município de Rio Formoso, no estado de Pernambuco (1982–1983), e deputado federal (1991–2011). Entre suas principais atividades parlamentares, atuou como presidente nacional do PFL (1992–1993); líder do PTB na Câmara dos Deputados; e Líder do Governo de 7 de março de 2007 a 30 de novembro de 2007. Em sua carreira pública, foi presidente da Companhia Energética de Pernambuco (Celpe) em 1983; Secretário de Transportes, Comunicações e Energia do Estado de Pernambuco (1983–1986); Secretário Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente do Recife (1997–1998); Ministro de Estado e Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República (2007–2009); Ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) de 2009 a 2020; e Presidente do TCU (2019–2020).

Para as descrições biográficas dos membros do Comitê de Estratégia e Inovação, consulte “A. Conselho de Administração.”

Conselho Fiscal

Segundo a Lei das Sociedades por Ações, o conselho fiscal é um órgão independente da Administração e dos auditores externos. O conselho fiscal não é equivalente ou comparável a um comitê de auditoria dos Estados Unidos. A principal responsabilidade do conselho fiscal é monitorar as atividades de gestão, analisar as demonstrações financeiras e comunicar suas observações aos acionistas. No nosso caso, o Comitê de Auditoria, Riscos e Ética, estabelecido de acordo com o Regulamento do Novo Mercado, equivale ao comitê de auditoria dos Estados Unidos. Para mais informações sobre os nossos comitês, vide “— A. Conselheiros e Diretores—Comitês”.

Segundo a Lei das Sociedades por Ações, o conselho fiscal não pode ser composto por membros do conselho de administração ou diretoria, empregados da companhia, suas subsidiárias ou companhias do mesmo grupo, nem pelos cônjuges ou parentes de qualquer membro da Administração. Além disso, a Lei das Sociedades por Ações exige que os membros do conselho fiscal recebam uma remuneração de pelo menos 10% do valor médio pago a cada diretor. Segundo a Lei das Sociedades por Ações, o conselho fiscal deve ser composto por no mínimo três e no máximo cinco membros, e um número equivalente de suplentes.

Nosso conselho fiscal é composto por três a cinco membros, eleitos na assembleia geral, com mandato até a próxima assembleia geral após a sua eleição. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, na hipótese de uma companhia adquirir o controle de outra, os acionistas minoritários que juntos detenham pelo menos 10% das ações com direito a voto também têm o direito de eleger separadamente um membro do conselho fiscal. Essa disposição não se aplica à

nossa companhia enquanto estivermos sujeitos a controle disperso. A seguir estão os nomes, idades, o ano eleito pela primeira vez e cargos dos membros de nosso conselho fiscal, eleitos em nossa assembleia geral anual realizada em 29 de abril de 2025.

A tabela a seguir apresenta os nomes, idades, cargos e ano da primeira eleição, bem como breves descrições biográficas dos membros de nosso conselho fiscal na data deste relatório anual:

Nome	Idade	Cargo	Ano da Primeira Eleição
Mario Ernesto Vampré Humberg	62	Presidente	2020
Carla Alessandra Trematore	50	Vice-Presidente	2022
Elvira Baracuhhy Cavalcanti Presta	57	Membro	2024
Alexandre Navarro Garcia	59	Membro	2024
Raphael Manhães Martins	43	Membro	2024

Mario Ernesto Vampré Humberg. O Sr. Humberg possui graduação em Economia pela Universidade de São Paulo, MBA em Finanças e curso de extensão em controladoria pela Faculdade Trevisan. Ele participou de vários cursos de educação executiva, incluindo: Corporate Governance for Startups (IBGC – São Paulo, SP), Venture Deals – 2021 (Kauffman Fellows / Techstars – Vale do Silício, EUA), Conselho Fiscal na Prática (IBGC – São Paulo, SP), Leading Business Change (thyssenkrupp Academy – Essen, Alemanha), Champion Six Sigma (thyssenkrupp Academy – Campo Limpo Paulista, SP), Shaping Complex Business (IMD Business School – Genebra, Suíça), Programa de Preparação de Conselheiros de Administração (Fundação Dom Cabral – Belo Horizonte, MG), Maximizing Leadership Impact (Harvard Business School – Boston, EUA), Skills, Tools & Competencies Program (FDC/Kellogg School of Management – Evanston, EUA), e Breaking New Grounds (Harvard Business School – Boston, EUA). O Sr. Humberg é membro do Conselho Fiscal da Embraer desde abril de 2020 e Presidente desde abril de 2023. Ele também é Presidente do Conselho Consultivo da Associação Paralímpica de Campinas (APC), vice-presidente financeiro da Poliangels e membro do Conselho Consultivo da Purcom Química. Ele assessora várias startups, incluindo Talento Senior, Agrimutual e Associação Paraolímpica de Campor, mentora startups, ONGs e jovens. De 2008 a 2020, o Sr. Humberg atuou como Membro do Conselho Estatutário e CFO na ThyssenKrupp Metalúrgica Campo Limpo, supervisionando as áreas financeiras (controladoria, tesouraria, contabilidade, custos, impostos e riscos), jurídico e compliance, tecnologia da informação, recursos humanos e compras nas três pessoas jurídicas do grupo.

Carla Alessandra Trematore. A Sra. Trematore possui bacharelado em Ciência da Computação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) e bacharelado em Ciências Contábeis pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Trabalhou em firmas de auditoria independente Arthur Andersen, Deloitte e EY de 1996 a 2010. Foi sócia da Hirashima & Associados, onde liderou serviços de consultoria contábil e financeira, e também atuou como consultora da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI). De julho de 2014 a agosto de 2017, ocupou cargos de controller em empresas de geração de eletricidade. Presidiu o Comitê de Auditoria da Caixa Econômica Federal e atualmente atua no Conselho de Administração, conselhos fiscais e comitês de auditoria de várias empresas. A Sra. Trematore é membro efetivo do Conselho Fiscal da Companhia desde abril de 2023, e Vice-Presidente desde abril de 2024, após atuar como membro suplente de 2022 a 2023.

Alexandre Navarro Garcia. O Sr. Garcia atualmente atua como Superintendente de Compliance, Integridade e Gestão de Riscos na Finep. Ele é membro da Câmara FGV de Mediação e Arbitragem e possui certificação como Conselheiro de Administração pelo IBGC, na modalidade Experiência – CCIE. Possui mestrado acadêmico em estudos comparados sobre as Américas pela UnB, juntamente com pós-graduações em gestão pública (ENAP), assessoria parlamentar e processo legislativo (UnB), e direito legislativo (UFMS). Também possui especialização em mediação e arbitragem (FGV) e graduação em administração (UnB). O Sr. Garcia é certificado em “Aprimoramento em Governança, Integridade e Mercado de Capitais para Administradores de Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista” (IBGC), bem como em “Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo,” “Prevenção e Combate à Corrupção,” e “Gestão de Riscos para Administradores, Diretores e Conselheiros Bancários” (BRB). De janeiro de 2015 a abril de 2019, foi presidente da Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal, TERRACAP, bem como presidente da BRB Serviços e diretor da BRB Finance. De janeiro de 2014 a dezembro de 2017, atuou como membro do Comitê de Especialistas em Administração Pública das Nações Unidas (UNCEPA/DESA), um think tank da ONU composto por 24 especialistas de todo o mundo, com representação igualitária de gênero. Ele havia sido observador de 2006 a 2013. De janeiro de 2011 a

outubro de 2013, o Sr. Garcia foi Ministro Adjunto e Ministro de Estado interino da Integração Nacional. De fevereiro de 2004 a dezembro de 2010, atuou como Secretário Nacional do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e Chefe de Gabinete do Ministro. Antes disso, de maio de 1991 a janeiro de 2004, trabalhou como assessor técnico e de plenário e lecionou Processo e Técnica Legislativa no Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (CEFOP) da Câmara Federal Brasileira. No início de sua carreira, lecionou química no Colégio Militar (Brasília), onde preparou empregados das Forças Armadas para exames supletivos de ensino médio, e também lecionou Matemática do ensino médio no Colégio Alvorada (916 Norte, Brasília). Atuou como presidente dos Conselhos de Administração da Alcântara Cyclone Space (ACS - MCTI), TERRACAP e Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF). Também foi membro dos Conselhos de Administração do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada (CEITEC), da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), da Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro (Riogaleão SA), Imprensa Paulista (IMESP – Governo de São Paulo), da Usina Hidrelétrica Corumbá IV e da CEASA/DF. O Sr. Garcia presidiu o Conselho Fiscal da NUCLEP e atuou como membro do Conselho Fiscal de FURNAS. Atualmente é membro do Conselho Fiscal da INFRAERO. Adicionalmente, foi presidente do Fundo Setorial do Agronegócio (CT/Agro - MCTI) e membro do Conselho Deliberativo da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI). Ao longo de sua carreira, o Sr. Garcia recebeu inúmeras honrarias nacionais, incluindo a Ordem do Mérito Legislativo (Câmara dos Deputados), a Ordem Nacional do Mérito Científico (MCTI), a Medalha da Defesa Civil (MI), a Ordem do Mérito da Defesa (MD), a Ordem do Mérito Naval (Comando da Marinha), a Medalha de Honra do Estado de Minas Gerais (Medalha da Inconfidência Mineira) e a Medalha da Ordem do Mérito Alferes Joaquim José da Silva Xavier – Tiradentes (Polícia Militar do Distrito Federal). Ele é membro do Conselho Fiscal da Embraer S.A. desde abril de 2024.

Elvira Baracuhhy Cavalcanti Presta. A Sra. Presta possui bacharelado e mestrado em Administração de Empresas pela UFPE. Concluiu o Advanced Boardroom Program for Women e o Advanced Program for CEOs and Board Members na Saint Paul Escola de Negócios. Sua educação executiva inclui programas na CKGSB (China), LSE (Reino Unido), IMD (Suíça), ESADE (Espanha), University of Chicago Graduate School of Business (EUA) e IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa). Em 2018, foi eleita como Conselheira Independente e membro do Comitê de Auditoria e Riscos da Eletrobrás. De 2019 a 2023, atuou como CFO e Diretora de RI da Eletrobras, liderando seu processo de turnaround e privatização. Foi CEO Interina de março a maio de 2021 e liderou a oferta follow-on global da companhia em junho de 2022, captando R\$33,7 bilhões e realizando a transição da companhia de uma entidade estatal para uma corporação totalmente privatizada. Antes da Eletrobras, a Sra. Presta foi Diretora Executiva de Planejamento e Controle da Neoenergia, Diretora Financeira da MRS Logística e Controller da Light. Foi membro da NYSE Board Advisory Network, Women Corporate Directors (WCD) e Membro do Conselho do IBEF-SP (Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças). É Diretora Executiva da New Wave desde outubro de 2025, membro independente do Conselho de Governança da Neoenergia desde agosto de 2025, membro efetivo do Conselho Fiscal da Embraer S.A. desde abril de 2024, bem como da Gerdau S.A. desde abril de 2024. É membro do Comitê de Auditoria da Copa Energia desde junho de 2024.

Raphael Manhães Martins. O Sr. Manhães Martins é advogado, graduado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e mestrando em Economia e Finanças na Fundação Getúlio Vargas – EPGE/FGV. É sócio do escritório Manhães Martins Advocacia desde 2023. É certificado como conselheiro de administração e fiscal experiente pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Atualmente, atua como membro dos Conselhos Fiscais da Embraer S.A. desde 2024, da Vale S.A. desde 2015 (atuando como Presidente desde 2025), e da Americanas S.A. desde 2023 (atuando como Presidente desde 2024). Nos últimos cinco anos, suas principais experiências foram: membro dos Conselhos de Administração da Oi S.A. (de 2021 a 2025), Light S.A. (de 2023 a 2025 e de 2018 a 2019), dos Conselhos Fiscais da Companhia Paranaense de Energia – Copel (de 2021 a 2023), da Cielo S.A. (de 2022 a 2023) e da Oi S.A. (2019 a 2021), e dos Comitês de Auditoria da Light S.A. (de 2024 a 2025) e Oi S.A. (em 2025).

D. Funcionários

A tabela abaixo apresenta o número de nossos empregados (incluindo empregados de nossas subsidiárias integrais) por categoria nas datas indicadas. Nossos empregados consolidados totais incluem empregados de nossas subsidiárias e joint ventures, incluindo Atech, EVE, OGMA, Tempest e Visiona:

	A partir de 31 de dezembro de		
	2025	2024	2023
Processo de Produção	11.757	11.083	10.112
Pesquisa e Desenvolvimento	3.553	3.998	3.858
Suporte ao Cliente	3.640	3.365	3.216
Administrativo – Suporte à Produção	338	301	274
Administrativo – Corporativo	2.635	1.997	1.537
Total (incluindo apenas as subsidiárias integrais da Embraer S.A.)	21.923	20.744	18.997
Total Consolidado de Empregados	25.037	23.898	21.889

Em 31 de dezembro de 2025, aproximadamente 86,9% de nossa força de trabalho estava empregada no Brasil. A maior parte de nossa equipe técnica se formou nas principais escolas de engenharia, como o ITA, em São José dos Campos.

A Embraer apoia plenamente a escolha da filiação de nossos empregados a sindicatos. Em 31 de dezembro de 2025, 7,4% de nossos empregados brasileiros eram sindicalizados, e, de acordo com as leis trabalhistas brasileiras, reajustes salariais e outras cláusulas negociadas em acordos coletivos de trabalho estendem-se a toda a categoria. Como resultado, todos os nossos empregados brasileiros são abrangidos por cláusulas negociadas nesses acordos.

Apoiamos ativamente o treinamento e desenvolvimento profissional de nossos empregados. Implementamos um programa de treinamento especializado em Engenharia Aeroespacial em nossa unidade de São José dos Campos oferecido a engenheiros recém-formados.

E. Participação Acionária

Em 31 de dezembro de 2025, nossos membros do conselho possuíam uma de nossas ações ordinárias e 250 ADR. Na mesma data, nossos diretores executivos possuíam 600 de nossas ações ordinárias. Membros de nosso conselho fiscal possuíam 1.200 de nossas ações ordinárias, e nenhum de nossos diretores possuía individualmente mais de 1,0% das ações ordinárias em circulação.

F. Divulgação da Ação da Declarante para Recuperar Remuneração Concedida Indevidamente

Não se aplica.

Item 7. PRINCIPAIS ACIONISTAS E OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A. Acionistas Majoritários

Na data deste relatório anual, o capital autorizado total é composto por 1.000.000.000 ações, sendo 740.465.044 ações ordinárias emitidas, incluindo uma ação de classe especial, a golden share, detida pela União. A golden share confere poder de veto à União em determinadas circunstâncias específicas. Além disso, o direito de voto de acionistas estrangeiros pode sofrer restrições em determinadas circunstâncias específicas. Para mais informações sobre o direito de voto conferido pelas nossas ações ordinárias, vide “Item 10. Informações Adicionais—B. Atos Constitutivos e Estatuto Social—Direito de Voto das Ações”.

A tabela abaixo apresenta o número de ações detidas pelos principais acionistas em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as informações mais atualizadas disponibilizadas a nós:

	Ações Ordinárias	
	Ações ⁽¹⁾	(%)
BlackRock, Inc. ⁽²⁾	40.711.074	5,50
BNDES Participações S.A.—BNDESPAR ⁽³⁾	39.762.489	5,37
Governo brasileiro ⁽⁴⁾	1	0,00
Ações em tesouraria	17.698.905	2,39
Outros	642.292.575	86,74
Total	740.465.044	100,00

- (1) O número de ações ordinárias inclui ações ordinárias e ações ordinárias representadas por ADSs. Consulte “Item [12](#)— D. American Depositary Shares.”
- (2) A Blackrock Inc. é uma empresa americana de gestão de investimentos globais com sede na cidade de Nova York, nos Estados Unidos. Fundada em 1988, inicialmente como uma gestora de ativos institucionais de gerenciamento de risco e renda fixa, a BlackRock é a maior gestora de ativos do mundo.
- (3) BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, ou BNDESPAR, é uma subsidiária integral do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, o banco nacional de desenvolvimento de propriedade do governo brasileiro no Brasil.
- (4) O governo brasileiro (União Federal) detém nossa “golden share.” Vide “Item [10](#). Informações Adicionais—B. Atos Constitutivos e Estatuto Social—Direito de Voto das Ações - Golden Share”.

Não houve mudanças significativas na porcentagem de participação detida pelos nossos principais acionistas nos últimos três anos. Em 31 de dezembro de 2025, tínhamos aproximadamente 83.924 acionistas ordinários, inclusive titulares de ações ordinárias na forma de ADSs. Em 31 de dezembro de 2025, um total agregado de 14.446 ADSs era detido por 139 titulares registrados, incluindo The Depository Trust Company nos Estados Unidos da América.

B. Operações com Partes Relacionadas

Visão geral

O Governo Federal Brasileiro, por meio de suas participações diretas e indiretas em nós e sua propriedade de nossa “golden share,” é acionista da Companhia. A emissão da golden share foi uma exigência dos regulamentos que regeram nossa privatização em 1994 e garante à União o direito de veto em determinadas matérias, em particular matérias relacionadas a programas militares e atos societários (como transferência de controle e alteração de nossa razão social, logo e objeto social). Para mais informações sobre o direito de voto conferido pela nossa golden share, vide “Item [10](#). Informações Adicionais—B. Atos Constitutivos e Estatuto Social—Direito de Voto das Ações - Golden Share”. Em 31 de dezembro de 2025, além da golden share, a União detinha uma participação indireta de 5,37% em nosso capital por meio da BNDESPAR, uma subsidiária integral do BNDES que, por sua vez, é controlada pela União. Assim, para fins das exigências de divulgação de informações deste relatório anual, consideramos as operações entre a Embraer e a União ou órgãos públicos como “operações com partes relacionadas”.

A União desempenha um importante papel em nossas atividades, inclusive como:

- ➔ principal cliente de nossos produtos de defesa, por meio da Força Aérea Brasileira;
- ➔ fonte de financiamento de pesquisa por meio de instituições de desenvolvimento de tecnologia, como o FINEP e o BNDES;
- ➔ agência de crédito à exportação, por meio do BNDES; e
- ➔ fonte de financiamento de curto e longo prazo, prestador de serviços de gestão de ativos e banco comercial, por meio do Banco do Brasil S.A.

Para mais informações sobre o papel desempenhado pela União em nossas atividades, vide “Item 5. Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras—B. Liquidez e Recursos de Capital— Linhas de Crédito”, “Item 4. Informações Sobre A Companhia—B. Visão Geral—Arranjos de Financiamento de Aeronaves,” e “Item

Informações-Chave—D. Fatores de Risco—Operações e Contratos Comerciais—Qualquer redução no apoio dado pelo governo federal a financiamentos aos nossos clientes, ou aumento desse apoio que beneficie nossos concorrentes, poderá reduzir a competitividade de nossas aeronaves”. Para mais informações sobre nossas operações com partes relacionadas, vide a Nota Explicativa 12.1 das demonstrações financeiras consolidadas auditadas de 2025.

Relações com o Governo Federal Brasileiro como Cliente Relevante

Somos o maior fornecedor de produtos de defesa para a União, de acordo com fontes do governo brasileiro, principalmente por meio da Força Aérea Brasileira, que tem sido um cliente importante da Embraer desde sua criação. Em 2025, o governo brasileiro, principalmente por meio da Força Aérea Brasileira, respondeu por US\$ 110 milhões da receita de vendas de nosso segmento de Defesa e Segurança. Além disso, em 31 de dezembro de 2025, tínhamos US\$ 253.5 milhões em ativos contratuais e US\$ 104 milhões em passivos contratuais relativos à Força Aérea Brasileira. Para uma descrição sobre nossas operações com a União, vide “Item 4. Informações sobre a Companhia—B. Visão Geral—Segmento de Defesa e Segurança”. Para mais informações sobre nosso relacionamento com nossos principais clientes, consulte o “Item 3. Informações-Chave—D. Fatores de Risco—Indústria e Concorrência— Dependemos de clientes-chave.”

Relações com o Governo Federal Brasileiro como Fonte de Financiamento

O Governo Federal Brasileiro tem sido uma fonte de financiamento à exportação para nossos clientes por meio do programa BNDES-Exim, administrado pelo BNDES. Para informações adicionais sobre nossos arranjos de financiamento de aeronaves, consulte “Item Informações Sobre A Companhia—B. Visão Geral—Arranjos de Financiamento de Aeronaves.”

Também celebramos acordos de crédito de capital de giro e financiamento à exportação com o BNDES, que em 31 de dezembro de 2025 tinham um valor total de US\$338,3 milhões e de US\$17,8 milhões com a FINEP. A consumação do financiamento está sujeita às condições precedentes habituais. Para mais informações sobre os valores, datas de vencimento e taxas de juros desses contratos, consulte o “Item 5. Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras—B. Liquidez e Recursos de Capital—Linhas de Crédito”.

Relações com o Governo Federal Brasileiro como Prestador de Serviços

Em 31 de dezembro de 2025, mantínhamos caixa e equivalentes de caixa e investimentos financeiros de US\$496,8 milhões com Banco do Brasil S.A., que é controlado pelo Governo Federal Brasileiro, e com o próprio Governo Federal Brasileiro. O Banco do Brasil S.A. tem sido um prestador regular de serviços de banco comercial e gestão de ativos por várias décadas e é um dos bancos responsáveis pela nossa folha de pagamento. Esses serviços incluem a manutenção de conta corrente.

Em 31 de dezembro de 2025, aproximadamente R\$ 43,4 milhões do nosso caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras estava indexado à variação da taxa CDI.

C. Participação de Peritos e Advogados

Não se aplica.

Item 8. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

D. Demonstrações Consolidadas e Outras Informações Financeiras

Vide “Item 18. Demonstrações Financeiras” para ter acesso a nossas demonstrações financeiras consolidadas e relatório de nossa empresa de contabilidade pública registrada independente incluída em outra parte deste relatório anual.

Processos Judiciais

Ações Trabalhistas

Somos réus em ações trabalhistas individuais que aguardam sentença da Justiça do Trabalho. Devido ao valor irrelevante

envolvido nessas ações, não acreditamos que qualquer passivo relacionado a elas prejudique nossa situação financeira ou resultados operacionais. Para mais informações sobre nossos processos trabalhistas, vide a Nota Explicativa [23](#) das demonstrações financeiras consolidadas auditadas de 2025.

Questões Tributárias.

Questionamos a constitucionalidade de certos impostos brasileiros e encargos de folha de pagamento, bem como modificações e aumentos nas taxas e bases de cálculo desses impostos e encargos e obtivemos mandados de segurança ou liminares para evitar seu pagamento ou recuperar pagamentos anteriores. Para uma discussão mais detalhada sobre nossos processos fiscais, consulte as Notas [22](#) e [23](#) de nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas de 2025.

Os juros sobre o valor total dos impostos não pagos e encargos sobre a folha de pagamento são acumulados mensalmente com base na taxa SELIC, que é a taxa básica de juros do Banco Central do Brasil, e, portanto, fazemos um acréscimo na linha de receita (despesas) de juros, líquida, em nossa demonstração de resultados.

Outros Procedimentos

Somos parte em outros processos judiciais, todos decorrentes do curso normal dos negócios. Nossa Administração não acredita que qualquer desses processos, em caso de decisão desfavorável, afetaria de forma relevante e adversa os nossos negócios, situação financeira ou resultados operacionais.

Em 31 de dezembro de 2025, havia uma provisão de US\$ 46,5 milhões registrada como passivo (tributário, trabalhista e civil) em nossa demonstração da posição financeira em relação a contingências de litígio que classificamos como representando perdas prováveis para nós. Para uma discussão mais detalhada sobre essas provisões e passivos contingentes, vide a Nota Explicativa [23](#) de nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas de 2025.

Dividendos e Política de Dividendos

Nossa moeda funcional é o dólar. Uma vez que estamos estabelecidos e domiciliados no Brasil, os componentes de nosso patrimônio líquido devem ser medidos, contabilizados e mantidos em reais, incluindo os valores a serem distribuídos aos acionistas (dividendos e juros sobre o capital próprio). Tal exigência é diferente de nossos registros contábeis originais em sua moeda funcional, que é preparada e mantida em dólares históricos. O lucro ou prejuízo líquido incorrido por nós ao final de cada exercício social em dólares é convertido em reais para fins contábeis da Legislação Societária pela taxa de câmbio média observada para aquele período e, em seguida, distribuído, retido ou absorvido pelas reservas estatutárias. Apresentamos demonstrações financeiras consolidadas auditadas no Brasil (convertidas para reais com base nos requisitos do IAS 21), que divulgam os componentes do patrimônio líquido contabilizados conforme exigido pela Lei das Sociedades por Ações.

Valores Disponíveis para Distribuição

A cada assembleia geral, o conselho de administração deve fazer uma recomendação acerca da alocação do lucro líquido do exercício anterior. No âmbito da Lei das Sociedades por Ações, entende-se por lucro líquido o lucro após o imposto de renda e contribuição social de cada exercício, líquido dos prejuízos acumulados em exercícios anteriores e quaisquer valores alocados aos empregados e à Administração a título de participação nos lucros, de acordo com as IFRS. Segundo a Lei das Sociedades por Ações e o nosso estatuto social, os valores disponíveis para distribuição de dividendos são aqueles determinados de acordo com as IFRS nas demonstrações financeiras de nossa controladora. Esses valores para distribuição equivalem ao nosso lucro líquido após os impostos, subtraído ou adicionado de:

- quaisquer valores alocados do lucro líquido após a tributação para a reserva legal; e
- quaisquer valores alocados do lucro líquido após a tributação para uma reserva de contingências para prejuízos antecipados ou a reversão da reserva constituída em exercícios anteriores.

Devemos manter uma reserva legal, para a qual devemos destinar 5% do lucro líquido de cada exercício até um total de 20% do nosso capital social. Entretanto, não somos obrigados a fazer qualquer destinação à nossa reserva legal com relação a qualquer exercício social em que esta, quando acrescida às demais reservas constituídas, ultrapassar 30% do capital social. Prejuízo líquido, se houver, deve ser descontado da reserva legal. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo da nossa reserva legal era de US\$ 224,6 milhões, equivalente a 14,5% do nosso capital social.

A Lei das Sociedades por Ações também prevê duas outras possibilidades de alocação discricionária do lucro líquido, sujeitas à aprovação da assembleia geral. Na primeira, um percentual do lucro líquido pode ser alocado a uma reserva de contingências para cobrir prejuízos esperados e considerados prováveis em exercícios subsequentes. Qualquer valor alocado para essa reserva em anos anteriores deve ser revertido no exercício para o qual o prejuízo esperado estava previsto, caso ele não ocorra, ou então baixado, caso ele ocorra. Na segunda possibilidade, o valor de distribuição pode limitar-se ao lucro líquido já realizado no exercício, sendo que a diferença entre esses valores deverá ser alocada a uma reserva de lucros a realizar. Segundo a Lei das Sociedades por Ações, o lucro a realizar representa a soma:

- da reapresentação dos valores das contas do balanço patrimonial;
- da participação no resultado de subsidiárias; e
- do lucro das vendas parceladas a receber após o encerramento do próximo exercício social.

Segundo o nosso estatuto social e sujeito à aprovação da assembleia geral, nosso conselho de administração poderá alocar a uma reserva de investimentos e capital de giro até 75% do lucro líquido ajustado após os impostos de nossa controladora. Essa reserva não poderá exceder 80% de nosso capital social. O objetivo da reserva de investimentos e capital de giro é realizar investimento em ativos fixos ou aumentar nosso capital de giro. O saldo da reserva de investimentos e capital de giro deverá ser utilizado:

- na dedução de prejuízos acumulados, sempre que necessário;
- na distribuição de dividendos, a qualquer tempo;
- no resgate, compra ou recompra de ações no mercado, conforme permitido em lei; e
- no aumento de nosso capital, inclusive por meio de emissão de novas ações.

Também poderemos conceder uma participação em nosso lucro líquido aos membros de nossa Administração e empregados. Contudo, a alocação realizada à reserva de investimentos e capital de giro ou a participação dos membros de nossa Administração e empregados não poderá causar uma redução no valor do dividendo mínimo obrigatório, conforme descrito abaixo.

De outra forma, os valores alocados às reservas, com exceção da reserva para contingências e a reserva de lucros a realizar, em montante excedente ao nosso capital social deverão ser utilizados para aumentar nosso capital ou distribuídos como dividendos em espécie.

Podemos aumentar os valores disponíveis para distribuição por meio da reversão da reserva de contingências para prejuízos esperados constituída em exercícios anteriores, mas não realizada ou que tenha aumentado ou diminuído em função da alocação de lucros provenientes da reserva de lucros a realizar ou destinados a ela. Os valores disponíveis para distribuição são determinados com base nas demonstrações financeiras elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. Não constituímos uma reserva para contingências.

As reservas de lucros são estabelecidas de acordo com a legislação societária brasileira e nosso estatuto social. Essas reservas são calculadas e registradas com base nos rendimentos apurados como se o real fosse a moeda de apresentação. As distribuições de dividendos também são determinadas de acordo com as leis e regulamentos brasileiros e são determinadas como se o real fosse a moeda de apresentação.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, compensamos integralmente nossos prejuízos acumulados contra nosso lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia no valor de R\$1.593,1 milhões. Assim, em 31 de dezembro de 2024, tínhamos lucro líquido distribuível como dividendos (após contabilizar a absorção de prejuízos acumulados, constituição da reserva legal e recomposição da reserva de subvenções governamentais) no valor de R\$205,7 milhões, equivalente a US\$33,2 milhões.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, tínhamos lucro líquido distribuível como dividendos (após contabilizar a absorção de prejuízos acumulados, constituição da reserva legal e recomposição da reserva de subvenções governamentais) no valor de R\$1.855,4 milhões, equivalente a US\$337,2 milhões. Para obter mais informações, vide a Nota Explicativa [27.7](#) de nossas demonstrações financeiras auditadas de 2025.

Distribuição Obrigatória

A Lei das Sociedades por Ações geralmente exige que o estatuto social de companhias brasileiras especifique um valor percentual mínimo disponível para distribuição de dividendos em cada exercício, o chamado dividendo mínimo obrigatório. Segundo nosso estatuto social o dividendo mínimo obrigatório baseia-se em um percentual mínimo de 25% do nosso lucro líquido ajustado, em vez de um valor fixo por ação. Contudo, a Lei das Sociedades por Ações permite que companhias abertas suspendam a distribuição do dividendo mínimo obrigatório caso o conselho de administração e o conselho fiscal apresentem um relatório à assembleia geral indicando que a distribuição é desaconselhável em vista da situação financeira da Embraer. Essa suspensão está sujeita à aprovação dos acionistas ordinários. Nesse caso, o conselho de administração deverá apresentar uma justificativa para a suspensão junto à CVM. Lucros não distribuídos devido a essa suspensão, deverão ser alocados a uma reserva especial e, caso não sejam utilizados para absorver prejuízos subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que a situação financeira da companhia permitir.

Pagamento de Dividendos

Segundo a Lei das Sociedades por Ações e o nosso estatuto social, devemos realizar uma assembleia geral ordinária ao final do quarto mês após o encerramento do exercício fiscal em que, entre outros, os acionistas decidirão sobre o pagamento do dividendo anual. O pagamento do dividendo anual baseia-se nas demonstrações financeiras de nossa controladora, elaboradas de acordo com as IFRS para o exercício pertinente. Companhias brasileiras, inclusive a nossa, podem realizar distribuições especiais a acionistas, a título de juros sobre capital próprio, cumulativamente ou no lugar dos dividendos e como parte do dividendo mínimo obrigatório. Sujeito a certas limitações estabelecidas pela legislação, a distribuição de juros sobre o capital próprio pode ser tratada como uma despesa dedutível de impostos para fins de IRPJ e CSLL. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os dividendos geralmente devem ser pagos dentro de 60 dias após a data em que o dividendo foi declarado, a menos que uma deliberação dos acionistas estabeleça outra data de pagamento, que, em ambos os casos, deve ocorrer antes do final do exercício social em que o dividendo foi declarado. Acionistas têm um prazo de três anos a contar da data de pagamento para reclamar dividendos (ou juros sobre capital próprio) relativos às suas ações; após esse prazo, o valor dos dividendos não reclamados reverte para a Companhia.

A Lei das Sociedades por Ações permite que companhias efetuem o pagamento de dividendos intermediários a partir de lucros pré-existentes e acumulados de acordo com as IFRS, com relação ao exercício ou semestre anteriores, com base nas demonstrações financeiras aprovadas pelos acionistas. Segundo nosso estatuto social, os acionistas podem declarar, a qualquer tempo, dividendos intermediários com base em lucros pré-existentes e acumulados, desde que o dividendo mínimo obrigatório já tenha sido distribuído aos acionistas. Nosso estatuto social também nos permite elaborar informações financeiras semestrais e para períodos menores. Nosso conselho de administração poderá aprovar a distribuição de dividendos calculados com base nessas informações financeiras, mesmo antes de serem aprovadas pelos acionistas. Contudo, o valor dos dividendos não poderá exceder o valor das reservas de capital.

Em geral, acionistas não residentes no Brasil devem registrar-se junto ao Banco Central para receber dividendos, lucro de vendas ou outros valores relativos às suas ações e que poderão ser remetidos ao exterior. As ações ordinárias subjacentes às nossas ADSs serão detidas no Brasil pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM., custodiante atuando como representante do depositário, ou seja, o titular registrado de nossas ações. Nosso escriturador atual é BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM. O depositário registra eletronicamente as ações ordinárias subjacentes aos nossos ADSs junto ao Banco Central e, portanto, é capaz de tornar dividendos, recursos de vendas ou outros valores em relação a essas ações elegíveis para remessa fora do Brasil.

Pagamentos de dividendos e distribuições em dinheiro, se houver, serão feitos em reais ao custodiante em nome e por conta do depositário, que então converterá os recursos em dólares e fará com que sejam entregues ao depositário para distribuição aos titulares de ADSs. Segundo a legislação brasileira, dividendos pagos a acionistas não residentes no Brasil, inclusive titulares de ADSs, não estão sujeitos ao imposto de renda brasileiro retido na fonte, com exceção de dividendos declarados com base em lucros gerados antes de 31 de dezembro de 1995. Para mais informações sobre tributação no Brasil, vide “Item 10. Informações Adicionais—E. Tributação—Considerações sobre a Tributação no Brasil”.

Histórico de Pagamentos de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio e Política de Dividendos

A Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, alterada pela Lei Complementar nº 224/2025, dispõe sobre a distribuição de juros sobre capital próprio como alternativa à distribuição de dividendos, sendo esse pagamento dedutível do imposto de renda e contribuição social. Esse pagamento pode ser efetuado em espécie. O valor limita-se à variação pro rata diária da TJLP (taxa de juros de longo prazo), não podendo exceder o que for maior entre:

- ➔ 50% do lucro líquido (após a dedução da contribuição social sobre o lucro líquido, antes da provisão para imposto de renda e valores atribuíveis aos acionistas a título de juros sobre capital próprio líquido) do período em relação ao qual o pagamento for efetuado; ou

- ✈ 50% da soma das reservas de lucro e lucros acumulados no início do período em relação ao qual o pagamento for efetuado.

Qualquer pagamento de juros sobre capital próprio a titulares de ADSs ou ações ordinárias, sejam ou não residentes brasileiros, está sujeito ao imposto de renda retido na fonte brasileiro. A alíquota de retenção na fonte, anteriormente 15%, foi aumentada para 17,5%. Nos casos em que o beneficiário é residente em jurisdição de paraíso fiscal, isto é, um país ou local que não impõe qualquer imposto de renda ou que impõe o imposto a uma alíquota máxima inferior a 20%, ou em que a legislação doméstica impõe restrições à divulgação da composição societária ou da titularidade do investimento, a alíquota aplicável de imposto de renda retido na fonte permanece 25%, inalterada. Para mais informações sobre tributação no Brasil, vide “Item 10. Informações Adicionais—E. Tributação—Considerações sobre a Tributação no Brasil”. O valor pago a acionistas a título de juros sobre capital próprio, líquido de imposto retido na fonte, poderá ser incluído como parte do dividendo mínimo obrigatório.

Segundo a legislação brasileira, somos obrigados a distribuir aos nossos acionistas um valor suficiente para assegurar que o valor líquido recebido por eles, após recolhermos o imposto retido na fonte aplicável quanto à distribuição de juros sobre capital próprio, acrescido do valor dos dividendos declarados, seja no mínimo igual ao valor do dividendo mínimo obrigatório. A distribuição de juros sobre capital próprio que não é contabilizada como parte do dividendo mínimo obrigatório está sujeita ao recolhimento de imposto de renda retido na fonte. Todos os pagamentos efetuados até a presente data foram contabilizados como parte do dividendo mínimo obrigatório.

Nenhum dividendo nem juros sobre capital próprio foram aprovados, e nenhum pagamento desse tipo foi feito, nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Em 2025, nossos acionistas aprovaram uma distribuição de dividendos no valor de R\$463,8 milhões e nosso conselho de administração aprovou o pagamento de juros sobre nosso capital no valor de R\$437,2 milhões, em cada caso com relação aos lucros gerados no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025. Para informações adicionais, consulte “—Distribuição Obrigatória” acima e a nota 27.7 de nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas de 2025.

A legislação societária brasileira e nosso estatuto social exigem que estabeleçamos reservas de lucros, que devem ser calculadas e registradas com base nas demonstrações financeiras em reais, que é nossa moeda de apresentação, em vez de demonstrações financeiras em dólar norte-americano, que é nossa moeda funcional. Além disso, as distribuições de dividendos devem estar alinhadas com as demonstrações financeiras em reais. Em 31 de dezembro de 2024, o lucro do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia totalizou R\$1.918,9 milhões. Em 31 de dezembro de 2025, o lucro do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia totalizou R\$1.953,0 milhões.

Também temos uma reserva de subvenções governamentais, que foi formada nos termos do artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações brasileira. Essa reserva inclui a apropriação da parte dos lucros acumulados resultantes de incentivos governamentais recebidos por nós, que não podem ser distribuídos aos acionistas na forma de dividendos. A reserva de subvenções governamentais é reconhecida em nossa demonstração de resultados no mesmo item de despesa ao qual a subvenção se refere e não é incluída na base de cálculo dos dividendos obrigatórios.

Nossa reserva legal corresponde a uma alocação anual de 5% de nosso lucro líquido do exercício e não pode exceder 20% do capital social ou 30% na soma dessa reserva e das reservas de capital, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações brasileira e nosso estatuto social.

Nossa reserva para investimentos e capital de giro tem o propósito de: (i) assegurar recursos para investimentos em ativos permanentes sem prejuízo da retenção de lucros nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976; (ii) reforçar nossos planos de capital de giro; (iii) ser usada no contexto de resgate, reembolso ou aquisição de ações do capital social da Companhia e (iv) ser distribuída aos acionistas da Companhia.

Pretendemos declarar e pagar dividendos e/ou juros sobre capital próprio, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações e em nosso estatuto social. Nosso conselho de administração poderá aprovar a distribuição de dividendos e/ou juros sobre capital próprio, calculados com base em nossas informações financeiras semestrais ou trimestrais. A declaração anual de dividendos, incluindo dividendos superiores ao dividendo obrigatório, requer a aprovação da maioria de nossos acionistas ordinários. O valor de qualquer distribuição dependerá de vários fatores, como nossos resultados operacionais, situação financeira, necessidades de caixa, perspectivas e demais fatores considerados relevantes pelo nosso conselho de administração e acionistas. No âmbito de nosso planejamento fiscal, poderemos, no futuro, continuar a entender que a distribuição de juros sobre o capital próprio atende aos nossos melhores interesses.

E. Alterações Significativas

Salvo quando divulgado de outra forma em nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas e neste relatório anual, não houve mudanças significativas em nossos negócios, condição financeira ou resultados operacionais desde 31 de dezembro de 2025. Para obter mais informações, vide a Nota Explicativa [36](#) de nossas demonstrações financeiras auditadas de 2025.

Item 9. OFERTA E LISTAGEM

A. Detalhes da Oferta e da Cotação

Nossas ADSs estão listadas na Bolsa de Valores de Nova York ("*New York Stock Exchange*" ou NYSE), sob o símbolo "EMBJ". Além disso, nossas ações ordinárias são negociadas na B3 sob o símbolo "EMBJ3". Cada ADS representa quatro ações ordinárias.

Nossas ADSs começaram a ser negociadas na NYSE em 5 de junho de 2006, sendo que cada ADS representa quatro ações ordinárias emitidas por nós. As ADSs são emitidas segundo um contrato de depósito, sendo que o J.P. Morgan Chase Bank N.A., ou J.P. Morgan, atua como depositário nos termos desse contrato.

B. Plano de Distribuição

Não se aplica.

C. Mercados

Negociação na B3

Nossas ações ordinárias estão listadas e são negociadas no segmento do Novo Mercado da B3. A negociação de nossas ações ordinárias na B3 é liquidada em um dia útil após a data da negociação. A entrega e pagamento das ações são realizados por meio da Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLIC, que mantém as contas das corretoras.

Com o intuito de manter um melhor controle sobre a volatilidade, a B3 dispõe de um sistema de "circuit breaker" que permite a suspensão do pregão por períodos de 30 minutos ou uma hora sempre que houver indicação de que o índice da B3 poderia sofrer uma queda abaixo dos limites de 10% e 15%, respectivamente, em relação ao índice de fechamento do pregão anterior.

A B3 apresenta uma liquidez menor do que a NYSE e outras grandes bolsas de valores do mundo. Em 31 de dezembro de 2025, a B3 tinha uma capitalização de mercado agregada de aproximadamente R\$ 4,8 trilhões, equivalente a US\$ 0,9 trilhão. Já o valor total de capitalização de mercado da NYSE foi de aproximadamente US\$ 31,4 trilhões na mesma data. Embora qualquer das ações em circulação de companhias listadas possa ser negociada na B3, na maioria dos casos, menos da metade das ações listadas encontra-se efetivamente disponível para negociação pelo público, o restante dessas ações é frequentemente detido por pequenos grupos de controladores, entes públicos ou um acionista controlador principal. Em 31 de dezembro de 2025, representávamos aproximadamente 1,3% da capitalização de mercado de todas as companhias listadas na B3. O mercado acionário brasileiro também é significativamente mais concentrado do que o da NYSE ou de outras grandes bolsas.

A negociação na B3 por investidores não residentes está sujeita às limitações previstas na legislação brasileira sobre investimento estrangeiro.

Práticas de Governança Corporativa do Novo Mercado

A B3 tem três segmentos especiais de negociação, com níveis de práticas diferenciadas de governança corporativa, denominados Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado, com o objetivo de estimular um mercado secundário para os valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras listadas na B3, fazendo com que tais companhias adotem boas práticas de governança corporativa. Os segmentos de Cotação são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a observar práticas de governança corporativa e exigências de divulgação de informações, além daquelas já impostas pela legislação brasileira. Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e elevam a qualidade das informações fornecidas aos acionistas.

Para ingressar no Nível 1, além das obrigações impostas pela legislação brasileira em vigor, os emissores obrigam-se a: (i) manter pelo menos 25% do total do capital social efetivamente disponível para negociação; (ii) adotar

mecanismos que favoreçam a dispersão acionária em ofertas públicas; (iii) observar os padrões mínimos de divulgação trimestral; (iv) seguir políticas mais exigentes de divulgação quanto a contratos com partes relacionadas, contratos relevantes e operações realizadas por acionistas controladores, conselheiros e diretores envolvendo os valores mobiliários da emissora; (v) enviar qualquer acordo de acionistas e planos de opção de compra de ações (stock option plans) à B3; e (vi) preparar um cronograma de eventos corporativos e disponibilizá-lo aos acionistas.

Para ingressar no Nível 2, além das obrigações impostas pela legislação brasileira em vigor, os emissores obrigam-se a: (i) observar todas as exigências de Cotação do Nível 1; (ii) conceder direito de alienação conjunta de controle (tag-along) a todos os acionistas com relação à transferência de controle da companhia, oferecendo o mesmo preço por ação pago pelas ações do bloco de controle; (iii) conceder direito de voto aos acionistas ordinários com relação a determinadas reestruturações corporativas e operações com partes relacionadas, como (1) qualquer operação de transformação da companhia, (2) qualquer operação de incorporação, fusão ou cisão da companhia, (3) aprovação de qualquer operação entre a companhia e seu acionista controlador, inclusive partes relacionadas ao acionista controlador, (4) aprovação de qualquer avaliação de ativos a serem entregues pela companhia em pagamento de ações emitidas em aumentos de capital, (5) nomeação de empresa especializada para avaliar o valor justo da companhia com relação a qualquer oferta de aquisição de ações para cancelamento de registro, e (6) quaisquer alterações no direito de voto; (iv) possuir conselho de administração composto por pelo menos cinco membros, 20% dos quais devem ser conselheiros independentes, para um mandato de dois anos; (v) elaborar demonstrações financeiras anuais em inglês, inclusive demonstrações de fluxo de caixa, de acordo com as normas internacionais de contabilidade, como U.S. GAAP ou IFRS; (vi) caso decida cancelar o registro de companhia listada no Nível 2, realizar uma oferta de aquisição de ações pelo acionista controlador da companhia (o preço mínimo das ações deverá ser apurado em processo de avaliação); e (vii) aderir exclusivamente às regras da Câmara de Arbitragem do Mercado da B3 para solucionar quaisquer conflitos entre a companhia e seus investidores.

Para ingressar no Novo Mercado, os emissores devem atender a todas as exigências mencionadas acima e obrigam-se a: (i) emitir apenas ações com direito a voto; (ii) ter pelo menos dois conselheiros independentes, ou o equivalente a 20% do total de conselheiros, o que for maior, com mandato limitado a dois anos; (iii) seguir políticas de divulgação mais rígidas com relação às políticas, regras internas de procedimento, código de conduta empresarial e relatórios periódicos do comitê de auditoria da companhia; e (iv) adotar procedimentos de compliance mais rígidos, inclusive um comitê de auditoria, auditoria interna e outros controles de gestão de riscos. Quanto à obrigação das companhias listadas no Novo Mercado de assegurar que ações do emissor representativas de 25% do total do capital social estejam efetivamente disponíveis para negociação, esse limite pode ser reduzido para 15% do capital social, desde que o volume médio de negociação diária permaneça igual ou superior a R\$ 25,0 milhões, considerando-se pregões realizados nos 12 meses anteriores. Nossas ações estão listadas no segmento do Novo Mercado.

Regulamentação dos Mercados Brasileiros de Valores Mobiliários

Os mercados brasileiros de valores mobiliários são regulamentados pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários), que tem competência sobre as bolsas de valores e mercados de valores mobiliários em geral, e pelo Banco Central, que detém, entre outros, poderes para autorizar o funcionamento de corretoras de valores e para disciplinar investimentos estrangeiros e operações de câmbio.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, uma companhia pode ser aberta, como a nossa, ou fechada. Todas as companhias abertas, como nós, são registradas na CVM e estão sujeitas a exigências de divulgação de informações periódicas. Nossas ações estão listadas no segmento do Novo Mercado da B3 e podem ser negociadas em operações privadas, observadas certas restrições.

Podemos solicitar que a negociação de nossos valores mobiliários seja suspensa na B3 antes da publicação de fato relevante. A negociação também pode ser suspensa por iniciativa da B3 ou da CVM, com base em indício de que a companhia tenha fornecido informações inadequadas com relação a um fato relevante ou tenha fornecido respostas inadequadas a questionamentos feitos pela CVM ou pela B3, entre outros motivos.

A negociação na B3 por pessoas não residentes no Brasil está sujeita a restrições impostas pela legislação brasileira sobre investimentos estrangeiros e pela legislação tributária. O custodiante brasileiro das nossas ações ordinárias e o depositário das nossas ADSs obtiveram o certificado de registro eletrônico junto ao Banco Central autorizando a remessa de dólares ao exterior para pagamento de dividendos e de quaisquer outras distribuições em moeda ou quando da alienação das ações e do produto da venda. Segundo a Resolução CMN nº 4.373, para que o investidor entregue ADSs para fins de retirada das ações por elas representadas, ele deve nomear uma instituição financeira brasileira devidamente autorizada pelo Banco Central e pela CVM para atuar como seu representante legal, que será responsável por, entre outros, manter e atualizar os certificados de registro do investidor junto ao Banco Central, o que dá o direito a investidores estrangeiros registrados a negociar as ações subjacentes diretamente na B3.

Exigências de Divulgação

De acordo com a Resolução CVM nº 44 de 23 de agosto de 2021, a CVM revisou e consolidou os requisitos relativos à divulgação e uso de informações relacionadas a fatos e atos relevantes de companhias abertas, incluindo a divulgação de informações sobre a negociação e aquisição de valores mobiliários emitidos por companhias abertas.

Essas exigências incluem:

- a definição do conceito de fato relevante como fato que obriga a divulgação de informações. Considera-se relevante qualquer decisão de acionista controlador, deliberação da assembleia geral ou dos órgãos de administração da companhia, ou qualquer outro ato ou fato, ocorrido na companhia ou de outra forma relacionado aos seus negócios, que possa influenciar a cotação dos valores mobiliários de emissão da companhia, a decisão dos investidores de negociar aqueles valores mobiliários ou a decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titular de valores mobiliários emitidos pela companhia;
- a especificação de exemplos de fatos relevantes, que incluem, entre outros, a assinatura de acordo de acionistas dispondo sobre a transferência do controle acionário, ingresso ou saída de acionista que mantenha, com a companhia, contrato ou colaboração operacional, financeira, tecnológica ou administrativa, bem como qualquer reorganização societária realizada entre companhias relacionadas;
- a obrigação do diretor de relações com investidores, acionistas controladores, outros diretores, membros do conselho de administração, comitê de auditoria e outros órgãos consultivos de divulgar fatos relevantes;
- a divulgação simultânea de fatos relevantes em todos os mercados nos quais os valores mobiliários da companhia sejam admitidos à negociação;
- a obrigação do adquirente do controle acionário da companhia de publicar fatos relevantes e declarar sua intenção de promover, ou não, no prazo de um ano, o cancelamento do registro de companhia aberta;
- o estabelecimento de regras quanto às exigências de divulgação em aquisição e alienação de participação acionária relevante;
- a restrição ao uso de informações privilegiadas; e
- a proibição de acionistas controladores, diretores, membros do conselho de administração e do conselho fiscal da companhia realizem qualquer negociação com os valores mobiliários de emissão da companhia, ou a eles relacionados, durante o período que ocorrer antes da data de divulgação das informações contábeis trimestrais e das demonstrações financeiras anuais da companhia.

D. Acionistas Vendedores

Não se aplica.

E. Diluição

Não se aplica.

F. Despesas da Emissão

Não se aplica.

Item 10. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

A. Capital Social

Não se aplica.

B. Atos Constitutivos e Estatuto Social

Apresentamos a seguir determinadas informações acerca de nosso capital social e um breve resumo de determinadas disposições relevantes de nosso estatuto social, da Lei das Sociedades por Ações, as regras e regulamentos pertinentes da CVM e a regras do Novo Mercado aplicáveis ao nosso capital social. Essa descrição não se propõe a ser completa e qualifica-se por referência ao nosso estatuto social e à legislação brasileira.

Objeto Social

Somos uma companhia devidamente constituída e com sede e foro na cidade de São José dos Campos, estado de São Paulo, Brasil, regida pelo nosso estatuto social e pela Lei das Sociedades por Ações. De acordo com o artigo I de nosso estatuto social, nosso objeto social é (i) projetar, construir e comercializar aeronaves, equipamentos, materiais, sistemas, software, acessórios e componentes para as indústrias aeroespacial, defesa, segurança, energia e outras que exijam sistemas complexos e integrados para apoiar suas operações; (ii) realizar outras atividades tecnológicas, industriais, comerciais e de serviços relacionadas às indústrias aeroespacial, defesa, segurança, energia ou outras que exijam sistemas complexos e integrados para apoiar suas operações; (iii) contribuir para a formação de pessoal técnico necessário para as indústrias listadas nos itens acima; e (iv) participar da geração de energia elétrica para autoconsumo com possibilidade de vender excedentes.

Descrição do Capital Social

Geral

Em 31 de dezembro de 2025, nosso capital social consistia em um total de 740.465.044 ações ordinárias emitidas, sem valor nominal, incluindo 17.698.905 ações ordinárias mantidas em tesouraria e uma classe especial de ação ordinária, conhecida como golden share, de titularidade da União. Nosso estatuto social autoriza a emissão de até 1.000.000.000 ações ordinárias por resolução do conselho de administração, independentemente de qualquer alteração em nosso estatuto social e de aprovação dos acionistas. Na data deste relatório anual, tínhamos 722.766.139 ações ordinárias em circulação, que estavam totalmente integralizadas. Nossos acionistas devem aprovar, em assembleia geral, qualquer aumento de capital que exceda o capital social autorizado mencionado acima. Nossos acionistas não são responsáveis por outras chamadas de capital. Sua responsabilidade limita-se ao valor do capital social a que tenham subscrito, mas não integralizado.

Ações Ordinárias

Cada ação ordinária confere ao respectivo titular direito a um voto nas assembleias gerais. De acordo com nosso estatuto social e o contrato de participação no Novo Mercado, segmento da B3, não podemos emitir ações que não confirmem direito de voto ou que confirmem direito de voto sujeito a restrições.

Mudanças nos direitos conferidos às ações ordinárias nos termos de nosso estatuto social geralmente exigiriam uma alteração de nosso estatuto social. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, o aditamento do nosso estatuto social exige a aprovação dos acionistas em assembleia geral. Esse aditamento, em geral, exige a aprovação por maioria simples dos acionistas ordinários, com exceção das matérias que exigem a aprovação dos acionistas representando pelo menos metade das ações com direito a voto emitidas e em circulação, ou matérias sujeitas à aprovação do titular da golden share. Para mais informações sobre as matérias que exigem quórum qualificado e o direito a voto conferido pela golden share, vide “Direito de Voto das Ações—Matérias Sujeitas a Quórum Qualificado” e “—Direito de Voto das Ações—Golden Share”, respectivamente.

A Lei das Sociedades por Ações brasileira e nosso estatuto social exigem que todas as nossas assembleias de acionistas sejam convocadas por publicação de aviso em jornal de grande circulação na cidade onde está localizada nossa sede, em forma resumida e com divulgação simultânea do texto completo dos documentos na página do mesmo jornal online, que deve fornecer certificação digital da autenticidade dos documentos mantidos na página emitida por uma autoridade certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), atualmente O Vale em São José dos Campos, com pelo menos 30 dias de antecedência da assembleia (nos termos do Artigo 19 de nosso estatuto social e melhores práticas da CVM para companhias com American depositary shares). Além disso, as publicações são feitas em outro jornal de circulação geral em São Paulo, onde está localizada a Bolsa de Valores de São Paulo, atualmente o Valor Econômico. O quórum para instalação das assembleias gerais, em primeira convocação, exige a presença de acionistas titulares de ao menos 25% das ações ordinárias (exceto no caso de assembleias convocadas para deliberar sobre o aditamento de nosso estatuto social ou a renúncia de oferta pública de aquisição exigida para cancelamento de registro no Novo Mercado, o que exige um quórum de pelo menos dois-terços das ações ordinárias em primeira convocação); e em segunda convocação, as assembleias podem ser realizadas com a presença de qualquer número de acionistas.

O edital de convocação deve conter a data, hora, local e pauta da assembleia, e, no caso de alterações ao estatuto social, a indicação das matérias relevantes. Em certas circunstâncias, a pedido de qualquer acionista (e conforme regulamentações adicionais da CVM) e após nos ouvir, a CVM pode (i) ordenar, mediante decisão fundamentada, que a

assembleia seja adiada por até 30 dias, caso haja informações insuficientes para que uma votação seja realizada, prazo que será contado a partir da data em que as informações completas forem entregues aos acionistas; e (ii) suspender editais de convocação por até 15 dias para analisar a pauta e as propostas sujeitas a voto de acionistas na assembleia e, conforme o caso, informar à companhia os motivos pelos quais a CVM entende que itens da pauta violam leis ou regulamentos. A Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM nº 81”), também exige que informações adicionais sejam divulgadas no edital de convocação da assembleia para determinadas matérias. Por exemplo, no caso de eleição de todos os conselheiros, o edital de convocação da assembleia também deverá divulgar o percentual mínimo de participação acionária exigido de um acionista para requerer a adoção de procedimentos de voto cumulativo. Todos os documentos relacionados à pauta da assembleia de acionistas deverão ser disponibilizados aos acionistas pelo menos um mês antes da assembleia ou mediante publicação do primeiro edital de convocação da assembleia, exceto se de outra forma exigido por lei ou regulamentação da CVM.

De acordo com o nosso estatuto social, o acionista que quiser participar da assembleia geral deve comprovar a titularidade das ações segundo as quais pretende exercer seu direito de voto, por meio de documento de identificação e comprovante de titularidade. Nossos acionistas poderão ser representados nas assembleias gerais, por meio de procuração emitida há menos de um ano antes da data da assembleia, por: (1) um de nossos conselheiros ou diretores; (2) advogado ou (3) instituição financeira. Não obstante, em 4 de novembro de 2014, a CVM decidiu que nossos acionistas pessoas jurídicas poderão ser representados nas assembleias gerais por seus representantes legais ou procuradores devidamente nomeados, nos termos de seus estatutos e instrumentos societários e segundo o Código Civil. Fundos de investimento deverão ser representados por seus administradores. A Resolução CVM nº 81 proíbe a Companhia de condicionar o exercício de direitos pelos acionistas na assembleia de acionistas à apresentação de documentos para comprovar circunstâncias relacionadas à titularidade de ações que possam ser objetivamente verificadas com base em registros de titularidade já mantidos pela Companhia.

Alternativamente, os acionistas poderão participar de assembleias gerais por meio do mecanismo de voto à distância, que é regulado pela Resolução CVM nº 81, e alterações posteriores, cujo objetivo é facilitar a participação de acionistas em assembleias gerais tanto por meio do voto como por meio do envio de propostas e indicação de candidatos à eleição dos membros do conselho de administração ou conselho fiscal. Para tanto, a instrução prevê:

- ➔ o uso de boletins de voto a distância por meio dos quais os acionistas podem exercer seu direito de voto antes da data de realização da assembleia geral; O uso de tais boletins de voto a distância é obrigatório para todas as assembleias de acionistas, sejam gerais ou especiais, ordinárias ou extraordinárias, exceto nos casos expressamente dispensados, e pode ser encaminhado pelo acionista: (a) ao custodiante (se as ações detidas pelo acionista forem mantidas em depósito centralizado); (b) ao agente escriturador das ações emitidas pela companhia (se tais ações não forem mantidas em depósito centralizado); (c) às depositárias centrais; ou (d) diretamente à companhia;
- ➔ a possibilidade de inclusão de candidatos para o Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Companhia e propostas de deliberação de acionistas nesse boletim, com devida observância de determinados percentuais de participação acionária, a fim de facilitar a participação dos acionistas em assembleias de acionistas;
- ➔ os prazos, procedimentos e formas de envio desse boletim, que pode ser encaminhado pelo acionista: (a) ao custodiante (se as ações detidas pelo acionista forem mantidas em depósito centralizado) ou; (b) ao agente escriturador das ações emitidas pela companhia (se tais ações não forem mantidas em depósito centralizado); ou (c) diretamente à companhia; e
- ➔ a possibilidade de companhias abertas realizarem assembleias de acionistas virtuais ou híbridas (isto é, físicas e virtuais), ou em locais físicos acessórios, incluindo determinados procedimentos que devem ser adotados por tais companhias ao realizar esses tipos de assembleias. O aviso de convocação de uma assembleia de acionistas deve indicar o formato da assembleia e as ações que os acionistas devem tomar para participar remotamente.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, é conferido aos titulares de nossas ações ordinárias o direito ao recebimento de dividendos na proporção de suas participações no montante disponível para distribuição. Para mais informações sobre o pagamento de dividendos relativos às nossas ações, vide “Item 8. Informações Financeiras—A. Demonstrações Consolidadas e Outras Informações Financeiras—Dividendos e Política de Dividendos”. Além disso, mediante qualquer liquidação da Companhia, e após a quitação de todos os nossos passivos, as ações ordinárias têm direito à devolução de capital proporcionalmente à sua participação em nosso patrimônio líquido.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o nosso estatuto social e tampouco as deliberações adotadas por nossos acionistas em assembleias gerais podem privar os nossos acionistas dos seguintes direitos:

- direito a participar da distribuição dos lucros;
- o direito de participar de quaisquer ativos residuais remanescentes proporcionalmente à sua participação acionária em nosso capital social no caso de liquidação da companhia;
- direito de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, salvo em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações descritas em “—Direito de Preferência”;
- o direito de fiscalizar nossa Administração, da forma prevista no Artigo 109 da Lei das Sociedades por Ações; e
- o direito de retirada em razão de eventos especificados na Lei das Sociedades por Ações, descritos no “—Resgate e Direito de Retirada”.

Golden Share

A golden share é detida pelo Governo Federal Brasileiro. Para uma discussão sobre os direitos aos quais a golden share faz jus, vide “—Direito de Voto das Ações—Golden Share”.

Direito de Voto das Ações

Cada ação ordinária confere ao respectivo titular direito a um voto nas assembleias gerais. De acordo com nosso estatuto social e o contrato de participação no Novo Mercado, segmento da B3, não podemos emitir ações que não confirmem direito de voto ou que confirmem direito de voto sujeito a restrições.

Matérias de Quórum Qualificado

Segundo a Lei das Sociedades por Ações, a aprovação de acionistas representando pelo menos a maioria das ações com direito a voto emitidas e em circulação é necessária para as matérias descritas a seguir (entre outras):

- a redução do dividendo obrigatório;
- a mudança do objeto social;
- a fusão ou incorporação da companhia em outra, observadas as condições previstas na Lei das Sociedades por Ações;
- a transferência de todas as nossas ações a outra companhia ou recebimento de ações de outra companhia a fim de transformar a companhia que transferiu as ações em subsidiária integral da outra, operação denominada incorporação de ações;
- a participação em grupo centralizado de companhias, conforme definição da Lei das Sociedades por Ações e observadas as condições ali previstas;
- realização de cisão;
- nossa dissolução ou liquidação;
- cancelamento de qualquer liquidação nossa em curso; ou
- criação de ações preferenciais que confirmem mais privilégios que aqueles conferidos pelas ações existentes ou alteração na ordem de prioridade, preferência, privilégio ou condição de resgate ou amortização de ações preferenciais.

No caso do último item acima, a aprovação dos acionistas representando a maioria das ações emitidas e em circulação da classe afetada também será necessária. Nosso estatuto social atualmente prevê que o nosso capital social é composto exclusivamente por ações ordinárias, sendo que a única classe especial é a golden share. Para mais informações sobre a golden share, vide “—Golden Share”.

Limitações aos Direitos de Voto de Determinados Titulares de Ações Ordinárias

Nosso estatuto social prevê que, em qualquer assembleia geral, nenhum acionista ou grupo de acionistas, inclusive corretoras atuando em nome de um ou mais titulares de ADSs, poderá exercer direito de voto com relação a ações que representem mais de 5% do nosso capital social. Os votos que excederem o limite de 5% não serão considerados.

Nos termos de nosso estatuto social, dois ou mais acionistas serão considerados “grupo de acionistas” se:

- fizerem parte de acordo de voto;
- um deles for, direta ou indiretamente, acionista controlador ou controladora do outro acionista ou acionistas;
- forem companhias direta ou indiretamente controladas pela mesma pessoa física ou jurídica, ou grupo de pessoas físicas ou jurídicas, sejam elas acionistas ou não; ou
- forem companhias, associações, fundações, cooperativas e trusts, fundos ou portfólios de investimento, universalidade de direitos ou qualquer outra forma de organização ou empreendimento (i) com os mesmos administradores ou gerentes, ou (ii) cujos administradores ou gerentes sejam companhias direta ou indiretamente controladas pela mesma pessoa física ou jurídica, ou grupo de pessoas físicas ou jurídicas, sejam elas acionistas ou não.

Em caso de fundos de investimento que tenham o mesmo administrador, somente os fundos com políticas de investimento e cujo exercício do direito de voto em assembleias gerais estejam sob a responsabilidade discricionária do administrador serão considerados grupo de acionistas.

Além disso, acionistas representados pela mesma procuração, administrador ou representante em qualquer assembleia geral serão considerados grupo de acionistas, com exceção dos titulares de nossas ADSs quando representados pelo respectivo depositário. Todos os signatários de acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do direito de voto também serão considerados grupo de acionistas para fins dessa restrição.

A restrição sobre o direito de voto de determinados acionistas ordinários está indicada na tabela abaixo:

Participação do Acionista ou Grupo de Acionistas	Direito de Voto como Percentual do Nosso Capital Social
1%	1%
2%	2%
3%	3%
4%	4%
5%	5%
> 5%	5%

Limitações aos Direitos de Voto de Acionistas Não Brasileiros

De acordo com o edital publicado pelo governo federal com relação à privatização da Embraer em 1994, o direito de voto dos acionistas ordinários estrangeiros da Embraer limita-se a 40% dos votos de acionistas ordinários em assembleias gerais da Embraer.

Nosso estatuto social dispõe que, em qualquer assembleia geral, acionistas estrangeiros ou grupos de acionistas estrangeiros não poderão exercer direito de voto equivalente a mais de dois-terços do total de votos de todos os acionistas brasileiros presentes em assembleia. O número total de votos que será exercido pelos acionistas brasileiros e estrangeiros será determinado após a aplicação do limite de 5% descrito no “—Restrições ao Direito de Voto de Determinados Acionistas Ordinários”. Os votos de acionistas estrangeiros que excederem o limite de dois-terços não serão considerados. Caso o total de votos de acionistas estrangeiros em qualquer assembleia geral exceda dois-terços dos votos que podem ser exercidos pelos acionistas brasileiros presentes em assembleia, o número de votos de cada acionista estrangeiro será reduzido proporcionalmente para que o total de votos de acionistas estrangeiros não exceda dois-terços do total de votos que pode ser exercido por acionistas brasileiros presentes em assembleia.

A fração de dois-terços efetivamente limita o direito de voto de acionistas estrangeiros e grupos de acionistas estrangeiros a 40% do capital social representado em assembleia geral. O objetivo dessa restrição é assegurar que acionistas brasileiros constituam a maioria do total de votos em assembleia geral. Essa restrição efetivamente evitará a tomada do controle por acionistas estrangeiros e limitará sua capacidade de exercer controle sobre nós.

Nos termos de nosso estatuto social, “acionistas brasileiros” são:

- pessoas físicas de nacionalidade brasileira, natas ou naturalizadas, residentes no Brasil ou no exterior;
- pessoas jurídicas de direito privado, constituídas segundo as leis do Brasil, com sede no Brasil, e que: (i) não possuam controladora estrangeira, salvo se a controladora atender as exigências do item (ii) a seguir; e (ii) sejam controladas, direta ou indiretamente, por uma ou mais pessoas físicas de nacionalidade brasileira, natas ou naturalizadas, residentes no Brasil ou no exterior; e
- fundos ou clubes de investimento constituídos segundo as leis do Brasil, com sede no Brasil, e cujos gerentes e/ou investidores principais acionistas são as pessoas físicas ou jurídicas descritas acima.

O acionista brasileiro deverá apresentar comprovação, para nós e para o depositário, para fins de registro no livro acionário, de que satisfaz as exigências acima e somente após essa comprovação é que o acionista será registrado nos livros de acionistas brasileiros.

Para fins do nosso estatuto social, acionistas estrangeiros são quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, fundos ou clubes de investimento e quaisquer outros entes que não sejam considerados acionistas brasileiros e que não possam satisfazer as exigências para registrarem-se como acionistas brasileiros, nos termos do nosso estatuto social.

O grupo de acionistas, conforme definido acima, será considerado estrangeiro se pelo menos um de seus membros for acionista estrangeiro.

O efeito dessa restrição sobre o direito de voto de acionistas estrangeiros (ou seja, sua participação) está indicado na tabela abaixo, em que a coluna Participação de Acionistas Estrangeiros apresenta o percentual máximo de votos do acionista estrangeiro:

Participação de Acionistas Brasileiros	Participação de Acionistas Estrangeiros	Participação de Acionistas Não Brasileiros⁽¹⁾
<i>(% do capital social)</i>	<i>(% do capital social)</i>	<i>(%)</i>
90	10	10,00
80	20	20,00
70	30	30,00
60	40	40,00
59	41	39,33
50	50	33,33
40	60	26,67
30	70	20,00
20	80	13,33
10	90	6,67

(1) Número de votos calculado com base em dois-terços dos votos dos acionistas brasileiros.

A tabela abaixo indica, em diferentes situações, o sistema de voto que se aplica às nossas assembleias gerais.

Exemplo 1

Todos os acionistas brasileiros são titulares de menos de 5% e os acionistas estrangeiros são titulares de um total de 40% do nosso capital social, sem que nenhum acionista seja, individualmente, titular de mais de 5%. Esse exemplo demonstra uma situação em que a restrição geral para acionistas estrangeiros não afeta a proporção de votos.

Acionista	% de Ações Presentes	% Efetiva de Votos Após a Aplicação da Restrição de 5% Sobre os Votos	% Efetiva de Votos Após a Aplicação da Restrição a Acionistas Estrangeiros	% de Votos Válidos	Proporção de Votos (Votos/Ação)
Brasileiro A	5	5	5	5	1,00
Brasileiro B	5	5	5	5	1,00
Brasileiro C	5	5	5	5	1,00
Brasileiro D	5	5	5	5	1,00
Brasileiro E	5	5	5	5	1,00
Brasileiro F	5	5	5	5	1,00
Brasileiro G	5	5	5	5	1,00
Total de Acionistas Brasileiros	60	60	60	60	1,00
Acionistas Estrangeiros ⁽¹⁾	40	40	40	40 ⁽²⁾	1,00
Total	100	100	100	100	1,00

- (1) Presumindo que nenhum acionista estrangeiro seja, individualmente, titular de mais de 5% do nosso capital social. Caso um acionista estrangeiro seja titular de mais de 5% do nosso capital social, esse acionista também estará sujeito à restrição de 5% sobre o voto com relação à sua titularidade.
- (2) Dois-terços de 60 (total de votos de acionistas brasileiros após a aplicação da restrição de 5% sobre os votos) equivale a 40 votos.

Exemplo 2

Um acionista brasileiro é titular de mais de 5%, os demais acionistas brasileiros são titulares de 5% e os acionistas estrangeiros são titulares de um total de 50% do nosso capital social, sem que nenhum acionista seja, individualmente, titular de mais de 5%.

Acionista	% de Ações Presentes	% Efetiva de Votos Após a Aplicação da Restrição de 5% Sobre os Votos	% Efetiva de Votos Após a Aplicação da Restrição a Acionistas Estrangeiros	% de Votos Válidos	Proporção de Votos (Votos/Ação)
Brasileiro A	20	5	5,0	8,57	0,25
Brasileiro B	5	5	5,0	8,57	1,00
Brasileiro C	5	5	5,0	8,57	1,00
Brasileiro D	5	5	5,0	8,57	1,00
Brasileiro E	5	5	5,0	8,57	1,00
Brasileiro F	5	5	5,0	8,57	1,00
Brasileiro G	0,05	0,05	0,05	0,0857	0,01
Total de Acionistas Brasileiros	50	35	35,0	59,99	1,00
Acionistas Estrangeiros ⁽¹⁾	50	50	23,3 ⁽²⁾	40,00	0,47
Total	100,0	85,0	58,3	100,0	1,5

- (1) Presumindo que nenhum acionista estrangeiro seja, individualmente, titular de mais de 5% do nosso capital social. Caso um acionista estrangeiro seja titular de mais de 5% do nosso capital social, esse acionista também estará sujeito à restrição de 5% sobre o voto com relação à titularidade.
- (2) Dois-terços de 35 (total de votos de acionistas brasileiros após a aplicação da restrição de 5% sobre os votos) equivale a 23 votos.

Exemplo 3

Nenhum acionista brasileiro é titular de mais de 5%, um acionista estrangeiro é titular de 30% e os demais acionistas estrangeiros são titulares de um total de 40% do nosso capital social, sem que nenhum acionista seja, individualmente, titular de mais de 5%.

Acionista	% de Ações Presentes	% Efetiva de Votos Após a Aplicação da Restrição de 5% Sobre os Votos	% Efetiva de Votos Após a Aplicação da Restrição a Acionistas Estrangeiros	% de Votos Válidos	Proporção de Votos (Votos/Ação)
Brasileiro A	5	5	5,0	10,0	1,00
Brasileiro B	5	5	5,0	10,0	1,00
Brasileiro C	5	5	5,0	10,0	1,00
Brasileiro D	5	5	5,0	10,0	1,00
Brasileiro E	5	5	5,0	10,0	1,00
Brasileiro F	5	5	5,0	10,0	1,00
Total de Acionistas Brasileiros	30	30	30,0	60,0	1,00
Acionistas Estrangeiros A	30	5	2,2 ⁽²⁾	4,4	0,07
Acionistas Estrangeiros ⁽¹⁾	40	40	17,8 ⁽²⁾	35,6	0,44
Total	100,0	75,0	50,0	100,0	1,5

- (1) Presumindo que nenhum acionista estrangeiro seja, individualmente, titular de mais de 5% do nosso capital social, salvo o Acionista Estrangeiro A. Caso um acionista estrangeiro seja titular de mais de 5% do nosso capital social, esse acionista também estará sujeito à restrição de 5% sobre o voto com relação à titularidade.
- (2) Dois-terços de 30 (total de votos de acionistas brasileiros após a aplicação da restrição de 5% sobre os votos) equivale a 20 votos, proporcionalmente divididos entre o Acionista Estrangeiro A e os demais acionistas estrangeiros.

Exemplo 4

Dois acionistas brasileiros são titulares de mais de 5%, três acionistas brasileiros são titulares de 5% e os acionistas estrangeiros são titulares de um total de 30% do nosso capital social, sem que nenhum acionista seja, individualmente, titular de mais de 5%.

Acionista	% de Ações Presentes	% Efetiva de Votos Após a Aplicação da Restrição de 5% Sobre os Votos	% Efetiva de Votos Após a Aplicação da Restrição a Acionistas Estrangeiros	% de Votos Válidos	Proporção de Votos (Votos/Ação)
Brasileiro A	30	5	5,0	12	0,17
Brasileiro B	25	5	5,0	12	0,20
Brasileiro C	5	5	5,0	12	1,00
Brasileiro D	5	5	5,0	12	1,00
Brasileiro E	5	5	5,0	12	1,00
Total de Acionistas Brasileiros	70	25	25,0	60	1,00

Acionistas Estrangeiros ⁽¹⁾	30	30	16,7 (2)	40	0,56
Total	<u>100,0</u>	<u>55,0</u>	<u>41,7</u>	<u>100,0</u>	<u>1,6</u>

- (1) Presumindo que nenhum acionista estrangeiro seja, individualmente, titular de mais de 5% do nosso capital social, salvo o Acionista Estrangeiro A. Caso um acionista estrangeiro seja titular de mais de 5% do nosso capital social, esse acionista também estará sujeito à restrição de 5% sobre o voto com relação à titularidade.
- (2) Dois-terços de 25 (total de votos de acionistas brasileiros após a aplicação da restrição de 5% sobre os votos) equivale a 16,7 votos.

Nos termos do nosso estatuto social, qualquer acionista ou grupo de acionistas está limitado de exercer o controle de voto sobre nós.

Golden Share

A golden share é detida pelo Governo Federal Brasileiro. A golden share confere os mesmos direitos de voto a que fazem jus as ações ordinárias. Além disso, a golden share confere à União direito de veto com relação aos seguintes atos societários:

- mudança de nossa razão social e objeto social;
- modificação e/ou aplicação de nosso logo;
- criação e/ou alteração de programas militares (envolvendo o Brasil ou não);
- desenvolvimento de habilidades de terceiros em tecnologia para programas militares;
- interrupção do fornecimento de peças sobressalentes e peças de substituição para aeronaves militares;
- transferência de nosso controle;
- quaisquer alterações na lista de atos societários com relação aos quais a golden share confere direito de veto, incluindo o direito da União de nomear um membro efetivo e o direito de nossos empregados de nomear dois membros efetivos em nosso conselho de administração, e nos direitos conferidos pela golden share; e
- alteração em determinadas disposições de nosso estatuto social quanto a restrições de voto, direitos conferidos pela golden share e requisitos da oferta de aquisição obrigatória aplicáveis a titulares de 35% ou mais de nossas ações em circulação.

As matérias enumeradas acima estão sujeitas à aprovação prévia do nosso conselho de administração e à notificação prévia à União e ao Ministério da Fazenda. No prazo de 30 dias a partir da notificação, a União, na qualidade de titular da golden share, poderá exercer seu direito de veto. Nosso conselho de administração se reunirá após esse prazo ou pronunciamento da União. Caso a União rejeite a deliberação, o conselho de administração reconsiderará tal deliberação. Em caso de aprovação ou ausência de manifestação da União no prazo de 30 dias, a deliberação será ratificada e considerada aprovada pelo nosso conselho de administração. Em determinados casos, nos termos do nosso estatuto social ou segundo a legislação em vigor, a matéria deverá ser submetida à aprovação da assembleia geral e a União poderá exercer seu direito de veto com relação a tal matéria.

Divulgação da Propriedade e Negociação de nossas Ações por Nós, nossos Principais Acionistas, Conselheiros e Diretores ou Membros de nosso Conselho Fiscal e de Participação Relevante

Requisitos Brasileiros

Nos termos das regras da CVM, nossos conselheiros e diretores e membros de nosso conselho fiscal ou de qualquer comitê técnico ou consultivo são obrigados a divulgar a nós, à CVM e à B3 o número, tipo e forma de aquisição de quaisquer valores mobiliários emitidos por nós, ou por nossas subsidiárias de capital aberto, conforme aplicável, e detidos por eles ou quaisquer pessoas a eles relacionadas (como cônjuge, companheiro ou dependente). Devemos fornecer as informações relativas à negociação de quaisquer desses valores mobiliários à CVM em até 10 dias após o encerramento do mês em que foram negociados ou do mês em que os membros da administração foram eleitos. Os indivíduos mencionados

acima também devem divulgar a nós quaisquer valores mobiliários emitidos por nós que sejam de propriedade ou negociados por entidades direta ou indiretamente controladas por eles.

Tais informações devem incluir:

- nome e qualificação da pessoa que fornece as informações;
- quantidade, preço, tipo, classe e outras características das ações ou outros valores mobiliários transferidos; e
- forma de transferência (transação privada, transação em bolsa de valores ou de outra forma).

Nos termos da legislação brasileira, acionistas que detêm mais de 5% das ações com direito a voto de uma companhia devem divulgar publicamente sua participação acionária à CVM e à bolsa de valores brasileira. Além disso, de acordo com a Resolução CVM nº 44, de 23 de agosto de 2021, conforme alterada (“Resolução CVM 44”), se qualquer acionista ou qualquer grupo de acionistas, atuando em conjunto ou representando o mesmo interesse, aumentar ou diminuir sua participação em nosso capital social direta ou indiretamente (incluindo não apenas ações, mas também outros valores mobiliários e instrumentos derivativos referenciados em nossas ações, liquidados física ou financeiramente) excedendo limites de múltiplos de 5% (isto é, 5%, 10%, 15% etc.), essa pessoa ou entidade deve divulgar imediatamente sua participação acionária a nós nos termos mencionados acima, incluindo as razões e o objetivo da transação e informações sobre qualquer acordo relativo ao exercício de direitos de voto ou à compra e venda dos valores mobiliários. Após receber tal comunicação, devemos divulgar a alteração à CVM e ao mercado. De acordo com a Resolução CVM 44, planos individuais de investimento ou desinvestimento para acionistas controladores diretos ou indiretos, membros de quaisquer órgãos estatutários de uma companhia, bem como quaisquer pessoas que, em razão de sua responsabilidade, função ou cargo em uma companhia listada, sua controladora, subsidiárias ou afiliadas tenham potencial acesso a informação privilegiada, são permitidos, sujeitos a determinados requisitos.

Determinados Requisitos Legais dos EUA

Além disso, segundo o Exchange Act, devem apresentar relatórios os acionistas ou grupos de acionistas que venham a ser os titulares finais (beneficiário efetivos) (conforme definição prevista da Rule 13d-3 do Exchange Act) de mais de 5% das nossas ações ordinárias. Em geral, esses acionistas devem apresentar, no prazo de cinco dias após a aquisição, um relatório sobre a titularidade final das ações junto à SEC, contendo as informações exigidas pelos regulamentos do Exchange Act. Essas informações também devem ser enviadas a nós e a cada bolsa de valores dos Estados Unidos em que as nossas ações ordinárias sejam negociadas. Os acionistas devem informar-se com seus consultores jurídicos quanto às obrigações de apresentação de relatórios segundo o Exchange Act.

Forma e Transferência

Nossas ações são nominais e escriturais. Assim, a transferência das ações é regida pelo artigo 35 da Lei das Sociedades por Ações. Segundo esse artigo, a transferência de ações deve ser afetada por meio de lançamento pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM, ou instituição depositária, em seus livros, a débito da conta de ações do alienante e a crédito da conta de ações do adquirente. A BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM também realiza todos os serviços de custódia e transferência de ações e serviços relacionados para nós.

A transferência de ações por acionista não brasileiro é feita da mesma forma e realizada pelo representante local do acionista em nome do acionista, exceto que, se o investimento original tiver sido registrado junto ao Banco Central do Brasil nos termos da regulamentação de investimento estrangeiro, o investidor estrangeiro também deve buscar, por meio de seu representante local, a alteração do registro eletrônico correspondente para refletir a nova titularidade, se necessário.

A B3 atua como sistema de liquidação central. Assim, o acionista pode escolher, a seu critério, participar desse sistema e todas as ações nele registradas serão depositadas em custódia da B3 (por meio de uma corretora brasileira devidamente autorizada a operar pelo Banco Central e com conta de liquidação na B3). O fato de essas ações estarem em custódia na B3 aparecerá em nosso livro de acionistas. Por sua vez, cada acionista participante será incluído em nosso livro de acionistas mantido pela B3 e receberá o mesmo tratamento que os acionistas registrados.

Conselho de Administração

Segundo a Lei das Sociedades por Ações, nossos diretores e conselheiros não podem votar ou intervir em matérias nas quais tenham conflito de interesse.

Nos termos do nosso estatuto social, os acionistas são responsáveis pela determinação da remuneração global dos membros dos órgãos da Administração. Nosso conselho de administração é responsável pela divisão desse valor entre

os membros da administração. Não há disposições específicas quanto ao poder de voto dos conselheiros com relação à própria remuneração na hipótese de ausência de quórum independente.

Nosso conselho de administração tem autorização para aprovar a captação de recursos, na forma de emissão de títulos (bonds), bônus (notes), títulos de crédito ou outros instrumentos normalmente utilizados no mercado. Outros tipos de financiamento, inclusive empréstimos bancários, podem ser obtidos mediante a assinatura conjunta de (i) dois diretores, (ii) um diretor e um procurador ou (iii) dois procuradores.

Segundo a Lei das Sociedades por Ações e nos termos do nosso estatuto social, não há previsão de idade para aposentadoria obrigatória. Além disso, nosso estatuto social não dispõe acerca de reeleição de conselheiros para mandatos não consecutivos.

Para mais informações sobre o nosso conselho de administração, vide “Item 6. Conselheiros, Alta Administração E Empregados—A. Conselheiros E Alta Administração—Conselho De Administração”

Eleição do Conselho de Administração

A eleição dos membros do conselho de administração, na ausência de solicitação de adoção do sistema de voto múltiplo, será conduzida segundo o sistema de chapas, em que a votação ocorrerá em chapas e não em candidatos individuais. Nosso conselho de administração é nomeado por nossos acionistas para um mandato de dois anos e três assentos reservados da seguinte forma: (i) um membro efetivo (e seu suplente) a ser nomeado pelo governo brasileiro, como titular da “golden share” e (ii) dois membros efetivos (e seus suplentes) a serem nomeados por nossos empregados (um membro do conselho e seu suplente serão nomeados pelo Clube de Investimentos dos Empregados da Companhia (CIEMB – Clube de Investimentos dos Empregados da Embraer), e um membro do Conselho e seu suplente serão nomeados pelos empregados não acionistas da Companhia). Os demais oito conselheiros efetivos serão eleitos de acordo com o sistema de chapas ou voto múltiplo, nos termos de nosso estatuto social. É permitida a inclusão de um mesmo candidato em mais de uma chapa. Cada acionista somente poderá votar em uma chapa e a chapa que tiver o maior número de votos será declarada vencedora.

Qualquer acionista ou grupo de acionistas poderá propor e enviar ao conselho de administração uma chapa de membros para eleição diferente daquela proposta nos termos de nosso estatuto social (por exemplo, pelo conselho de administração). Esse mesmo acionista ou grupo de acionistas não poderá enviar mais de uma chapa. Nosso estatuto social também prevê que o acionista que quiser indicar uma chapa alternativa deverá enviar uma notificação por escrito pelo menos dez dias antes da assembleia geral que elegerá os membros do conselho de administração, indicando o nome, currículo e outros detalhes dos candidatos. Em caso de recebimento dessa notificação, deveremos publicar um press release dirigido aos nossos acionistas, e disponibilizá-lo em nosso website, no mínimo oito dias antes da assembleia geral, informando os acionistas sobre como obter uma cópia da chapa proposta.

Alternativamente, a eleição dos membros do conselho de administração poderá ser realizada segundo o sistema de voto múltiplo. De acordo com os regulamentos da CVM e nos termos do nosso estatuto social, a adoção de deliberação sobre o voto múltiplo depende de solicitação por escrito de acionistas representando pelo menos 5% do nosso capital social, enviada pelo menos 48 horas antes do horário de realização da assembleia geral, incluindo através de um mecanismo de votação remota. Segundo o sistema de voto múltiplo, cada ação dá direito ao mesmo número de votos que o número de conselheiros a serem eleitos (sujeito à restrição aplicada a acionistas titulares de mais de 5% das ações ordinárias e restrições a acionistas estrangeiros nos termos de nosso estatuto social), sendo que cada acionista tem direito a concentrar os votos em apenas um conselheiro ou distribuir os votos em mais de um ou todos os conselheiros. Cargos não ocupados devido a empate na votação serão submetidos a nova votação, seguindo o mesmo processo.

Direito de Preferência

Em geral, cada um de nossos acionistas tem direito de preferência na subscrição de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações na hipótese de aumento de capital, na proporção de sua participação acionária, exceto na hipótese de concessão e exercício de qualquer opção de compra de ações de nosso capital social. O direito de preferência pode ser exercido e negociado por um período de 30 dias contados da publicação do comunicado de emissão de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e o nosso estatuto social, o conselho de administração poderá, a seu critério, eliminar ou reduzir o período de exercício do direito de preferência dos acionistas na hipótese de emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou subscrição de bônus a serem oferecidos em bolsa de valores ou oferta pública, ou ainda em caso de permuta de ações em oferta pública, com o objetivo de adquirir o controle de outra companhia, nos termos da lei.

Na hipótese de aumento de capital por meio da emissão de novas ações, os titulares de ADSs ou ações ordinárias, exceto nas circunstâncias descritas acima, terão direito de preferência na subscrição de qualquer classe de novas

ações emitidas por nós. Contudo, o titular de ADSs poderá ficar impossibilitado de exercer seu direito de preferência atinente às ações ordinárias subjacentes às ADSs, a menos que o seu documento de registro (registration statement), nos termos do Securities Act, esteja em vigor com relação a tais ações ou exista uma isenção da exigência de registro segundo o Securities Act. Para mais informações sobre os riscos relacionados ao nosso direito de preferência, vide “Item 3. Informações-Chave—3D. Fatores de Risco—Riscos Relacionados às Ações Ordinárias e ADSs—Titulares de ADSs podem ter dificuldades para exercer o direito de preferência”.

Resgate e Direito de Retirada

A Lei das Sociedades por Ações prevê que, em algumas circunstâncias, os acionistas têm direito de se retirar da companhia e receber o pagamento por suas ações. Esse direito de retirada pode ser exercido por acionistas dissidentes (que podem ser acionistas presentes à assembleia e votando contra as matérias listadas abaixo ou acionistas que não compareceram à respectiva assembleia) se pelo menos metade das ações com direito a voto em circulação nos autorizar a:

- ➔ a redução do dividendo obrigatório;
- ➔ a mudança do objeto social;
- ➔ a fusão ou incorporação da companhia em outra, observadas as condições previstas na Lei das Sociedades por Ações;
- ➔ a transferência de todas as nossas ações a outra companhia ou recebimento de ações de outra companhia a fim de transformar a companhia que transferiu as ações em subsidiária integral da outra, operação denominada incorporação de ações;
- ➔ a aquisição do controle de outra companhia por preço que exceda os limites estabelecidos na Lei das Sociedades por Ações;
- ➔ a participação em grupo centralizado de companhias, conforme definição da Lei das Sociedades por Ações e observadas as condições ali previstas;
- ➔ ou a cisão que resulte em (i) mudança do objeto social, salvo se os ativos e passivos da companhia cindida tiverem sido aportados em companhia que exerça substancialmente as mesmas atividades, (ii) redução do dividendo obrigatório ou (iii) qualquer participação em grupo centralizado de companhias, conforme definição da Lei das Sociedades por Ações.

Além disso, se o ente resultante da fusão, incorporação de ações, conforme descrito acima, consolidação ou cisão de companhia listada não se tornar uma companhia listada no prazo de 120 dias a partir da assembleia geral que aprovou a operação, os acionistas dissidentes também poderão exercer o direito de retirada.

Os acionistas dissidentes (conforme definição acima) poderão exercer o direito de retirada apenas com relação às ações mantidas na data de publicação do edital, em primeira convocação, da assembleia geral que aprovar a deliberação que der origem ao direito de retirada, ou na data de publicação do fato relevante acerca dessa deliberação, o que ocorrer antes.

A Lei das Sociedades por Ações prevê restrições ao direito de retirada e faculta às companhias o resgate das ações pelo valor econômico, observadas determinadas exigências. O nosso estatuto social não prevê o resgate de nossas ações pelo valor econômico, assim, nossas ações poderiam ser resgatadas pelo valor patrimonial, com base no último balanço aprovado pelos acionistas. Se a assembleia de acionistas que deliberar sobre o direito de retirada ocorrer mais de 60 dias após a data do último balanço aprovado, os acionistas poderão exigir que suas ações sejam avaliadas com base em um novo balanço datado a menos de 60 dias da assembleia pertinente.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nas hipóteses de consolidação, fusão, incorporação de ações, participação em grupo de companhias e aquisição de controle de outra companhia, o direito de retirada não se aplica caso as ações em questão passem em determinados testes relacionados a circulação e liquidez de mercado. Os acionistas não terão direito de retirada caso suas ações façam parte de índice geral de ações e caso as ações detidas por pessoas não vinculadas ao acionista controlador representem mais da metade das ações em circulação de um determinado tipo ou classe. De acordo com a Resolução CVM nº 78, de 29 de março de 2022, conforme alterada, ou Resolução CVM nº 78, o índice geral de ações aplicável é o índice Bovespa, ou Ibovespa, do qual somos integrantes.

Mecanismo de Proteção à Dispersão Acionária

Nosso estatuto social contém disposições cujo efeito é evitar a concentração de nossas ações nas mãos de um investidor ou de um grupo pequeno de investidores, com o objetivo de proteger a dispersão acionária. Para tanto, essas disposições preveem determinadas obrigações para o acionista ou grupo de acionistas que venha a ser titular de 35% ou mais de nosso capital social, ou um Acionista Adquirente. No prazo máximo de 15 dias após se tornar um Acionista Adquirente, o acionista deve enviar ao Ministério da Fazenda (antigo Ministério da Economia) uma solicitação de realização de oferta para a aquisição da totalidade das nossas ações. Fica inteiramente a critério do governo federal aceitar ou recusar essa solicitação. O Acionista Adquirente não poderá adquirir novas ações até que o governo federal emita o seu parecer sobre a oferta pública. Caso a solicitação seja aceita pelo governo federal, o Acionista Adquirente deverá realizar uma oferta pública para a aquisição da totalidade das ações no prazo de 60 dias após a aceitação. A oferta deverá ser realizada de acordo com as regras da CVM e da B3 e nos termos de nosso estatuto social. Caso a solicitação seja negada pelo governo federal, o Acionista Adquirente deverá vender todas as ações de que for titular acima do limite de 35% do nosso capital social total no prazo de 30 dias. O não cumprimento dessas disposições sujeitará o Acionista Adquirente a uma possível suspensão do direito de voto de suas ações, se assim decidir a assembleia geral convocada por nossa Administração, se uma deliberação nesse sentido for aprovada em uma assembleia geral de nossos acionistas convocada por nossa Administração. Essas disposições não se aplicam a acionistas que venham a ser titulares de 35% ou mais de nosso capital social em determinadas operações especificadas em nosso estatuto social, como por exemplo, o cancelamento de nossas ações ordinárias em tesouraria.

A oferta pública de aquisição deverá: (i) ser direcionada a todos os nossos acionistas; (ii) ser realizada por meio de leilão na B3; (iii) ser lançada a um preço fixo calculados de acordo com o procedimento descrito abaixo; (iv) ser liquidada antecipadamente, em reais; (v) garantir tratamento equitativo a todos os acionistas; (vi) ser irrevogável e não estar sujeita a quaisquer mudanças após a publicação do edital; e (vii) basear-se em relatório de avaliação elaborado nos termos de nosso estatuto social e das regras e regulamentos aplicáveis da CVM.

O preço de aquisição na oferta pública de cada ação será calculado da seguinte forma:

Preço da Oferta Pública de Aquisição = Valor da Ação + Prêmio,

onde:

- “Preço da Oferta de Aquisição” corresponde ao preço de aquisição de cada ação emitida por nós na oferta pública.
- “Valor da Ação” corresponde ao maior valor entre:
 - (i) a cotação unitária mais alta atingida pelas ações emitidas por nós durante o período de 12 meses que anteceder a realização da oferta pública de aquisição, dentre os valores registrados em qualquer bolsa de valores na qual as ações são negociadas;
 - (ii) o preço mais alto pago pelo Acionista Adquirente, durante o período de 36 meses que anteceder a oferta pública de aquisição, por uma ação ou lote de ações emitidas por nós;
 - (iii) o valor equivalente a 14,5 vezes nosso EBITDA Consolidado Médio, conforme definição abaixo, deduzido do nosso endividamento consolidado líquido, dividido pelo número total de ações emitidas por nós; ou
 - (iv) o valor equivalente a 0,6 vezes o valor dos nossos pedidos firmes em backlog, de acordo com as informações mais recentes divulgadas por nós, deduzido do nosso endividamento consolidado líquido, dividido pelo número total de ações emitidas por nós.
- “Prêmio” corresponde a 50% do Valor da Ação.
- “EBITDA Consolidado” corresponde ao nosso lucro operacional consolidado antes das despesas financeiras líquidas, imposto de renda e contribuição social, depreciação, exaustão e amortização, apurados com base nas demonstrações financeiras auditadas do exercício social encerrado mais recente.
- “EBITDA Consolidado Médio” corresponde à média aritmética de nossos EBITDAs Consolidados dos dois últimos exercícios sociais encerrados.

A realização da oferta pública de aquisição não exclui a possibilidade de realização, por nós ou qualquer de nossos acionistas, de uma oferta pública de aquisição concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

Arbitragem

Quaisquer disputas ou controvérsias relativas ao Regulamento do Novo Mercado, nosso estatuto social, a Lei das Sociedades por Ações, as regras publicadas pelo CMN, Banco Central, CVM, e quaisquer regras aplicáveis ao mercado de capital brasileiro em geral, deverão ser submetidas a juízo arbitral, de acordo com o regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado da B3, ou o “Regulamento”.

De acordo com o item 1.4 do Regulamento, salvo disposição em contrário das Partes, as partes ficam vinculadas ao Regulamento em vigor na data da solicitação da arbitragem. Qualquer acionista que se torne titular de ações que representem o nosso controle obriga-se a cumprir o regulamento da Câmara de Arbitragem de Mercado da B3. Contudo, essas disposições não se aplicam na hipótese de disputa ou controvérsia relacionada à nossa golden share, que estará sujeita à jurisdição dos tribunais centrais de Brasília, Distrito Federal do Brasil.

Cancelamento do Registro de Companhia Aberta

Caso nossos acionistas decidam cancelar nosso registro de companhia aberta e se, naquele momento, formos controlados por um acionista ou grupo de acionistas, o acionista controlador ou grupo de acionistas controladores será responsável por realizar uma oferta pública de aquisição de nossas ações. Caso nossos acionistas decidam cancelar nosso registro de companhia aberta e se, naquele momento, estivermos sujeitos a controle disperso, deveremos realizar uma oferta pública de aquisição de ações, nos prazos previstos em lei. Neste caso, somente poderemos adquirir ações dos acionistas que tiverem votado a favor do cancelamento de nosso registro de companhia aberta após adquirir todas as ações dos acionistas que não votaram a favor do cancelamento e que aceitaram a oferta pública de aquisição de ações.

Assim, somente poderemos cancelar nosso registro de companhia aberta se nós ou nossos acionistas controladores, conforme o caso, realizarmos uma oferta pública para aquisição de todas as ações em circulação (levando em consideração, para tal fim, as ações detidas por acionistas que concordaram expressamente com o cancelamento do registro ou que aceitaram a oferta pública de aquisição de ações), sujeito à aprovação prévia da oferta pública de aquisição de ações pela União, como titular da golden share, e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e os regulamentos da CVM e do Novo Mercado, conforme o caso.

A oferta pública de aquisição de ações deve ser realizada a preço justo, com base no laudo de avaliação da companhia, o que significa que o valor da oferta para aquisição de todas as ações deve equivaler pelo menos ao valor apurado no laudo de avaliação da companhia. Segundo o nosso estatuto social, o preço por ação deve ser equivalente a, pelo menos, o valor econômico dessas ações, com base em laudo de avaliação elaborado por empresa especializada e independente, de experiência reconhecida, a ser escolhida em assembleia geral a partir de uma lista tríplice de instituições apresentada pelo nosso conselho de administração, por maioria de votos dos acionistas titulares de nossas ações em circulação presentes na assembleia (excluindo, para tal fim, as ações detidas por qualquer acionista controlador ou grupo de acionistas naquele momento, se houver, cônjuges e dependentes incluídos em sua declaração de imposto de renda, caso o acionista controlador seja pessoa física; ações em tesouraria; e ações detidas pelas nossas subsidiárias e outras companhias que façam parte do nosso grupo econômico; bem como votos em branco). Todas as despesas e custos incorridos na elaboração do laudo de avaliação serão arcados pelo ofertante.

Os titulares de no mínimo 10% das ações em circulação (levando em consideração, para tal fim, todas as ações da companhia, exceto as ações detidas pelo acionista controlador; ações detidas pelas nossas subsidiárias e outras companhias que façam parte do nosso grupo econômico; ações detidas pelos nossos conselheiros e diretores; e ações em tesouraria) poderão solicitar à administração que convoque uma assembleia extraordinária para deliberar sobre a elaboração de um novo laudo de avaliação usando o mesmo ou outro método de avaliação. Essa solicitação deverá ser feita no prazo de 15 dias a partir da divulgação do valor a ser pago pelas ações na oferta pública de aquisição de ações. Os acionistas que fizerem a solicitação, bem como aqueles que votem a seu favor, deverão nos reembolsar por quaisquer custos envolvidos na elaboração do novo laudo, caso o valor apurado no novo laudo não seja superior ao valor originalmente avaliado. Caso o valor apurado no novo laudo seja superior ao valor originalmente avaliado, a oferta pública de aquisição de ações deverá ser realizada pelo valor mais alto.

Saída do Novo Mercado

A saída do Novo Mercado, seja por meio de ação voluntária ou compulsória ou em função de reestruturação societária, deve observar o Regulamento do Novo Mercado. A qualquer tempo, podemos cancelar o registro de nossas ações no Novo Mercado, desde que seja realizada uma oferta pública de aquisição das nossas ações em circulação.

Caso sejamos controlados por um acionista ou grupo de acionistas no momento do cancelamento de nosso registro no Novo Mercado, inclusive para que nossas ações passem a ser negociadas fora do Novo Mercado ou devido a uma reorganização societária, o acionista controlador ou grupo de acionistas será responsável pela realização da oferta pública para a aquisição de todas as nossas ações. Caso estejamos sujeitos a controle disperso no momento do cancelamento de nosso registro no Novo Mercado, inclusive para que nossas ações passem a ser negociadas fora do Novo Mercado ou devido a uma reorganização societária, os acionistas presentes em assembleia poderão determinar as pessoas responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição ou decidir pela renúncia dessa oferta.

Caso a oferta pública de aquisição seja realizada, nossa saída do Novo Mercado fica condicionada ao seguinte: que acionistas representando mais de 1/3 (um-terço) de nossas ações em circulação (i) concordem expressamente com a deliberação de cancelamento ou (ii) aceitem a oferta pública de aquisição de ações (levando em consideração, para tal fim, as ações detidas pelos acionistas que expressamente concordem com a deliberação de cancelamento ou aceitem a oferta pública de aquisição de ações). A deliberação dos acionistas deve especificar se o cancelamento ocorrerá porque os valores mobiliários não serão mais negociados no Novo Mercado ou porque fecharemos o capital. Nossa saída do Novo Mercado não resultará na perda de nosso registro como companhia aberta junto à CVM.

Nos termos do nosso estatuto social, o preço por ação na oferta pública de aquisição deverá ser equivalente a, pelo menos, o valor econômico das ações conforme o laudo de avaliação elaborado por empresa especializada e independente, de experiência reconhecida, escolhida em assembleia geral a partir de uma lista tríplice apresentada pelo nosso conselho de administração, por maioria absoluta de votos dos acionistas titulares de nossas ações em circulação presentes na assembleia (excluindo, para tal fim, as ações detidas pelo acionista controlador ou grupo de acionistas controladores à época, se houver, cônjuges e dependentes incluídos na declaração de imposto de renda, em caso de acionista controlador pessoa física; ações em tesouraria; ações detidas pelas nossas subsidiárias e outras companhias que façam parte do nosso grupo econômico; bem como votos em branco). Além disso, o Regulamento do Novo Mercado prevê que o valor da oferta para aquisição de todas as ações deve equivaler pelo menos ao valor justo apurado no laudo de avaliação da Companhia. Todas as despesas e custos incorridos na elaboração do laudo de avaliação serão arcados pelo ofertante.

A saída voluntária do Novo Mercado poderá ocorrer a despeito da conclusão da oferta pública de aquisição mencionada acima na hipótese de renúncia aprovada em assembleia geral, que deverá observar as regras e condições previstas no Regulamento do Novo Mercado.

Nos termos do nosso estatuto social, também poderemos cancelar nosso registro caso a B3 decida suspender a negociação de nossas ações no Novo Mercado devido ao nosso descumprimento do Regulamento do Novo Mercado. Nesse caso, o presidente do conselho de administração deverá convocar uma assembleia geral, no prazo de dois dias a partir da decisão da B3 para substituir todos os membros do conselho de administração. Caso o presidente do conselho de administração não convoque a assembleia geral, qualquer acionista poderá fazê-lo. O novo conselho de administração será responsável pelo cumprimento dos requisitos que, não sendo cumpridos, levaram ao cancelamento do registro.

Além disso, em caso de cancelamento do registro no Novo Mercado: (1) por deliberação tomada em assembleia geral devido a descumprimento do Regulamento do Novo Mercado, a oferta pública de aquisição de todas as ações deverá ser realizada pelos acionistas que votaram a favor da deliberação; ou (2) devido a descumprimento do Regulamento do Novo Mercado por atos da Administração, deveremos realizar a oferta pública de aquisição de todas as ações para fechamento de capital, nos prazos previstos em lei, caso a companhia não seja controlada por acionista controlador ou grupo de acionistas controladores. Caso contrário, o acionista controlador ou grupo de acionistas controladores será responsável pela realização da oferta pública de aquisição de todas as ações.

De acordo com o Regulamento do Novo Mercado, na hipótese de transferência de nosso controle acionário no período de 12 meses após o cancelamento de nosso registro no Novo Mercado, os acionistas controladores vendedores e o adquirente deverão realizar uma oferta de aquisição das demais ações pelo mesmo preço e nas mesmas condições oferecidas aos acionistas controladores vendedores, com correção monetária, ou superávit, se houver, entre o preço por ação da oferta pública de aquisição de todas as ações, com correção monetária, e o preço por ação recebido pelos acionistas controladores vendedores devido à transferência de controle.

Lei Sarbanes Oxley de 2002

Mantemos controles e procedimentos para assegurar que conseguiremos coletar as informações que devem ser divulgadas no relatório arquivado junto à SEC, bem como processar, resumir e divulgar as informações nos períodos especificados pelas regras da SEC. Apresentamos os certificados do diretor pertinente segundo o Artigo 404 da Lei Sarbanes-Oxley de 2002 quanto aos controles internos de relatórios financeiros como Anexos 12.1 e 12.2 deste relatório anual.

C. Contratos Relevantes

Não se aplica.

D. Controles de Câmbio

Não há restrições para que pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas ou sediadas, respectivamente, fora do Brasil sejam titulares de nossas ações ordinárias. Entretanto, é exigido o registro desses investimentos junto ao Banco Central do Brasil e o direito de converter dividendos e recursos provenientes da venda das ações ordinárias em moeda estrangeira e a remessa desses valores para fora do Brasil estão sujeitos às restrições previstas na legislação sobre investimentos estrangeiros.

De acordo com a legislação brasileira, investidores poderão investir em ações ordinárias nos termos da Resolução nº 4.373, de 29 de setembro de 2014, publicada pela CMN, autoridade pública responsável pela formulação das políticas monetárias e de crédito do Brasil. A Resolução nº 4.373 permite que investidores estrangeiros realizem investimentos em quase todos os ativos financeiros e realizem quase todas as operações disponíveis nos mercados financeiro e de capitais do Brasil, desde que sejam cumpridas determinadas exigências. De acordo com a Resolução nº 4.373, a definição de investidor estrangeiro inclui pessoas físicas, pessoas jurídicas, fundos mútuos e outros entes de investimento coletivo domiciliados ou sediados no exterior.

Nos termos da Resolução nº 4.373, investidores estrangeiros devem: (i) nomear pelo menos um representante no Brasil com poderes para atuar com relação a investimentos estrangeiros; (ii) prestar todas as informações necessárias, a serem enviadas pelo representante à CVM por meio do website da CVM; (iii) registrar-se como investidor estrangeiro junto à CVM e às autoridades fiscais brasileiras; e (iv) registrar o investimento estrangeiro junto ao Banco Central.

Valores mobiliários e outros ativos financeiros detidos por investidores estrangeiros nos termos da Resolução nº 4.373 devem ser registrados ou mantidos em contas de depósito ou em custódia junto a ente devidamente autorizado pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM. Além disso, valores mobiliários detidos por esses investidores só podem ser negociados em bolsas de valores ou mercados de balcão organizado autorizados pela CVM.

De acordo com a Resolução nº 4.373, investidores estrangeiros registrados na CVM poderão comprar e vender valores mobiliários em bolsas de valores brasileiras ou mercados de balcão organizado sem precisarem obter uma certidão de registro separada para cada operação. Em geral, investidores sujeitos a esses regulamentos também têm direito a tratamento tributário favorável.

O anexo II da Resolução nº 4.373 prevê a emissão de recibos de depositário em mercados estrangeiros com relação aos valores mobiliários de emissores brasileiros.

Com relação às ofertas de nossas ações ordinárias, foi emitido um registro eletrônico em nome do depositário referente às ADSs, mantido pelo custodiante em nome do depositário. Esse registro eletrônico foi realizado por meio do Sistema de Informações de Crédito do Banco Central do Brasil. Segundo o registro, o custodiante e o depositário podem converter dividendos e outras distribuições relativas às ações ordinárias representadas pelas ADSs em moeda estrangeira e realizar a remessa dos lucros ao exterior para os titulares de ADSs. Caso o titular de ADSs permutar as ADSs por ações ordinárias, o custodiante deverá atualizar o registro do investimento junto ao Banco Central do Brasil no prazo de cinco dias úteis após o câmbio. Para receber as ações ordinárias, o investidor deverá registrar-se junto ao Banco Central do Brasil e à CVM, nos termos da Resolução nº 4.373. O titular só poderá receber as ações ordinárias após a obtenção do registro.

Além disso, caso o investidor estrangeiro resida em um paraíso fiscal ou não tenha registro nos termos da Resolução No. 4.373, estará sujeito a um tratamento tributário menos favorável do que o de um titular de ADSs.

Para mais informações sobre tributação no Brasil, vide “Item 3. Informações-Chave—Riscos Relacionados às Ações Ordinárias e ADSs—Se os titulares de nossas ADSs permutarem as ADSs por nossas ações ordinárias, podem perder vantagens fiscais no Brasil e não ser capazes de realizar a remessa de moeda estrangeira ao exterior” e “Item 10. Informações Adicionais—E. Tributação—Considerações sobre a Tributação no Brasil”.

E. Tributação

A discussão a seguir, sujeita às restrições abaixo, apresenta um resumo de determinadas questões tributárias brasileiras e americanas com relação à titularidade de nossas ações ordinárias ou ADSs. O objetivo dessa discussão não é apresentar uma análise completa de todas as questões tributárias nesses países e não aborda o tratamento tributário conferido a acionistas segundo as leis de outros países. Acionistas residentes em países que não o Brasil e os Estados Unidos da América, juntamente com acionistas residentes nesses dois países, são aconselhados a consultar seus próprios assessores fiscais sobre as consequências tributárias de um investimento em nossas ações ordinárias ou ADSs. O presente resumo baseia-se nas leis tributárias do Brasil e dos Estados Unidos em vigor na data deste relatório anual, leis estas sujeitas a alterações, com efeito possivelmente retroativo, e a diferentes interpretações. Qualquer alteração em leis poderá alterar as consequências descritas a seguir.

Apesar de não haver tratado tributário firmado entre o Brasil e os Estados Unidos, as autoridades tributárias desses países têm mantido discussões que podem resultar na assinatura de um tratado. Entretanto, não há garantia de que um tratado venha a entrar em vigor e não é possível saber em que medida um tratado desse tipo poderia afetar titulares americanos de nossas ações ordinárias ou ADSs. Não obstante a ausência de tratado de imposto de renda, tanto o Brasil quanto os Estados Unidos oferecem, nos termos de suas respectivas legislações tributárias domésticas, determinadas formas de alívio unilateral ou recíproco destinadas a mitigar a dupla tributação, incluindo mecanismos de crédito de imposto estrangeiro, sujeitos a condições específicas, limitações e possíveis mudanças na lei ou interpretação.

Considerações sobre a Tributação no Brasil

Visão Geral. A discussão a seguir apresenta um resumo das principais consequências tributárias no Brasil decorrentes da aquisição, titularidade e alienação de ações ordinárias ou ADSs, conforme o caso, por titular não domiciliado no Brasil (“Acionista Estrangeiro”), para fins de tributação no Brasil.

A presente discussão não abrange todas as questões tributárias que podem ser relevantes no processo de tomada de decisão acerca da compra de nossas ações ordinárias ou ADSs e não se aplica a todas as categorias de investidores, alguns dos quais podem estar sujeitos a regras especiais, e também não aborda especificamente todas as questões referentes ao imposto de renda aplicável a determinado titular no Brasil. A discussão baseia-se nas leis tributárias do Brasil em vigor na data deste relatório, leis estas que podem ser alteradas, com efeitos possivelmente retroativos, estando sujeitas a diferentes interpretações. Investidores em potencial devem informar-se com seus consultores tributários sobre as consequências tributárias referentes ao imposto de renda relativas ao investimento em nossas ações ordinárias ou ADSs.

Tributação de Dividendos. Dividendos, inclusive dividendos sobre ações e outros dividendos em espécie, pagos por nós ao depositário com relação às ADSs, ou a Acionista Estrangeiro com relação às ações ordinárias, estão isentos da retenção de imposto de renda na fonte, desde que calculados com base no lucro gerado a partir de 1º de janeiro de 1996. Conforme observado anteriormente em “Item 3. Informações-Chave—D. Fatores de Risco—Regulatório, Compliance e Legal—Mudanças nas políticas fiscais e leis tributárias brasileiras poderiam ter um efeito adverso sobre nossa condição financeira e resultados operacionais. Além disso, beneficiamo-nos de determinados benefícios fiscais e outros benefícios concedidos pelo governo, e a suspensão, cancelamento ou não renovação desses benefícios teria um efeito adverso material sobre nós,” mudanças legislativas recentes introduzidas pela Lei nº 15.270/2025 estabeleceram um novo arcabouço obrigatório de tributação de dividendos a partir de 2026, que exige a imposição de imposto de renda retido na fonte de acordo com as regras aplicáveis a cada tipo de beneficiário, preservando a isenção para lucros gerados até 31 de dezembro de 2025, desde que os requisitos contábeis estatutários e de aprovação societária sejam satisfeitos. Sob esse novo arcabouço, dividendos pagos no Brasil—seja a titulares residentes no Brasil ou a Titulares Não Brasileiros—estão sujeitos ao imposto de renda retido na fonte brasileiro no momento do pagamento à alíquota de 10%.

Tributação dos Ganhos. Segundo a Lei nº10.833, de 29 de dezembro de 2003, os ganhos de capital realizados na venda ou disposição de ativos localizados no Brasil por Acionista Estrangeiro, independentemente de a venda ou disposição ter sido feita a residente estrangeiro ou residente brasileiro, estão sujeitos à tributação no Brasil. Assim, na hipótese de disposição das ações ordinárias, que são consideradas ativos localizados no Brasil, o Acionista Estrangeiro está sujeito a imposto de renda sobre os ganhos apurados, segundo as regras descritas abaixo, independentemente de a operação ter sido realizada no Brasil ou no exterior, envolvendo residente brasileiro ou estrangeiro. Com relação às ADSs, apesar de o assunto ainda suscitar dúvidas, os ganhos realizados por Acionista Estrangeiro na disposição das ADSs não são tributados no Brasil, pois as ADSs não constituem ativos localizados no Brasil para fins da Lei nº10.833 de 2003. Entretanto, não podemos prever como o Fisco brasileiro interpretará a definição de ativos localizados no Brasil com relação à tributação de ganhos realizados por Acionista Estrangeiro na alienação das ADSs. Assim, ganhos na disposição das ADSs por Acionista

Estrangeiro podem estar sujeitos ao imposto de renda no Brasil de acordo com as regras descritas abaixo com relação às ADSs ou de acordo com as regras aplicáveis à disposição de ações ordinárias, conforme o caso. É importante esclarecer que, para fins de tributação no Brasil, as regras de imposto de renda sobre ganhos oriundos da disposição de ações ordinárias ou ADSs podem variar de acordo com o domicílio do Acionista Estrangeiro, a forma como o Acionista Estrangeiro registrou seu investimento junto ao Banco Central e/ou a forma como a disposição foi feita, conforme descrito a seguir.

O depósito de ações ordinárias em troca de ADSs pode estar sujeito a imposto de renda sobre ganhos de capital no Brasil a alíquotas que variam de 15% a 22,5%, ou 25% no caso de Acionista Estrangeiro localizado em Jurisdições com Tributação Inexistente ou Baixa (conforme definição abaixo), se o custo de aquisição das ações ordinárias for inferior: (i) ao preço médio por ação ordinária em bolsa de valores no Brasil na qual o maior número de ações ordinárias tenha sido vendido no dia do depósito; ou (ii) caso nenhuma ação ordinária tenha sido vendida naquele dia, ao preço médio em bolsa de valores no Brasil na qual o maior número de ações ordinárias tenha sido vendido nos 15 pregões imediatamente anteriores ao depósito. Nesse caso, a diferença positiva entre o preço médio das ações ordinárias, calculado como descrito acima, e o custo de aquisição correspondente, poderá ser considerada ganho de capital. Em algumas circunstâncias, pode haver argumentos para sustentar que tal tratamento tributário não é aplicável no caso de Titulares Não Brasileiros registrados nos termos da Resolução Conjunta nº 13/2024 que não sejam residentes em uma Jurisdição de Baixa ou Nula Tributação (conforme definida abaixo). Possíveis titulares de ações ordinárias devem informar-se com seus consultores tributários sobre as consequências tributárias relativas ao depósito das ações em troca de ADSs. A retirada de ADSs em troca de ações ordinárias não gera ganho de capital sujeito a imposto de renda no Brasil, desde que as regras de registro de investimento junto ao Banco Central sejam devidamente observadas.

Os ganhos apurados na disposição de ações ordinárias conduzida em bolsa de valores no Brasil (inclusive operações realizadas em mercado de balcão organizado) são:

- ➔ isentos de imposto de renda quando apurados por um Titular Não Brasileiro que (i) esteja registrado nos termos da Resolução Conjunta nº 13/2024 e (ii) não seja residente em uma Jurisdição de Baixa ou Nula Tributação (conforme definida abaixo);
- ➔ ou sujeitos a imposto de renda a uma alíquota de até 25% em qualquer outro caso, incluindo ganhos apurados por um Titular Não Brasileiro que (i) não esteja registrado nos termos da Resolução Conjunta nº 13/2024 e/ou (ii) esteja registrado nos termos da Resolução Conjunta nº 13/2024, mas seja residente em uma Jurisdição de Baixa ou Nula Tributação (conforme definida abaixo). Nesses casos, aplica-se a alíquota de 0,005% sobre o valor de venda, referente ao imposto de renda retido na fonte, que pode ser compensado mais tarde com o imposto de renda devido sobre o ganho de capital. Operações de day trade estão sujeitas a uma alíquota de 1%.

Quaisquer outros ganhos de capital auferidos na disposição de ações ordinárias que não tenha sido realizada em bolsa de valores no Brasil estão sujeitos a imposto de renda a alíquotas de até 22,5%, com exceção de residentes de Jurisdição com Tributação Inexistente ou Baixa (conforme definição abaixo), os quais, nesse caso, estão sujeitos a imposto de renda a uma alíquota de até 25%. No caso de ganhos relacionados a operações realizadas no mercado de balcão não organizado por meio de intermediadores, também se aplica a alíquota de 0,005% sobre o valor de venda, referente ao imposto de renda retido na fonte, que pode ser compensado mais tarde com o imposto de renda devido sobre o ganho de capital. No caso de resgate das ações ordinárias ou ADSs, ou redução de capital por empresa brasileira, a diferença positiva entre o valor efetivamente recebido pelo Titular Estrangeiro e o custo de aquisição proporcional das ações ordinárias ou ADSs resgatadas será tratada como ganho de capital oriundo da venda ou permuta das ações ordinárias não realizada em bolsa de valores no Brasil, estando, portanto, sujeita a imposto de renda a alíquotas de até 25%, conforme o caso. Como regra geral, os ganhos realizados oriundos de operações de disposição de ações ordinárias ou ADSs são apurados pela diferença entre o valor realizado na venda ou permuta de ações ou ADSs e o seu custo de aquisição.

Não pode haver garantia de que o atual tratamento tributário preferencial para Titulares Não Brasileiros de ADSs e da Resolução Conjunta nº 13/2024 de ações ordinárias continuará.

O exercício do direito de preferência com relação às ações ordinárias ou ADSs não está sujeito a imposto de renda no Brasil. Qualquer ganho obtido na venda ou cessão dos direitos de preferência relativos às nossas ações ordinárias ou ADSs por Titular Estrangeiro de ações ordinárias estará sujeito a imposto de renda no Brasil de acordo com as mesmas regras aplicáveis à venda ou disposição dessas ações.

Tributação dos Juros sobre Capital Próprio. Para mais informações sobre a tributação dos juros sobre capital próprio, vide “Item 8. Informações Financeiras—8A. Demonstrações Consolidadas e Outras Informações Financeiras—Dividendos e Política de Dividendos—Histórico dos Pagamentos de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio e Política de Dividendos”.

Segundo a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e alterações posteriores, empresas brasileiras podem efetuar pagamentos a acionistas na forma de distribuição de juros sobre capital próprio como alternativa à distribuição de dividendos ou em conjunto com ela. Os juros sobre capital próprio representam o produto da multiplicação da TJLP, publicada pelo Banco Central, pela soma de determinadas contas patrimoniais de empresas brasileiras. Os juros sobre capital próprio são dedutíveis do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido de pessoas jurídicas, observados os seguintes limites:

- ➔ 50% do lucro líquido (após a contribuição social sobre o lucro líquido e antes da distribuição e provisão para imposto de renda de pessoa jurídica em conta) do período com relação ao qual o pagamento está sendo efetuado; e
- ➔ 50% da soma do lucro acumulado e reservas de lucro na data de início do período com relação ao qual o pagamento está sendo efetuado.

A Lei das Sociedades por Ações brasileira estabelece que juros atribuídos ao patrimônio líquido em relação às ações ordinárias pagos a acionistas que sejam titulares Não Brasileiros, incluindo titulares Não Brasileiros de ADSs. A partir de 1º de janeiro de 2026, a legislação brasileira aumentou a alíquota do imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre capital próprio de 15% para 17,5%, nos termos da Lei Complementar nº 224/2025. A alíquota aumentada aplica-se a valores de juros sobre capital próprio pagos ou creditados em ou após 1º de janeiro de 2026, independentemente de quando foram acumulados ou aprovados, e é retida na fonte pela companhia. Essa mudança pode reduzir o retorno líquido de impostos aos acionistas e afetar políticas de alocação de capital e remuneração de acionistas no Brasil (ou 25% no caso de residente de uma Jurisdição de Baixa ou Nula Tributação, conforme definida abaixo). Não podemos garantir que o nosso conselho de administração não decidirá que futuras distribuições de lucros sejam feitas por meio do pagamento de juros sobre capital próprio em vez de dividendos.

Os valores pagos a título de juros sobre capital próprio a Titular Não Residente localizado em país que tenha firmado acordo tributário com o Brasil podem ser classificados como (i) juros sobre capital próprio, (ii) dividendos ou (iii) outras receitas. A classificação depende da redação do tratado. Há algumas propostas de lei em discussão no Congresso Brasileiro que, se promulgadas, revogariam a possibilidade de a empresa pagar juros sobre o capital próprio. Além disso, a revogação da dedutibilidade dos juros sobre o capital próprio também foi mencionada várias vezes pelo governo e legisladores como um dos itens da agenda da reforma tributária brasileira (e foi incluída na proposição de Reforma do Imposto de Renda da União).

Jurisdição com Tributação Inexistente ou Baixa. Em 4 de junho de 2010, as autoridades fiscais brasileiras editaram a Instrução Normativa nº 1.037 listando (i) os países e jurisdições considerados Jurisdição de Baixa ou Nula Tributação ou onde a legislação local não permite acesso a informações relacionadas à composição societária de pessoas jurídicas, à sua propriedade ou à identidade do beneficiário efetivo da renda atribuída a não residentes (Jurisdições de Tributação Favorecida) e (ii) os regimes fiscais privilegiados, ou RFP, cuja definição é fornecida pela Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, especificamente no artigo 24-A. As autoridades fiscais brasileiras atualizam periodicamente a lista de países/jurisdições e regimes que devem ser tratados como Jurisdição de Tributação Favorecida e RFP.

O conceito de RFP abrange estruturas que: (i) não tributam a renda ou tributam a renda a uma alíquota máxima inferior a 17%; (ii) concedem benefícios fiscais a não residentes (1) sem exigência de realização de atividade econômica substantiva no país ou dependência ou (2) condicionada ao não exercício de atividade econômica substantiva no país ou dependência; (iii) não tributam, ou o façam em alíquota máxima inferior a 17%, os rendimentos auferidos fora de seu território; ou (iv) não permitem o acesso a informações relativas à composição societária, titularidade de bens ou às operações realizadas em seu território, ou que imponham restrições à divulgação dessas informações.

Acreditamos que a melhor interpretação da atual legislação tributária leva à conclusão de que o conceito de RFP mencionado acima deve ser aplicado somente às regras de preço de transferência e thin capitalization. Atualmente, a interpretação das autoridades tributárias brasileiras é no sentido de que o pagamento de juros a beneficiários residentes em RFPs não está sujeito ao mesmo tratamento aplicável a beneficiários em Jurisdições Tributárias Favoráveis (Solução de Consulta COSIT nº 575, de 20 de dezembro de 2017). Mesmo assim, não podemos garantir que a legislação ou interpretações subsequentes das autoridades tributárias sobre a definição de RFP prevista na Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, também serão aplicadas a Titulares Estrangeiros com relação ao pagamento de juros sobre capital próprio. Não obstante o acima, recomendamos que você consulte seus próprios assessores fiscais sobre as consequências da implementação da Instrução Normativa nº 1.037 e da Lei nº 9.430.

Tributação de Operações de Câmbio ou IOF/Câmbio. Segundo o Decreto nº 6.306/07, alterado pelo Decreto nº 12.499/2025, a conversão para moeda estrangeira ou para reais de valores recebidos ou remetidos por pessoa jurídica

brasileira oriundos de investimento estrangeiro no mercado de valores mobiliários brasileiro, inclusive investimento realizado por Titulares Estrangeiros em ações ordinárias e ADSs, pode estar sujeita ao IOF/Câmbio. A alíquota atualmente aplicável à maior parte das operações de câmbio é de 3,5%.

No entanto, as operações de câmbio realizadas para o ingresso de recursos no Brasil por um investidor não residente nos termos das regras estabelecidas pela Resolução Conjunta nº 13/2024 estão sujeitas ao IOF/Câmbio à alíquota de (i) 0% no caso de operações de renda variável realizadas nas bolsas brasileiras de valores, futuros e mercadorias, bem como nas aquisições de ações de companhias abertas brasileiras em ofertas públicas ou subscrição de ações relacionadas a contribuições de capital, desde que a companhia emissora tenha registrado suas ações para negociação em bolsa de valores, e (ii) 0% para a saída de recursos do Brasil relacionada a esse tipo de investimento, incluindo pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio e a repatriação de recursos investidos no mercado brasileiro. Além disso, a alíquota do IOF/Câmbio para resgate de ADSs em troca de ações é atualmente de 0%.

Tributação de Operações com Títulos e Valores Mobiliários, ou IOF/Títulos. Segundo o Decreto nº 6.306/07, o IOF/Títulos pode incidir sobre quaisquer operações com títulos e valores mobiliários, mesmo que as operações sejam realizadas em bolsa de valores brasileira. A alíquota do IOF/Títulos aplicável a operações com ações ordinárias e ADS é atualmente zero. Em particular, a alíquota do IOF/Títulos também é zero para a transferência de ações negociadas em bolsa de valores brasileira para fins de emissão de depositary receipts a serem negociados fora do Brasil. O governo federal pode elevar a alíquota do IOF/Títulos a qualquer momento até 1,5% do valor da operação por dia, somente com relação a operações futuras.

Outros Impostos Brasileiros. Não há impostos sobre herança, doação ou sucessão aplicáveis à titularidade, transferência ou disposição de ações ordinárias ou ADSs por Titulares Estrangeiros. Entretanto, o imposto sobre doações e herança pode ser imposto por alguns estados brasileiros com relação a doações e heranças oriundas de Titulares Estrangeiros a pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas nesses estados. Não há imposto de selo, emissão, registro ou impostos similares ou tarifas a pagar por titulares de ações ordinárias ou ADSs.

Reforma Tributária. Além dos potenciais efeitos já mencionados acima sobre a tributação de dividendos e a possibilidade de revogação dos juros sobre capital próprio, o Governo e o Congresso brasileiros vêm discutindo vários projetos de lei e propostas de emenda à Constituição Federal no contexto de uma reforma tributária brasileira abrangente, que pode incluir a eliminação ou unificação de determinados tributos, a criação de novos tributos, o aumento de tributos existentes e alíquotas de contribuição e mudanças relacionadas a juros sobre patrimônio líquido. Como consequência, algumas dessas propostas podem alterar significativamente o sistema tributário brasileiro e afetar a forma como calculamos nossos impostos diretos e indiretos. Neste momento, não podemos assegurar se, quando e como qualquer uma dessas mudanças será implementada e quais os efeitos que ela poderá ter em nossas operações.

Considerações sobre o Imposto de Renda Federal nos Estados Unidos

O resumo abaixo, sujeito às limitações e condições aqui previstas, apresenta determinadas considerações sobre o imposto de renda federal nos Estados Unidos incidente sobre a aquisição, titularidade e venda das nossas ações ordinárias e ADSs. Esse resumo aplica-se aos beneficiários efetivos das nossas ações ordinárias ou ADSs que sejam “Titulares dos EUA” (conforme definição abaixo), detendo nossas ações ordinárias ou ADSs como ativos de capital (em geral para fins de investimento). Esse resumo não aborda todos os aspectos concernentes à tributação sobre a renda nos Estados Unidos aplicáveis a Titulares dos EUA, inclusive com relação a doações, patrimônio, contribuição mínima e contribuição ao Medicare, ou tributação aplicável a Titulares dos EUA sujeitos a tratamento especial segundo a lei tributária federal dos Estados Unidos, incluindo:

- ➔ arranjos classificados como parcerias para fins de imposto de renda federal dos EUA;
- ➔ entes isentos de tributação;
- ➔ corretoras e operadoras de valores mobiliários;
- ➔ companhias de seguro;
- ➔ determinadas instituições financeiras;
- ➔ titulares de nossas ações ordinárias ou ADSs como parte de investimento integrado, inclusive operação de straddle, ou conversão, que envolva nossas ações ordinárias ou ADSs e uma ou mais de uma posição para fins tributários;

- Titulares dos Estados Unidos cuja moeda funcional não seja o dólar para fins de imposto de renda federal nos Estados Unidos;
- titulares efetivos ou presumidos de 10% ou mais do total combinado de votos ou valor das ações ordinárias em circulação ou ADSs da Embraer;
- pessoas sujeitas às regras contábeis de tributação especial segundo a Seção 451(b) do Código;
- pessoas que tenham adquirido nossas ações ordinárias ou ADSs por meio do exercício de opção de compra (stock option) de empregado ou que as tenha recebido como forma de remuneração; e
- titulares de nossas ações ordinárias ou ADSs com relação a comércio ou negócio realizado fora dos Estados Unidos.

Além disso, esse resumo não contempla considerações sobre imposto de renda estadual, local ou de fora dos Estados Unidos incidente sobre a titularidade e venda de nossas ações ordinárias ou ADSs. O resumo baseia-se nas disposições do Internal Revenue Code of 1986, e alterações posteriores (“Código”); histórico legislativo; regulamentos do Tesouro dos Estados Unidos, sejam eles definitivos, transitórios ou propostos; regras e outros pronunciamentos da Receita Federal dos Estados Unidos (U.S. Internal Revenue Service ou “IRS”); e decisões judiciais na data deste relatório anual. Essas normas podem vir a ser revogadas ou modificadas (com possível efeito retroativo) e resultar em tributação nos Estados Unidos diferente daquela aqui discutida.

Esse resumo também se baseia em parte nas declarações do depositário e na premissa de que cada obrigação prevista no contrato de depósito e qualquer contrato relacionado será satisfeita de acordo com os termos pertinentes.

Acionistas devem consultar seus consultores tributários independentes sobre a tributação federal nos Estados Unidos incidente sobre a titularidade de nossas ações ordinárias e ADSs em vista de sua condição, bem como quaisquer outras consequências advindas de legislação de qualquer outra jurisdição.

Na acepção do presente, o termo “Titular dos Estados Unidos” significa o beneficiário efetivo das ações ordinárias ou ADSs da Embraer que representam as ações ordinárias da Embraer para fins de imposto de renda dos Estados Unidos que seja: (i) cidadão dos Estados Unidos ou residente nos Estados Unidos; (ii) uma sociedade por ações (“corporation” ou outra entidade tributável como sociedade por ações), criada ou constituída segundo as leis dos Estados Unidos, de qualquer estado norte-americano ou do Distrito de Columbia; (iii) patrimônio cuja renda esteja sujeita ao imposto de renda federal nos Estados Unidos, independentemente da fonte; ou (iv) trust (1) sujeito à supervisão judicial nos Estados Unidos e ao controle de uma ou mais pessoas norte-americanas, conforme descrito no Artigo 7701(a)(30) do Código ou (2) que validamente receba tratamento de Pessoa dos EUA segundo os regulamentos do Tesouro dos Estados Unidos. Exceto onde especificamente descrito abaixo, esta discussão presume que a Embraer não é uma passive foreign investment company, ou PFIC, para fins de imposto de renda federal dos EUA.

Se um acordo tratado como parceria para fins de imposto de renda federal dos EUA seja titular de nossas ações ordinárias ou ADSs, o tratamento tributário aplicado a essa parceria e cada parceiro em geral dependerá da condição do parceiro na parceria e das atividades da parceria. Parcerias que sejam titulares de ações ordinárias ou ADSs, e parceiros de parceria que seja titular de nossas ações ordinárias ou ADSs, devem consultar seus consultores tributários quanto às consequências da titularidade e venda de nossas ações ordinárias ou ADSs.

Em geral, para fins de imposto de renda federal nos Estados Unidos, o Titular dos EUA que seja o beneficiário efetivo de uma ADS será tratado como o titular da ação ordinária subjacente representada pela ADS.

Distribuições sobre Ações Ordinárias ou ADSs da Embraer

Para fins de imposto de renda federal nos Estados Unidos, o valor bruto de quaisquer distribuições (inclusive distribuições de despesas de taxa referencial de juros atribuídas ao patrimônio líquido), salvo certas distribuições proporcionais de ações ordinárias, pago a Titulares dos EUA de nossas ações ordinárias ou ADSs (inclusive impostos brasileiros retidos na fonte incidentes sobre essas distribuições) será tratado como dividendo, à medida que for descontado dos nossos lucros correntes ou acumulados, conforme apurado segundo os princípios de imposto de renda federal nos Estados Unidos. Tal dividendo será incluído na renda bruta de um Titular dos EUA como renda ordinária na data recebida pelo Titular dos EUA (ou, no caso de ADSs, pelo depositário). Caso o valor de qualquer distribuição exceda nossos lucros correntes e acumulados em determinado exercício fiscal (conforme apurado segundo os princípios de imposto de renda federal nos Estados Unidos), a distribuição será primeiro tratada como retorno de capital isento de imposto de acordo com a base tributária ajustada do Titular dos EUA com relação às nossas ações ordinárias ou ADSs, e depois como ganho de

capital. A Embraer não espera manter cálculos de lucros de acordo com os princípios de imposto de renda federal nos Estados Unidos e, a menos que esses cálculos sejam feitos, Titulares dos EUA devem partir do pressuposto de que a distribuição paga é descontada dos lucros e que será tratada como dividendo para fins de imposto de renda federal nos Estados Unidos.

Dividendos pagos por nós não serão elegíveis para dedução de dividendos recebidos, conforme permitida a companhias nacionais segundo o Código.

O valor de qualquer distribuição de caixa em reais será incluído na renda bruta do Titular dos EUA, em valor equivalente em dólares, calculado pela taxa de câmbio em vigor na data em que o dividendo for recebido pelo Titular dos EUA, no caso de nossas ações ordinárias, e pelo depositário, no caso das ADSs, independentemente da conversão de reais para dólares. Caso o valor do dividendo recebido em reais não seja convertido em dólares na data do recebimento, a base tributária do Titular dos EUA em reais será equivalente à base em dólares na data do recebimento.

Os dividendos recebidos de nossas ações ordinárias ou ADSs serão tratados como fonte de renda estrangeira para fins de imposto de renda federal nos Estados Unidos e, na maioria dos casos, como “renda da categoria passiva” para fins de cálculo de créditos de imposto estrangeiro, sujeitos a diversas limitações. Regulamentos do Tesouro, que se aplicam a impostos estrangeiros pagos ou acumulados em exercícios fiscais iniciados em ou após 28 de dezembro de 2021 (os “Regulamentos Finais do Tesouro”), impõem requisitos adicionais significativos aos impostos estrangeiros (incluindo impostos retidos na fonte) para os quais pode ser reivindicado crédito de imposto estrangeiro. No entanto, orientação do IRS emitida em 2023 (Notice 2023-55 e Notice 2023-80) fornece alívio temporário dos requisitos dos Regulamentos Finais do Tesouro para exercícios fiscais encerrados antes da data em que um aviso ou outra orientação retirando ou modificando o alívio temporário seja emitido (ou qualquer data posterior especificada em tal aviso ou outra orientação). Os avisos estabelecem que um contribuinte pode optar por creditar seus impostos de renda estrangeiros qualificados a partir de 2023, sujeito às regras de limitação de crédito de imposto estrangeiro, ou deduzir impostos de renda estrangeiros em determinado ano. Uma opção por deduzir impostos estrangeiros em vez de reivindicar créditos de imposto estrangeiro aplica-se a todos os impostos estrangeiros pagos ou acumulados no exercício fiscal. As regras sobre o cômputo de créditos ou deduções de imposto estrangeiro são extremamente complexas, e Titulares dos EUA devem consultar seus consultores tributários independentes quanto à disponibilidade de créditos de imposto estrangeiro relativos a qualquer imposto brasileiro retido na fonte incidente sobre os dividendos de nossas ações ordinárias ou ADSs.

Sujeito a limitações aplicáveis (incluindo uma exceção para determinadas posições objeto de hedge), o valor dos dividendos recebidos por determinados titulares dos EUA não corporativos (incluindo pessoas físicas) com relação às ações ordinárias ou ADSs da Embraer pode ser elegível para uma alíquota reduzida de tributação se os dividendos representarem “renda qualificada de dividendos”. Sujeito a determinadas exceções, dividendos pagos sobre as ações ordinárias ou ADSs da Embraer serão tratados como renda qualificada de dividendos se (i) as ações ordinárias ou ADSs da Embraer forem prontamente negociáveis em um mercado de valores mobiliários estabelecido nos Estados Unidos da América, (ii) o Titular dos EUA atender a determinados requisitos de período de detenção para as ações ordinárias ou ADSs e (iii) a Embraer não tiver sido, no ano anterior ao ano em que o dividendo foi pago (com relação a um Titular dos EUA que detinha ações ordinárias ou ADSs da Embraer), e não for, no ano em que o dividendo for pago, uma PFIC. Segundo orientação emitida pelo IRS, nossas ADSs qualificam-se como prontamente negociáveis em mercado de valores mobiliários estabelecido nos Estados Unidos contanto que estejam listadas na NYSE. No caso de nossas ações ordinárias diretamente detidas por Titulares dos EUA, e não por meio de ADS, não está claro se os dividendos pagos por nossas ações representarão “renda qualificada de dividendos”. Titulares dos EUA que detenham diretamente nossas ações ordinárias, e não por meio de ADSs, devem consultar seus consultores tributários independentes.

Venda, Permuta ou Outra Alienação Tributável de Ações Ordinárias ou ADSs da Embraer

O Titular dos EUA reconhecerá ganho ou perda tributável em qualquer venda, permuta ou outro tipo de disposição tributável de nossas ações ordinárias ou ADSs em valor equivalente à diferença entre o valor realizado na venda, permuta ou outro tipo de disposição tributável e a base de tributação ajustada do Titular dos EUA (apurada em dólares) com relação às nossas ações ordinárias ou ADSs. Se um imposto brasileiro sobre ganhos for retido na venda ou alienação de ações ordinárias ou ADSs, o valor realizado por um Titular dos EUA incluirá o valor bruto dos recursos de tal venda ou alienação antes da dedução do imposto brasileiro. Consulte “—Consequências Tributárias Brasileiras Materiais— Tributação de Ganhos” para uma descrição de quando uma alienação pode estar sujeita à tributação pelo Brasil. Em geral, esses ganhos ou perdas representarão ganho ou perda de capital, sendo considerados ganho ou perda de capital de longo prazo em caso de titularidade de nossas ações ordinárias ou ADSs por mais de um ano. Determinados Titulares dos EUA não corporativos (inclusive pessoas físicas) poderão gozar de alíquotas preferenciais de imposto de renda federal nos

Estados Unidos com relação a ganho de capital de longo prazo. A dedutibilidade das perdas de capital está sujeita às limitações previstas no Código.

Qualquer ganho ou perda reconhecida por Titular dos EUA quanto à venda, permuta ou disposição tributável de nossas ações ordinárias ou ADSs, representará, em geral, um ganho ou perda de fontes norte-americanas para fins de crédito de imposto estrangeiro nos Estados Unidos. Consequentemente, se houver imposto brasileiro retido na fonte ou imposto sobre ganhos de capital incidente sobre a venda das ações ordinárias ou ADSs da Embraer, mesmo que o imposto brasileiro seja, de outra forma, um imposto creditável, os Titulares dos EUA que não tenham renda de fonte estrangeira suficiente podem não obter o crédito fiscal estrangeiro nos Estados Unidos com relação ao imposto brasileiro retido na fonte ou imposto sobre ganhos de capital. Além disso, conforme discutido acima, os Regulamentos Finais do Tesouro impõem requisitos adicionais significativos aos impostos estrangeiros para os quais pode ser reivindicado crédito de imposto estrangeiro. No entanto, conforme discutido acima, a orientação do IRS fornece alívio temporário de determinados desses requisitos se o aviso for aplicado de forma consistente a todos os impostos estrangeiros pagos durante o exercício social relevante. As regras relativas aos créditos tributários estrangeiros, inclusive o valor do imposto de renda estrangeiro que poderão ser reclamados em qualquer ano, são complexas e sujeitas a limitações. Titulares dos EUA devem consultar seus consultores tributários independentes quanto à aplicação das regras de créditos tributários estrangeiros, tendo em vista suas circunstâncias em particular.

Depósitos e resgates de nossas ações ordinárias em troca de ADSs não resultarão em ganho ou perda para fins de imposto de renda federal nos Estados Unidos.

Regras sobre Companhia de Investimento Estrangeiro Passivo (Passive Foreign Investment Company)

Se, durante qualquer exercício fiscal de uma companhia que não seja norte-americana, 75% ou mais da renda bruta da companhia consistir em determinados tipos de renda “passiva”, ou o valor médio no exercício fiscal dos “ativos passivos” da companhia (em geral, ativos que geram ou são mantidos para gerarem renda passiva) representar 50% ou mais do valor médio de todos os ativos da companhia, ela será tratada como PFIC segundo a lei tributária federal dos Estados Unidos. Para tanto, renda passiva geralmente inclui, entre outros, dividendos, juros, aluguéis, royalties e ganhos provenientes da disposição de ativos de investimento, sujeito a várias exceções. Se uma companhia que não seja norte-americana detiver pelo menos 25% do capital de outra companhia, em termos de valor, ela será tratada, para fins de teste de PFIC, como titular da parcela proporcional dos ativos brutos da outra companhia e recebedora da parcela proporcional do lucro bruto da outra companhia. Entretanto, se uma companhia que não seja norte-americana detiver menos do que 25% do capital de outra companhia, em termos de valor, essa participação geralmente será tratada como ativo passivo.

Se a Embraer fosse uma PFIC em qualquer exercício fiscal durante o qual um Titular dos EUA possua ações ordinárias ou ADSs, o ganho reconhecido pelo Titular dos EUA em uma venda ou outra alienação (incluindo determinadas garantias) das ações ordinárias ou ADSs seria alocado proporcionalmente ao longo do período de detenção do Titular dos EUA. Os valores alocados ao exercício fiscal da alienação e a qualquer ano antes de a Embraer se tornar uma PFIC seriam tributados como renda ordinária. O valor alocado a cada outro exercício fiscal estaria sujeito a imposto à alíquota mais alta em vigor para pessoas físicas ou jurídicas, conforme apropriado, para esse exercício fiscal, e uma cobrança de juros seria imposta sobre o imposto sobre tal valor. Além disso, na medida em que qualquer distribuição recebida por um Titular dos EUA sobre suas ações ordinárias ou ADSs exceda 125% da média das distribuições anuais sobre as ações ordinárias ou ADSs recebidas durante os três anos anteriores ou o período de detenção do Titular dos EUA, o que for menor, tal distribuição estaria sujeita à tributação da mesma forma que o ganho, descrito imediatamente acima. Determinadas opções podem estar disponíveis que resultariam em tratamentos alternativos (como tratamento de marcação a mercado). Titulares dos EUA devem consultar seus assessores fiscais para determinar se alguma dessas opções estaria disponível e, em caso afirmativo, quais seriam as consequências dos tratamentos alternativos em suas circunstâncias particulares.

Com base em nossas demonstrações financeiras auditadas e dados do mercado e dos acionistas pertinentes, acreditamos não ser uma PFIC para fins de imposto de renda federal nos Estados Unidos com relação ao exercício fiscal de 2025. No entanto, se a Embraer será uma PFIC em 2026 ou em qualquer exercício fiscal futuro dependerá da natureza, valor e valor de mercado das operações, atividades, ativos e renda da Embraer no momento relevante de determinação. Dessa forma, não há garantia de que a Embraer não seja uma PFIC ou que não se tornará uma PFIC em 2026 ou em ano posterior.

Titulares dos EUA devem consultar seus consultores tributários independentes quanto à possível aplicação das regras sobre PFIC e exigências de divulgação de informações com relação às nossas ações ordinárias ou ADSs, bem

como sobre a possibilidade e conveniência de se fazer uma escolha que evite consequências tributárias adversas quanto às regras sobre PFIC caso sejamos considerados uma PFIC em qualquer exercício fiscal.

Divulgação de Informações e Retenção de Segurança (Backup Withholding)

Em geral, o pagamento de dividendos de nossas ações ordinárias ou ADSs e o pagamento de recursos relacionados à venda, câmbio ou outro tipo de alienação tributável de nossas ações ordinárias ou ADSs, efetuados nos Estados Unidos ou por meio de determinados intermediários financeiros nos Estados Unidos a Titular dos EUA estão sujeitos à divulgação de informações e podem estar sujeitos à retenção de segurança a uma taxa atual máxima de 24%, salvo se o Titular dos EUA: (i) for uma companhia ou outro ente isento; ou (ii) no caso de retenção de segurança, apresentar um número de identificação de contribuinte correto e certificar que não está sujeito à retenção de segurança. A retenção de segurança não constitui imposto adicional. O valor da retenção de segurança incidente sobre pagamento efetuado a Titular dos EUA será convertido em crédito no imposto de renda federal nos Estados Unidos do Titular dos EUA, desde que as informações necessárias sejam oportunamente prestadas ao IRS. Em geral, o Titular dos EUA poderá obter reembolso de quaisquer valores retidos segundo as regras de retenção de segurança que excedam valor do imposto de renda federal nos Estados Unidos por meio de uma solicitação tempestiva de restituição junto ao IRS.

Além disso, determinados Titulares dos EUA são obrigados a prestar informações ao IRS quanto à titularidade de nossas ações ordinárias ou ADSs, sujeito a exceções (inclusive a exceção para ações ordinárias ou ADSs mantidas em contas de determinadas instituições financeiras), por meio de preenchimento e entrega do IRS Form 8938, Statement of Specified Foreign Financial Assets, junto com a declaração de imposto de renda em cada exercício em que forem titulares de ações ordinárias ou ADSs. Titulares dos EUA devem consultar seus consultores tributários quanto ao efeito, se houver, dessa exigência de divulgação de informações com relação à sua aquisição, titularidade e disposição de ações ordinárias ou ADSs.

F. Dividendos e Agentes de Pagamento

Não se aplica.

G. Declarações de Especialistas

Não se aplica.

H. Disponibilização de Documentos

Segundo o Exchange Act, devemos apresentar relatórios periódicos e outras informações. Assim, somos obrigados a apresentar relatórios e outras informações junto à SEC. Os relatórios e outras informações apresentadas juntos à SEC podem ser consultados e cópias podem ser obtidas, mediante o pagamento de uma taxa, na Public Reference Room da SEC, localizada na 100 F Street, N.E., Washington, D.C., 20549. Informações sobre os horários de atendimento da Public Reference Room podem ser obtidas junto à SEC nos Estados Unidos, no telefone 1-800-SEC-0330. Esses materiais também podem ser consultados e cópias podem ser obtidas nos escritórios da New York Stock Exchange, Inc., na 20 Broad Street, Nova York, Nova York, 10005.

Apresentamos o relatório anual no Formulário 20-F, incluindo nossas demonstrações financeiras, e outros relatórios, incluindo nossos relatórios em Formulário 6-K, eletronicamente junto à SEC. Essas apresentações estão disponíveis em www.sec.gov. Também apresentamos nossas demonstrações financeiras e outros relatórios periódicos eletronicamente junto à CVM em seu website, www.cvm.gov.br. Cópias de nossos relatórios anuais no Formulário 20-F e documentos mencionados neste relatório anual e em nosso estatuto social estarão disponíveis para inspeção mediante solicitação em nosso escritório executivo principal, localizado na Avenida Dra. Ruth Cardoso, nº 8.501, 30º andar (parte), Eldorado Business Tower, Pinheiros, CEP 05425-070, cidade de São Paulo, estado de São Paulo, Brasil.

I. Informações Complementares

Não exigido.

J. Relatório Anual para Titulares

Não se aplica.

Item 11. DIVULGAÇÕES QUANTITATIVAS E QUALITATIVAS SOBRE RISCO DE MERCADO

Estamos expostos a diversos riscos de mercado, principalmente relacionados a perdas potenciais resultantes de mudanças adversas nas taxas de juros e de câmbio. Estabelecemos políticas e procedimentos para administrar nossa vulnerabilidade a esses riscos. Esses procedimentos incluem o monitoramento dos nossos níveis de exposição a cada risco de mercado, por meio de uma análise baseada em estimativas de fluxos de caixa futuro, financiamento de ativos a taxas variáveis com passivos a taxas variáveis, e restrição à quantidade de ativos a taxas fixas que podem ser financiados com passivos a taxas variáveis. Também podemos usar instrumentos financeiros derivativos para mitigar os efeitos das flutuações da taxa de juros e reduzir nossa exposição ao risco de taxa de câmbio. As seguintes seções abordam os principais riscos de mercado associados às nossas atividades de investimento.

A. Risco de Taxa de Juros

Nossa exposição ao risco de flutuação das taxas de juros refere-se principalmente às mudanças nas taxas de juros de mercado de nossos ativos e passivos monetários denominados em dólar e em reais, principalmente nossos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo. Aumentos e diminuições nas taxas de juros em vigor geralmente traduzem-se em aumentos e diminuições em despesas de juros. Ademais, os valores justos dos instrumentos sujeitos a taxas de juros também são afetados pelas condições gerais de mercado.

Nossos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo totalizavam US\$2.593,8 milhões em 31 de dezembro de 2025 e eram denominados em dólares dos EUA, reais brasileiros e euros. Do valor total da dívida denominada em dólares dos EUA (isto é, US\$ 2.377,9 milhões), US\$2.163,0 milhões estavam sujeitos a taxas fixas. A dívida restante denominada em dólares dos EUA com taxa flutuante, ou US\$214,8 milhões, que corresponde a 9,0% de nossa dívida denominada em dólares dos EUA, estava indexada à taxa SOFR ou à taxa da Securities Industry and Financial Markets Association.

De nossa dívida denominada em reais brasileiros de US\$78,3 milhões em 31 de dezembro de 2025, US\$39,4 milhões vencem juros a uma taxa variável baseada na taxa CDI e na taxa referencial brasileira, e US\$38,8 milhões vencem juros a uma taxa fixa. De nossa dívida denominada em euros de US\$137,6 milhões em 31 de dezembro de 2025, US\$0,2 milhões vencem juros a uma taxa variável baseada na Euro Interbank Offered Rate, e US\$137,4 milhões vencem juros a uma taxa fixa.

A tabela abaixo fornece informações sobre nossos empréstimos e financiamentos de curto prazo em 31 de dezembro de 2025, que são sensíveis a alterações nas taxas de juros e nas taxas de câmbio de moeda estrangeira.

	Em 31 de dezembro de 2025		
	Taxa Média Ponderada de Juros 2025 ⁽¹⁾	Valor Total em Aberto	Valor Justo Total
	(%)	(em milhões de US\$)	
Endividamento de Curto Prazo			
Dólar (Indexado fixo)	5,7%	40,1	1.024,0
Dólar (Indexado variável)	4,5%	16,4	28,7
Euro (Indexado fixo)	3,9%	43,4	45,3
Euro (Indexado variável)	3,8%	0,2	0,2
Real (Indexado fixo)	6,4%	1,4	1,9
Real (Indexado variável)	3,4%	3,8	4,8
Total do endividamento de curto prazo		105,3	1.104,9

(1) A taxa de juros refere-se exclusivamente à média ponderada do nosso endividamento (curto e longo prazo). Não representa as taxas indexadas em 31 de dezembro de 2025.

A tabela abaixo fornece informações sobre nossas obrigações de dívida de longo prazo em 31 de dezembro de 2025, que são sensíveis a alterações nas taxas de juros e nas taxas de câmbio de moeda estrangeira:

	Em 31 de dezembro de 2025							
	Taxa Média Ponderada de Juros 2025 ⁽¹⁾	Valor Total em Aberto	2027	2028	2029	2030	2031 em diante	Valor Justo Total
	(%)	(em milhões de US\$)						
Endividamento de Longo Prazo								
Dólar (Indexado fixo)	5,7%	2.123,1	7,5	20,0	21,3	289,2	1.785,1	1.289,9
Dólar (Indexado variável)	4,5%	198,4	42,0	42,2	9,9	6,4	97,9	225,4
Euro (Indexado fixo)	3,9%	94,0	—	—	—	94	—	95,2
Reais (Indexado fixo)	6,4%	37,4	1,6	3,5	3,5	3,5	25,3	31,0
Real (Indexado variável)	3,4%	35,6	—	0,4	3	3	30	22,2
Total do endividamento de longo prazo		2.488,5	51,1	66,1	37,5	395,9	1.937,9	1.663,7

(1) A taxa de juros refere-se exclusivamente à média ponderada do nosso endividamento (curto e longo prazo). Não representa as taxas indexadas em 31 de dezembro de 2025.

B. Risco Cambial

A gestão do risco cambial concentra-se no equilíbrio entre os nossos ativos não denominados em dólar e os nossos passivos não denominados em dólar acrescidos do patrimônio líquido com relação às nossas previsões de fluxo de caixa futuro. Além da exposição cambial relativa aos nossos empréstimos e financiamentos resumida abaixo, também temos ativos e passivos denominados em outras moedas, com exceção do dólar. Tais ativos e passivos monetários consistem principalmente em caixa e equivalentes de caixa, ativos financeiros, contas a receber e a pagar, dividendos e determinados outros ativos e passivos, sendo principalmente denominados em reais.

Além disso, transações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional às taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos para cada demonstração da posição financeira apresentada são convertidos à taxa de fechamento na data de reporte. Ganhos e perdas cambiais resultantes dessa conversão são reconhecidos no resultado como ganho (perda) cambial, líquido. Adiantamentos de clientes e adiantamentos a fornecedores por bens ou serviços em moedas estrangeiras são convertidos para nossa moeda funcional na data da transação, e nenhuma conversão subsequente é reconhecida. Os efeitos sobre esses ativos e passivos da valorização ou desvalorização de outras moedas estrangeiras em relação ao dólar dos EUA são registrados como ganhos (perdas) cambiais, líquidos em nossas demonstrações financeiras.

A exposição do fluxo de caixa resulta do fato de que, em 2025, 3,4% de nossas receitas líquidas e 13,5% do total dos nossos custos são denominados em reais, incluindo despesas com folha de pagamento no Brasil. Ter mais custos denominados em reais do que receitas gera a exposição de fluxo de caixa. Para mitigar esse risco e gerenciar a volatilidade dos fluxos de caixa em moeda estrangeira, contratamos instrumentos derivativos no curso normal de nossos negócios. Para obter mais informações, vide a Nota Explicativa 7 de nossas demonstrações financeiras auditadas de 2025.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os ativos e passivos expostos ao risco cambial e as operações com derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2025, bem como as operações com derivativos em aberto na mesma data:

Instrumentos financeiros indexados a moedas diferentes do dólar dos EUA						
Valor em Aberto por Ano de Vencimento						
Valor Total em Aberto	2026	2027	2028	2029	2030 em diante	Valor Justo Total
(em milhões de US\$)						
ATIVO						
<i>Caixa e equivalentes de caixa e investimentos financeiros</i>						
Em reais	210,8	210,8	—	—	—	210,8
Em euros	204,8	204,8	—	—	—	204,8
Em outras moedas	3,0	3,0	—	—	—	3,0
<i>Contas a receber de clientes</i>						
Em reais	28,7	28,7	—	—	—	28,7
Em euros	20,6	20,6	—	—	—	20,6
Em outras moedas	10,3	10,3	—	—	—	10,3
<i>Outros ativos</i>						
Em reais	29,9	7,8	22,1	—	—	29,9
Em euros	6,5	6,1	0,4	—	—	6,5
Em outras moedas	0,4	0,4	—	—	—	0,4
<i>Instrumentos financeiros derivativos</i>						
Em reais	8,7	8,7	—	—	—	8,7
Total de ativos em Reais	278,1	256,0	22,1	—	—	278,1
Total de ativos em Euro	231,9	231,5	0,4	—	—	231,9
Total de ativos em outras moedas	13,7	13,7	—	—	—	13,7

Instrumentos financeiros indexados a moedas diferentes do dólar dos EUA
Valor em Aberto por Ano de Vencimento

Valor Total em Aberto	2026	2027	2028	2029	2030 em diante	Valor Justo Total
<i>(em milhões de US\$)</i>						
PASSIVO						
<i>Empréstimos</i>						
Em reais	78,2	5,2	1,6	3,8	6,3	59,9
Em euros	137,6	43,6	—	—	—	140,7
<i>Contas a pagar a fornecedores</i>						
Em reais	179,9	179,9	—	—	—	179,9
Em euros	34,2	34,2	—	—	—	34,2
Em outras moedas	4,6	4,6	—	—	—	4,6
<i>Outras contas a pagar</i>						
Em reais	25,8	9,0	16,8	—	—	25,8
Em euros	10,9	10,9	—	—	—	10,9
Em outras moedas	0,4	—	0,4	—	—	0,4
<i>Instrumentos financeiros derivativos</i>						
Em reais	2,9	2,5	0,4	—	—	2,9
Em euros	2,8	2,8	—	—	—	2,8
Total de passivos em Reais	286,8	196,6	18,8	3,8	6,3	268,5
Total de passivos em Euro	185,5	91,5	—	—	—	188,6
Total de passivos em outras moedas	5,0	4,6	0,4	—	—	5,0
Exposição total em Reais	(8,7)	59,4	3,3	(3,8)	(6,3)	9,6
Exposição total em Euro	46,4	140,0	0,4	—	—	43,3
Exposição total em outras moedas	8,7	9,1	(0,4)	—	—	8,7

Para obter informações, vide a Nota Explicativa [26.1.5](#) de nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas de 2025 incluídas em outra parte deste relatório anual.

C. Risco de Crédito

Podemos incorrer prejuízo caso as contrapartes de nossos diversos contratos não paguem os valores devidos a nós. Assim, nosso principal risco de crédito resulta da venda de aeronaves, peças sobressalentes e serviços relacionados aos clientes, inclusive as obrigações financeiras relativas às vendas no caso de prestarmos garantias em favor dos agentes de financiamento de compra de aeronaves de nossos clientes. Também estamos expostos ao risco de crédito de contrapartes em nossos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros que podem nos sujeitar à concentração de risco de crédito incluem: (i) investimentos financeiros e outros instrumentos financeiros; (ii) contas a receber de clientes; (iii) financiamentos a clientes; e (iv) adiantamentos a fornecedores. Buscamos limitar o risco de crédito associado a caixa e equivalentes de caixa ao realizar investimentos em instrumentos com grau de investimento, seguindo as orientações da política de gestão financeira. Com relação às contas a receber de clientes e financiamentos a clientes, buscamos limitar nosso risco de crédito ao realizar avaliações constantes de crédito. Atualmente, todos esses clientes têm cumprido seus compromissos conosco e operam dentro dos limites de crédito que lhes atribuímos, sendo que a Administração considera que eles representam um nível de risco de crédito aceitável para nós. Somente prestamos adiantamentos a fornecedores selecionados e de longa data. Analisamos sua situação financeira constantemente para limitar o risco de crédito.

Também estamos expostos ao risco de crédito na venda de aeronaves no período em que seus compradores estão finalizando os acordos de financiamento para comprar aeronaves conosco. Para tentar minimizar esses riscos, monitoramos continuamente a análise de crédito dos clientes e trabalhamos de perto com as instituições financeiras para facilitar o financiamento das aeronaves.

Para obter informações, vide a Nota Explicativa [26](#) de nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas de 2025 incluídas em outra parte deste relatório anual.

Item 12. DESCRIÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS QUE NÃO AÇÕES

A. Títulos de Dívida

Não se aplica.

B. Bônus de Subscrição e Direitos

Não se aplica.

C. Outros Valores Mobiliários

Não se aplica.

D. American Depositary Shares

Taxas e Despesas com Depositário

O depositário poderá cobrar de: (i) cada pessoa para a qual as ADSs são emitidas, incluindo, entre outros, emissões contra depósito de ações, emissões com relação a distribuição de ações, direitos e outras distribuições, emissões segundo dividendos de ações ou desdobramento de ações declarados por nós, ou emissões em operação de fusão, permuta de valores mobiliários ou qualquer outra operação ou hipótese que afete as ADSs ou os valores mobiliários depositados; e (ii) cada pessoa que entregue ADSs para resgate dos valores mobiliários depositados ou cujas ADSs tenham sido canceladas ou reduzidas por qualquer outro motivo, o valor de US\$ 5,00 para cada 100 ADSs (ou fração) emitidas, entregues, reduzidas, canceladas ou resgatadas (conforme o caso). O depositário poderá vender (por meio de venda pública ou privada) valores mobiliários suficientes e patrimônio recebido com relação à distribuição de ações, direitos e outras distribuições anteriormente ao depósito para pagar essas taxas.

As seguintes taxas adicionais serão incorridas pelos Titulares de ADS, beneficiários efetivos das ADSs, qualquer parte que deposite ou resgate ações ou qualquer parte que entregue ADSs, para a qual as ADSs tenham sido emitidas (incluindo, entre outros, emissões segundo dividendos de ações ou desdobramento de ações declarados por nós, ou em operação de permuta de ações com relação às ADSs ou valores mobiliários depositados, ou distribuição de ADSs nos termos do Artigo 10 do contrato de depósito, conforme o caso):

- ➔ uma taxa de US\$ 0,05 ou menos por ADS para qualquer distribuição de caixa realizada nos termos do contrato de depósito;
- ➔ uma taxa de US\$ 1,50 por ADS ou ADSs ou transferências feitas nos termos do Artigo 3 do contrato de depósito;
- ➔ uma taxa pela distribuição ou venda de valores mobiliários nos termos do Artigo 10 do contrato de depósito, sendo que o valor dessa taxa equivalerá ao valor da taxa cobrada pela execução e entrega das ADSs, conforme mencionado acima, e que teria sido cobrada pelo depósito dos valores mobiliários (para fins do Artigo 7 do contrato de depósito, tratando todos os valores mobiliários como se fossem ações), valores mobiliários estes, ou recursos líquidos de caixa provenientes de sua venda, que em vez disso são distribuídos pelo depositário aos titulares de ADSs com direito a eles;
- ➔ uma taxa no valor total de US\$ 0,05 por ADS por ano civil (ou fração) pelos serviços de administração de ADSs prestados pelo depositário (taxa que deverá ser cobrada periodicamente em cada ano civil e apurada contra titulares registrados de nossas ADSs na data de registro ou datas estabelecidas pelo depositário e paga a exclusivo critério do depositário por meio de fatura emitida aos titulares registrados ou por meio de dedução da taxa de um ou mais dividendos em caixa ou outras distribuições em caixa); e
- ➔ uma taxa pelo reembolso das taxas, encargos e despesas conforme incorridas pelo depositário e/ou qualquer de seus agentes (incluindo, entre outros, o custodiante e despesas incorridas em nome de titulares com relação ao cumprimento de regulamentos de controle cambial ou qualquer lei ou regulamento relacionado a investimento estrangeiro) quanto ao processamento de nossas ações ordinárias ou outros valores mobiliários depositados, venda de valores mobiliários (incluindo, entre outros, valores mobiliários depositados), a entrega de valores mobiliários depositados ou quanto ao cumprimento pelo depositário ou custodiante das leis, regras ou regulamentos aplicáveis (taxas estas que deverão ser apuradas proporcionalmente contra titulares

registrados na data de registro ou datas estabelecidas pelo depositário e pagas a exclusivo critério do depositário por meio de fatura emitida aos titulares registrados ou por meio de dedução da taxa de um ou mais dividendos em caixa ou outras distribuições em caixa), incluindo, entre outros, valores cobrados pelas autoridades públicas ou outras instituições, como a Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ou a B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, a bolsa de valores em que as ações estão registradas para negociação.

Efetuaremos o pagamento de todos os outros encargos e despesas do depositário e de qualquer de seus agentes (exceto o custodiante), segundo os contratos firmados de tempos em tempos por nós e o depositário, com exceção de:

- taxas relativas à transferência de ações ou outras taxas e encargos do governo (taxa estas devidas pelos titulares ou pessoas que depositem as ações);
- taxas relativas à transmissão via SWIFT, cabo, telex e fac-símile e taxas de entrega incorridas mediante a solicitação de pessoas que depositem ou de titulares que entreguem ações, ADSs ou valores mobiliários depositados (taxa estas devidas por tais pessoas ou titulares); e
- taxas de transferência ou registro relativas à transferência ou registro de valores mobiliários depositados em qualquer registro aplicável com relação ao depósito ou resgate dos valores mobiliários depositados (taxa estas devidas pelas pessoas que depositam as ações ou titulares que resgatam os valores mobiliários depositados).;

Esses encargos poderão, a qualquer tempo e de tempos em tempos, sofrer alterações por meio de contrato celebrado por nós e o depositário.

Pagamentos do Depositário para o Exercício Encerrado em 31 de dezembro de 2025

De acordo com nossos arranjos contratuais com o J.P. Morgan, em 2025, o J.P. Morgan nos pagou um valor bruto de US\$2,8 milhões em conexão com despesas relacionadas a relações com investidores da Embraer incorridas em 2025.

PARTE II

Item 13. INADIMPLÊNCIA, DIVIDENDOS EM ATRASO E MORA

Nada a declarar.

Item 14. MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS NO DIREITO DOS TITULARES DE VALORES MOBILIÁRIOS E DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

A. Mudanças Significativas no Direito dos Titulares de Valores Mobiliários

Não se aplica.

B. Modificações Materiais ou Qualificações dos Direitos dos Titulares de Valores Mobiliários Registrados

Não se aplica.

C. Alterações Materiais no Valor dos Ativos que Garantem os Títulos Registrados

Não se aplica.

D. Alterações nos Administradores ou Agentes Pagadores para quaisquer Valores Mobiliários Registrados

Não se aplica.

E. Destinação dos Recursos

Não aplicável

Item 15. CONTROLES E PROCEDIMENTOS

A. Controles e Procedimentos de Divulgação

Nossos controles e procedimentos de divulgação referem-se aos controles e outros procedimentos adotados por nós que são projetados para garantir que as informações que devem ser divulgadas por nós nos relatórios que arquivamos ou apresentamos de acordo com o Exchange Act sejam registradas, processadas, resumidas e relatadas, dentro dos períodos de tempo especificados nas regras e formulários da SEC, e que essas informações que devem ser divulgadas por nós nos relatórios que arquivamos ou enviamos de acordo com o Exchange Act sejam acumuladas e comunicadas à nossa gerência, incluindo nosso principal diretor executivo e nosso principal diretor financeiro, ou pessoas que desempenhem funções semelhantes, conforme apropriado, para permitir decisões tempestivas relacionadas às divulgações financeiras obrigatórias.

Sob a supervisão e com a participação de nossa administração, incluindo nossos principais diretores executivos e o principal diretor financeiro, avaliamos a eficácia de nossos controles e procedimentos de divulgação (conforme esse termo é definido nas Regras 13a-15(e) e 15d-15(e) do Exchange Act em 31 de dezembro de 2025. Com base nessa avaliação, nossos principais diretores executivos e o principal diretor financeiro concluíram, juntamente com a administração, que nossos controles e procedimentos de divulgação eram eficazes em 31 de dezembro de 2025.

Nossa administração realizou análises adicionais conforme considerado necessário para assegurar que nossas demonstrações financeiras consolidadas em e para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 fossem preparadas de acordo com as Normas Contábeis IFRS. Dessa forma, nossa administração acredita que as demonstrações financeiras consolidadas incluídas neste relatório anual apresentam de forma justa, em todos os aspectos relevantes, nossa posição financeira, resultados operacionais e fluxos de caixa dos períodos apresentados de acordo com as Normas Contábeis IFRS.

B. Relatório Anual da Administração sobre Controles Internos de Relatórios Financeiros

Nossa administração é responsável por estabelecer e manter controles internos adequados sobre os relatórios financeiros, conforme definido nas Regras 13a-15(f) e 15d-15(f) do Exchange Act. Nossos controles internos sobre relatórios financeiros são projetados para fornecer garantia razoável em relação à confiabilidade dos relatórios financeiros e à preparação de nossas demonstrações financeiras para fins externos de acordo com as Normas Contábeis IFRS. Nossos controles internos sobre relatórios financeiros incluem as políticas e os procedimentos que (1) dizem respeito à manutenção de registros que, em detalhes razoáveis, refletem de forma precisa e justa as transações e disposições de nossos ativos; (2) fornecem garantia razoável de que as transações são registradas conforme necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras de acordo com as Normas Contábeis IFRS e que os recebimentos e as despesas da Empresa estão sendo feitos somente de acordo com as autorizações de nossa gerência e diretores; e (3) fornecem garantia razoável em relação à prevenção ou detecção oportuna de aquisição, uso ou disposição não autorizados de nossos ativos que poderiam ter um efeito material em nossas demonstrações financeiras.

Devido às suas limitações inerentes, os controles internos sobre os relatórios financeiros podem não impedir ou detectar declarações incorretas. O controle interno eficaz sobre os relatórios financeiros não pode, e não fornece, garantia absoluta de atingir nossos objetivos de controle. Além disso, as projeções de qualquer avaliação de eficácia para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles possam se tornar inadequados devido a mudanças nas condições ou que o grau de conformidade com as políticas ou procedimentos possa se deteriorar.

Nesse contexto, nossa administração, com a participação do diretor executivo e do diretor financeiro, sob a supervisão de nosso Comitê de Auditoria, avaliou a eficácia de nossos controles internos sobre relatórios financeiros em 31 de dezembro de 2025 com base nos critérios estabelecidos no Internal Control - Integrated Framework (2013) emitido pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission. Com base nessa avaliação, nossa administração concluiu que, em 31 de dezembro de 2025, nossos controles internos sobre relatórios financeiros eram eficazes.

C. Relatório de Atestado da Empresa de Contabilidade Pública Registrada

Nossa empresa independente de contabilidade pública registrada, a KPMG Auditores Independentes Ltda., ou KPMG, que auditou as demonstrações financeiras consolidadas incluídas neste relatório anual, emitiu um relatório de

auditoria expressando seu parecer sobre a eficácia dos controles internos da Empresa sobre os relatórios financeiros em 31 de dezembro de 2025. O relatório da KPMG aparece na página F-3 deste relatório anual.

D. Mudanças nos Controles Internos sobre Relatórios Financeiros

Nosso departamento de riscos e controles internos avalia periodicamente nossos controles internos para os principais ciclos, documentando os processos utilizados em cada ciclo, identificando oportunidades e sugerindo melhorias para os mecanismos de controle existentes. Não houve nenhuma mudança em nossos controles internos sobre relatórios financeiros que tenha ocorrido durante o período coberto por este relatório anual que tenha afetado materialmente, ou tenha uma probabilidade razoável de afetar materialmente, nossos controles internos sobre relatórios financeiros.

Item 16. [RESERVADO]

16A. Especialista Financeiro do Comitê de Auditoria

Conforme determinação de nosso Conselho de Administração, o Sr. Eduardo Rogatto Luque, membro do nosso Comitê de Auditoria, Riscos e Ética estatutário, é o especialista em finanças do comitê de auditoria, segundo a definição atual das regras da SEC. Para mais informações sobre o papel do comitê estatutário de auditoria, riscos e ética, vide “Item 6. Conselheiros, Diretores e Empregados—C. Práticas do Conselho de Administração e Diretoria—Comitê de Auditoria, Riscos e Ética”.

16B. Código de Ética e Conduta

O Conselho de Administração adotou um Código de Ética e Conduta aplicável aos nossos conselheiros, diretores e empregados em todo o mundo, incluindo o Diretor-Presidente, Diretor Financeiro e controlador. Uma cópia do nosso Código de Ética e Conduta foi arquivada como Anexo 11.1 a este relatório anual.

16C. Honorários e Serviços do Auditor Principal

A tabela a seguir apresenta, por categoria de serviço, os honorários agregados cobrados pelos serviços profissionais prestados por nossos principais contadores em cada um dos dois últimos exercícios fiscais, a saber, KPMG Auditores Independentes Ltda. (PCAOB ID 1124 e localizada em São José dos Campos, Brasil) durante os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

Honorários e serviços do auditor principal	Exercício encerrado em 31 de dezembro de	
	2025	2024
	(em milhares de US\$)	
Honorários de Auditoria	4.687,0	3.860,8
Honorários de Serviços Relacionados à Auditoria	887,2	318,5
Outros Honorários	9,9	3,2
Total	5.584,1	4.182,5

Honorários de Auditoria

Os honorários de auditoria consistiram nos honorários agregados em conexão com (i) auditoria das demonstrações financeiras anuais preparadas segundo o Brazilian GAAP e as Normas Contábeis IFRS, que são publicadas no Brasil e nos Estados Unidos da América, e realizadas de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria e as normas de auditoria do Public Company Accounting Oversight Board (PCAOB), (ii) revisão de informações financeiras trimestrais preparadas segundo o Brazilian GAAP e as Normas Contábeis IFRS, e (iii) auditoria de demonstrações financeiras estatutárias de subsidiárias.

Honorários de Serviços Relacionados à Auditoria

Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, e 31 de dezembro de 2024, os honorários relacionados à auditoria consistiram principalmente nos honorários agregados em conexão com serviços de asseguarção prestados a nós e a algumas de nossas subsidiárias relacionados a documentos regulatórios.

Outros Honorários

Todos os demais honorários referem-se a serviços diversos permitidos de compliance prestados a algumas subsidiárias. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, todas as outras taxas também incluíram taxas a pagar relacionadas a serviços de garantia permitidos prestados a nossas subsidiárias.

Políticas e Procedimentos de Aprovação Prévia

Nosso conselho de administração aprovou todos os serviços de auditoria e serviços relacionados à auditoria prestados pela KPMG Auditores Independentes Ltda. em 2025 e 2024. Qualquer serviço prestado pela KPMG Auditores Independentes Ltda. que não esteja especificado no escopo dessa auditoria exige a aprovação prévia do Comitê de Auditoria, Riscos e Ética antes de qualquer contratação. De acordo com a Rule 2-01 da Regulation S-X, comitês de auditoria podem aprovar determinados honorários de serviços relacionados à auditoria, serviços de consultoria tributária e outros serviços, mediante a aplicação da exceção de *minimis*, antes da conclusão da contratação da auditoria. Em 2025 e 2024, nenhum dos honorários pagos à KPMG Auditores Independentes Ltda. foi aprovado de acordo com a exceção de *minimis*.

16D. Exceções às Regras de Listagem para os Comitês de Auditoria

Nenhum.

16E. Compra de Ações pelo Emissor e Subsidiárias

Em 18 de março de 2025, entrou em vigor um programa de recompra de ações, após aprovação por nosso Conselho de Administração, autorizando a aquisição de até 1.066.667 ações ordinárias (aproximadamente 0,15% das ações ordinárias em circulação em 17 de março de 2025). O programa tinha prazo de 12 meses, até 17 de março de 2026. Em 7 de novembro de 2025, entrou em vigor outro programa de recompra de ações, também após aprovação por nosso Conselho de Administração, autorizando a aquisição de até 10.800.000 ações ordinárias (aproximadamente 1,5% de nossas ações ordinárias em circulação em 6 de novembro de 2025). Esse programa tinha prazo de 12 meses, até 6 de novembro de 2026. Em 2 de dezembro de 2025, concluímos integralmente o programa de novembro de 2025, tendo recomprado 10.800.000 ações ordinárias. Em 6 de março de 2026, entrou em vigor um novo programa de recompra de ações, após aprovação por nosso Conselho de Administração, autorizando a aquisição de até 10.932.998 ações ordinárias (aproximadamente 1,5% de nossas ações ordinárias em circulação em 5 de março de 2026). O programa tinha prazo de 12 meses, encerrando-se em 5 de março de 2027. Em 6 de março de 2026, concluímos integralmente o programa de março de 2026, tendo recomprado 10.932.998 ações ordinárias. Ações recompradas no âmbito dos programas poderiam ser mantidas em tesouraria, canceladas ou vendidas, e também poderiam ser usadas para satisfazer obrigações no âmbito de nossos planos de remuneração baseada em ações. As recompras foram executadas no mercado aberto na B3, a preços de mercado vigentes, por meio de intermediário financeiro designado. O momento e o volume das recompras, se houver, foram determinados pela administração, sujeitos aos limites legais e regulatórios aplicáveis e aos termos de cada programa. Ambos os programas foram financiados com recursos disponíveis permitidos nos termos da regulamentação brasileira aplicável e não impactaram nossa estrutura acionária ou administrativa, e não prejudicaram nossa capacidade de cumprir obrigações com credores.

Apresenta-se abaixo, em formato tabular, a divulgação sobre a recompra de nossas ações ordinárias para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Período	Número Total de Ações Adquiridas	Preço Médio Pago por Ação em R\$	Número Total de Ações Compradas como Parte de Planos ou Programas Publicamente Anunciados	Número Máximo de Ações que Ainda Podem ser Compradas no Âmbito dos Planos ou Programas
1 de janeiro a 31 de janeiro de 2025	—	—	—	—
1 de fevereiro a 28 de fevereiro de 2025	—	—	—	—
1º de março a 31 de março de 2025	1.066.667	77,07	1.066.667	—
1º de abril a 30 de abril de 2025	—	—	—	—
1º de maio a 31 de maio de 2025	—	—	—	—
1º de junho a 30 de junho de 2025	—	—	—	—
1º de julho a 31 de julho de 2025	—	—	—	—
1º de agosto a 31 de agosto de 2025	—	—	—	—

1º de setembro a 30 de setembro de 2025	—	—	—	—
1º de outubro a 31 de outubro de 2025	—	—	—	—
1º de novembro a 30 de novembro de 2025	10.203.000	85,07	10.203.000	597.000
1 de dezembro a 31 de dezembro de 2025	597.000	83,67	—	—
Total	11.866.667	84,28	11.866.667	—

Até a data deste relatório anual, não temos nenhum programa ativo de recompra de ações.

16F. Mudança de Firma de Auditoria do Declarante

Não se aplica.

16G. Governança Corporativa

Visão geral

Estamos sujeitos às regras de governança corporativa da NYSE. Como emissor estrangeiro privado, as regras aplicáveis a nós são muito diferentes daquelas aplicadas a companhias americanas listadas. Nos termos das regras da NYSE, somos obrigados apenas a: (i) devemos ter um comitê ou conselho de auditoria, segundo a exceção aplicável a emissores estrangeiros privados, que atenda a certas exigências, como discutido a seguir; (ii) nosso Diretor Presidente deve fornecer imediatamente um certificado sobre todo descumprimento relevante de qualquer regra de governança corporativa; e (iii) devemos apresentar uma breve descrição das diferenças significativas entre nossas práticas de governança corporativa e aquelas que a NYSE exige que sejam cumpridas por companhias americanas listadas. A discussão sobre as diferenças significativas entre nossas práticas de governança corporativa e aquelas que a NYSE exige que sejam cumpridas por companhias americanas listadas está descrita a seguir.

Maioria de Conselheiros Independentes

Segundo as regras da NYSE, a maioria dos conselheiros de companhias listadas nos Estados Unidos deve ser independente. A independência é definida por vários critérios, inclusive a ausência de relações relevantes entre o conselheiro e a companhia listada, cuja independência deve ser confirmada pelo conselho de administração. Da mesma forma, segundo o Regulamento do Novo Mercado, pelo menos 20% dos conselheiros ou pelo menos dois conselheiros, o que for maior, de companhias listadas no segmento do Novo Mercado da B3 deve ser independente. Os critérios de independência dos conselheiros de acordo com o Regulamento do Novo Mercado são similares àqueles das regras da NYSE.

Os membros do nosso Conselho de Administração declararam que são conselheiros independentes para fins do regulamento do Novo Mercado, com exceção do representante da União, devido à titularidade da golden share e os dois representantes de nossos empregados. Nossos conselheiros atendem os requisitos previstos na Lei das Sociedades por Ações, regras da CVM e Regulamento do Novo Mercado.

A Lei das Sociedades por Ações e nosso estatuto social exigem que nossos conselheiros sejam eleitos por nossos acionistas em assembleia geral. A eleição dos membros do conselho de administração, na ausência de solicitação de adoção do sistema de voto múltiplo, será conduzida segundo o sistema de chapas, em que a votação ocorrerá em chapas e não em candidatos individuais. Segundo nosso estatuto social, o conselho de administração indicará uma chapa para o mandato subsequente. Nosso conselho de administração é nomeado por nossos acionistas para um mandato de dois anos, com três assentos reservados da seguinte forma: (i) um membro efetivo (e seu/sua suplente) a ser nomeado pelo governo brasileiro, como titular da “golden share” e (ii) dois membros efetivos (e seu/sua suplente) a serem nomeados por nossos empregados (um membro do conselho e seu suplente serão nomeados pelo Clube de Investimentos dos Empregados da Companhia (CIEMB—Clube de Investimentos dos Empregados da Embraer), e um membro do conselho e seu suplente serão nomeados pelos empregados não acionistas da Companhia). Os demais oito conselheiros efetivos serão eleitos de acordo com o sistema de chapas ou voto múltiplo, nos termos de nosso estatuto social. É permitida a inclusão de um mesmo candidato em mais de uma chapa. Cada acionista somente poderá votar em uma chapa e a chapa que tiver o maior número de votos será declarada vencedora. Para mais informações, vide “Item 10. Informações Adicionais—B. Atos Constitutivos e Estatuto Social—Conselho de Administração—Eleição dos Membros do Conselho de Administração”.

Sessões Executivas

As regras da NYSE exigem que os conselheiros não-administradores se reúnam em sessões executivas programadas regularmente, sem a administração. A legislação societária brasileira não possui uma disposição similar. De acordo com a legislação societária brasileira, até um terço dos membros do conselho de administração pode ser eleito pela administração. Os demais conselheiros não-administradores não são expressamente obrigados a consultar a administração. As regras de procedimento do conselho de administração da Embraer estabelecem que os membros externos não-administradores (isto é, membros que não possuam qualquer relação comercial, empregatícia ou administrativa com a Embraer) devam se reunir em sessões exclusivas, realizadas no mesmo dia e anteriormente às reuniões do conselho de administração, para discutir a agenda da reunião.

Comitê de Nomeação/Governança Corporativa

De acordo com as regras da NYSE, companhias listadas devem constituir um comitê de nomeação/governança corporativa composto inteiramente por conselheiros independentes e regido por um regulamento escrito indicando o propósito do comitê e detalhando suas atribuições, incluindo, entre outras, a identificação e escolha de conselheiros qualificados e a elaboração de uma série de princípios de governança corporativa aplicáveis à companhia. Os conselheiros são eleitos por nossos acionistas em assembleia geral. Embora não tenhamos constituído um comitê de nomeação/governança corporativa, pois a lei brasileira aplicável assim não o exige, nosso Comitê de Pessoas e Governança, tem as mesmas atribuições impostas ao comitê de nomeação/governança corporativa pelas regras da NYSE, entre outras.

Comitê de Remuneração

De acordo com as regras da NYSE, companhias listadas devem constituir um comitê de remuneração composto inteiramente por diretores independentes e regido por um regulamento escrito indicando o propósito do comitê e detalhando suas atribuições, incluindo, entre outras, a revisão das metas corporativas vinculadas à remuneração do Diretor-Presidente, a avaliação do desempenho do Diretor-Presidente e aprovação dos níveis de remuneração do Diretor-Presidente, e a recomendação de pagamento de remuneração, remuneração baseada em incentivos e plano de remuneração baseado em ações aos diretores, exceto o Diretor-Presidente. Embora não tenhamos estabelecido um comitê de remuneração, pois não somos obrigados a fazê-lo de acordo com a legislação brasileira aplicável, nosso Comitê de Pessoas e ESG, sem autoridade decisória ou gerencial, e composto por membros indicados pelo nosso conselho de administração, entre outras coisas, desempenha as mesmas funções impostas ao comitê de remuneração pelas regras da NYSE. Segundo a Lei das Sociedades por Ações, o valor total disponível para pagamento da remuneração de nossos conselheiros e diretores e participação nos lucros e resultados de diretores é determinado por nossos acionistas em assembleia geral. O conselho de administração é responsável pela determinação da remuneração individual e a participação nos lucros e resultados de cada diretor, bem como a remuneração dos membros de nosso conselho e comitês. O conselho analisa o desempenho dos diretores, inclusive do Diretor-Presidente, para fazer tal determinação.

Comitê de Auditoria

De acordo com as regras da NYSE, as companhias listadas devem manter um comitê de auditoria: (i) composto por pelo menos três conselheiros independentes que tenham conhecimento na área financeira; (ii) que cumpra as regras da SEC a respeito dos comitês de auditoria de companhias listadas; (iii) que tenha pelo menos um membro com experiência em contabilidade ou administração financeira; e (iv) regido por um regulamento escrito indicando o propósito do comitê e detalhando suas atribuições. Nosso Comitê de Auditoria, Riscos e Ética atende as exigências da Rule 10A-3 do U.S. Securities Exchange Act of 1934. Não contamos com a exceção às regras de listagem referente aos comitês de auditoria.

Nosso Comitê de Auditoria, Riscos e Ética é composto, em sua maioria, por membros independentes de nosso conselho de administração e um membro externo. Para mais informações, vide “Item 6. Conselheiros, Diretores e Empregados—C. Práticas do Conselho de Administração e Diretoria—Comitê de Auditoria, Riscos e Ética”. Como os emissores privados estrangeiros estão sujeitos à legislação local, que pode proibir que a totalidade dos membros do conselho de administração delegue determinadas atribuições ao comitê de auditoria, de acordo com a Rule 10A-3, os comitês de auditoria de emissores privados estrangeiros podem exercer funções de assessoria referentes a essas atribuições de acordo com a lei aplicável. Em função de determinadas restrições impostas pela Lei das Sociedades por Ações, nosso Comitê de Auditoria, Riscos e Ética, ao contrário dos comitês de auditoria dos Estados Unidos, exerce apenas a função de assessoria e pode fazer somente recomendações a serem adotadas por todos os membros do conselho de administração, que é responsável pelo voto e decisão final. Por exemplo, nosso Comitê de Auditoria, Riscos e Ética faz recomendações relativas à indicação de empresas de auditoria, cuja escolha está sujeita à aprovação do conselho de administração. Nosso Comitê de

Auditoria, Riscos e Ética cumpre as exigências legais do Brasil, inclusive a respeito dos conselheiros independentes, nos termos da lei brasileira.

Aprovação de Acionistas para Plano de Remuneração Baseada em Ações

Segundo as regras da NYSE, os acionistas devem votar todos os planos de remuneração baseada em ações e alterações relevantes, com algumas ressalvas. Segundo a Lei das Sociedades por Ações, todos os planos de opções de ações devem ser aprovados pelos acionistas. Além disso, qualquer emissão de novas ações acima do nosso capital autorizado está sujeita à aprovação dos acionistas.

Diretrizes de Governança Corporativa

Segundo as regras da NYSE, as companhias americanas listadas devem adotar e divulgar seus procedimentos de governança corporativa. Embora estejamos sujeitos ao Regulamento do Novo Mercado, inclusive regras sobre governança corporativa, não adotamos nenhuma diretriz formal de governança corporativa. Adotamos e cumprimos nossa Política de Negociação de Valores Mobiliários, Divulgação de Informações Relevantes e Preservação de Confidencialidade, que exige a divulgação ao mercado de todas as informações relevantes de acordo com as diretrizes estabelecidas pela CVM, bem como regras sobre o uso indevido de informações privilegiadas, que entre outras exigências, estabelece períodos de suspensão da negociação e exige que indivíduos em posse de informações privilegiadas informem a Administração sobre todas as negociações que envolvam nossos valores mobiliários.

Os regulamentos da CVM estabelecem que as empresas devem informar se implementarão as disposições estabelecidas no Código Brasileiro de Governança Corporativa ou justificar as razões para o não cumprimento dessas práticas. Além disso, a B3 e o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa emitiram diretrizes para as melhores práticas de governança corporativa no Brasil.

Código de Ética e Conduta

De acordo com as regras da NYSE, todas as companhias listadas devem adotar e divulgar um código de ética e conduta aplicável a conselheiros, diretores e empregados, bem como divulgar prontamente qualquer exceção à aplicação do código aos conselheiros e diretores. A legislação brasileira aplicável não faz exigência semelhante. Entretanto, adotamos um Código de Ética e Conduta que se aplica aos nossos conselheiros, diretores e empregados em todo o mundo, e que também abrange nossas subsidiárias. Acreditamos que esse código aborde substancialmente os assuntos exigidos pelas regras da NYSE. Uma cópia do nosso Código de Ética e Conduta foi arquivada como Anexo 11.1 a este relatório anual. A versão mais recente do Código de Ética e Conduta é a oitava edição e foi aprovada em 29 de abril de 2025.

Função de Auditoria Interna

Segundo as regras da NYSE, companhias listadas devem possuir uma função de auditoria interna que forneça à administração e ao comitê de auditoria avaliações atualizadas dos processos de gestão de riscos e sistemas de controles internos da companhia. Nossa auditoria interna se reporta ao Comitê de Auditoria, Riscos e Ética e a nossa gestão de riscos e controles internos se reporta ao Diretor Financeiro, garantindo assim a independência necessária e a competência para avaliar o desenho de nossos controles internos dos relatórios financeiros, bem como para avaliar sua eficácia, conforme exigido pelo Artigo 404 da Lei Sarbanes-Oxley de 2002.

16H. Divulgação de Segurança em Mineração

Não se aplica.

16I. Políticas de Negociação com Informações Privilegiadas

Adotamos políticas e procedimentos de negociação com informações privilegiadas que regem a compra, venda e outras disposições de nossos valores mobiliários por conselheiros, alta administração e empregados, políticas e procedimentos que são razoavelmente projetados para promover a conformidade com as leis, regras e regulamentos aplicáveis de negociação com informações privilegiadas e quaisquer padrões de listagem aplicáveis a nós. Uma cópia de nossa política de negociação com informações privilegiadas é apresentada como um anexo a este relatório anual no Formulário 20-F.

16J. Divulgação Sobre Jurisdições Estrangeiras que Impedem Inspeções

Não se aplica.

16K. Cibersegurança

Gestão e Estratégia de Risco

Nossa estratégia de gestão de riscos de segurança cibernética é projetada para detectar, prevenir, monitorar e responder a incidentes de segurança, minimizar indisponibilidade de nossas operações, proteger a integridade e confidencialidade de dados e prevenir vazamento de dados. Adotamos diversos processos para avaliação, identificação e gerenciamento de riscos decorrentes de ameaças à cibersegurança, que estão documentados em nosso Procedimento de Resposta a Incidentes de cibersegurança, Diretrizes para Proteção Cibernética nas Empresas do Grupo Embraer e Procedimentos para Monitoramento e Resposta a Incidentes de Segurança da Informação.

Ao avaliar riscos de segurança cibernética e incidentes de segurança, avaliamos sua potencial materialidade de acordo com leis aplicáveis e nossas políticas e procedimentos internos, considerando fatores qualitativos e quantitativos. Essa avaliação envolve membros da alta administração, incluindo representantes das funções de segurança cibernética, jurídica, financeira e compliance, e leva em conta, entre outros fatores, o potencial impacto sobre nossas operações de negócios, condição financeira, resultados operacionais, reputação e obrigações regulatórias.

Aplicamos procedimentos de segurança cibernética para assegurar a abordagem mais apropriada, sempre considerando as características das soluções usadas por nossos sistemas corporativos, processos de negócios e produtos. Esses procedimentos e mecanismos baseiam-se nas melhores práticas de mercado (como os frameworks NIST e ISO27001/2) e passam por revisões periódicas para assegurar sua capacidade de detectar, controlar e responder a potenciais ameaças cibernéticas globais.

Temos um procedimento de ciclo de resposta a incidentes de segurança cibernética, que é um procedimento de resposta em quatro etapas a ser usado em caso de incidente de segurança cibernética. O procedimento compreende as seguintes etapas: (i) treinamento e preparação de nossas equipes para atuar prontamente em resposta a incidentes de cibersegurança, por meio da implementação de controles baseados em avaliações de risco; (ii) detecção e análise de incidentes; (iii) ações de contenção, erradicação e recuperação do incidente; (iv) atividades pós-incidente, que compreendem as atividades para evitar, prevenir e melhorar as ações em caso de novos incidentes. O treinamento de nossos empregados ocorre mensalmente.

Dispomos de um comitê de cibersegurança, responsável pela monitorização do nosso ambiente tecnológico e pela avaliação de eventuais ameaças e alertas relacionados com a cibersegurança. Uma vez que o comitê de segurança cibernética identifique um incidente de segurança cibernética, ele deve atuar em conjunto com os departamentos afetados, o departamento jurídico e o Encarregado de Proteção de Dados (DPO) (se informações pessoalmente identificáveis também tiverem sido afetadas em tal incidente) para: (i) compreender o momento exato de sua identificação; (ii) os tipos de dados envolvidos no incidente, se houver; (iii) sua causa, extensão e consequências; (iv) como e onde foi detectado; e (v) auxiliar na proposição de medidas para reparar ou prevenir o incidente, incluindo, se aplicável, medidas para mitigar seus possíveis efeitos negativos, tanto conosco quanto, se aplicável, com os titulares de dados afetados.

Como parte de nossa estratégia de gestão de riscos, contratamos empresas de segurança cibernética, como a Tempest (parte do Grupo Embraer), outros fornecedores de segurança cibernética e auditores independentes para avaliar nossos controles e procedimentos de segurança cibernética anualmente. Avaliamos e supervisionamos continuamente os riscos materiais decorrentes de ameaças à cibersegurança associadas aos nossos prestadores de serviços terceirizados. Antes de iniciar relações comerciais com prestadores de serviços, a equipe de segurança cibernética avalia se eles atendem aos nossos padrões mínimos relacionados a procedimentos de segurança cibernética, governança e gestão de riscos. Além da due diligence inicial, monitoramos riscos de segurança cibernética associados a prestadores de serviços terceirizados-chave de forma contínua, inclusive por meio de reavaliações periódicas e, quando apropriado, requisitos contratuais relacionados a controles de segurança cibernética e mitigação de riscos. Nossa equipe de cibersegurança é responsável por supervisionar e identificar riscos de cibersegurança. Consulte “—Governança de Segurança Cibernética.”

Nossas estruturas de governança de segurança cibernética e proteção de dados operam de forma coordenada. Temas de segurança cibernética envolvendo dados pessoais são gerenciados por meio de colaboração entre as equipes de segurança cibernética e jurídica, o DPO e o Comitê de Privacidade e Proteção de Dados, do qual a função de segurança cibernética também é membro (ver ‘Governança de Proteção de Dados’).

Riscos de segurança cibernética são integrados ao nosso arcabouço mais amplo de gestão de riscos corporativos e são avaliados juntamente com outros riscos operacionais, financeiros e estratégicos. Riscos materiais de segurança cibernética

identificados por meio de nossos processos de avaliação de riscos são escalados por canais de governança estabelecidos e monitorados como parte de nossas atividades contínuas de gestão de riscos.

Governança de Proteção de Dados

Nosso programa de governança de privacidade e proteção de dados é apoiado por uma estrutura integrada composta por múltiplos stakeholders com papéis e responsabilidades complementares. O núcleo desse programa consiste nos três seguintes órgãos de governança:

- ➔ Comitê de Privacidade e Proteção de Dados: órgão multidisciplinar e colegiado responsável por deliberar sobre decisões estratégicas, resolver conflitos relevantes, supervisionar controles internos e promover uma cultura de privacidade e proteção de dados em toda a organização. O comitê é composto por representantes das funções jurídica e de segurança cibernética, o Encarregado de Proteção de Dados, ou DPO, e assessores jurídicos externos, e reúne-se quinzenalmente.
- ➔ DPO: o DPO atua como o principal ponto de contato para titulares de dados e autoridades de proteção de dados e é responsável por coordenar comunicações, apoiar áreas internas e propor melhorias ao programa de governança de privacidade e proteção de dados. O DPO é nomeado pelo Departamento Jurídico, que é responsável por avaliar as qualificações técnicas e institucionais exigidas para a função, assegurando a autonomia, conhecimento especializado e alinhamento estratégico do DPO.
- ➔ Grupo de Trabalho de Proteção de Dados: grupo composto por representantes de várias áreas da Embraer que fornece suporte técnico, dissemina melhores práticas, monitora a implementação das diretrizes estabelecidas pelo Comitê de Privacidade e Proteção de Dados e propõe melhorias operacionais. O Grupo de Trabalho de Proteção de Dados reúne-se trimestralmente.

Essa estrutura de governança é projetada para assegurar que decisões estratégicas, diretrizes operacionais e ações de conformidade relacionadas à privacidade e proteção de dados sejam consistentemente integradas e coordenadas em toda a organização.

Essa estrutura integrada de governança de privacidade e proteção de dados é projetada para que dados pessoais sejam identificados, avaliados e gerenciados de forma coordenada em toda a organização.

Incidentes de Segurança Cibernética

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, não identificamos quaisquer ameaças de segurança cibernética que tenham afetado materialmente ou sejam razoavelmente prováveis de afetar materialmente nossa estratégia de negócios, resultados operacionais ou condição financeira. No entanto, apesar de nossos esforços, não podemos eliminar todos os riscos de ameaças de segurança cibernética, ou fornecer garantias de que não experimentamos um incidente de segurança cibernética não detectado.

Para obter mais informações sobre nossa exposição à segurança cibernética, consulte o Item [3](#). Informações-Chave—D. Fatores de Risco—Operações De Negócios E Contratos”

Governança de Segurança Cibernética

Nosso conselho de administração supervisiona nosso comitê de cibersegurança, que é responsável por tomar decisões estratégicas sobre cibersegurança, aprovar políticas de cibersegurança e tem autoridade total e irrestrita para implementar projetos e ações de mitigação, conforme aplicável. O comitê de segurança cibernética reúne-se mensalmente, ou a qualquer momento que o chief information security officer (CISO) considere necessário, para monitorar periodicamente, em alto nível, nossos projetos relacionados à segurança cibernética e aconselhar sobre medidas e melhorias para aprimorar nossa gestão de questões de segurança cibernética. O comitê de segurança cibernética é composto por:

- ➔ nosso diretor-presidente (CEO);
- ➔ nosso diretor financeiro (CFO);
- ➔ nosso CISO;
- ➔ o vice-presidente de defesa e segurança da Embraer;

- nosso diretor jurídico e DPO; e
- o vice-presidente de engenharia.

Adicionalmente, temas de segurança cibernética estão constantemente na pauta das reuniões de nosso Comitê de Auditoria, Riscos e Ética e de nosso conselho de administração.

PARTE III

Item 17. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Respondemos ao Item [18](#) em vez deste Item.

Item 18. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas e os relatórios dos auditores independentes são apresentados juntamente com este relatório anual, logo após a página de assinaturas.

Item 19. ANEXOS

Número do Anexo	Descrição
1.1	Estatuto social da Embraer datado de 17 de maio de 2024 (tradução para o inglês) (incorporado por referência ao Anexo 11.2 do Relatório Anual da Embraer no Formulário 20-F para o Exercício Encerrado em 31 de dezembro de 2024, arquivado junto à Securities and Exchange Commission (SEC File nº 001-15102) em 1º de abril de 2025).
2.1	Modelo do Terceiro Contrato de Depósito Aditado e Consolidado (Amended and Restated Deposit Agreement), entre a Embraer S.A., JP Morgan Chase Bank, N.A., como depositária, e os Titulares dos American Depositary Receipts emitidos segundo o contrato, incluindo o Modelo de American Depositary Receipt de 2019, aqui incorporado por referência a partir do Anexo (a) do Form F-6 Registration Statement da Embraer, segundo o Securities Act of 1933, apresentado junto à SEC (File No. 333-133162) em 18 de novembro de 2019.
2.2	Escritura de Emissão, datada de 11 de fevereiro de 2025, entre Embraer Netherlands Finance B.V., Embraer S.A., como garantidora, e The Bank of New York Mellon, como trustee, agente pagador, registrador e agente de transferência (incorporado por referência ao Anexo 4.1 do Relatório Atual da Embraer no Formulário 6-K arquivado junto à SEC (File nº 001-15102) em 11 de fevereiro de 2025).
2.3	Primeira Escritura Suplementar, datada de 11 de fevereiro de 2025, entre Embraer Netherlands Finance B.V., Embraer S.A., como garantidora, e The Bank of New York Mellon, como trustee, agente pagador, registrador e agente de transferência (incorporado por referência ao Anexo 4.2 do Relatório Atual da Embraer no Formulário 6-K arquivado junto à SEC (File nº 001-15102) em 11 de fevereiro de 2025).
2.4	Segunda Escritura Suplementar, datado de 9 de outubro de 2025, entre Embraer Netherlands Finance B.V., Embraer S.A., como garantidora, e The Bank of New York Mellon, como trustee, agente pagador, registrador e agente de transferência (incorporado por referência ao Anexo 4.1 do Relatório Atual da Embraer no Formulário 6-K arquivado junto à SEC (File nº 001-15102) em 9 de outubro de 2025).
2.5	A declarante desde já concorda em fornecer à SEC, mediante solicitação, cópias dos instrumentos que definem os direitos dos credores de dívidas de longo prazo da declarante e suas subsidiárias consolidadas e não consolidadas que têm a obrigação de arquivar demonstrações financeiras.
2.6	Descrição dos valores mobiliários da declarante registrados segundo a Seção 12 do Exchange Act. *
8.1	Lista de subsidiárias da Embraer. *
11.1	Código de Ética e Conduta, datado de 8 de dezembro de 2023 (incorporado por referência ao Anexo 11.1 do Relatório Anual da Embraer no Formulário 20-F para o Exercício Encerrado em 31 de dezembro de 2023, arquivado junto à Securities and Exchange Commission (SEC File nº 001-15102) em 5 de abril de 2024).

- 11.2 [Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia e Divulgação de Informação Relevante e Preservação de Confidencialidade, datada de 16 de fevereiro de 2023 \(incorporada por referência ao Anexo 11.2 do Relatório Anual da Embraer no Formulário 20-F para o Exercício Encerrado em 31 de dezembro de 2023, arquivado junto à Securities and Exchange Commission \(SEC File nº 001-15102\) em 5 de abril de 2024\).](#)
- 12.1 [Certificado do Diretor-Presidente segundo a Regra 13a-14\(a\)/15d-14\(a\).*](#)
- 12.2 [Certificado do Diretor Financeiro segundo a Regra 13a-14\(a\)/15d-14\(a\).*](#)
- 13.1 [Certificado do Diretor-Presidente segundo o Artigo 1350.*](#)
- 13.2 [Certificado do Diretor Financeiro segundo o Artigo 1350.*](#)
- 15.1 [Consentimento da KPMG Auditores Independentes Ltda.*](#)
- 97.1 [Política de Clawback de Remuneração de Incentivo em Excesso, datada de 1º de dezembro de 2023 \(incorporada por referência ao Anexo 97.1 do Relatório Anual da Embraer no Formulário 20-F para o Exercício Encerrado em 31 de dezembro de 2023, arquivado junto à Securities and Exchange Commission \(SEC File nº 001-15102\) em 5 de abril de 2024\).](#)
- 101.INS XBRL Instance Document. *
- 101.SCH XBRL Taxonomy Extension Schema.*
- 101.CAL XBRL Taxonomy Extension Scheme Calculation Linkbase. *
- 101.DEF XBRL Taxonomy Extension Scheme Definition Linkbase. *
- 101.LAB XBRL Taxonomy Extension Scheme Label Linkbase. *
- 101.PRE XBRL Taxonomy Extension Scheme Presentation Linkbase. *
- * Apresentado junto ao presente.

ASSINATURAS

A Declarante desde já atesta que cumpre todas as exigências para apresentação de Formulário 20-F e fez com que este Relatório Anual fosse assinado em seu nome pelos indivíduos abaixo-assinados, devidamente autorizados para tal.

EMBRAER S.A.

Por: /s/ FRANCISCO GOMES NETO

Nome: Francisco Gomes Neto

Cargo: Presidente e Diretor-Presidente

Por: /s/ ANTONIO CARLOS GARCIA

Nome: Antonio Carlos Garcia

Cargo: Vice-Presidente Executivo, Financeiro e Relações
com Investidores

Data: 27 de março de 2026

ÍNDICE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>Página</u>
<u>Relatório de Empresa Independente de Contabilidade Pública Registrada (PCAOB ID 1124)</u>	F-3
<u>Demonstrações Consolidadas da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2025 e 2024</u>	F-5
<u>Demonstrações consolidadas de lucros ou perdas para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023</u>	F-7
<u>Demonstrações Consolidadas de Outro Resultado Abrangente para os Exercícios Encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023</u>	F-8
<u>Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023</u>	F-9
<u>Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023</u>	F-11
<u>Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas</u>	F-13

ÍNDICE

<u>1. OPERAÇÕES</u>	F-13
<u>2. BASE DE PREPARAÇÃO E POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS</u>	F-14
<u>3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVOS</u>	F-18
<u>4. NORMAS CONTÁBEIS EMITIDAS, MAS AINDA NÃO VIGENTES</u>	F-19
<u>5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E INVESTIMENTOS FINANCEIROS</u>	F-20
<u>6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES</u>	F-23
<u>7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS</u>	F-23
<u>8. FINANCIAMENTO A CLIENTES E COMERCIAL</u>	F-28
<u>9. ESTOQUES</u>	F-28
<u>10. OUTROS ATIVOS</u>	F-30
<u>11. PARTICIPAÇÃO EM ENTIDADES</u>	F-31
<u>12. PARTES RELACIONADAS</u>	F-34
<u>13. IMOBILIZADO</u>	F-36
<u>14. ATIVOS INTANGÍVEIS</u>	F-38
<u>15. IMPAIRMENT DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS</u>	F-39
<u>16. CONTAS A PAGAR A FORNECEDORES</u>	F-40
<u>17. FORNECEDORES – ACORDO DE FINANCIAMENTO</u>	F-40
<u>18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS</u>	F-41
<u>19. INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES DE FLUXO DE CAIXA</u>	F-43
<u>20. CONTAS A PAGAR</u>	F-44
<u>21. TRIBUTOS E ENCARGOS DE FOLHA A PAGAR</u>	F-45
<u>22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</u>	F-45
<u>23. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES</u>	F-49
<u>24. BENEFÍCIOS PÓS-APOSENTADORIA</u>	F-53
<u>25. PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES</u>	F-55
<u>26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS</u>	F-57
<u>27. PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	F-69
<u>28. LUCRO POR AÇÃO</u>	F-72
<u>29. RECEITA DE CONTRATOS COM CLIENTES</u>	F-73
<u>30. DESPESAS POR NATUREZA</u>	F-76
<u>31. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS</u>	F-77
<u>32. DESPESAS FINANCEIRAS</u>	F-78
<u>33. VARIAÇÕES CAMBIAIS LÍQUIDAS</u>	F-78
<u>34. RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS</u>	F-78
<u>35. SEGMENTOS OPERACIONAIS</u>	F-79
<u>36. EVENTOS SUBSEQUENTES</u>	F-83

Relatório da Firma Registrada Independente de Auditoria

Aos Acionistas e ao Conselho de Administração
Embraer S.A.

Opiniões sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas e Controle Interno sobre Relatórios Financeiros

Auditamos a demonstração consolidada da posição financeira anexa da Embraer S.A. e subsidiárias (a Companhia) em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, resultado abrangente, mutações do patrimônio líquido e fluxos de caixa para cada um dos exercícios no período de três anos encerrado em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas notas (coletivamente, as demonstrações financeiras consolidadas). Também auditamos o controle interno da Companhia sobre relatórios financeiros em 31 de dezembro de 2025, com base nos critérios estabelecidos no *Internal Control – Integrated Framework (2013)* emitido pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024, e os resultados de suas operações e seus fluxos de caixa para cada um dos exercícios no período de três anos encerrado em 31 de dezembro de 2025, em conformidade com as Normas Contábeis IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board. Também em nossa opinião, a Companhia manteve, em todos os aspectos materiais, controle interno efetivo sobre relatórios financeiros em 31 de dezembro de 2025 com base nos critérios estabelecidos no *Internal Control – Integrated Framework (2013)* emitido pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission.

Base para as Opiniões

A administração da Companhia é responsável por essas demonstrações financeiras consolidadas, pela manutenção de controle interno efetivo sobre relatórios financeiros e por sua avaliação da efetividade do controle interno sobre relatórios financeiros, incluída no Relatório Anual da Administração sobre Controle Interno sobre Relatórios Financeiros anexo. Nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e uma opinião sobre o controle interno da Companhia sobre relatórios financeiros com base em nossas auditorias. Somos uma firma de contabilidade pública registrada no Public Company Accounting Oversight Board (Estados Unidos) (PCAOB) e somos obrigados a ser independentes em relação à Companhia de acordo com as leis federais de valores mobiliários dos EUA e as regras e regulamentos aplicáveis da Securities and Exchange Commission e do PCAOB.

Conduzimos nossas auditorias de acordo com as normas do PCAOB. Essas normas exigem que planejemos e executemos as auditorias para obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão livres de distorção relevante, seja devido a erro ou fraude, e se controle interno efetivo sobre relatórios financeiros foi mantido em todos os aspectos materiais.

Nossas auditorias das demonstrações financeiras consolidadas incluíram a execução de procedimentos para avaliar os riscos de distorção relevante das demonstrações financeiras consolidadas, seja devido a erro ou fraude, e a execução de procedimentos que respondem a esses riscos. Tais procedimentos incluíram o exame, em base de testes, de evidências relativas aos valores e divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas. Nossas auditorias também incluíram a avaliação dos princípios contábeis utilizados e estimativas significativas feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação geral das demonstrações financeiras consolidadas. Nossa auditoria do controle interno sobre relatórios financeiros incluiu a obtenção de entendimento do controle interno, avaliação do risco de existência de uma fraqueza material, e realização de teste e avaliação do desenho e da efetividade operacional do controle interno com base no risco avaliado. Nossas auditorias também incluíram a execução de outros procedimentos que consideramos necessários nas circunstâncias. Acreditamos que nossas auditorias fornecem base razoável para nossas opiniões.

Definição e Limitações do Controle Interno sobre Relatórios Financeiros

O controle interno de uma companhia sobre relatórios financeiros é um processo projetado para fornecer segurança razoável quanto à confiabilidade dos relatórios financeiros e à preparação de demonstrações financeiras para fins externos de acordo com princípios contábeis geralmente aceitos. O controle interno de uma companhia sobre relatórios financeiros inclui aquelas políticas e procedimentos que (1) dizem respeito à manutenção de registros que, em detalhe razoável, refletem de forma precisa e adequada as transações e disposições dos ativos da companhia; (2) fornecem segurança razoável de que as

transações são registradas conforme necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras de acordo com princípios contábeis geralmente aceitos, e que recebimentos e desembolsos da companhia estão sendo feitos apenas de acordo com autorizações da administração e dos conselheiros da companhia; e (3) fornecem segurança razoável quanto à prevenção ou detecção tempestiva de aquisição, uso ou disposição não autorizada dos ativos da companhia que poderia ter efeito material sobre as demonstrações financeiras.

Devido às suas limitações inerentes, o controle interno sobre os relatórios financeiros pode não impedir ou detectar declarações incorretas. Além disso, as projeções de qualquer avaliação de eficácia para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles possam se tornar inadequados devido a mudanças nas condições ou que o grau de conformidade com as políticas ou procedimentos possa se deteriorar.

Principais Assuntos de Auditoria

Os principais assuntos de auditoria comunicados abaixo são assuntos decorrentes da auditoria do período corrente das demonstrações financeiras consolidadas que foram comunicados ou exigidos que fossem comunicados ao comitê de auditoria e que: (1) referem-se a contas ou divulgações que são materiais para as demonstrações financeiras consolidadas e (2) envolveram nossos julgamentos especialmente desafiadores, subjetivos ou complexos. A comunicação dos principais assuntos de auditoria não altera de forma alguma nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas como um todo, e não estamos, ao comunicar os principais assuntos de auditoria abaixo, fornecendo opiniões separadas sobre os principais assuntos de auditoria ou sobre as contas ou divulgações às quais se referem.

Avaliações de impairment de ativos não financeiros de longa duração

Conforme descrito nas Notas 3.2 e 15 às demonstrações financeiras consolidadas, em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros de longa duração para determinar se há qualquer indicação de impairment. Caso exista, então o valor recuperável do ativo é estimado. O ágio é testado anualmente para impairment. Para testes de impairment, ativos não financeiros de longa duração são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (“UGCs”) considerando o modelo de negócios da Companhia e seu monitoramento de fluxos de caixa. Quando o teste de impairment é realizado, a Companhia compara os valores contábeis das UGCs da Companhia com seus valores recuperáveis. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil excede o valor recuperável. O valor recuperável dos ativos não financeiros de longa duração de uma UGC é estimado com base em seu valor em uso, determinado pelo desconto dos fluxos de caixa futuros a serem gerados pelo uso contínuo da UGC.

Identificamos a avaliação de avaliações de impairment para ativos não financeiros de longa duração relacionados à UGC da plataforma E2 (segmento comercial) como um principal assunto de auditoria. Um alto grau de julgamento subjetivo e esforço, incluindo habilidades e conhecimento especializados, foi necessário para avaliar as premissas significativas incluídas nos fluxos de caixa futuros projetados pela Companhia usados para estimar o valor recuperável dos ativos não financeiros de longa duração relacionados à UGC da plataforma E2, especificamente as taxas de crescimento de receita e margens brutas.

A seguir estão os principais procedimentos que executamos para abordar esse principal assunto de auditoria. Avaliamos o desenho e testamos a efetividade operacional de determinados controles internos relacionados ao processo de avaliação de impairment da Companhia para ativos não financeiros de longa duração relacionados à UGC da plataforma E2, incluindo controles sobre a determinação das taxas de crescimento de receita e margens brutas usadas nos fluxos de caixa projetados relacionados. Comparamos as previsões históricas de fluxo de caixa da Companhia com resultados reais para avaliar a capacidade da Companhia de prever com precisão. Envolvermos profissionais de valuation com habilidades e conhecimento especializados, que auxiliaram na avaliação das taxas de crescimento de receita e margens brutas da Companhia, considerando dados da indústria e outras informações disponíveis de fontes externas.

(a.) KPMG Auditores Independentes Ltda.

Atuamos como auditor da Companhia desde 2022.

São José dos Campos, SP, Brasil 27 de março de 2026

Embraer S.A.**Demonstração Consolidada da Posição Financeira
em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhões de dólares dos EUA)**

ATIVO	Nota	12.31.2025	12.31.2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5,1	1.949,8	1.563,0
Investimentos financeiros	5,2	676,1	639,7
Contas a receber de clientes	6	289,4	320,8
Instrumentos financeiros derivativos	7	8,7	13,2
Financiamento a clientes	8	0,4	12,2
Ativos de contrato	29,3	510,1	622,7
Estoques	9	3.267,1	2.936,1
Imposto de renda e contribuição social		78,8	142,0
Outros ativos	10	369,7	262,7
Total circulante		7.150,1	6.512,4
Não Circulante			
Investimentos financeiros	5,2	288,8	348,3
Contas a receber de clientes	6	1,7	2,0
Financiamento a clientes	8	7,6	20,2
Ativos de contrato	29,3	51,9	1,4
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22,1	118,1	174,0
Outros ativos	10	313,3	173,4
Investimentos	11	30,3	43,7
Imobilizado	13	2.130,9	1.941,3
Ativos intangíveis	14	2.721,3	2.502,9
Direito de uso		106,2	104,7
Total não circulante		5.770,1	5.311,9
Total do Ativo		12.920,2	11.824,3

As notas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

Embraer S.A.**Demonstração Consolidada da Posição Financeira
em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhões de dólares dos EUA)**

PASSIVO	Nota	12.31.2025	12.31.2024
Circulante			
Contas a pagar a fornecedores	16	1.116,8	966,3
Contas a pagar a fornecedores - arranjos de financiamento de fornecedores	17	62,9	43,3
Passivo de arrendamento	19,1	20,7	19,2
Empréstimos e financiamentos	18	105,3	113,8
Outras contas a pagar	20	610,3	359,8
Passivos de contrato	29,3	2.563,4	2.563,4
Instrumentos financeiros derivativos	7	38,4	71,9
Tributos e encargos de folha a pagar	21	63,3	45,8
Imposto de renda e contribuição social		23,3	124,7
Receita diferida		29,7	17,9
Provisões	23	127,6	90,2
Total circulante		4.761,7	4.416,3
Não Circulante			
Passivo de arrendamento	19,1	97,4	92,6
Empréstimos e financiamentos	18	2.488,5	2.377,3
Outras contas a pagar	20	348,1	161,2
Passivos de contrato	29,3	871,7	721,2
Instrumentos financeiros derivativos	7	26,4	31,9
Tributos e encargos de folha a pagar	21	12,1	9,2
Imposto de renda e contribuição social	22,4	3,8	3,2
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22,1	273,1	450,3
Receita diferida		8,2	12,8
Provisões	23	217,2	203,7
Total não circulante		4.346,5	4.063,4
Total do Passivo		9.108,2	8.479,7
Patrimônio Líquido	27		
Capital social		1.551,6	1.551,6
Ações em tesouraria		(215,0)	(28,2)
Reservas de lucros		1.879,2	1.624,3
Reservas de capital		327,9	185,1
Outros resultados abrangentes		(99,0)	(257,2)
Patrimônio atribuível aos proprietários da Companhia		3.444,7	3.075,6
Participações não controladoras		367,3	269,0
Total do Patrimônio Líquido		3.812,0	3.344,6
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		12.920,2	11.824,3

As notas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

Embraer S.A.**Demonstrações Consolidadas do Resultado
para os exercícios encerrados em 2025, 2024 e 2023
(Em milhões de dólares dos EUA, exceto dados por ação)**

	Nota	12.31.2025	12.31.2024	12.31.2023
Receita	29	7.577,5	6.394,7	5.268,5
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	30	(6.248,8)	(5.241,6)	(4.358,9)
Lucro bruto		1.328,7	1.153,1	909,6
Despesas administrativas	30	(213,6)	(198,9)	(204,9)
Despesas de vendas	30	(338,5)	(309,7)	(314,7)
Reversão esperada de crédito (perdas)		(3,9)	(21,1)	10,2
Despesas de pesquisa		(74,4)	(55,0)	(90,3)
Outras receitas	31	101,2	266,1	170,7
Outras despesas	31	(185,0)	(162,7)	(176,3)
Participação no lucro (prejuízo) de investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial	11	(6,9)	(4,3)	10,2
Resultado operacional antes do resultado financeiro		607,6	667,5	314,5
Receitas financeiras	32	316,1	311,1	128,6
Despesas financeiras	32	(615,0)	(415,6)	(321,9)
Perdas cambiais, líquidas	33	(41,1)	(6,0)	(0,5)
Lucro antes dos impostos sobre a renda		267,6	557,0	120,7
Imposto de renda	22,3	91,4	(202,4)	43,6
Lucro líquido do exercício		359,0	354,6	164,3
Atribuível a:				
Participações controladoras		351,9	352,5	164,0
Participações não controladoras		7,1	2,1	0,3
Lucro por ação – básico e diluído em US\$	28	0,48	0,48	0,22

As notas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

Embraer S.A.**Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente
para os exercícios encerrados em 2025, 2024 e 2023
(Em milhões de dólares dos EUA)**

	Nota	12.31.2025	12.31.2024	12.31.2023
Lucro líquido do exercício		359,0	354,6	164,3
Itens que não serão reclassificados para o resultado		0,8	4,9	(4,5)
Remensuração de benefício pós-emprego, líquido de imposto		0,8	4,9	(4,5)
Itens que são ou podem ser reclassificados subsequentemente para o resultado		164,9	(119,2)	40,6
Instrumentos financeiros - Hedge de fluxo de caixa, líquido de imposto	7	15,1	(24,7)	7,3
Instrumentos financeiros mensurados ao FVOCI, líquido de imposto		—	0,2	—
Ajustes de conversão		149,8	(94,7)	33,3
Outros resultados abrangentes (prejuízo)		165,7	(114,3)	36,1
Resultado abrangente total		524,7	240,3	200,4
Atribuível a:				
Participações controladoras		510,1	248,0	201,0
Participações não controladoras		14,6	(7,7)	(0,6)

As notas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

Embraer S.A.
**Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido
para os exercícios encerrados em 2025, 2024 e 2023
(Em milhões de dólares dos EUA)**

	Nota	Capital	Ações em tesouraria	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes (prejuízo)	Total	Participação não controladora	Patrimônio total
Em 31 de dezembro de 2022		1.551,6	(28,2)	117,7	1.116,1	—	(189,7)	2.567,5	256,8	2.824,3
Lucro líquido do exercício		—	—	—	—	164,0	—	164,0	0,3	164,3
Outros resultados abrangentes		—	—	—	—	—	37,0	37,0	(0,9)	36,1
Total de prejuízo abrangente		—	—	—	—	164,0	37,0	201,0	(0,6)	200,4
Remuneração baseada em ações		—	—	4,5	—	—	—	4,5	0,5	5,0
Contribuição de capital		—	—	—	—	—	—	—	9,5	9,5
Resultado em transações com participação não controladora		—	—	13,5	—	—	—	13,5	—	13,5
Destinações dos lucros:										
Dividendos		—	—	—	—	—	—	—	(13,4)	(13,4)
Reserva para investimentos e capital de giro		—	—	—	164,0	(164,0)	—	—	—	—
Em 31 de dezembro de 2023		1.551,6	(28,2)	135,7	1.280,1	—	(152,7)	2.786,5	252,8	3.039,3
Lucro líquido do exercício		—	—	—	—	352,5	—	352,5	2,1	354,6
Outros prejuízos abrangentes		—	—	—	—	—	(104,5)	(104,5)	(9,8)	(114,3)
Total de resultado abrangente		—	—	—	—	352,5	(104,5)	248,0	(7,7)	240,3
Remuneração baseada em ações		—	—	4,5	—	—	—	4,5	0,6	5,1
Exercício de Warrants		—	—	—	—	—	—	—	5,1	5,1
Contribuição de capital		—	—	—	—	—	—	—	65,6	65,6
Resultado em transações com participação não controladora		—	—	44,9	—	—	—	44,9	(47,4)	(2,5)
Destinações dos lucros:										
Reserva Legal		—	—	—	2,6	(2,6)	—	—	—	—
Dividendos		—	—	—	—	(8,3)	—	(8,3)	—	(8,3)
Reserva para investimentos e capital de giro		—	—	—	341,6	(341,6)	—	—	—	—
Em 31 de dezembro de 2024		1.551,6	(28,2)	185,1	1.624,3	—	(257,2)	3.075,6	269,0	3.344,6
Lucro líquido do exercício		—	—	—	—	351,9	—	351,9	7,1	359,0
Outros resultados abrangentes	27,6	—	—	—	—	—	158,2	158,2	7,5	165,7
Total de resultado abrangente		—	—	—	—	351,9	158,2	510,1	14,6	524,7
Remuneração baseada em ações		—	—	5,4	—	—	.	5,4	1,3	6,7
Resultado em transações com participação não controladora	2.3.1	—	—	137,4	—	—	—	137,4	(149,9)	(12,5)

Aquisição de ações em tesouraria	27,4	—	(186,8)	—	—	—	—	(186,8)	—	(186,8)
Exercício de Warrants		—	—	—	—	—	—	—	22,3	22,3
Contribuição de capital	2.3.1	—	—	—	—	—	—	—	210,0	210,0
Destinações dos lucros:										
Reserva legal	27,7	—	—	—	17,6	(17,6)	—	—	—	—
Dividendos intermediários e propostos	27,7	—	—	—	—	(16,1)	—	(16,1)	—	(16,1)
Juros sobre capital próprio	27,7	—	—	—	—	(80,9)	—	(80,9)	—	(80,9)
Reserva para investimentos e capital de giro		—	—	—	237,3	(237,3)	—	—	—	—
Em 31 de dezembro de 2025		1.551,6	(215,0)	327,9	1.879,2	—	(99,0)	3.444,7	367,3	3.812,0

As notas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

Embraer S.A.

**Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa
para os exercícios encerrados em 2025, 2024 e 2023
(Em milhões de dólares dos EUA)**

	Nota	12.31.2025	12.31.2024	12.31.2023
Atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício				
Ajuste ao lucro líquido por itens que não afetam caixa				
Despesas de depreciação e amortização		259,5	243,6	241,7
Realização de contribuição de fornecedores	14	(27,5)	(30,2)	(29,8)
Perdas (reversão) de perdas por impairment de estoques		3,6	7,0	(4,8)
Ajuste a valor justo - Investimentos financeiros		11,8	19,3	(0,4)
Perdas (reversão) de crédito esperadas		11,8	21,1	(10,2)
(Ganho) perda na alienação de ativos fixos e investimentos (1)		7,4	6,2	(29,3)
Imposto de renda e contribuição social	22,3	(91,4)	202,4	(43,6)
Juros acumulados		111,3	174,6	189,7
Juros sobre títulos negociáveis, líquidos		(18,3)	(18,1)	(7,0)
Participação no (lucro) prejuízo de investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial	11,1	6,9	4,3	(10,2)
Câmbio, líquido	33	36,7	8,7	7,1
Outras provisões		25,5	55,4	(7,3)
Outros		6,7	5,2	10,9
Variações em ativos				
Investimentos financeiros		86,6	(117,7)	22,9
Instrumentos financeiros derivativos		(19,3)	(41,5)	21,2
Contas a receber		25,9	(159,3)	(4,6)
Ativos de contrato		60,5	(114,1)	(4,6)
Financiamento a clientes		22,1	25,1	6,6
Estoques		(382,2)	(370,2)	(287,1)
Outros ativos		(66,2)	(49,4)	(112,4)
Variações em passivos				
Contas a pagar a fornecedores - Arranjos de financiamento de fornecedores		174,3	204,8	50,2
Outras contas a pagar		406,3	24,1	69,1
Passivos de contrato		150,7	748,1	576,8
Tributos e encargos de folha a pagar		(67,2)	(58,2)	98,6
Receita diferida		7,0	2,9	2,8
Caixa líquido gerado em atividades operacionais		1.101,5	1.148,7	910,6
Imposto de renda e contribuição social pagos		(73,6)	(101,2)	(120,8)
Juros pagos	19,1	(157,9)	(176,3)	(172,8)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		870,0	871,2	617,0
Atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado	13	(187,2)	(200,4)	(238,7)
Recursos da venda de imobilizado		17,1	12,2	19,3

	Nota	12.31.2025	12.31.2024	12.31.2023
Adições a ativos intangíveis	14	(296,7)	(265,8)	(192,1)
Adições a investimentos em subsidiárias e afiliadas, líquido de caixa adquirido	11,1	(12,3)	(18,3)	(24,0)
Recursos da venda de investimentos financeiros		384,5	49,5	41,2
Venda de investimento		—	—	60,2
Aquisição de investimentos financeiros		(423,6)	(238,0)	(58,8)
Empréstimos (concedidos a) recebidos de clientes		(93,5)	60,5	(60,5)
Dividendos recebidos	11,1	—	0,6	5,8
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		(611,7)	(599,7)	(447,6)
Atividades de financiamento				
Recursos de empréstimos e financiamentos	19,1	2.957,2	775,2	2.000,7
Amortização de empréstimos e financiamentos	19,1	(2.814,4)	(1.155,3)	(2.331,9)
Aumento de capital		—	—	9,5
Dividendos e juros sobre capital próprio		(23,6)	—	(13,4)
Recursos da venda de recebíveis	20(ii)	40,0	—	—
Recebimento na oferta de ações de subsidiária	2.3.1	210,0	65,6	—
Custos na oferta de ações de subsidiária		(12,5)	(2,4)	—
Recompras de ações ordinárias	27,3	(186,8)	—	—
Pagamentos de arrendamento	19,1	(23,8)	(18,8)	(13,6)
Caixa líquido gerado (usado) por atividades de financiamento		146,1	(335,7)	(348,7)
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		404,5	(64,2)	(179,3)
Efeitos de mudanças cambiais em caixa e equivalentes de caixa		(17,7)	0,9	(10,0)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5,1	1.563,0	1.626,3	1.815,6
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5,1	1.949,8	1.563,0	1.626,3

(1) Ativos fixos compreendem imobilizado, intangível, direito de uso.

As notas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

Embraer S.A.**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas****Em milhões de dólares dos EUA, salvo indicação em contrário****1. OPERAÇÕES**

A Embraer S.A. (“Embraer”) é uma companhia aberta listada no segmento Novo Mercado da Bolsa de Valores brasileira (B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão), sob o símbolo EMBJ3 (anteriormente, EMBR3). Adicionalmente, a Embraer emitiu American Depositary Shares, representadas por American Depositary Receipts (“ADRs”), que são registradas junto à Securities and Exchange Commission (“SEC”) e listadas na Bolsa de Valores de Nova York (*New York Stock Exchange* ou “NYSE”) sob o símbolo EMBJ (anteriormente, ERJ).

A Embraer está domiciliada em São José dos Campos, Estado de São Paulo, Brasil, e, juntamente com suas subsidiárias (em conjunto referidas como “a Companhia”), dedica-se às seguintes atividades principais:

- Projetar, construir e comercializar aeronaves e materiais aeroespaciais e acessórios, componentes e equipamentos relacionados;
- Executar e realizar atividades técnicas relacionadas à fabricação e manutenção de materiais aeroespaciais;
- Contribuir para a formação de pessoal técnico conforme necessário para a indústria aeroespacial;
- Exercer e prestar serviços para outras atividades tecnológicas, industriais, comerciais e de serviços relacionadas à indústria aeroespacial;
- Projetar, construir e comercializar equipamentos, materiais, sistemas, software, acessórios e componentes para as indústrias de defesa, segurança e energia, bem como promover e realizar atividades técnicas relacionadas à fabricação e manutenção deles;
- Conduzir outras atividades tecnológicas, industriais, comerciais e de serviços relacionadas às indústrias de defesa, segurança e energia.

A Companhia possui divisões estratégicas, que são seus segmentos reportáveis (ver Nota 35): Aviação Comercial, Aviação Executiva, Defesa e Segurança, e Serviços e Suporte.

1.1 Eventos significativos e seus impactos nas demonstrações financeiras consolidadas**1.1.1 Novas tarifas impostas pelos EUA**

Em julho de 2025, o governo dos Estados Unidos anunciou novas tarifas sobre determinados produtos importados do Brasil, com alíquotas que poderiam chegar a até 50%. Produtos relacionados às operações da Companhia—including aeronaves, peças e componentes usados nos segmentos de Aviação Comercial e Executiva—permaneceram sujeitos à alíquota geral anteriormente divulgada de 10%, e não ficaram sujeitos à alíquota máxima. A Administração avaliou que se espera que o impacto financeiro dessas tarifas seja inferior à alíquota nominal de 10%, uma vez que uma parcela significativa dos componentes usados na fabricação de aeronaves é de origem norte-americana, reduzindo assim a parcela da base de custos sujeita a tarifas aplicáveis exclusivamente a produtos de origem brasileira. Consequentemente, não se espera que essas tarifas afetem materialmente as metas de crescimento da Companhia.

No quarto trimestre de 2025, a Companhia concluiu análises detalhadas dos potenciais efeitos das tarifas sobre sua estrutura de custos, margens e lucratividade. Dado o ambiente regulatório incerto e a possibilidade de novas revisões pelo governo dos Estados Unidos—bem como potenciais medidas retaliatórias por outros países— a Administração continuou a monitorar de perto as medidas anunciadas e suas potenciais implicações, ao mesmo tempo em que implementava as ações necessárias para mitigar os efeitos das tarifas sobre as operações da Companhia.

Em 20 de fevereiro de 2026, a Suprema Corte dos Estados Unidos decidiu que as tarifas impostas pelo governo nos termos do International Emergency Economic Powers Act (“IEEPA”) são inconstitucionais e, portanto, não podem ser aplicadas. Na mesma data, o governo anunciou a imposição de novas tarifas de 10% nos termos da Seção 122 do Trade Act de 1974. Neste momento de incerteza, a Companhia continuará a monitorar este e outros desenvolvimentos para avaliar quaisquer potenciais impactos sobre suas operações.

1.1.2 Reforma tributária

Em 2026, teve início a transição para a Reforma Tributária do Consumo (“RTC”). No primeiro ano, em caráter experimental, as empresas são obrigadas apenas a informar os novos tributos—a Contribuição sobre Bens e Serviços

(“CBS”) e o Imposto sobre Bens e Serviços (“IBS”)—em seus documentos fiscais, sem qualquer obrigação de pagamento. A transição ocorrerá gradualmente até 2032.

Espera-se que mudanças na carga tributária aplicável, incluindo a eliminação de tributos existentes e a introdução dos novos, tenham efeito apenas em 2027. Embora a RTC já tenha disposições legais promulgadas, sua implementação depende de regulamentação adicional e da emissão de normas complementares. Na data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras consolidadas, nenhuma alíquota oficial havia sido definida, e existem apenas estimativas não oficiais. Uma avaliação completa dos efeitos da RTC só será possível após a emissão das regulamentações de implementação.

Com base na legislação promulgada até o momento, particularmente a Lei Complementar nº 214/2025, a Companhia acredita que a RTC terá impacto positivo em seus negócios. Espera-se que a simplificação e modernização do sistema de tributação do consumo no Brasil aumentem a transparência e reduzam a complexidade administrativa.

A Companhia continua a monitorar os desenvolvimentos relacionados à RTC e permanece em conformidade com todos os requisitos aplicáveis até a data.

1.1.3 Conflitos no Oriente Médio

A Companhia continua a monitorar de perto os desenvolvimentos relacionados aos conflitos no Oriente Médio, região onde as condições de segurança permanecem instáveis. Embora nenhum impacto direto nas operações ou cadeia de suprimentos da Companhia tenha sido identificado até a data, a Companhia está monitorando potenciais riscos que poderiam afetar suas atividades, incluindo riscos relacionados ao fornecimento de materiais, custos logísticos e possíveis interrupções de transporte.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía ativos ou passivos materiais expostos à região do Oriente Médio e, portanto, nenhum impacto contábil material foi identificado até a data em que estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão.

1.1.4 Conflito Rússia – Ucrânia

Em conformidade com sanções internacionais impostas à Rússia, Bielorrússia e determinadas regiões da Ucrânia nos termos das leis aplicáveis, a Companhia manteve, desde março de 2022, a suspensão do fornecimento de peças, manutenção e suporte técnico a clientes afetados por tais sanções.

Embora nenhum risco significativo à continuidade operacional tenha sido identificado, a Companhia continua a monitorar desenvolvimentos relacionados ao conflito e suas potenciais implicações para a cadeia de suprimentos global.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui ativos ou passivos materiais expostos à Rússia, Bielorrússia ou Ucrânia; portanto, nenhum impacto contábil relevante foi identificado até a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras consolidadas.

1.1.5 Modificação do Contrato com o Comando da Força Aérea Brasileira

Em agosto de 2025, a Embraer e o Comando da Força Aérea Brasileira celebraram um acordo mútuo para reduzir o número total de aeronaves KC-390 Millennium a serem entregues nos termos do contrato existente de 19 para 18 unidades. Essa alteração contratual não resultou em qualquer impacto negativo sobre lucros ou fluxo de caixa, uma vez que a aeronave removida do contrato já foi redirecionada para venda a outro cliente.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

2.1 Base de preparação

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Contábeis IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board (“Normas Contábeis IFRS”).

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, salvo indicação em contrário.

Embraer S.A.**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas****Em milhões de dólares dos EUA, salvo indicação em contrário**

As áreas que exigem maior grau de julgamentos ou complexidades, ou premissas e estimativas significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, são divulgadas na Nota 3.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram autorizadas para emissão pela Administração em 27 de março de 2026.

2.2 Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em dólar dos EUA (“US\$” ou “Dólar”), que é a moeda funcional da Companhia.

Moeda funcional é a moeda do principal ambiente econômico em que a entidade opera, considerando os seguintes fatores:

- A moeda que mais influencia os preços de bens e serviços; esta é a moeda na qual o preço de venda dos bens e serviços da Companhia é expresso e liquidado.
- A moeda que mais influencia os custos de fornecimento de bens ou serviços, isto é, a moeda na qual os custos da Companhia são normalmente expressos e liquidados.
- A moeda do país cujas forças competitivas e regulamentações mais influenciam os negócios da Companhia.
- A moeda na qual a Companhia obtém em grande parte recursos para operações financeiras e na qual normalmente recebe por suas vendas e acumula caixa.

Todos os valores foram arredondados para o milhão mais próximo, salvo indicação em contrário.

2.3 Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo consistentemente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras consolidadas, exceto se mencionado de outra forma.

As políticas contábeis materiais adotadas pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras são apresentadas nas respectivas notas às demonstrações financeiras.

As seguintes alterações a normas, que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2025, não tiveram impacto material nestas demonstrações financeiras consolidadas:

- Falta de Conversibilidade (alterações à IAS 21 e IFRS 1).
- Mudanças aos exemplos ilustrativos da IFRS 7, IFRS 18, IAS 1, IAS 8, IAS 36 e IAS 37 - Divulgações sobre Incertezas nas Demonstrações Financeiras.

2.3.1 Base de consolidação

Estas demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Embraer e das subsidiárias listadas abaixo:

Entidade	2025	2024	País	Atividades principais
Controlada direta				
ELEB Equipamentos Ltda. (i)	— %	100 %	Brasil	Venda de equipamentos hidráulicos e mecânicos para a indústria de aviação
Embraer Aircraft Holding, Inc.	100 %	100 %	EUA	Concentra atividades corporativas nos EUA
Embraer Aviation International - EAI	100 %	100 %	França	Venda de peças e serviços de pós-venda na Europa, África e Oriente Médio
Embraer Defesa e Segurança Participações S.A.	100 %	100 %	Brasil	Coordena investimentos nos segmentos de Defesa e Segurança
Embraer GPX Ltda.	100 %	100 %	Brasil	Nenhuma operação
Embraer Netherlands B.V.	100 %	100 %	Holanda	Concentra atividades corporativas na Europa para leasing e venda de aeronaves usadas
Embraer Netherlands Finance B.V.	100 %	100 %	Holanda	Operações financeiras de captação e investimento de recursos do Grupo Embraer

Embraer S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Em milhões de dólares dos EUA, salvo indicação em contrário

Embraer Overseas Ltd. (ii)	— %	100 %	Ilhas Cayman	Operações financeiras de captação e investimento de recursos do Grupo Embraer
Embraer Spain Holding Co. SL	100 %	100 %	Espanha	Concentra atividades corporativas no exterior
Fundo de Investimento em Participações Embraer Ventures	100 %	100 %	Brasil	Fundo exclusivo criado com o objetivo de agregação tecnológica e financeira com base em investimento e apoio a pequenas e médias empresas focadas em inovação disruptiva em áreas relacionadas ao setor A&D.
Yaborã Indústria Aeronáutica S.A.	100 %	100 %	Brasil	Nenhuma operação
Controlada indireta				
Airholding S.A. (i)	— %	100 %	Portugal:	Coordena investimentos em subsidiárias em Portugal
Atech - Negócios em Tecnologias S.A.	100 %	100 %	Brasil	Serviços de desenvolvimento e controle, comunicações, computador e inteligência
Coqueiro Par Participações Ltda. ("Coqueiro") (i)	—	100 %	Brasil	Participação em outras empresas.
ECC Investment Switzerland AG	100 %	100 %	Suíça	Coordena investimentos em subsidiárias no exterior
Embraer (China) Aircraft Technical Services Co. Ltd.	100 %	100 %	China	Venda de peças de reposição e serviços de suporte na China
Embraer Aircraft Customer Services, LLC	100 %	100 %	EUA	Venda de peças de reposição e serviços de suporte na América do Norte e Caribe
Embraer Aircraft Maintenance Services, LLC	100 %	100 %	EUA	Manutenção de aeronaves e componentes
Embraer Asia Pacific PTE. Ltd.	100 %	100 %	Singapura	Venda de peças de reposição e serviços de suporte na Ásia
Embraer Business Innovation Center, Inc.	100 %	100 %	EUA	P&D de inovações tecnológicas no setor aeroespacial e áreas relacionadas
Embraer CAE Training Services (NL) B.V.	51 %	51	Holanda	Treinamento de pilotos, mecânicos e tripulações
Embraer CAE Training Services (U.K.) Limited (iii)	51 %	51	Reino Unido	Treinamento de pilotos, mecânicos e tripulações
Embraer CAE Training Services (BR) Ltd. (iii)	51 %	— %	Brasil	Treinamento de pilotos, mecânicos e tripulações
Embraer CAE Training Services, LLC	51 %	51 %	EUA	Treinamento de pilotos, mecânicos e tripulações
Embraer Defense and Security, Inc.	100 %	100 %	EUA	Fornecimento de aeronaves Super Tucano à Força Aérea Americana (LAS)
Embraer Engineering & Technology Center USA, Inc.	100 %	100 %	EUA	Serviços de engenharia relacionados à pesquisa e desenvolvimento de aeronaves
Embraer Executive Aircraft, Inc.	100 %	100 %	EUA	Montagem final e entrega de jatos executivos
Embraer Executive Jet Services, LLC	100 %	100 %	EUA	Suporte pós-venda e manutenção de aeronaves
Embraer Finance Ltd.	100 %	100 %	Ilhas Cayman	Apoio à Companhia na estruturação de operações específicas
Embraer Portugal S.A.	100 %	100 %	Portugal:	Coordena investimentos e atividades econômicas em subsidiárias em Portugal
Embraer India Private Ltd. (iv)	100 %	— %	Índia	Nenhuma operação
Eve Holding, Inc. ("Eve Holding") (v)	72,7 %	83,7 %	EUA	Companhia aberta, com ações negociadas na NYSE, que detém a participação integral da EVE UAM, LLC.
Eve Soluções de Mobilidade Aérea Urbana Ltda. (v)	72,7 %	83,7 %	Brasil	Subsidiária da Eve com operações no Brasil.

Embraer S.A.**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**
Em milhões de dólares dos EUA, salvo indicação em contrário

Eve UAM, LLC. (v)	72,7 %	83,7 %	EUA	Desenvolvimento, projeto, fabricação, comercialização, certificação e suporte de aeronaves e soluções de gerenciamento de tráfego aéreo urbano relacionadas à mobilidade aérea urbana.
EZS Informática S.A.	100 %	100 %	Brasil	Comércio varejista de produtos de informática, manutenção, reparo e serviços relacionados
OGMA - Indústria Aeronáutica de Portugal S.A.	65 %	65 %	Portugal:	Manutenção e produção aeronáutica
Tempest Security Intelligence Limited	100 %	100 %	Reino Unido	Comércio varejista de produtos de informática, manutenção, reparo e serviços relacionados
Tempest Serviços de Informática S.A. ("Tempest")	100 %	100 %	Brasil	Pesquisa, desenvolvimento e serviços nas áreas de Tecnologia da Informação, Segurança da Informação e Inteligência
Visiona Internacional B.V.	51 %	51 %	Holanda	Subsidiária internacional da Visiona
Visiona Tecnologia Espacial S.A.	51 %	51 %	Brasil	Fornecimento e desenvolvimento de soluções de satélite
Operações em conjunto				
EZ Air Interior Limited (vi)	50 %	50 %	Irlanda	Fabricação de interiores para aeronaves comerciais

As principais mudanças ocorridas durante 2025 são:

- (i) Em janeiro de 2025, a Embraer incorporou a entidade ELEB Equipamentos Ltda. No mesmo mês, a Airholding S.A. foi incorporada à Embraer Portugal S.A., e a Coqueiro Par Participações Ltda. foi incorporada à Embraer Defesa e Segurança Participações S.A.
- (ii) Em novembro de 2025, a Embraer Overseas Ltd. encerrou formalmente suas atividades operacionais.
- (iii) Em abril de 2025, a subsidiária Embraer CAE Training Services (BR) Ltd. foi constituída no Brasil e é integralmente detida pela Embraer CAE Training Services (NL) B.V.
- (iv) Em março de 2025, a subsidiária Embraer India Private Ltd. foi constituída na Índia. Ela é 99,9% detida pela Embraer Netherlands B.V. e 0,01% detida pela Embraer Asia Pacific PTE. Ltd. A entidade ainda não está operacional.
- (v) A redução da participação para 72,7% foi impulsionada principalmente pela emissão de 47.422.680 novas ações pela Eve Holding em conexão com uma contribuição de capital de US\$230,0 milhões. A Embraer Aircraft Holding, Inc. contribuiu com US\$20,0 em setembro de 2025 e recebeu 4.123.711 ações. Os acionistas remanescentes contribuíram com US\$210,0 milhões em agosto de 2025 e receberam 43.298.969 ações. A participação societária da Companhia na Eve Soluções de Mobilidade Aérea Urbana Ltda. e na Eve UAM, LLC, ambas subsidiárias da Eve Holding, diminuiu na mesma proporção. Do resultado total de US\$149,9 em transação com participações não controladoras, US\$133,1 é atribuído a essa transação e aos custos de transação correspondentes.
- (vi) Em dezembro de 2025, a Companhia celebrou um acordo com a Safran Cabin para adquirir uma participação adicional de 50% na EZ Air Interior Limited, bem como atividades de aftermarket, engenharia e fabricação no Brasil. Como o fechamento da transação está sujeito a condições precedentes, nenhum efeito financeiro foi identificado para reconhecimento em 31 de dezembro de 2025.

Subsidiárias

Subsidiárias são entidades controladas pela Companhia. A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direitos a, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a entidade.

Nessa análise, além da maioria dos direitos de voto, são considerados o acordo de acionistas entre a Companhia e outros acionistas titulares de direitos de voto, direitos decorrentes de outros acordos contratuais e potenciais direitos de voto existentes.

As demonstrações financeiras de subsidiárias são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle cessa.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultam em perda de controle são contabilizadas como transações patrimoniais.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intercompanhias, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas (exceto ganhos ou perdas de transações em moeda estrangeira) decorrentes de transações intercompanhias, são eliminados. Ganhos não realizados decorrentes de transações com investidas reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na extensão da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma forma que ganhos não realizados, mas apenas na medida em que não haja evidência de impairment.

2.3.2 Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

Transações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional às taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos para cada demonstração da posição financeira apresentada são convertidos à taxa de fechamento na data de reporte. Ganhos e perdas cambiais resultantes dessa conversão são reconhecidos no resultado como ganho (perda) cambial, líquido.

Adiantamentos de clientes e adiantamentos a fornecedores por bens ou serviços em moedas estrangeiras são convertidos para a moeda funcional da Companhia na data da transação e nenhuma conversão subsequente é reconhecida.

Operações estrangeiras

Os ativos e passivos de operações estrangeiras, incluindo ágio e ajustes de valor justo decorrentes de aquisição, são convertidos para US\$ à taxa de câmbio na data de reporte. As receitas e despesas de operações estrangeiras, bem como seus fluxos de caixa, são convertidos para US\$ às taxas de câmbio médias mensais. Diferenças de moeda estrangeira são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

Quando uma operação estrangeira é vendida ou liquidada, o valor acumulado de variações cambiais relacionado a essa operação estrangeira, reconhecido em outros resultados abrangentes, é reclassificado para o resultado como parte do ganho ou perda na alienação.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVOS

Na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas, a Administração fez estimativas sobre o futuro que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Portanto, foram utilizadas variáveis e premissas derivadas da experiência histórica e de outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

Estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Revisões de estimativas são reconhecidas prospectivamente.

3.1 Receita de contratos de longo prazo

Conforme a Nota 29, uma parcela significativa da receita no segmento de Defesa e Segurança decorre de contratos de longo prazo. Essas receitas são reconhecidas ao longo do tempo e mensuradas de acordo com o método PoC (percentual de conclusão), que utiliza os custos totais estimados como principal insumo. Portanto, para a determinação das obrigações de desempenho, estimativas significativas são usadas para estimar os custos totais do contrato e os custos remanescentes até a conclusão.

Durante a execução do contrato, a Companhia avalia os custos incorridos e, se necessário, os custos totais estimados para conclusão são ajustados para refletir variações, principalmente aquelas decorrentes de mudanças significativas nas circunstâncias e novos eventos, como modificações contratuais.

Uma modificação de contrato pode envolver mudanças no escopo, preço ou ambos. Em contratos de longo prazo do segmento de Defesa e Segurança, tais modificações podem incluir mudanças no preço devido a escalonamento, reequilíbrio de preço devido a mudanças na estrutura de custos, aumentos ou reduções de escopo, ou revisão dos cronogramas de entrega. A existência de uma modificação contratual exige revisão das premissas de reconhecimento de receita ao longo do tempo (incluindo receita e custos estimados na conclusão) pela Administração.

Receita resultante de uma modificação contratual é reconhecida apenas quando o objeto da modificação é aprovado pelas partes do contrato, o que normalmente ocorre com a assinatura de um aditivo contratual no segmento de Defesa e Segurança. Uma modificação de contrato também pode existir mesmo que as partes do contrato estejam em disputa sobre o escopo ou preço da modificação se as mudanças nos direitos e obrigações das partes como resultado da modificação forem exigíveis nos termos do contrato original e da lei aplicável.

Quaisquer ajustes a receitas e custos estimados até a conclusão são reconhecidos cumulativamente no resultado quando as circunstâncias que levam à revisão são identificadas pela Administração.

Em um cenário hipotético de aumento ou diminuição de 10% sobre a projeção da Administração dos custos estimados na conclusão de contratos de longo prazo em andamento em 31 de dezembro de 2025, a receita e o lucro bruto da Companhia no exercício seriam menores em US\$154,9 ou aumentariam em US\$146,7, respectivamente.

3.2 Impairment de ativos não financeiros

As premissas utilizadas pela Companhia ao calcular impairment são apresentadas abaixo:

- ✈ **Fluxo de caixa bruto esperado:** projeção de entradas e saídas de caixa com base no desempenho passado considerando sua estratégia de negócios e expectativas de desenvolvimento de mercado. Essas projeções também consideram os ganhos de eficiência planejados para o ciclo do produto.
- ✈ **Taxas de crescimento:** as taxas de crescimento são refletidas no fluxo de receita e na margem bruta orçada pela Companhia, consistentes com as previsões incluídas em relatórios da indústria.
- ✈ **Taxas de desconto:** uma taxa que reflete o retorno esperado dos investidores no momento em que o cálculo é feito. Essa taxa também é comparada com o mercado para validar sua consistência.
- ✈ **Taxa de câmbio US\$/Real brasileiro (“R\$”):** os fluxos de caixa futuros de UGCs que têm receitas predominantemente em dólares (como unidades de Aviação Comercial e Aviação Executiva) são sensíveis a oscilações e mudanças estruturais no nível da taxa de câmbio US\$/R\$, dado que certos custos de produção e despesas gerais são realizados em R\$ (por exemplo, despesas de folha de pagamento).

A desvalorização do R\$ em relação ao US\$ pode gerar impactos positivos nos fluxos de caixa futuros, enquanto a valorização do R\$ pode gerar uma redução nos fluxos de caixa futuros dessas unidades e possíveis perdas por impairment. A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger flutuações de curto prazo, conforme descrito na Nota 7.

Para informações adicionais sobre o teste de impairment, ver Nota 15.

4. NORMAS CONTÁBEIS EMITIDAS, MAS AINDA NÃO VIGENTES

Várias novas normas contábeis e alterações são vigentes para períodos de reporte anuais iniciados após 1º de janeiro de 2025 e a aplicação antecipada é permitida. No entanto, a Companhia não adotou antecipadamente as seguintes normas contábeis novas ou alteradas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas.

4.1 IFRS 18 - Apresentação e Divulgação de Demonstrações Financeiras

A IFRS 18 substituirá a IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras e aplica-se a períodos de reporte anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. A nova norma contábil introduz os seguintes principais novos requisitos:

- ✈ Entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração do resultado, a saber as categorias operacional, investimento, financiamento, operações descontinuadas e imposto de renda. Entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.

- ✈ Medidas de desempenho definidas pela administração são divulgadas em uma única nota às demonstrações financeiras.
- ✈ É fornecida orientação aprimorada sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.
- ✈ Entidades são obrigadas a usar o subtotal de lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está em processo de avaliar o impacto da nova norma nas demonstrações financeiras primárias e nas notas. Os impactos iniciais esperados incluem:

- ✈ O lucro operacional será afetado por diferenças cambiais decorrentes de itens de natureza operacional, como contas a receber, fornecedores e contas a pagar comerciais, bem como pelos resultados de instrumentos derivativos celebrados para mitigar riscos que afetam o lucro operacional.
- ✈ O lucro operacional não incluirá mais os resultados de investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial.
- ✈ Juros recebidos e juros pagos serão classificados dentro de atividades de investimento e atividades de financiamento, respectivamente, na demonstração dos fluxos de caixa.

A Administração concluiu que a Companhia não tem, como sua principal atividade de negócios, o investimento em determinados tipos de ativos, nem a concessão de financiamento a clientes.

Adicionalmente, com base nas análises realizadas, a Administração determinou que classificar e apresentar despesas operacionais predominantemente de acordo com sua função dentro da Companhia fornecerá um resumo mais útil e estruturado das informações.

4.2 Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas contábeis novas e alteradas tenham impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

Aplicáveis a períodos de reporte anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026.

- ✈ Contratos referenciando eletricidade dependente da natureza (alterações à IFRS 7 e IFRS 9).
- ✈ Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações à IFRS 7 e IFRS 9).
- ✈ Melhorias anuais às Normas Contábeis IFRS - volume 11.

Aplicáveis a períodos de reporte anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027.

- ✈ Subsidiárias sem responsabilidade pública: divulgações (IFRS 19).
- ✈ Conversão de uma moeda de apresentação hiperinflacionária (alterações à IAS 21).

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Política contábil

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, dinheiro em trânsito, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimento em até 90 dias da data do investimento, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

Para fins das demonstrações de fluxo de caixa, saldos bancários a descoberto são incluídos como componente de caixa e equivalentes de caixa, uma vez que essas contas garantidas são liquidadas em curto período de tempo e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

Investimentos financeiros

Os recursos investidos que não atendem à definição de caixa e equivalentes de caixa são apresentados como investimentos financeiros.

Embraer S.A.**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas****Em milhões de dólares dos EUA, salvo indicação em contrário*****Caixa restrito***

Recursos que são legalmente restritos de uso ou saque pela Companhia (caixa restrito) são apresentados dentro de outros ativos.

5.1 Caixa e Equivalentes de caixa

		12.31.2025	12.31.2024
Caixa e bancos		682,6	494,0
Títulos privados	(i)	187,1	87,7
Depósitos a prazo	(ii)	1.080,1	981,3
		1.949,8	1.563,0

(i) Aplicações em Certificados de Depósito Bancário (CDBs), Acordos de Recompra de Títulos Privados emitidos por instituições financeiras no Brasil.

(ii) Depósitos a prazo fixo em dólares emitidos por instituições financeiras.

5.2 Investimentos Financeiros

		12.31.2025	12.31.2024
Depósito a prazo fixo	(i)	381,6	468,2
Notas estruturadas	(ii)	243,4	133,2
Fundos de investimento	(iii)	120,8	125,2
Títulos privados	(iv)	76,4	99,9
Títulos públicos	(v)	66,4	66,5
Outros	(vi)	76,3	95,0
		964,9	988,0

Circulante	676,1	639,7
Não circulante	288,8	348,3

(i) Depósitos a prazo fixo em US\$ emitidos por instituições financeiras.

(ii) Notas estruturadas sujeitas ao risco de crédito da instituição financeira e do governo brasileiro, no valor de US\$243,4 (2024: US\$133,2, incluindo o risco de crédito de uma instituição financeira e do governo brasileiro, bem como o risco de crédito concorrente de duas instituições financeiras).

(iii) Fundo de Investimento em Ações Embraer Multi-Strategy no valor de US\$12,4 (2024: 22,0), e uma carteira administrada mantida com um banco dos EUA, no valor de US\$108,4 (2024: US\$103,2).

(iv) Títulos corporativos emitidos por instituições financeiras privadas e instituições não financeiras.

(v) Títulos de dívida emitidos em US\$ pelo governo brasileiro com vencimento em 2030.

(vi) Refere-se principalmente ao investimento em ações da Republic Airways Holdings. Em novembro de 2025, a Mesa Air Group, Inc. ("Mesa") concluiu a fusão da Republic Airways Holdings, Inc., na qual a Companhia anteriormente detinha 106.152 ações mensuradas ao valor justo por meio do resultado usando uma técnica de comparação de mercado. Após a transação, a Companhia passou a deter 4.139.215 ações da Mesa, cujo nome foi alterado para Republic Airways Holdings, Inc., e seu símbolo para RJET (anteriormente, MESA).

A transação resultou no desconhecimento do instrumento financeiro representado pelas 106.152 ações e no reconhecimento do novo instrumento financeiro, representado pelas 4.139.215 ações recebidas, que é mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2025, o preço da ação de US\$18,37 era cotado em um mercado ativo, a NASDAQ Stock Market LLC. Consequentemente, a mensuração do valor justo é classificada dentro do Nível 1 da hierarquia de valor justo (Nota 26.1)

Em 31 de dezembro de 2025, as taxas de juros nominais acumuladas médias ponderadas, considerando equivalentes de caixa e investimentos financeiros, são 12,95% a.a. em R\$, equivalente a 90,51% do Certificado de Depósito

Embraer S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Em milhões de dólares dos EUA, salvo indicação em contrário

Interbancário (“CDI”), e 4,52% a.a. em US\$ (2024: 10,55% a.a. em R\$, equivalente a 97,36% a.a. do CDI, e 5,50% a.a. em US\$).

Embraer S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Em milhões de dólares dos EUA, salvo indicação em contrário

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Ver política contábil na Nota 26.

	Nota	12.31.2025	12.31.2024
Clientes estrangeiros		255,6	293,8
Contas a receber de partes relacionadas	12,2	13,0	11,4
Clientes domésticos		29,1	29,8
		297,7	335,0
Perdas de crédito esperadas		(6,6)	(12,2)
		291,1	322,8
Circulante		289,4	320,8
Não circulante		1,7	2,0

Para informações sobre a mensuração de perdas de crédito esperadas e o aging de contas a receber, ver Nota 26.1.3.

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS E CONTABILIDADE DE HEDGE**Política contábil**

Instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente ao valor justo na data em que um contrato derivativo é celebrado e são subsequentemente remensurados ao valor justo. Mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado, dentro dos resultados financeiros, exceto para derivativos designados como instrumentos de hedge de fluxo de caixa.

Hedge de fluxo de caixa

A parcela efetiva das mudanças no valor justo do instrumento de hedge é reconhecida em outros resultados abrangentes, enquanto qualquer parcela inefetiva é reconhecida imediatamente no resultado, dentro dos resultados financeiros. Os valores acumulados em outros resultados abrangentes são contabilizados, na mesma rubrica do item protegido, no mesmo período ou períodos em que os fluxos de caixa esperados protegidos afetam o resultado.

Se a contabilidade de hedge de fluxo de caixa for descontinuada, os valores acumulados em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado, na mesma rubrica do item protegido, no mesmo período ou períodos em que os fluxos de caixa esperados protegidos afetam o resultado. Se não se espera mais que os fluxos de caixa futuros protegidos ocorram, então os valores que foram acumulados em outros resultados abrangentes são imediatamente reclassificados para o resultado, dentro dos resultados financeiros.

No início de cada relação de hedge, a Companhia documenta a conexão entre os instrumentos de hedge e os itens protegidos, incluindo os objetivos de gestão de risco e a estratégia para realizar a transação, juntamente com os métodos que a Companhia usará para avaliar se a relação de hedge atende ao requisito de efetividade do hedge.

A Companhia não contrata instrumentos derivativos para fins especulativos.

A Companhia celebrou instrumentos financeiros derivativos para proteger suas operações contra determinados riscos, incluindo:

- ✦ **Equity swap:** o principal objetivo de neutralizar flutuações no preço da ação EMBJ3, com vistas à liquidação futura de planos de pagamento baseado em ações (Nota 25.1). O valor justo desses instrumentos é determinado pelo cálculo da diferença entre (i) a multiplicação do preço de fechamento da ação e o número de ações negociadas, e (ii) o valor nocional remunerado pelas taxas de juros contratuais até o vencimento, que é então descontado a valor presente usando taxas de mercado atuais.
- ✦ **Compra de opções de venda e compra de moeda:** a fim de proteger fluxos de caixa para despesas salariais e encargos trabalhistas correspondentes denominados em R\$ de riscos de flutuações cambiais. A estratégia usada

pela Companhia envolve um zero-cost collar, que consiste na compra de uma opção de venda e venda de uma opção de compra, todas contratadas com a mesma contraparte para manter um prêmio líquido zero. A Companhia adota o modelo de precificação Black-76 juntamente com dados observáveis para mensurar o valor justo desses instrumentos.

- ✈ **Non-deliverable forward (“NDF”):** o propósito de proteger a Companhia contra riscos associados a flutuações nas taxas de câmbio. O valor justo desses instrumentos é mensurado pelo modelo de fluxo de caixa descontado. Fluxos de caixa futuros são estimados com base nas taxas de câmbio futuras observadas no período de reporte e taxas contratuais futuras, então descontados a taxas de mercado atuais.
- ✈ **Warrants:** a Eve Holding emitiu warrants para conceder aos titulares o direito, mas não a obrigação, de comprar suas ações (NYSE: EVEX). Mudanças no valor justo são reconhecidas como resultados financeiros (Nota 32).
- ✈ **Swap de moeda cruzada e taxa de juros:** moeda e taxa de juros: o propósito é proteger a exposição cambial decorrente de um passivo financeiro denominado em reais, indexado à Taxa Referencial (“TR”) acrescida de spread anual. O valor justo do instrumento é mensurado usando um método de fluxo de caixa descontado, no qual os fluxos de caixa futuros (TR + spread, em R\$) são projetados e descontados usando a curva de juros BRL, e os fluxos de caixa, denominados em US\$, são descontados usando a curva de juros USD.

Embraer S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Em milhões de dólares dos EUA, salvo indicação em contrário

Objetivo	Risco	Instrumento	Nocional	Data de liquidação	12.31.2025	12.31.2024
Hedge de fluxo de caixa designado como hedge accounting						
Despesas de folha de pagamento pagadas em reais brasileiros	Taxa de câmbio	Instrumentos financeiros derivativos zero-cost collar, com compra de opções de venda ao preço de exercício de R\$5,40 e venda de opções de compra ao preço de exercício médio ponderado de R\$6,72	—	2025	—	(17,6)
Despesas de folha de pagamento pagadas em reais brasileiros	Taxa de câmbio	Instrumentos financeiros derivativos zero-cost collar, com compra de opções de venda ao preço de exercício de R\$5,51 e venda de opções de compra ao preço de exercício médio ponderado de R\$6,41	717,2	2026	5,3	—
					5,3	(17,6)
Outros derivativos não designados como hedge accounting						
Exportação	Taxa de câmbio	NDF - troca de dívida em moeda USD para moeda euro.	—	2025	—	2,5
Exportação	Taxa de câmbio	NDF - troca de dívida em moeda USD para moeda euro.	42,0	2026	(2,8)	—
Patrimônio líquido	Preço da ação: ticker EMBJ3	Equity swap	—	2025	—	10,5
Equity (i)	Preço da ação: ticker EMBJ3	Equity swap	171,4	2026	0,8	—
Equity (ii)	Preço da ação: ticker EVEX	Warrants privados	10,0	2027	(4,6)	(7,0)
Equity (ii)	Preço da ação: ticker EVEX	Warrants públicos	12,5	2027	(5,7)	(4,0)
Equity (iii)	Preço da ação: ticker EVEX	Warrants estratégicos	28,5	2027	(48,7)	(75,0)
Desenvolvimento de projeto	Taxas de Câmbio e Taxas de Juros	Swap de taxa de juros para troca de dívida pós-fixada em reais por dívida pós-fixada em dólares.	8,3	2040	(0,4)	—
					(61,4)	(73,0)
Ativo						
Circulante					8,7	13,2
Não circulante					—	—
Passivo						
Circulante					(38,4)	(71,9)
Não circulante					(26,4)	(31,9)
Instrumentos financeiros derivativos líquidos					(56,1)	(90,6)

(i) Em novembro de 2025, a Companhia celebrou contratos de swap de 12 meses com o Banco Itaú. Sob esses contratos, a Companhia tem direito a receber a variação de preço sobre 10.932.998 ações emitidas pela Embraer (EMBJ3) e é obrigada a pagar CDI mais 0,265% a.a. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não tinha chamadas de margem associadas a essas transações derivativas.

(ii) Refere-se aos 12.478.852 (2024: 8.203.407) warrants públicos e 9.974.555 (2024: 14.250.000) warrants privados emitidos pela Eve Holding com preço de exercício de US\$11,50 (onze dólares e cinquenta centavos) por ação. O período de exercício desses warrants expirará na data que ocorrer primeiro: 9 de maio de 2027, a data estabelecida pelo emissor para resgatar todos os warrants ou na liquidação do emissor.

Os warrants públicos são listados e negociados na NYSE sob o símbolo [EVEX.WS](#), e seu valor justo é derivado diretamente de preços de mercado observáveis. O valor justo é calculado multiplicando o preço unitário da opção pelo número de opções. A mensuração do valor justo dos warrants privados é idêntica à dos warrants públicos, pois as diferenças entre eles não afetam seu valor justo.

(iii) Refere-se às 28.522.536 (2024: 32.522.536) unidades de warrants estratégicos emitidas pela Eve Holding sob as seguintes condições:

- ✦ Penny warrants: 16.522.536 (2024: 20.522.536) unidades com preço de exercício de US\$0,01 (um centavo de dólar) por ação. A mensuração do valor justo deste instrumento considera o valor justo da ação EVEX menos o preço de exercício. Além disso, quando o exercício do warrant está condicionado à ocorrência de eventos futuros, a probabilidade de esses eventos ocorrerem também é considerada na mensuração. Durante o período de reporte, 3.000.000 warrants foram exercidos, resultando em aumento de US\$22,4 em participações não controladoras.
- ✦ Market warrants: 12.000.000 (2024: idem) unidades com preço de exercício de US\$15,00 (quinze dólares) por ação. O modelo de precificação Black-Scholes é usado para mensurar o valor justo desses instrumentos financeiros.

Derivativos designados como instrumentos de hedge

Hedge de fluxo de caixa

A compra de opções de venda e compra de moeda é designada como instrumentos de hedge em hedges de fluxo de caixa de despesas de folha de pagamento e tributos e contribuições relacionados em Reais, que são classificados como transações previstas esperadas altamente prováveis. Essa estratégia mitiga a volatilidade dos fluxos de caixa decorrente de flutuações cambiais.

Há uma relação econômica entre os itens protegidos e os instrumentos de hedge, pois os principais termos da compra de opções de venda e compra de moeda correspondem aos termos das transações previstas esperadas altamente prováveis, isto é, valor nocional cuja razão de hedge é 1:1 e data esperada de pagamento).

A Companhia realiza uma análise qualitativa e prospectiva da efetividade do hedge. Se houver mudanças relevantes nas circunstâncias, como a estimativa de fluxos de caixa em Reais protegidos em comparação com fluxos realizados, a Companhia equilibra prospectivamente a relação, e qualquer inefetividade identificada é reconhecida no resultado, dentro dos resultados financeiros.

As movimentações em outros resultados abrangentes resultantes de hedge de fluxo de caixa são as seguintes:

	12.31.2025	12.31.2024	12.31.2023
Mudanças no valor justo das opções			
(Perda) ganho na reserva de hedge	(1,1)	—	7,4
(Perda) ganho no custo da reserva de hedge	6,4	(17,6)	1,6
Saldo líquido em outros resultados abrangentes	5,3	(17,6)	9,0
Imposto diferido	(1,8)	6,0	—
Reclassificação para o resultado			
Valor justo	17,6	(8,9)	(2,5)
Imposto diferido	(6,0)	—	—

Embraer S.A.**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas****Em milhões de dólares dos EUA, salvo indicação em contrário**

Outras reclassificações	—	(4,2)	0,8
Total de movimentações em outros resultados abrangentes	15,1	(24,7)	7,3

Embraer S.A.**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas****Em milhões de dólares dos EUA, salvo indicação em contrário****8. FINANCIAMENTO A CLIENTES****Ver política contábil na Nota 26.**

	12.31.2025	12.31.2024
Aeronaves	8,0	21,4
Peças de reposição	—	31,1
	8,0	52,5
Ajuste a valor justo	—	(11,4)
Perdas de crédito esperadas	—	(8,7)
	8,0	32,4
Circulante	0,4	12,2
Não circulante	7,6	20,2

Para informações adicionais sobre mensuração de perdas de crédito esperadas, ver Nota 26.1.3

Em 31 de dezembro de 2025, o cronograma de vencimento para saldo de financiamento a clientes não circulante é o seguinte:

Ano	
2027	0,5
2028	0,5
2029	6,6
	7,6

9. ESTOQUES**Política contábil**

Estoques são compostos por matérias-primas, produtos em elaboração, peças de reposição e produtos acabados. Matérias-primas são reconhecidas pelo custo de aquisição. Produtos em elaboração consistem em matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e custos indiretos de fabricação. Quando concluídos, esses itens são reconhecidos como produtos acabados.

Matérias-primas e peças de reposição são mensuradas usando o método do custo médio ponderado móvel. Produtos acabados (aeronaves fabricadas) e produtos em elaboração são mensurados pelo seu custo específico de produção.

Estoques são apresentados pelo menor valor entre custo e valor realizável líquido.

A Companhia pode manter aeronaves usadas em estoque para revenda, normalmente recebidas por meio de transações de trade-in para facilitar a venda de novas aeronaves. O valor contábil desses ativos é periodicamente comparado com seu valor realizável líquido, que é determinado com base no preço de venda estimado da aeronave no curso ordinário dos negócios, menos os custos estimados necessários para concluir a venda. A Administração, juntamente com seus avaliadores externos, estima o preço de venda com base em avaliações de aeronaves.

Qualquer perda identificada no valor contábil é reconhecida no resultado dentro do custo de vendas.

Embraer S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Em milhões de dólares dos EUA, salvo indicação em contrário

	12.31.2025			12.31.2024				
	Valor contábil bruto	Baixa ao valor recuperável por obsolescência	Baixa ao valor recuperável por valor de mercado	Valor contábil líquido	Valor contábil bruto	Baixa ao valor recuperável por obsolescência	Baixa ao valor recuperável por valor de mercado	Valor contábil líquido
Matérias primas	1.443,8	(87,7)	—	1.356,1	1.302,6	(84,6)	—	1.218,0
Trabalho em andamento	995,4	—	—	995,4	840,9	—	—	840,9
Peças de reposição	510,2	(43,0)	(0,8)	466,4	476,5	(38,2)	(0,9)	437,4
Produtos acabados (i)	77,1	—	—	77,1	76,8	—	—	76,8
Mantidos por terceiros	97,2	(4,0)	—	93,2	112,2	(4,5)	—	107,7
Adiantamentos a fornecedores	82,4	—	—	82,4	39,1	—	—	39,1
Estoque em trânsito	132,2	—	—	132,2	163,2	—	—	163,2
Materiais de consumo	67,5	(3,2)	—	64,3	58,4	(5,4)	—	53,0
	3.405,8	(137,9)	(0,8)	3.267,1	3.069,7	(132,7)	(0,9)	2.936,1

As seguintes aeronaves estavam mantidas no estoque de produtos acabados:

	12.31.2025	12.31.2024
Aeronaves Embraer		
Phenom 100	1	1
Phenom 300	3	3
Praetor 500	1	1
Praetor 600	2	2
Ipanema	3	0
Saldo final	10	7

A movimentação da baixa ao valor recuperável para redução ao valor de mercado foi a seguinte:

	12.31.2025	12.31.2024	12.31.2023
Saldo inicial	(0,9)	(1,4)	(5,7)
Adições	(3,0)	—	(0,6)
Alienações	—	0,1	—
Reversões	3,1	0,4	4,9
Saldo final	(0,8)	(0,9)	(1,4)

A movimentação da baixa ao valor recuperável por obsolescência foi a seguinte:

	12.31.2025	12.31.2024	12.31.2023
Saldo inicial	(132,7)	(125,9)	(126,1)
Adições	(53,4)	(52,9)	(50,5)
Alienações	5,1	11,5	13,5
Reversões	44,6	33,9	37,5
Ganho (perda) cambial	(1,5)	0,7	(0,3)
Saldo final	(137,9)	(132,7)	(125,9)

Embraer S.A.**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas****Em milhões de dólares dos EUA, salvo indicação em contrário**

Uma baixa ao valor recuperável por obsolescência é reconhecida para itens sem atividade por mais de dois anos e sem uso planejado no programa de produção. Também cobre perdas esperadas de estoques excedentes ou produtos em elaboração obsoletos. A exceção a essa política aplica-se aos estoques de peças de reposição, para os quais a baixa ao valor recuperável é reconhecida com base em obsolescência técnica ou para itens sem atividade por mais de dois anos.

10. OUTROS ATIVOS

	Nota	12.31.2025	12.31.2024
Tributos recuperáveis	10,1	164,3	154,0
Despesas antecipadas		95,0	76,6
Outros devedores		95,2	54,0
Custos para cumprir obrigações contratuais		38,1	39,9
Depósitos judiciais		38,3	32,5
Empréstimos concedidos	(i)	87,0	—
Direitos Contratuais de Fornecedores	(ii)	34,2	—
Dividendos a Receber		21,5	—
Empréstimo com uma operação conjunta		25,3	23,8
Adiantamentos a empregados		19,8	18,6
Depósitos de garantia		22,9	12,8
Adiantamentos por serviços a serem prestados		16,4	1,6
Contas a receber garantidas		—	1,1
Outros créditos com partes relacionadas		—	1,1
Outros		25,0	20,1
		683,0	436,1
Circulante		369,7	262,7
Não circulante		313,3	173,4

(i) Refere-se a empréstimos concedidos a clientes específicos e com vencimento em 2029. O valor é apresentado líquido da perda de crédito esperada de US\$6,5 mensurada pela abordagem geral, com a despesa correspondente apresentada como despesa financeira.

A Companhia vendeu com regresso um empréstimo concedido a uma instituição financeira por recursos em caixa. Esse ativo financeiro não foi baixado da demonstração da posição financeira, porque a Companhia retém substancialmente os riscos e benefícios, principalmente o risco de crédito.

(ii) Direitos contratuais reconhecidos devido a atrasos em entregas por determinado fornecedor.

10.1 Tributos recuperáveis

	12.31.2025	12.31.2024
Créditos Tributários - Decisões Judiciais	46,8	50,6
ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados)	43,8	42,8
Imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido retidos	24,6	20,1
PIS (Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para a Seguridade Social)	30,0	14,0
(i)		
Imposto sobre valor agregado	9,8	13,4
Reintegra (Regime especial para exportadores)	0,2	6,0
Imposto sobre serviços antecipado (ISS- Imposto sobre serviços)	6,8	5,3
Outros	2,3	1,8
	164,3	154,0
Circulante	104,4	87,6
Não circulante	59,9	66,4

- (i) O aumento de 2025 reflete principalmente o reconhecimento de US\$12,0 em créditos tributários de PIS e COFINS decorrentes de serviços considerados essenciais e relevantes que a Companhia recebeu em períodos anteriores.

11. INVESTIMENTOS

Política contábil

Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e joint ventures.

Coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia tem influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Para ser classificada como entidade controlada em conjunto (joint venture), deve haver um acordo contratual que permita à Companhia compartilhar o controle da entidade e conceda à Companhia o direito aos ativos líquidos da joint venture, e não o direito a seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são inicialmente reconhecidos ao custo. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo e em outros resultados abrangentes das investidas, até a data em que a influência significativa ou o controle conjunto cessa.

As principais coligadas e joint ventures da Companhia são:

- **Águas Azuis Construção Naval SPE Ltda.:** entidade de propósito específico estabelecida pela Embraer, Atech - Negócios em Tecnologia S.A. e Thyssenkrup Marine Systems GmbH com o propósito de fornecer embarcações militares de alta complexidade tecnológica. O percentual total de participação da Companhia na investida é de 25%.
- **Fundo de Investimento em Participações Aeroespacial Multiestratégia:** fundo de investimento em participações estabelecido com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (“BNDES”), Financiadora de Estudos e Projetos (“FINEP”) e Desenvolve SP, criado para fortalecer as cadeias de suprimentos relacionadas a aeroespacial, aviação, defesa e segurança e promover a integração de sistemas relacionada a esses setores por meio de apoio a pequenas e médias empresas. O percentual total de participação da Companhia na investida é de 34,10%.
- **MSW Multicorp 2 Fundo de Investimentos em Participações - Capital Semente:** fundo de investimento em venture capital multicorporativo estabelecido pela Embraer, juntamente com a Agência de Fomento do Rio de Janeiro (“AgeRio”), Acumuladores Moura S.A. e Banco do Brasil Seguros, que investe em empresas em estágio inicial que demonstram sinergia com seus investidores. O percentual total de participação da Companhia na investida é de 37,94%.
- **Nidec Aerospace, LLC.:** joint venture estabelecida juntamente com a Nidec Motor Corporation para o desenvolvimento e fabricação conjuntos de sistemas de propulsão elétrica para uso aeronáutico, incluindo veículos de decolagem vertical e aeronaves de asa fixa. O percentual total de participação da Companhia na investida é de 49%.
- **Xmobs Holding S.A.:** associada focada em fabricação, manutenção e venda de veículos não tripulados; produção de sistemas robóticos e de sensoriamento remoto; e desenvolvimento de software para mapeamento e controle agrícola. O percentual total de participação da Companhia na investida é de 36,92%.

Em novembro de 2025, a Companhia estabeleceu uma cessão fiduciária sobre todas as ações que detém na Xmobs Holding S.A. como garantia das obrigações assumidas pela Xmobs Aeroespacial e Defesa Ltda., no valor equivalente a US\$25,1.

A Xmobs Aeroespacial e Defesa Ltda. é integralmente detida pela Xmobs Holding S.A.

Em 31 de dezembro de 2025, a Administração avaliou que não há evidência de impairment, inadimplência ou risco de execução da garantia e, portanto, o investimento permanece integralmente reconhecido.

Embraer S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Em milhões de dólares dos EUA, salvo indicação em contrário
11.1 Movimentação de investimentos

	12.31.2024	Ganho (perda) pelo método da equivalência patrimonial (resultado)	Ajuste acumulado de conversão	Dividendos	Adição (*)	12.31.2025
MSW Multicorp 2 Fundo de Investimento em Participações	2,8	0,3	0,4	—	—	3,5
Xmrobots Holding S.A. (i)	20,0	(2,6)	2,1	—	—	19,5
Fundo de Investimento em Participações Aeroespacial Multiestratégia	2,2	(1,1)	0,6	—	0,1	1,8
Nidec Aerospace, LLC.	3,0	(8,9)	—	—	9,8	3,9
Águas Azuis Construção Naval SPE Ltda.	15,7	5,4	2,0	(21,5)	—	1,6
	43,7	(6,9)	5,1	(21,5)	9,9	30,3

(*) A diferença identificada ao comparar o total de adições nesta movimentação com o total de adições em subsidiárias e coligadas, líquido de caixa adquirido, conforme apresentado na demonstração dos fluxos de caixa, refere-se a pagamentos realizados no terceiro trimestre de 2025 em conexão com a aquisição adicional de participação na Xmrobots Holding S.A. Embora a aquisição tenha sido concluída em março de 2024, os pagamentos em caixa correspondentes foram realizados em período subsequente.

	12.31.2023	Ganho (perda) pelo método da equivalência patrimonial (resultado)	Ajuste acumulado de conversão	Dividendos	Adição	12.31.2024
MSW Multicorp 2 Fundo de Investimento em Participações	1,7	0,9	(0,9)	—	1,1	2,8
Xmrobots Holding S.A. (i)	—	(1,3)	(4,4)	—	25,7	20,0
Fundo de Investimento em Participações Aeroespacial Multiestratégia	3,3	0,5	(1,1)	(0,6)	0,1	2,2
Nidec Aerospace, LLC.	5,6	(6,5)	—	—	3,9	3,0
Águas Azuis Construção Naval SPE Ltda.	17,6	2,1	(4,0)	—	—	15,7
	28,2	(4,3)	(10,4)	(0,6)	30,8	43,7

- (i) Em 2024, a Companhia adquiriu uma participação societária adicional de 26,68% na investida e concluiu a alocação do preço de compra para essa transação no período de reporte.

Em 31 de dezembro de 2025, o valor contábil do investimento consistia no valor patrimonial correspondente à participação da Companhia no patrimônio líquido da investida, totalizando US\$4,3 (2024: US\$5,8), o step-up de valor justo sobre ativos líquidos identificáveis atribuíveis à Companhia, no valor de US\$4,2 (2024: zero), e ágio alocado à Companhia de US\$11,0 (2024: US\$14,1). A Administração avaliou que, na data de reporte, não havia evidência de impairment do investimento.

11.2 Participações em Entidades
11.2.1 Subsidiárias Sem Participações Não Controladoras

Não há restrições contratuais ou legais ao acesso da Embraer a ativos ou liquidação de passivos dessas subsidiárias.

Há riscos inerentes às operações dessas entidades, dos quais os mais significativos são descritos abaixo:

Embraer S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Em milhões de dólares dos EUA, salvo indicação em contrário

- **Risco econômico:** perdas potenciais decorrentes de flutuações nas condições de mercado (preços de produtos, taxas de câmbio e taxas de juros).
- **Risco operacional:** perdas potenciais resultantes do surgimento de novas tecnologias ou de falhas dos processos atuais.
- **Risco de crédito:** perdas potenciais que podem ocorrer se um terceiro (cliente) se tornar incapaz de cumprir suas obrigações contratuais.
- **Risco de liquidez:** incapacidade da subsidiária de cumprir suas obrigações financeiras à medida que vencem.

11.2.2 Subsidiárias com participações não controladoras

	12.31.2025			12.31.2024			12.31.2023		
	Participação não controladora			Participação não controladora			Participação não controladora		
	%	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo)	%	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo)	%	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo)
Embraer CAE Training Services, LLC	49,0 %	39,0	4,6	49,0 %	34,3	5,4	49,0 %	29,0	5,4
Embraer CAE Training Services (NL) B.V.	49,0 %	11,6	1,3	49,0 %	9,3	0,2	49,0 %	9,4	(0,2)
EVE Holding Inc.	27,3 %	115,6	(2,0)	16,3 %	34,1	(2,3)	10,6 %	11,0	(9,9)
OGMA - Indústria Aeronáutica de Portugal S.A.	35,0 %	51,5	3,1	35,0 %	42,7	(0,5)	35,0 %	46,0	0,8
Tempest Serviços de Informática S.A.	— %	—	—	— %	—	(0,4)	23,4 %	7,2	4,7
Visiona Tecnologia Espacial S.A.	49,0 %	13,9	0,1	49,0 %	12,9	(0,3)	49,0 %	14,5	(0,5)
		231,6	7,1		133,3	2,1		117,1	0,3
Despesas de Listagem (i)		135,7	—		135,7	—		135,7	—
		367,3	7,1		269,0	2,1		252,8	0,3

(i) Refere-se às despesas relacionadas à listagem da Eve Holding na NYSE, concluída em 2022, que foram integralmente reconhecidas pela Embraer.

A posição financeira das entidades mais significativas com participações não controladoras está resumida abaixo, que são OGMA - Indústria Aeronáutica de Portugal S.A., Eve Holding e Embraer CAE Training Services, LLC.

	OGMA			EVE			Embraer CAE Training Services, LLC		
	12.31.2025	12.31.2024	12.31.2023	12.31.2025	12.31.2024	12.31.2023	12.31.2025	12.31.2024	12.31.2023
Total do ativo	455,8	351,3	289,5	503,5	304,2	230,1	95,1	96,7	83,4
Total do passivo	308,7	229,3	158,0	79,1	95,0	126,1	15,6	26,6	24,2
Patrimônio líquido	147,1	122,1	131,5	424,4	209,2	104,0	79,5	70,0	59,2
Receita	386,7	314,0	250,1	—	—	—	34,8	33,4	29,3
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	8,9	(1,5)	2,3	(32,6)	1,6	(96,2)	9,4	10,9	11,0

A capitalização de mercado da participação da Companhia na Eve Holding totalizou US\$1.010,5 (2024: US\$1.355,6), com base em 253.323.300 (2024: 249.199.589) ações em circulação a um preço de mercado cotado de US\$3,99 (2024: US\$5,44) por ação.

O preço da ação, que deriva de preços de mercado cotados, não representa necessariamente o valor que seria realizado na venda de um bloco significativo ou representativo de ações, pois tal transação poderia estar sujeita a restrições de liquidez e impacto de mercado.

Subsidiárias com participações não controladoras estão sujeitas aos mesmos riscos operacionais, financeiros e de mercado das subsidiárias integrais.

A Companhia possui restrições significativas à sua capacidade de acessar os saldos de caixa, equivalentes de caixa e investimentos financeiros detidos pela Eve Holding para liquidar obrigações não diretamente relacionadas às operações da Eve Holding, conforme definido no acordo de acionistas da Eve Holding (lei protetiva).

12. PARTES RELACIONADAS

12.1 Operações com partes relacionadas

As principais operações com partes relacionadas referem-se a:

- ✈ Ativos: (i) contas a receber por peças de reposição, vendas de aeronaves e desenvolvimento de produtos, em condições acordadas entre as partes, considerando os volumes, riscos envolvidos e políticas corporativas; (ii) saldos de investimentos financeiros; e (iii) depósitos bancários.
- ✈ Passivos: (i) compra de componentes de aeronaves e peças de reposição, em condições acordadas entre as partes, considerando os volumes, riscos envolvidos e políticas corporativas; (ii) adiantamentos recebidos em contratos de vendas, conforme acordos contratuais; (iii) comissão por venda de aeronaves e peças de reposição; (iv) financiamento para pesquisa e desenvolvimento de produtos a taxas de mercado para esse tipo de financiamento; (v) empréstimos e financiamentos; (vi) financiamento à exportação; e (vii) atendimento ao cliente em garantia.
- ✈ Resultado: (i) compras e vendas de aeronaves, componentes e peças de reposição e desenvolvimento de produtos para o mercado de Defesa e Segurança; (ii) receitas e despesas financeiras de investimentos financeiros e despesas de empréstimos e financiamentos; e (iii) plano de previdência complementar.

12.2 Governo Federal Brasileiro

O Governo Federal Brasileiro mantém participação direta e indireta por meio da titularidade de uma ação ordinária chamada golden share. Em 31 de dezembro de 2025, o Governo Federal Brasileiro detinha participação indireta de 5,37% no capital da Companhia por meio da BNDES Participações S.A (“BNDESPAR”), subsidiária integral do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”), que, por sua vez, é controlado pelo Governo Federal Brasileiro.

Adicionalmente, nessa mesma data, o BNDES detinha participação de 4,44% na Eve Holding como resultado de ter adquirido 15.463.917 das novas ações emitidas por essa entidade (Nota 2.3.1(v)).

O Governo Federal Brasileiro desempenha papel-chave nas atividades de negócios da Companhia, como:

- ✈ Cliente relevante para produtos de Defesa e Segurança (por meio da Força Aérea Brasileira, Exército Brasileiro e Marinha do Brasil).
- ✈ Fonte de financiamento de pesquisa e desenvolvimento por meio de instituições de desenvolvimento tecnológico (Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP e BNDES).
- ✈ Agência de crédito à exportação (por meio do BNDES), e
- ✈ Fonte de financiamento de curto e longo prazo, prestador de serviços de gestão de ativos e banco comercial, por meio do Banco do Brasil.

Embraer S.A.**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**
Em milhões de dólares dos EUA, salvo indicação em contrário

Os saldos e resultados com partes relacionadas foram os seguintes:

	12.31.2025						
	Contas a receber de clientes	Outros ativos*	Caixa e Equivalentes de caixa	Ativos de contrato	Empréstimos e financiamentos	Outras contas a pagar	Passivos de contrato
Águas Azuis Construção Naval SPE Ltda	5,8	21,5	—	0,8	—	—	15,0
Banco do Brasil S.A.	—	140,2	230,4	—	—	—	—
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	—	—	—	—	338,3	—	—
Comando da Aeronáutica (Força Aérea Brasileira)	6,3	—	—	241,9	—	28,3	38,7
Exército Brasileiro (Exército Brasileiro)	—	—	—	5,1	—	—	19,2
EZ Air Interior Limited	—	25,3	—	—	—	—	—
FINEP	—	—	—	—	17,8	—	—
Governo Brasileiro - Títulos)	—	126,2	—	—	—	—	—
Marinha do Brasil	—	—	—	0,2	—	—	17,8
Nidec Aerospace, LLC	0,9	—	—	—	—	—	—
	13,0	313,2	230,4	248,0	356,1	28,3	90,7

	12.31.2024						
	Contas a receber de clientes	Outros ativos*	Caixa e Equivalentes de caixa	Ativos de contrato	Empréstimos e financiamentos	Outras contas a pagar	Passivos de contrato
Águas Azuis Construção Naval SPE Ltda	4,3	—	—	0,3	—	—	17,9
Banco do Brasil S.A.	—	1,1	511,8	—	—	—	—
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	—	—	—	—	463,8	—	—
Comando da Aeronáutica (Força Aérea Brasileira)	5,7	—	—	251,7	—	15,0	51,0
Exército Brasileiro (Exército Brasileiro)	0,1	—	—	10,5	—	—	9,0
Ez Air Interior Limited	—	23,8	—	—	—	—	—
Governo Brasileiro -Títulos	—	153,6	—	—	—	—	—
Marinha do Brasil	—	—	—	1,0	—	—	5,5
Nidec Aerospace, LLC	1,3	—	—	—	—	—	—
	11,4	178,5	511,8	263,5	463,8	15,0	83,4

(*) Em 31 de dezembro de 2025, esse valor compreende saldos apresentados em investimentos financeiros de US\$266,4 (2024: US\$153,6) e em outros ativos de US\$46,8 (2024: US\$24,9).

Embraer S.A.**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas****Em milhões de dólares dos EUA, salvo indicação em contrário**

	12.31.2025		12.31.2024		12.31.2023	
	Resultados operacionais	Resultado financeiro	Resultados operacionais	Resultado financeiro	Resultados operacionais	Resultado financeiro
Águas Azuis Construção Naval SPE Ltda	9,8	—	61,3	—	6,6	—
Banco do Brasil S.A.	—	13,9	—	12,1	—	15,0
BNDES	—	(12,1)	—	(34,9)	—	(20,2)
Caixa Econômica Federal	—	—	—	—	—	—
Comando da Aeronáutica	0,9	—	(7,4)	—	8,8	—
Embraer Prev - Soc. Previdência Complementar	(18,2)	—	(16,0)	—	(17,3)	—
Exército Brasileiro	1,5	—	(0,1)	—	0,1	—
Marinha do Brasil	(1,0)	—	(2,6)	—	(1,3)	—
EZ Air Interior Limited	—	—	—	—	—	—
Governo Brasileiro	—	7,9	—	4,4	—	2,6
FINEP	—	(0,5)	—	—	—	(0,1)
Nidec Aerospace, LLC	0,9	—	1,3	—	—	—
	(6,1)	9,2	36,5	(18,4)	(3,1)	(2,7)

12.3 Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração do pessoal-chave da administração compreende:

	12.31.2025	12.31.2024	12.31.2023
Benefícios de curto prazo	7,8	9,3	8,5
Pagamento baseado em ações	(i)	14,1	9,3
Remuneração total	21,9	18,6	11,2

- (i) O aumento observado em dezembro de 2025 resulta da valorização das ações da Embraer. Conforme a Nota 7, instrumentos derivativos são contratados para proteger fluxos de caixa contra flutuações no preço das ações da Embraer. Os valores apresentados nesta Nota não incluem os resultados obtidos com tais instrumentos derivativos.

13. IMOBILIZADO**Política contábil**

Imobilizado é reconhecido pelo custo de aquisição ou construção, que inclui custos de empréstimos capitalizados, menos depreciação acumulada e perdas por impairment.

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados ao item fluam para a Companhia e possam ser mensurados com confiabilidade.

As vidas úteis estimadas são revisadas e ajustadas, se apropriado, ao final de cada exercício social.

O programa exchange pool é uma operação na qual o cliente contrata a disponibilidade de peças de reposição para manutenção de aeronaves. Nesse programa, quando é necessário trocar uma peça danificada, o cliente entrega a peça danificada à Companhia e a Companhia fornece ao cliente uma peça em condição operacional. A peça danificada, por sua vez, é recondicionada e adicionada ao pool.

O valor residual é determinado para determinadas peças de reposição de aeronaves incluídas no programa exchange pool, que é revisado e, se necessário, ajustado ao final de cada período de reporte. Quanto aos demais ativos, presume-se que o valor residual seja próximo de zero.

Embraer S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Em milhões de dólares dos EUA, salvo indicação em contrário

12.31.2025										
	Vida útil estimada	Em dezembro 31, 2024	Adições	Depreciação	Alienações	Reclassificações *	Ajustes de conversão	Em dezembro 31, 2025	Custo	Depreciação
Edifícios e melhorias	25 a 60	448,1	2,3	(24,1)	—	41,3	1,6	469,2	730,7	(261,5)
Máquinas e equipamentos	10 a 35	431,3	40,8	(35,5)	(2,4)	59,2	11,1	504,5	919,7	(415,2)
Ferramental	10 a 25	217,8	11,6	(22,7)	(1,4)	14,0	3,5	222,8	664,7	(441,9)
Construção em andamento	-	124,2	103,1	—	(1,6)	(122,2)	4,9	108,4	108,4	—
Ativos do programa exchange pool	30	614,2	59,4	(20,6)	(15,7)	47,8	29,0	714,1	968,7	(254,6)
Instalações	5 a 35	51,1	—	(3,2)	(0,1)	2,1	0,7	50,6	91,0	(40,4)
Aeronaves	5 a 51	16,7	—	—	—	—	0,2	16,9	21,4	(4,5)
Computadores e periféricos	3 a 10	13,7	6,9	(5,4)	(0,1)	0,8	(0,2)	15,7	113,3	(97,6)
Terrenos	-	9,5	—	—	—	—	0,1	9,6	9,6	—
Móveis e utensílios	5 a 30	11,5	2,6	(2,5)	(0,5)	4,5	(0,1)	15,5	43,4	(27,9)
Veículos	5 a 10	3,2	0,6	(0,7)	(0,1)	0,3	0,4	3,7	12,7	(9,0)
Outros ativos	-	—	—	—	—	—	—	—	19,1	(19,1)
		1.941,3	227,3	(114,7)	(21,9)	47,8	51,2	2.131,0	3.702,7	(1.571,7)

12.31.2024										
	Vida útil estimada	Em dezembro 31, 2023	Adições	Depreciação	Alienações	Reclassificações *	Ajustes de conversão	Em dezembro 31, 2024	Custo	Depreciação
Edifícios e melhorias	25 a 60	451,2	1,3	(20,0)	—	17,1	(1,5)	448,1	683,2	(235,1)
Máquinas e equipamentos	10 a 35	330,4	64,7	(27,7)	(1,2)	66,0	(0,9)	431,3	852,8	(421,5)
Ferramental	10 a 25	217,8	17,3	(23,0)	(0,5)	6,3	(0,1)	217,8	646,2	(428,4)
Construção em andamento	-	121,1	101,6	—	—	(94,4)	(4,1)	124,2	124,2	—
Ativos do programa exchange pool	30	567,1	47,8	(17,4)	(14,3)	36,4	(5,4)	614,2	840,8	(226,6)
Instalações	5 a 35	49,3	—	(1,9)	—	4,0	(0,3)	51,1	92,2	(41,1)
Aeronaves	5 a 51	—	—	(0,2)	—	16,9	—	16,7	21,4	(4,7)
Computadores e periféricos	3 a 10	8,4	8,2	(3,2)	—	0,5	(0,2)	13,7	108,4	(94,7)
Terrenos	-	10,2	0,1	—	(0,8)	—	—	9,5	9,5	—
Móveis e utensílios	5 a 30	12,0	1,5	(2,3)	(0,1)	0,5	(0,1)	11,5	41,2	(29,7)
Veículos	5 a 10	3,2	0,6	(0,5)	—	—	(0,1)	3,2	11,9	(8,7)
Outros ativos	-	—	—	—	—	—	—	—	19,1	(19,1)
		1.770,7	243,1	(96,2)	(16,9)	53,3	(12,7)	1.941,3	3.450,9	(1.509,6)

12.31.2023										
	Vida útil estimada	Em dezembro 31, 2022	Adições	Depreciação	Alienações	Reclassificações *	Ajustes de conversão	Em dezembro 31, 2023	Custo	Depreciação
Edifícios e melhorias	25 a 60	459,0	2,8	(20,0)	(0,5)	9,2	0,7	451,2	667,4	(216,2)
Máquinas e equipamentos	10 a 35	327,9	29,9	(25,0)	(9,4)	5,8	1,2	330,4	733,6	(403,2)
Ferramental	10 a 25	226,2	13,4	(21,9)	(0,1)	0,2	—	217,8	623,8	(406,0)
Construção em andamento	-	51,5	81,0	—	—	(17,4)	6,0	121,1	121,1	—
Ativos do programa exchange pool	30	498,1	106,9	(16,0)	(12,3)	(15,3)	5,7	567,1	789,4	(222,3)
Instalações	5 a 35	51,8	—	(2,8)	(0,3)	0,4	0,2	49,3	88,7	(39,4)
Aeronaves	5 a 51	0,2	—	(0,2)	—	—	—	—	4,5	(4,5)
Computadores e periféricos	3 a 10	8,4	2,8	(3,1)	(0,9)	0,4	0,8	8,4	102,1	(93,7)
Terrenos	-	10,2	—	—	—	—	—	10,2	10,2	—
Móveis e utensílios	5 a 30	13,5	1,1	(2,6)	(0,3)	0,3	—	12,0	40,3	(28,3)
Veículos	5 a 10	2,4	0,2	(0,5)	—	1,1	—	3,2	11,9	(8,7)
Outros ativos	-	—	0,6	(0,6)	—	—	—	—	19,1	(19,1)
		1.649,2	238,7	(92,7)	(23,8)	(15,3)	14,6	1.770,7	3.212,1	(1.441,4)

(*) Transações sem efeito caixa: reclassificações entre imobilizado e estoques.

Embraer S.A.**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas****Em milhões de dólares dos EUA, salvo indicação em contrário****14. ATIVOS INTANGÍVEIS****Política contábil****Ágio**

O ágio é mensurado ao custo, menos perdas acumuladas por impairment.

Ativos intangíveis desenvolvidos internamente

Ativos intangíveis desenvolvidos internamente consistem em gastos incorridos no desenvolvimento de novas aeronaves, incluindo serviços de suporte, mão de obra produtiva, material e mão de obra direta alocada à construção de protótipos de aeronaves ou componentes significativos, custos de empréstimos, quando aplicável, bem como aplicações de tecnologias avançadas com o objetivo de tornar a aeronave mais leve, mais silenciosa, mais confortável e eficiente em consumo de energia e emissões, além de ser projetada e fabricada em menos tempo e com otimização de recursos.

Ativos intangíveis desenvolvidos internamente são amortizados pelo método das unidades produzidas, usando como base o número de assentos na produção esperada de aeronaves para o programa ao qual esse ativo está relacionado.

Software

Esse grupo de ativos é composto por licenças de software, que têm vidas úteis variando de 3 a 5 anos, e determinados softwares usados no processo de produção, que têm vidas úteis de 20 anos. Gastos associados à manutenção de software são reconhecidos como despesas quando incorridos. Gastos diretamente atribuíveis a software desenvolvido internamente controlado pela Companhia e que se espera que gere benefícios econômicos superiores a seus custos por período superior a um ano são reconhecidos como ativos intangíveis.

A amortização é calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada item.

	Desenvolvido internamente					Adquirido de terceiros				TOTAL
	Comercial	Executivo	Defesa e Segurança	Serviços e Suporte	eVTOL	Outros	Software	Outros	Ágio	
Em 31 de dezembro de 2024	1.203,0	923,4	126,4	39,1	154,7	8,3	22,8	6,0	19,2	2.502,9
Adições	32,4	73,9	19,2	0,7	160,0	2,7	7,8	—	—	296,7
Amortização	(58,3)	(47,4)	(6,5)	(0,9)	—	(1,4)	(6,0)	(0,5)	—	(121,0)
Alienações	—	—	(1,2)	—	—	—	(1,2)	—	—	(2,4)
Juros sobre ativos capitalizados	—	—	—	—	5,6	—	—	—	—	5,6
Contribuição de amortização de fornecedores	17,8	9,7	—	—	—	—	—	—	—	27,5
Reclassificações	—	—	—	—	—	—	0,1	—	—	0,1
Ajustes de conversão	(0,1)	(0,3)	8,7	—	—	1,3	—	0,2	2,1	11,9
Em 31 de dezembro de 2025	1.194,8	959,3	146,6	38,9	320,3	10,9	23,5	5,7	21,3	2.721,3
Custo	1.393,5	1.737,5	210,4	39,9	320,3	18,5	298,7	8,3	21,3	4.048,4
Amortização	(198,7)	(778,2)	(63,8)	(1,0)	—	(7,6)	(275,2)	(2,6)	—	(1.327,1)

(*) Transações sem efeito caixa: reclassificações entre ativos intangíveis e estoques.

Embraer S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Em milhões de dólares dos EUA, salvo indicação em contrário

	Desenvolvido internamente					Adquirido de terceiros				TOTAL
	Comercial	Executivo	Defesa e Segurança	Serviços e Suporte	eVTOL	Outros	Software	Outros	Ágio	
Em 31 de dezembro de 2023	1.191,5	905,5	93,1	31,0	42,4	9,6	27,6	6,5	23,8	2.331,0
Adições	41,0	60,2	39,6	8,1	109,4	2,0	5,5	—	—	265,8
Amortização	(57,7)	(53,8)	(4,5)	—	—	(1,4)	(8,8)	(0,7)	—	(126,9)
Alienações	—	—	(0,4)	—	—	—	(1,1)	—	—	(1,5)
Juros sobre ativos capitalizados	—	—	—	—	2,9	—	—	—	—	2,9
Contribuição de amortização de fornecedores	18,7	11,5	—	—	—	—	—	—	—	30,2
Reclassificações	9,5	—	—	—	—	—	—	—	—	9,5
Ajustes de conversão	—	—	(1,4)	—	—	(1,9)	(0,4)	0,2	(4,6)	(8,1)
Em 31 de dezembro de 2024	1.203,0	923,4	126,4	39,1	154,7	8,3	22,8	6,0	19,2	2.502,9
Custo	1.361,8	1.663,6	183,1	39,1	154,7	14,2	291,8	8,3	19,2	3.735,8
Amortização	(158,8)	(740,2)	(56,7)	—	—	(5,9)	(269,0)	(2,3)	—	(1.232,9)

	Desenvolvido internamente					Adquirido de terceiros				TOTAL
	Comercial	Executivo	Defesa e Segurança	Serviços e Suporte	eVTOL	Outros	Software	Outros	Ágio	
Em 31 de dezembro de 2022	1.193,3	881,6	80,5	9,0	—	2,2	48,9	8,7	22,3	2.246,5
Adições	36,9	58,8	26,1	22,0	42,4	3,1	2,8	—	—	192,1
Amortização	(58,2)	(45,2)	(3,4)	—	—	(1,5)	(24,0)	(0,9)	—	(133,2)
Alienações	—	—	—	—	—	(6,3)	—	(1,3)	—	(7,6)
Contribuição de amortização de fornecedores	19,5	10,3	—	—	—	—	—	—	—	29,8
Reclassificações	—	—	(10,9)	—	—	10,9	—	—	—	—
Ajustes de conversão	—	—	0,8	—	—	1,2	(0,1)	—	1,5	3,4
Em 31 de dezembro de 2023	1.191,5	905,5	93,1	31,0	42,4	9,6	27,6	6,5	23,8	2.331,0
Custo	1.311,3	1.603,4	145,9	31,0	42,4	14,4	301,6	9,0	23,8	3.482,8
Amortização	(119,8)	(697,9)	(52,8)	—	—	(4,8)	(274,0)	(2,5)	—	(1.151,8)

15. IMPAIRMENT DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS DE LONGA DURAÇÃO
Política contábil

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros de longa duração para determinar se há qualquer indicação de impairment. Se tal indicação existir, então o valor recuperável do ativo é estimado. Ágio e ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso são testados anualmente para impairment.

Para testes de impairment, ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (“UGCs”) considerando o modelo de negócios da Companhia e seu monitoramento de fluxos de caixa. Em geral, as UGCs são definidas de acordo com as famílias ou plataformas de aeronaves ou outros bens e serviços produzidos pela Companhia, independentemente de sua localização geográfica. Ágio decorrente de combinação de negócios é alocado a UGCs ou grupos de UGCs que se espera que se beneficiem das sinergias da combinação.

O valor recuperável da UGC é seu valor em uso. O valor em uso baseia-se em fluxos de caixa futuros estimados pela abordagem tradicional, descontados a seu valor presente usando o custo médio ponderado de capital ("WACC"). A projeção de fluxo de caixa para a UGC considera o plano estratégico de médio e longo prazo da Companhia, com base nas características e expectativas do negócio.

Uma perda por impairment é reconhecida se o valor contábil de um ativo ou UGC exceder seu valor recuperável. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado como outras despesas.

Uma perda por impairment relativa a ágio não é revertida. Para outros ativos, uma perda por impairment é revertida apenas na medida em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação ou amortização, se nenhuma perda por impairment tivesse sido reconhecida.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não identificou eventos indicando que o valor contábil dos ativos excede seu valor recuperável.

As UGCs contendo ágio são Phenom, Gestão de Projetos e Segurança Cibernética. As análises de sensibilidade realizadas indicam que mudanças possíveis e razoáveis nas principais premissas usadas para determinar o valor recuperável dessas UGCs não resultariam em valor contábil superior ao seu valor recuperável.

O teste de impairment da UGC da Plataforma E2 considerou o plano estratégico aprovado pela Administração, que inclui uma pausa adicional de quatro anos no programa de desenvolvimento do jato E175-E2, que foi aprovada em 25 de fevereiro de 2025. Essa premissa não resultou em perdas por impairment.

As principais premissas adotadas nos testes de impairment são:

- ✈ Fluxos de caixa futuros foram projetados para um período entre 10 e 31 anos, dependendo das características da UGC, e descontados à taxa de custo médio ponderado de capital ("WACC"), sendo equivalente à taxa estimada antes dos impostos de 11,8% (2024: 11,4%). Os fluxos de caixa não incluem perpetuidade.
- ✈ Parte dos fluxos de caixa futuros foi orçada em reais e convertida para dólares com base na taxa de câmbio de 30 de setembro de 2025, de R\$ 5,3186. A valorização do Real brasileiro em relação ao dólar no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2025, de 14,11%, não teve impacto significativo nos fluxos de caixa futuros.

16. CONTAS A PAGAR A FORNECEDORES

Ver política contábil na Nota 26.

	12.31.2025	12.31.2024
Fornecedores estrangeiros	493,3	492,5
Fornecedores domésticos	281,6	190,7
Parceiros de risco	341,9	283,1
	1.116,8	966,3

17. FORNECEDORES – ACORDO DE FINANCIAMENTO

A Companhia possui arranjos de financiamento de fornecedores domésticos e estrangeiros com instituições financeiras, nos quais seus fornecedores podem optar por receber pagamento antecipado de suas faturas. Pagamentos antecipados a fornecedores são realizados pelas instituições financeiras.

Esses acordos não alteram as condições comerciais negociadas com fornecedores, portanto, a Companhia reembolsa essas instituições financeiras pelo valor e dentro do prazo inicialmente acordado com os fornecedores. A Companhia não incorre em encargos financeiros adicionais, nem fornece qualquer tipo de garantia ou aval resultante desses acordos.

Em 2025, o prazo médio de pagamento para faturas cobertas por esses arranjos foi de 99 dias (2024: 104 dias).

Informações adicionais são fornecidas na tabela abaixo:

Embraer S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Em milhões de dólares dos EUA, salvo indicação em contrário

	12.31.2025	12.31.2024
Fornecedores sujeitos a arranjo de financiamento de fornecedores (i)	89,8	78,5
Fornecedores que receberam pagamento do banco (ii)	62,9	43,3

(i) Esses saldos são apresentados como Contas a pagar a fornecedores.

(ii) Esses saldos são apresentados como Contas a pagar a fornecedores – Arranjos de Financiamento de Fornecedores.

Os fluxos de caixa relacionados aos passivos financeiros decorrentes desses arranjos são incluídos nos fluxos de caixa das atividades operacionais na demonstração dos fluxos de caixa porque continuam a fazer parte do ciclo operacional da Companhia e sua natureza principal permanece, isto é, pagamentos pela compra de bens e serviços.

18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Ver política contábil na Nota 26.

Finalidade do empréstimo (Não auditado)	Moeda	Taxa de juros - % a.a.	Vencimento	12.31.2025	12.31.2024
Imobilizado					
	US\$	SIFMA (*)	2025-35	18,1	20,0
Notas Garantidas					
(i)	US\$	5,40%	2027	—	533,2
(ii)	US\$	6,95%	2028	—	491,9
(ii)	US\$	7,00%	2030	274,5	761,7
(iii)	US\$	5,98%	2035	657,6	—
(iv)	US\$	5,40%	2038	912,2	—
Capital de giro					
	R\$	CDI + 2,60%	2026	3,8	3,3
	Euro	Euribor 12M + 1,31%	2025-26	0,2	1,2
	Euro	3,17% a 4,09%	2025-30	137,4	22,0
	US\$	SOFR 3M + 1,3%	2032	81,0	—
	US\$	SOFR 3M + 1,95%	2026-30	13,6	—
	US\$	SOFR 6M + 0,50%	2025	—	10,7
	US\$	SOFR 6M + 0,75%	2025-31	52,2	66,8
	US\$	4,42% a 6,88%	2025-30	27,3	26,0
Financiamento à exportação					
	US\$	5,92%	2026	—	30,5
(v)	US\$	5,49%	2027	—	372,7
	US\$	4,41%	2033	200,5	—
Projetos					
	R\$	4,55% a 7,53%	2026-40	38,8	13,0
	R\$	TR + 2,20%	2029-40	17,9	7,4
	R\$	TR + 2,30%	2028-41	17,8	—
	US\$	5,30% a 5,94%	2027-35	78,4	69,8
	US\$	SOFR 3M + 3,90%	2028	50,0	50,0
	US\$	5,69% a 5,94%	2029-40	2,5	0,9
Outros					
	US\$	10,50%	2028	10,0	10,0

Embraer S.A.**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**
Em milhões de dólares dos EUA, salvo indicação em contrário

	2.593,8	2.491,1
Circulante	105,3	113,8
Não circulante	2.488,5	2.377,3

(*) Zero-spread.

(i) Entre fevereiro e março de 2025, a Companhia recomprou todas as notas em circulação com vencimento em 2027. O desembolso total de caixa foi de US\$532,3, compreendendo US\$522,0 de principal, US\$2,7 de despesa de juros e US\$7,6 de prêmios pagos. As transações de recompra foram contabilizadas como extinção de passivo e, consequentemente, todos os custos de transação e descontos previamente atribuídos à emissão dessa dívida foram baixados e reconhecidos no resultado como parte da perda por extinção e apresentados como despesas financeiras.

(ii) Durante o exercício social, a Companhia recomprou todas as notas em circulação com vencimento em 2028. As recompras totais somaram US\$512,5, compreendendo US\$479,3 em principal, US\$7,9 em despesa de juros e US\$25,4 em prêmios pagos. Adicionalmente, a Companhia recomprou parcialmente notas em circulação com vencimento em 2030. As recompras totais somaram US\$535,6, compreendendo US\$479,8 em principal, US\$6,7 em despesa de juros e US\$49,2 em prêmios pagos. Uma parcela substancial dessas duas transações foi contabilizada como modificação de passivos financeiros devido à sua conexão com a emissão de bonds descrita no item (iv). Como resultado, um ganho da modificação de passivos de US\$26,6 foi reconhecido no resultado do período, apresentado como receita financeira - Nota 32. Custos de transação e descontos previamente atribuídos à parcela da dívida modificada, bem como prêmios pagos relacionados à liquidação antecipada dessa parcela, ajustaram o valor contábil do passivo e serão amortizados no resultado pelo método da taxa efetiva de juros. Aqueles atribuídos à parcela da dívida contabilizada como extinção de passivo foram baixados e reconhecidos no resultado do período, compondo a perda por extinção, e apresentados como despesas financeiras.

(iii) Em fevereiro de 2025, a Companhia, por meio de sua subsidiária Embraer Netherlands Finance B.V., emitiu notas garantidas no valor de US\$650,0. Custos de transação e descontos atribuídos à transação e inicialmente reconhecidos totalizaram US\$8,0. Essa transação é integral e incondicionalmente garantida pela Embraer.

(iv) Em outubro de 2025, a Companhia, por meio de sua subsidiária Embraer Netherlands Finance B.V., emitiu notas garantidas no valor de US\$1.000,0. Custos de transação e descontos inicialmente reconhecidos totalizaram US\$101,4, compreendendo: US\$55,9 de prêmios adicionados aos passivos modificados; US\$32,9 relacionados a custos de transação, desconto sobre o passivo modificado e resultado da modificação; e US\$12,5 de outros custos de transação e descontos. Essa transação é integral e incondicionalmente garantida pela Embraer.

(v) Em março de 2025, a Companhia liquidou antecipadamente todo o contrato com o BNDES, totalizando US\$371,9, originalmente com vencimento em 2027. Não houve custos adicionais incorridos pelo pré-pagamento.

Em 31 de dezembro de 2025, o cronograma de vencimentos para empréstimos e financiamentos classificados como não circulantes é:

2027	51,3
2028	66,2
2029	37,5
Posteriormente	2.333,5
	2.488,5

18.1 Garantias

Como garantia para parte dos financiamentos da Companhia, propriedades, melhorias, máquinas, equipamentos e garantias bancárias foram oferecidos no valor total de US\$446,8 (2024: US\$705,1). Para o financiamento de subsidiárias, garantias foram obtidas na forma de garantias financeiras e aval da Embraer, que totalizaram o valor de US\$2.194,3 (2024: US\$1.941,5).

18.2 Covenants

Certos contratos de empréstimos e financiamentos estão sujeitos a covenants não financeiros, incluindo restrições à criação de novos ônus sobre ativos, mudanças significativas no controle acionário da Companhia, alienação significativa de ativos e pagamento de dividendos excedendo o mínimo exigido por lei em caso de inadimplemento em financiamentos e em transações com suas subsidiárias.

Embraer S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Em milhões de dólares dos EUA, salvo indicação em contrário

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia cumpria esses covenants não financeiros relacionados a seus empréstimos e financiamentos.

19. INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES DE FLUXO DE CAIXA
19.1 Reconciliação das movimentações de passivos com fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

	Empréstimos e financiament os	Passivos de arrendament o	Outras dívidas (*)	Total
Em 31 de dezembro de 2024	2.491,1	111,8	—	2.602,9
Recursos	2.957,2		40,0	2.997,2
Pagamentos	(2.814,4)	(23,8)		(2.838,2)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento	142,8	(23,8)	40,0	159,0
Outros				
Pagamento de juros	(157,9)	—	—	(157,9)
Juros acumulados	106,5	10,4	—	116,9
Variação cambial e ajustes de conversão	11,3	(5,0)	—	6,3
Adição - Passivo de arrendamento	—	28,0	—	28,0
Redução - Passivo de arrendamento	—	(3,3)	—	(3,3)
Em 31 de dezembro de 2025	2.593,8	118,1	40,0	2.751,9
Circulante	105,3	20,7		
Não circulante	2.488,5	97,4		

(*) Refere-se ao valor registrado em Contas a Pagar, que, devido à natureza da transação, foi considerado no Fluxo de Caixa como atividade de financiamento.

	Empréstimos e financiament os	Passivos de arrendament o	Outras dívidas (*)	Total
Em 31 de dezembro de 2024	2.886,4	96,0	—	2.982,4
Recursos	762,1		13,1	775,2
Pagamentos	(1.142,2)	(18,8)	(13,1)	(1.174,1)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento	(380,1)	(18,8)	—	(398,9)
Outros				
Pagamento de juros	(176,3)	—	—	(176,3)
Juros acumulados	171,7	5,8	—	177,5
Variação cambial e ajustes de conversão	(10,6)	(9,1)	—	(19,7)
Adição - Passivo de arrendamento	—	38,3	—	38,3
Redução - Passivo de arrendamento	—	(0,4)	—	(0,4)
Em 31 de dezembro de 2025	2.491,1	111,8	—	2.602,9
Circulante	113,8	19,2		
Não circulante	2.377,3	92,6		
	2491,1	111,8		

19.2 Transações que não afetam caixa e equivalentes de caixa

12.31.2025 12.31.2024 12.31.2023

Embraer S.A.**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas****Em milhões de dólares dos EUA, salvo indicação em contrário****Transações de investimento sem caixa**

Adição de ativos fixos sem saída monetária	40,1	42,7	—
Adições ao imobilizado por transferência de estoques de aeronaves	—	16,9	—
Baixa no Imobilizado por transferência para estoque de peças do pool	47,8	36,4	(15,6)

20. CONTAS A PAGAR

		12.31.2025	12.31.2024
Planos de pagamento baseado em ações	25,1	384,7	156,5
Provisões relacionadas à folha de pagamento		155,1	123,6
Provisão para participação nos lucros dos empregados		84,2	72,3
Outras contas a pagar		99,1	55,7
Obrigações contratuais	(i)	35,7	33,1
Contas a pagar de instalações		32,3	23,1
Opções de compra de participação não controladora - EVE		21,0	20,0
Royalties a pagar à Força Aérea Brasileira		29,2	15,0
Dividendos a pagar		69,8	9,2
Contas a pagar por aquisição de empresa		5,1	5,8
Comissão a pagar		—	3,1
Seguro		2,2	2,5
Dívida com e sem regresso	(ii)	40,0	1,1
		958,4	521,0
Circulante		610,3	359,8
Não circulante		348,1	161,2

(i) Representa valores registrados referentes a obrigações contratuais assumidas pela Companhia em contratos com clientes principalmente relacionadas a concessões comerciais e custos para obtenção de contratos.

(ii) Refere-se ao passivo associado devido à transferência de recebível, conforme mencionado na Nota 10(i). Como a transação não atende aos critérios de baixa, o ativo financeiro permanece reconhecido, e um passivo foi reconhecido pela contraprestação recebida.

Embraer S.A.**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**
Em milhões de dólares dos EUA, salvo indicação em contrário**21. TRIBUTOS E ENCARGOS DE FOLHA A PAGAR**

	12.31.2025	12.31.2024
INSS (contribuição previdenciária) (i)	29,4	22,9
IRRF (imposto de renda retido na fonte)	26,1	11,9
Imposto sobre valor agregado (“IVA”)	6,5	9,0
PIS e COFINS	1,0	0,9
IPI (imposto sobre produtos industrializados)	1,1	0,9
Programa de refinanciamento de tributos	0,1	0,1
Imposto sobre serviços (“ISS”)	2,1	1,5
FGTS (fundo de garantia por tempo de serviço do empregado)	5,8	4,6
Previdência Social	0,9	0,6
Outros	2,4	2,6
	75,4	55,0
Circulante	63,3	45,8
Não circulante	12,1	9,2

- (i) A Companhia ajuizou ações judiciais e administrativas questionando determinadas questões de contribuição social, incluindo a incidência de contribuição social sobre 1/3 de férias e outros pagamentos de remuneração, e o direito de não pagar contribuições previdenciárias de acordo com o sistema estabelecido pela Lei 12.546/2011 no ano de 2018 para uma de suas subsidiárias. O valor envolvido e respectivamente provisionado é de US\$8,9 (2024: US\$7,2).

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**Política contábil**

Imposto de renda e contribuição social compreendem imposto corrente e diferido. É reconhecido no resultado, exceto na medida em que se relaciona a itens reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes.

Imposto corrente é mensurado usando alíquotas tributárias promulgadas ou substancialmente promulgadas na data de reporte nos países em que a Companhia opera e gera lucro tributável.

Imposto diferido é reconhecido em relação a diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de relatórios financeiros e os valores usados para fins tributários.

Para reconhecer ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias e prejuízos fiscais, a Companhia avalia a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros considerando que essas diferenças temporárias e prejuízos fiscais acumulados seriam compensados.

Ativos e passivos de imposto de renda diferido são compensados quando há direito legal e intenção de compensá-los ao calcular impostos correntes, geralmente relacionados à mesma pessoa jurídica e à mesma autoridade fiscal. Portanto, ativos e passivos fiscais diferidos em entidades diferentes ou países diferentes geralmente não são compensados

Incerteza sobre tratamentos de imposto de renda

A Administração avalia periodicamente posições adotadas no cálculo do imposto de renda em relação a situação em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita a interpretação.

Se for provável que as autoridades fiscais aceitem os tratamentos tributários incertos, essas posições são consideradas para determinar impostos de renda; portanto, os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas são consistentes com aqueles reportados nas declarações de imposto de renda.

Se não for provável que as autoridades fiscais aceitem os tratamentos tributários incertos, uma provisão é reconhecida pelo valor estimado de recursos a serem desembolsados (ver Nota [22.4](#))

22.1 Impostos diferidos

Os componentes de ativos fiscais diferidos ("DTA") e passivos fiscais diferidos ("DTL") são apresentados abaixo:

		12.31.2025	12.31.2024
Diferenças temporárias	(i)	269,8	228,2
Prejuízos fiscais a compensar		7,6	85,2
Efeito da moeda funcional dos ativos não monetários	(ii)	(388,0)	(559,0)
Ganhos não realizados		41,8	38,4
Derivativos / Hedge Accounting		(1,7)	2,4
Efeito de diferenças em ativo fixo		(82,9)	(71,1)
Outras diferenças entre bases: contábil x fiscal	(iii)	(1,6)	(0,4)
Ativos (passivos) fiscais diferidos, líquidos		(155,0)	(276,3)
Total de ativo fiscal diferido		118,1	174,0
Total de passivo fiscal diferido		(273,1)	(450,3)

(i) Diferenças temporárias incluem provisões não dedutíveis, amortização acelerada de despesas incentivadas com pesquisa e desenvolvimento, ganhos ou perdas cambiais incluídas no cálculo do imposto de renda pelo regime de caixa e outras diferenças que serão incluídas ou excluídas da base fiscal quando realizadas para fins fiscais.

(ii) As bases de imposto de renda de ativos e passivos não monetários da Embraer e determinadas subsidiárias são determinadas em uma moeda diferente de sua moeda funcional. Impostos de renda diferidos decorrentes de mudanças cambiais nas bases fiscais de ativos e passivos não circulantes são reconhecidos no resultado.

(iii) Refere-se a diferenças entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de relatórios financeiros e os valores usados para fins tributários, como ajustes a receitas de contratos, arrendamentos e direito de uso, impairment, entre outros.

Embraer S.A.**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas****Em milhões de dólares dos EUA, salvo indicação em contrário**

As mudanças nos impostos de renda diferidos foram as seguintes:

	Da demonstraçã o do resultado	Outros resultados abrangentes	Total
Em 31 de dezembro de 2022	(372,1)	49,6	(322,5)
Diferenças temporárias	55,0	—	55,0
Prejuízos fiscais a compensar	(15,5)	—	(15,5)
Efeito da moeda funcional dos ativos não monetários	112,3	—	112,3
Ganhos não realizados	12,2	—	12,2
Efeito de diferenças por ativo fixo	(16,1)	—	(16,1)
Derivativos / Hedge Accounting	0,2	—	0,2
Diferenças entre bases: contábil x fiscal	4,5	2,9	7,4
Em 31 de dezembro de 2023	(219,5)	52,5	(167,0)
Diferenças temporárias	62,3	—	62,3
Prejuízos fiscais a compensar	84,1	—	84,1
Efeito da moeda funcional dos ativos não monetários	(242,5)	—	(242,5)
Ganhos não realizados	5,4	—	5,4
Derivativos / Hedge Accounting	(16,0)	—	(16,0)
Efeito de diferenças por ativo fixo	(4,7)	6,0	1,3
Outras diferenças entre bases: contábil x fiscal	(0,6)	(3,3)	(3,9)
Em 31 de dezembro de 2024	(331,5)	55,2	(276,3)
Diferenças temporárias	41,6	—	41,6
Prejuízos fiscais a compensar	(77,6)	—	(77,6)
Efeito da moeda funcional dos ativos não monetários	171,0	—	171,0
Ganhos não realizados	3,4	—	3,4
Efeito de diferenças por ativo fixo	(11,8)	—	(11,8)
Derivativos / Hedge Accounting	4,4	(8,5)	(4,1)
Outras diferenças entre bases: contábil x fiscal	5,6	(6,8)	(1,2)
Em 31 de dezembro de 2025	(194,9)	39,9	(155,0)

22.2 Ativos fiscais diferidos não reconhecidos

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não reconheceu ativos fiscais diferidos no valor de US\$71,2 (2024: US\$63,4), dos quais US\$0,1 (2024: US\$0,2) referem-se a diferenças temporárias e US\$71,0 (2024: US\$63,2) referem-se a prejuízos fiscais de subsidiárias que não têm expectativa de lucros tributáveis futuros.

Embraer S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Em milhões de dólares dos EUA, salvo indicação em contrário

22.3 Reconciliação da despesa de imposto de renda

	12.31.2025	12.31.2024	12.31.2023
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social	267,6	557,0	120,7
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal brasileira promulgada - 34%	(91,0)	(189,4)	(41,0)
Imposto sobre lucros de subsidiárias no exterior	(124,7)	(120,8)	(8,2)
Crédito de Imposto Estrangeiro (FTC) (i)	259,5	—	—
Preços de Transferência e Subcapitalização	—	—	(1,5)
Efeito da moeda funcional dos ativos não monetários	239,2	(326,1)	132,4
Incentivos fiscais de pesquisa e desenvolvimento	20,2	3,4	16,6
Juros sobre capital próprio	27,3	—	—
Efeito cambial do resultado	(250,0)	359,5	(135,6)
Equivalência patrimonial nos lucros de subsidiárias	(2,4)	(1,4)	3,8
DTA não reconhecido sobre prejuízos fiscais a compensar	(23,1)	5,9	(40,4)
Diferentes alíquotas tributárias em subsidiárias	36,1	81,1	110,5
Desconsolidação fiscal da EVE (ii)	(12,8)	—	—
Despesas não dedutíveis e receitas isentas	(6,7)	2,9	3,6
Tributo pago a maior (Atualização monetária) (iii)	17,4	—	—
Outra diferença entre base IFRS e fiscal	(1,2)	(12,0)	6,0
Outros (iv)	3,6	(5,5)	(2,6)
	182,4	(13,0)	84,6
Receita (despesa) benefício de imposto de renda e contribuição social conforme reportado	91,4	(202,4)	43,6
Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente conforme reportada	(45,2)	(90,4)	(109,0)
Receita (despesa) benefício de imposto de renda e contribuição social diferido conforme reportado	136,6	(112,0)	152,6
Alíquota efetiva	34,1%	-36,3%	36,1%

(i) A Companhia utilizou créditos fiscais acumulados pagos no exterior no valor de US\$190,0 registrados em declaração fiscal, e o saldo remanescente é de US\$6,6.

(ii) Como resultado da redução da participação da Companhia na Eve Holding para menos de 80%, a Embraer Aircraft Holding, Inc. deixou de consolidar a Eve Holding para fins de imposto de renda, resultando em aumento da carga tributária para a Embraer Aircraft Holding Inc. Para mais informações sobre a transação, ver Nota [2.3.1\(v\)](#).

(iii) Refere-se à exclusão de atualizações de juros pela taxa SELIC aplicadas a créditos tributários.

(iv) Refere-se substancialmente a ajustes como exclusões de créditos Reintegra e subsídios concedidos pela FINEP para estimular inovação tecnológica, entre outras adições e exclusões permanentes conforme a Lei do Imposto de Renda Pessoa Jurídica brasileira.

22.4 Incerteza sobre tratamentos de imposto de renda

A Companhia está envolvida em discussões administrativas e judiciais com autoridades fiscais no Brasil sobre tratamentos tributários incertos adotados no cálculo dos impostos de renda.

A Embraer contesta um auto de infração que glosou a compensação de contribuição social com créditos de imposto de renda pagos no exterior. Esse caso está no Tribunal Regional Federal da 3ª Região, aguardando o julgamento do recurso da Embraer. Para esse caso, foi reconhecida uma provisão de US\$3,4 (2024: US\$2,9).

Exceto pelos processos judiciais acima mencionados, a Companhia, com base na avaliação de seus assessores jurídicos internos e externos, concluiu que o tratamento tributário das discussões provavelmente será aceito pelas autoridades fiscais. Entre essas discussões, a principal refere-se à tributação de lucros auferidos por subsidiárias

localizadas no exterior, no contexto da Medida Provisória brasileira 2.158-35 de 2001, no valor de US\$108,8 (2024: US\$89,3).

22.5 Regras Globais Modelo Anti-erosão da Base Tributária (Pilar 2)

O arcabouço legislativo do Pilar 2 proposto pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (“OCDE”) aplica-se a grupos multinacionais cuja receita consolidada seja maior que, ou igual a, 750 milhões de euros em pelo menos dois dos últimos 4 anos. Essa legislação proposta sugere que, se uma entidade em um grupo consolidado tiver uma alíquota efetiva de imposto inferior a 15%, tributação adicional poderia ser imposta sobre lucros subtributados (ou uma alíquota de 16%, com relação ao Teste de ETR Simplificado no contexto do Transitional CbCR Safe Harbour).

Para que tais regras tenham efeito, diferentes países ao redor do mundo precisam introduzi-las em seus sistemas jurídicos domésticos.

A Companhia passou a estar sujeita ao imposto mínimo global pela legislação tributária do Pilar 2 a partir de 1º de janeiro de 2024, na França, Irlanda, Espanha, Suíça, Países Baixos, Portugal e Reino Unido e em Singapura a partir de 1º de janeiro de 2025. Em outubro de 2025, o Brasil publicou a Medida Provisória 1.262/2024, convertida na Lei 15.079/2024 e Instrução Normativa 2.228/2024, que introduziu parcialmente as regras do Pilar 2 no país, com efeito programado para 1º de janeiro de 2025.

Com base na análise e estimativas realizadas até a data pela Companhia para o ano de 2025, com a assistência de assessores externos, com base em suas operações nessas jurisdições, a Companhia não reconheceu qualquer impacto sobre sua posição de imposto de renda corrente ou diferido.

A Companhia continua a monitorar a evolução das novas regras introduzidas com o apoio de consultores externos para identificar potenciais impactos para os anos de 2026 em diante, com base nas diretrizes publicadas pela OCDE, bem como pelos países em que a Companhia está presente, conforme a apresentação das declarações de imposto de renda de 2025 e o cumprimento de obrigações acessórias em jurisdições que introduziram a legislação tributária do Pilar 2 a partir de 1º de janeiro de 2026 em diante.

23. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

Política contábil

Provisões, ativos e passivos contingentes, obrigações legais e depósito judicial

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não normalizada) decorrente de eventos passados, é mais provável que sim do que não que haverá uma saída de benefícios econômicos, e o valor pode ser estimado com confiabilidade.

Quanto a assuntos tributários, uma provisão é reconhecida quando a Administração, com base em sua avaliação e assistência de assessores jurídicos, conclui que as posições tributárias adotadas no cálculo desses tributos para períodos sujeitos a fiscalização tributária, ou em discussões administrativas ou judiciais, resultarão em perda provável em decisões de tribunais superiores de última instância.

Passivos contingentes são obrigações possíveis decorrentes de eventos passados e sua existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque não é provável que uma saída de recursos incorporando benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação ou o valor da obrigação não possa ser mensurado com confiabilidade suficiente.

Obrigações legais referem-se a tributos a pagar nos termos da legislação brasileira para os quais a Companhia constituiu o passivo correspondente, mas iniciou disputas judiciais contestando sua aplicabilidade. Tais passivos tributários em discussão são integralmente reconhecidos como tributos a pagar.

Ativos contingentes não são reconhecidos, mas divulgados quando a entrada de benefícios econômicos é provável. Se se tornar virtualmente certo de que uma entrada de benefícios econômicos surgirá, o ativo e a receita relacionada são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a mudança ocorre.

Depósitos judiciais são apresentados como outros ativos e mensurados pelo valor depositado, ajustado por juros ou atualizações monetárias, quando aplicável, de acordo com a legislação aplicável.

Garantias de produto

Uma estimativa de gasto com garantia de aeronaves é reconhecida quando a aeronave é entregue. As estimativas baseiam-se em dados históricos que incluem, entre outros, reivindicações de garantia e custos relacionados de reparo ou substituição, garantias concedidas pelos fornecedores, período de cobertura contratual e padrões de garantia para novas aeronaves, para as quais a Companhia espera custos de garantia mais altos no lançamento de novos modelos até que o processo de produção amadureça e aumente o período da plataforma em serviço. O período de cobertura varia de 3 a 6 anos.

A Companhia pode ser obrigada a modificar o produto para atender aos requisitos das autoridades certificadoras, ou após a entrega, devido a melhorias ou ao desempenho da aeronave. Os custos de tais modificações são reconhecidos quando os novos requisitos ou melhorias são solicitados e conhecidos.

A Administração monitora periodicamente o histórico de uso e evolução da garantia do produto e, se apropriado, revisa a estimativa.

A provisão para garantias de produtos é reconhecida no resultado como custo dos bens e serviços vendidos.

23.1 Provisão

	Nota	12.31.2024	Adições	Utilizações	Reversões	Juros	Ajustes de conversão	12.31.2025
Garantias de produto		78,9	56,6	(44,9)	(17,1)	—	—	73,5
Provisão de materiais de terceiros		44,4	9,0	—	—	—	—	53,4
Provisão para obrigações contratuais		43,7	4,8	(1,6)	(1,0)	—	—	45,9
Provisões para reclamações trabalhistas, tributárias e cíveis	23.1.1	41,1	11,3	(6,5)	(9,9)	5,4	5,1	46,5
Benefícios pós-aposentadoria	24,1	34,4	—	(1,9)	(1,3)	3,7	4,4	39,3
Impostos		28,8	7,3	(10,7)	(0,2)	—	3,9	29,1
Obrigações Contratuais com Clientes		—	35,1	(0,2)	(0,4)	—	—	34,5
Outros		22,6	44,0	(22,2)	(23,5)	0,1	1,6	22,6
		293,9	168,1	(88,0)	(53,4)	9,2	15,0	344,8
Circulante		90,2						127,6
Não circulante		203,7						217,2

Os valores provisionados refletem a melhor estimativa da Companhia da saída de recursos esperada para liquidar a obrigação.

Embraer S.A.**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**
Em milhões de dólares dos EUA, salvo indicação em contrário**23.1.1 Provisões trabalhistas, tributárias e cíveis**

		12.31.2025	12.31.2024
Relacionadas a tributos			
PIS e COFINS	(i)	4,2	3,2
Contribuições previdenciárias	(ii)	2,0	1,6
Impostos de importação	(iii)	0,7	0,6
IOF	(iv)	4,1	3,3
Outros		1,6	1,6
		12,6	10,3
Relacionadas a trabalho			
Reintegração		14,4	12,5
Horas extras		4,6	4,7
Adicional de periculosidade		0,9	1,4
Adicional de insalubridade		4,2	4,0
Indenização		2,4	2,6
Terceiros		0,4	0,4
Outros		0,3	0,2
Processos coletivos, ação civil pública e ação rescisória		6,6	4,9
		33,8	30,7
Relacionadas a cível			
Indenização		0,1	0,1
		0,1	0,1
		46,5	41,1
Circulante		10,3	8,5
Não circulante		36,2	32,6

A seguir são divulgadas determinadas questões tributárias administrativamente ou judicialmente, das quais as mais relevantes são:

- (i) Compensação de créditos do Programa de Integração Social (“PIS” brasileiro) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“COFINS” brasileira) de diferentes períodos no regime não cumulativo.
- (ii) Retenção de contribuição social de 11% ao Instituto Nacional do Seguro Social (“INSS” brasileiro) a ser aplicada sobre pagamentos pela contratação de terceiros.
- (iii) Imposto de importação resultante de diferenças relativas à classificação fiscal de determinados produtos.
- (iv) Auto de infração para exigir Imposto Sobre Operações Financeiras (“IOF” brasileiro) sobre remessas de empréstimos ao exterior.

Embraer S.A.**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**
Em milhões de dólares dos EUA, salvo indicação em contrário**23.2 Passivos contingentes****23.2.1 Processos tributários**

Passivos contingentes tributários relacionados a processos administrativos e judiciais cuja probabilidade de perda é considerada possível são apresentados da seguinte forma:

		12.31.2025	12.31.2024
ISS	(i)	83,7	72,3
Previdência Social	(ii)	68,1	56,6
PIS e COFINS	(iii)	40,5	30,2
Outros	(iv)	17,7	13,4
		210,0	172,5

Os principais valores apresentados acima, atualizados pela taxa SELIC, correspondem substancialmente a:

- (i) Processo judicial iniciado pelo Município de São José dos Campos para cobrar Imposto sobre Serviços (“ISS”) relacionado a valores supostamente devidos no período de julho de 2010 a julho de 2015, que aguarda decisão de primeira instância.
- (ii) Processo judicial buscando o reconhecimento do direito da Companhia de calcular a Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta de acordo com a Lei nº 12.546/2011, para o período de julho a dezembro de 2017.
- (iii) Pedidos de compensação não homologados, relacionados a vários processos administrativos em diferentes estágios.
- (iv) ICMS-DIFAL (IVA brasileiro) e outros encargos.

23.2.2 Processos trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui passivos contingentes relacionados a várias ações trabalhistas totalizando US\$15,4 (2024: US\$14,4).

23.2.3 Conviasa

A Companhia está envolvida em uma disputa judicial com Consorcio Venezolano de Industrias Aeronáuticas y Servicios Aéreos (“Conviasa”), uma companhia aérea estatal venezuelana, que alega que a Embraer descumpriu obrigações contratuais que supostamente deveriam ter sido realizadas para assegurar conformidade com regulamentações de controles de exportação e sanções dos EUA.

O valor em disputa ainda não foi determinado, pois a Conviasa ainda deve apresentar evidências e documentação para fundamentar os danos alegados. O litígio permanece em estágio inicial, e a Administração, com base em sua avaliação e apoiada por seus assessores jurídicos, concluiu que a probabilidade de perda é possível. O caso foi assumido pelo Supremo Tribunal de Justiça da Venezuela em outubro de 2024, sem desenvolvimentos subsequentes.

23.2.4 Desenvolvimentos das investigações

FCPA Vários indivíduos e entidades são réus em um processo criminal na Índia relacionado à venda pela Embraer de três aeronaves AEW EMB-145 à Indian Defense Research & Development Organization. Tal transação foi investigada e seus resultados foram objeto de um acordo de liquidação entre a Embraer e as autoridades brasileiras e dos EUA em outubro de 2016, relacionado a violações civis e criminais do Foreign Corrupt Practices Act ou FCPA. A Directorate of Enforcement na Índia iniciou um processo criminal contra a Embraer e algumas de suas subsidiárias, bem como outros indivíduos e entidades não relacionados à Embraer. A Embraer e sua subsidiária ECC Investment Switzerland AG são partes nesse processo criminal, foram citadas em novembro de 2021 e estão devidamente representadas nos autos.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia acredita que não há base adequada para estimar provisões ou quantificar possíveis contingências relacionadas aos procedimentos e desenvolvimentos mencionados aqui.

23.2.5 Inquérito Civil - Ministério Público Federal

O Ministério Público Federal instaurou um inquérito civil para investigar possível colaboração da Embraer com o regime ditatorial brasileiro (1964 a 1985) durante o período em que a Embraer era uma empresa estatal sob o controle do governo brasileiro.

Considerando que a investigação acima mencionada está em sua fase inicial e, portanto, há evidências insuficientes para uma avaliação razoável de possíveis desenvolvimentos, a Companhia entende que, neste momento, não há base adequada para estimar provisões ou quantificar possíveis contingências relacionadas ao assunto.

23.2.6 Litígio em Delaware

Em março de 2025, uma ação derivativa de acionista intitulada Taylor v. Embraer Aircraft Holding, Inc., et al foi ajuizada no Court of Chancery do Estado de Delaware, contra a Embraer Aircraft Holding “EAH” e conselheiros e diretores executivos da Eve Holding, alegando reivindicações de violação de dever fiduciário relacionadas à colocação privada de ações ordinárias e warrants que foram emitidos em setembro de 2024. Na data deste relatório, o caso está suspenso (stay) enquanto a Suprema Corte de Delaware revisa a constitucionalidade da lei de Delaware alterada em discussão no caso. Considerando o estágio atual do caso, a Companhia entende que, neste momento, não há base adequada para estimar provisões ou quantificar possíveis contingências.

24. BENEFÍCIOS PÓS-APOSENTADORIA**Política contábil****Plano de contribuição definida**

Obrigações por contribuições a planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados.

Plano de benefício definido

A obrigação líquida da Companhia em relação a planos de benefício definido é calculada para cada plano estimando o valor do benefício futuro que os empregados auferiram nos períodos corrente e anteriores, descontando esse valor e deduzindo o valor justo de quaisquer ativos do plano.

O cálculo das obrigações de benefício definido é realizado anualmente por atuário independente pelo método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para a Companhia, o ativo reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de quaisquer reembolsos futuros do plano ou reduções em contribuições futuras ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, considera-se qualquer requisito mínimo de financiamento aplicável.

Remensurações do passivo líquido de benefício definido, que compreendem ganhos e perdas atuariais, o efeito do teto do ativo (se aplicável) e o retorno sobre ativos do plano (excluindo juros), são reconhecidas imediatamente em outros resultados abrangentes. Custos de serviço e juros líquidos são reconhecidos no resultado.

24.1 Obrigações de benefício definido

		12.31.2025	12.31.2024
Planos de benefícios de assistência médica pós-emprego no Brasil	24.1.1	36,5	31,6
Outros planos de benefícios pós-emprego oferecidos no exterior	(i)	2,8	2,8
		39,3	34,4

(i) Refere-se aos benefícios de pensão e médicos pós-emprego patrocinados pela Embraer Aircraft Holding, Inc. e ao plano de aposentadoria oferecido pela Embraer Aviation International - EAI.

24.1.1 Benefícios médicos pós-emprego no Brasil

A Embraer e algumas de suas subsidiárias brasileiras forneceram benefícios médicos pós-emprego a empregados e dependentes, que, com base em suas condições, são classificados como benefício pós-emprego.

Esse benefício concede aos empregados que se aposentam da Companhia a opção de permanecer no plano de saúde, desde que contribuam com o custo integral do benefício cobrado pela seguradora. No entanto, devido às regras de reajuste previstas na legislação brasileira, em certos momentos, as contribuições desses beneficiários podem não ser suficientes para cobrir os custos do plano de saúde e, portanto, representam uma exposição para a Companhia.

A tabela a seguir apresenta uma reconciliação dos saldos iniciais aos saldos finais:

	12.31.2025	12.31.2024
Saldo no início do exercício	31,6	46,1
Custo de serviço corrente	—	0,1
Despesa de juros	4,0	3,9
Perdas (ganhos) de remensuração:		
Perda por experiência	(2,6)	1,2
(Ganho) perda devido a mudança em premissas financeiras	1,4	(4,5)
Ganho devido a mudança em premissas demográficas	—	(4,5)
Benefícios pagos	(1,8)	(1,3)
Variação cambial	3,9	(9,4)
Saldo no final do exercício	36,5	31,6

As principais premissas atuariais usadas para mensurar a obrigação são as seguintes:

- ✈ Taxa de desconto: baseada nas taxas de títulos públicos brasileiros de longo prazo vinculados à inflação.
- ✈ Taxa de Tendência de Custos de Saúde: reflete o impacto do aumento de custos associado à introdução de novas tecnologias, medicamentos e uso acima da inflação oficial do país.
- ✈ Fator de envelhecimento: reflete o aumento no custo do plano devido ao envelhecimento da população.
- ✈ Tábua de mortalidade: é utilizada a tábua RP-2000 Combined Healthy Generational, que indica as taxas de mortalidade por faixa etária e gênero.
- ✈ Rotatividade: considera a Embraer Experience Table 2025. Em 31 de dezembro de 2025, a mensuração da obrigação considerou a T-3 Service Table disponibilizada pela Society of Actuaries.
- ✈ Probabilidade de aposentadoria: uma estimativa da probabilidade de aposentadoria por faixa etária.

	12.31.2025	12.31.2024
Taxa de desconto	7,09% a.a.	7,45% a.a.
Taxa de tendência de custos de saúde: inflação médica	3% a.a.	3% a.a.
Fator de envelhecimento	3% a.a.	3% a.a.

A duração média da obrigação ao final do período de reporte é de 10,99 anos (2024: 10,78 anos).

Em 31 de dezembro de 2025, mudanças razoavelmente possíveis (1%) em cada uma das premissas atuariais descritas abaixo, mantendo constantes as demais premissas, teriam aumentado ou reduzido a obrigação de benefício definido conforme mostrado abaixo:

	Aumento	Diminuição
Efeito na taxa de desconto	3,6	(4,4)
Efeito na inflação médica	(4,3)	3,6

24.2 Plano de contribuição definida

A Embraer e determinadas subsidiárias brasileiras patrocinam um plano de previdência de contribuição definida, que é administrado pela EMBRAER PREV – Sociedade de Previdência Complementar.

A obrigação da Companhia limita-se a fazer contribuições mensais com base em um percentual predefinido da remuneração dos empregados que optaram por participar do plano.

Em 2025, as contribuições da Companhia ao plano totalizaram US\$19,9 (2024: US\$17,8 e 2023: US\$17,3).

25. PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

Política contábil

A Companhia oferece planos de incentivo de longo prazo a seus diretores estatutários, executivos e empregados-chave como parte da remuneração, visando reter e atrair pessoal altamente qualificado, bem como permitir que pessoas que possam efetivamente contribuir para o melhor desempenho da Companhia tenham o direito de participar dos resultados de sua contribuição. A intenção também é assegurar a continuidade da administração da Companhia alinhando os interesses dos participantes aos dos acionistas.

Os planos de incentivo de longo prazo oferecidos pela Companhia são transações de pagamento baseado em ações, que podem ser liquidadas em dinheiro ou por meio da entrega de instrumentos patrimoniais.

A despesa (custo ou despesa, dependendo da função do participante) é reconhecida ao longo do período de vesting no resultado operacional, com base no valor justo das ações na data de concessão, com contrapartida no patrimônio líquido para transações de pagamento baseado em ações liquidadas com instrumentos patrimoniais, ou no passivo (outras contas a pagar, Nota 20) para transações baseadas em ações liquidadas em dinheiro.

O passivo é remensurado em cada data de reporte e na data de liquidação, com quaisquer mudanças no valor justo reconhecidas no resultado do período como resultados financeiros.

Embraer S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Em milhões de dólares dos EUA, salvo indicação em contrário

25.1 Transações de pagamento baseado em ações liquidadas em dinheiro

Os participantes estão sujeitos ao cumprimento de metas de desempenho corporativo e condições de serviço para adquirir o direito.

Abaixo, a posição de ações concedidas em aberto:

		12.31.2023	Movimentações em 2024				12.31.2024	Movimentações em 2025				12.31.2025	
Mês de Concessão	Mês de Vesting	Valor justo da ação na data de concessão R\$ (i)	Número de ações concedidas	Número concedido	Quantidade cancelada ou ajustada	Número liquidado	Número de ações concedidas (ii)	Valor justo do passivo US\$ (iii)	Número concedido	Quantidade cancelada ou ajustada	Número liquidado	Número de ações concedidas (ii)	Valor justo do passivo US\$ (iii)
Planos recorrentes													
03,2019	03,2024	19,30	164.969	—	—	(164.969)	—	—	—	—	—	—	—
03,2020	03,2025	16,95	341.214	—	(1.404)	(168.061)	171.749	1,5	—	(2.405)	(169.344)	—	—
03,2021	03,2024	11,29	1.960.022	—	—	(1.960.022)	—	—	—	—	—	—	—
03,2022	03,2025	17,61	2.039.084	—	—	—	2.039.084	17,3	—	(33.166)	(2.005.918)	—	—
03,2023	03,2026	16,35	3.359.022	—	—	—	3.359.022	18,6	—	165.703	—	3.524.725	52,2
03,2024	03,2027	22,95	—	2.537.146	—	—	2.537.146	6,4	—	(42.200)	—	2.494.946	23,9
03,2025	03,2028	62,98	—	—	—	—	—	—	1.042.952	—	—	1.042.952	4,5
Planos não recorrentes (iv)													
09,2022	09,2027	13,69	13.611.375	—	—	—	13.611.375	45,6	—	—	—	13.611.375	121,9
11,2022	11,2026	12,58	4.530.448	—	—	—	4.530.448	18,6	—	—	—	4.530.448	50,0
09,2023	09,2027	18,55	1.771.760	—	(9.935)	—	1.761.825	4,3	—	—	—	1.761.825	13,7
02,2024	02,2028	22,43	—	4.088.971	(99.386)	—	3.989.585	8,3	—	(16.179)	—	3.973.406	26,6
							32.000.234	120,6					30.939.677
													292,8

(i) O valor justo da ação na data de concessão é determinado com base no preço médio ponderado pelo volume (VWAP) das ações EMBJ3 negociadas na B3 durante os 30 pregões imediatamente anteriores ao 10º dia precedente à data em que o Conselho de Administração estabelece os respectivos valores.

(ii) O número de ações apresentado nesta coluna será reconhecido ao longo do período de vesting. Consequentemente, difere do número de ações mensuradas ao valor justo na data de reporte.

(iii) O valor justo da ação usado na mensuração do valor justo do passivo, no valor de US\$15,67 (2024: US\$9,07), foi determinado com base no preço médio ponderado pelo volume (VWAP) das ações EMBJ3 negociadas na B3 durante os 10 pregões iniciados no 15º dia do mês de referência relevante. Quando aplicável, dividendos efetivamente distribuídos, incluindo juros sobre capital próprio, são adicionados ao valor justo da ação. Esse valor, juntamente com os encargos de folha aplicáveis, é apresentado como outras contas a pagar (Nota 20).

(iv) Para participantes desses planos, adiantamentos são feitos em cada aniversário da data de concessão. Em 31 de dezembro de 2025, os adiantamentos feitos desde a data de concessão totalizam US\$32,2 (2024: US\$16,8), e o valor justo do passivo é apresentado líquido desse valor.

25.2 Transações de pagamento baseado em ações liquidadas com instrumentos patrimoniais

Esses planos são concedidos a empregados da Eve Holding e suas subsidiárias. O vesting do direito de receber ações (NYSE: EVEX) está sujeito ao atingimento de metas de desempenho, que podem incluir condições de mercado, bem como condições de serviço (variando de 2 a 5 anos).

O valor justo da ação na data de concessão é o preço de mercado da ação na data de concessão, exceto para planos que incluem condições de mercado. Nesses casos, uma simulação de Monte Carlo é usada para estimar o valor justo da ação na data de concessão.

Em 31 de dezembro de 2025, o número de ações concedidas, mas sem vesting sem condições de mercado é de 2.727.902 (2024: 1.972.220), com preço médio ponderado na data de concessão de US\$6,36 (2024: US\$7,30), e vida média remanescente de 1,8 anos (2024: 2,3 anos). Na mesma data, o número de ações concedidas, mas sem vesting com condições de mercado é de 552.234 (2024: 526.830), com preço médio ponderado na data de concessão de US\$12,53 (2024: US\$12,53), e vida média remanescente de 1,8 anos (2024: 2,8 anos).

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**Política contábil****Reconhecimento e mensuração inicial**

Contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas na data em que se originam. Todos os demais ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja uma conta a receber comercial sem componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo mais ou menos, para item que não esteja ao valor justo por meio do resultado ("FVTPL"), custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Uma conta a receber comercial sem componente de financiamento significativo é inicialmente mensurada pelo preço da transação.

Classificação, mensuração subsequente e baixa Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como subsequentemente mensurado ao: custo amortizado; valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"); ou FVTPL.

Ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia mude seu modelo de negócios para gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro período de reporte após a mudança no modelo de negócios.

Ativos financeiros são baixados quando:

- ✈ Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- ✈ A Companhia transfere os direitos contratuais de receber fluxos de caixa de um ativo financeiro em uma transação na qual: substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro ou a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro e não tem controle sobre o ativo financeiro.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as seguintes condições:

- ✈ É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos para receber fluxos de caixa contratuais; e
- ✈ Seus termos contratuais dão origem em datas específicas a fluxos de caixa que são exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Esses ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo. Receita de juros calculada pelo método da taxa efetiva de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros ganhos e perdas

líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (“OCI”). Na baixa, ganhos e perdas acumulados em OCI são reclassificados para o resultado.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou como FVOCI são classificados ao FVTPL. Esses ativos incluem ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente e instrumentos financeiros derivativos. Receita de juros e dividendos decorrentes de ativos financeiros mensurados ao FVTPL são reconhecidos no resultado. Ver Nota 7 para ativos financeiros em hedge accounting.

Avaliação do modelo de negócios

A Companhia avalia o objetivo do modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros como parte da classificação contábil dos instrumentos. Os fatores considerados nessa avaliação são:

- ✈ A política financeira atual e os objetivos definidos para a gestão da carteira, que incluem avaliar se a estratégia foca em receita de juros contratuais, manutenção de determinado perfil de taxa de juros, a relação entre a duração dos ativos financeiros e passivos relacionados, saídas de caixa esperadas ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos financeiros subjacentes.
- ✈ Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração.
- ✈ Riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios e como são gerenciados.
- ✈ A frequência, volume e momento das vendas de ativos em períodos anteriores, as razões para tais transações e expectativas futuras.

Avaliação se fluxos de caixa contratuais são exclusivamente pagamentos de principal e juros

Para avaliar se fluxos de caixa contratuais são exclusivamente pagamentos de principal e juros, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial, e juros como contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo, o risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante os termos contratuais, outros riscos e custos gerais de empréstimos, bem como a margem de lucro na transação.

A Companhia considera os termos contratuais do ativo financeiro para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são exclusivamente pagamentos de principal e juros. Isso inclui avaliar se o ativo financeiro contém termo contratual que poderia alterar o momento ou valor dos fluxos de caixa contratuais de modo que não atenderia a essa condição.

Essa avaliação inclui eventos contingentes, termos que podem ajustar taxas contratuais, pré-pagamento e extensão de vencimentos, e termos que limitam o acesso da Companhia aos fluxos de caixa de ativos específicos.

Passivos financeiros

Passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado ou FVTPL. Um passivo financeiro é mensurado ao FVTPL se for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros ao FVTPL são mensurados ao valor justo e ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado.

Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Despesa de juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

Passivos financeiros são baixados quando as obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas. A diferença entre o valor contábil de um passivo financeiro extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Ver Nota 7 para passivos financeiros em hedge accounting.

Compensação

Ativos ou passivos financeiros são compensados, e seu valor líquido é apresentado na demonstração da posição financeira quando, e somente quando, a Companhia atualmente tem um direito legalmente exigível de compensar os valores e pretende liquidá-los em base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

26.1 Classificação contábil e valor justo de instrumentos financeiros

Valor justo é o preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes de mercado na data de mensuração no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi determinado usando informações de mercado disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. No entanto, julgamento considerável é necessário na interpretação de dados de mercado para gerar estimativas de valores justos. Consequentemente, as estimativas apresentadas abaixo não são necessariamente indicativas dos valores que poderiam ser realizados na troca de mercado atual. O uso de diferentes premissas e/ou metodologias poderia ter efeito material nos valores realizáveis estimados.

Os métodos abaixo foram usados para estimar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Caixa e equivalentes de caixa: valor de mercado.

Investimentos financeiros: fluxo de caixa descontado, valor de mercado e múltiplo de mercado.

Instrumentos financeiros derivativos e warrants: ver Nota 7.

Financiamento a clientes: fluxo de caixa descontado.

Empréstimos e financiamentos: O valor justo de bonds é o preço unitário no último dia de negociação ao final do período de reporte multiplicado pela quantidade emitida.

Para outros empréstimos e financiamentos, o valor justo é baseado no valor dos fluxos de caixa contratuais e a taxa de desconto usada baseia-se na taxa para contratação de nova transação em condições semelhantes ou, na ausência dela, na curva futura para o fluxo de cada obrigação.

Ao mensurar o valor justo de um instrumento financeiro, a Companhia utiliza dados de mercado observáveis tanto quanto possível. Valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nos inputs usados nas técnicas de avaliação, sendo:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos aos quais a Companhia possa ter acesso na data de mensuração.

Nível 2: informações, exceto preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo diretamente (preços) ou indiretamente (derivadas de preços).

Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não se baseiam em dados observáveis de mercado.

Não houve transferências entre níveis em 2025 e 2024.

As tabelas a seguir apresentam o valor contábil e os valores justos dos instrumentos financeiros, incluindo seus níveis na hierarquia de valor justo. Não inclui informações de valor justo para instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo se o valor contábil for uma aproximação razoável do valor justo:

Embraer S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Em milhões de dólares dos EUA, salvo indicação em contrário

12.31.2025

12.31.2025		Instrumentos Financeiros ao custo amortizado								
	Nota	Custo Amortizado	Valor justo (i)	FVPL	FVOCI	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor justo total
Ativo										
Caixa e equivalentes de caixa	5,1	1.948,7	—	—	1,1	1.949,8	—	1,1	—	1,1
Investimentos financeiros	5,2									
Títulos públicos		66,4	—	—	—	66,4	—	—	—	—
Títulos privados		71,1	—	5,3	—	76,4	—	5,3	—	5,3
Notas Estruturadas		—	—	243,4	—	243,4	—	243,4	—	243,4
Fundos de investimento		—	—	12,4	108,4	120,8	—	120,8	—	120,8
Depósito a prazo fixo		381,6	—	—	—	381,6	—	—	—	—
Outros		—	—	76,3	—	76,3	76,3	—	—	76,3
Contas a receber de clientes	6	291,1	—	—	—	291,1	—	—	—	—
Instrumentos financeiros derivativos	7	—	—	0,8	7,9	8,7	—	8,7	—	8,7
Financiamento a clientes	8	8,0	7,1	—	—	8,0	—	—	7,1	7,1
Outros ativos										
Empréstimos concedidos (ii)	10(i)	87,0	45,0	—	—	87,0	—	—	45,0	45,0
Outros		203,1	—	—	—	203,1	—	—	—	—
		3.057,0	52,1	338,2	117,4	3.512,6	76,3	379,3	52,1	507,7
Passivo										
Instrumentos financeiros derivativos	7	—	—	62,2	2,6	64,8	5,7	59,1	—	64,8
Contas a pagar a fornecedores	16	1.116,8	—	—	—	1.116,8	—	—	—	—
Contas a pagar a fornecedores- Arranjos de financiamento de fornecedores	17	62,9	—	—	—	62,9	—	—	—	—
Empréstimos e financiamentos	18	2.593,8	2.769,2	—	—	2.593,8	1.989,3	779,9	—	2.769,2
Outras contas a pagar	20	231,6	—	—	—	231,6	—	—	—	—
		4.005,1	2.769,2	62,2	2,6	4.069,9	1.995,0	839,0	—	2.834,0

Embraer S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Em milhões de dólares dos EUA, salvo indicação em contrário

12.31.2024	Instrumentos Financeiros ao custo amortizado			FVPL	FVOCI	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor justo total
	Nota	Custo Amortizado	Valor justo (i)							
Ativo										
Caixa e equivalentes de caixa	5,1	1.561,9	—	—	1,1	1.563,0	—	1,1	—	1,1
Investimentos financeiros	5,2									
Títulos públicos		66,5	—	—	—	66,5	—	—	—	—
Títulos privados		76,5	—	23,4	—	99,9	—	23,4	—	23,4
Notas estruturadas		—	—	133,2	—	133,2	—	133,2	—	133,2
Fundos de investimento		—	—	21,9	103,3	125,2	—	125,2	—	125,2
Depósito a prazo fixo		468,2	—	—	—	468,2	—	—	—	—
Outros		—	—	95,0	—	95,0	—	—	95,0	95,0
Contas a receber de clientes	6	322,8	—	—	—	322,8	—	—	—	—
Instrumentos financeiros derivativos	7	—	—	13,2	—	13,2	—	13,2	—	13,2
Outros ativos		109,9	—	—	—	109,9	—	—	—	—
Financiamento a clientes	8	32,3	—	0,1	—	32,4	—	—	0,1	0,1
		2.638,1	—	286,8	104,4	3.029,3	—	296,1	95,1	391,2
Passivo										
Instrumentos financeiros derivativos	7	—	—	86,2	17,6	103,8	4,0	99,8	—	103,8
Contas a pagar a fornecedores	16	966,3	—	—	—	966,3	—	—	—	—
Contas a pagar a fornecedores- Arranjos de financiamento de fornecedores	17	43,3	—	—	—	43,3	—	—	—	—
Empréstimos e financiamentos	18	2.491,1	2.566,1	—	—	2.491,1	1.835,5	730,6	—	2.566,1
Outras contas a pagar	20	125,3	—	—	—	125,3	—	—	—	—
		3.626,0	2.566,1	86,2	17,6	3.729,8	1.839,5	830,4	—	2.669,9

(i) O valor justo é divulgado apenas para fins informativos, pois o valor contábil não representa uma aproximação razoável do valor justo.

(ii) Do valor total mensurado ao custo amortizado, US\$51,7 (valor contábil) tem valor justo correspondente de US\$45,0.

A tabela a seguir apresenta uma reconciliação dos saldos iniciais aos saldos finais para valores justos de Nível 3:

	Ativo	Passivo
Em 31.12.2023	109,6	15,1
Reversão	—	(16,8)
Variação cambial	—	(3,3)
Ajuste a valor justo	(14,5)	5,0
Em 31.12.2024	95,1	—
Reversão (i)	(100,8)	—
Ajuste a valor justo	5,7	—
Em 31.12.2025	—	—

(i) Refere-se principalmente ao investimento financeiro baixado. Para mais informações, ver Nota 5.2(vi).

O input não observável significativo usado na mensuração do valor justo de empréstimos concedidos e financiamento a clientes é a taxa de desconto, derivada da taxa livre de risco mais um spread de crédito para o período da transação.

Para a taxa livre de risco, o U.S. Treasury Bond de 10 anos é usado na data da transação. O spread de crédito é estimado com base na perda esperada da transação e ajustado por um coeficiente que reflete riscos não quantificáveis ou aversão sistêmica a risco.

Se a mudança razoavelmente possível, uma redução de 0,55% na taxa do U.S. Treasury Bond, fosse aplicada ao input não observável significativo, enquanto todos os demais inputs permanecessem inalterados, o valor justo resultante dos empréstimos concedidos e financiamento a clientes seria de US\$52,7.

26.1.1 Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia possui e segue uma política de gestão de riscos, que envolve a diversificação de transações e contrapartes, com o objetivo de identificar os riscos relacionados a transações financeiras, bem como as diretrizes operacionais relacionadas a essas transações financeiras. A política prevê monitoramento e gestão regulares da natureza e situação geral dos riscos financeiros para avaliar os resultados e o impacto financeiro sobre os fluxos de caixa. Os limites de crédito e a classificação de risco das contrapartes também são revisados periodicamente.

A política de gestão de riscos da Companhia faz parte da política de gestão financeira estabelecida pelos Diretores Executivos e aprovada pelo Conselho de Administração e prevê monitoramento por um Comitê de Gestão Financeira. Sob essa política, os riscos de mercado são mitigados quando não há elementos de compensação nas operações da Companhia e quando é considerado necessário apoiar a estratégia corporativa. Os procedimentos de controle interno da Companhia preveem monitoramento e supervisão consolidados dos resultados financeiros e do impacto nos fluxos de caixa.

O Comitê de Gestão Financeira auxilia o Departamento Financeiro no exame e revisão de informações relacionadas ao cenário econômico e seu potencial impacto nas operações da Companhia, incluindo políticas, procedimentos e práticas significativas de gestão de riscos.

A política de gestão de riscos financeiros inclui o uso de instrumentos financeiros derivativos (Nota 7) para mitigar riscos de flutuações nas taxas de câmbio e preços de ações. O uso desses instrumentos para fins especulativos é proibido.

26.1.2 Gestão de capital

A Companhia utiliza gestão de capital para assegurar a continuidade de seu programa de investimentos, oferecer retorno a seus acionistas e benefícios a seus stakeholders, e manter uma estrutura de capital otimizada para reduzir custos.

A Companhia pode revisar sua política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações ou vender ativos para manter ou ajustar sua estrutura de capital (por exemplo, redução de endividamento).

Liquidez e o nível de alavancagem são monitorados para mitigar risco de refinanciamento e maximizar o retorno aos acionistas. A relação entre a liquidez e o retorno aos acionistas pode ser alterada conforme avaliação do Conselho de Administração.

26.1.3 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de uma contraparte de uma transação não cumprir uma obrigação estabelecida em um instrumento financeiro, ou na negociação de vendas a clientes, levando a uma perda financeira. A Companhia está exposta a risco de crédito em suas atividades operacionais, caixa mantido em bancos e outros investimentos em instrumentos financeiros mantidos em instituições financeiras.

➔ Caixa e equivalentes de caixa e investimentos financeiros

O risco de crédito de caixa e equivalentes de caixa e investimentos financeiros que são gerenciados pelo Departamento Financeiro está de acordo com a política de gestão de riscos. O limite de crédito de

contrapartes é revisado para não exceder os limites estabelecidos, mitigando possíveis perdas geradas pela falência de uma contraparte, assim como transações são realizadas com contrapartes com investment grade por agências de classificação de risco (*Fitch, Moody's e Standard and Poor's*). O Comitê de Gestão Financeira auxilia o Departamento Financeiro no exame e revisão de operações com contrapartes.

➔ **Contas a receber comerciais, ativos de contrato e financiamento a clientes**

A Companhia pode incorrer em perdas em contas a receber decorrentes de faturamento de peças de reposição e serviços a clientes. Para reduzir o risco de crédito associado a vendas a prazo, é realizada a respectiva análise de risco de crédito, que considera aspectos qualitativos, incluindo experiência de transações passadas e outros aspectos quantitativos, quando aplicável, com base em informações financeiras, ratings das principais agências de crédito, probabilidade de inadimplência e informações públicas disponíveis. Qualquer aumento de risco e/ou atraso de pagamento pelo cliente pode impactar a continuidade do fornecimento de peças e serviços, o que pode impossibilitar a operação da aeronave.

A Companhia aplica a abordagem simplificada para mensurar as perdas de crédito esperadas em relação a contas a receber de clientes que não possuem componente de financiamento significativo (Nota 6). Usando a técnica de matriz de provisão, agrupamentos apropriados de contas a receber são realizados em categorias de características de risco de crédito compartilhadas, para determinado período, para determinar taxas históricas de perda e considerar fatores macroeconômicos prospectivos, com o objetivo de ajustar taxas históricas para refletir condições econômicas futuras relevantes.

O cálculo das taxas de perda por agrupamento de contas a receber é realizado de acordo com o aging dos recebimentos, de modo que esse fator aumenta gradualmente à medida que o título permanece inadimplente na carteira. As contas a receber comerciais da Companhia são compostas predominantemente por recebíveis do segmento de Serviços e Suporte, que se referem à venda de peças de reposição e serviços prestados à carteira de clientes da Companhia. Dado esse contexto, a matriz de provisão e as respectivas taxas de perda foram determinadas por subgrupos dentro do segmento de Serviços e Suporte da seguinte forma:

	Taxa de perdas de crédito esperadas				
	Aviação Comercial	Aviação Executiva	Defesa e Segurança	OGMA	Outros
Não vencido	0,35 %	0,14 %	0,20 %	0,55 %	1,16 %
Até 90 dias	0,65 %	0,33 %	0,83 %	1,64 %	2,60 %
De 91 a 180 dias	21,57 %	9,14 %	14,35 %	11,22 %	7,65 %
Mais de 180 dias	42,36 %	23,09 %	21,78 %	20,49 %	30,95 %

A variação na provisão para perdas de crédito esperadas em relação a contas a receber comerciais foi a seguinte:

	12.31.2025	12.31.2024	12.31.2023
Saldo inicial	(12,2)	(9,8)	(12,6)
(Adições)/Reversão	0,1	(5,5)	(1,8)
Baixa (i)	6,6	2,6	4,6
Variação cambial	(1,1)	0,5	—
Saldo final	(6,6)	(12,2)	(9,8)

Embraer S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Em milhões de dólares dos EUA, salvo indicação em contrário

A tabela a seguir fornece informações sobre a exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas para contas a receber comerciais:

	Não vencido	Vencido			Perdas de crédito esperadas	Total
		Até 90 dias	De 91 a 180 dias	Acima de 180 dias		
Em 31 de dezembro de 2025						
Aviação Comercial	76,7	14,2	1,7	1,1	(2,9)	90,8
Defesa e Segurança	65,6	3,5	—	3,7	(1,6)	71,2
Aviação Executiva	63,9	3,9	1,5	1,7	(1,0)	70,0
OGMA	30,3	1,1	0,6	—	(0,2)	31,8
Outros	24,8	2,0	0,8	0,6	(0,9)	27,3
	261,3	24,7	4,6	7,1	(6,6)	291,1
Em 31 de dezembro de 2024						
Aviação Comercial	176,2	9,8	9,9	5,6	(9,1)	192,4
Defesa e Segurança	14,0	0,3	2,2	12,0	(0,5)	28,0
Aviação Executiva	45,8	5,7	0,5	0,1	(1,6)	50,5
OGMA	23,9	4,9	2,3	3,2	(0,5)	33,8
Outros	14,4	3,5	0,4	0,3	(0,5)	18,1
	274,3	24,2	15,3	21,2	(12,2)	322,8

Em 31 de dezembro de 2025, a diminuição dos valores vencidos é atribuível à compensação de determinadas garantias.

Para ativos de contrato, dados econômicos de clientes são incorporados à análise de perda de crédito esperada, que inclui ratings avaliados pelas principais agências de crédito, a fim de capturar de forma assertiva fatores prospectivos que podem impactar a carteira de recebíveis. Em 31 de dezembro de 2025, o fator de perda de crédito esperada aplicado a esses clientes foi de 4,21% (2024: 4,69%).

Contas a receber comerciais e ativos de contrato são baixados quando não há expectativa razoável de recuperação, seja no todo ou em parte. Indicadores de que não há expectativa razoável de recuperação incluem, entre outros, a incapacidade do devedor de entrar em um plano de renegociação de dívida ou o esgotamento de todos os procedimentos legais de cobrança disponíveis.

A abordagem geral é aplicada para mensurar a perda de crédito esperada sobre recebíveis reconhecidos como financiamento a clientes (Nota 8). A perda de crédito esperada é estimada com base no prazo integral dos contratos, considerando a probabilidade de perda e o risco de crédito da contraparte, avaliados contrato a contrato e atualizados em cada data de reporte. O valor justo das garantias contratuais é considerado como cobertura e redução do risco assumido, parcial ou integralmente, e da perda de crédito esperada calculada usando a metodologia da Companhia.

A variação na provisão para perdas de crédito esperadas em relação a financiamento a clientes foi a seguinte:

	12.31.2025	12.31.2024	12.31.2023
Saldo inicial	(8,7)	(3,4)	(24,0)
Baixas (i)	10,9	—	—
(Adições)/Reversão	(2,2)	(5,3)	20,6
Saldo final	—	(8,7)	(3,4)

(i) Refere-se à baixa efetiva de um saldo de crédito em aberto de um cliente específico, pois não há expectativa razoável de recuperação, seja no todo ou em parte.

26.1.4 Risco de liquidez

Este é o risco de a Companhia não ter fundos suficientes para honrar seus compromissos financeiros como resultado de um descasamento de prazos ou volumes de recebimentos e pagamentos estimados. Projeções e premissas são estabelecidas para gerenciar a liquidez de caixa em US\$ e R\$, de acordo com a política de gestão financeira, com base em contratos para desembolsos e recebimentos futuros, e monitoradas periodicamente pela Companhia.

Conforme descrito na Nota 17, a Companhia possui arranjos de financiamento de fornecedores que são caracterizados por instituições financeiras que oferecem pagar os valores que a Companhia deve a seus fornecedores, e a Companhia concorda em pagar, de acordo com os termos e condições dos arranjos, na mesma data em que os fornecedores são pagos ou em data posterior. Esses arranjos permitem que a Companhia centralize pagamentos de fornecedores a financiadores em vez de pagar cada fornecedor individualmente. A Administração não considera que arranjos de financiamento de fornecedores resultem em concentração excessiva de risco de liquidez.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir estão os vencimentos contratuais remanescentes de passivos financeiros na data de reporte. Os valores são brutos e não descontados e incluem pagamentos de juros contratuais.

Para passivos financeiros indexados a taxas fixas, despesas de juros foram calculadas com base na taxa de juros estabelecida em cada contrato. Para passivos financeiros indexados a taxas flutuantes, despesas de juros foram calculadas com base na previsão de mercado para cada período.

	Fluxos de caixa contratuais					
	Valor contábil	Total	Menos de um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Mais de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2025						
Empréstimos e financiamentos	2.593,8	4.015,7	199,8	585,6	669,0	2.561,3
Contas a pagar a fornecedores	1.116,8	1.116,8	1.116,8	—	—	—
Contas a pagar a fornecedores - arranjos de financiamento de fornecedores	62,9	62,9	62,9	—	—	—
Passivos de arrendamento	118,1	118,1	20,7	44,2	21,0	32,2
Outras contas a pagar	231,6	231,6	140,2	88,5	0,3	2,6
Instrumentos financeiros derivativos	64,8	64,8	5,4	59,0	—	0,4
Total	4.188,0	5.609,9	1.545,8	777,3	690,3	2.596,5

Linha de crédito disponível

Em fevereiro de 2024, a Companhia celebrou uma linha de financiamento com o BNDES no valor de R\$500 milhões (equivalente a US\$90,9), com vencimento em março de 2040, que, quando sacada, rende juros de 2,20% a.a. acima da TR (Taxa Referencial) e 1,10% a.a. mais TFBD (Taxa Fixa do BNDES em US\$) publicada pelo BNDES. Em 31 de dezembro de 2025, R\$112 milhões (equivalente a US\$20,4) dessa linha de crédito haviam sido desembolsados. Esse valor é apresentado em empréstimos e financiamentos (Nota 18).

Em maio de 2025, a Companhia celebrou uma linha de financiamento com a FINEP no valor de R\$331 milhões (equivalente a US\$60,2), com vencimento em abril de 2041, que, quando sacada, rende juros de 2,30% ao ano mais a TR (Taxa Referencial). Em 31 de dezembro de 2025, R\$99 milhões (equivalente a US\$18,2) dessa linha haviam sido desembolsados. Esse valor é apresentado como empréstimos e financiamentos (Nota 18).

Adicionalmente, a Companhia possui uma linha de crédito rotativo de US\$1.000,0 com vencimento em agosto de 2029. Essa linha de crédito rotativo, negociada com 17 instituições financeiras internacionais, quando sacada, rende juros à SOFR mais um spread variável de 0,95% a 1,70% a.a., dependendo do rating de crédito corporativo da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025, nenhum valor havia sido sacado no âmbito dessa linha de crédito.

26.1.5 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que mudanças em preços de mercado, como taxas de juros e taxas de câmbio, afetem os lucros da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. A Companhia usa derivativos para gerenciar riscos de mercado (Nota 7).

Risco de taxa de juros

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas na flutuação de taxas de juros flutuantes, que poderiam aumentar despesas financeiras, e/ou diminuir receitas financeiras, bem como impactar negativamente o valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo. Os instrumentos financeiros sujeitos a risco de taxa de juros são:

- ✈ **Caixa, equivalentes de caixa e investimentos financeiros:** a política da Companhia para gerenciar o risco de flutuações nas taxas de juros sobre investimentos financeiros é manter um sistema para mensurar risco de mercado, que consiste em uma análise agregada de uma variedade de fatores de risco que poderiam afetar o retorno desses investimentos.
- ✈ **Empréstimos e financiamentos:** a Companhia monitora mercados financeiros com o propósito de avaliar estruturas de hedge (transações derivativas) em conformidade com a política financeira e de gestão de riscos para proteger seus riscos de exposição à volatilidade em moeda estrangeira e taxas de juros.

Em 31 de dezembro de 2025, caixa, equivalentes de caixa, investimentos financeiros e empréstimos e financiamentos estavam indexados da seguinte forma, considerando o fluxo de caixa contratual dos instrumentos (sem o efeito de derivativos) e o fluxo de caixa alterado por instrumentos financeiros derivativos (com o efeito de derivativos):

	Taxa Fixa		Indexado flutuante		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Caixa, equivalentes de caixa e investimentos financeiros	2.727,6	93,58 %	187,1	6,42 %	2.914,7	100,00 %
Empréstimos e financiamentos	2.339,3	90,19 %	254,5	9,81 %	2.593,8	100,00 %

	Excluindo o efeito de derivativos		Incluindo o efeito de derivativos	
	Valor	%	Valor	%
Investimentos financeiros	187,1	100,00 %	187,1	100,00 %
CDI	187,1	100,00 %	187,1	100,00 %
Empréstimos e financiamentos	254,5	100,00 %	254,5	100,00 %
CDI	3,8	1,49 %	3,8	1,49 %
SIFMA	18,1	7,11 %	18,1	7,11 %
EURIBOR	0,2	0,08 %	0,2	0,08 %
SOFR	196,8	77,33 %	205,2	80,63 %
TR	35,6	13,99 %	27,2	10,69 %

Risco cambial

As operações da Companhia mais expostas a ganhos/perdas cambiais são aquelas denominadas em R\$ (principalmente custos de mão de obra, questões tributárias, fornecedores e investimentos financeiros), bem como investimentos em subsidiárias em moedas diferentes do US\$.

A política da Companhia para proteção contra riscos cambiais baseia-se principalmente em buscar manter equilíbrio entre ativos e passivos indexados em cada moeda e gestão de compras e vendas de moeda estrangeira para assegurar que, na realização das transações contratadas, esse hedge natural ocorra.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Em milhões de dólares dos EUA, salvo indicação em contrário

Essa política minimiza o efeito de mudanças cambiais sobre ativos e passivos já contratados, mas não protege contra o risco de flutuações em resultados futuros devido à valorização ou desvalorização do real ou outras moedas que podem, quando mensuradas em dólares, resultar em aumento ou redução da parcela de custos denominados em reais ou outras moedas.

A Companhia, em determinadas condições de mercado, pode decidir proteger possíveis descasamentos futuros de despesas ou receitas em outras moedas para minimizar o impacto de variações cambiais nos resultados. Para minimizar o risco cambial sobre instrumentos financeiros denominados em moedas diferentes da moeda funcional, a Companhia pode contratar transações com instrumentos derivativos.

Abaixo estão os valores de instrumentos financeiros denominados por moeda:

	31.12.2025				31.12.2024			
	R\$	US\$	Euro	Outras moedas	R\$	US\$	Euro	Outras moedas
Caixa e equivalentes de caixa	210,8	1.714,8	21,2	3,0	105,2	1.447,2	4,3	6,4
Investimento financeiro	—	781,3	183,6	—	—	988,0	—	—
Contas a receber de clientes	28,7	231,5	20,6	10,3	29,3	270,2	15,7	7,6
Financiamento a clientes	—	8,0	—	—	18,9	13,5	—	—
Instrumentos financeiros derivativos	8,7	—	—	—	10,7	—	2,5	—
Outros ativos	29,9	253,4	6,5	0,3	22,7	81,6	5,3	0,3
Contas a pagar a fornecedores	(147,0)	(931,1)	(34,2)	(4,5)	(116,2)	(812,9)	(30,7)	(6,5)
Contas a pagar a fornecedores - arranjos de financiamento de fornecedores	(32,9)	(30,0)	—	—	(20,4)	(22,9)	—	—
Empréstimos e financiamentos	(78,2)	(2.378,0)	(137,6)	—	(23,7)	(2.444,2)	(23,2)	—
Outras contas a pagar	(25,8)	(194,5)	(10,9)	(0,4)	(15,0)	(104,8)	(5,3)	(0,3)
Instrumentos financeiros derivativos	(2,9)	(59,1)	(2,8)	—	(17,8)	(86,0)	—	—
Exposição líquida	(8,7)	(603,7)	46,4	8,7	(6,3)	(670,3)	(31,4)	7,5

26.1.6 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado relevante ao qual a Companhia está exposta em 31 de dezembro de 2025 considera cenários razoavelmente possíveis para mudanças em variáveis e apresenta os impactos correspondentes, antes dos impostos, no resultado e no patrimônio líquido.

A análise de sensibilidade não considera a interdependência entre riscos variáveis; portanto, as estimativas fornecidas não refletem necessariamente os valores que poderiam ser determinados nas próximas demonstrações financeiras consolidadas. Isso se deve à probabilidade prática de que uma mudança em um risco afetará outros, dada sua correlação.

O horizonte para aplicação da análise de sensibilidade considera o vencimento da transação se for inferior a 12 meses, caso contrário o horizonte é de 12 meses. As premissas adotadas incluem:

- ✈ Manutenção das transações até o vencimento.
- ✈ Uso das projeções médias de mercado indicadas por curvas de mercado (moedas e taxas de juros) da B3, bem como dados disponíveis de uma fonte independente (Bloomberg), para os indicadores: DI (Taxa de Depósito

Embraer S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Em milhões de dólares dos EUA, salvo indicação em contrário

Interbancário), SOFR (Secured Overnight Financing Rate), EURIBOR (Euro Interbank Offered Rate) e taxas de câmbio.

- ✈ Na ausência de divulgação de projeção SIFMA (Security Industry/Financial Market Association), uso da variação na projeção SOFR como referência, devido à correlação positiva entre os dois indicadores.
- ✈ Devido à falta de divulgação de projeções da TR (Taxa Referencial), usamos a curva TBF (Taxa Básica Financeira) disponibilizada pela B3 para calcular a projeção da TR.
- ✈ Aplicação de simulação de Monte Carlo para projetar preços de ações.

Transações sujeitas a taxas de juros fixas não são incluídas na análise de sensibilidade.

	Valor exposto em 31.12.2025 ¹	Ganhos (Perdas) Razoavelmente Possíveis ²	
		Resultado	Patrimônio líquido
Risco de taxa de juros			
DI			
Caixa e equivalentes de caixa e investimentos financeiros	187,1	(31,4)	—
Empréstimos e financiamentos	(3,8)	0,6	—
EURIBOR			
Empréstimos e financiamentos	(0,2)	—	—
SIFIMA			
Empréstimos e financiamentos	(18,1)	2,7	—
SOFR			
Empréstimos e financiamentos	(205,2)	30,2	—
TR			
Empréstimos e financiamentos	(27,2)	2,7	—
Risco de taxas de câmbio			
BRL			
Caixa, equivalentes de caixa e investimentos financeiros	210,8	15,2	—
Outros ativos	281,7	20,4	—
Empréstimos e financiamentos	(78,2)	(5,7)	—
Outros passivos	(453,4)	(32,8)	—
Instrumentos derivativos	5,3	—	(15,4)
EURO			
Instrumentos derivativos	(2,8)	(0,1)	—
Risco de mercado			
EMBR			
Instrumentos derivativos	0,8	3,6	—
EVEX			
Instrumentos derivativos	(59,0)	2,9	—

(1) Os valores expostos em 31 de dezembro de 2025 consideram: DI – 14,90%; EURIBOR – 1,94%; SIFMA – 2,36%; SOFR – 3,87%; TR – 2,11%; taxa de câmbio US\$/BRL de R\$5,50 e EURO/US\$ de US\$1,18; EMBJ de R\$88,60 e EVEX de US\$3,99.

(2) O cenário razoavelmente possível considera: DI – 12,40%; EURIBOR – 2,24%; SIFMA – 2,01%; SOFR – 3,30%; TR – 1,89%; taxa de câmbio US\$/BRL de R\$5,90 e EURO/US\$ de US\$1,12; EMBJ de R\$101,47 e EVEX de US\$4,13.

27. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

27.1 Capital

O capital subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 era de US\$1.551,6 e compreendia 740.465.044 ações ordinárias, sem valor nominal, das quais 17.698.905 (2024: 5.832.238) ações eram mantidas em tesouraria.

O capital pode ser aumentado até 1.000.000.000 ações ordinárias.

Cada ação ordinária geralmente confere um voto na assembleia geral de acionistas, considerando que:

- ✈ nenhum acionista ou grupo de acionistas, brasileiro ou estrangeiro, pode exercer votos representando mais de 5% do número total de ações em que o capital social da Companhia está dividido; e
- ✈ o grupo de acionistas estrangeiros não pode exercer, em qualquer reunião da Assembleia Geral de Acionistas, um número de votos superior a dois terços do total de votos que possam ser exercidos pelos acionistas brasileiros presentes.

27.2 Golden Share

O Governo Federal Brasileiro detém uma ação ordinária de classe especial (golden share) que confere poder de veto sobre determinadas matérias.

27.3 Ações em tesouraria

Ações em tesouraria representam os próprios instrumentos patrimoniais da Embraer recomprados para manutenção em tesouraria, cancelamento ou venda subsequente no mercado ou uso no cumprimento de obrigações ou proteção de compromissos relacionados a planos de pagamento baseado em ações (ver Nota [25.1](#)). Enquanto permanecem em tesouraria, todos os direitos políticos e econômicos dessas ações ficam suspensos.

Durante o exercício social, 11.866.667 ações (EMBJ3) foram recompradas por US\$186,8, incluindo custos de transação. Assim, em 31 de dezembro de 2025, a Embraer detinha 17.698.905 (2024: 5.832.238) ações ordinárias (EMBJ3) em tesouraria, mensuradas ao custo histórico de US\$215,0 (2024: US\$28,2).

Em 31 de dezembro de 2025, o valor justo das ações mantidas em tesouraria é de US\$285,0 (2024: US\$53,1).

27.4 Reservas de lucros

Subvenções governamentais: essa reserva foi estabelecida de acordo com a Lei das Sociedades por Ações brasileira e corresponde à apropriação da parcela de lucros acumulados decorrentes de subvenções governamentais recebidas pela Companhia, que não podem ser distribuídas aos acionistas como dividendos. Esses valores são reconhecidos no resultado dentro da mesma rubrica de despesa à qual a subvenção se relaciona. Tais subsídios são excluídos da base de cálculo dos dividendos obrigatórios. Em 31 de dezembro de 2025, a reserva de subvenções governamentais totalizava US\$49,0 (2024: US\$49,0).

Reserva legal: estabelecida anualmente por meio da alocação de 5% do lucro líquido do exercício e limitada a 20% do capital social, ou 30% quando combinada com reservas de capital. Em 31 de dezembro de 2025, a reserva legal totalizava US\$224,6 (2024: US\$207,0).

Reserva para investimentos e capital de giro: destina-se a: (i) assegurar recursos para investimentos em ativos permanentes, sem prejuízo aos lucros retidos nos termos da Lei das Sociedades por Ações brasileira; (ii) reforçar capital de giro; (iii) ser usada no resgate, reembolso ou aquisição de ações do capital da Companhia; e (iv) ser distribuível aos acionistas da Companhia.

Reservas de lucros são estabelecidas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações brasileira e o Estatuto Social da Embraer. Essas reservas devem ser calculadas e registradas com base em lucros determinados como se a moeda de

Embraer S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Em milhões de dólares dos EUA, salvo indicação em contrário

apresentação fosse Reais. Distribuições de dividendos são determinadas de acordo com leis e regulamentos locais e também devem ser determinadas como se a moeda de apresentação fosse Reais.

Em 31 de dezembro de 2025, a reserva para investimentos e capital de giro totalizava US\$1.605,6 (2024: US\$1.368,3).

Embraer S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Em milhões de dólares dos EUA, salvo indicação em contrário

27.5 Reservas de capital

	Pagamento baseado em ações	Resultado em transações com participação não controladora	Reservas de capital
Em 31 de dezembro de 2022	40,3	77,4	117,7
Remuneração baseada em ações	4,5	—	4,5
Resultado em transações com participação não controladora	—	13,5	13,5
Em 31 de dezembro de 2023	44,8	90,9	135,7
Remuneração baseada em ações	4,5	—	4,5
Resultado em transações com participação não controladora	—	44,9	44,9
Em 31 de dezembro de 2024	49,3	135,8	185,1
Remuneração baseada em ações	5,4	—	5,4
Resultado em transações com participação não controladora	—	137,4	137,4
Em 31 de dezembro de 2025	54,7	273,2	327,9

27.6 Outros resultados abrangentes (prejuízo)

	Benefício pós- emprego	Ajuste acumulado de conversão	Instrumentos financeiros	Outros resultados abrangentes
Em 31 de dezembro de 2022	(41,5)	(151,0)	2,8	(189,7)
Outros resultados abrangentes	(4,5)	34,2	7,3	37,0
Em 31 de dezembro de 2023	(46,0)	(116,8)	10,1	(152,7)
Outros prejuízos abrangentes	4,9	(84,9)	(24,5)	(104,5)
Em 31 de dezembro de 2024	(41,1)	(201,7)	(14,4)	(257,2)
Outros resultados abrangentes	0,8	142,3	15,1	158,2
Em 31 de dezembro de 2025	(40,3)	(59,4)	0,7	(99,0)

Embraer S.A.**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas****Em milhões de dólares dos EUA, salvo indicação em contrário****27.7 Dividendos**

De acordo com o Estatuto Social da Embraer, o dividendo mínimo obrigatório deve corresponder a 25% do lucro líquido do exercício, após a absorção de prejuízos acumulados e as alocações à reserva legal e à reserva de subvenção para investimento. Juros sobre capital próprio ("JCP"), líquidos de imposto de renda retido na fonte, são creditados ao valor dos dividendos declarados.

A Administração pode decidir não distribuir o dividendo mínimo obrigatório em qualquer exercício social em que tal distribuição seja incompatível com a condição financeira da Embraer.

Os dividendos propostos para 2025 são apresentados da seguinte forma:

	12.31.2025	12.31.2024
Lucro do exercício atribuído aos proprietários da Embraer determinado em milhões de R\$	1.953,0	1.918,9
Absorção de prejuízos acumulados	—	(1.593,1)
Alocação à reserva legal	(97,6)	(16,3)
Recomposição da reserva de subvenções governamentais	—	(103,8)
Base de cálculo para distribuição de dividendos	1.855,4	205,7
Dividendo mínimo obrigatório (25%) em R\$	463,8	51,4
Dividendo mínimo obrigatório (25%) em US\$	84,3	8,3
Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação	732.412.025	734.632.806
Dividendos e juros sobre capital próprio, líquidos de imposto de renda retido na fonte, por ação (em R\$)	0,63329	0,07000
Dividendos e juros sobre capital próprio, líquidos de imposto de renda retido na fonte, por ação (em US\$)	0,11509	0,01130

28. LUCRO POR AÇÃO**Política contábil**

O lucro por ação básico e diluído é calculado dividindo o lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas da Embraer pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

	12.31.2025	12.31.2024	12.31.2023
Lucro atribuível aos proprietários da Embraer	351,9	352,5	164,0
Número médio ponderado de ações em circulação (i)	732.412.025	734.632.806	734.632.806
Lucro por ação básico e diluído - dólar dos EUA	0,48	0,48	0,22

(i) A mudança no número médio ponderado de ações em circulação resultou das recompras de ações realizadas pela Companhia durante o exercício (ver Nota 27.4).

Em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, a Companhia não possuía quaisquer ações ordinárias potenciais em circulação que pudessem ser convertidas em novas ações e diluir o lucro por ação.

29. RECEITA DE CONTRATOS COM CLIENTES**Política contábil**

A receita é mensurada com base na contraprestação recebida ou na contraprestação que a Companhia espera receber pela venda de produtos e serviços no curso ordinário dos negócios. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, reduções e descontos.

Receita de vendas de aeronaves e peças de reposição

As receitas são reconhecidas quando o controle dos bens ou serviços prometidos é transferido ao cliente, isto é, quando todos os critérios de reconhecimento de receita são atendidos. As receitas de aeronaves comerciais, executivas e agrícolas e peças de reposição são geralmente reconhecidas em um momento específico, por exemplo, na entrega ou remessa ao cliente.

O prazo médio de recebimento para vendas de peças é de 30 dias após a transferência do controle do ativo ao cliente.

A Companhia também identifica as diversas obrigações de desempenho previstas no contrato, como fornecimento de peças de reposição, treinamento, representante de suporte técnico e outras obrigações, e aloca o preço individual de cada obrigação, bem como contraprestações variáveis, como descontos, abatimentos etc. proporcionalmente aos preços de venda individuais estimados usando o método de custo esperado mais margem.

Nas vendas de aeronaves de Defesa e Segurança, não há base comparativa para o preço de venda individual considerando a alta customização dos produtos, portanto o preço individual é alocado à obrigação de desempenho considerando o método de custo esperado mais margem.

Receita de serviços

As receitas de serviços são reconhecidas ao longo do tempo conforme os serviços são prestados. Os serviços incluem principalmente serviços técnicos, treinamento, manutenção de aeronaves e peças, serviços de modernização e programas de suporte.

O prazo médio de recebimento é de 30 dias. Para alguns serviços, como modernização de aeronaves de defesa, o prazo de recebimento segue o cronograma acordado entre as partes.

Devido à ausência de um padrão de uso que possa ser projetado de forma confiável, as receitas de programas exchange pool e programas de suporte total são reconhecidas pelo método linear ao longo do prazo do contrato e consistem em uma taxa fixa e uma taxa variável diretamente relacionada às horas efetivamente voadas pela aeronave coberta por esses programas.

Receita de contratos de longo prazo

No segmento de Defesa e Segurança, a receita é reconhecida ao longo do tempo, à medida que o controle sobre a aeronave produzida é transferido ao cliente ao longo do tempo. A Companhia transfere controle ao longo do tempo quando:

- ✈ O cliente obtém e usa simultaneamente os benefícios resultantes do desempenho da Companhia à medida que é entregue.
- ✈ O desempenho da Companhia resulta na criação ou melhoria de ativos sob controle do cliente à medida que esses ativos são desenvolvidos ou melhorados.
- ✈ O desempenho da entidade não gera um ativo com uso alternativo significativo, e a Companhia possui direito exigível de receber pagamento pelo trabalho concluído até a data, em caso de rescisão do contrato por conveniência dos clientes.

A receita desses contratos é mensurada de acordo com o método PoC (percentual de conclusão), isto é, a receita contratual é multiplicada pelo percentual calculado como a razão entre os custos incorridos em relação aos custos totais estimados para conclusão dos contratos.

A receita reconhecida para contratos de desenvolvimento no segmento de Defesa e Segurança baseia-se nas melhores estimativas da Administração dos custos totais estimados na conclusão, à medida que se tornam evidentes.

Embraer S.A.**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas****Em milhões de dólares dos EUA, salvo indicação em contrário**

A Companhia acredita que o método de custo incorrido fornece a base mais confiável para estimar o progresso de contratos cujas receitas são reconhecidas ao longo do tempo.

Não há componentes de financiamento significativos nos contratos de longo prazo do segmento de Defesa e Segurança. Os termos de pagamento são principalmente alinhados às etapas de execução e entregas de cada contrato, conforme acordado pela Companhia e pelos clientes, e não há intenção de nenhuma das partes de financiar a outra.

Ativos e passivos de contrato

Um ativo de contrato é inicial e principalmente reconhecido por receita auferida de contratos de longo prazo de Defesa e Segurança, que são mensurados pelo método de percentual de conclusão. Ativos de contrato são transferidos para contas a receber comerciais quando os direitos se tornam incondicionais. Perdas de crédito esperadas são calculadas sobre saldos de ativos de contrato, conforme descrito na Nota 29.3.

Passivos de contrato referem-se a adiantamentos não reembolsáveis de contraprestação recebidos pela Companhia antes da entrega de aeronaves e com base em aceitação de contratos de longo prazo de Defesa e Segurança para os quais a respectiva etapa contratual ainda não foi executada (adiantamentos de clientes), bem como aqueles relacionados ao fornecimento de peças de reposição, treinamento, representação técnica e outras obrigações incluídas em contratos de venda de aeronaves (arranjos de múltiplos elementos).

29.1 Desagregação da receita por categoria e região geográfica**12.31.2025**

	América do Norte	América latina, exceto Brasil	Ásia- Pacífico	Brasil	Europa	Outros	Total
Aeronaves	3.423,7	63,2	41,2	354,0	713,1	11,3	4.606,5
Contratos de longo prazo - aeronaves e desenvolvimento	14,6	19,7	205,6	93,0	585,7	0,5	919,1
Outros	0,2	5,1	15,1	5,9	41,5	0,9	68,7
Serviço	741,5	40,6	104,5	111,8	353,2	65,6	1.417,2
Peças de Reposição	270,9	13,4	42,7	65,5	147,2	26,3	566,0
	4.450,9	142,0	409,1	630,2	1.840,7	104,6	7.577,5

12.31.2024

	América do Norte	América latina, exceto Brasil	Ásia- Pacífico	Brasil	Europa	Outros	Total
Aeronaves	2.942,5	132,0	64,3	197,2	639,5	27,5	4.003,0
Contratos de longo prazo - aeronaves e desenvolvimento	—	79,4	59,3	154,8	357,9	9,8	661,2
Outros	2,5	—	—	23,0	18,0	—	43,5
Serviço	582,7	50,0	102,3	109,6	324,4	60,2	1.229,2
Peças de Reposição	253,5	5,8	30,3	46,8	97,7	23,7	457,8
	3.781,2	267,2	256,2	531,4	1.437,5	121,2	6.394,7

12.31.2023

	América do Norte	América latina, exceto Brasil	Ásia- Pacífico	Brasil	Europa	Outros	Total
Aeronaves	2.539,6	53,6	20,2	130,6	529,0	27,2	3.300,2
Contratos de longo prazo - aeronaves e desenvolvimento	0,8	—	67,1	123,4	266,0	—	457,3
Outros	4,2	—	—	5,2	21,7	—	31,1

Embraer S.A.**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas****Em milhões de dólares dos EUA, salvo indicação em contrário**

Serviço	487,7	34,1	94,0	128,7	220,6	56,5	1.021,6
Peças de Reposição	250,0	10,5	23,2	65,8	93,4	15,4	458,3
	3.282,3	98,2	204,5	453,7	1.130,7	99,1	5.268,5

29.2 Obrigações de Desempenho

A Companhia possui uma carteira de pedidos firmes (“Backlog”), cujas obrigações de desempenho estão não satisfeitas ou parcialmente satisfeitas.

Em 31 de dezembro de 2025, o valor da receita alocada a obrigações de desempenho não satisfeitas ou parcialmente satisfeitas era de US\$31,6 bilhões (2024: US\$26,3 bilhões). De acordo com a estimativa da Companhia, espera-se que US\$27,9 bilhões sejam satisfeitos nos próximos 5 anos (2024: US\$23,3 bilhões).

29.3 Ativos e passivos de contrato

	12.31.2025	12.31.2024
Ativos de Contrato - Terceiros	314,0	360,9
Ativos de contrato - Outras partes relacionadas	248,0	263,2
	562,0	624,1
Circulante	510,1	622,7
Não circulante	51,9	1,4

Em 31 de dezembro de 2025, do total de ativos de contrato, US\$319,6 (2024: US\$375,2) referem-se a ativos de contrato de vendas de aeronaves KC-390 e serviços relacionados nos segmentos de Defesa e Segurança e Serviços e Suporte. Com base nas estimativas da Companhia, espera-se que US\$130,8 (2024: US\$183,4) desses valores sejam faturados e recebidos mais de 12 meses após a data de reporte.

Esses ativos de contrato apresentados são considerados ativos circulantes, pois são realizados no curso normal do ciclo operacional desses contratos, que é de 36 meses.

Da posição consolidada de ativos de contrato em 31 de dezembro de 2024, US\$323,6 foram faturados e recebidos em 2025. Em 31 de dezembro de 2025, a perda de crédito esperada reconhecida sobre ativos de contrato totaliza US\$0,7 (2024: US\$4,2).

	12.31.2025	12.31.2024
Adiantamentos de clientes - Aeronaves e contratos de longo prazo de Defesa	3.204,0	2.999,4
Adiantamentos de clientes - Outras partes relacionadas	90,7	65,5
Receita diferida com múltiplos elementos	140,4	219,7
	3.435,1	3.284,6
Circulante	2.563,4	2.563,4
Não circulante	871,7	721,2

Passivos de contrato – Do total dos saldos de passivos de contrato em 31 de dezembro de 2024, US\$2.368,7 foram reconhecidos como receitas em 2025.

Embraer S.A.**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**
Em milhões de dólares dos EUA, salvo indicação em contrário**30. DESPESAS POR NATUREZA**

		12.31.2025	12.31.2024	12.31.2023
Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados		(6.248,8)	(5.241,6)	(4.358,9)
Administrativo		(213,6)	(198,9)	(204,9)
Vendas		(338,5)	(309,7)	(314,7)
		(6.800,9)	(5.750,2)	(4.878,5)
Custos gerais de fabricação	(i)	(5.364,9)	(4.463,6)	(3.632,1)
Depreciação		(138,3)	(115,5)	(109,8)
Amortização		(121,2)	(128,1)	(131,9)
Despesas com pessoal		(912,5)	(814,4)	(774,5)
Despesas de marketing e vendas		(83,5)	(70,9)	(81,0)
Serviços prestados por terceiros		(97,2)	(83,7)	(79,8)
Diversos	(ii)	(83,3)	(74,0)	(69,4)
		(6.800,9)	(5.750,2)	(4.878,5)

(i) Refere-se a custos de materiais e despesas gerais de fabricação e prestação de serviços.

(ii) Refere-se principalmente a despesas com seguros, impostos e taxas.

Embraer S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Em milhões de dólares dos EUA, salvo indicação em contrário

31. OUTRAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS

	12.31.2025	12.31.2024	12.31.2023
Outras receitas operacionais:			
Recuperação de despesas (i)	—	150,0	—
Receita de multas contratuais	39,9	11,3	8,7
Reembolso de despesas	8,8	8,8	18,8
Receitas de crédito tributário	12,5	41,4	29,9
Imposto de faturamento de defesa	—	—	14,9
Impostos sobre outras receitas	(17,1)	(14,2)	(12,5)
Royalties	29,0	25,1	19,8
Reversões de provisões e contingências	—	17,9	1,0
Receitas relacionadas a imobilizado	15,6	9,9	17,1
Venda de participação em subsidiária	—	—	36,6
Outras receitas	12,5	15,9	36,4
	101,2	266,1	170,7
Outras despesas operacionais:			
Projetos e inovação	(109,9)	(101,0)	(93,0)
Segurança operacional e custos de frota de aeronaves	(12,5)	(11,8)	(13,7)
Impostos, Multas e Penalidades	(11,2)	(11,7)	(4,9)
Treinamento e desenvolvimento	(8,0)	(3,4)	(3,8)
Provisões e contingências	(4,9)	(13,3)	(3,0)
Royalties	(4,8)	(2,0)	(1,1)
Warrants	—	(1,9)	—
Custos de capacidade ociosa	(1,8)	—	—
Alienação de ativos fixos	—	—	(9,8)
Outras despesas	(31,9)	(17,6)	(47,0)
	(185,0)	(162,7)	(176,3)

(i) Receita relacionada ao reembolso de despesas incorridas pela Companhia no processo de separação de seu negócio de aviação comercial, recebida no contexto da arbitragem.

Embraer S.A.**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**

Em milhões de dólares dos EUA, salvo indicação em contrário

32. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	12.31.2025	12.31.2024	12.31.2023
Receitas financeiras:			
Juros sobre caixa e equivalentes de caixa e investimentos financeiros	95,2	98,8	105,8
Instrumentos financeiros derivativos	81,9	88,0	—
Warrants: ajuste a valor justo	77,9	78,1	—
Juros sobre recebíveis	24,5	43,1	13,7
Estruturação financeira	—	—	8,3
Ajuste a valor justo de Financiamento a clientes	—	—	0,4
Impostos sobre Receita financeira	(3,3)	(5,0)	(3,2)
Ganho da modificação de um passivo financeiro 18(ii)	26,6	—	—
Outros	13,3	8,1	3,6
	316,1	311,1	128,6
Despesas financeiras:			
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(167,8)	(191,7)	(213,7)
Incentivos de longo prazo - phantom shares	(244,3)	(113,2)	(31,4)
Warrants: ajuste a valor justo	(73,3)	(42,6)	(29,6)
Ajuste a valor justo de Financiamento a clientes	(45,9)	(31,0)	—
Outros juros e operações bancárias	(20,8)	(19,9)	(14,8)
IOF	(2,7)	(1,5)	(12,2)
Juros sobre impostos, encargos sociais e contribuições	(8,4)	(0,9)	(7,3)
Custos de reestruturação financeira	—	—	(3,2)
Outros	(51,8)	(14,8)	(9,7)
	(615,0)	(415,6)	(321,9)

33. VARIAÇÕES CAMBIAIS LÍQUIDAS

	12.31.2025	12.31.2024	12.31.2023
Tributos recuperáveis	18,6	(39,8)	10,8
Contas a receber comerciais e ativos de contrato	(5,9)	(45,7)	11,8
Caixa e equivalentes de caixa e investimentos financeiros	(17,5)	0,9	(10,0)
Outros ativos	9,6	(14,9)	8,9
Passivos de contrato	0,1	4,4	(0,3)
Empréstimos e financiamentos	(3,1)	3,6	(0,4)
Provisões	(25,4)	49,9	(18,8)
Tributos e encargos de folha a pagar	(4,3)	9,7	(3,2)
Outras contas a pagar	(7,2)	3,4	(1,0)
Contas a pagar a fornecedores	4,1	19,8	(7,5)
Outros passivos	(5,7)	—	2,6
Câmbio	(36,7)	(8,7)	(7,1)
Instrumentos financeiros derivativos	(4,4)	2,7	6,6
Perdas cambiais, líquidas	(41,1)	(6,0)	(0,5)

34. RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS Compromissos backstop (Aviação Comercial)

Em determinados contratos firmes de venda de jatos comerciais incluídos no backlog, a Companhia assumiu compromissos backstop para fornecer financiamento caso o cliente não consiga obter linhas de crédito suficientes nas entregas das aeronaves.

A experiência passada demonstra que a Companhia foi solicitada e forneceu financiamento em casos limitados a seus clientes durante as entregas da família E-Jets, o que demonstra a existência de fontes alternativas de financiamento no mercado para transferir os compromissos backstop e probabilidade remota de exercício. Adicionalmente, a Companhia retém a propriedade da aeronave montada até que o cliente cumpra os pagamentos na entrega, portanto não está exposta a riscos de perda.

Com o objetivo de mitigar a exposição ao risco de crédito, o exercício dos compromissos backstop depende da condição financeira atual do cliente no momento da notificação de exercício e de condições precedentes a serem cumpridas. Se a Companhia efetivamente fornecer o financiamento na entrega, a aeronave relacionada é mantida como garantia na estrutura de financiamento.

35. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Os segmentos operacionais reportáveis refletem a estrutura usada pelo principal tomador de decisões operacionais, o Diretor-Presidente, para tomar decisões relativas à alocação de recursos e avaliar o desempenho da Companhia.

O desempenho da Companhia é avaliado com base em uma medida de resultados operacionais, segregada por perspectiva de produto, que inclui: Aviação Comercial, Aviação Executiva, Defesa e Segurança, e Serviços e Suporte. Segmentos operacionais que não atendem a nenhum dos limites quantitativos são combinados e divulgados como “Outros Segmentos”.

De uma perspectiva geográfica, receita e ativos não circulantes, que compreendem imobilizado, ativos intangíveis e ativos de direito de uso, são baseados em informações consolidadas e segregados nas seguintes regiões: Brasil, América do Norte, Europa, América Latina (exceto Brasil) e Ásia-Pacífico.

Em geral, saldos e transações que não são diretamente atribuíveis a um segmento operacional específico, mas contribuem para sua operação, como despesas de departamentos corporativos, são alocados proporcionalmente, usando a receita de cada segmento como fator de alocação.

35.1 Aviação Comercial

O segmento de Aviação Comercial envolve principalmente o desenvolvimento, produção e venda de jatos comerciais:

- ✈ E-Jets 175 E1: aeronaves com 70 a 90 assentos.
- ✈ E-Jets E2: aeronaves com 88 a 146 assentos.

35.2 Defesa e Segurança

Este segmento inclui principalmente o desenvolvimento e produção do KC-390 Millennium e A-29 Super Tucano, ambos aeronaves militares.

Adicionalmente, este segmento inclui operações envolvendo principalmente pesquisa, desenvolvimento de software e sistemas integrados de informação, comunicações, monitoramento e vigilância de fronteiras, sistemas espaciais (satélites), serviços de modernização de aeronaves e suporte de serviços, desenvolvimento e fabricação de radares e sistemas de Comando, Controle, Comunicações, Computador, Inteligência, Vigilância e Reconhecimento (C4ISR).

35.3 Aviação Executiva

O segmento de Aviação Executiva compreende o desenvolvimento, produção e venda de jatos executivos, incluindo os modelos Phenom e Praetor.

35.4 Serviços e Suporte

Esta unidade de negócios é focada em fornecer um portfólio completo de soluções para operadores de aeronaves e produtos da Embraer nos segmentos de Aviação Comercial, Aviação Executiva e Defesa e Segurança.

Os principais serviços oferecidos são suporte de campo, suporte técnico, soluções de operações de voo, modificação de aeronaves, gestão de materiais, soluções otimizadas de manutenção e programas de treinamento.

Embraer S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Em milhões de dólares dos EUA, salvo indicação em contrário
35.5 Outros Segmentos

As atividades reportadas em Outros Segmentos consistem em negócios sem impacto material nos resultados apresentados nestas demonstrações financeiras consolidadas:

- ✈ Fornecimento de peças estruturais e sistemas hidráulicos e produção de aeronaves agrícolas de pulverização.
- ✈ Desenvolvimento e certificação de eVTOLs, criação de uma rede de manutenção e serviços para eVTOLs e criação de um sistema de controle de tráfego aéreo para eVTOLs (Negócio UAM), por meio da Eve Air Mobility.
- ✈ Desenvolvimento e fabricação de sistemas de propulsão elétrica para uso aeronáutico, incluindo veículos de decolagem e pouso vertical e aeronaves de asa fixa.
- ✈ Soluções de segurança cibernética, incluindo diagnósticos especializados de segurança cibernética, serviços de arquitetura e implementação, bem como software e produtos técnicos para controle e defesa de ambientes.

Resultado por segmento
12.31.2025

	Aviação Comercial	Defesa e Seguranç a	Aviação Executiva	Serviços e Suporte	Total de Segmentos reportáveis	Segmento s de Outros Negócios	Não alocado *	Total
Receita	2.369,8	983,9	2.205,1	1.925,6	7.484,4	93,1	—	7.577,5
Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados	(2.174,2)	(820,5)	(1.781,3)	(1.406,5)	(6.182,5)	(66,3)	—	(6.248,8)
Lucro bruto	195,6	163,4	423,8	519,1	1.301,9	26,8	—	1.328,7
Receitas (despesas) operacionais	(132,7)	(85,9)	(158,4)	(220,8)	(597,8)	(91,4)	(31,9)	(721,1)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	62,9	77,5	265,4	298,3	704,1	(64,6)	(31,9)	607,6

(*) As despesas incorridas em 2025 referem-se a um projeto estratégico corporativo específico e não estão vinculadas ao desempenho dos segmentos operacionais. Por essa razão, essas despesas são apresentadas separadamente dos resultados dos segmentos operacionais nos relatórios usados pelo chief operating officer da Companhia para tomada de decisões.

12.31.2024

	Aviação Comercial	Defesa e Seguranç a	Aviação Executiva	Serviços e Suporte	Total de Segmentos reportáveis	Segmento s de Outros Negócios	Não alocado *	Total
Receita	2.208,6	720,9	1.762,7	1.636,5	6.328,7	66,0	—	6.394,7
Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados	(2.008,9)	(590,9)	(1.407,7)	(1.179,0)	(5.186,5)	(55,1)	—	(5.241,6)
Lucro bruto	199,7	130,0	355,0	457,5	1.142,2	10,9	—	1.153,1
Receitas (despesas) operacionais	(144,5)	(85,4)	(149,0)	(187,5)	(566,4)	(67,3)	148,1	(485,6)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	55,2	44,6	206,0	270,0	575,8	(56,4)	148,1	667,5

(*) Em 2024 referem-se substancialmente ao reembolso de despesas recebido no contexto de arbitragem.

Embraer S.A.**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**

Em milhões de dólares dos EUA, salvo indicação em contrário

12.31.2023

	Aviação Comercial	Defesa e Seguranç a	Aviação Executiva	Serviços e Suporte	Total de Segmentos reportáveis	Segmento s de Outros Negócios	Não alocado *	Total
Receita	1.846,8	515,4	1.408,2	1.417,6	5.188,0	80,5	—	5.268,5
Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados	(1.698,3)	(429,6)	(1.134,8)	(1.039,0)	(4.301,7)	(57,2)	—	(4.358,9)
Lucro bruto	148,5	85,8	273,4	378,6	886,3	23,3	—	909,6
Receitas (despesas) operacionais	(124,6)	(57,5)	(146,6)	(163,4)	(492,1)	(55,9)	(47,1)	(595,1)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	23,9	28,3	126,8	215,2	394,2	(32,6)	(47,1)	314,5

(*) Despesas incorridas em 2023 referem-se a demandas corporativas não diretamente relacionadas a segmentos operacionais. Por essa razão, essas despesas são apresentadas separadamente nos relatórios usados pelo principal gestor de operações da Companhia para tomada de decisões.

Em 2025, 2024 e 2023, nenhum cliente respondeu individualmente por 10% ou mais da receita líquida dos respectivos exercícios.

Receita por área geográfica e segmento operacional**12.31.2025**

	Aviação Comercial	Defesa e Seguranç a	Aviação Executiva	Serviços e Suporte	Total de Segmentos reportáveis	Segmentos de Outros Negócios	Total
América do Norte	1.886,7	14,6	1.538,8	1.009,3	4.449,4	1,5	4.450,9
Europa	414,1	623,6	299,2	481,3	1.818,2	22,5	1.840,7
Ásia-Pacífico	35,9	204,5	5,3	158,8	404,5	4,6	409,1
América Latina (exceto Brasil)	33,1	24,8	30,1	54,0	142,0	—	142,0
Brasil	—	115,5	320,5	129,7	565,7	64,5	630,2
Outros	—	0,9	11,2	92,5	104,6	—	104,6
	2.369,8	983,9	2.205,1	1.925,6	7.484,4	93,1	7.577,5

12.31.2024

	Aviação Comercial	Defesa e Seguranç a	Aviação Executiva	Serviços e Suporte	Total de Segmentos reportáveis	Segmentos de Outros Negócios	Total
América do Norte	1.615,6	0,1	1.330,3	835,1	3.781,1	0,1	3.781,2
Europa	440,8	384,6	204,1	408,0	1.437,5	—	1.437,5
Ásia-Pacífico	29,0	60,2	35,3	131,7	256,2	—	256,2
América Latina (exceto Brasil)	95,4	81,2	36,7	53,9	267,2	—	267,2
Brasil	0,3	181,9	156,3	127,0	465,5	65,9	531,4
Outros	27,5	12,9	—	80,8	121,2	—	121,2
	2.208,6	720,9	1.762,7	1.636,5	6.328,7	66,0	6.394,7

12.31.2023

	Aviação Comercial	Defesa e Seguranç a	Aviação Executiva	Serviços e Suporte	Total de Segmentos reportáveis	Segmentos de Outros Negócios	Total
América do Norte	1.489,4	1,0	1.054,1	737,8	3.282,3	—	3.282,3
Europa	293,8	304,9	226,9	305,1	1.130,7	—	1.130,7

Embraer S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Em milhões de dólares dos EUA, salvo indicação em contrário

Ásia-Pacífico	—	67,1	20,1	117,3	204,5	—	204,5
América Latina (exceto Brasil)	32,2	—	21,4	44,6	98,2	—	98,2
Brasil	4,2	141,9	85,7	141,4	373,2	80,5	453,7
Outros	27,2	0,5	—	71,4	99,1	—	99,1
	1.846,8	515,4	1.408,2	1.417,6	5.188,0	80,5	5.268,5

Receita por categoria e segmento operacional
12.31.2025

	Aviação Comercial	Defesa e Seguranç a	Aviação Executiva	Serviços e Suporte	Total de Segmentos reportáveis	Segmentos de Outros Negócios	Total
Aeronaves	2.369,0	—	2.205,1	—	4.574,1	32,4	4.606,5
Contratos de longo prazo - aeronaves e desenvolvimento	—	919,1	—	—	919,1	—	919,1
Outros	0,8	18,7	—	49,2	68,7	—	68,7
Serviço	—	42,3	—	1.352,3	1.394,6	22,6	1.417,2
Peças de Reposição	—	3,8	—	524,1	527,9	38,1	566,0
	2.369,8	983,9	2.205,1	1.925,6	7.484,4	93,1	7.577,5

12.31.2025

	Aviação Comercial	Defesa e Seguranç a	Aviação Executiva	Serviços e Suporte	Total de Segmentos reportáveis	Segmentos de Outros Negócios	Total
Aeronaves	2.199,8	—	1.762,7	—	3.962,5	40,5	4.003,0
Contratos de longo prazo - aeronaves e desenvolvimento	—	661,2	—	—	661,2	—	661,2
Outros	8,8	16,5	—	17,9	43,2	0,3	43,5
Serviço	—	42,2	—	1.172,0	1.214,2	15,0	1.229,2
Peças de Reposição	—	1,0	—	446,6	447,6	10,2	457,8
	2.208,6	720,9	1.762,7	1.636,5	6.328,7	66,0	6.394,7

12.31.2025

	Aviação Comercial	Defesa e Seguranç a	Aviação Executiva	Serviços e Suporte	Total de Segmentos reportáveis	Segmentos de Outros Negócios	Total
Aeronaves	1.834,1	13,2	1.408,2	—	3.255,5	44,7	3.300,2
Contratos de longo prazo - aeronaves e desenvolvimento	—	457,3	—	—	457,3	—	457,3
Outros	12,7	—	—	17,7	30,4	0,7	31,1
Serviço	—	41,3	—	956,3	997,6	24,0	1.021,6
Peças de Reposição	—	3,6	—	443,6	447,2	11,1	458,3
	1.846,8	515,4	1.408,2	1.417,6	5.188,0	80,5	5.268,5

Ativos por segmento operacional
12.31.2025

	Aviação Comercial	Defesa e Seguranç a	Aviação Executiva	Serviços e Suporte	Segmentos de Outros Negócios	Total de Segmentos reportáveis	Total
Imobilizado	556,9	174,5	412,9	960,1	26,5	2.130,9	2.130,9
Ativos intangíveis	1.194,8	146,6	959,3	38,9	381,7	2.721,3	2.721,3
Direito de uso	4,2	4,3	12,3	85,1	0,3	106,2	106,2

Embraer S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Em milhões de dólares dos EUA, salvo indicação em contrário

	1.755,9	325,4	1.384,5	1.084,1	408,5	4.958,4	4.958,4
--	---------	-------	---------	---------	-------	---------	---------

12.31.2025

	Aviação Comercial	Defesa e Seguranç a	Aviação Executiva	Serviços e Suporte	Segmentos de Outros Negócios	Total de Segmentos reportáveis	Total
Imobilizado	625,7	177,5	465,3	656,8	16,0	1.941,3	1.941,3
Ativos intangíveis	1.202,9	126,3	923,1	39,2	211,4	2.502,9	2.502,9
Direito de uso	4,2	4,2	14,4	80,3	1,6	104,7	104,7
	1.832,8	308,0	1.402,8	776,3	229,0	4.548,9	4.548,9

Ativos por área geográfica**12.31.2025**

	América do Norte	Europa	Ásia- Pacífico	Brasil	Total
Imobilizado	491,0	503,0	84,7	1.052,2	2.130,9
Ativos intangíveis	458,0	85,0	—	2.178,3	2.721,3
Direito de uso	68,3	18,4	2,1	17,4	106,2
	1.017,3	606,4	86,8	3.247,9	4.958,4

12.31.2025

	América do Norte	Europa	Ásia- Pacífico	Brasil	Total
Imobilizado	449,1	398,5	76,4	1.017,3	1.941,3
Ativos intangíveis	279,1	73,8	—	2.150,0	2.502,9
Direito de uso	72,0	15,0	1,4	16,3	104,7
	800,2	487,3	77,8	3.183,6	4.548,9

36. EVENTOS SUBSEQUENTES**36.1 Pagamento antecipado do empréstimo da EVE**

Em janeiro de 2026, o empréstimo com vencimento em 2028, sujeito à SOFR 3M mais 3,90% a.a. e com valor contábil de US\$50,0 em 31 de dezembro de 2025, foi integralmente pré-pago. Nenhum custo adicional associado ao pré-pagamento foi incorrido. O pré-pagamento antecipado foi realizado em conexão com, e como condição exigida para, a celebração pela Companhia do acordo de crédito sindicalizado divulgado na Nota 36.2.

36.2 Novo acordo de crédito sindicalizado

Em janeiro de 2026, a Companhia, por meio de sua subsidiária integral EVE UAM, LLC., celebrou um acordo de crédito sindicalizado com Banco do Brasil S.A., New York Branch, Citibank N.A., Itaú Unibanco S.A., Miami Branch, e Banco Itaú Chile atuando como agente gestor. Esse acordo de crédito sindicalizado prevê US\$150,0, sujeitos à SOFR mais 3,10% a.a., com vencimento final em 2031. O acordo inclui covenants que exigem a manutenção de um índice mínimo de cobertura do serviço da dívida.

36.3 Recompra de ações e encerramento de contratos de swap

Em março de 2026, a Companhia recomprou 10.932.998 ações (EMBJ3) por US\$183,7, incluindo custos de transação. Essa transação foi executada no âmbito do programa de recompra de ações aprovado em 5 de março de 2026, que autorizou a aquisição de ações ordinárias (EMBJ3) para manutenção em tesouraria, cancelamento, venda subsequente ou para cumprir compromissos no âmbito de planos de remuneração baseada em ações. Em conexão com essa recompra, os contratos de swap de 12 meses celebrados com Banco Itaú, conforme mencionado na Nota 7(i), foram encerrados.

**DESCRIÇÃO DOS VALORES MOBILIÁRIOS REGISTRADOS
NOS TERMOS DA SEÇÃO 12 DO U.S. SECURITIES EXCHANGE ACT DE 1934, E SUAS ALTERAÇÕES**

Termos iniciados por letra maiúscula usados, mas não definidos neste documento, têm os significados atribuídos a eles em nosso Relatório Anual no Formulário 20-F referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, ao qual este Anexo 2.5 é um anexo (o “Relatório Anual”).

Em 31 de dezembro de 2025, a Embraer S.A. (“nós,” “nosso” ou a “Companhia”) possuía as seguintes séries de valores mobiliários registrados nos termos da Seção 12 do U.S. Securities Exchange Act de 1934, conforme alterado (o “Exchange Act”):

Tabela	Nome de cada classe:	Código de Negociação	Nome de cada bolsa em que houve registro
I	Ações ordinárias, sem valor nominal	—	Bolsa de Valores de Nova York*
II	American Depositary Shares (evidenciadas por American Depositary Receipts), cada uma representando quatro ações ordinárias	EMBJ	Bolsa de Valores de Nova York (New York Stock Exchange)
III	Notas de 5,980% com vencimento em 2035	—	Bolsa de Valores de Nova York (New York Stock Exchange)
IV	Notas de 5,400% com vencimento em 2038	—	Bolsa de Valores de Nova York (New York Stock Exchange)

* Não para fins de negociação, mas apenas em conexão com a negociação na Bolsa de Valores de Nova York (New York Stock Exchange) de American Depositary Shares representando essas ações ordinárias.

I. Ações Ordinárias

Apresenta-se abaixo determinadas informações sobre nosso capital social autorizado e emitido e um breve resumo de determinadas disposições significativas de nosso estatuto social e da legislação societária brasileira. Esta descrição não pretende ser completa e é qualificada por referência ao nosso estatuto social (cuja tradução para o inglês arquivamos junto à SEC) e à legislação societária brasileira.

Uma cópia de nosso estatuto social está anexada ao nosso Relatório Anual como Anexo 1.1. Incentivamos você a ler nosso estatuto social e as seções aplicáveis de nosso Relatório Anual para informações adicionais.

Capital Social

Na data de nosso Relatório Anual, tínhamos capital autorizado total de 1.000.000.000 ações, das quais 740.465.044 ações ordinárias foram emitidas, incluindo uma “golden share” especial detida pelo Governo Federal Brasileiro, e 722.766.139 ações ordinárias estão em circulação. A golden share confere poder de veto à União em determinadas circunstâncias específicas. Nossas ações ordinárias são negociadas publicamente no Brasil na B3, sob o símbolo EMBR3.

Não houve mudanças significativas na porcentagem de participação detida pelos nossos principais acionistas nos últimos três anos. Em 31 de dezembro de 2025, tínhamos aproximadamente 83.924 acionistas ordinários, inclusive titulares de ações ordinárias na forma de ADSs. Em 31 de dezembro de 2025, um total agregado de 14.446 ADSs era detido por 139 titulares registrados, incluindo The Depository Trust Company (“DTC”) nos Estados Unidos.

Mudanças em nosso Capital Social

Nosso estatuto social autoriza a emissão de até 1.000.000.000 ações ordinárias por resolução do conselho de administração, independentemente de qualquer alteração de nosso estatuto social e de aprovação dos acionistas.

Em geral, cada um de nossos acionistas tem direito de preferência na subscrição de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações na hipótese de aumento de capital, na proporção de sua participação acionária, exceto na hipótese de concessão e exercício de qualquer opção de compra de ações de nosso capital social. Para informações adicionais sobre os direitos de preferência atribuídos a nossos acionistas, consulte “—Direitos de Preferência.”

A golden share confere ao governo brasileiro o direito de veto sobre qualquer proposta de mudança no estatuto social relacionada aos direitos conferidos à golden share, entre outras coisas. Para informações adicionais sobre a golden share, consulte “— Direitos de Voto—Golden Share.”

Nosso estatuto social prevê que nosso capital social será dividido exclusivamente em ações ordinárias.

Alterações nos direitos conferidos às ações ordinárias segundo o nosso estatuto social geralmente exigem um aditamento ao nosso estatuto social. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, o aditamento do nosso estatuto social exige a aprovação dos acionistas em assembleia geral. Esse aditamento, em geral, exige a aprovação por maioria simples dos acionistas ordinários, com exceção das matérias que exigem a aprovação dos acionistas representando pelo menos metade das ações com direito a voto emitidas e em circulação, ou matérias sujeitas à aprovação do titular da golden share. Para mais informações sobre as matérias que exigem quórum qualificado e o direito a voto conferido pela golden share, vide “Direito de Voto—Matérias Sujeitas a Quórum Qualificado” e “—Direito de Voto—Golden Share”, respectivamente.

Direito de Voto

Cada ação ordinária confere ao respectivo titular direito a um voto nas assembleias gerais. De acordo com nosso estatuto social e o contrato de participação no Novo Mercado, segmento da B3, não podemos emitir ações que não confirmem direito de voto ou que confirmem direito de voto sujeito a restrições.

A Lei das Sociedades por Ações e nosso estatuto social exigem que todas as nossas assembleias gerais sejam convocadas mediante publicação de um aviso em um jornal de circulação geral na cidade onde nossa sede está localizada, de forma resumida e com divulgação simultânea do texto completo dos documentos na página do mesmo jornal online, que deve fornecer certificação digital da autenticidade dos documentos mantidos na página emitida por uma autoridade certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), atualmente a O Vale em São José dos Campos, pelo menos 30 dias antes da reunião (nos termos do Artigo 19 de nosso estatuto social e das melhores práticas da CVM para companhias com American depositary shares). Além disso, as publicações são feitas em outro jornal de circulação geral em São Paulo, onde está localizada a Bolsa de Valores de São Paulo, atualmente o Valor Econômico. O quórum para instalação das assembleias gerais, em primeira convocação, exige a presença de acionistas titulares de ao menos 25% das ações ordinárias (exceto no caso de assembleias convocadas para deliberar sobre o aditamento de nosso estatuto social ou a renúncia de oferta pública de aquisição exigida para cancelamento de registro no Novo Mercado, o que exige um quórum de pelo menos dois-terços das ações ordinárias em primeira convocação); e em segunda convocação, as assembleias podem ser realizadas com a presença de qualquer número de acionistas.

O edital de convocação deve conter a data, hora, local e pauta da assembleia e, no caso de alterações ao estatuto social, a indicação das matérias relevantes. Em certas circunstâncias, a pedido de qualquer acionista (e conforme regulamentações adicionais da CVM) e após nos ouvir, a CVM pode (i) ordenar, mediante decisão fundamentada, que a assembleia seja adiada por até 30 dias, caso haja informações insuficientes para que uma votação seja realizada, prazo que será contado a partir da data em que as informações completas forem entregues aos acionistas; e (ii) suspender editais de convocação por até 15 dias para analisar a pauta e as propostas sujeitas a voto de acionistas na assembleia e, conforme o caso, informar à companhia os motivos pelos quais a CVM entende que itens da pauta violam leis ou regulamentos. A Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM nº 81”), também exige que informações adicionais sejam divulgadas no edital de convocação da assembleia para determinadas matérias. Por exemplo, no caso de eleição de todos os conselheiros, o edital de convocação da assembleia também deverá divulgar o percentual mínimo de participação acionária exigido de um acionista para

requerer a adoção de procedimentos de voto cumulativo. Todos os documentos relacionados à pauta da assembleia de acionistas deverão ser disponibilizados aos acionistas pelo menos um mês antes da assembleia ou mediante publicação do primeiro edital de convocação da assembleia, exceto se de outra forma exigido por lei ou regulamentação da CVM.

De acordo com o nosso estatuto social, o acionista que quiser participar da assembleia geral deve comprovar a titularidade das ações segundo as quais pretende exercer seu direito de voto, por meio de documento de identificação e comprovante de titularidade. Nossos acionistas poderão ser representados nas assembleias gerais, por meio de procuração emitida há menos de um ano antes da data da assembleia, por: (1) um de nossos conselheiros ou diretores; (2) advogado ou (3) instituição financeira. Não obstante, em 4 de novembro de 2014, a CVM decidiu que nossos acionistas pessoas jurídicas poderão ser representados nas assembleias gerais por seus representantes legais ou procuradores devidamente nomeados, nos termos de seus estatutos e instrumentos societários e segundo o Código Civil. Fundos de investimento deverão ser representados por seus administradores. A Resolução CVM nº 81 proíbe a Companhia de condicionar o exercício de direitos pelos acionistas na assembleia de acionistas à apresentação de documentos para comprovar circunstâncias relacionadas à titularidade de ações que possam ser objetivamente verificadas com base em registros de titularidade já mantidos pela Companhia.

Alternativamente, os acionistas poderão participar de assembleias gerais por meio do mecanismo de voto à distância, que é regulado pela Resolução CVM nº 81, e alterações posteriores, cujo objetivo é facilitar a participação de acionistas em assembleias gerais tanto por meio do voto como por meio do envio de propostas e indicação de candidatos à eleição dos membros do conselho de administração ou conselho fiscal. Para tanto, a instrução prevê:

- o uso de boletins de voto a distância por meio dos quais os acionistas podem exercer seu direito de voto antes da data de realização da assembleia geral; O uso de tais boletins de voto a distância é obrigatório para todas as assembleias de acionistas, sejam gerais ou especiais, ordinárias ou extraordinárias, exceto nos casos expressamente dispensados, e pode ser encaminhado pelo acionista: (a) ao custodiante (se as ações detidas pelo acionista forem mantidas em depósito centralizado); (b) ao agente escriturador das ações emitidas pela companhia (se tais ações não forem mantidas em depósito centralizado); (c) às depositárias centrais; ou (d) diretamente à companhia;
- a possibilidade de inclusão de candidatos para o Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Companhia e propostas de deliberação de acionistas nesse boletim, com devida observância de determinados percentuais de participação acionária, a fim de facilitar a participação dos acionistas em assembleias de acionistas;
- os prazos, procedimentos e formas de envio do boletim, que poderá ser enviado pelo acionista: (a) ao custodiante (caso as ações de titularidade do acionista sejam mantidas em depósito centralizado); ou (b) ao agente escriturador das ações emitidas pela companhia (caso as ações não sejam mantidas em depósito centralizado); ou (c) diretamente à companhia; e
- a possibilidade de companhias abertas realizarem assembleias de acionistas virtuais ou híbridas (isto é, físicas e virtuais), ou em locais físicos acessórios, incluindo determinados procedimentos que devem ser adotados por tais companhias ao realizar esses tipos de assembleias. O aviso de convocação de uma assembleia de acionistas deve indicar o formato da assembleia e as ações que os acionistas devem tomar para participar remotamente.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, é conferido aos titulares de nossas ações ordinárias o direito ao recebimento de dividendos na proporção de suas participações no montante disponível para distribuição. Para mais informações sobre o pagamento de dividendos relativos às nossas ações, vide “Item 8. Informações Financeiras—A. Demonstrações Consolidadas e Outras Informações Financeiras—Dividendos e Política de Dividendos” de nosso Relatório Anual. Além disso, mediante qualquer liquidação da Companhia, e após a quitação de todos os nossos passivos, as ações ordinárias têm direito à devolução de capital proporcionalmente à sua participação em nosso patrimônio líquido.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o nosso estatuto social e tampouco as deliberações adotadas por nossos acionistas em assembleias gerais podem privar os nossos acionistas dos seguintes direitos:

- direito a participar da distribuição dos lucros;
- o direito de participar de quaisquer ativos residuais remanescentes proporcionalmente à sua participação

acionária em nosso capital social no caso de liquidação da companhia;

- direito de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, salvo em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações descritas em “—Direito de Preferência”;
- o direito de fiscalizar nossa Administração, da forma prevista no Artigo 109 da Lei das Sociedades por Ações; e
- o direito de retirada em razão de eventos especificados na Lei das Sociedades por Ações, descritos no “—Resgate e Direito de Retirada”.

Matérias de Quórum Qualificado

Segundo a Lei das Sociedades por Ações, a aprovação de acionistas representando pelo menos a maioria das ações com direito a voto emitidas e em circulação é necessária para as matérias descritas a seguir (entre outras):

- a redução do dividendo obrigatório;
- a mudança do objeto social;
- a fusão ou incorporação da companhia em outra, observadas as condições previstas na Lei das Sociedades por Ações;
- a transferência de todas as nossas ações a outra companhia ou recebimento de ações de outra companhia a fim de transformar a companhia que transferiu as ações em subsidiária integral da outra, operação denominada incorporação de ações;
- a participação em grupo centralizado de companhias, conforme definição da Lei das Sociedades por Ações e observadas as condições ali previstas;
- realização de cisão;
- nossa dissolução ou liquidação;
- cancelamento de qualquer liquidação nossa em curso; ou
- criação de ações preferenciais que confiram mais privilégios que aqueles conferidos pelas ações existentes ou alteração na ordem de prioridade, preferência, privilégio ou condição de resgate ou amortização de ações preferenciais.

No caso do último item acima, a aprovação dos acionistas representando a maioria das ações emitidas e em circulação da classe afetada também será necessária. Nosso estatuto social atualmente prevê que o nosso capital social é composto exclusivamente por ações ordinárias, sendo que a única classe especial é a golden share. Para mais informações sobre a golden share, vide “—Golden Share”.

Limitações aos Direitos de Voto de Determinados Titulares de Ações Ordinárias

Nosso estatuto social prevê que, em qualquer assembleia geral, nenhum acionista ou grupo de acionistas, inclusive corretoras atuando em nome de um ou mais titulares de ADSs, poderá exercer direito de voto com relação a ações que representem mais de 5% do nosso capital social. Os votos que excederem o limite de 5% não serão considerados. Para informações adicionais sobre as limitações aos direitos de voto de determinados titulares de ações ordinárias, consulte “Item 10. Informações Adicionais—Memorando e Estatuto Social—Descrição do Capital Social—Direitos de Voto das Ações—Limitações aos Direitos de Voto de Determinados Titulares de Ações Ordinárias” de nosso Relatório Anual.

Limitações aos Direitos de Voto de Acionistas Não Brasileiros

De acordo com o edital publicado pelo governo federal com relação à privatização da Embraer em 1994, o direito de voto dos acionistas ordinários estrangeiros da Embraer limita-se a 40% dos votos de acionistas ordinários em assembleias gerais da Embraer.

Nosso estatuto social dispõe que, em qualquer assembleia geral, acionistas estrangeiros ou grupos de acionistas estrangeiros não poderão exercer direito de voto equivalente a mais de dois-terços do total de votos de todos os acionistas brasileiros presentes em assembleia. O número total de votos que será exercido pelos acionistas brasileiros e estrangeiros será determinado após a aplicação do limite de 5% descrito no “—Restrições ao Direito de Voto de Determinados Acionistas Ordinários”. Os votos de acionistas estrangeiros que excederem o limite de dois-terços não serão considerados. Caso o total de votos de acionistas estrangeiros em qualquer assembleia geral exceda dois-terços dos votos que podem ser exercidos pelos acionistas brasileiros presentes em assembleia, o número de votos de cada acionista estrangeiro será reduzido proporcionalmente para que o total de votos de acionistas estrangeiros não exceda dois-terços do total de votos que pode ser exercido por acionistas brasileiros presentes em assembleia.

Para informações adicionais sobre as limitações aos direitos de voto de acionistas não brasileiros, consulte “Item 10. Informações Adicionais—Memorando e Estatuto Social—Descrição do Capital Social—Direitos de Voto das Ações—Limitações aos Direitos de Voto de Acionistas Não Brasileiros” de nosso Relatório Anual.

Golden Share

A golden share é detida pelo Governo Federal Brasileiro. A golden share confere os mesmos direitos de voto a que fazem jus as ações ordinárias. Além disso, a golden share confere à União direito de veto com relação aos seguintes atos societários:

- mudança de nossa razão social e objeto social;
- modificação e/ou aplicação de nosso logo;
- criação e/ou alteração de programas militares (envolvendo o Brasil ou não);
- desenvolvimento de habilidades de terceiros em tecnologia para programas militares;
- interrupção do fornecimento de peças sobressalentes e peças de substituição para aeronaves militares;
- transferência de nosso controle;
- quaisquer alterações na lista de atos societários com relação aos quais a golden share confere direito de veto, incluindo o direito da União de nomear um membro efetivo e o direito de nossos empregados de nomear dois membros efetivos em nosso conselho de administração, e nos direitos conferidos pela golden share; e
- alteração em determinadas disposições de nosso estatuto social quanto a restrições de voto, direitos conferidos pela golden share e requisitos da oferta de aquisição obrigatória aplicáveis a titulares de 35% ou mais de nossas ações em circulação.

As matérias enumeradas acima estão sujeitas à aprovação prévia do nosso conselho de administração e à notificação prévia à União e ao Ministério da Fazenda. No prazo de 30 dias a partir da notificação, a União, na qualidade de titular da golden share, poderá exercer seu direito de veto. Nosso conselho de administração se reunirá após esse prazo ou pronunciamento da União. Caso a União rejeite a deliberação, o conselho de administração reconsiderará tal deliberação. Em caso de aprovação ou ausência de manifestação da União no prazo de 30 dias, a deliberação será ratificada e considerada aprovada pelo nosso conselho de administração. Em determinados casos, nos termos do nosso estatuto social ou segundo a legislação em vigor, a matéria deverá ser submetida à aprovação da assembleia geral e a União poderá exercer seu direito de veto com relação a tal matéria.

Nos termos do nosso estatuto social, qualquer acionista ou grupo de acionistas está proibido de exercer o controle de voto sobre nós.

Resgate e Direito de Retirada

A Lei das Sociedades por Ações prevê que, em algumas circunstâncias, os acionistas têm direito de se retirar da companhia e receber o pagamento por suas ações. Esse direito de retirada pode ser exercido por acionistas dissidentes (que podem ser acionistas presentes à assembleia e votando contra as matérias listadas abaixo ou

acionistas que não compareceram à respectiva assembleia) se pelo menos metade das ações com direito a voto em circulação nos autorizar a:

- a redução do dividendo obrigatório;
- a mudança do objeto social;
- a fusão ou incorporação da companhia em outra, observadas as condições previstas na Lei das Sociedades por Ações;
- a transferência de todas as nossas ações a outra companhia ou recebimento de ações de outra companhia a fim de transformar a companhia que transferiu as ações em subsidiária integral da outra, operação denominada incorporação de ações;
- a aquisição do controle de outra companhia por preço que exceda os limites estabelecidos na Lei das Sociedades por Ações;
- a participação em grupo centralizado de companhias, conforme definição da Lei das Sociedades por Ações e observadas as condições ali previstas;
- ou a cisão que resulte em (i) mudança do objeto social, salvo se os ativos e passivos da companhia cindida tiverem sido aportados em companhia que exerça substancialmente as mesmas atividades, (ii) redução do dividendo obrigatório ou (iii) qualquer participação em grupo centralizado de companhias, conforme definição da Lei das Sociedades por Ações.

Além disso, se o ente resultante da fusão, incorporação de ações, conforme descrito acima, consolidação ou cisão de companhia listada não se tornar uma companhia listada no prazo de 120 dias a partir da assembleia geral que aprovou a operação, os acionistas dissidentes também poderão exercer o direito de retirada.

Os acionistas dissidentes poderão exercer o direito de retirada apenas com relação às ações mantidas na data de publicação do edital, em primeira convocação, da assembleia geral que aprovar a deliberação que der origem ao direito de retirada, ou na data de publicação do fato relevante acerca dessa deliberação, o que ocorrer antes.

A Lei das Sociedades por Ações prevê restrições ao direito de retirada e faculta às companhias o resgate das ações pelo valor econômico, observadas determinadas exigências. O nosso estatuto social não prevê o resgate de nossas ações pelo valor econômico, assim, nossas ações poderiam ser resgatadas pelo valor patrimonial, com base no último balanço aprovado pelos acionistas. Se a assembleia de acionistas que deliberar sobre o direito de retirada ocorrer mais de 60 dias após a data do último balanço aprovado, os acionistas poderão exigir que suas ações sejam avaliadas com base em um novo balanço datado a menos de 60 dias da assembleia pertinente.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nas hipóteses de consolidação, fusão, incorporação de ações, participação em grupo de companhias e aquisição de controle de outra companhia, o direito de retirada não se aplica caso as ações em questão passem em determinados testes relacionados a circulação e liquidez de mercado.

Os acionistas não terão direito de retirada caso suas ações façam parte de índice geral de ações e caso as ações detidas por pessoas não vinculadas ao acionista controlador representem mais da metade das ações em circulação de um determinado tipo ou classe. De acordo com a Resolução CVM nº 78, o índice geral de ações aplicável é o Ibovespa, do qual somos componente.

Direito de Preferência

Em geral, cada um de nossos acionistas tem direito de preferência na subscrição de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações na hipótese de aumento de capital, na proporção de sua participação acionária, exceto na hipótese de concessão e exercício de qualquer opção de compra de ações de nosso capital social. O direito de preferência pode ser exercido e negociado por um período de 30 dias contados da publicação do comunicado de emissão de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e o nosso estatuto social, o conselho de administração poderá, a seu critério, eliminar o direito de preferência dos acionistas na hipótese de emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou subscrição de bônus a serem oferecidos em bolsa de valores ou oferta pública, ou ainda em caso de permuta de ações em oferta pública, com o objetivo de adquirir o controle de outra companhia, nos termos da lei.

Na hipótese de aumento de capital por meio da emissão de novas ações, os titulares de ADSs ou ações ordinárias, exceto nas circunstâncias descritas acima, terão direito de preferência na subscrição de qualquer classe de novas ações emitidas por nós. Contudo, o titular de ADSs poderá ficar impossibilitado de exercer seu direito de preferência atinente às ações ordinárias subjacentes às ADSs, a menos que o seu documento de registro (registration statement), nos termos do Securities Act, esteja em vigor com relação a tais ações ou exista uma isenção da exigência de registro segundo o Securities Act. Para mais informações sobre os riscos relacionados ao nosso direito de preferência, vide “Item 3. Informações-Chave

—3D. Fatores de Risco—Riscos Relacionados às Nossas Ações Ordinárias e ADSs—Titulares de nossos ADSs podem ser incapazes de exercer direitos de preferência com relação às ações ordinárias” de nosso Relatório Anual.

Dividendos e Política de Dividendos

Valores Disponíveis para Distribuição

A cada assembleia geral, o conselho de administração deve fazer uma recomendação acerca da alocação do lucro líquido do exercício anterior. No âmbito da Lei das Sociedades por Ações, entende-se por lucro líquido o lucro após o imposto de renda e contribuição social de cada exercício, líquido dos prejuízos acumulados em exercícios anteriores e quaisquer valores alocados aos empregados e à Administração a título de participação nos lucros, de acordo com as IFRS. Segundo a Lei das Sociedades por Ações e o nosso estatuto social, os valores disponíveis para distribuição de dividendos são aqueles determinados de acordo com as IFRS nas demonstrações financeiras de nossa controladora. Esses valores para distribuição equivalem ao nosso lucro líquido após os impostos, subtraído ou adicionado de:

- quaisquer valores alocados do lucro líquido após a tributação para a reserva legal; e
- quaisquer valores alocados do lucro líquido após a tributação para uma reserva de contingências para prejuízos antecipados ou a reversão da reserva constituída em exercícios anteriores.

Devemos manter uma reserva legal, para a qual devemos destinar 5% do lucro líquido de cada exercício até um total de 20% do nosso capital social. Entretanto, não somos obrigados a fazer qualquer destinação à nossa reserva legal com relação a qualquer exercício social em que esta, quando acrescida às demais reservas constituídas, ultrapassar 30% do capital social. Prejuízo líquido, se houver, deve ser descontado da reserva legal. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de nossa reserva legal era de US\$224,6 milhões, o que equivalia a 14,5% de nosso capital social nessa data.

A Lei das Sociedades por Ações também prevê duas outras possibilidades de alocação discricionária do lucro líquido, sujeitas à aprovação da assembleia geral. Na primeira, um percentual do lucro líquido pode ser alocado a uma reserva de contingências para cobrir prejuízos esperados e considerados prováveis em exercícios subsequentes. Qualquer valor alocado para essa reserva em anos anteriores deve ser revertido no exercício para o qual o prejuízo esperado estava previsto, caso ele não ocorra, ou então baixado, caso ele ocorra. Na segunda possibilidade, o valor de distribuição pode limitar-se ao lucro líquido já realizado no exercício, sendo que a diferença entre esses valores deverá ser alocada a uma reserva de lucros a realizar. Segundo a Lei das Sociedades por Ações, o lucro a realizar representa a soma:

- da reapresentação dos valores das contas do balanço patrimonial;
- da participação no resultado de subsidiárias; e
- do lucro das vendas parceladas a receber após o encerramento do próximo exercício social.

Segundo o nosso estatuto social e sujeito à aprovação da assembleia geral, nosso conselho de administração poderá alocar a uma reserva de investimentos e capital de giro até 75% do lucro líquido ajustado após os impostos de nossa controladora. Essa reserva não poderá exceder 80% de nosso capital social. O objetivo da reserva de investimentos e capital de giro é realizar investimento em ativos fixos ou aumentar nosso capital de giro. O saldo da reserva de investimentos e capital de giro deverá ser utilizado:

- na dedução de prejuízos acumulados, sempre que necessário;
- na distribuição de dividendos, a qualquer tempo;
- no resgate, compra ou recompra de ações no mercado, conforme permitido em lei; e
- no aumento de nosso capital, inclusive por meio de emissão de novas ações.

Também poderemos conceder uma participação em nosso lucro líquido aos membros de nossa Administração e empregados. Contudo, a alocação realizada à reserva de investimentos e capital de giro ou a participação dos membros de nossa Administração e empregados não poderá causar uma redução no valor do dividendo mínimo obrigatório, conforme descrito abaixo.

De outra forma, os valores alocados às reservas, com exceção da reserva para contingências e a reserva de lucros a realizar, em montante excedente ao nosso capital social deverão ser utilizados para aumentar nosso capital ou distribuídos como dividendos em espécie.

Podemos aumentar os valores disponíveis para distribuição por meio da reversão da reserva de contingências para prejuízos esperados constituída em exercícios anteriores, mas não realizada ou que tenha aumentado ou diminuído em função da alocação de lucros provenientes da reserva de lucros a realizar ou destinados a ela. Os valores disponíveis para distribuição são determinados com base nas demonstrações financeiras elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. Não constituímos uma reserva para contingências.

As reservas de lucros são estabelecidas de acordo com a legislação societária brasileira e nosso estatuto social. Essas reservas são calculadas e registradas com base nos rendimentos apurados como se o real fosse a moeda de apresentação. As distribuições de dividendos também são determinadas de acordo com as leis e regulamentos brasileiros e são determinadas como se o real fosse a moeda de apresentação.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, compensamos integralmente nossos prejuízos acumulados contra nosso lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia no valor de R\$1.593,1 milhões. Assim, em 31 de dezembro de 2024, tínhamos lucro líquido distribuível como dividendos (após contabilizar a absorção de prejuízos acumulados, constituição da reserva legal e recomposição da reserva de subvenções governamentais) no valor de R\$205,7 milhões, equivalente a US\$33,2 milhões.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, tínhamos lucro líquido distribuível como dividendos (após contabilizar a absorção de prejuízos acumulados, constituição da reserva legal e recomposição da reserva de subvenções governamentais) no valor de R\$1.855,4 milhões, equivalente a US\$337,2 milhões. Para mais informações, vide a Nota Explicativa 27.7 de nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas de 2025 em nosso Relatório Anual.

Distribuição Obrigatória

A Lei das Sociedades por Ações geralmente exige que o estatuto social de companhias brasileiras especifique um valor percentual mínimo disponível para distribuição de dividendos em cada exercício, o chamado dividendo mínimo obrigatório. Segundo nosso estatuto social o dividendo mínimo obrigatório baseia-se em um percentual mínimo de 25% do nosso lucro líquido ajustado, em vez de um valor fixo por ação. Contudo, a Lei das Sociedades por Ações permite que companhias abertas suspendam a distribuição do dividendo mínimo obrigatório caso o conselho de administração e o conselho fiscal apresentem um relatório à assembleia geral indicando que a distribuição é desaconselhável em vista da situação financeira da Embraer. Essa suspensão está sujeita à aprovação dos acionistas ordinários. Nesse caso, o conselho de administração deverá apresentar uma justificativa para a suspensão junto à CVM. Lucros não distribuídos devido a essa suspensão, deverão ser alocados a uma reserva especial e, caso não sejam utilizados para absorver prejuízos subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que a situação financeira da companhia permitir.

Pagamento de Dividendos

Segundo a Lei das Sociedades por Ações e o nosso estatuto social, devemos realizar uma assembleia geral

ordinária ao final do quarto mês após o encerramento do exercício fiscal em que, entre outros, os acionistas decidirão sobre o pagamento do dividendo anual. O pagamento do dividendo anual baseia-se nas demonstrações financeiras de nossa controladora, elaboradas de acordo com as IFRS para o exercício pertinente. Companhias brasileiras, inclusive a nossa, podem realizar distribuições especiais a acionistas, a título de juros sobre capital próprio, no lugar dos dividendos e como parte do dividendo mínimo obrigatório. Pagamentos de juros sobre o patrimônio líquido são tratados como despesa dedutível para fins de IRPJ e CSLL. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os dividendos geralmente devem ser pagos dentro de 60 dias após a data em que o dividendo foi declarado, a menos que uma deliberação dos acionistas estabeleça outra data de pagamento, que, em ambos os casos, deve ocorrer antes do final do exercício social em que o dividendo foi declarado. Acionistas têm um prazo de três anos a contar da data de pagamento para reclamar dividendos (ou juros sobre capital próprio) relativos às suas ações; após esse prazo, o valor dos dividendos não reclamados reverte para a Companhia.

A Lei das Sociedades por Ações permite que companhias efetuem o pagamento de dividendos intermediários a partir de lucros pré-existentes e acumulados de acordo com as IFRS, com relação ao exercício ou semestre anteriores, com base nas demonstrações financeiras aprovadas pelos acionistas. Segundo nosso estatuto social, os acionistas podem declarar, a qualquer tempo, dividendos intermediários com base em lucros pré-existentes e acumulados, desde que o dividendo mínimo obrigatório já tenha sido distribuído aos acionistas. Nosso estatuto social também nos permite elaborar informações financeiras semestrais e em períodos menores. Nosso conselho de administração poderá aprovar a distribuição de dividendos calculados com base nessas informações financeiras, mesmo antes de serem aprovadas pelos acionistas. Contudo, o valor dos dividendos não poderá exceder o valor das reservas de capital.

Em geral, acionistas não residentes no Brasil devem registrar-se junto ao Banco Central para receber dividendos, lucro de vendas ou outros valores relativos às suas ações e que poderão ser remetidos ao exterior. As ações ordinárias subjacentes aos nossos ADSs serão mantidas no Brasil pelo Banco Itaú S.A., como custodiante e agente para o depositário (o “Custodiante”), que será o proprietário registrado nos registros do escriturador de nossas ações. Nosso atual escriturador é o Itaú Corretora de Valores S.A. No momento em que o depositário realizar o registro eletrônico das ações ordinárias subjacentes às nossas ADSs junto ao Banco Central, os dividendos, lucro de vendas ou outros valores relativos às suas ações poderão ser remetidos ao exterior.

Pagamentos de dividendos e distribuições em dinheiro, se houver, serão feitos em reais ao Custodiante em nome e por conta do depositário, que então converterá os recursos em dólares e fará com que sejam entregues ao depositário para distribuição aos titulares de ADSs. Segundo a legislação brasileira, dividendos pagos a acionistas não residentes no Brasil, inclusive titulares de ADSs, não estão sujeitos ao imposto de renda brasileiro retido na fonte, com exceção de dividendos declarados com base em lucros gerados antes de 31 de dezembro de 1995. Para mais informações sobre tributação no Brasil, vide “Item 10. Informações Adicionais—10E. Tributação—Consequências Tributárias Brasileiras Materiais” de nosso Relatório Anual.

Histórico de Pagamentos de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio e Política de Dividendos

A Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e alterações posteriores, dispõe sobre a distribuição de juros sobre capital próprio como alternativa à distribuição de dividendos, sendo esse pagamento dedutível do imposto de renda e contribuição social. Esse pagamento pode ser efetuado em espécie. O valor limita-se à variação pro rata diária da TJLP (taxa de juros de longo prazo), não podendo exceder o que for maior entre:

- 50% do lucro líquido (após a dedução da contribuição social sobre o lucro líquido, antes da provisão para imposto de renda e valores atribuíveis aos acionistas a título de juros sobre capital próprio líquido) do período em relação ao qual o pagamento for efetuado; ou
- 50% da soma das reservas de lucro e lucros acumulados no início do período em relação ao qual o pagamento for efetuado.

Qualquer pagamento de juros sobre capital próprio a acionistas titulares de ADSs ou ações ordinárias, residentes ou não no Brasil, está sujeito à incidência do imposto de renda retido na fonte à alíquota de 15% ou 25% se o beneficiário for residente em paraíso fiscal, i.e., país ou região que não tribute a renda ou tribute a renda a uma alíquota máxima inferior a 20%, ou cuja legislação imponha restrições sobre o acesso a informações relativas à composição societária ou titularidade do investimento. Para mais informações sobre tributação no Brasil, vide “Item

10. Informações Adicionais—10E. Tributação—Consequências Tributárias Brasileiras Materiais” de nosso Relatório Anual. O valor pago a acionistas a título de juros sobre capital próprio, líquido de imposto retido na fonte, poderá ser incluído como parte do dividendo mínimo obrigatório.

Segundo a legislação brasileira, somos obrigados a distribuir aos nossos acionistas um valor suficiente para assegurar que o valor líquido recebido por eles, após recolhermos o imposto retido na fonte aplicável quanto à distribuição de juros sobre capital próprio, acrescido do valor dos dividendos declarados, seja no mínimo igual ao valor do dividendo mínimo obrigatório. A distribuição de juros sobre capital próprio que não é contabilizada como parte do dividendo mínimo obrigatório está sujeita ao recolhimento de imposto de renda retido na fonte. Todos os pagamentos efetuados até a presente data foram contabilizados como parte do dividendo mínimo obrigatório.

Nenhum dividendo nem juros sobre o patrimônio líquido foram aprovados, e nenhum pagamento desse tipo foi feito, nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Em 2025, nossos acionistas aprovaram uma distribuição de dividendos no valor de R\$463,8 milhões e nosso conselho de administração aprovou o pagamento de juros sobre nosso capital no valor de R\$437,2 milhões, em cada caso com relação aos lucros gerados no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025. Para informações adicionais, consulte “—Distribuição Obrigatória” acima e a nota 27.7 de nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas de 2025 em nosso Relatório Anual.

A legislação societária brasileira e nosso estatuto social exigem que estabeleçamos reservas de lucros, que devem ser calculadas e registradas com base nas demonstrações financeiras em reais, que é nossa moeda de apresentação, em vez de demonstrações financeiras em dólar norte-americano, que é nossa moeda funcional. Além disso, as distribuições de dividendos devem estar alinhadas com as demonstrações financeiras em reais. Em 31 de dezembro de 2024, o lucro do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia totalizou R\$1.918,9 milhões. Em 31 de dezembro de 2025, o lucro do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia totalizou R\$1.953,0 milhões.

Também temos uma reserva de subvenções governamentais, que foi formada nos termos do artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações brasileira. Essa reserva inclui a apropriação da parte dos lucros acumulados resultantes de incentivos governamentais recebidos por nós, que não podem ser distribuídos aos acionistas na forma de dividendos. A reserva de subvenções governamentais é reconhecida em nossa demonstração de resultados no mesmo item de despesa ao qual a subvenção se refere e não é incluída na base de cálculo dos dividendos obrigatórios.

Nossa reserva legal corresponde a uma alocação anual de 5% de nosso lucro líquido do exercício e não pode exceder 20% do capital social ou 30% na soma dessa reserva e das reservas de capital, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações brasileira e nosso estatuto social.

Nossa reserva para investimentos e capital de giro tem o propósito de: (i) assegurar recursos para investimentos em ativos permanentes sem prejuízo da retenção de lucros nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976; (ii) reforçar nossos planos de capital de giro; (iii) ser usada no contexto de resgate, reembolso ou aquisição de ações do capital social da Companhia e (iv) ser distribuída aos acionistas da Companhia.

Pretendemos declarar e pagar dividendos e/ou juros sobre capital próprio, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações e em nosso estatuto social. Nosso conselho de administração poderá aprovar a distribuição de dividendos e/ou juros sobre capital próprio, calculados com base em nossas informações financeiras semestrais ou trimestrais. A declaração anual de dividendos, incluindo dividendos superiores ao dividendo obrigatório, requer a aprovação da maioria de nossos acionistas ordinários. O valor de qualquer distribuição dependerá de vários fatores, como nossos resultados operacionais, situação financeira, necessidades de caixa, perspectivas e demais fatores considerados relevantes pelo nosso conselho de administração e acionistas. No âmbito de nosso planejamento fiscal, poderemos, no futuro, continuar a entender que a distribuição de juros sobre o capital próprio atende aos nossos melhores interesses.

Forma e Transferência

Nossas ações são nominais e escriturais. Assim, a transferência das ações é regida pelo artigo 35 da Lei das Sociedades por Ações. Este Artigo dispõe que a transferência de ações deve ser efetuada por meio de lançamento pelo Banco Itaú S.A., ou instituição depositária, em seus livros, a débito da conta de ações do alienante e a crédito da

conta de ações do adquirente. A BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM também realiza todos os serviços de custódia e transferência de ações e serviços relacionados para nós.

A transferência de ações por acionista estrangeiro é feita da mesma forma pelo representante local do acionista, a menos que o investimento original tenha sido registrado junto ao Banco Central nos termos da Resolução nº 4.373. Nesse caso, o investidor estrangeiro deve realizar a alteração necessária no registro eletrônico das ações para refletir a nova titularidade por meio de seu representante local.

A B3 atua como sistema de liquidação central. Assim, o acionista pode escolher, a seu critério, participar desse sistema e todas as ações nele registradas serão depositadas em custódia da B3 (por meio de uma corretora brasileira devidamente autorizada a operar pelo Banco Central e com conta de liquidação na B3). O fato de essas ações estarem em custódia na B3 aparecerá em nosso livro de acionistas. Por sua vez, cada acionista participante será incluído em nosso livro de acionistas mantido pela B3 e receberá o mesmo tratamento que os acionistas registrados.

Divulgação da Propriedade e Negociação de nossas Ações por Nós, nossos Principais Acionistas, Conselheiros e Diretores ou Membros de nosso Conselho Fiscal e de Participação Relevante

Requisitos Brasileiros

Nos termos das regras da CVM, nossos conselheiros e diretores e membros de nosso conselho fiscal ou de qualquer comitê técnico ou consultivo são obrigados a divulgar a nós, à CVM e à B3 o número, tipo e forma de aquisição de quaisquer valores mobiliários emitidos por nós, ou por nossas subsidiárias de capital aberto, conforme aplicável, e detidos por eles ou quaisquer pessoas a eles relacionadas (como cônjuge, companheiro ou dependente). Devemos fornecer as informações relativas à negociação de quaisquer desses valores mobiliários à CVM em até 10 dias após o encerramento do mês em que foram negociados ou do mês em que os membros da administração foram eleitos. Os indivíduos mencionados acima também devem divulgar a nós quaisquer valores mobiliários emitidos por nós que sejam de propriedade ou negociados por entidades direta ou indiretamente controladas por eles.

Tais informações devem incluir:

- nome e qualificação da pessoa que fornece as informações;
- quantidade, preço, tipo, classe e outras características das ações ou outros valores mobiliários transferidos;
- forma de transferência (transação privada, transação em bolsa de valores ou de outra forma).

Nos termos da legislação brasileira, acionistas que detêm mais de 5% das ações com direito a voto de uma companhia devem divulgar publicamente sua participação acionária à CVM e à bolsa de valores brasileira. Além disso, de acordo com a Resolução CVM nº 44, de 23 de agosto de 2021, conforme alterada (“Resolução CVM 44”), se qualquer acionista ou qualquer grupo de acionistas, atuando em conjunto ou representando o mesmo interesse, aumentar ou diminuir sua participação em nosso capital social direta ou indiretamente (incluindo não apenas ações, mas também outros valores mobiliários e instrumentos derivativos referenciados em nossas ações, liquidados física ou financeiramente) excedendo limites de múltiplos de 5% (isto é, 5%, 10%, 15% etc.), essa pessoa ou entidade deve divulgar imediatamente sua participação acionária a nós nos termos mencionados acima, incluindo as razões e o objetivo da transação e informações sobre qualquer acordo relativo ao exercício de direitos de voto ou à compra e venda dos valores mobiliários. Após receber tal comunicação, devemos divulgar a alteração à CVM e ao mercado. De acordo com a Resolução CVM 44, planos individuais de investimento ou desinvestimento para acionistas controladores diretos ou indiretos, membros de quaisquer órgãos estatutários de uma companhia, bem como quaisquer pessoas que, em razão de sua responsabilidade, função ou cargo em uma companhia listada, sua controladora, subsidiárias ou afiliadas tenham potencial acesso a informação privilegiada, são permitidos, sujeitos a determinados requisitos.

Determinados Requisitos Legais dos EUA

Além disso, segundo o Exchange Act, devem apresentar relatórios os acionistas ou grupos de acionistas que

venham a ser os titulares finais (beneficiário efetivos) (conforme definição prevista da Rule 13d-3 do Exchange Act) de mais de 5% das nossas ações ordinárias. Em geral, esses acionistas devem apresentar, no prazo de cinco dias após a aquisição, um relatório sobre a titularidade final das ações junto à SEC, contendo as informações exigidas pelos regulamentos do Exchange Act. Essas informações também devem ser enviadas a nós e a cada bolsa de valores dos Estados Unidos em que as nossas ações ordinárias sejam negociadas. Os acionistas devem informar-se com seus consultores jurídicos quanto às obrigações de apresentação de relatórios segundo o Exchange Act.

Mecanismo de Proteção à Dispersão Acionária

Nosso estatuto social contém disposições cujo efeito é evitar a concentração de nossas ações nas mãos de um investidor ou de um grupo pequeno de investidores, com o objetivo de proteger a dispersão acionária. Para tanto, essas disposições preveem determinadas obrigações para o acionista ou grupo de acionistas que venha a ser titular de 35% ou mais de nosso capital social, ou um Acionista Adquirente. No prazo máximo de 15 dias após se tornar um Acionista Adquirente, o acionista deve enviar ao Ministério da Fazenda (antigo Ministério da Economia) uma solicitação de realização de oferta para a aquisição da totalidade das nossas ações. Fica inteiramente a critério do governo federal aceitar ou recusar essa solicitação. O Acionista Adquirente não poderá adquirir novas ações até que o governo federal emita o seu parecer sobre a oferta pública. Caso a solicitação seja aceita pelo governo federal, o Acionista Adquirente deverá realizar uma oferta pública para a aquisição da totalidade das ações no prazo de 60 dias após a aceitação. A oferta deverá ser realizada de acordo com as regras da CVM e da B3 e nos termos de nosso estatuto social. Caso a solicitação seja negada pelo governo federal, o Acionista Adquirente deverá vender todas as ações de que for titular acima do limite de 35% do nosso capital social total no prazo de 30 dias. O não cumprimento dessas disposições sujeitará o Acionista Adquirente a uma possível suspensão do direito de voto de suas ações, se assim decidir a assembleia geral convocada por nossa Administração, se uma deliberação nesse sentido for aprovada em uma assembleia geral de nossos acionistas convocada por nossa Administração. Essas disposições não se aplicam a acionistas que venham a ser titulares de 35% ou mais de nosso capital social em determinadas operações especificadas em nosso estatuto social, como por exemplo, o cancelamento de nossas ações ordinárias em tesouraria.

A oferta pública de aquisição deverá: (i) ser direcionada a todos os nossos acionistas; (ii) ser realizada por meio de leilão na B3; (iii) ser lançada a um preço fixo calculados de acordo com o procedimento descrito abaixo; (iv) ser liquidada antecipadamente, em reais; (v) garantir tratamento equitativo a todos os acionistas; (vi) ser irrevogável e não estar sujeita a quaisquer mudanças após a publicação do edital; e (vii) basear-se em relatório de avaliação elaborado nos termos de nosso estatuto social e das regras e regulamentos aplicáveis da CVM.

O preço de aquisição na oferta pública de cada ação será calculado da seguinte forma:

Preço da Oferta Pública de Aquisição = Valor da Ação + Prêmio,

onde:

- “Preço da Oferta de Aquisição” corresponde ao preço de aquisição de cada ação emitida por nós na oferta pública.
- “Valor da Ação” corresponde ao maior valor entre:
 - (i) a cotação unitária mais alta atingida pelas ações emitidas por nós durante o período de 12 meses que anteceder a realização da oferta pública de aquisição, dentre os valores registrados em qualquer bolsa de valores na qual as ações são negociadas;
 - (ii) o preço mais alto pago pelo Acionista Adquirente, durante o período de 36 meses que anteceder a oferta pública de aquisição, por uma ação ou lote de ações emitidas por nós;
 - (iii) o valor equivalente a 14,5 vezes nosso EBITDA Consolidado Médio, conforme definição abaixo, deduzido do nosso endividamento consolidado líquido, dividido pelo número total de ações emitidas por nós; ou
 - (iv) o valor equivalente a 0,6 vezes o valor dos nossos pedidos firmes em backlog, de acordo com as informações mais recentes divulgadas por nós, deduzido do nosso endividamento consolidado líquido, dividido pelo número total de ações emitidas por nós.

- “Prêmio” corresponde a 50% do Valor da Ação.
- “EBITDA Consolidado” corresponde ao nosso lucro operacional consolidado antes das despesas financeiras líquidas, imposto de renda e contribuição social, depreciação, exaustão e amortização, apurados com base nas demonstrações financeiras auditadas do exercício social encerrado mais recente.
- “EBITDA Consolidado Médio” corresponde à média aritmética de nossos EBITDAs Consolidados dos dois últimos exercícios sociais encerrados.

A realização da oferta pública de aquisição não exclui a possibilidade de realização, por nós ou qualquer de nossos acionistas, de uma oferta pública de aquisição concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

II. American Depositary Shares

J.P. Morgan Chase Bank, N.A., como depositário (o “Depositário”), registra e entrega American depositary shares (“ADSs”) da Companhia. Cada ADS representa quatro ações ordinárias (ou direitos de receber ações) (as “Ações”, e juntamente com quaisquer outros valores mobiliários, dinheiro ou propriedade de tempos em tempos mantidos pelo Depositário em relação às Ações depositadas ou em substituição a elas, os “Valores Mobiliários Depositados”) da Companhia, depositadas nos termos do Contrato de Depósito datado de 20 de julho de 2000, conforme alterado e consolidado pela última vez em 18 de novembro de 2019 (conforme alterado de tempos em tempos, o “Contrato de Depósito”) entre a Companhia, o Depositário e todos os titulares e proprietários beneficiários, periodicamente, de American depositary receipts emitidos nos termos dele (“ADRs”).

O escritório do Depositário no qual os ADSs são administrados e seu principal escritório executivo estão localizados em 383 Madison Avenue, Floor 11, New York, New York 10017.

Não tratamos titulares de ADSs como um de nossos acionistas e eles não possuem direitos de acionistas. A legislação brasileira rege os direitos dos acionistas. O Depositário é o titular das ações ordinárias subjacentes aos ADSs. Como titular registrado de ADSs, os titulares de ADSs possuem direitos de titular de ADS. O Contrato de Depósito estabelece os direitos dos titulares de ADS, bem como os direitos e obrigações do Depositário. A legislação de Nova York rege o Contrato de Depósito e os ADSs.

A seguir há um resumo das disposições materiais do Contrato de Depósito. Para informações mais completas, você deve ler o Contrato de Depósito na íntegra e o formulário de ADR, ambos arquivados como Anexo ao Relatório Anual. Termos iniciados por letra maiúscula usados e não definidos na descrição abaixo ou no Relatório Anual terão o significado a eles atribuído no Contrato de Depósito.

(1) Emissão de ADRs. Os ADRs são emitidos de acordo com os termos do Contrato de Depósito. Sujeito aos termos do Contrato de Depósito, o Depositário pode emitir ADRs para entrega no Escritório de Transferência (conforme definido no Contrato de Depósito) apenas contra depósito de: (a) Ações em forma satisfatória ao Custodiante; (b) direitos de receber Ações da Companhia ou de qualquer escriturador, agente de transferência, agente de compensação ou outra entidade que registre a titularidade ou transações de Ações. Em sua capacidade como Depositário, o Depositário não emprestará Ações ou ADSs.

Toda pessoa que deposita Ações nos termos do Contrato de Depósito declara e garante que (a) tais Ações e os certificados correspondentes estão devidamente autorizados, validamente emitidos e em circulação, totalmente integralizados, não sujeitos a chamadas de capital e legalmente obtidos por tal pessoa (b) todos os direitos de preferência e direitos comparáveis, se houver, com relação a tais Ações foram validamente renunciados ou exercidos, (c) a pessoa que faz tal depósito está devidamente autorizada a fazê-lo, (d) as Ações apresentadas para depósito estão livres e desembaraçadas de qualquer ônus, gravame, garantia real, encargo, hipoteca ou reivindicação adversa e (e) tais Ações (A) não são “valores mobiliários restritos”, conforme tal termo é definido na Rule 144 do Securities Act de 1933 (“Restricted Securities”), a menos que, no momento do depósito, os requisitos dos parágrafos (c), (e), (f) e (h) da Rule 144 não se apliquem e tais Ações possam ser livremente transferidas e possam de outra forma ser oferecidas e vendidas livremente nos Estados Unidos ou (B) tenham sido registradas nos termos do Securities Act de 1933. Na medida em que a pessoa que deposita Ações seja uma “affiliate” da Companhia, conforme tal termo é definido na Rule 144, a pessoa também declara e garante que, na venda dos ADSs, todas as disposições da Rule 144

que permitem que as Ações sejam vendidas livremente (na forma de ADSs) serão integralmente cumpridas e, como resultado disso, todos os ADSs emitidos em relação a tais Ações não serão, em sua venda, Restricted Securities. Tais declarações e garantias sobreviverão ao depósito e retirada de Ações e à emissão e cancelamento de ADSs em relação a elas e à transferência desses ADSs. O Depositário não aceitará conscientemente para depósito nos termos do Contrato de Depósito quaisquer Ações que devam ser registradas nos termos do Securities Act de 1933 e não estejam assim registradas. O Depositário pode se recusar a aceitar para tal depósito quaisquer Ações identificadas pela Companhia a fim de facilitar o cumprimento dos requisitos das leis, regras e regulamentos dos Estados Unidos, incluindo, mas não limitado ao, Securities Act de 1933 e às regras e regulamentos promulgados nos termos dele.

(2) Retirada de Valores Mobiliários Depositados. Titulares de ADRs terão o direito de retirar os Valores Mobiliários Depositados a qualquer momento, sujeitos apenas aos motivos estabelecidos na Instrução Geral I.A.(1) do Form F-6 (conforme tais instruções possam ser alteradas de tempos em tempos) nos termos do Securities Act de 1933, incluindo (i) atrasos temporários causados pelo fechamento dos livros de transferência do Depositário ou da Companhia ou pelo depósito de Ações em conexão com votação em assembleia de acionistas, ou pagamento de dividendos, (ii) pagamento de taxas, impostos e encargos similares, e (iii) cumprimento de quaisquer leis ou regulamentos governamentais relacionados aos ADRs ou à retirada de Valores Mobiliários Depositados. Sujeito aos parágrafos (4) e (5), mediante a entrega de (i) um ADR certificado em forma satisfatória ao Depositário no Escritório de Transferência ou (ii) instruções e documentação adequadas no caso de um Direct Registration ADR, o Titular deste tem direito à entrega no escritório do Custodiante, ou na medida em que estejam em forma desmaterializada, dos Valores Mobiliários Depositados então representados pelos ADSs evidenciados por este ADR. A pedido, risco e despesa do Titular deste, o Depositário pode entregar tais Valores Mobiliários Depositados em outro local que possa ter sido solicitado pelo Titular.

(3) Transferências de ADRs. O Depositário ou seu agente manterá, em um escritório de transferência designado (o “Escritório de Transferência”), (a) um registro (o “ADR Register”) para o registro, registro de transferência, combinação e desdobramento de ADRs e, no caso de Direct Registration ADRs, incluirá o Direct Registration System, que em todos os horários razoáveis estará aberto à inspeção por Titulares e pela Companhia para fins de comunicação com Titulares no interesse dos negócios da Companhia ou de uma matéria relacionada ao Contrato de Depósito e (b) instalações para entrega e recebimento de ADRs. O termo ADR Register inclui o Direct Registration System. O título sobre este ADR (e sobre os Valores Mobiliários Depositados representados pelos ADSs evidenciados por este), quando devidamente endossado (no caso de ADRs em forma certificada) ou mediante entrega ao Depositário de instrumentos de transferência adequados, é transferível por entrega com o mesmo efeito que no caso de instrumentos negociáveis sob as leis do Estado de Nova York; desde que o Depositário, não obstante qualquer aviso em contrário, possa tratar a pessoa em cujo nome este ADR está registrado no ADR Register como proprietária absoluta deste para todos os fins e nem o Depositário nem a Companhia terão qualquer obrigação ou estarão sujeitos a qualquer responsabilidade nos termos do Contrato de Depósito ou de qualquer ADR perante qualquer proprietário beneficiário de um ADS, a menos que tal proprietário beneficiário seja o Titular deste. Sujeito aos parágrafos (4) e (5), este ADR é transferível no ADR Register e pode ser desdobrado em outros ADRs ou combinado com outros ADRs em um ADR, evidenciando o número agregado de ADSs entregues para desdobramento ou combinação, pelo Titular deste ou por procurador devidamente autorizado mediante entrega deste ADR no Escritório de Transferência devidamente endossado (no caso de ADRs em forma certificada) ou mediante entrega ao Depositário de instrumentos de transferência adequados e devidamente selados conforme possa ser exigido pela lei aplicável; desde que o Depositário possa fechar o ADR Register a qualquer momento ou de tempos em tempos quando julgar conveniente ou, no caso da parte de emissão escritural do ADR Register, quando razoavelmente solicitado pela Companhia apenas para permitir que a Companhia cumpra a lei ou regulamentos aplicáveis da CVM. A pedido de um Titular, o Depositário deverá, para fins de substituir um ADR certificado por um Direct Registration ADR, ou vice-versa, executar e entregar um ADR certificado ou um Direct Registration ADR, conforme o caso, para qualquer número autorizado de ADSs solicitado, evidenciando o mesmo número agregado de ADSs que aqueles evidenciados pelo ADR certificado ou Direct Registration ADR, conforme o caso, substituído.

(4) Determinadas Limitações. Antes da emissão, registro, registro de transferência, desdobramento ou combinação de qualquer ADR, da entrega de qualquer distribuição em relação a ele, ou, sujeito à última frase do parágrafo (2), da retirada de quaisquer Valores Mobiliários Depositados, e de tempos em tempos no caso da cláusula (b)(ii) deste parágrafo (4), a Companhia, o Depositário ou o Custodiante podem exigir: (a) pagamento em relação a isso de (i) qualquer imposto de transferência de ações ou outro imposto ou outro encargo governamental, (ii)

quaisquer taxas de transferência de ações ou registro em vigor para o registro de transferências de Ações ou outros Valores Mobiliários Depositados em qualquer registro aplicável e (iii) quaisquer encargos aplicáveis conforme previsto no parágrafo (7) deste ADR; (b) a apresentação de prova satisfatória a ele de (i) identidade de qualquer signatário e autenticidade de qualquer assinatura e (ii) outras informações, incluindo, sem limitação, informações quanto a cidadania, residência, aprovação de controle cambial, propriedade beneficiária ou outra propriedade de quaisquer valores mobiliários, cumprimento da lei aplicável, regulamentos, disposições de ou que regem Valores Mobiliários Depositados e termos do Contrato de Depósito e deste ADR, conforme possa julgar necessário ou apropriado; e (c) cumprimento de tais regulamentos que o Depositário possa estabelecer consistentes com o Contrato de Depósito e quaisquer regulamentos dos quais o Depositário seja informado por escrito pela Companhia que sejam considerados desejáveis pelo Depositário, pela Companhia ou pelo Custodiante para facilitar o cumprimento de quaisquer regras ou regulamentos aplicáveis do Banco Central ou da CVM.

A emissão de ADRs, a aceitação de depósitos de Ações, o registro, registro de transferência, desdobramento ou combinação de ADRs ou, sujeito à última frase do parágrafo (2), a retirada de Valores Mobiliários Depositados podem ser suspensos, de forma geral ou em casos específicos, quando o ADR Register ou qualquer registro de Valores Mobiliários Depositados estiver fechado ou quando qualquer dessas ações for considerada aconselhável pelo Depositário.

(5) Responsabilidade por Impostos, Taxas e Outros Encargos. Se qualquer imposto ou outro encargo governamental se tornar pagável por ou em nome do Custodiante ou do Depositário com relação ao ADR, quaisquer Valores Mobiliários Depositados representados pelos ADSs ou qualquer distribuição sobre eles, tal imposto ou outro encargo governamental será pago pelo Titular deste ao Depositário, e ao deter ou ter detido este ADR ou quaisquer ADSs evidenciados por este, o Titular e todos os proprietários beneficiários deste e deles, e todos os Titulares e proprietários beneficiários anteriores deste e deles, concordam, conjunta e solidariamente, em indenizar, defender e isentar de responsabilidade cada um do Depositário e seus agentes em relação a tal imposto ou outro encargo governamental. O Depositário pode se recusar a efetuar qualquer registro, registro de transferência, desdobramento ou combinação deste ou, sujeito à primeira frase do parágrafo (2), qualquer retirada de tais Valores Mobiliários Depositados até que tal pagamento seja feito. O Depositário também pode deduzir de quaisquer distribuições sobre ou em relação a Valores Mobiliários Depositados, ou pode vender por venda pública ou privada por conta do Titular deste qualquer parte ou todos esses Valores Mobiliários Depositados, e pode aplicar tal dedução ou os recursos de tal venda no pagamento de tal imposto ou outro encargo governamental, permanecendo o Titular deste responsável por qualquer insuficiência e, se apropriado, deverá reduzir o número de ADSs para refletir quaisquer dessas vendas de Ações e deverá distribuir os recursos líquidos de tal venda ou o saldo de qualquer propriedade após dedução de tal imposto ou outro encargo governamental. Em conexão com qualquer distribuição a Titulares, a Companhia remeterá à autoridade ou agência governamental apropriada todos os valores (se houver) exigidos a serem retidos e devidos a tal autoridade ou agência pela Companhia; e o Depositário e o Custodiante remeterão à autoridade ou agência governamental apropriada todos os valores (se houver) exigidos a serem retidos e devidos a tal autoridade ou agência pelo Depositário ou pelo Custodiante. Se o Depositário determinar que qualquer distribuição em propriedade que não dinheiro (incluindo Ações ou direitos) sobre Valores Mobiliários Depositados está sujeita a qualquer imposto que o Depositário ou o Custodiante seja obrigado a reter, o Depositário pode alienar toda ou parte de tal propriedade em tais valores e de tal maneira que o Depositário julgue necessária e praticável para pagar tais impostos, por venda pública ou privada, e o Depositário deverá distribuir os recursos líquidos de tal venda ou o saldo de qualquer propriedade após dedução de tais impostos aos Titulares com direito a eles. Cada Titular e proprietário beneficiário de ADSs concorda em indenizar o Depositário, a Companhia, o Custodiante e quaisquer de seus respectivos diretores, conselheiros, empregados, agentes e afiliadas contra, e isentar cada um deles de, quaisquer reivindicações de qualquer autoridade governamental com relação a impostos, acréscimos a impostos, penalidades ou juros decorrentes de qualquer restituição de impostos, alíquota reduzida de retenção na fonte ou outro benefício fiscal obtido. As obrigações de Titulares e proprietários beneficiários de ADSs nos termos deste parágrafo (5) sobreviverão a qualquer transferência de ADSs, qualquer entrega de ADSs, a retirada de Valores Mobiliários Depositados e qualquer rescisão do Contrato de Depósito.

(6) Divulgação de Participações. Titulares e titulares de participações em ADSs estarão sujeitos às disposições dos Atos Constitutivos da Companhia e aos regulamentos aplicáveis da CVM e quaisquer outros regulamentos do Brasil ou leis de valores mobiliários dos EUA relacionados à divulgação de participações em Ações. Na medida em que as disposições de ou que regem quaisquer Valores Mobiliários Depositados possam exigir divulgação ou impor limites à propriedade beneficiária ou outra propriedade de Valores Mobiliários Depositados, outras Ações e outros

valores mobiliários e possam prever outros direitos para exigir tal divulgação ou limites, Titulares e todas as pessoas que detêm ADRs concordam em cumprir todos esses requisitos de divulgação e limitações de propriedade e cooperar com o Depositário no cumprimento, pelo Depositário, de quaisquer instruções da Companhia a esse respeito, e o Depositário envidará esforços razoáveis para cumprir tais instruções da Companhia. A Companhia reserva-se o direito de instruir Titulares (e, por meio de qualquer desses Titulares, os proprietários beneficiários de, ou em, ADSs evidenciados pelos ADRs registrados em nome de tal Titular) a entregar seus ADSs para cancelamento e retirada dos Valores Mobiliários Depositados, a fim de permitir que a Companhia lide diretamente com o Titular e/ou proprietário beneficiário deles como titular de Ações, e Titulares e proprietários beneficiários concordam em cumprir tais instruções.

(7) Encargos do Depositário. O Depositário pode cobrar e arrecadar de cada pessoa à qual ADRs sejam emitidos contra depósitos de Ações, incluindo depósitos relativos a Distribuições de Ações, Direitos e Outras Distribuições (conforme tais termos são definidos no parágrafo (10)), e de cada pessoa que entregue ADRs para retirada de Valores Mobiliários Depositados, US\$5,00 para cada 100 ADSs (ou fração disso) evidenciados pelos ADRs entregues ou apresentados. O Depositário poderá vender (por meio de venda pública ou privada) valores mobiliários suficientes e patrimônio recebido com relação à Distribuição de Ações, Direitos e Outras Distribuições anteriormente ao depósito para pagar essas taxas. Os Titulares, os proprietários beneficiários de, ou em, ADSs, qualquer parte que deposite ou retire Ações ou qualquer parte que entregue ADSs e/ ou à qual ADSs sejam emitidos também estão sujeitos a encargos adicionais, conforme estabelecido no Contrato de Depósito. A Companhia pagará todos os demais encargos e despesas do Depositário e de qualquer agente do Depositário (exceto o Custodiante) nos termos de acordos de tempos em tempos entre a Companhia e o Depositário, exceto (i) impostos de transferência de ações ou outros impostos e outros encargos governamentais (que são pagáveis por Titulares ou pessoas que depositam Ações),

(ii) encargos de transmissão e entrega por SWIFT, cabo, telex e fac-símile incorridos a pedido de pessoas que depositam, ou Titulares que entregam Ações, ADRs ou Valores Mobiliários Depositados (que são pagáveis por tais pessoas ou Titulares), e (iii) taxas de transferência ou registro para o registro ou transferência de Valores Mobiliários Depositados em qualquer registro aplicável em conexão com o depósito ou retirada de Valores Mobiliários Depositados (que são pagáveis por pessoas que depositam Ações ou Titulares que retiram Valores Mobiliários Depositados). Sujeito a determinados termos e taxas, para facilitar a administração de várias transações de recibos depositários, incluindo desembolso de dividendos ou outras distribuições em dinheiro e outros atos societários, o Depositário pode contratar a mesa de câmbio dentro do JPMorgan Chase Bank, N.A. e/ou suas afiliadas a fim de celebrar transações de câmbio à vista para converter moeda estrangeira em dólares dos EUA (“Transações FX”). Detalhes adicionais relativos à taxa de câmbio aplicável, ao spread aplicável e à execução de Transações FX serão fornecidos pelo Depositário em ADR.com.

(8) Informações Disponíveis. O Contrato de Depósito, as disposições de ou que regem Valores Mobiliários Depositados e quaisquer comunicações escritas da Companhia, que sejam recebidas pelo Custodiante ou seu nomee como titular de Valores Mobiliários Depositados e disponibilizadas de forma geral aos titulares de Valores Mobiliários Depositados, estão disponíveis para inspeção por Titulares nos escritórios do Depositário e do Custodiante e no Escritório de Transferência. O Depositário distribuirá cópias de tais comunicações (ou traduções ou resumos em inglês delas) aos Titulares quando fornecidas pela Companhia. A Companhia está sujeita aos requisitos de relatório periódico do Securities Exchange Act de 1934 e, consequentemente, arquiva determinados relatórios junto à United States Securities and Exchange Commission (a “Commission”). Tais relatórios e outras informações podem ser inspecionados e copiados por meio do sistema EDGAR da Commission ou em instalações públicas de referência mantidas pela Commission localizadas na data deste documento em 100 F Street, NE, Washington, DC 20549.

(9) Execução. Este ADR não será válido para qualquer finalidade a menos que seja executado pelo Depositário pela assinatura manual ou fac-símile de um diretor devidamente autorizado do Depositário. O escritório do Depositário está localizado em 383 Madison Avenue, Floor 11, New York, New York.

(10) Distribuições sobre Valores Mobiliários Depositados. Sujeito aos parágrafos (4) e (5), e quaisquer restrições impostas pela legislação brasileira, regulamentação ou autorização aplicável, na medida praticável, o Depositário distribuirá a cada Titular com direito a isso na data de registro fixada pelo Depositário para esse fim no endereço de tal Titular constante do ADR Register, proporcionalmente ao número de Valores Mobiliários

Depositados (sobre os quais as seguintes distribuições sobre Valores Mobiliários Depositados são recebidas pelo Custodiante) representados por ADSs evidenciados pelos ADRs de tal Titular: (a) Dinheiro. Quaisquer

dólares dos EUA disponíveis ao Depositário resultantes de dividendo em dinheiro ou outra distribuição em dinheiro ou dos recursos líquidos de vendas de qualquer outra distribuição ou parte dela autorizada neste parágrafo (10) (“Dinheiro”), em base média ou outra base praticável, sujeito a (i) ajustes apropriados por impostos retidos, (ii) tal distribuição ser inadmissível ou impraticável com relação a determinados Titulares, e (iii) dedução das taxas e despesas do Depositário e/ou de seus agentes em (1) converter qualquer moeda estrangeira em dólares dos EUA por venda ou de outra maneira que o Depositário possa determinar na medida em que determine que tal conversão pode ser feita em base razoável, (2) transferir moeda estrangeira ou dólares dos EUA para os Estados Unidos por tais meios que o Depositário possa determinar na medida em que determine que tal transferência pode ser feita em base razoável, (3) obter qualquer aprovação ou licença de qualquer autoridade governamental exigida para tal conversão ou transferência, que seja obtível a custo razoável e dentro de prazo razoável e (4) realizar qualquer venda por meios públicos ou privados de qualquer maneira comercialmente razoável. Se a Companhia tiver informado ao Depositário nos termos das disposições do Contrato de Depósito que qualquer tal conversão, transferência ou distribuição só pode ser efetuada com aprovação ou licença do governo brasileiro ou de qualquer agência dele, ou se o Depositário tomar conhecimento de qualquer outra aprovação ou licença governamental exigida para isso, o Depositário pode, a seu critério, solicitar tal aprovação ou licença, se houver, conforme a Companhia ou seus advogados brasileiros possam razoavelmente instruir por escrito ou conforme o Depositário possa julgar desejável, incluindo, sem limitação, registro no Banco Central. (b) Ações. (i) ADRs adicionais evidenciando ADSs inteiros representando quaisquer Ações disponíveis ao Depositário resultantes de dividendo ou distribuição gratuita sobre Valores Mobiliários Depositados consistindo em Ações (uma “Distribuição de Ações”) e (ii) dólares dos EUA disponíveis a ele resultantes dos recursos líquidos de vendas de Ações recebidas em uma Distribuição de Ações, as quais dariam origem a ADSs fracionários se ADRs adicionais fossem emitidos para elas, como no caso de Dinheiro. (c) Direitos. (i) Warrants ou outros instrumentos, a critério do Depositário, representando direitos de adquirir ADRs adicionais em relação a quaisquer direitos de subscrever Ações adicionais ou direitos de qualquer natureza disponíveis ao Depositário como resultado de uma distribuição sobre Valores Mobiliários Depositados (“Direitos”), na medida em que a Companhia forneça tempestivamente ao Depositário evidência satisfatória ao Depositário de que o Depositário pode distribuí-los legalmente (a Companhia não tem obrigação de fornecer tal evidência), ou (ii) na medida em que a Companhia não forneça tal evidência e vendas de Direitos sejam praticáveis, quaisquer dólares dos EUA disponíveis ao Depositário provenientes dos recursos líquidos de vendas de Direitos como no caso de Dinheiro, ou (iii) na medida em que a Companhia não forneça tal evidência e tais vendas não possam ser realizadas de forma praticável em razão da intransferibilidade dos Direitos, mercados limitados para eles, sua curta duração ou de outra forma, nada (e quaisquer Direitos podem expirar). (d) Outras Distribuições. (i) Valores mobiliários ou propriedade disponíveis ao Depositário resultantes de qualquer distribuição sobre Valores Mobiliários Depositados que não Dinheiro, Distribuições de Ações e Direitos (“Outras Distribuições”), por quaisquer meios que o Depositário, após consulta à Companhia se praticável, possa julgar equitativos e praticáveis, ou (ii) na medida em que o Depositário julgue que a distribuição de tais valores mobiliários ou propriedade não seja equitativa e praticável, quaisquer dólares dos EUA disponíveis ao Depositário provenientes dos recursos líquidos de vendas de Outras Distribuições como no caso de Dinheiro. O Depositário reserva-se o direito de utilizar uma divisão, filial ou afiliada do JPMorgan Chase Bank, N.A. para dirigir, gerenciar e/ou executar qualquer venda pública e/ou privada de valores mobiliários nos termos deste documento. Tal divisão, filial e/ou afiliada pode cobrar do Depositário uma taxa em conexão com tais vendas, sendo essa taxa considerada uma despesa do Depositário contemplada acima e/ou nos termos do parágrafo (7) deste. Quaisquer dólares dos EUA disponíveis serão distribuídos por cheques sacados contra um banco nos Estados Unidos por dólares e centavos inteiros. Centavos fracionários serão retidos sem responsabilidade e tratados pelo Depositário de acordo com suas práticas então vigentes. Todas as compras e vendas de valores mobiliários serão tratadas pelo Depositário de acordo com suas políticas então vigentes, que atualmente estão estabelecidas na seção “Depository Receipt Sale and Purchase of Security” de <https://www.adr.com/Investors/FindOutAboutDRs>, cuja localização e conteúdo serão de responsabilidade exclusiva do Depositário.

(11) Conversão de Moeda Estrangeira. Sempre que o Depositário ou o Custodiante receber moeda estrangeira, como dividendo em Dinheiro ou Outra Distribuição ou como recursos líquidos da venda de valores mobiliários, propriedade ou direitos, que, no julgamento do Depositário, possa então ser convertida em base razoável em dólares dos EUA que possam, no momento de seu recebimento, ser transferidos para os Estados Unidos, o Depositário deverá, tão prontamente quanto praticável, converter ou fazer com que seja convertida, por venda ou de qualquer outra maneira que possa determinar, tal moeda estrangeira em dólares dos EUA e deverá transferir os dólares dos EUA resultantes (líquidos de seus encargos e despesas para efetuar tal conversão) para os Estados Unidos. Tais

dólares dos EUA deverão ser distribuídos tão prontamente quanto praticável aos Titulares com direito a eles ou, se o Depositário tiver distribuído quaisquer warrants ou outros instrumentos que confirmem aos titulares deles o direito a tais dólares dos EUA, então aos titulares de tais warrants ou instrumentos, conforme aplicável, mediante entrega deles para cancelamento. Tal distribuição pode ser feita em base média ou outra base praticável sem considerar quaisquer distinções entre Titulares em razão de restrições cambiais ou de outra forma. Se tal conversão ou distribuição puder ser efetuada apenas com a aprovação ou licença de qualquer governo ou agência dele, incluindo, sem limitação, registro no Banco Central, o Depositário deverá, mediante solicitação escrita da Companhia, a menos que proibido pela lei aplicável ou de outra forma impraticável na opinião razoável do Depositário, apresentar tal solicitação de aprovação ou licença, se houver, conforme julgar praticável; desde que, no entanto, o Depositário tenha o direito de confiar em assessoria jurídica local brasileira nessas matérias, a qual deverá ser instruída a agir tão prontamente quanto possível. A Companhia não será obrigada a fazer qualquer tal protocolo em nome do Depositário. Se a qualquer momento o Depositário determinar que, em seu julgamento razoável, qualquer moeda estrangeira recebida pelo Depositário não é conversível em base razoável em dólares dos EUA transferíveis para os Estados Unidos, ou se qualquer aprovação ou licença de qualquer autoridade ou agência governamental exigida para tal conversão for negada ou, na opinião do Depositário, não for obtível a custo razoável ou dentro de prazo razoável, o Depositário pode, sujeito às leis e regulamentos aplicáveis, e após consulta à Companhia, distribuir a moeda estrangeira (ou um documento apropriado evidenciando o direito de receber tal moeda estrangeira) aos Titulares com direito a recebê-la, ou manter tal moeda estrangeira (sem responsabilidade por juros sobre ela) por conta dos respectivos Titulares com direito a recebê-la; desde que, no entanto, se solicitado por escrito por um Titular com direito a ela, o Depositário possa, a seu critério, distribuir a moeda estrangeira, tão prontamente quanto praticável. Se qualquer tal conversão de moeda estrangeira, no todo ou em parte, puder ser efetuada para distribuição a alguns, mas não todos, os Titulares com direito a ela, o Depositário deverá fazer tal conversão e distribuição em dólares dos EUA na medida permitida aos Titulares com direito a ela e poderá distribuir ou manter tal saldo (sem responsabilidade por juros sobre ele) por conta dos respectivos Titulares com direito a ele para os quais tal conversão e distribuição não seja praticável; desde que, no entanto, se solicitado por escrito por um Titular com direito a ele e permitido pela lei aplicável, o Depositário possa, a seu critério, distribuir a moeda estrangeira, tão prontamente quanto praticável.

(12) Datas de Registro. O Depositário pode, após consulta à Companhia se praticável, fixar uma data de registro (que, na medida aplicável, deverá ser tão próxima quanto praticável de qualquer data de registro correspondente fixada pela Companhia) para a determinação dos Titulares que serão responsáveis pela taxa cobrada pelo Depositário pela administração do programa de ADR e por quaisquer despesas previstas no parágrafo (7) deste, bem como para a determinação dos Titulares que terão direito a receber qualquer distribuição sobre ou em relação a Valores Mobiliários Depositados, dar instruções para o exercício de quaisquer direitos de voto, receber qualquer aviso ou agir em relação a outras matérias, e apenas tais Titulares terão direito ou serão obrigados.

(13) Votação de Valores Mobiliários Depositados. Tão logo praticável após o recebimento da Companhia de aviso de qualquer assembleia ou solicitação de consentimentos ou procurações de titulares de Ações ou outros Valores Mobiliários Depositados, o Depositário, mediante solicitação escrita da Companhia, deverá enviar aos Titulares um aviso declarando (a) tais informações conforme contidas em tal aviso e quaisquer materiais de solicitação, (b) que cada Titular na data de registro fixada pelo Depositário para esse fim terá direito, sujeito a quaisquer disposições aplicáveis da legislação brasileira, dos Atos Constitutivos da Companhia e das disposições deste, a instruir o Depositário quanto ao exercício dos direitos de voto, se houver, relativos aos Valores Mobiliários Depositados representados pelos ADSs evidenciados pelos ADRs de tal Titular e (c) a forma como tais instruções podem ser dadas. Não há garantia de que Titulares e proprietários beneficiários de participações em ADSs em geral ou qualquer Titular ou proprietários beneficiários de participações em ADSs em particular receberão o Aviso de Votação com tempo suficiente para permitir que tal Titular ou proprietário beneficiário de participações em ADSs devolva quaisquer instruções de votação ao Depositário tempestivamente. Mediante o recebimento de instruções de um Titular em tal data de registro na forma e em ou antes da data estabelecida pelo Depositário para esse fim, o Depositário deverá enviar esforços, na medida praticável e permitida pelas disposições de ou que regem Valores Mobiliários Depositados, para votar ou fazer com que sejam votados os Valores Mobiliários Depositados representados pelos ADSs evidenciados pelos ADRs de tal Titular de acordo com tais instruções. O Depositário não exercerá por si só qualquer discricionariedade de voto com relação a qualquer Valor Mobiliário Depositado.

(14) Mudanças que Afetam Valores Mobiliários Depositados. Sujeito aos parágrafos (4) e (5), o Depositário pode, a seu critério, alterar este ADR ou distribuir ADRs adicionais ou alterados (com ou sem chamar este ADR para troca) ou dinheiro, valores mobiliários ou propriedade na data de registro fixada pelo Depositário para esse fim para refletir qualquer mudança no valor nominal, desdobramento, consolidação, cancelamento ou outra reclassificação de Valores Mobiliários Depositados, qualquer Distribuição de Ações ou Outra Distribuição não distribuída a Titulares ou qualquer dinheiro, valores mobiliários ou propriedade disponível ao Depositário em relação a Valores Mobiliários Depositados decorrente de (e o Depositário fica autorizado a entregar quaisquer Valores Mobiliários Depositados a qualquer pessoa e, independentemente de tais Valores Mobiliários Depositados serem entregues ou de outra forma cancelados por força de lei, regra, regulamento ou de outra forma, a vender por venda pública ou privada qualquer propriedade recebida em conexão com) qualquer recapitalização, reorganização, fusão, consolidação, liquidação, intervenção judicial, falência ou venda de todos ou substancialmente todos os ativos da Companhia. Na medida em que o Depositário não altere este ADR ou faça uma distribuição aos Titulares para refletir qualquer dos itens acima, ou os recursos líquidos deles, qualquer dinheiro, valores mobiliários ou propriedade resultante de qualquer dos itens acima constituirá Valores Mobiliários Depositados e cada ADS evidenciado por este ADR representará automaticamente sua participação proporcional nos Valores Mobiliários Depositados então constituídos.

(15) Exoneração. O Depositário, a Companhia, seus agentes e cada um deles: (a) não incorrerão em responsabilidade (i) se lei, regra ou regulamento dos Estados Unidos, Brasil ou qualquer outro país ou jurisdição ou de qualquer outra autoridade governamental ou regulatória ou bolsa de valores ou ato constitutivo da Companhia, caso fortuito, guerra ou outra circunstância fora de seu controle impedir, atrasar ou sujeitar a qualquer penalidade civil ou criminal qualquer ato que o Contrato de Depósito ou o ADR preveja que deva ser feito ou executado por ele, ou (ii) em razão de qualquer exercício ou não exercício de qualquer discricionariedade conferida a ele no Contrato de Depósito ou no ADR; (b) não assumirão responsabilidade exceto para cumprir suas obrigações (exceto aquelas diretamente relacionadas ao manuseio de Valores Mobiliários Depositados e Dinheiro) na medida em que estejam especificamente estabelecidas no ADR e no Contrato de Depósito sem negligência grave ou dolo; (c) no caso do Depositário e seus agentes, não serão obrigados a comparecer, ajuizar ou defender qualquer ação, processo ou outro procedimento em relação a quaisquer Valores Mobiliários Depositados, ADSs ou este ADR; (d) no caso da Companhia e seus agentes nos termos deste (exceto o Depositário), não serão obrigados a comparecer, ajuizar ou defender qualquer ação, processo ou outro procedimento em relação a quaisquer Valores Mobiliários Depositados ou ao ADR, que em sua opinião possa envolvê-los em despesa ou responsabilidade, a menos que indenização satisfatória a eles contra todas as despesas (incluindo honorários e desembolsos de advogados) e responsabilidade seja fornecida tantas vezes quanto exigido; e (e) não serão responsáveis por qualquer ação ou omissão por eles com base em aconselhamento ou informação de assessores jurídicos, contadores, qualquer pessoa que apresente Ações para depósito, qualquer Titular ou qualquer outra pessoa que acreditem de boa-fé ser competente para fornecer tal aconselhamento ou informação.

(16) Renúncia e Remoção do Depositário; o Custodiante. O Depositário pode renunciar como Depositário por meio de aviso escrito de sua eleição de fazê-lo entregue à Companhia, ou ser removido como Depositário pela Companhia por meio de aviso escrito de tal remoção entregue ao Depositário; tal renúncia ou remoção entrará em vigor após a nomeação e aceitação por um depositário sucessor. O Depositário pode, após consulta à Companhia, nomear Custodiantes substitutos ou adicionais e o termo “Custodiante” refere-se a cada Custodiante ou a todos os Custodiantes, conforme o contexto exigir.

(71) Alteração. Sujeito à última frase do parágrafo (2), os ADRs e o Contrato de Depósito podem ser alterados pela Companhia e pelo Depositário, desde que qualquer alteração que imponha ou aumente quaisquer taxas ou encargos (exceto impostos de transferência de ações ou outros impostos e outros encargos governamentais, taxas de transferência ou registro, custos de transmissão por SWIFT, cabo, telex ou fac-símile, custos de entrega ou outras despesas semelhantes), ou que de outra forma prejudique qualquer direito substancial existente dos Titulares, entrará em vigor 30 dias após aviso de tal alteração ter sido dado aos Titulares. Todo Titular de ADR e proprietário beneficiário de ADSs no momento em que qualquer alteração ao Contrato de Depósito assim entrar em vigor será considerado, ao continuar a deter tal ADR, como tendo consentido e concordado com tal alteração e em estar vinculado ao Contrato de Depósito conforme alterado por ela. Em nenhum caso qualquer alteração prejudicará o direito do Titular de qualquer ADR de entregar tal ADR e receber os Valores Mobiliários Depositados representados por ele, exceto para cumprir disposições obrigatórias da lei aplicável.

(18) **Rescisão.** O Depositário pode, e deverá mediante instrução escrita da Companhia, rescindir o Contrato de Depósito e o ADR enviando aviso de tal rescisão aos Titulares pelo menos 30 dias antes da data fixada em tal aviso para tal rescisão, sujeito a determinadas condições. Após a data assim fixada para rescisão, o Depositário e seus agentes não executarão mais atos nos termos do Contrato de Depósito e do ADR, exceto para avisar Titulares de tal rescisão, receber e manter (ou vender) distribuições sobre Valores Mobiliários Depositados e entregar Valores Mobiliários Depositados sendo retirados. Tão logo praticável após a data assim fixada para rescisão, o Depositário deverá envidar esforços razoáveis para vender os Valores Mobiliários Depositados e, posteriormente (enquanto puder fazê-lo legalmente), manter em uma conta (que pode ser segregada ou não segregada) os recursos líquidos de tais vendas, juntamente com qualquer outro dinheiro então mantido por ele nos termos do Contrato de Depósito, sem responsabilidade por juros, em trust para benefício proporcional dos Titulares de ADRs não entregues até então. Após fazer tal venda, o Depositário será liberado de todas as obrigações em relação ao Contrato de Depósito e a este ADR, exceto prestar contas de tais recursos líquidos e outro dinheiro. Após a data assim fixada para rescisão, a Companhia será liberada de todas as obrigações nos termos do Contrato de Depósito, exceto por suas obrigações perante o Depositário e seus agentes.

III. Notas de 5,980% com vencimento em 2035

O resumo a seguir das Notas de 5,980% com vencimento em 2035 (as “Notas 2035”) baseia-se na indenture datada de 11 de fevereiro de 2025 (a “Base Indenture”), entre Embraer Netherlands Finance B.V., como emissora (a “Emissora”), Embraer S.A., como garantidora (a “Garantidora”), e The Bank of New York Mellon, como trustee (juntamente com qualquer trustee sucessor, o “Trustee”), e como registrador, agente de transferência e agente pagador, conforme suplementada por uma first supplemental indenture datada de 11 de fevereiro de 2025 (juntamente com a Base Indenture, a “Indenture das Notas 2035”). Este resumo não pretende ser completo e é qualificado em sua totalidade por referência à Indenture das Notas 2035. Termos iniciados por letra maiúscula usados, mas não definidos neste documento, têm os significados atribuídos a eles na Indenture das Notas 2035.

Geral; Forma; Denominações

As Notas 2035 constituem uma série separada de títulos de dívida seniores emitidos nos termos da Base Indenture. As Notas 2035 serão emitidas em forma totalmente registrada, sem cupons de juros, e inicialmente serão representadas por uma ou mais notas globais depositadas com, ou em nome de, um depositário (incluindo DTC) e registradas em nome de um nominee de tal depositário. As Notas 2035 serão emitidas em denominações mínimas de US\$2.000 e múltiplos integrais de US\$1.000 acima disso. As Notas 2035 não são conversíveis ou permutáveis por quaisquer outros valores mobiliários e não preveem amortização de principal. As Notas 2035 não têm direito ao benefício de qualquer fundo de amortização.

A Indenture das Notas 2035, as Notas 2035 e a garantia relacionada serão regidas pelas leis do Estado de Nova York. As Notas 2035 estão listadas na New York Stock Exchange.

Pagamentos de Juros

As Notas 2035 vencerão em 11 de fevereiro de 2035. As Notas 2035 vencem juros à taxa de 5,980% ao ano, e os juros são pagáveis em dinheiro semestralmente em atraso em 11 de fevereiro e 11 de agosto de cada ano, começando em 11 de agosto de 2025, aos titulares registrados em 6 de fevereiro e 6 de agosto imediatamente anteriores às respectivas datas de pagamento de juros. Os juros são calculados com base em um ano de 360 dias composto por doze meses de 30 dias.

Pagamentos; Agentes Pagadores; Moeda

Todos os pagamentos de principal, e juros (incluindo juros adicionais, se houver) sobre, as Notas 2035, e quaisquer valores adicionais, se houver, serão pagáveis em dólares dos EUA. O principal escritório de trust corporativo do Trustee é designado como agente pagador principal, e a Emissora pode de tempos em tempos designar agentes pagadores adicionais ou rescindir qualquer tal designação ou aprovar uma mudança no escritório por meio do qual qualquer agente pagador atua. Se e enquanto as Notas 2035 estiverem listadas na New York Stock Exchange e as regras dessa bolsa assim exigirem, a Emissora manterá um agente pagador e agente de transferência em Nova York.

Status das Notas 2035 e da Garantia; Sem Garantia Real

As Notas 2035 serão obrigações seniores gerais quirografárias da Emissora, e a garantia relacionada (a “Garantia”) será uma obrigação direta, sênior e quirografária da Garantidora. As Notas 2035 e a Garantia terão a mesma posição de pagamento que todo o endividamento sênior quirografário existente e futuro da Emissora e da Garantidora, sujeito a determinadas preferências estatutárias nos termos da lei aplicável. As Notas 2035 e a Garantia serão (i) efetivamente subordinadas a todo o endividamento garantido existente e futuro da Emissora e da Garantidora na medida do valor dos ativos que garantem tal endividamento e (ii) estruturalmente subordinadas a todos os passivos existentes e futuros de suas respectivas subsidiárias. As Notas 2035 não são garantidas por qualquer ônus sobre qualquer propriedade.

Pagamento de Valores Adicionais

Todos os pagamentos de principal e juros em relação às Notas 2035 e à Garantia, se houver, serão feitos sem retenção ou dedução por quaisquer impostos brasileiros ou neerlandeses ou outros encargos governamentais, a menos que a Emissora ou a Garantidora seja obrigada por lei a reter ou deduzir tais impostos ou encargos. Se a Emissora ou a Garantidora for obrigada a reter ou deduzir tais valores, a Emissora ou a Garantidora (conforme aplicável) pagará tais valores adicionais conforme necessário para que os titulares recebam o mesmo valor líquido que teriam recebido na ausência de tal retenção ou dedução, sujeito a determinadas exceções, conforme descrito na Indenture das Notas 2035.

Resgate

A Emissora não terá permissão para resgatar as Notas 2035 antes de seu vencimento declarado, exceto conforme descrito abaixo.

Resgate Fiscal Opcional. A Emissora ou a Garantidora (conforme o caso) pode, a seu critério, resgatar as Notas 2035 integralmente, mas não em parte, a 100% de seu valor principal mais juros acumulados e não pagos e valores adicionais, se houver, mediante a ocorrência de eventos especificados relacionados à legislação tributária brasileira ou neerlandesa, conforme descrito na Indenture das Notas 2035.

Resgate Opcional com Valor Make-Whole. Antes de 11 de novembro de 2034 (três meses antes do vencimento, a “Par Call Date”), as Notas 2035 serão resgatáveis a critério da Emissora ou da Garantidora, no todo ou em parte, a qualquer momento mediante aviso com antecedência não inferior a 10 nem superior a 60 dias (aviso que será irrevogável), ao preço de resgate descrito na Indenture das Notas 2035 (com base no maior entre 100% do principal e um valor make- whole calculado usando a Treasury Rate aplicável mais 25 pontos-base), mais juros acumulados e não pagos e quaisquer valores adicionais, se houver, até a data de resgate.

Resgate Opcional ao Par. A qualquer momento em ou após a Par Call Date, a Emissora ou a Garantidora pode resgatar as Notas 2035, no todo ou em parte e de tempos em tempos, a 100% do valor principal das Notas 2035 sendo resgatadas mais juros acumulados e não pagos e quaisquer valores adicionais, se houver, até (mas excluindo) a data de resgate.

Resgate após Oferta Pública de Aquisição. Em conexão com qualquer oferta pública de aquisição das Notas 2035, se titulares de não menos que 85% do valor principal agregado das Notas 2035 em circulação ofertarem validamente e não retirarem validamente suas Notas 2035 (ou um terceiro comprar todas as Notas 2035 detidas por tais titulares), então a Emissora ou a Garantidora terá o direito, mediante aviso prévio de não menos de 10 nem mais de 60 dias (dado não mais de 30 dias após tal data de compra), de resgatar todas as Notas 2035 que permaneçam em circulação após tal compra a preço igual ao preço pago a cada outro titular em tal oferta pública de aquisição, mais (na medida em que não incluídos no preço de compra) juros acumulados e não pagos e valores adicionais, se houver, até a data de resgate (sujeito ao direito dos titulares registrados na respectiva data de registro de receber juros devidos na respectiva data de pagamento de juros), conforme descrito na Indenture das Notas 2035.

Covenants; Dívida Adicional; Restrições a Dividendos/Reservas

A Indenture das Notas 2035 contém covenants que, entre outras coisas, limitam a capacidade da Garantidora e da Emissora de incorrer em ônus e consolidar, fundir ou transferir ativos, em cada caso sujeito a exceções e qualificações importantes, e inclui limitações adicionais aplicáveis à Emissora relativas a atividades e transações permitidas, conforme descrito na Indenture das Notas 2035 e na Base Indenture. Exceto conforme descrito na frase anterior, a Indenture das Notas 2035 não contém disposições restringindo a declaração ou pagamento de dividendos ou exigindo a criação ou manutenção de quaisquer reservas ou quaisquer índices financeiros especificados.

Eventos de Inadimplemento; Remédios; Ação do Trustee; Indenização

A Indenture das Notas 2035 prevê que os titulares possuem direitos usuais mediante a ocorrência e continuação de um evento de inadimplemento, incluindo direitos de acelerar as Notas 2035 conforme descrito nela. Eventos de inadimplemento incluem, entre outros, não pagamento de principal (ou prêmio, se houver) ou juros, determinadas violações de covenants após aviso e prazos de cura aplicáveis, determinados cross-acceleration/inadimplementos de pagamento, determinados julgamentos e determinados eventos de falência ou insolvência da Emissora, da Garantidora ou de subsidiárias significativas, conforme previsto adicionalmente na Indenture das Notas 2035.

Se um evento de inadimplemento tiver ocorrido e estiver continuando, o Trustee pode, e mediante solicitação escrita de titulares de não menos que 25% do valor principal das Notas 2035 em circulação deverá, declarar o principal (juntamente com juros acumulados e quaisquer valores adicionais não pagos) imediatamente devido e pagável, sujeito aos termos da Base Indenture. Se um evento de inadimplemento ocorrer por causa de falência, insolvência ou reorganização relacionada à Emissora ou à Garantidora, conforme aplicável, todo o valor principal dos títulos de dívida dessa série será automaticamente acelerado, sem qualquer declaração ou ação pelo trustee ou qualquer titular, e qualquer principal, juros acumulados ou valores adicionais se tornará devido e pagável. A Base Indenture também prevê que o Trustee não é obrigado a desembolsar ou arriscar seus próprios fundos ou incorrer em responsabilidade no desempenho de seus deveres se tiver motivos razoáveis para acreditar que reembolso ou indenização satisfatória não está razoavelmente assegurado, e titulares que busquem exigir que o Trustee tome ação geralmente devem oferecer indenização ou garantia satisfatória ao Trustee, conforme previsto adicionalmente na Indenture das Notas 2035.

Modificação e Renúncia

A Indenture das Notas 2035 permite alterações e renúncias com o consentimento de titulares da maioria em valor principal dos títulos de dívida em circulação da série relevante, sujeito a exceções usuais. Determinadas alterações que afetem termos fundamentais—including, entre outros, vencimento, principal, taxa de juros, preço de resgate, obrigação de pagar valores adicionais, moeda ou local de pagamento e determinadas outras matérias especificadas —geralmente exigem o consentimento de cada titular dos títulos de dívida afetados, conforme previsto adicionalmente na Indenture das Notas 2035.

Emissões Adicionais; Deságio de Emissão Original

A Emissora pode, de tempos em tempos, sem o consentimento dos titulares, emitir notas adicionais em termos e condições substancialmente idênticos aos das Notas 2035, as quais notas adicionais aumentarão o valor principal agregado das Notas 2035 e serão consolidadas e formarão uma única série com elas, sujeitas às condições descritas na Indenture das Notas 2035 (incluindo considerações de fungibilidade tributária, a menos que emitidas sob um CUSIP separado). As Notas 2035 foram emitidas a preço abaixo do par e podem ser tratadas como emitidas com deságio de emissão original (incluindo deságio de emissão original *de minimis*) para fins de imposto de renda federal dos EUA; consulte a divulgação tributária aplicável.

Trustee, Agente Pagador e Registrador

O Trustee nos termos da Indenture das Notas 2035 é The Bank of New York Mellon. Seu endereço é 240 Greenwich Street, New York, New York 10286. The Bank of New York Mellon, como Trustee, também atua como registrador, agente de transferência e agente pagador das Notas. A Emissora pode de tempos em tempos nomear agentes pagadores ou agentes de transferência adicionais, ou mudar os escritórios por meio dos quais quaisquer desses agentes atuem, em cada caso conforme previsto na Indenture aplicável. A Emissora e/ou a Garantidora podem manter relações bancárias com o Trustee no curso ordinário dos negócios.

IV. Notas de 5,400% com vencimento em 2038

O resumo a seguir das Notas de 5,400% com vencimento em 2038 (as “Notas 2038”) baseia-se na Base Indenture, datada de 11 de fevereiro de 2025, entre a Emissora, a Garantidora e o Trustee, conforme suplementada por uma second supplemental indenture datada de 9 de outubro de 2025 (juntamente com a Base Indenture, a “Indenture das Notas 2038”). Este resumo não pretende ser completo e é qualificado em sua totalidade por referência à Indenture das Notas 2038. Termos iniciados por letra maiúscula usados, mas não definidos neste documento, têm os significados atribuídos a eles na Indenture das Notas 2038.

Geral; Forma; Denominações

As Notas 2038 constituem uma série separada de títulos de dívida seniores emitidos nos termos da Base Indenture. As Notas 2038 serão emitidas em forma totalmente registrada, sem cupons de juros, e inicialmente serão representadas por uma ou mais notas globais depositadas com, ou em nome de, um depositário (incluindo DTC) e registradas em nome de um nominee de tal depositário. As Notas 2038 serão emitidas em denominações mínimas de US\$2.000 e múltiplos integrais de US\$1.000 acima disso. As Notas 2038 não são conversíveis ou permutáveis por quaisquer outros valores mobiliários e não preveem amortização de principal. As Notas 2038 não têm direito ao benefício de qualquer fundo de amortização.

A Indenture das Notas 2038, as Notas 2038 e a garantia relacionada serão regidas pelas leis do Estado de Nova York. As Notas 2038 estão listadas na New York Stock Exchange.

Pagamentos de Juros

As Notas 2038 vencerão em 9 de janeiro de 2038. As Notas 2038 vencem juros à taxa de 5,400% ao ano, e os juros são pagáveis em dinheiro semestralmente em atraso em 9 de janeiro e 9 de julho de cada ano, começando em 9 de janeiro de 2026 (primeiro cupom curto), aos titulares registrados em 4 de janeiro e 4 de julho imediatamente anteriores às respectivas datas de pagamento de juros. Os juros são calculados com base em um ano de 360 dias composto por doze meses de 30 dias.

Pagamentos; Agentes Pagadores; Moeda

Todos os pagamentos de principal, e juros (incluindo juros adicionais, se houver) sobre, as Notas 2038, e quaisquer valores adicionais, se houver, serão pagáveis em dólares dos EUA. O principal escritório de trust corporativo do Trustee é designado como agente pagador principal, e a Emissora pode de tempos em tempos designar agentes pagadores adicionais ou rescindir qualquer tal designação ou aprovar uma mudança no escritório por meio do qual qualquer agente pagador atua. Se e enquanto as Notas 2038 estiverem listadas na New York Stock Exchange e as regras dessa bolsa assim exigirem, a Emissora manterá um agente pagador e agente de transferência em Nova York.

Status das Notas 2038 e da Garantia; Sem Garantia Real

As Notas 2038 serão obrigações seniores gerais quirografárias da Emissora, e a garantia relacionada (a “Garantia”) será uma obrigação direta, sênior e quirografária da Garantidora. As Notas 2038 e a Garantia terão a mesma posição de pagamento que todo o endividamento sênior quirografário existente e futuro da Emissora e da Garantidora, sujeito a determinadas preferências estatutárias nos termos da lei aplicável. As Notas 2038 e a Garantia serão (i) efetivamente subordinadas a todo o endividamento garantido existente e futuro da Emissora e da Garantidora na medida do valor dos ativos que garantem tal endividamento e (ii) estruturalmente subordinadas a todos os passivos existentes e futuros de suas respectivas subsidiárias. As Notas 2038 não são garantidas por qualquer ônus sobre qualquer propriedade.

Pagamento de Valores Adicionais

Todos os pagamentos de principal e juros em relação às Notas 2038 e à Garantia, se houver, serão feitos sem retenção ou dedução por quaisquer impostos brasileiros ou neerlandeses ou outros encargos governamentais, a menos que a Emissora ou a Garantidora seja obrigada por lei a reter ou deduzir tais impostos ou encargos. Se a Emissora ou

a Garantidora for obrigada a reter ou deduzir tais valores, a Emissora ou a Garantidora (conforme aplicável) pagará tais valores adicionais conforme necessário para que os titulares recebam o mesmo valor líquido que teriam recebido na ausência de tal retenção ou dedução, sujeito a determinadas exceções, conforme descrito na Indenture das Notas 2038.

Resgate

A Emissora não terá permissão para resgatar as Notas 2038 antes de seu vencimento declarado, exceto conforme descrito abaixo.

Resgate Fiscal Opcional. A Emissora ou a Garantidora (conforme o caso) pode, a seu critério, resgatar as Notas 2038 integralmente, mas não em parte, a 100% de seu valor principal mais juros acumulados e não pagos e valores adicionais, se houver, mediante a ocorrência de eventos especificados relacionados à legislação tributária brasileira ou neerlandesa, conforme descrito na Indenture das Notas 2038.

Resgate Opcional com Valor Make-Whole. Antes de 9 de outubro de 2037 (três meses antes do vencimento, a “Par Call Date”), as Notas 2038 serão resgatáveis a critério da Emissora ou da Garantidora, no todo ou em parte, a qualquer momento mediante aviso com antecedência não inferior a 10 nem superior a 60 dias (aviso que será irrevogável), ao preço de resgate descrito na Indenture das Notas 2038 (com base no maior entre 100% do principal e um valor make- whole calculado usando a Treasury Rate aplicável mais 20 pontos-base), mais juros acumulados e não pagos e quaisquer valores adicionais, se houver, até a data de resgate.

Resgate Opcional ao Par. A qualquer momento em ou após a Par Call Date, a Emissora ou a Garantidora pode resgatar as Notas 2038, no todo ou em parte e de tempos em tempos, a 100% do valor principal das Notas 2038 sendo resgatadas mais juros acumulados e não pagos e quaisquer valores adicionais, se houver, até (mas excluindo) a data de resgate.

Resgate após Oferta Pública de Aquisição. Em conexão com qualquer oferta pública de aquisição das Notas 2038, se titulares de não menos que 85% do valor principal agregado das Notas 2038 em circulação ofertarem validamente e não retirarem validamente suas Notas 2038 (ou um terceiro comprar todas as Notas 2038 detidas por tais titulares), então a Emissora ou a Garantidora terá o direito, mediante aviso prévio de não menos de 10 nem mais de 60 dias (dado não mais de 30 dias após tal data de compra), de resgatar todas as Notas 2038 que permaneçam em circulação após tal compra a preço igual ao preço pago a cada outro titular em tal oferta pública de aquisição, mais (na medida em que não incluídos no preço de compra) juros acumulados e não pagos e valores adicionais, se houver, até a data de resgate (sujeito ao direito dos titulares registrados na respectiva data de registro de receber juros devidos na respectiva data de pagamento de juros), conforme descrito na Indenture das Notas 2038.

Covenants; Dívida Adicional; Restrições a Dividendos/Reservas

A Indenture das Notas 2038 contém covenants que, entre outras coisas, limitam a capacidade da Garantidora e da Emissora de incorrer em ônus e consolidar, fundir ou transferir ativos, em cada caso sujeito a exceções e qualificações importantes, e inclui limitações adicionais aplicáveis à Emissora relativas a atividades e transações permitidas, conforme descrito na Indenture das Notas 2038 e na Base Indenture. Exceto conforme descrito na frase anterior, a Indenture das Notas 2038 não contém disposições restringindo a declaração ou pagamento de dividendos ou exigindo a criação ou manutenção de quaisquer reservas ou quaisquer índices financeiros especificados.

Eventos de Inadimplemento; Remédios; Ação do Trustee; Indenização

A Indenture das Notas 2038 prevê que os titulares possuem direitos usuais mediante a ocorrência e continuação de um evento de inadimplemento, incluindo direitos de acelerar as Notas 2038 conforme descrito nela. Eventos de inadimplemento incluem, entre outros, não pagamento de principal (ou prêmio, se houver) ou juros, determinadas violações de covenants após aviso e prazos de cura aplicáveis, determinados cross-acceleration/inadimplementos de pagamento, determinados julgamentos e determinados eventos de falência ou insolvência da Emissora, da Garantidora ou de subsidiárias significativas, conforme previsto adicionalmente na Indenture das Notas 2038.

Se um evento de inadimplemento tiver ocorrido e estiver continuando, o Trustee pode, e mediante solicitação escrita de titulares de não menos que 25% do valor principal das Notas 2038 em circulação deverá, declarar o principal (juntamente com juros acumulados e quaisquer valores adicionais não pagos) imediatamente devido e pagável, sujeito aos termos da Base Indenture. Se um evento de inadimplemento ocorrer por causa de falência, insolvência ou reorganização relacionada à Emissora ou à Garantidora, conforme aplicável, todo o valor principal dos títulos de dívida dessa série será automaticamente acelerado, sem qualquer declaração ou ação pelo trustee ou qualquer titular, e qualquer principal, juros acumulados ou valores adicionais se tornará devido e pagável. A Base Indenture também prevê que o Trustee não é obrigado a desembolsar ou arriscar seus próprios fundos ou incorrer em responsabilidade no desempenho de seus deveres se tiver motivos razoáveis para acreditar que reembolso ou indenização satisfatória não está razoavelmente assegurado, e titulares que busquem exigir que o Trustee tome ação geralmente devem oferecer indenização ou garantia satisfatória ao Trustee, conforme previsto adicionalmente na Indenture das Notas 2038.

Modificação e Renúncia

A Indenture das Notas 2038 permite alterações e renúncias com o consentimento de titulares da maioria em valor principal dos títulos de dívida em circulação da série relevante, sujeito a exceções usuais. Determinadas alterações que afetem termos fundamentais—including, entre outros, vencimento, principal, taxa de juros, preço de resgate, obrigação de pagar valores adicionais, moeda ou local de pagamento e determinadas outras matérias especificadas

—geralmente exigem o consentimento de cada titular dos títulos de dívida afetados, conforme previsto adicionalmente na Indenture das Notas 2038.

Emissões Adicionais; Deságio de Emissão Original

A Emissora pode, de tempos em tempos, sem o consentimento dos titulares, emitir notas adicionais em termos e condições substancialmente idênticos aos das Notas 2038, as quais notas adicionais aumentarão o valor principal agregado das Notas 2038 e serão consolidadas e formarão uma única série com elas, sujeitas às condições descritas na Indenture das Notas 2038 (incluindo considerações de fungibilidade tributária, a menos que emitidas sob um CUSIP separado). As Notas 2038 foram emitidas a preço abaixo do par e podem ser tratadas como emitidas com deságio de emissão original (incluindo deságio de emissão original *de minimis*) para fins de imposto de renda federal dos EUA; consulte a divulgação tributária aplicável.

Trustee, Agente Pagador e Registrador

O Trustee nos termos da Indenture das Notas 2038 é The Bank of New York Mellon. Seu endereço é 240 Greenwich Street, New York, New York 10286. The Bank of New York Mellon, como Trustee, também atua como registrador, agente de transferência e agente pagador das Notas. A Emissora pode de tempos em tempos nomear agentes pagadores ou agentes de transferência adicionais, ou mudar os escritórios por meio dos quais quaisquer desses agentes atuem, em cada caso conforme previsto na Indenture aplicável. A Emissora e/ou a Garantidora podem manter relações bancárias com o Trustee no curso ordinário dos negócios.

Lista de Subsidiárias da Embraer S.A.*

Nome	Jurisdicção de Constituição
Embraer Aircraft Holding, Inc.	Delaware, EUA
Embraer Aircraft Maintenance Services, LLC	Delaware, EUA
Embraer Executive Jet Services, LLC	Delaware, EUA
Embraer Executive Aircraft, Inc.	Delaware, EUA
Embraer CAE Training Services, LLC	Delaware, EUA
Embraer Engineering & Technology Center USA, Inc.	Delaware, EUA
Embraer Defense and Security, Inc.	Delaware, EUA
Embraer Business Innovation Center, Inc.	Delaware, EUA
Embraer Aircraft Customer Services, LLC.	Flórida, EUA
EVE Holding, Inc	Delaware, EUA
EVE UAM, LLC	Delaware, EUA
Embraer GPX Ltda.	Brasil
Embraer Defesa e Segurança Participações S.A.	Brasil
Atech—Negócios em Tecnologias S.A.	Brasil
Visiona Tecnologia Espacial S.A.	Brasil
Yaborã Indústria Aeronáutica S.A.	Brasil
Fundo de Investimento em Participações Embraer Ventures	Brasil
Tempest Serviços de Informática S.A.	Brasil
EZS Informática S.A.	Brasil
Eve Soluções de Mobilidade Aérea Urbana Ltda.	Brasil
Embraer Aviation International – EAI	França
Embraer (China) Aircraft Technical Services Co., Ltd.	China
Embraer Spain Holding Co., SL	Espanha
ECC Investment Switzerland AG	Suíça
Embraer Finance Ltd.	Ilhas Cayman, BWI
Embraer Portugal, S.A.	Portugal:
OGMA – Indústria Aeronáutica de Portugal S.A.	Portugal:
Embraer Asia Pacific PTE. Ltd.	Singapura
Tempest Security Intelligence Ltd	Reino Unido
Embraer CAE Training Services (U.K.) Limited	Reino Unido
Visiona International B.V.	Holanda
Embraer Netherlands Finance B.V.	Holanda
Embraer Netherlands B.V.	Holanda
Embraer CAE Training Services (NL) B.V.	Holanda
EZ Air Interior Limited	Irlanda
Embraer India Pte. Ltd.	Índia
Embraer CAE Training Services BR Ltda.	Brasil

* Esta lista reflete nossa lista de subsidiárias em 31 de dezembro de 2025. A lista não inclui (i) determinadas joint ventures (consulte o Item 4B do Relatório Anual no Formulário 20-F ao qual este Anexo 8.1 é um anexo e a nota 2.3.1 às demonstrações financeiras auditadas incluídas em tal Relatório Anual para mais informações sobre tais joint ventures e entidades estabelecidas em nossas alianças estratégicas) e (ii) determinados veículos de propósito específico não materiais.

CERTIFICAÇÃO

Eu, Francisco Gomes Neto, certifico que:

1. Revisei este relatório anual no Formulário 20-F da Embraer S.A.;
2. Com base em meu conhecimento, este relatório não contém qualquer declaração inverídica de fato material nem omite declarar fato material necessário para tornar as declarações feitas, à luz das circunstâncias em que tais declarações foram feitas, não enganosas com relação ao período coberto por este relatório;
3. Com base em meu conhecimento, as demonstrações financeiras e outras informações financeiras incluídas neste relatório apresentam adequadamente, em todos os aspectos materiais, a condição financeira, os resultados das operações e os fluxos de caixa da Companhia nas datas e para os períodos apresentados neste relatório;
4. O outro diretor certificador da companhia e eu somos responsáveis por estabelecer e manter controles e procedimentos de divulgação (conforme definidos nas Rules 13a-15(e) e 15d-15(e) do Exchange Act) e controle interno sobre relatórios financeiros (conforme definido nas Rules 13a-15(f) e 15d-15(f) do Exchange Act) para a Companhia e:
 - a) projetamos tais controles e procedimentos de divulgação, ou fizemos com que tais controles e procedimentos de divulgação fossem projetados sob nossa supervisão, para assegurar que informações materiais relativas à Companhia, incluindo suas subsidiárias consolidadas, sejam divulgadas a nós por outros dentro dessas entidades, especialmente durante o período em que este relatório está sendo elaborado;
 - b) projetamos tal controle interno sobre relatórios financeiros, ou fizemos com que tal controle interno sobre relatórios financeiros fosse projetado sob nossa supervisão, para fornecer segurança razoável quanto à confiabilidade dos relatórios financeiros e à preparação de demonstrações financeiras para fins externos de acordo com princípios contábeis geralmente aceitos;
 - c) avaliamos a efetividade dos controles e procedimentos de divulgação da Companhia e apresentamos neste relatório nossas conclusões sobre a efetividade dos controles e procedimentos de divulgação, em relação ao final do período coberto por este relatório com base em tal avaliação; e
 - d) divulgamos neste relatório qualquer mudança no controle interno da Companhia sobre relatórios financeiros que ocorreu durante o período coberto pelo relatório anual que tenha afetado materialmente, ou seja razoavelmente provável que afete materialmente, o controle interno da Companhia sobre relatórios financeiros; e
5. O outro diretor certificador da Companhia e eu divulgamos, com base em nossa avaliação mais recente do controle interno sobre relatórios financeiros, aos auditores da Companhia e ao comitê de auditoria do conselho de administração da Companhia (ou pessoas que desempenham funções equivalentes):
 - a) todas as deficiências significativas e fraquezas materiais no desenho ou operação do controle interno sobre relatórios financeiros que sejam razoavelmente prováveis de afetar adversamente a capacidade da Companhia de registrar, processar, resumir e reportar informações financeiras; e
 - b) qualquer fraude, seja ou não material, que envolva a administração ou outros empregados que tenham papel significativo no controle interno da Companhia sobre relatórios financeiros.

Data: 27 de março de 2026

Por: (a.) Francisco Gomes Neto

Nome: Francisco Gomes Neto

Cargo: Presidente e Diretor-Presidente

CERTIFICAÇÃO

Eu, Antonio Carlos Garcia, certifico que:

1. Revisei este relatório anual no Formulário 20-F da Embraer S.A.;
2. Com base em meu conhecimento, este relatório não contém qualquer declaração inverídica de fato material nem omite declarar fato material necessário para tornar as declarações feitas, à luz das circunstâncias em que tais declarações foram feitas, não enganosas com relação ao período coberto por este relatório;
3. Com base em meu conhecimento, as demonstrações financeiras e outras informações financeiras incluídas neste relatório apresentam adequadamente, em todos os aspectos materiais, a condição financeira, os resultados das operações e os fluxos de caixa da Companhia nas datas e para os períodos apresentados neste relatório;
4. O outro diretor certificador da companhia e eu somos responsáveis por estabelecer e manter controles e procedimentos de divulgação (conforme definidos nas Rules 13a-15(e) e 15d-15(e) do Exchange Act) e controle interno sobre relatórios financeiros (conforme definido nas Rules 13a-15(f) e 15d-15(f) do Exchange Act) para a Companhia e:
 - a) projetamos tais controles e procedimentos de divulgação, ou fizemos com que tais controles e procedimentos de divulgação fossem projetados sob nossa supervisão, para assegurar que informações materiais relativas à Companhia, incluindo suas subsidiárias consolidadas, sejam divulgadas a nós por outros dentro dessas entidades, especialmente durante o período em que este relatório está sendo elaborado;
 - b) projetamos tal controle interno sobre relatórios financeiros, ou fizemos com que tal controle interno sobre relatórios financeiros fosse projetado sob nossa supervisão, para fornecer segurança razoável quanto à confiabilidade dos relatórios financeiros e à preparação de demonstrações financeiras para fins externos de acordo com princípios contábeis geralmente aceitos;
 - c) avaliamos a efetividade dos controles e procedimentos de divulgação da Companhia e apresentamos neste relatório nossas conclusões sobre a efetividade dos controles e procedimentos de divulgação, em relação ao final do período coberto por este relatório com base em tal avaliação; e
 - d) divulgamos neste relatório qualquer mudança no controle interno da Companhia sobre relatórios financeiros que ocorreu durante o período coberto pelo relatório anual que tenha afetado materialmente, ou seja razoavelmente provável que afete materialmente, o controle interno da Companhia sobre relatórios financeiros; e
5. O outro diretor certificador da Companhia e eu divulgamos, com base em nossa avaliação mais recente do controle interno sobre relatórios financeiros, aos auditores da Companhia e ao comitê de auditoria do conselho de administração da Companhia (ou pessoas que desempenham funções equivalentes):
 - a) todas as deficiências significativas e fraquezas materiais no desenho ou operação do controle interno sobre relatórios financeiros que sejam razoavelmente prováveis de afetar adversamente a capacidade da Companhia de registrar, processar, resumir e reportar informações financeiras; e
 - b) qualquer fraude, seja ou não material, que envolva a administração ou outros empregados que tenham papel significativo no controle interno da Companhia sobre relatórios financeiros.

Data: 27 de março de 2026

Por: (a.) Antonio Carlos Garcia

Nome: Antonio Carlos Garcia

Cargo: Vice-Presidente Executivo e Diretor Financeiro e de
Relações com Investidores

**CERTIFICAÇÃO NOS TERMOS DE 18 U.S.C. SECTION 1350,
CONFORME ADOTADA NOS TERMOS DA
SECTION 906 DA U.S. SARBANES-OXLEY ACT DE 2002**

Em conexão com o Relatório Anual da Embraer S.A. (a “Companhia”) no Formulário 20-F referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, conforme arquivado junto à U.S. Securities and Exchange Commission na data deste documento (o “Relatório”), eu, Francisco Gomes Neto, Presidente e Diretor-Presidente, certifico, nos termos de 18 U.S.C. section 1350, conforme adotada nos termos da section 906 da U.S. Sarbanes Oxley Act de 2002, que, até onde é de meu conhecimento:

- (i) o Relatório cumpre integralmente os requisitos da section 13(a) ou 15(d) do U.S. Securities Exchange Act de 1934; e
- (ii) as informações contidas no Relatório apresentam adequadamente, em todos os aspectos materiais, a condição financeira e os resultados das operações da Companhia.

Data: 27 de março de 2026

Por: (a.) Francisco Gomes Neto

Nome: Francisco Gomes Neto

Cargo: Presidente e Diretor-Presidente

Um original assinado desta declaração escrita exigida pela Section 906, ou outro documento autenticando, reconhecendo ou de outra forma adotando a assinatura que aparece em forma digitada na versão eletrônica desta declaração escrita exigida pela Section 906, foi fornecido à companhia e será mantido pela companhia e fornecido à Securities and Exchange Commission ou a sua equipe mediante solicitação.

**CERTIFICAÇÃO NOS TERMOS DE 18 U.S.C. SECTION 1350,
CONFORME ADOTADA NOS TERMOS DA
SECTION 906 DA U.S. SARBANES-OXLEY ACT DE 2002**

Em conexão com o Relatório Anual da Embraer S.A. (a “Companhia”) no Formulário 20-F referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, conforme arquivado junto à U.S. Securities and Exchange Commission na data deste documento (o “Relatório”), eu, Antonio Carlos Garcia, Vice-Presidente Executivo e Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, certifico, nos termos de 18 U.S.C. section 1350, conforme adotada nos termos da section 906 da U.S. Sarbanes Oxley Act de 2002, que, até onde é de meu conhecimento:

- (i) o Relatório cumpre integralmente os requisitos da section 13(a) ou 15(d) do U.S. Securities Exchange Act de 1934; e
- (ii) as informações contidas no Relatório apresentam adequadamente, em todos os aspectos materiais, a condição financeira e os resultados das operações da Companhia.

Data: 27 de março de 2026

Por: (a.) Antonio Carlos Garcia

Nome: Antonio Carlos Garcia

Cargo: Vice-Presidente Executivo e Diretor Financeiro e de
Relações com Investidores

Um original assinado desta declaração escrita exigida pela Section 906, ou outro documento autenticando, reconhecendo ou de outra forma adotando a assinatura que aparece em forma digitada na versão eletrônica desta declaração escrita exigida pela Section 906, foi fornecido à companhia e será mantido pela companhia e fornecido à Securities and Exchange Commission ou a sua equipe mediante solicitação.

Consentimento da Firma Registrada Independente de Auditoria

Concordamos com a incorporação por referência nas declarações de registro nº 333-284698 e nº 333-284698-01 no Formulário F-3 da Embraer S.A. e Embraer Netherlands Finance B.V. de nosso relatório datado de 27 de março de 2026, com relação às demonstrações financeiras consolidadas da Embraer S.A. e à efetividade do controle interno sobre relatórios financeiros.

(a.) KPMG Auditores Independentes Ltda.
São José dos Campos, Brasil
27 de março de 2026